

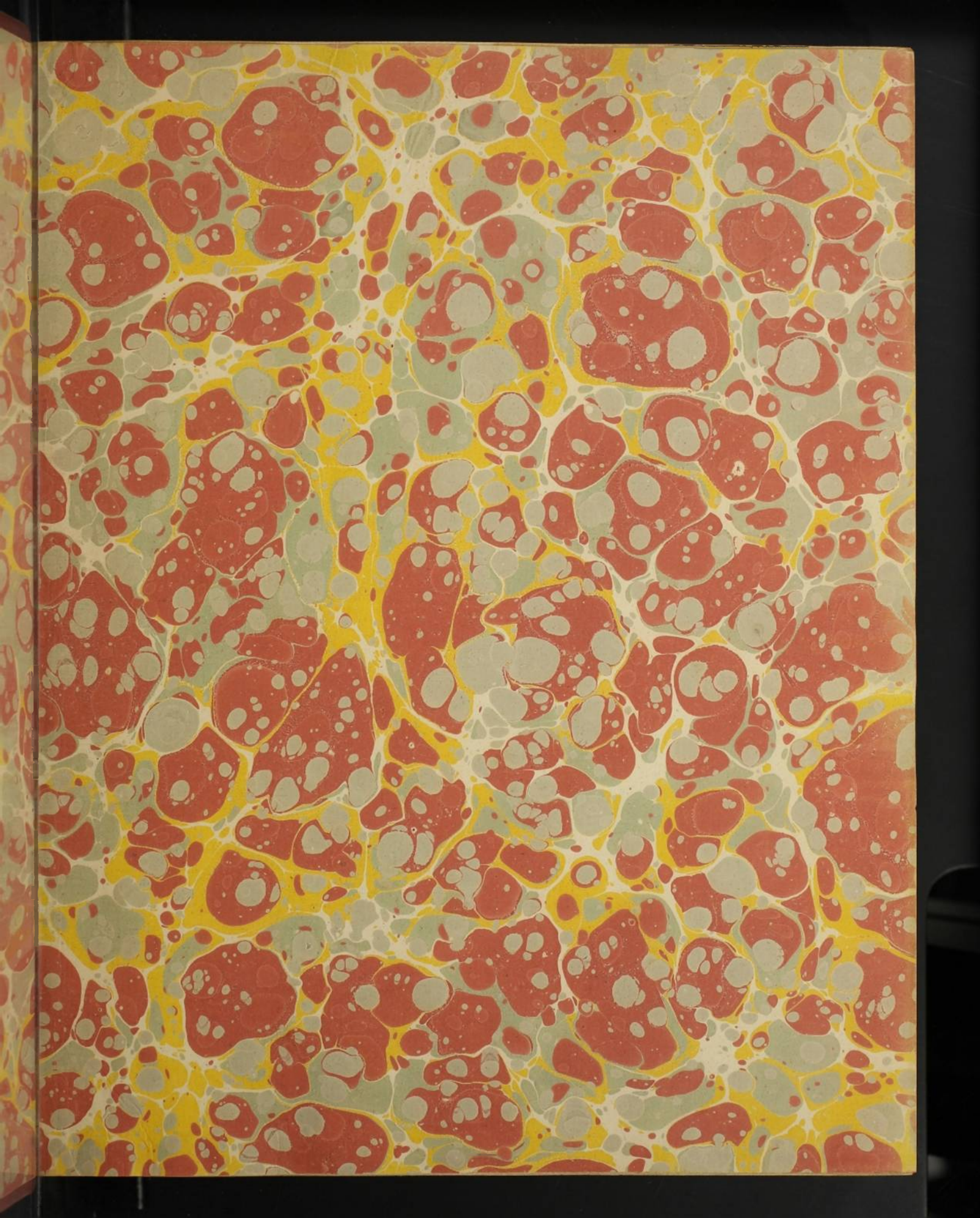




EX-LIBRIS

RUBENS BORBA  
ALVES DE MORAES

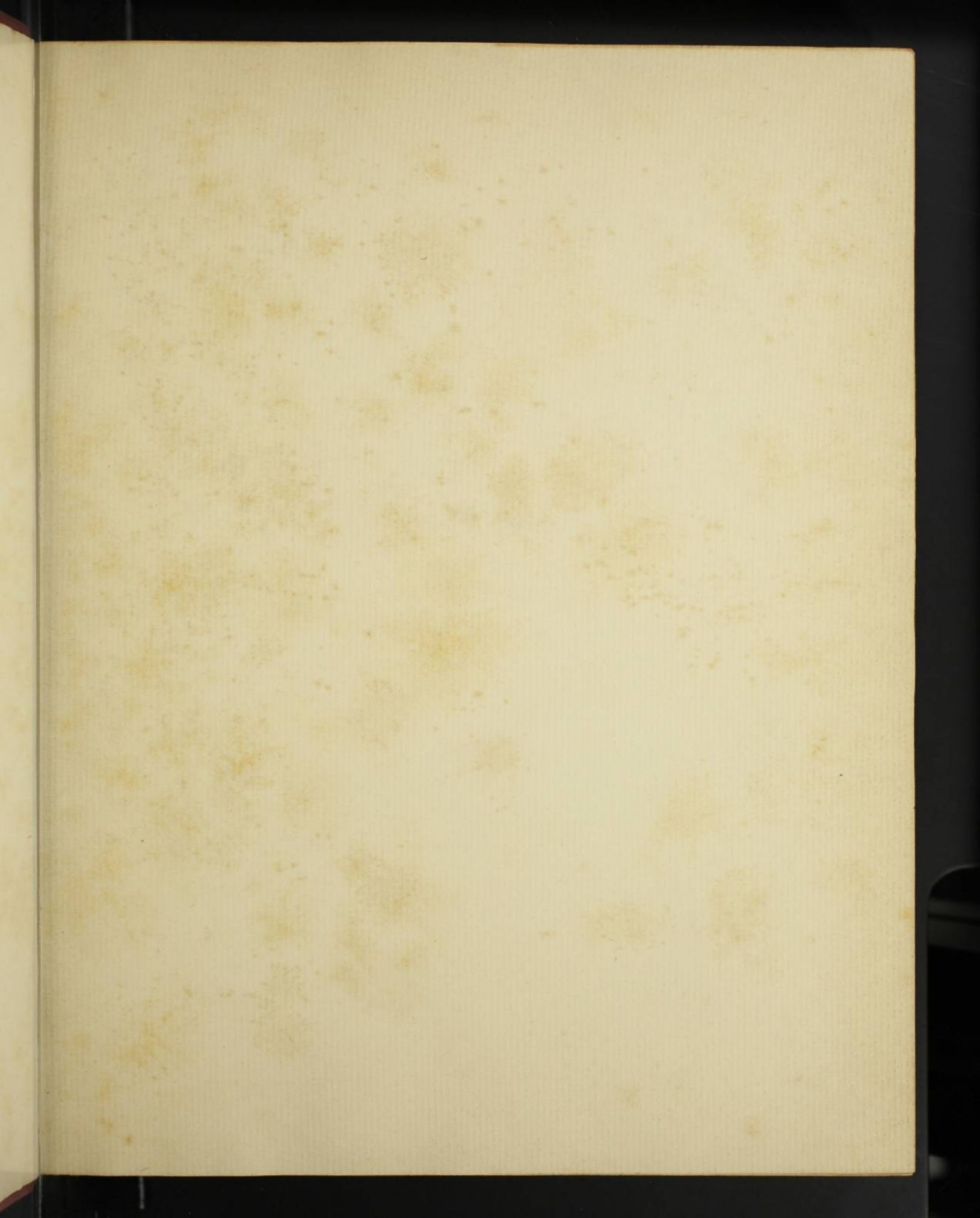




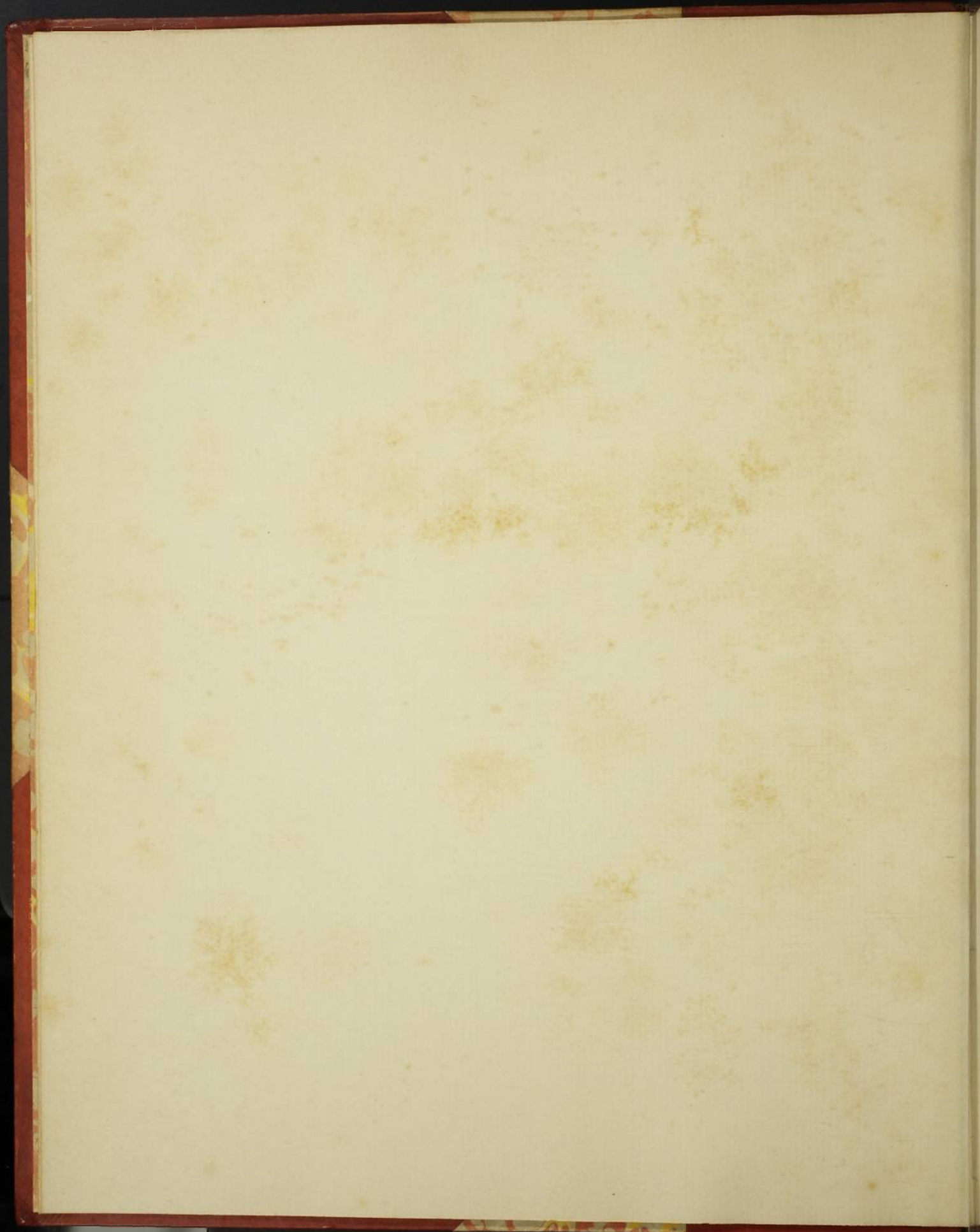


G. GAUCHÉ REL. PARIS

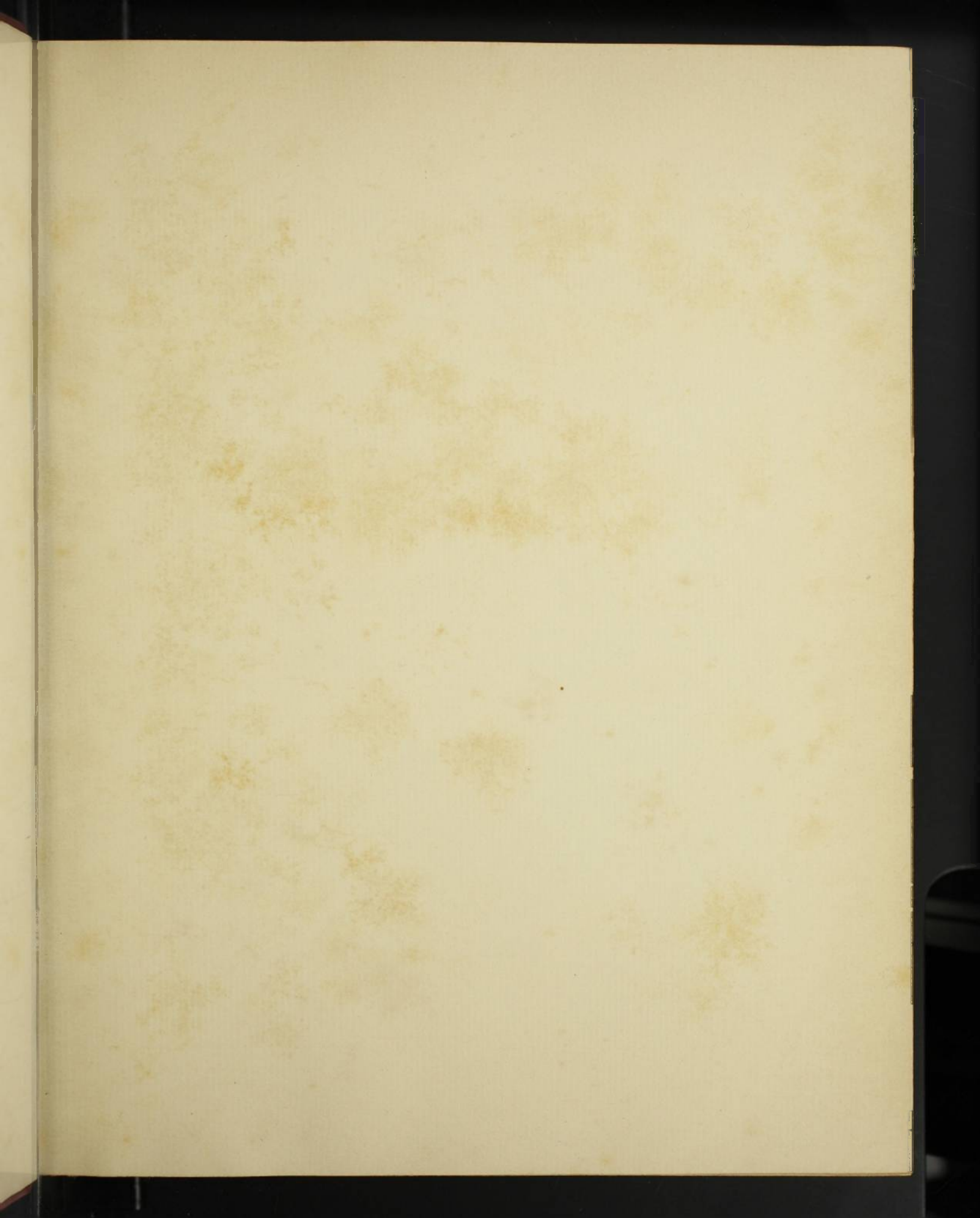




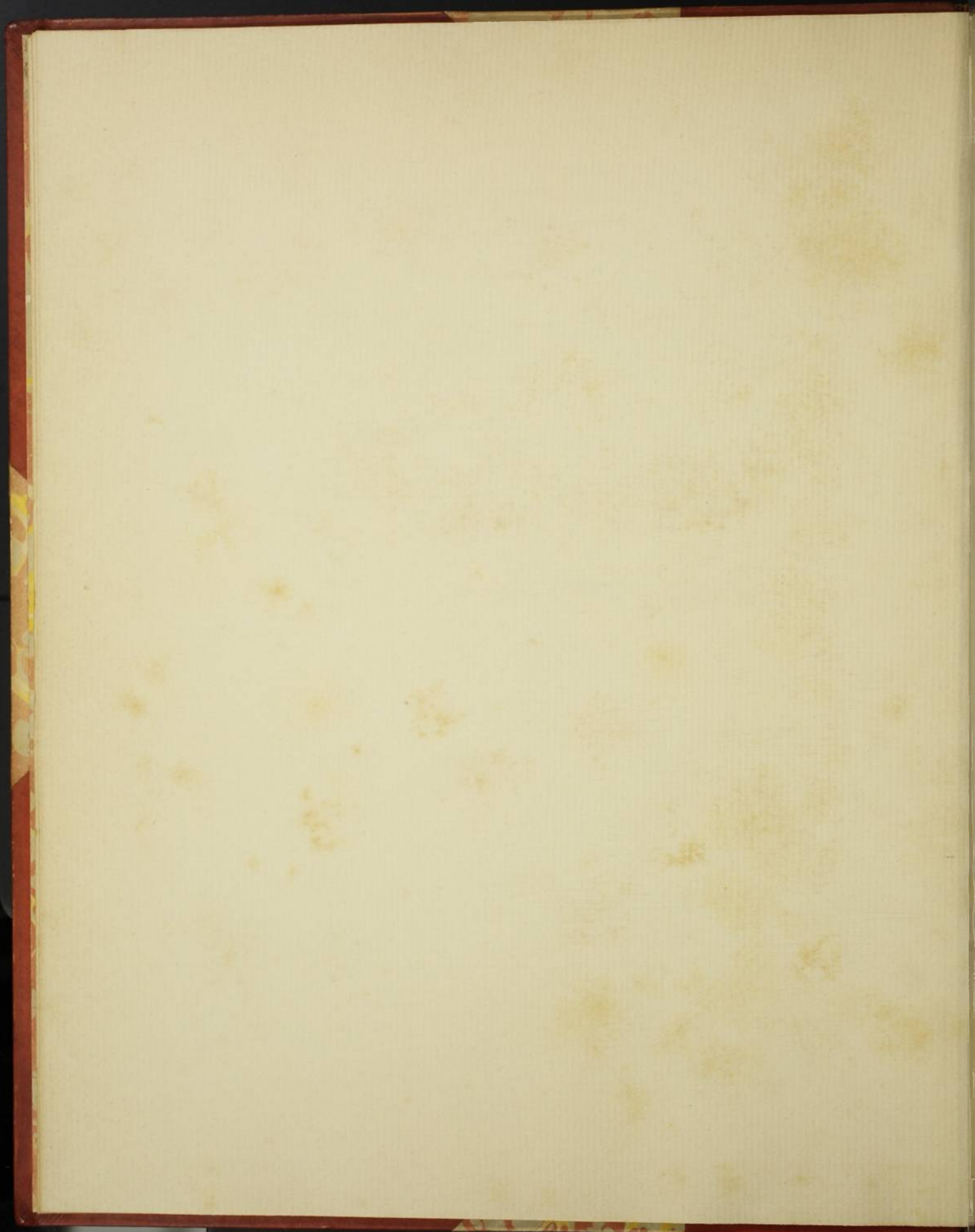




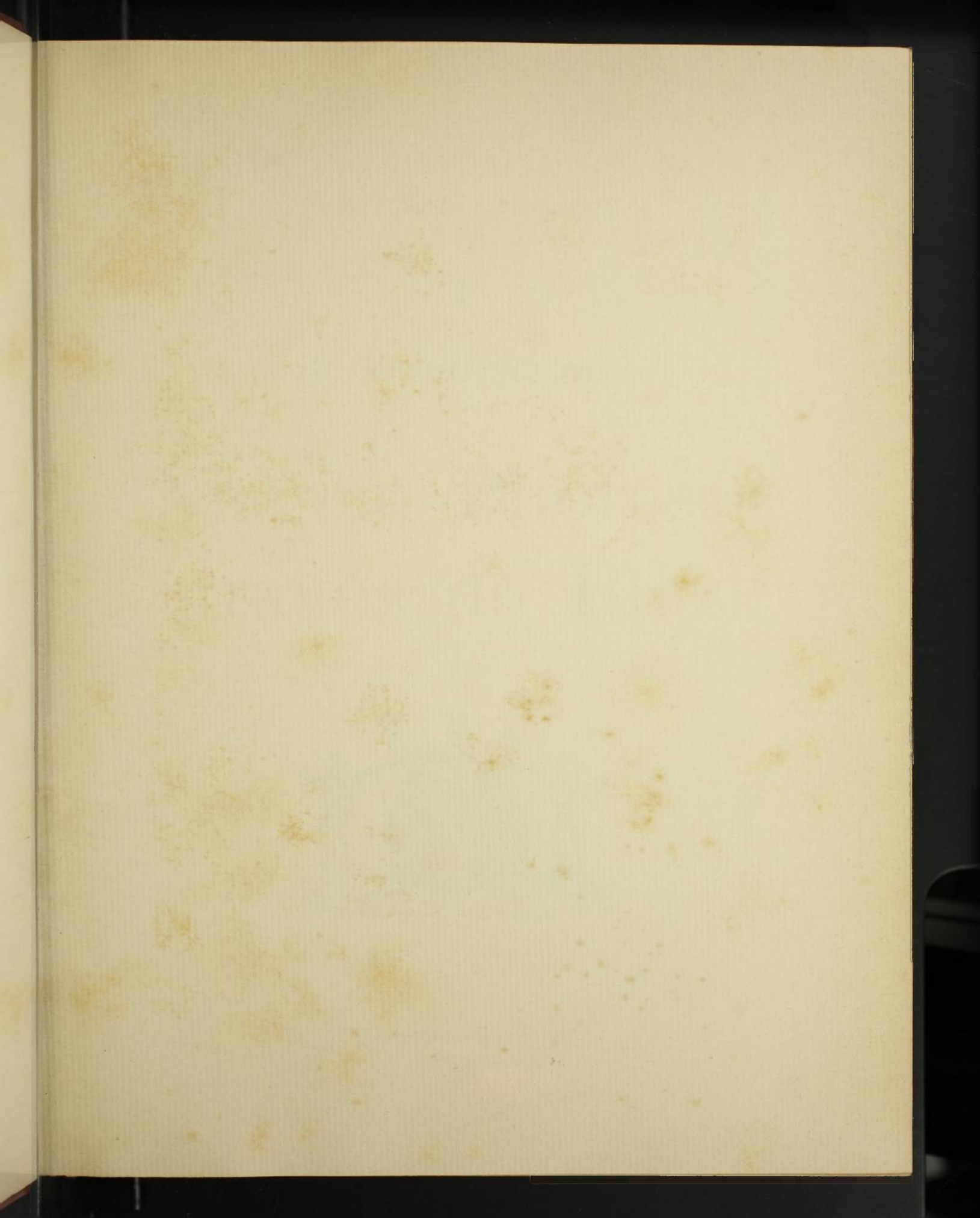


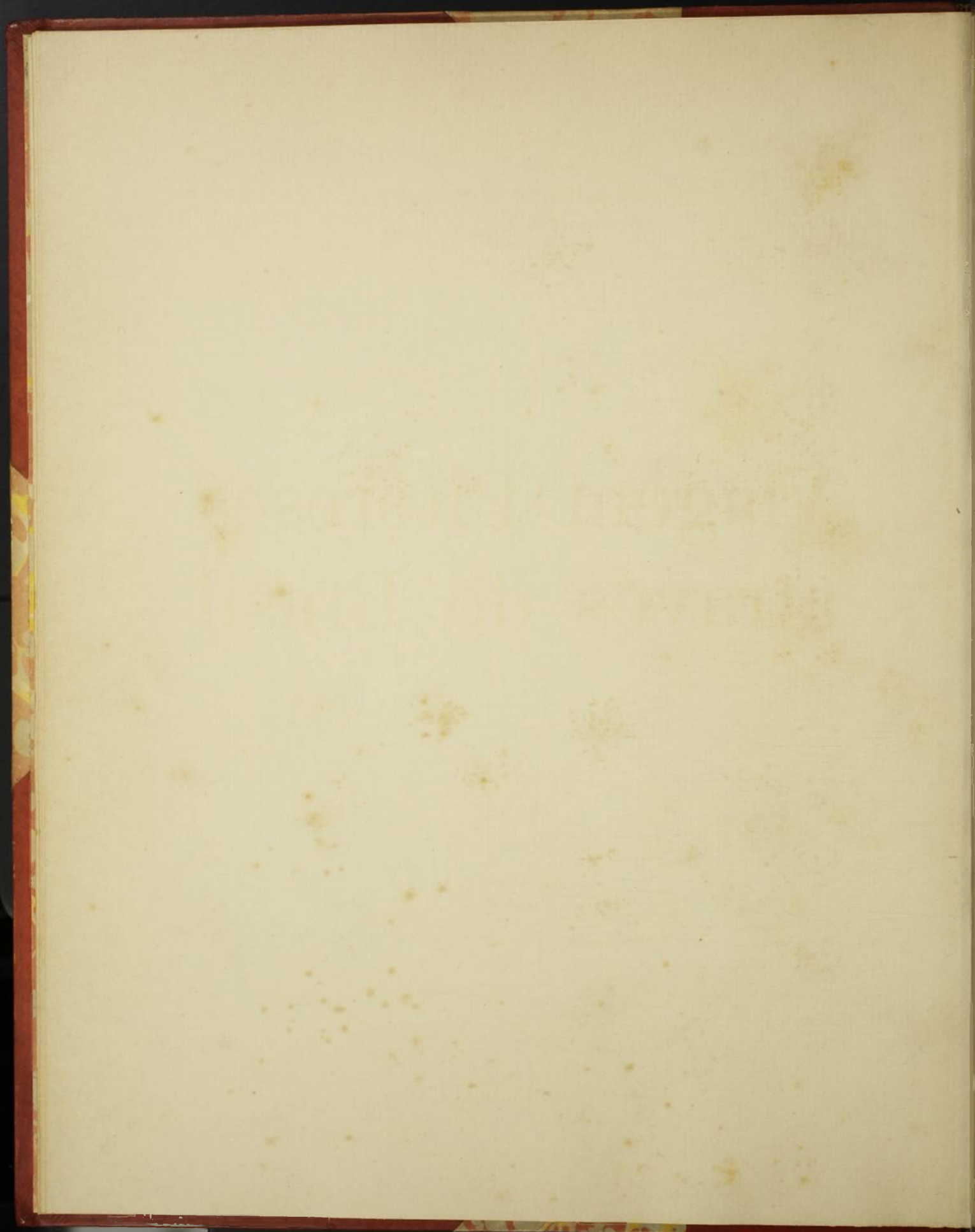














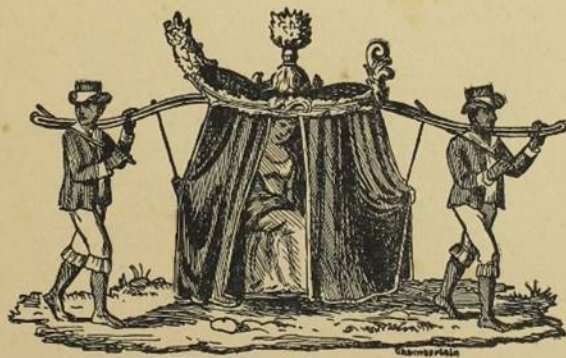
BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA

Direção de Rubens Borba de Moraes

I

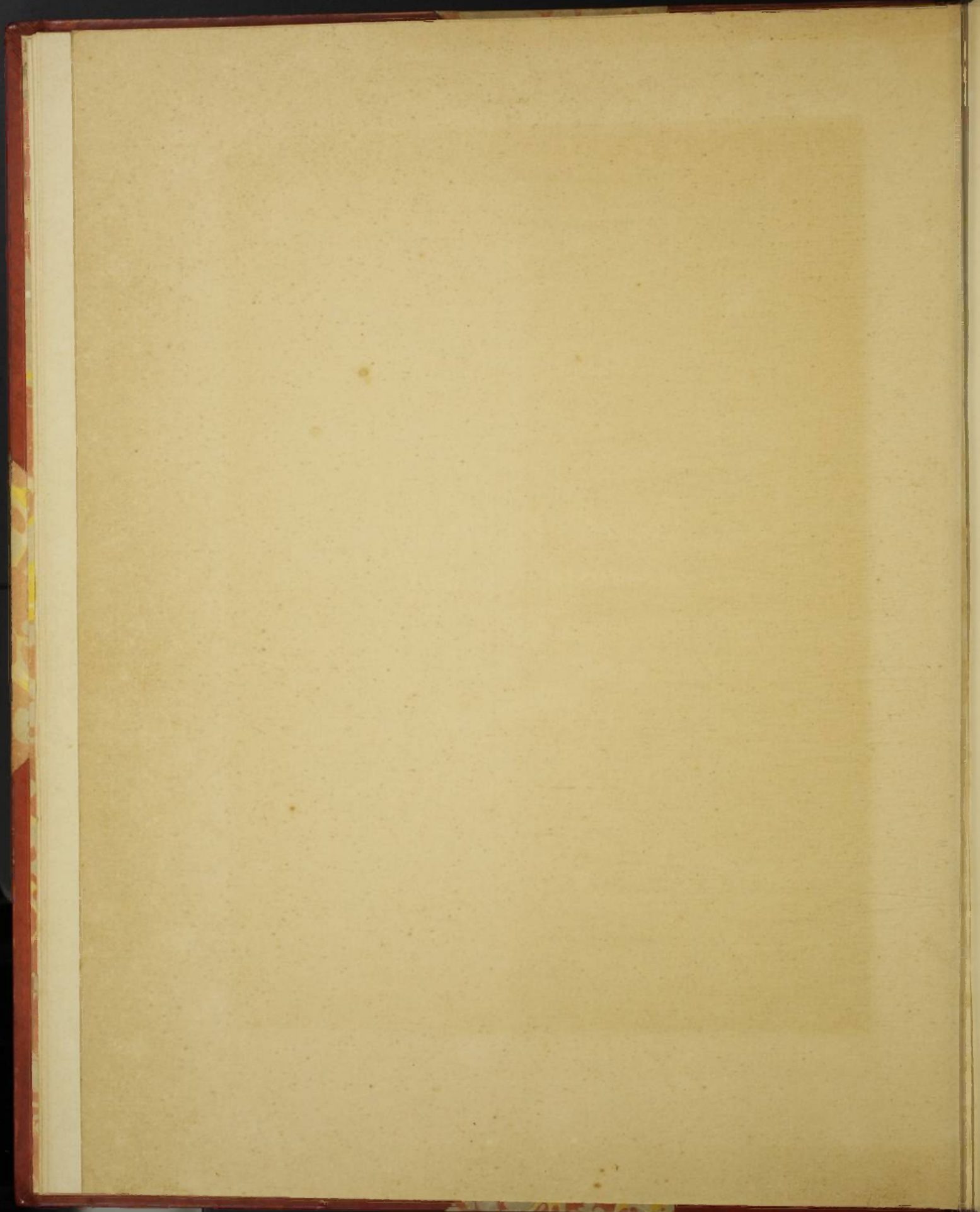
João Maurício Rugendas

Viagem Pitoresca  
através do Brasil



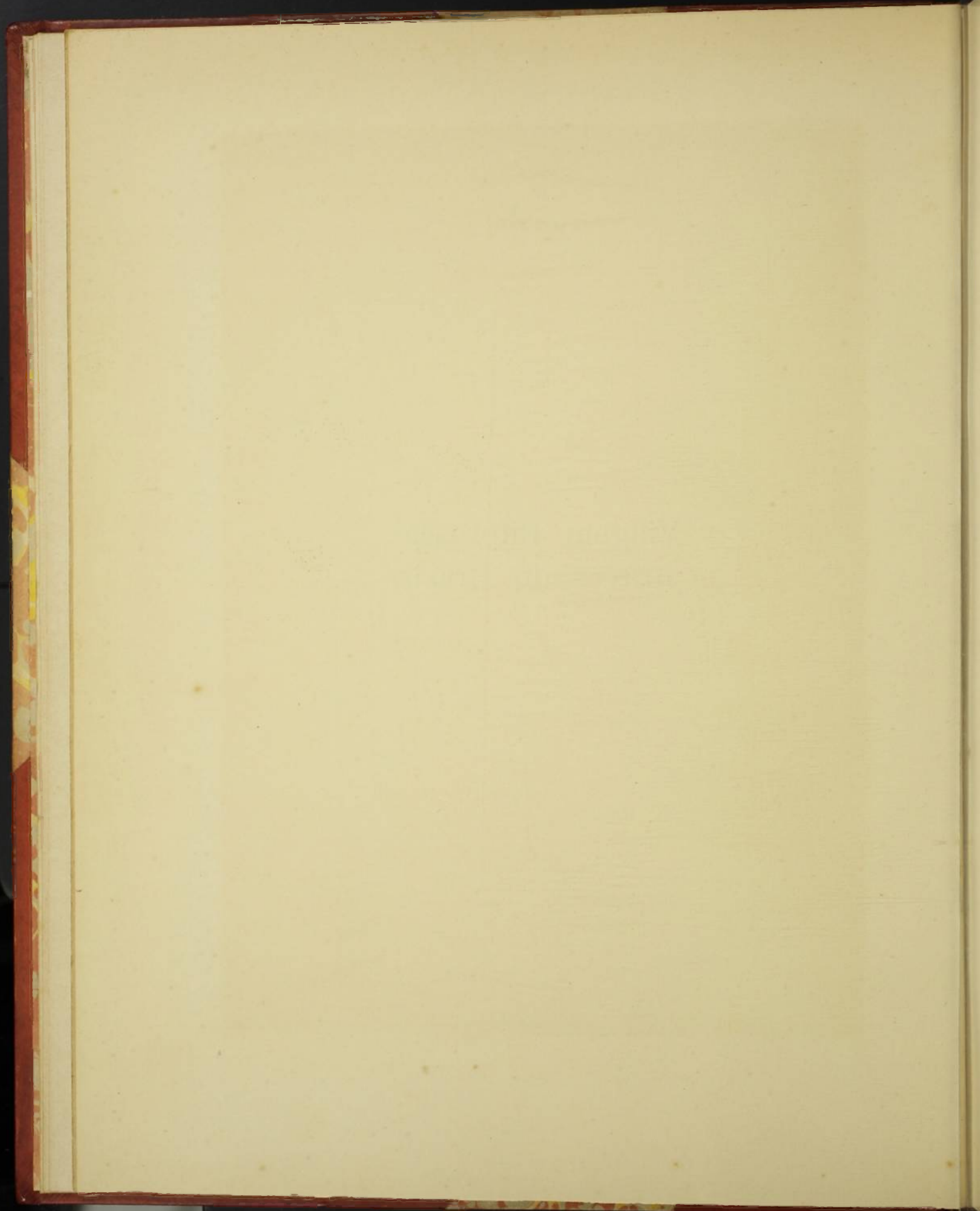
LIVRARIA MARTINS  
SÃO PAULO







Viagem Pitoresca  
através do Brasil





BIBLIOTECA HISTÓRICA BRASILEIRA

*Direção de Rubens Borba de Moraes*

I

João Maurício Rugendas

# Viagem Pitoresca através do Brasil

*Tradução de SERGIO MILLIET*



RUA DA QUITANDA, 82  
S. PAULO

Desta edição foram tirados 250 exemplares de  
luxo numerados de 1 a 250 e 25 exemplares  
de grande luxo numerados de A a Z.

R

~~W.A.S.~~



## JOÃO MAURÍCIO RUGENDAS

João Maurício Rugendas nasceu em Ausburg, em 1802, e morreu em Weilheim, em 1858. Pertencia a uma família de artistas. Nada menos de quatro Rugendas passaram à posteridade como pintores e gravadores, no século XVIII. O primeiro conhecido (George-Lourenço, 1666-1742), tataravô de João Maurício, celebrou-se como pintor de batalhas e caçadas e foi diretor da Academia de Ausburg. João Maurício estudou com seu pai que era professor e diretor da escola de desenho de sua cidade natal. Nada sabemos acêrca dos primeiros anos de vida de nosso pintor. Devia, já, entretanto, ter um certo nome na Alemanha, quando o destino o fêz empreender a sua primeira grande viagem.

Estava, então, na Europa, de volta de uma excursão aos Montes Urais, o diplomata Langsdorff. Acabava de obter do Czar, o crédito necessário para realizar, pelo sertão brasileiro, uma expedição científica de grande estilo. Rugendas foi contratado como desenhista da missão. Aquí chegando, logo abandonou os companheiros e pôs-se a viajar por conta própria. E' muito provável que se tivesse desavindo com Langsdorff. De fato, nessa época, o chefe da missão já devia estar com a saúde perturbada, cada vez mais agitado e lunático. Rugendas foi substituído no pôsto de desenhista da expedição por Amado Adriano Taunay.

E' conhecida a história dessa malfadada expedição. Depois de muita demora, seguiu para Mato-Grosso, via S. Paulo, dividiu-se em dois grupos, alcançou o Amazonas e voltou ao Rio, desfalcado de Taunay, que se afogara no rio Guaporé, e carregando o seu chefe, que enlouquecera, em pleno sertão. Parte do material colhido perdeu-se, e parte foi remetida para São Petersburgo, onde ainda deve existir, escondida em algum museu à espera que um erudito a descu-

bra. Consta que muito desenho de Rugendas foi remetido para a Rússia, antes da saída da expedição, do Rio de Janeiro.

Bem fez, portanto, Rugendas em abandonar Langsdorff e agir por sua conta.

Não possuimos um itinerário das excursões de Rugendas. Em vez de descrever a sua viagem, preferiu redigir, para acompanhar a publicação de seus desenhos, um longo estudo geral sobre as condições do Brasil, onde, entre muita idéia obscura e errada, existem observações interessantes e de incontestável valor, que merecem ser mais conhecidas.

De volta à Europa, Rugendas tratou de reunir cem dos desenhos feitos no Brasil, e publicá-los numa edição suntuosa, que appareceu no mesmo ano de 1835, em francês e alemão, em París, na litografia de Engelmann, talvez, o melhor e mais célebre estabelecimento desse gênero, que jamais houve.

Mais tarde, tornou ao Brasil, percorreu a América do Sul e o México, e voltou para sua terra natal levando uma enorme coleção de desenhos e pinturas. Publicou uma obra sobre o México, no gênero da que existe sobre o Brasil, e pintou, a pedido do rei da Prússia, uma série de vistas da América do Sul.

Depois de sua morte, muitos de seus desenhos foram para o Museu de Munich, onde ficaram guardados.

Em 1928, quando a Alemanha atravessava uma época terrível de crise financeira, Clovis Ribeiro e Wash Rodrigues, adquiriram do museu inúmeros desenhos originaes de Rugendas e trouxeram-nos para São Paulo. Oferecido o lote ao govêrno federal, êste não os pôde adquirir por falta de verba... Foram vendidos a particulares daqui todos os referentes a assuntos brasileiros, (cêrca de 400) a colecionadores argentinos e uruguaioes, aqueles que tratavam de assuntos rio-platenses (cêrca de 200). Dispersou-se assim uma coleção única, inestimável, oferecida ao govêrno por uma soma muito inferior ao valor que hoje teria.

De Rugendas, existem muitas pinturas a óleo, aquarelas, retratos e composições, em mãos de particulares, na América do Sul e na Alemanha. E' lamentável que não se tenha feito, até hoje, um estudo completo da obra de Rugendas, e que não se possua uma relação do conjunto dela, pelo menos da parte brasileira que existe nos museus da Alemanha, nas mãos de particulares, e possivelmente

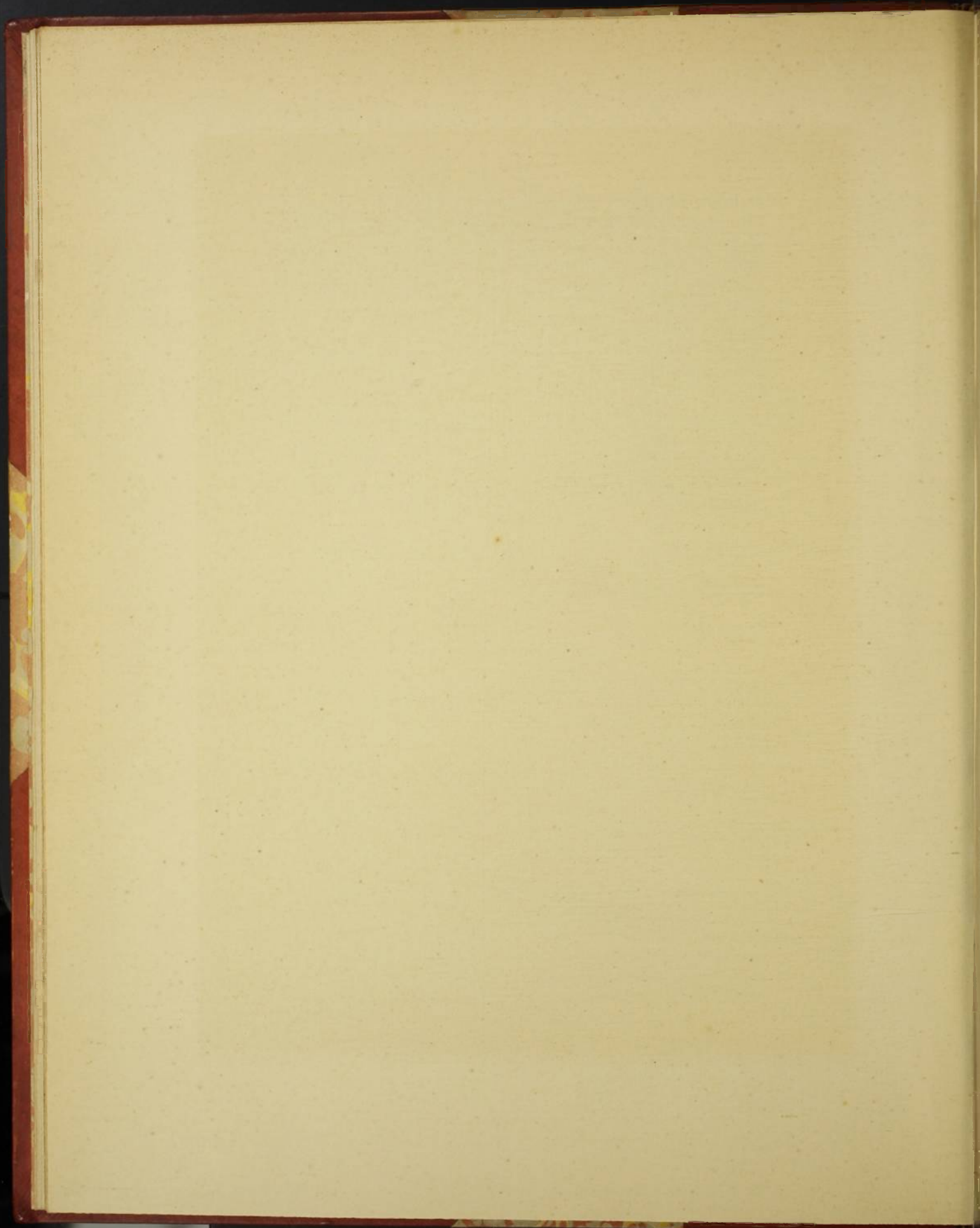


na Rússia. De fato, o pouco que se conhece do grande artista, tem para o estudo de nossa terra um valor documental inegualável. Rugendas não era somente um artista hábil, possuía um sentido muito agudo do pitoresco, sabia escolher a cena curiosa e característica e a paisagem típica. São justamente famosas as pranchas retratando cenas da escravidão e tipos raciais dos nossos escravos, documentos preciosos para o estudioso. Não menos apreciadas são as gravuras representando cenas de costumes regionais, compostas com mão de mestre, cheias de um sabor romântico, tão ao gosto do tempo, e tão cheias de encanto, hoje em dia.

E' bem merecida a fama da "Viagem pitoresca através do Brasil", e o alto preço que alcançam os exemplares completos e perfeitos, bem demonstra quanto é apreciada a obra do grande artista.

Escolhendo-a para reeditar, em primeiro lugar, nesta "Biblioteca Histórica Brasileira", cremos não ter errado.

RUBENS BORBA DE MORAIS.





## NOTA DO TRADUTOR

O texto da obra de Rugendas não se constitui apenas de descrições mais ou menos fiéis, em que certos erros de apreciação ou de terminologia poderiam ser corrigidos, de acôrdo com os nossos conhecimentos da vida brasileira durante o primeiro Império. A tais descrições se ajuntam comentários de ordem econômica, social e mesmo filosófica, o mais das vezes confusos. E ainda certas observações geológicas e geográficas, que escapam a uma colaboração intepretativa do tradutor.

Rever totalmente a "Viagem pitoresca através do Brasil", seria trabalho de crítica histórica, exigente de anotações, fora da nossa alçada, portanto. Por isso, abstendo-nos de comentários superficiais, procuramos, em vez de atualizar o livro, manter, na tradução, o mais possível, o espírito do autor e o seu estilo, conservando os erros do texto e só esclarecendo as confusões na medida em que julgamos se devessem a falhas gramaticas, de regência ou outras.

E' de observar, a propósito, que muitas cousas, para nós empoladas e obscuras, são perfeitamente claras e naturais, se consideradas à luz do romantismo da época. E, embora não se possa caracterizar o pensamento de Rugendas pela clareza e a elegância, ainda assim suas idéias se revelam menos nebulosas que as de muitos contemporâneos seus. Por outro lado, certos problemas, então ainda pouco agudos, como o da industrialização, o da mão de obra, o da conquista de novos mercados, debatiam-se dentro da especulação pura e simples, com raros dados e limitada objetividade. Quanto à questão do trafico dos escravos, às concepções filantrópicas se ligavam os conceitos de Jean Jacques Rousseau e se opunham os interesses escravagistas. Tão complexas situações provocavam, naturalmente, certa bruma nos espíritos mais brilhantes...

Ao lado, porém, dêses defeitos mais ou menos graves, da obra de Rugendas, forçoso é confessar que suas observações são muitas vêzes de grande lucidez e ventilam assuntos só agora esmiuçados pelas pesquisas sociológicas e antropológicas. Uma grande intuição guiava o autor, inspirando-lhe comentários vivos, notáveis, acêrca dos primeiros contactos entre as civilizações ibérica e ameríndia, da vida dos senhores de engenho e dos fazendeiros, da colonização européia, dos caracteres psicológicos dos habitantes das diversas regiões do Brasil, etc.

Rugendas foi, principalmente, um grande desenhista; não é portanto de se lhe exigirem uma acuidade e uma precisão estilística que nem sempre se encontram nos melhores escritores. Mas, mesmo amputada de suas belíssimas gravuras, com todos os seus erros e tôdas as suas confusões, sua obra constitue um dos mais curiosos e honestos documentos acêrca do Brasil antigo.

SERGIO MILLIET



## P A I S A G E N S

O país, tal como se apresenta ao viajante, os caracteres distintivos que se percebem logo ao primeiro contacto, o desenvolvimento dessas particularidades que o desenho não poderia indicar, a demarcação, finalmente, de divisões territoriais que chamaremos pitorescas por oposição às da administração política, eis tudo o que deve contêr êste primeiro caderno.

Se pesquisarmos as causas e as circunstâncias que provocaram essas divisões pitorescas, nós as encontraremos, evidentemente, nas diferenças do clima e do solo. Essas diversidades exercem, porém, tão grande influência sôbre as relações políticas e estatísticas dessas regiões, que o seu conhecimento facilitará bastante a nossa tarefa quando tivermos de nos ocupar mais particularmente com tais assuntos.

Nessa apreciação da disposição geográfica do Brasil, seis divisões principais se nos deparam. São elas as regiões do rio Amazonas, do Paraguai, do Paraná, do litoral sul, do São Francisco, e finalmente do Paraíba ou litoral norte. As três primeiras não pertencem inteiramente ao Brasil, mas tão sômente na sua maior extensão, e são limitadas por várias cadeias de montanhas. É verdade que a região do Amazonas constitue, mais exactamente, uma das principais divisões da América meridional e da encosta oriental dos Andes: entretanto a maior parte dessa região se encontra no Brasil. São as seguintes as suas fronteiras naturais: ao norte, uma cadeia de montanhas que, com nomes

diferentes, se estende de oeste para leste, separa esse território do do Orenoco e serve ao mesmo tempo de fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Essas serras, chamadas Serra Parima, Serra Paracaina, Serra Tumucumaque, despejam no Amazonas grande número de rios, entre os quais se destaca o Rio Negro que, por intermédio de Cassiquiare, liga o Orenoco ao Amazonas.

Ao sul e a leste, outra cadeia contorna a província do Amazonas e a separa das do Paraguai, do Paraná e do São Francisco. Essa cadeia começa nos confins do Alto Perú, dirige-se para o sudoeste até o 20.<sup>o</sup> grau de latitude e, em seguida, para nordeste até o 10.<sup>o</sup> grau, separando-se então em dois ramos que, formando um semi-círculo, fecham a bacia do Paraíba. É esta serra que fornece ao Rio Amazonas seus afluentes mais consideráveis, entre os quais citaremos o Rio Madeira, o Tapajós, o Xingú, o Uruguai e o Tocantins. Essa imensa região que, na sua maior largura, tem 22 graus, e mais ou menos o mesmo de comprimento, estreita-se cada vez mais na direção leste. O mais ocidental de seus rios, que corre do sul para o norte, acha-se separado das províncias do litoral norte e do Rio São Francisco pela parte setentrional dessa cadeia que poderíamos qualificar de interior. A primeira dessas duas províncias contém uma multidão de cursos de água que, do sul para o norte, desembocam no mar. Citaremos apenas o Paraíba, o mais importante deles. Suas fronteiras com o Amazonas, a oeste, e o São Francisco, ao sul, são constituídas pelo semi-círculo de montanhas formado pela cadeia principal do interior. Em verdade o São Francisco se joga no mar, a leste; entretanto seu curso se dirige principalmente do sudoeste para o nordeste e a província a que êle empresta o nome está separada da do litoral oriental primeiramente por parte da cadeia interior que segue a mesma direção e, a seguir, pela segunda linha paralela das montanhas do Brasil, com seus entroncamentos. Esta segunda linha, que chamaremos do litoral, parte da extremidade meridional do Brasil, seguindo depois, com nomes diversos, a costa, até o Rio São Francisco, onde



faz um cotovelo para oeste, o que a afasta um pouco do litoral; finalmente, mantendo-se mais ou menos a igual distância da costa e da cadeia interior, ela dobra para o nordeste, traçando assim a fronteira que separa a região do São Francisco da do litoral oriental, tendo a primeira ainda, por limite meridional, uma serra de ligação entre as duas cadeias. O que dissemos basta para demonstrar os limites da segunda, a qual compreende, portanto, o espaço deixado entre o mar e a segunda cadeia, a qual lhe fornece muitos rios, tanto na direção de leste como do sudeste. Em quasi tôda a sua extensão essa província marítima é cortada por uma cadeia de montanhas também paralela à costa e chamada serra do Mar. Esta não divide os cursos das águas mas abre passagens para os que vêm do interior.

Os limites das regiões do Paraguai e do Paraná, ressaltam também em grande parte do que expusemos, pois ao norte e a oeste são traçados pela parte ocidental da cadeia interior, pela parte meridional da segunda cadeia e, finalmente, pela serra de ligação de uma a outra. Uma pequena cadeia de montanhas interiores corre ao sul do Paraguai para separá-lo da província do Paraná; e quanto ao limite ocidental do Paraguai, é êle formado ainda por um entroncamento dessas montanhas interiores; mas êsse entroncamento, que se destaca para o sul, já não pertence ao Brasil e, em geral, as fronteiras desse império são, ao lado do Rio da Prata e do Alto-Perú traçadas por rios que cruzam as divisões naturais das províncias, formando bacias.

Comparemos agora as divisões políticas com as da natureza.

A imensa região do Amazonas forma a maior parte das províncias de Pará, Mato Grosso e Goiaz. A do litoral norte forma também a maior parte das províncias do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A região do São Francisco forma a província de Pernambuco e quasi tôda a de Minas Gerais. A região do litoral êste, além da parte restante de Minas Gerais, Ilhéus, forma os territórios de Sergipe, Pôrto-

Seguro, Espírito Santo, Rio de Janeiro, parte de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Quanto ao Paraguai, engloba êle a parte meridional de Mato Grosso; finalmente o Paraná reparte-se entre o sul de Goiaz, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Não se pode negar, quanto ao conjunto, uma certa coincidência entre as fronteiras naturais e políticas. Encontramo-las mais marcadamente na série das pequenas províncias que se formaram em estreitas faixas pela costa, de Santa Catarina ao Ceará, como que acompanhando o curso dos rios que aí se jogam no mar. Essa série só é interrompida pela província de Pernambuco, formada pela parte inferior ou setentrional da grande bacia do São Francisco. A oeste do Ceará as grandes províncias do Maranhão e Piauí coincidem com os dois rios mais importantes do litoral norte; finalmente, limites muito vagos, e apenas marcados por linhas retas muito arbitrárias, desenham na imensa região do Amazonas, tão pouco conhecida ainda, as províncias extensíssimas de Mato Grosso e Pará. Dêste ponto de vista as anomalias mais extranhas são as que se verificam nas províncias de Minas Gerais e de São Paulo, mas elas se explicam, quando se considera que a sua existência política e as suas fronteiras são devidas principalmente às minas de ouro, que se encontram dos dois lados das montanhas da costa. Assim, essa cadeia que serve de divisora das águas entre a costa oriental e o São Francisco, em vez de constituir também o limite entre Minas Gerais e províncias da costa, encontra-se quasi no meio da primeira, destinada a ser exclusivamente a província do ouro. Por certos aspectos, pode-se dizer o mesmo de São Paulo e, em geral, as divergências existentes no interior entre os limites naturais e políticos são o resultado das expedições organizadas pelos habitantes dessa província, no intuito de caçar escravos e descobrir ouro. Ademais, dêsse lado, as montanhas não são em regra muito elevadas.



A conformação geral do país exerce uma dupla influência sobre seu aspecto pitoresco. Em primeiro lugar por causa da altura e do recorte das montanhas, seu número e sua disposição em relação à planície; em segundo lugar, em virtude do clima e da vegetação. As partes mais elevadas do Brasil não são aquelas onde se encontra maior número de montanhas, mas sim de colinas. Falando apenas do ponto de vista pitoresco, poder-se-ia dizer que os Andes são as verdadeiras montanhas do Brasil, e isso também seria verdadeiro em geografia e em geologia, mas os Andes se encontram inteiramente fora do nosso horizonte e dos limites políticos deste império. Se, pelo pensamento, aproximássemos dos Andes as montanhas do litoral e da cadeia interior, estas seriam como que os seus contrafortes avauçados. Mas o que dá ao Brasil seu caráter tão peculiar é precisamente o imenso intervalo que separa seus Alpes, isto é os Andes, dos contrafortes da costa. Esse intervalo enorme, que compreende a maior parte do Brasil, o Amazonas, o Paraguai, o Paraná e o São Francisco, é menos uma planície elevada do que um amontoado, uma série confusa de colinas, as quais igualam em altura as primeiras cadeias de montanha, com cerca de três a quatro mil pés. É do seio desse mar que nascem, a oeste, as cadeias, as quais, a princípio pouco sensíveis, se erguem por degraus e constituem, desse lado, a fronteira do império. É somente ao se aproximarem do litoral que elas tomam um aspecto mais pronunciado, não que, em relação ao nível de mar, sua altura se accentue fortemente, mas de ambos os lados as colinas se abaixam cada vez mais em relação a esse mesmo ponto de referência, sem que sua altura relativa se modifique. Esse abaixamento progressivo determina o curso dos rios. É provável entretanto que esse curso é que tenha determinado a disposição das colinas. Basta o simples exame do mapa e da direção dos rios para percebermos esse declive, na região do Amazonas; inclina-se para o setentrão, a norte e a leste da cadeia

que qualificamos de interior, descendo, do outro lado, insensivelmente para o sul até o mar. Ao contrário, do lado de leste, os Alpes anteriores, que limitam essas regiões e as do São Francisco, se encontram bastante próximos do litoral e se elevam bruscamente.

Carecemos ainda de observações continuadas para podermos determinar o estado geológico das montanhas do Brasil. Concordam todos, entretanto, em reconhecer nelas formações primitivas, principalmente o granito, o qual, no entanto, se transforma em chistos micáceos ou em gnéis, pela adição mais ou menos considerável de mica. É o que parece ter acontecido especialmente no interior do país: do lado do litoral, no Rio de Janeiro, por exemplo, o granito domina. A terra pròpriamente dita, a que cobre a rocha, é uma argila vermelha; mas na costa, principalmente ao norte, na embocadura do Amazonas, do Paraíba, do São Francisco, formaram-se depósitos consideráveis de areia e de humus.

Na costa e nas baixadas das vizinhanças dos rios o clima é, em geral, úmido e quente; nas montanhas, ao contrário, e no interior, é êle sêco e fresco. O termômetro revelava, nas planícies, uma média de 26°,30'; nas regiões comuns 13°,20' Réamur. A estação das chuvas começa em outubro e termina em março.

O que dissemos é suficiente para mostrar as diferenças que apresenta o aspecto das costas, das margens dos rios, das montanhas e das colinas; mas a distribuição dos quadros varia de acôrdo com o lado pelo qual o viajante entra no país. Se vem de leste, percebe, ao longe, as formas ousadas das montanhas graníticas que ora se afastam e ora se aproximam do mar e que, no Rio de Janeiro, se estendem até as águas. Para atingir então a região das colinas superiores, é preciso que o viajante atravessasse várias cadeias de rochedos, antes de alcançar as montanhas abruptas que chamamos de Alpes avançados dos Andes. Não se faz necessário que torne a descer demasiado para se encontrar na região interior das colinas. O mesmo não ocorre a



quem vem da costa norte, ou melhor, de tôda a extensão de costas compreendidas entre o rio São Francisco e o Amazonas. O litoral é aí plano, pantanoso e arenoso ou adornado com simples colinas; podem-se percorrer as imensas regiões do Amazonas, do Paraíba e mesmo do São Francisco, sem atravessar montanhas dignas de menção. Passa-se de uma série de colinas a outra, até a nascente dos rios, até os cimos pouco elevados da cadeia interior, cuja altura acima do nível do mar é, no entanto, igual à das mais altas montanhas da costa oriental onde vão morrer. Essa transição progressiva da costa para os pontos mais elevados do país, dá a mesma graduação às variações do clima e da vegetação; para o viajante que chegue, por exemplo, do Rio de Janeiro, essas variações parecem a um tempo repentinas e muito pronunciadas. Em geral, no Brasil, o clima e a vegetação orientam-se mais pela topografia do país do que pelos graus de latitude, e, nos lugares de idêntica situação, poucas diferenças locais se observam entre as províncias do norte e as do sul; são a altura acima do nível do mar e a proximidade dos rios e das águas que as provocam. Tanto à beira-mar como à margem dos rios, encontra-se a vegetação de florestas que, a pouco e pouco, se unem às que se podem chamar primitivas; desaparecem na medida em que se avança para o interior, bem como se fazem raras nas proximidades das nascentes dos rios. Finalmente, onde a costa marítima se apresenta cheia de rochedos, como a parte meridional da do oriente, e onde ela se compõe de paludes e de dunas, como acontece no norte, não se encontram tão pouco florestas. Em Pernambuco, Ceará, Rio Grande, Maranhão, etc., vários dias de marcha em direção ao interior das terras são necessários para encontrá-las; ao contrário, elas se situam a pequena distância da costa, entre Santa Catarina e Sergipe. Nessa região pouco demora para que se encontrem florestas nativas, de maneira que a divisão por nós chamada de costa oriental, apresenta ao mesmo tempo as mais belas formas de montanhas e a vegetação mais exuberante. No

que diz respeito às modificações provocadas no aspecto do país pelas benfeitorias do homem, deve-se observar que as plantações, em sua maioria, ocupam, a beira-rio, o espaço vago deixado pelas florestas, ao passo que as colinas da região interior são animadas pelos sítios esparsos, pelo gado e pela exploração das minas.

Passemos agora a uma descrição mais pormenorizada das diversas regiões do Brasil.

O litoral, primeiro objeto que atrai a atenção do europeu, apresenta tão grandes divergências que é impossível compreendê-lo numa mesma descrição geral. Ao sul da costa oriental, onde as montanhas e as florestas nativas se aproximam do mar, a paisagem mostra, em segundo plano, ou mesmo logo acima do mar, as massas vigorosas e piramidais das formações primitivas, e, ao longo de suas bases, desenham-se, em verde-escuro, as florestas virgens que as acompanham; mas onde, expremendo a costa, as montanhas mergulham suas rochas na própria onda, o litoral é nú; apenas se vêem alguns grupos esparsos de palmeiras-côcos de estirpe frágil e esguio; límpidos riachos precipitam-se do seio de golfos selvagens cobertos de bosques, à beira das quais se encontram choças dispersas de pescadores ou pequenas plantações. Se, menos abruptas e rochosas, as montanhas se afastam da costa para ceder espaço às florestas primitivas que lhes cobrem os flancos suaves, a orla dessas florestas verde-escuras e encimadas de pontas de rochedos, cerca-se ela própria, de uma cintura de árvores de menores dimensões. Nessa cintura encontram-se palmeiras das espécies pequenas, loureiros, e, mais perto da praia, grande número de arbustos com flores odoríferas e de plantas vivazes.

O espaço deixado por essa guirlanda, cujas flores envolvem a floresta primitiva, é arenoso e a praia mostra-se desprovida de grandes vegetais. Em compensação aí se deparam muitas trepadeiras que se destacam tanto pela cor de suas flores como pela forma de suas folhas. O capim amarelo, duro e picante



encontra-se por tôda parte; há entretanto prados verdes, principalmente na embocadura dos rios; às vêzes observam-se lagoas cercadas de bancos de areias ou pântanos, cujos arbustos e canas são impenetráveis. Acrescentem-se grupos de palmeiras e a vista do mar e ter-se-á esboçado o quadro das costas perto do Rio de Janeiro, onde a Serra do Mar se apresenta mais elevada e se aproxima mais de perto da costa. A primeira prancha mostra o panorama da Praia Rodrigues, ao sul do Rio de Janeiro.

Mais as montanhas se afastam do litoral e se abaixam, para o norte, perdendo-se em meio das colinas interiores, mais a costa se torna nua e arenosa. Muitas vêzes o viajante, após várias jornadas, encontra apenas humildes colinas de terra argilosa ou verdadeiros desertos de areias movediças ou ainda capim sêco. De distância em distância, árvores de um verde-escuro cuja fôlha espêssa apresenta a consistência do couro; de quando em quando cisternas de água salobra e, às vêzes, à beira de rios ressequidos, algumas choças miseráveis, cujos habitantes já não ousam esperar sobreviverem à fome que os ameaça, enquanto seu gado esquelético pede, mugindo, um alimento e uma bebida que lhes são recusados. Aquí e acolá vêem-se, na areia, rochedos singulares cujas formas, juntamente com pedaços de conchas encontrados, levam a crer se extendesse outrora o mar sôbre essas regiões, por êle ainda invadidas na época das chuvas. É sòmente à margem dos grandes rios, e mais longe no interior, que êsses desertos se transformam em florestas e em campos de rica vegetação, sendo que, na embocadura do Amazonas, cedem o lugar a pântanos imensos e impenetráveis.

Não é possível tão pouco dar de tôdas as margens dos rios uma descrição geral. Em primeiro lugar, como afirmam os srs. Spix e Martius, cada um dêsses grandes rios parece possuir sua vegetação peculiar. Aguardamos com impaciência os pormenores que nos prometem para o segundo volume de sua interessante obra e no qual devem ser descritos os grandes rios das províncias setentrionais, o Tocantins, o Paraíba e o litoral

do Amazonas. Entretanto, os da costa oriental, a que nos restringimos aqui, apresentam também diferenças muito marcadas, com suas margens ora montanhosas, ora onduladas ou constituídas de paludes, com a floresta primitiva atingindo-lhes as águas ou com margens cobertas de vegetação menor e de plantações. As paredes brancas das habitações são de um aspecto agradável sob a verdura das laranjeiras, das bananeiras, das mangueiras que as cobrem. Enquanto a frágil palmeira agita no ar as suas palmas flexíveis, no fundo as florestas virgens e as montanhas completam o quadro.

Quando as margens são baixas enchem-se o mais das vezes de arbustos impenetráveis. No entanto, em geral, árvores de todos os tamanhos aparecem em grande quantidade e variedade. A abundância de flores, a beleza das formas muito contribuem para dar à paisagem um caráter "sui generis". Encontra-se a Cana-uba com suas flores em forma de flâmulas; o bambú elegante; as avicênias, as bignônias e outras espécies trepadeiras de fôlhas abundantes e de flores de côres vivas. Diante do viajante, marrecos de várias espécies, martins-pescadores e outros pássaros aquáticos levantam vôo de quando em quando, ao mesmo tempo que lindas garças brancas se refugiam na copa das árvores. Nos lugares onde as ondas do mar se misturam com as dos rios, as margens pantanosas se enchem de tufos de mangles que invadem tudo, jogando suas sementes dentro das águas. A maré baixa põe a descoberto imensa quantidade de conchas, ostras e caranguejos presos a suas raízes. Não raro essa vegetação é tão alta que dificilmente o viajante consegue descortinar, ao longe, os cimos das florestas nativas ou os picos das montanhas; pois só raramente essas florestas virgens atingem a própria margem do rio. Nossa segunda prancha, que representa Inhomérin, na Baía do Rio de Janeiro, pode dar uma idéa dêsse tipo de paisagem. Os rios abrem muitas vezes seu caminho através das montanhas e se precipitam em cascatas numerosas. Mais além, banham êles as colinas peladas do interior



e aí suas margens são nuas ou apenas recobertas de arbustos do gênero dos salgueiros.

As florestas nativas constituem a parte mais interessante das paisagens do Brasil; mas também a menos susceptível de descrição. Em vão procuraria o artista um pôsto de observação nessas florestas em que o olhar não penetra além de poucos passos; as leis de sua arte não lhe permitem exprimir com inteira fidelidade as variedades inumeráveis das formas e das cores da vegetação de que êle se vê envolvido. É igualmente impossível suprir a essa falha por meio de uma descrição e muito erraria quem imaginasse conseguí-lo através de uma nomenclatura completa ou de uma repetição frequente de epítetos ininteligíveis ou demasiado vagos. O escritor vê-se manietado pelas regras da sã razão, e pela teoria do belo, dentro de limites tão estreitos quanto os do próprio pintor e a que é dado sômente ao naturalista transpor. Para estabelecer uma comparação entre as florestas do Brasil e as mais belas e antigas do nosso continente, não basta ressaltar apenas a maior extensão das primeiras, ou o tamanho das árvores, faz-se imprescindível assinalar ainda, como diferenças características, as variedades infinitas das formas dos troncos, das fôlhas e dos galhos, além da riqueza das flores e da indizível abundância de plantas inferiores e trepadeiras que preenchem os intervalos existentes entre as árvores, contornam-nas e enlaçam-lhes os galhos, formando dessa maneira um verdadeiro cáos vegetal. Nossas florestas não podem sequer dar-nos uma idéia mesmo longínqua. Nas florestas primitivas, as árvores e as fôlhas são aquilo que oferece ao europeu maior analogia com o que êle já conhece; mesmo assim algumas há com um caráter bem particular. Citarei a figueira da América, cujas raízes parecem contrafortes dos troncos, a cecrópia de grandes fôlhas pendentes, prateadas, os mirtos esguios e as begônias de flores amarelo-ouro. As inúmeras variedades de palmeiras são inteiramente inéditas para o europeu, bem como as árvores da espécie dos fêtos, produtos de um

mundo desconhecido. Em vão tentaríamos exprimir por palavras a graça e a beleza desses seres que os poetas, à míngua de expressões capazes de pintá-los, nos apresentam como a própria perfeição. Várias espécies de palmeiras atingem uma altura de duzentos pés, balançando suas leves cabeças por cima das árvores mais altas da floresta. O pinheiro, com seu verde sombrio, aparece isolado no meio dessa rica vegetação. Aquí a natureza produz e destrói com o vigor e a plenitude da mocidade: dir-se-ia que revela com desdém seus segredos e tesouros diante do homem, o qual se sente atônito e humilhado ante essa fôrça e essa liberdade de criação.

A natureza animal revela também admiráveis riquezas de formas e côres. As copas das árvores são movimentadas por bandos de macacos ou papagaios e outros pássaros de plumagem variegada. As borboletas, pela beleza das côres, rivalizam com as flores sôbre as quais se pousam e só são vencidas pelos diamantes, rubís e esmeraldas do colibrí que bebe no mesmo cálice. Os estranhos edifícios das formigas atraem também o olhar do estrangeiro. Um sussurro contínuo e misterioso aumenta ainda o sentimento de êxtase que o penetra; ao longe ouve-se o estalo do bico do tucano, os sons metálicos da araponga, semelhante ao barulho do malho sôbre a bigorna; os gritos queixosos da preguiça, os verdadeiros mugidos de uma espécie de enormes sapos; finalmente o canto das cigarras anunciam o cair da noite. Os vagalumes despreendem milhares de faíscas e, como lúgubres espetros, os morcegos ávidos de sangue passeiam na solidão em vôo pesado; o rugido longínquo dos tigres, o murmúrio dos rios e o crepitar das árvores caídas interrompem por intervalos a serenidade do silêncio.

A natureza inanimada está, ela própria, em harmonia com essas grandes imagens oferecidas pelas florestas primitivas da serra do Mar. Se, de um ponto mais elevado ou desbastado, o olhar consegue alcançar as montanhas, depara com massas ousadas desenhadas nas cadeias graníticas do interior; e mesmo nas



florestas vêem-se, não raro, blocos de rochedos tendo no seu cimo achatado jardins de belas flores. Quanto mais se avança nessas florestas, menos aberturas se encontram; pode-se andar durante vários dias sem que o céu se mostre senão de quando em quando, através das abóbadas aéreas cuja verdura cobre o viajante. A alma sente-se exausta e oprimida; anseia por uma nesga de céu, deseja rever as constelações que, mesmo sôbre mares inimigos, são o consôlo e a esperança do navegante.

Finalmente o horizonte se alarga: abandona-se a noite espessa das florestas em troca das colinas do interior; respira-se afinal o ar das montanhas e saúda-se o firmamento. Os habitantes chamam essas regiões de "campos gerais" por causa de sua imensa extensão. Êsses campos, vindo-se de leste pelas montanhas, apresentam inicialmente uma grande diversidade de terrenos e, como os Alpes anteriores do Tirol e da Suíça, formam grandes vales, onde as florestas se misturam aos prados em meio a horríveis precipícios. Nossa prancha n. 4 dá-nos uma idéia com a vista da serra do Ouro Branco. A vegetação muda de aspecto à medida que nos afastamos das florestas primitivas: estas cercam-se primeiramente de uma orla de bosques floridos sobrepujados por palmeiras e fêtos. Vêem-se grupos de árvores de casca espessa, de galhos separados de curvatura diversa, de fôlhas secas e de um verde pálido; no meio dêsses grupos as formas grotescas do cactus e dos pinheiros, cujos galhos formam em tórno da árvore uma abóbada impenetrável à luz do dia. Êsses pinheiros são, nos campos, os postos avançados das florestas virgens, tal qual as palmeiras na costa. Mas ao penetrar o interior, o viajante deixa logo para trás essa região de taboleiros: a vegetação se torna mais rara, as grandes árvores se isolam e colinas ricas de relva e de flores surgem diante da vista. No entanto não as podemos chamar de prados, porquanto seu aspecto é totalmente diferente das planícies do Velho Mundo. As dos campos gerais são raramente extensas; o

mais das vèzes só se percebem as colinas que as cercam e, ao passo que nas planícies da Ásia, imensas regiões são tomadas por algumas famílias de vegetais, os campos gerais conservam a variedade das côres e das formas que se observa nas florestas primitivas, o que substitue o verde agradável dos prados da Europa. Em meio ao capim fino, pálido e sêco, numerosos espécies de rubiáceas e de malpígeas cobrem o solo de flores variadas, elevando-se os fêtos entre as lileáceas. As congonhas, os acajús nanicos, formam pequenos bosques. O solo é de argila dura e recoberto de fragmentos de quartzo. Às vèzes as rochas atravessam êsse mar de colinas, sob forma de tórres, de muralhas e de ameias; e quando os raios do sol se refletem nas suas superfícies de mica, essas rochas resplendem com um brilho soberbo. Elas barram o curso dos rios e os forçam a fugir, de queda em queda, ou a transformar em lagoas o fundos dos vales.

O reino animal adquire aquí um caráter mais calmo e que contrasta com a variedade e a movimentação das espécies nas florestas virgens. Pequenos bandos de avestruzes correm na capoeira, enquanto os galináceos procuram sua alimentação. No alto pousam os tucanos de asas coloridas, o tangará vermelho, o jabirú que espreita as serpentes quando elas vêm estirar-se ao sol. Só muito raramente os bandos de papagaios vindos das florestas ou voltando a elas interrompem com seus gritos desagradáveis o silêncio da colinas.

O viajante só póde esperar encontrar homens e benfeitorias humanas nos limites dêsses campos: algumas habitações esparsas e raras plantações, ou então choças de boiadeiros que conduzem inumeráveis rebanhos de vacas e cavalos. De quando em vez encontram-se longas tropas de mulas, que mantêm o comércio entre as províncias pastorís e mineiras e as da costa. Na província de Minas Gerais, e parte da de Goiaz, as excavações provocadas pela exploração do ouro, dão um caráter especial ao



aspecto geral da região. Pode-se ver na prancha 5 um panorama dos campos da província de Minas Gerais. O Rio das Velhas banha a região e ao longe ergue-se a Serra do Curral del Rei.

E' preciso fazer uma menção especial aos pantanais e lagos que se encontram na parte mais alta do interior do Brasil, e que na estação das chuvas ocupam quasi tôda a região brasileira do Paraguai. Êsses pantanais eram outrora frequentados pelos habitantes de S. Paulo que por água, pelo Tietê, Paraná, Rio Pardo, Taquarí e Paraguai, comerciavam com a província de Cuiabá: hoje, êsse comércio faz-se por terra, através da Serra Fria, e por Minas Gerais. A julgar pelas descrições que temos dessas lagoas, dos rios que nelas nascem, de suas ilhas, a natureza animal e vegetal é aí de grande riqueza. As pirogas dos habitantes de São Paulo navegam entre imensas plantações de arroz e às margens dos numerosos canais crescem moitas de palmeiras de espécie desconhecidas e de arbustos floridos; as águas, finalmente, povoam-se de pássaros aquáticos, peixes, monstruosos jacarés.

Carecemos entretanto, completamente, de noções detalhadas acêrca dessa parte do Brasil, nenhum europeu a tendo ainda visitado ou descrito.

## P A I S A G E N S

A baía do Rio de Janeiro é de forma oval e regular, com inúmeros golfos e promontórios. Seu maior comprimento, de sul a norte, é de cinco léguas e sua maior largura, de oeste a leste, é de quatro. Entra-se na baía, vindo do oceano, por um canal mais estreito, ou melhor, por uma espécie de vestibulo não menos irregular, cuja saída para a baía tem mais ou menos uma légua de largura, ao passo que do lado do mar a entrada é de mil braças. É essa embocadura exterior da baía do Rio de Janeiro que a primeira prancha dêste caderno representa; foi ela desenhada em pleno mar, a pequena distância da terra. À esquerda, o olhar se fixa na estranha pirâmide de pedra do Pão de Açúcar, cuja configuração fica gravada na lembrança de todo marinheiro que tenha navegado uma única vez que seja ao longo dessa costa. Ao pé do Pão de Açúcar, distinguem-se, numa faixa de terra avançada, as baterias de São Teodósio que, dêsse lado, defendem a entrada. Em face vê-se a fortaleza de Santa Cruz; finalmente, entre ambas, a pequena ilha de Lages, igualmente fortificada, que divide a embocadura da barra em dois canais dominados inteiramente pelo tiro de seus canhões. No fundo, entre o forte de São Teodósio e a ilha de Lages, percebe-se a de Villegaignon, coberta também de obras de defesa, e mais longe a ilha das Cobras. Quanto à cidade, ela se esconde atrás dessas duas ilhas e do Forte São Teodósio. Logo depois dessa



entrada, a costa se retira e se afasta de ambos os lados para formar duas enseadas profundas. A da esquerda, que acompanha a costa ocidental, tem o nome de Botafogo; limita-se, ao norte por uma ponta eriçada de colinas (Morro do Flamengo) para trás da qual a costa toma uma direção bastante reta para o norte, até um outro promotório menor e também cheio de rochedos (Morro de Nossa Senhora da Glória), assim chamado por causa da capela nele construída. Daí por diante a costa se dirige primeiramente para o norte, em seguida faz uma ligeira curva para leste, formando, na Ponta do Calabouço, um ângulo agudo; por trás desta ponta segue, durante um pequeno espaço, a direção de noroeste, até formar um ângulo obtuso no Morro de São Bento. Aqui começa a baía pròpriamente dita, retirando-se a costa para éste.

A costa oriental forma, logo depois da entrada, representada na nossa primeira prancha, uma enseada profunda e irregular chamada Saco; há em seguida, uma faixa de terra rochosa e duas pontas. A do sul, chamada Ponta de Nossa Senhora da Boa Viagem, tem uma capela; a do norte apelida-se Ponta da Gravata. Êste promontório, juntamente com a Ponta do Calabouço, situada bem de frente, forma a entrada da barra interior, que logo vemos alargar-se de ambos os lados. A costa da baía é montanhosa, tal qual a dêste canal ou vestibulo anterior, e não raro os rochedos se estendem até o mar. Todavia as montanhas da costa oriental são, em geral, menos altas e de formas menos espantosas e pitorescas que as da costa ocidental, onde sobressai principalmente a enorme massa de rochedos do Corcovado. Inúmeros rios desembocam na baía e formam baixios arenosos e pantanosos e, ao longe, erguem-se as pontas buiriladas da Serra dos Órgãos e da Serra da Estrêla. Há na baía muitas ilhas, em sua maioria rochosas e pouco extensas. A maior está proxima da costa ocidental: chama-se Ilha do Governador. Fortificaram-se algumas à entrada da baía, destinando-se à defesa da cidade do lado do mar e à proteção dos diversos

ancoradouros. Citaremos, entre estas, a Ilha de Lage, na entrada, a de Vilegaignon e a das Cobras de que já falamos.

A cidade do Rio de Janeiro está situada na costa ocidental, precisamente no ângulo que, desse lado, fecha a garganta da baía para o interior. A parte mais antiga da cidade, e também a maior, está construída sobre uma pequena planície irregular, encaixada entre duas filas de colinas rochosas e sem ligação entre si. A fila meridional atinge a Ponta do Calabouço e comporta a Fortaleza de São Sebastião; a fila setentrional termina no Morro de São Bento. É entre êsses dois pontos que atracam comumente; aí se acham os cais, o paço do Palácio Imperial e, defronte do Morro de São Bento, a pequena distância, a Ilha das Cobras. A oeste, essa parte da cidade é separada por uma grande praça, Campo de Sant,Ana, do bairro mais moderno de igual nome. A oeste desse arrabalde alguns riachos, juntamente com um braço de mar ou baixio, formam uma espécie de pântano, Saco do Alferes, o qual separa essa parte da cidade dos bairros mais afastados de Mata-Porcos e Catumbí. Atravessa-se Mata-Porcos numa estrada em forma de dique e passa-se a ponte de São Diogo para chegar ao castelo real de S. Cristóvão, meia milha adiante.

As casas da cidade velha alinham-se pela praia, na medida em que as colinas rochosas o permitem. Estendem-se, para o sul, até a capela de Nossa Senhora da Glória, passando por detrás do montículo em cuja ponta mais avançada se encontra o convento, e voltando à enseada do Catete, que não apresenta elevações, e, mais adiante, ao sul, alcançando a Praia do Flamengo até a baía do Botafogo. Seria entretanto ousado afirmar que Catete e Botafogo pertencem à cidade; pois as ruas são aí interrompidas constantemente por jardins e até por plantações. Os vales que descem em direção à costa também se ligam à cidade através de inúmeras chácaras e jardins. A mais agradável delas é a que chamam de Laranjeiras, nas proximidades do Catete.



O Rio de Janeiro é inteiramente desprovido de edifícios realmente belos. Entretanto alguns há que impressionam pelo tamanho e pela posição. Assim por exemplo a catedral da Candelária, a Igreja de São Francisco, e inúmeros conventos construídos em sua maioria nas colinas que se erguem dentro da própria cidade. Citaremos São Bento, Santo Antônio, Santa Teresa, e o Castelo de São Sebastião, além de outros edifícios públicos, como por exemplo os da Academia e do Museu, o da Prefeitura da Praça Sant'Ana. O Palácio Imperial é um edifício vasto e irregular da pior arquitetura; o do Arcebispo é de melhor gosto. Na parte antiga da cidade as ruas são estreitas mas regulares; cortam-se em ângulos retos e quasi tôdas são calçadas e providas de passeios. As casas dêsse bairro são em geral altas e estreitas. O telhado é pontudo e nada na sua construção lembra o clima dos trópicos. Têm quasi sempre três ou quatro andares e sòmente três janelas nas fachadas. Como as janelas são muito compridas, a desproporção existente entre a altura e a largura das casas torna-se mais chocante. A arquitetura é muito melhor nas partes modernas da cidade e principalmente no bairro de Sant'Ana; as casas aí são mais baixas com telhados menos pontudos e estão se construindo agora edifícios de muito bom gosto. Nos bairros mais feios, na costa setentrional, na vizinhança do Saco do Alferes, e finalmente nos arrabaldes de Mata-Porcos e Catumbí as ruas são bastante irregulares e sujas. As residências não passam em geral de miseráveis choupanas, esparsas ao acaso ou empilhadas umas contra as outras, entre as colinas e o mar.

Em verdade, o atual govêrno trabalha com grande atividade no embelezamento da cidade e nas construções, mas isso não vai sem grandes dificuldades; por tôda parte torna-se necessário fazer saltar os rochedos para a abertura das novas ruas e dos cais e para dar maior regularidade às que já existem. A mais útil e a mais importante das construções do Rio de Janeiro é sem dúvida a do aqueduto da Carioca, terminado em 1740. Por êle é

trazida a água excelente do Corcovado, que se encontra a mais de uma légua; parte dessa distância ela a percorre sôbre arcos bastante altos.

Talvez não exista no mundo uma região como a do Rio de Janeiro, com paisagens e belezas tão variadas, tanto do ponto de vista da forma grandiosa das montanhas como dos contornos das praias. Em virtude da multidão de enseadas e promontórios, há uma variedade infinita de panoramas, tanto para o lado da cidade como para as montanhas, tanto para o lado da baía e suas ilhas como para o mar alto. Não são menores a riqueza e a variedade da vegetação. Alguns grupos de árvores dessas florestas primitivas, que cobriam outrora as colinas e as encostas das montanhas, permaneceram na vizinhança imediata da cidade. Nos vales mais longínquos e nos flancos menos abruptos dos montes, êsses grupos transformam-se em bosques extensos encimados por rochas nuas. Mais perto da praia, as colinas e os vales enchem-se de plantações de café e chácaras esparsas, cercadas de bosques deliciosos e floridos de árvores e arbustos dos trópicos. Enfim, esboçando melhor o panorama da vegetação dêsse país, observam-se, cá e lá, alguns grupos de palmeiras esguias e de fêtos. Os baixios a oeste da cidade, do lado do Saco do Alferes, inundam-se no momento da maré e na estação das chuvas, e o mangle as invade assim como invade o recôncavo da baía e a embocadura dos rios. Aliás os terrenos ribeirinhos no Rio de Janeiro são mais ou menos incultos; apenas se encontram algumas plantações esparsas em frente da cidade, entre a Ponta da Gravata e o Armazém. Aí se situam as aldeias Praia Grande, São Domingos e, mais adiante, a Vila de São Lourenço, habitadas pelos descendentes da população primitiva do país.

Depois dêsse golpe de vista topográfico sôbre o Rio de Janeiro, não nos será difícil explicar as gravuras dêste caderno.

A segunda prancha é uma vista geral da cidade, na sua maior extensão ao longo da costa, desde o Convento de São Ben-



to até a enseada do Botafogo. À esquerda, pode-se reconhecer o Pão de Açúcar e a entrada da baía com o forte de São Teodósio e a Ilha de Lages; em seguida, na direção da costa e para a direita, vemos avançar a saliência do Flamengo, a Praia do Catete; e, mais à direita ainda, o Convento de Nossa Senhora da Glória, adiante do qual, um pouco à esquerda, destacam-se os ângulos das baterias de Villegaignon. Mais longe, à direita, erguem-se o Morro e o Castelo de São Sebastião e, em seguida, a cidade pròpriamente dita na qual se distingue a Catedral. Em primeiro plano o ancoradouro que se estende até o Morro de São Bento, mais ou menos protegido pelas ilhas fortificadas das Cobras e dos Ratos. Acima desta parte da cidade, e por trás dela, observa-se uma colina de granito de altura média; é o Caracol. Ergue-se do seio da baixada pantanosa do Saco do Alferes, nas vizinhanças do Castelo Imperial de S. Cristóvão. A cadeia de montanhas que forma o fundo do quadro chama-se Serra de S. Cristóvão; prolonga-se em seguida para a esquerda, até atingir os contrafortes do Corcovado, que apresentam também muitos cones e dentes, alguns com nomes especiais. Designa-se em geral por Corcovado o mais alto pico dessa cadeia, o qual se ergue exatamente por trás da praia do Catete; sua altura é de mais ou menos dois mil pés e está afastado da costa cêrca de meia légua.

Nossa prancha 3 representa a cidade e a baía, vistas do lado da serra. O espectador está colocado perto do grande aqueduto Carioca, numa das colinas que vão do Corcovado à praia. Atrás da cidade, a oeste, e sôbre a primeira colina à direita, vê-se o Convento de Santa Teresa e, ao pé dêsse convento, alguns arcos do aqueduto da Carioca. No fundo, ergue-se o Morro de São Sebastião com sua fortaleza, à esquerda da qual aparece o Morro de São Bento com o seu convento. À sua frente, em baixo, extendem-se parte do bairro de Campo de Sant'Ana, a cidade velha, a Catedral de Nossa Senhora da Candelária, e a Igreja de São Francisco de Paula. Para além, o ancoradouro e a Ilha das

Cobras. À esquerda de São Bento, uma série de colinas esconde a parte da cidade situada na costa setentrional. Distingue-se ainda, à esquerda, o bairro de São Cristóvão e mais longe, a certa distância do mar, o Castelo Imperial de igual nome. Por cima da cidade, vêem-se a baía e as ilhas e, em último plano, à esquerda, a Serra da Estrêla; à direita, os dentes singulares da Serra dos Órgãos que vai confundir-se com a Serra de Sant'Ana.

A prancha 4 representa a cidade vista da plataforma do Convento de Nossa Senhora da Glória, o qual, na prancha precedente, se acha escondido pelas colinas da direita. À esquerda, no reverso da colina, percebe-se o Convento de Santa Teresa, e em baixo a parte do aqueduto que a prancha precedente mostrava em menor. Do pé desta colina, a cidade se estende até o Morro de São Sebastião. Por cima e por trás da cidade, ergue-se o Morro de São Bento, que se pode ver à esquerda da Catedral. Também é possível distinguir uma parte do ancoradouro. À direita do Morro de São Sebastião, a Ponta do Calabouço avança dentro da baía. Grande parte da cidade antiga acha-se atrás do Morro de São Sebastião. O bairro e o campo de Sant'Ana são velados pelo morro de Santa Teresa e pelo Morro de Santo Antônio, em cuja encosta há um convento de igual nome. O grande edifício que se vê ao pé do Morro de São Sebastião era antigamente um convento de mulheres; hoje, parte desse edifício serve de caserna e de hospital e diante dele estende-se o Passeio Público até a praia dita das Freiras.

A prancha 5 mostra uma vista tomada da colina de Nossa Senhora da Glória, mas do lado oposto, isto é, para o sul, para o bairro do Catete, que passa à esquerda, por trás do Morro Flamengo, para atingir a praia de Botafogo. À direita, ergue-se o Corcovado, em baixo do qual se forma o vale das Laranjeiras. À esquerda, o Pão de Açúcar põe fim à série de rochedos que cerca o Botafogo.



## P A I S A G E N S

As cascatas da Tijuca constituem um dos panoramas mais pitorescos das cercanias do Rio de Janeiro. A estrada que para lá conduz atravessa o bairro de Mata-Porcos, perto do Palácio Imperial de São Cristóvão, e segue o riacho de Tijuca na encosta setentrional do Corcovado, passando ora entre férteis plantações de laranjeiras, de bananeiras, de café, ora no meio de bosques floridos de tufos de trepadeiras, ora enfim por baixo de grupos isolados de magníficas palmeiras ou de árvores de espessa folhagem, restos da antiga floresta virgem. E, à medida que nos afastamos da cidade e penetramos mais profundamente os vales rochosos dessas montanhas, tais árvores se tornam mais frequentes, mais copadas e vigorosas. A mais ou menos uma légua do Rio de Janeiro, um riacho se precipita dos cimos mais elevados do Monte Tijuca e joga-se de uma parede rochosa de cento e cinquenta pés mais ou menos de altura. Outro riacho, que corre ao sul, forma também várias cascatas tão grandes e imponentes como as primeiras, mas bem inferiores quanto ao pitoresco e ao ambiente. O corte dos rochedos, o movimento da água espumante e borbulhante, são tão admiráveis quanto os das quedas d'água do velho continente. A riqueza da vegetação é imensa; e a umidade agradável, a frescura dêsse lugar, parecem dar-lhe um vigor novo e realçar a magnificência de suas côres, de maneira que o brilho das flores que se vêem nos arbustos, nas

árvores e nas plantas, só é ultrapassado pela multidão e a magnificência das borboletas, dos colibrís, e de outros pássaros de variegada plumagem que aí procuram abrigo contra o ardor sufocante do sol.

Um pintor francês de talento, sr. Taunay, construiu, num pequeno corte em frente da cascata, sua agradável residência, onde moram hoje dois de seus filhos numa solidão e sossêgo dignos de inveja, gozando da abundância de maravilhas de que a natureza foi pródiga aí.

Ao pé da Tijuca, do lado sul, existe um grande lago chamado Jacarepaguá; neles se jogam os regatos que descem das montanhas cujos rochedos e florestas se refletem em suas águas. Durante a maré alta enche-se o lago de água salgada, pois está ligado ao oceano por um estreito canal; a sudoeste é êle limitado pelo rochedo colossal da Gávea. Do pé dêste rochedo parte um caminho, em muitos lugares difícil, por causa dos areiões profundos, mas, que compensa tal inconveniente pelos panoramas magníficos que oferece, de um lado sôbre o mar e de outro sôbre o Corcovado e a montanha oposta chamada dos Dois Irmãos. Passando perto do Jardim Botânico, êsse caminho conduz da Lagoa Rodrigo de Freitas ao Botafogo, onde as belezas pitorescas dêsse país encantador se desenvolvem com maior variedade ainda. Por isso, essa enseada, que duas estradas unem ao Catete, e que se acha afastada da cidade apenas uma légua, é principalmente habitada por europeus e está cheia de lindas vivendas e de jardins muito agradáveis. A costa de leste e a do norte, que se estendem de São Cristóvão à Ilha Grande, são, do ponto de vista pitoresco, inferiores às regiões que acabamos de descrever e às cercanias do Rio de Janeiro; as formas das colinas e das montanhas só voltam a tornar-se pitorescas quando deixamos a baía e que, subindo os pequenos rios, nos aproximamos dessa cadeia que forma, ao norte, o fundo do quadro da baía do Rio de Janeiro. Essa cadeia, todo viajante que dêste ponto deseje penetrar no interior do Brasil, tem que atravessá-la.



Na vizinhança do Rio, a primeira aldeia de alguma importância é a do Pôrto da Estrêla, à margem do Inhomerim que se joga na baía do Rio. As mercadorias destinadas às províncias do interior, como Minas Gerais, Minas Novas, Goiaz, etc., são primeiramente conduzidas, da mesma forma que os viajantes, em pequenas embarcações, do Rio ao Pôrto da Estrêla, afastado de sete léguas. Aí são elas confiadas a tropas de mulas que, por seu lado, trazem, de volta, carga para os navios no Rio de Janeiro. Nêsse sentido existe curiosa analogia entre o comércio de Pôrto da Estrêla com o Rio de Janeiro, e o de Aldeia Galega com Lisboa. Sabe-se que Aldeia Galega se encontra no fundo da baía de Lisboa e que tôdas as mercadorias e viajantes, vindos de Alentejo e da Espanha, chegam também a dorso de mula para serem carregados em pequenos navios e levados para Lisboa através da baía, ou vice-versa. Essa analogia de situação entre a antiga capital da metrópole e a nova capital das colônias, essa semelhança que se verifica ainda em muitos pontos, deve ter impressionado fortemente os primeiros portugueses que aquí se estabeleceram.

A estrada que vai de Pôrto da Estrêla a Minas passa diante de belas plantações, atrás das quais se percebem, ao longe, as pontas angulosas da Serra dos Órgãos, erguendo-se por cima da Serra da Estrêla cujas escarpas constituem o espantinho dos tropeiros e o tormento das mulas, embora uma estrada larga, construída e pavimentada com grande sacrifício, aí tenha sido aberta. Em mais de um lugar ela se assemelha mesmo a uma imensa muralha de dez pés de largo.

Diante dessa situação não é de espantar que Pôrto da Estrêla seja a um tempo muito animada e muito industrial. Os estrangeiros e principalmente os pintores devem visitá-la; mesmo se não estiver no seu caminho. É um lugar de reunião para os homens de tôdas as províncias do interior; aí se encontra gente de tôdas as condições sociais e podem-se observar suas vestimentas originaes e sua atividade barulhenta. Aí se organizam

as caravanas que partem para o interior e sòmente aí o europeu depara com os verdadeiros costumes do Brasil; aí deve êle despedir-se, não raro por muito tempo, de tôdas as facilidades e comodidades da vida européia e de todos os seus preconceitos. Nenhuma outra oportunidade mais favorável nos seria dada, nesta obra, para comunicar aos nossos leitores algumas observações de ordem geral acêrca da maneira de viajar no Brasil; assim acrescentaremos alguns traços característicos à imagem que nos esforçamos por representar afim de tornar conhecida essa região.

No Brasil, o único meio de transporte, tanto para os homens como para as mercadorias, é o cavalo ou a mula; no estado atual das comunicações e das estradas, não se pode pensar no emprêgo de carruagens; quando muito algumas senhoras fazem-se carregar em liteiras, mas viajam raramente. Deve-se aconselhar, por conseguinte, a quem deseja visitar o Brasil ou qualquer outra parte da América meridional, a que aprenda a montar a cavalo antes de deixar a Europa. Embora os brasileiros não sejam centuros natos como os habitantes dos Pampas, da Colúmbia ou das planícies de Buenos Aires, os sábios e naturalistas mais distintos que percorrem o Brasil se veriam numa posição entre ridícula e perigosa se deixassem de obedecer a essa regra de conduta, à primeira vista estranha. O viajante isolado pode alugar, para pequenos trajetos, algumas bêstas e juntar-se a uma tropa regularmente organizada; mas para uma viagem longa, principalmente se levar consigo outras pessoas, e muita bagagem, o melhor a fazer é comprar imediatamente o número de bêstas necessárias. Faz-se então preciso, é evidente, escolher animais que sejam robustos e mansos e tomar cuidado para não ser ludibriado; mas é mais importante ainda encontrar um tropeiro experimentado e honesto, capaz de tratar e guiar os animais durante a viagem.

Qualquer economia nesse sentido seria contraproducente e acarretaria consequências desagradáveis. Seria loucura imagi-



nar que qualquer escravo possa ser empregado nesse mister. A maior parte dos viajantes europeus seria incapaz, mesmo na Europa, de tratar das bagagens e dos cavalos; tais dificuldades são ainda muito maiores num lugar em que são estrangeiros e cujo clima e produções desconhecem. Aquí, muito mais ainda do que na Europa, as personagens principais são os quadrúpedes; depende-se por completo deles e consequentemente do tropeiro. Importa pois enormemente seja êste, de todos os pontos de vista honesto, experimentado e decidido.

Para o transporte comum das mercadorias, cincoenta ou sessenta bêstas constituem o que se chama uma tropa. Esta se subdivide em lotes de sete mulas cada um, confiados a um negro da tropa particular, cabendo ao tropeiro ou ao próprio proprietário a fiscalização do conjunto.

Estas disposições bem como muitas outras, correspondem, nas viagens no Brasil, inteiramente, à maneira pela qual na Espanha e em Portugal se servem dos arreieiros e almocreves para o transporte de viajantes e mercadorias. As cangalhas também, e as demais peças dos arreios, pouco diferem das que se empregam na Península. As funções do tropeiro consistem em proceder tôdas as manhãs ao carregamento das mulas, que se lhe confiam, em prepará-las para a caminhada e, a seguir, mantê-las durante a marcha tanto quanto possível em linha com o resto da tropa; finalmente zelar para que nem animais, nem mercadorias, sofram quaisquer prejuízos. Ao atingir-se o têrmo da jornada, são elas descarregadas com rapidez e precaução; solta-se um pouco a cela, retirada minutos depois; em seguida o suor e a poeira são limpos com um facão que os tropeiros carregam sempre à cinta; entretanto permite-se-lhes primeiramente rola-rem e se espojarem à vontade, o que parece ser-lhes um grande gozo; depois da-se-lhes um pouco de sal e são elas soltas afim de poder pastar nas vizinhanças do local onde se passa a noite.

Em acontecendo ferir-se um dos animais, ou pela cangalha ou de qualquer outro modo, é o mesmo examinado e pensado; acertam-se também as ferraduras, consertam-se as celas, juntam-se gravetos para fazer o jantar. Os tropeiros com isso se ocupam até a noite e o viajante não raro é obrigado a ajudá-los. Antes do escurecer reúnem-se os animais, dá-se-lhes milho e em seguida soltam-se de novo nas cercanias, para que possam procurar sòzinhos a pastagem que preferem, ou são conduzidos para mais longe em lugares de melhor capim. As mudas preferem o mato das capoeiras, nos sítios em que a floresta primitiva foi pouco antes incendiada. Muitas vèzes tem-se grande dificuldade, no dia seguinte de manhã, para ajuntar os animais e, faltando algum, acontece ficarem os viajantes parados durante dias seguidos, pois como é fácil de imaginar a perda de uma bêtea é bastante desagradável em regiões onde não se pode substituí-la, como por exemplo nas florestas primitivas.

No que diz respeito à alimentação do viajante e aos cuidados que precisa ter para consigo mesmo, é de regra, e mais garantido, levar tudo de que precise ou pense precisar; depende por conseguinte do próprio viajante, isto é, de seus preconceitos ou de sua atividade, aumentar até certo ponto, e em obediência a seu gôsto, as comodidades e os prazeres. Mas tudo que ultrapassa o estrito necessário redundando em despesas pesadas e o viajante comum deve restringir-se. Os edifícios construídos à beira das estradas mais frequentadas, para receber os viajantes, são de diversos tipos. Existem, em verdade, nas aldeias e vilas mais importantes, casas onde há lugar e forragem para os animais e às vèzes um leito e grosseiros alimentos para o viajante; mas essas casas são raras: o mais das vèzes encontra-se um simples abrigo para homens e animais, porém sem alimento nem forragem. Em geral o têrmo da jornada é o que se chama um rancho, espécie de hangar onde homens e bagagens estão ao abrigo da chuva e às vèzes do vento. Quasi sempre êsses ranchos se encontram nas vizinhanças das fazendas onde é



possível obter forragem e alimento fresco; mas não se deve confiar nessa possibilidade. Às vezes existe, ao lado do rancho, o que se chama uma venda, onde se pode adquirir milho, farinha de mandioca, feijão, toucinho, carne seca e aguardente inferior. De qualquer maneira é preciso que o viajante esteja sempre munido de provisões para alguns dias. No que concerne aos móveis da viagem, a rede é, de todos os pontos de vista, preferível a outros tipos de leito, não somente porque é mais leve, mais fácil de transportar e de armar, mas ainda porque nessas redes, erguidas quasi sempre vários pés acima do solo, o viajante se encontra melhor garantido contra os insetos e outros animais capazes de perturbar-lhe o repouso noturno.

Embora a quantidade de animais realmente venenosos, e principalmente de serpentes, seja muito menor do que se imagina comumente e do que afirmam os próprios brasileiros, é melhor tomar precauções excessivas do que não tomar nenhuma. Deitar-se no chão é tanto mais perigoso quanto as serpentes gostam do calor e de bom grado se enfiam em baixo das cobertas. É verdade que não sendo tocadas não atacam, mas se o viajante, que não pode imaginar a presença de um tal companheiro, o incomoda ou inquieta, corre o risco de ser mordido e as mordidas de inúmeras serpentes, como por exemplo a cascavel e a jararaca, são quasi infalivelmente mortais. Quanto aos alimentos é preciso que o viajante faça provisão de milho, para os animais e para si próprio, de feijão preto, farinha de milho ou de mandioca, carne seca e toucinho. É possível que durante semanas inteiras ele não tenha outra cousa para comer, a menos que se trate de um caçador feliz ou que possa comprar carne fresca ou aves em alguma fazenda; mas nas estradas frequentadas esses gêneros são caríssimos e os colonos não consentem senão difficilmente em ceder parte de suas provisões. Entretanto a atitude dos colonos nos lugares menos frequentados é muito diferente. O viajante encontra então, quasi sempre, a mais cordial acolhida, bem como alimentação abundante, e raramente

se lhe exige qualquer pagamento, a não ser para a forragem de cavalos e béstas. E ocorre, assim, mais de uma vez, passar o viajante por privações nas estradas frequentadas muito mais do que no interior. Não nos parece necessário observar que numa viagem ao Brasil, como de resto a qualquer outra região, é preciso que o estrangeiro se adapte aos costumes do país e não se oponha sem necessidade às opiniões, pretensões ou preconceitos dos habitantes. Essa precaução, que a sã razão e a educação igualmente recomendam, é ainda mais necessária num país onde em geral não se apreciam os estrangeiros, os europeus menos do que os outros, e onde, por muitos motivos, se desconfia deles. É certo que os brasileiros não demonstram sua desconfiança nem sua prevenção, senão muito raramente, nas relações quotidianas; mas, cedo ou tarde, e às vèzes depois de muito tempo, o estrangeiro percebe que foi apenas tolerado e que por detrás trabalhavam contra êle. Não é raro ouvirem-se amargas censuras dirigidas aos brasileiros acêrca dêsse aspecto de seu caráter; mas os que se queixam com maior veemência não são os que teriam maior direito de fazê-lo, e, para ser justo, é preciso convir em que a desconfiança do habitante do Brasil para com o europeu não é inteiramente injustificável. Ela assenta na convicção de que os europeus que vêm para fazer fortuna, no comércio, nos empregos públicos ou de qualquer outra maneira, não têm nenhum amor ao país nem aos seus habitantes; ao contrário, um absurdo orgulho fá-los afastarem-se dêstes últimos; pensam apenas em se enriquecer para levarem em seguida para a Europa o que tiverem juntado; e para atingir êsse objetivo, mostram-se decididos não só a fazer qualquer negócio no Brasil mas até a trair o país. Na verdade não se pode negar que muitas destas suposições se baseiam na experiência, como não se pode negar que prejudicam boa parte dos europeus que procuram fazer fortuna na América meridional, principalmente no Brasil. Entretanto, mesmo entre aqueles cujas qualidades pessoais tornam dignos de consideração, poucos há que julguem dum modo imparcial



o país e o povo que os acolhem, muito poucos que pensem noutra cousa que não em enriquecer e progredir rapidamente, que tenham outro objetivo ou obedeçam a outra norma de conduta; e sem empregar, precisamente, meios censuráveis, êles não se sentem presos ao país nem à nação por muitas considerações, nem tão pouco por afeição real. Não lhes cabe portanto o direito de queixar-se por serem sempre olhados como estrangeiros. E' preciso não esquecer que entre os europeus, através dos quais os brasileiros são forçados a nos julgar, muitos há, talvez mesmo a maioria, que não poderiam, em nenhum país, nem mesmo na sua própria patria, alimentar pretensões à consideração e à confiança; é preciso não esquecer que o mais das vezes a ausência de uma e de outra constitue a razão que os levou a abandonar seus lares por um mundo novo; e a opinião exagerada que êles têm da preponderância que lhes dá uma educação ou uma instrução não raro superficiais inspira-lhes pretensões que a altivez dos brasileiros muito justamente rechassa. É verdade que o que acabamos de dizer se applica mais especialmente aos europeus que desejam estabelecer-se no Brasil; entretanto quem se limita a percorrer a região rapidamente experimenta também, às vezes, os inconvenientes dessa desconfiança, pois os brasileiros do interior do país muito difficilmente se persuadem de que um europeu possa ser levado a viagens tão penosas e longínquas sòmente por amor à ciência. No estado atual das relações existentes entre a América e a Europa, e ante os partidos que dividem o Brasil, concebe-se facilmente que o habitante empreste ao viajante objetivos que não são de natureza a incrementar a confiança. Aliás, há nas relações sociais dos homens de tôdas as condições, principalmente nas dos colonos afastados, com os quais o viajante pode entrar em contacto, uma observância das regras da boa educação, demasiado generalizada para que sua recepção ou a sua frequentação habitual

permitam ao estrangeiro perceber essa desconfiança ou essa prevenção.

Quanto às despesas de uma viagem ao Brasil, são muito menores do que se poderia imaginar. A estadia nas cidades da costa é bastante cara e, no Rio, talvez mais ainda, quando se pretende viver até um certo ponto como na Europa. Mas no interior, efetuadas as primeiras despesas com a aquisição de bêstas e cavalos, e com as provisões de mantimentos e objetos necessários a uma longa viagem, à condição de efetuá-las onde custem mais barato, é possível viajar durante semanas, meses inteiros mesmo, sem que se apresente a oportunidade de uma despesa considerável. O preço de uma boa mula é de cincoenta a sessenta piastras. Um homem acompanhado de um negro pode, com um animal de montaria e outro de carga, viajar um ano por quinhentas piastras. Naturalmente as indicações que damos aqui, sôbre o que se faz necessário para percorrer o Brasil, não se aplicam ao caso em que o objetivo particular do viajante exija disposições e medidas de precauções especiais. Assim o naturalista, por exemplo, será forçado a despesas maiores; para conservação e transporte de suas coleções êle terá necessidade de um maior número de companheiros, de animais de reserva; ser-lhe-á imprescindível maior cuidado e a sua adaptação lhe custará não raro incidentes desagradáveis. Mas tais pormenores escapam ao nosso fim; o que nos propusemos aqui é descrever o modo comum de viajar no Brasil.



## P A I S A G E N S

O ouro e os diamantes, que enriquecem a província de Minas Gerais, fazem dela uma das mais importantes do Brasil e a influência dessas matérias preciosas sôbre o comércio universal a torna igualmente interessante aos olhos do Velho Mundo. A população dessa província é de 600.000 almas, repartidas como segue:

Branços .....	125.000
Homens livres de côr .....	130.000
Negros livres .....	55.000
Escravos negros .....	250.000
Escravos de côr .....	40.000

Minas Gerais constitue-se quasi inteiramente de montanhas escarpadas ou de colinas chamadas "campos". Não tem costas e em geral seus limites, que não foram traçados pela natureza, são pouco precisos. O clima de Minas Gerais sofre mais a influência da altitude que da latitude meridional, mas é, em geral, bastante temperado. Entretanto, produzem-se na atmosfera variações muito bruscas; muitas vêzes, em poucas horas, o termômetro eleva-se de 12 a 24°. Os temporais são muito frequentes e, em sua maioria, refrescam sensivelmente a temperatura. A região está exposta a todos os ventos, os quais são habitualmen-

te muito frios e trazem espêssas neblinas que se pousam durante longo tempo sôbre as montanhas. Durante os meses de junho e julho, em geral os mais frios, há noites de geadas brancas que prejudicam consideravelmente as plantações.

A principal cadeia de montanhas dirige-se do sudoeste para o nordeste, seguindo a fronteira oriental da província, com os nomes de Serra da Mantiqueira, Serra do Espinhaço, etc. Uma segunda cadeia, chamada Serra Negra, corta a parte meridional de Minas Gerais, mais ou menos de oeste a leste. Une-se em ângulo reto à primeira a que aludimos; essa divide as águas da costa oriental e do São Francisco; a segunda as divide entre o rio São Francisco e o Rio da Prata, ou, pelo menos, os afluentes do Rio da Prata. Por aí, e pelo que dissemos no primeiro caderno acêrca da disposição geral do país, é fácil conceber qual o caráter distintivo das paisagens que a província de Minas Gerais apresenta ao viajante que, partindo do Rio de Janeiro ou de São Paulo, por onde se fazem mais frequentes e mais fáceis as comunicações, resolve visitá-la.

Atinge-se inicialmente, a região das florestas primitivas, entrecortada de montanhas rochosas e de medíocre altitude, de vales muitos estreitos e de torrentes impetuosas. Essas montanhas, entretanto, são geralmente recobertas de florestas. Na proximidade da estrada (se é que a êsses caminhos se pode chamar de estradas), a floresta primitiva foi abatida e oferece-se à vista uma vasta extensão de capoeiras: são os lugares em que a floresta foi queimada outrora para o estabelecimento de plantações e que se cobriram de uma vegetação confusa e espêssa, na qual predomina uma espécie de fêtos (*piteris cudata*). É difícil imaginar cousa mais desagradável que o aspecto dêsses lugares, que se reapresentam a cada instante com sua côr verde-cinza. Poucas plantações de feijão, mandioca e milho e algumas pobres aldeias, são tudo o que o viajante encontra; raros recursos e comodidades ainda menores. Do lado do Rio de Janeiro, a província de Minas Gerais é limitada pelo Rio Paraíba, às mar-



gens do qual existem inúmeros registos onde se pagam direitos de entrada sôbre as mercadorias, os negros, etc. A partir das margens dêsse rio, a região torna-se cada vez mais montanhosa, os cursos de água mais rápidos, os rochedos mais elevados e as montanhas mais desguarnecidas; a região é cortada por vales em cuja parte elevada crescem arbustos e uma vegetação de um gênero particular, e grupos escuros de pinheiros do Chile. Finalmente atinge-se o alto da montanha perto de uma fazenda que tem o nome muito característico de Borda do Campo, pois daí se pode descortinar tôda a extensão das colinas denominadas Campos. À entrada dêsses campos situa-se a pequena cidade de Barbacena, outrora Arraial da Igreja Nova, elevada à categoria de cidade em 1791 pelo conde de Barbacena, então Governador de Minas Gerais. O comércio existente entre Goiaz, Minas Gerais e a costa, o grande número de tropas que chegam de todos os lados e atravessam Barbacena, fazem dela uma cidade abastada e industrial onde, pela primeira vez, depois de ter atravessado florestas primitivas e montanhas, o viajante encontra alguma comodidade. Barbacena tem mais ou menos trezentos fogos, uma grande igreja, situada no alto de uma colina, e várias bonitas capelas. Nas redondezas existem inúmeras plantações de milho; o resto da região é nú e montanhoso.

Barbacena acha-se a 3.570 pés acima do nível do mar; é mais ou menos a mesma a altura dos picos mais elevados, que pareciam tão abruptos ao viajante vindo da costa. Vistas dos campos, ao contrário, essas montanhas de Minas assumem o aspecto de pequeninas cadeias ou de altas colinas.

No fim do século passado, Barbacena era sede de um bando de ladrões que infestavam a estrada do Rio de Janeiro; alguns pertenciam mesmo a famílias abastadas. Perto da fazenda Mantiqueira há uma cruz que indica o lugar onde êsses malfeitores costumavam atacar os viajantes; levavam-nos para a floresta e os matavam, bem como a todos os seres vivos que estivessem com êles, deixando-lhes entretanto a escolha do gênero

de morte: uma punhalada no coração ou o corte das veias. Isso ocorreu durante muitos anos e muitas vezes pessoas distintas desapareciam. Afinal, ao morrer, um desses miseráveis confessou seus crimes e denunciou seus cúmplices, chegando a fazer-se transportar ao lugar onde eram cometidos. Aí se encontrou grande número de cadáveres e de esqueletos de homens e de animais. Muitos bandidos foram presos e condenados à morte, outros deportados para Angola. Desde essa época a estrada do Rio de Janeiro à Vila Rica é bastante segura e é extremamente raro ouvir dizer-se que algum viajante tenha sido espoliado ou assassinado.

Outro acontecimento histórico se liga à Fazenda Borda do Campo. Durante a revolução francesa as mais severas recomendações foram endereçadas pela metrópole a todos os governadores, no sentido de impedir a introdução e a circulação de quaisquer notícias referentes ao que se passava em França; deviam êles, principalmente, evitar que as idéias revolucionárias e republicanas germinassem nas colônias. Ora, nessa época, que os brasileiros chamam com ênfase "tempo da Inconfidência", havia na fazenda Borda do Campo frequentes conferências entre os principais habitantes da região; e embora tenham sido descobertas, e muitos conspiradores presos e punidos, é indubitável que essas reuniões, em que se verificava o nascimento do espírito de independência dos brasileiros, principalmente dos mineiros, contribuíram mais tarde fortemente para mantê-lo vivo e propagá-lo.

De Barbacena, as colinas se estendem para o oeste, na direção do interior, durante vários dias de marcha e se apresentam em linhas paralelas, como ondas, abaixando pouco a pouco até o curso do Paraná. Ao norte, a estrada conduz a Vila Rica. Continua-se a atravessar esses campos mas, aquí, as colinas são mais altas, os vales mais profundos, mais abruptos, e em geral o aspecto da região é algo acerbado. O motivo dessa diferença está na proximidade das duas cadeias que se juntam em ângulo



reto nas vizinhanças de Vila Rica. E' uma espécie de núcleo que nasce do seio dos campos e deita suas raízes ao longe, para o nordeste, rompendo a uniformidade das colinas e criando novos leitões, em outras direções, para as águas. Ao nordeste da Serra Maynard e do Itacolomí recomeçam as florestas primitivas: estendem-se por todo o nordeste da província de Minas, com o nome de Mato Dentro. E' perto de Serra Branca que se encontra o mais rico distrito aurífero, ou melhor, o mais explorado até agora, pois o ouro é encontrado em tôdas as províncias e mesmo na costa. Goiaz e Mato Grosso darão núcleos ainda mais consideráveis. A vegetação da província de Minas revela-se por tôda parte muito pobre; sòmente os baixios e os vales são guardados de mato, mais ou menos denso, que se chama capão ou taboleiro, e de algumas florestas.

Subindo de São Paulo para Vila Rica, o viajante, atravessados os vales férteis cobertos de bosques e bem banhados desta província, depara em geral com os mesmos caracteres de paisagem e as mesmas transições já assinaladas; a floresta primitiva é, porém, mais extensa, mais vigorosa e menos cortada de capoeiras. Sob mais de um aspecto, a região lembra os Alpes suíços e poderíamos crer-nos transportados para essas montanhas ao contemplar as boas pastagens e as manadas de vacas e cavalos, que se encontram frequentemente. Entretanto, as formas estranhas das árvores, suas flores variadas e os cantos de pássaros desconhecidos, nos advertem a cada instante da presença do trópico.

O aspecto dos campos é totalmente idêntico do lado do Rio de Janeiro. Aquí, a cidade de São João del Rei substitue a de Barbacena e indeniza o viajante pelas privações e fadigas experimentadas nas florestas primitivas e nas montanhas.

São João (outrora cidade do Rio das Mortes), está situada ao pé de uma encosta de montanha nua e rochosa e a cavaleiro do córrego do Tijuco, o qual desemboca mais adiante no Rio das

Mortes. Há aqui um contraste impressionante: de um lado, a brancura, a limpeza das casas da cidade, a rica vegetação que cêrca as residências dispersas pela encosta das montanhas e pelos vales vizinhos; de outro, rochedos sombrios e uma região árida e selvagem. Isso dá à cidade um encanto particular, que se acresce ainda da atividade de seus habitantes. Tôdas as ruas são calçadas, as lojas bem providas de mercadorias européias, de fazendas e artigos de luxo. Não faltam operários de todos os ofícios e os painéis que se vêem em algumas igrejas ricas e belas revelam, mesmo, a existência de artistas indígenas.

Embora haja ouro nas proximidades de São João, e a cidade possua uma fundição, e seja residência dos empregados das minas, ela deve seu bem-estar e seus 8.000 habitantes principalmente ao comércio de outros produtos, comércio mantido pela passagem das tropas do interior e sobretudo das cidades de Favinha e Tamanduá; essa passagem de tropas assegura também os meios de exportação para o litoral. Por selvagens que pareçam as vizinhanças de São João, as plantações esparsas nos vales próximos fornecem grande quantidade de frutas, de legumes, de milho e de *pisang*. Produzem também tabaco, açúcar e um pouco de lã, ao passo que as montanhas mais afastadas, e as pastagens, abastecem o mercado de São João de gado, porcos, carne sêca e toucinho. Daí são êsses artigos levados para o Rio de Janeiro, São Paulo, e outros lugares da costa, onde as tropas trazem, na volta, mercadorias da Europa: sal, vinho e azeite.

Nas imediações de São João, existe uma aldeia muito agradável; Arraial do Matozinho, à beira da estrada que se toma para ir a São José e a Barbacena. Sua bela situação e a vizinhança do Rio das Mortes, já navegável por grandes canoas, permitem prever para essa aldeia um futuro mais próspero que o das cidades vizinhas, principalmente São João, que não poderão crescer, dada a sua má situação.

Há lindas grutas de estalactites entre São João del Rei e a Vila de São José, outrora rica em virtude das lavagens de ouro



que aí se faziam, mas hoje muito empobrecida. Sete dessas grutas comunicam entre si; encontram-se num bloco de montanhas isolado e rochoso, coberto de floresta, de pequena elevação e constituído de pedra calcárea, gênero de rocha pouco comum nessas regiões. As montanhas são aí formadas, em sua maioria, por camadas de gnéis sobre as quais assentam o *thonschiefer*, o chisto micáceo, a pedra de cantaria e finalmente, o ferro oxidado vermelho aurífero e o chisto-ferrífero.

O Rio das Mortes, que desemboca no Paraná, lembra, pelo nome, as guerras dos ousados paulistas que foram os primeiros a se embrenhar nessas montanhas tão ricas de ouro e que, depois de ter exterminado ou rechaçado os indígenas para os confins das florestas primitivas, se degladiaram na partilha de tão abundantes despojos.

Sebastião Tourinho foi o primeiro português que, da costa, penetrou o interior do país. Partindo, em 1573, de Pôrto-Seguro, subiu o Rio Doce até as proximidades de Vila Rica; daí, por terra, atingiu o Rio Jequitinhonha, pelo qual voltou à costa sem ter fundado nenhum estabelecimento. Suas descrições da abundância de ouro e pedrarias nessa região, incitaram novos aventureiros a novas tentativas. Mas, as bandeiras de Antônio Dias e de Marcos de Azevedo, que lhe sucederam, também não deram resultado permanente. Os paulistas foram a um tempo mais constantes e mais felizes nas suas investidas; em meados e fins do século XVII, partiram de São Paulo, e penetraram, por terra, no interior de Minas Gerais e, mais longe ainda, até Goiaz, à procura de ouro e pedras preciosas. Entre os chefes das bandeiras reunidas para êsses empreendimentos, a história destaca Antônio Rodrigues, Miguel de Almeida, Manuel Garcia e muitos outros. No entanto êsses aventureiros não sonhavam em absoluto fundar, no novo Eldorado, estabelecimentos estáveis. Apresaram-se em tirar, dos tesouros ainda intactos da natureza, todo o ouro que podiam colhêr e voltar a São Paulo. Não demorou muito, no intuito de participar de tão fáceis despojos, numero-

sas bandeiras acorreram de outras regiões, e principalmente do Rio de Janeiro, e tornou-se necessário criar estabelecimentos para tomar posse das mais ricas minas de ouro. Foi o que deu origem, em fins do século XVII e princípios do século XVIII, à fundação de Vila Rica, São João del Rei, São José e Vila do Príncipe. Os sangrentos combates verificados entre paulistas e também contra bandeiras vindas do Rio de Janeiro e de outros lugares, provocaram finalmente a intervenção do govêrno. Antônio de Albuquerque foi mandado para Vila Rica; estabeleceu a ordem, organizou a administração e o govêrno, e criou, não sem resistência, o direito do quinto real. Foi porém em 1720 que Minas Gerais se separou de São Paulo e se constituiu em província autônoma, sob a autoridade do Governador Lourenço de Almeida.



## PAISAGENS

Em 1818 Vila Rica foi elevada a capital da Província de Minas Gerais e sede da Comarca de Ouro Preto. Em 1824 foi erigida em cidade imperial, sob o nome de Ouro Preto. Está construída na encosta da montanha chamada Morro de Vila Rica e estende-se pelo vale banhado pelo ribeirão do Ouro Preto, ou do Carmo, que desemboca no Rio Doce, separando assim o Morro de Vila Rica do Itacolomí, cujo pico se eleva a 5.000 pés. Segundo um cálculo do Barão de Eschwege, a própria cidade se encontra a 3.000 pés acima do nível do mar; o solo em que assenta está coberto de sulcos e trabalhado em todos os sentidos pelos métodos empregados na lavagem do ouro. Lugares há mesmo, em que a declividade do terreno e a inconsistência do solo, tão a meúde excavado, ameaçam as casas e seus habitantes de desmoronamento. A rua principal corre paralela à montanha, durante cêrca de uma légua, para terminar numa praça, situada numa saliência do morro, onde se erguem a residência do presidente da Província, algumas habitações particulares dignas de menção, a prisão e a Igreja de São Francisco. As ruas e praças são calçadas e guarnecidas de chafarizes. As casas, na sua maioria de dois andares, têm em geral o aspecto arquitetural das cidades portuguesas, à excepção dos telhados, construídos em ponta como no norte da Europa, o que se comprcende melhor em Vila Rica, em razão do clima e da altitude, do que nos portos

do Brasil onde são, no entanto, tão comuns. Não carece Vila Rica de casernas, nem de igrejas, nem de edifícios públicos de todos os gêneros. Tem tudo o que exigem a residência das autoridades provinciais e a exploração das minas de ouro. Do ponto de vista artístico, porém, êsses edifícios nada apresentam de notável. Datam, quasi tôdas as igrejas e outras construções, de uma época em que a arquitetura se achava em plena decadência, não sòmente em Portugal mas ainda em quasi todos os países da Europa. Nelas se observa essa mistura absurda de estilo italiano da decadência com resíduos góticos e infelizes imitações do antigo, tudo sem a menor arte, ou melhor, com a que imaginavam as academias criadas para amparar a vida títubeante da arte. Na península espanhola deparamos ainda com uma multidão dessas infelizes criações da mesma época, em contraste melancólico com as obras primas de tempos mais antigos. É preciso colocar nessa categoria o próprio Castelo de Mafra, que os portugueses extravagantemente comparam ao Escorial. Das minas e dos laboratórios de Vila Rica, somas imensas se extraíam para essa construção. É natural que os artistas, que abandonaram a metrópole pelas colônias, não fôsem precisamente os melhores, o que explica porque os edifícios mais vastos e mais ricos do Brasil são desprovidos de beleza. Coisa notável em Vila Rica: não há conventos; sua ausência surpreende o viajante que ignore que sob o ministério do Marquês de Pombal a província de Minas Gerais foi interdita às ordens religiosas.

A população de Vila Rica é de cêrca de 9.000 almas; os negros e os mulatos constituem a maioria; há poucos portugueses e poucos europeus, quasi todos empregados ou negociantes gozando de grande bem-estar. O comércio é bastante importante: o ouro, os topázios, os cristais abundam na região, principalmente em Queluz e Congonha do Campo. Mas a exportação compreende outros objetos, pois Vila Rica é o principal mercado da província e dele partem as lãs, as peles e os couros de



animais, os queijos, a carne sêca, o leite, os chapéus de feltro e a cerâmica. Diariamente chegam e partem tropas: carregam essas mercadorias para os portos, sobretudo Rio de Janeiro, donde voltam com os produtos da indústria européia, sal, vinhos e negros. De Vila Rica, êsses produtos são levados para o interior do país, como por exemplo Serra Fria, Goiaz, Mato Grosso, e aí trocados pelas produções já enumeradas dessas regiões. As diferentes estradas ocupadas por êsse tráfico são de resto bem ruins; elas se dirigem para o Rio de Janeiro por Barbacena (1), para São Paulo por São João del Rei e para a Baía por Minas Novas. Mais longe, no interior, passa-se por Inficionado, Catas Altas, Tijuco e Vila do Príncipe, afim de alcançar Paracatú, Goiaz e Mato Grosso; finalmente, por Sabará vai-se a Tamanduá e Rio São Francisco.

Os arredores de Vila Rica têm um caráter muito peculiar: não somente os rochedos, os vales, as cascatas lhe dão um aspecto selvagem, mas ainda as feridas que a exploração das minas abriu no solo por todos os lados. Não é possível ter-se uma idéia da abundância do ouro nessas regiões; é sem dúvida alguma um dos fenômenos mais interessantes do nosso planeta. Em tôrno da cidade, êsse metal se encontra por tôda parte: nas alturas, nos baixios, no leito dos rios e dos riachos, nas águas, na pocira das estradas e até no cisco das casas. Não raro, ao arrancar-se uma planta, vêem-se-lhe as raízes recobertas do ouro que as águas pluviais nelas acumularam.

Na região de Vila Rica e Minas Gerais, o ouro encontrado é compacto; pelo menos não se tentou ainda nenhuma experiência para tirá-lo de outros minerais a que se liga também. A cadeia de montanhas mais fecunda estende-se de leste para oeste, numa distância de duas léguas, de Vila Rica até Mariana e o

---

(1) Há um caminho mais curto para o Rio de Janeiro, pela Serra Maynard e Mar de Espanha (Paraíba). E' chamado de Estrada do Mato Dentro porque atravessa continuamente florestas virgens habitadas por Puris, Coroados, Botocudos e Patachos.

Morro de Santo Antônio. É formada de mica ferruginosa e arenosa, alternando com mineral de ferro argiloso, a que os indígenas dão o nome de jacutinga. Esta, em muitos lugares, tem de 60 a 70 pés e assenta na argila comum ou no *thonschiefer* saturado de ferro; as camadas superiores têm de 16 a 18 pés e contêm quasi sempre um minério de ferro poroso, menos rico em ouro dos que as camadas profundas. Os mais ricos são os veios e camadas de quartzo friável (formações) e os ninhos da mesma qualidade de rochas, chamados panelas. São essas camadas de quartzo e essas panelas que se exploram mais comumente, porquanto os outros minérios, que também são muito ricos em ouro, não se sabe trabalhá-los. (2)

Tanto do ponto de vista técnico como das leis que a regulam, a exploração do ouro ainda se encontra no mesmo estado em que se achava na época da descoberta dessas regiões. É verdade que as leis atuais foram somente codificadas e redigidas a partir do fim do século passado, mas elas se inspiram ainda nos mesmos princípios e apresentam os mesmos defeitos. Adequadas tão apenas às circunstâncias da época para a qual foram feitas, não atendem em absoluto às necessidades atuais.

De acôrdo com essas leis, o descobridor de um distrito ou veio de ouro tem direito a uma data de 60 braças de comprimento por 40 de largura, à sua escolha; a segunda data reserva-se ao govêrno, mas raramente, ou mesmo nunca, êste a explora por conta própria. O mais das vêzes é ela repartida entre particulares ou vendida. A terceira data pertence ainda ao descobridor; é-lhe cedida na qualidade de minerador e no caso de possuir determinado número de escravos e iniciar os trabalhos em determinado tempo; caso contrário, há prescrição em proveito do fisco, o qual reparte essa data, juntamente com o restante, entre outras pessoas, de acôrdo com o número de escravos eni-

---

(2) Não é preciso dizer que não vamos nos lançar aqui numa dissertação completa e geognóstica acêrca do ouro de Vila Rica.



pregados na exploração e à razão de duas toezas e meia quadradas para cada escravo. Existem três métodos de exploração das camadas impregnadas de ouro. O primeiro chama-se "trabalhar por minas". Plantam-se sondas de ensaio na montanha e logo se fica conhecendo a localização do quartzo e das panelas mais ricas. Excava-se então a terra até a camada se afinar, ou a rocha tornar-se demasiado dura para que o ouro possa ser extraído sem grandes esforços. Pára-se muitas vêzes, porque o minério não é bastante rico ou porque falta luz, o que se verifica não raro a algumas braças de profundidade. Quando uma dessas causas impede a continuação dos trabalhos, abandona-se o lugar e vai-se excavar mais adiante, até uma nova parada. Raramente se estabelecem comunicações entre uma e outra excavação. Assim a montanha é perfurada por tôda parte onde as águas torrenciais não a rasgaram ainda.

O segundo método chama-se "trabalhar de talho aberto". Consiste em desfazer por meio de irrupções de água as camadas impregnadas de ouro e, em seguida, lavá-las. Excavam-se, mediante grandes gastos, longos canais condutores afim de trazer a água até o lugar que se deseja explorar. Os escravos, com enxadas e alavancas, destacam dos barrancos a terra e a rocha friável que as águas carregam para reservatórios abertos ao pé das montanhas; gradís aí colocados retêm as pedras mais grossas, deixando passar, com a água, a areia e o pedregulho ou cascalho. Êsses reservatórios, chamados mundéus, são constantemente remexidos para que o ouro se purifique, e ao se depositar êle no fundo esvazia-se a água, a qual carrega o cascalho. Pode-se também recolher o ouro, ou melhor a areia aurífera, em couros de bois ou cobertores de lã grosseira sôbre os quais o minério é depositado pelas águas vindas da montanha. Os antigos leitos dos rios são principalmente adequados a êsse gênero de trabalho. Não raro se acumulam aí cincoenta pés de cascalho, e mesmo mais; faz-se necessário então retirá-lo, em primeiro lugar. Naturalmente não pode ser questão de máquinas; tudo o que a

água não faz por si é feito por escravos de um modo rudimentar e lento.

Pode-se facilmente imaginar quanto são desvantajosas tais lavagens para as camadas de ouro e quão fraca é a proporção de rendimento em face da riqueza do minério. São calculadas apenas para se obterem as partículas mais grosseiras de ouro. As partículas mais finas ou mais presas ao minério ficam perdidas inteiramente e são submersas no leito do rio. Acontece também que esse cascalho entope as lavras a ponto de, nas mais ricas, o minério que o envolve tendo sido destacado e levado de enxurrada pelas águas, apenas sobraem hoje em dia imensos amontoados de escombros donde a chuva arranca ainda algumas partículas de ouro, que se recolhem em couros de bois. Nada justifica esse gênero de exploração, nem mesmo a possível barateza, pois é preciso levar em conta o capital representado pelo valor dessa multidão de escravos, necessários aos mais simples trabalhos, tanto quanto aos mais importantes.

O terceiro método é o empregado pelos faiscaidores. Estes vivem apenas das perdas imensas ocasionadas pelos dois outros processos, no que apresentam de defeituoso. As pedras ainda ricas, desses restos preciosos, são, em sua maioria, arrastadas para os rios e riachos, os quais, abstração feita dessa circunstância, contêm uma quantidade de ouro assaz considerável. É de duas espécies o trabalho dos faiscaidores: uns entram na água até a cintura e recolhem a areia do rio numa bateia. Remexendo a bateia à superfície da água, a terra e o cascalho são carregados, precipitando-se a areia de ouro no fundo. Põe-se então em outro vasilhame esse ouro que ainda não se acha inteiramente purificado; terminado o dia, retiram-se as maiores partículas e agita-se bem o restante. Dessa maneira um faiscaidor pode, sem muito trabalho, e em poucas horas, produzir de 150 a 200 réis, e um operário hábil consegue, depois das grandes chuvas principalmente, juntar de 400 a 800.



Outros faiscedores preferem amontoar a areia dos rios, fazendo correr por cima um pouco de água para retirar as partes mais leves. O restante é em seguida transportado para uma panela chata construída à beira do rio; aí lava-se e remexe-se êsse amontoado de areia, fazendo-o passar por cima de um couro de boi que se estende numa canoa; finalmente tudo é colocado de novo numa gamela para uma última lavagem. Todos podem procurar ouro por êsse processo; por essa razão vêem-se muitos negros e pessoas de baixa extração pesquisá-lo com ardor, para beberem, em seguida, na venda mais próxima, o fruto de seu trabalho.

O produto de tôdas as lavagens de ouro deve ser entregue diretamente à fundição imperial; a sua circulação no interior da província é tão severamente proibida quanto a exploração. Na fundição purifica-se completamente o ouro por fusão; fazem-se barras de diversos tamanhos, que são submetidas às necessárias experiências e marcadas, retirando-se o quinto para o govêrno. Depois disso, entregam-se as barras de ouro ao proprietário com uma relação das operações por que passaram, e só então se torna permitido empregá-las no comércio e exportá-las, o que entretanto ainda está sujeito a uma permissão especial do govêrno. Quando se deseja trocar essas barras por ouro em moeda é o govêrno que faz a troca; no entanto, como êste não tem os meios necessários para promover a permuta, e como a exportação das barras dá grandes lucros, muito pouco ouro fica no Brasil e o país mais rico do mundo não tem em circulação senão um papel moeda horrível e de valor simplesmente representativo.

Basta contemplar os magníficos edifícios construídos em Lisboa, unicamente com o produto dos quintos, para perceber quão ricas e abundantes foram as minas de Vila Rica nos primeiros tempos. Citaremos o Convento de Mafra e o aqueduto das Águas Livres, tão suntuoso quão útil. Nos últimos tempos, êsse produto diminuiu bastante. Ainda no século passado

a quantidade de ouro fundida elevava-se anualmente, em Vila Rica, a 60 ou 70 arrobas; não chega ela à metade, hoje em dia. Em 1758, o quinto real produziu 118 arrobas, e até 1812 o total arrecadado foi de 7.895 arrobas, ou 85 milhões de cruzados. É fácil explicar-se tal diminuição pelos métodos de exploração: devastam-se as camadas ricas em ouro. Não é tão pouco de extranhar que a população tenha diminuído na mesma proporção dos produtos. Em meados do século passado a exploração do ouro ocupava ainda 80.000 operários; sobram hoje 16.000. Logo ao entrar na região, percebe o viajante os progressos do mal pela decadência das aldeias outrora florescentes e a multidão de casas abandonadas. Durante muito tempo tentou o governo iludir-se acêrca da verdadeira causa da decadência e dissimulou a diminuição do produto, culpando a exportação clandestina. Leis severas foram decretadas contra êsse gênero de fraude e, para assegurar a sua aplicação, multiplicaram-se os postos alfandegários e militares. Mas, num país como o Brasil, os verdadeiros contrabandistas escapam a quaisquer medidas; por outro lado, tudo induz a tentar por todos os meios o contrabando de pó de ouro e de fazê-lo chegar, sem pagar o quinto, aos portos, onde o valor é de 20 a 30 % maior. Tais medidas e os vexames dos empregados servem apenas para oprimir o comércio legítimo, o qual, entretanto, tanto quanto o tráfico de outros produtos, se avoluma e se torna mais lucrativo na medida em que diminue a produção de ouro. Em suma, a província de Minas Gerais, não se encontra nem menos abastada, nem menos populosa. A criação de gado e a agricultura deram trabalho e profissão garantida a parte da população que a exploração do ouro empobrecera; Barbacena, Santa Lúcia, e principalmente os fazendeiros de Mato Dentro, atingiram um grande bem-estar ao passo que os distritos unicamente devotados à exploração do ouro decaíram. O mesmo diremos de Sabará, cidade de cêrca de 7.000 habitantes. Era ela outrora muito mais rica e povoada e evidencia hoje todos os sintomas da decadên-



cia. O arraial de Catas Altas, ao norte de Vila Rica, perto da Serra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, foi um dos lugares de maior riqueza aurífera. Poucas léguas adiante encontram-se Brumado e Congo Sêco, onde, ainda hoje, a produção de ouro é abundante.

É evidente que uma melhor organização de todos os ramos da exploração mineira, faria voltar a um estado mais florescente essa parte tão essencial da riqueza nacional brasileira; por isso mesmo é de esperar que o atual govêrno proceda aos melhoramentos necessários, com essa firmeza e essa inteligência que tem demonstrado tantas vêzes em outras reformas. E o assunto é tanto mais importante quanto o ouro não constitue a única riqueza das montanhas de Minas Gerais. Em quasi tôda a província, o minério de ferro se encontra nas longas cadeias de montanhas; o chumbo, o cobre, a platina, o mercúrio, o arsênico, o antimônio, o bismuto, etc., existem também em muitos lugares e são susceptíveis de excelente produção, nas mãos de quem os explore com inteligência. Há também pedras preciosas de todo o gênero e das mais variadas côres: topázios, turmalinas, ametistas, águas-marinhas, rubís, cristais, etc., que se encontram principalmente em Minas Novas. O diamante existe em Tijuco e Abaetê, e abunda numa região situada a setenta léguas ao norte de Vila Rica. Encontra-se em uma espécie de "*nagel flue*" e eis a maneira de tratá-lo: quebra-se a pedra e pilam-se os fragmentos; êsse cascalho é recolhido, dentro de batéias, por escravos sentados à beira d'água. Êstes o examinam cuidadosamente, acrescentando sempre mais água e agitando a batéia sem cessar, de maneira a fazer escorrer a terra, bem como as partes pedregosas mais moles. Quando um negro encontra um diamante, êle deve, sob o olhar do fiscal sempre presente, colocá-lo num recipiente destinado a êsse fim, batendo palmas para avisar do achado e provar que não esconde nada entre os dedos, coisa que seria de resto difícil porque há um fiscal para cada cinco ou seis escravos, o qual sem cessar os observa e seu olhar

exercitado perceberia qualquer subtração. Quando um escravo tem a felicidade de encontrar um diamante grande, é recompensado, e, em determinadas circunstâncias, pode vir a ser libertado, imediatamente ou depois de certo tempo. A umidade torna êsse trabalho tão malsão quanto o da lavagem do ouro.

Só o govêrno tem o direito de recolher o diamante e as penas, para os que fazem fraude ou roubam, são ainda mais severas do que as estabelecidas nos regimentos do ouro. Ainda assim, as fraudes são comuns, o que não é de espantar em relação a objetos tão fàcilmente sonegáveis.

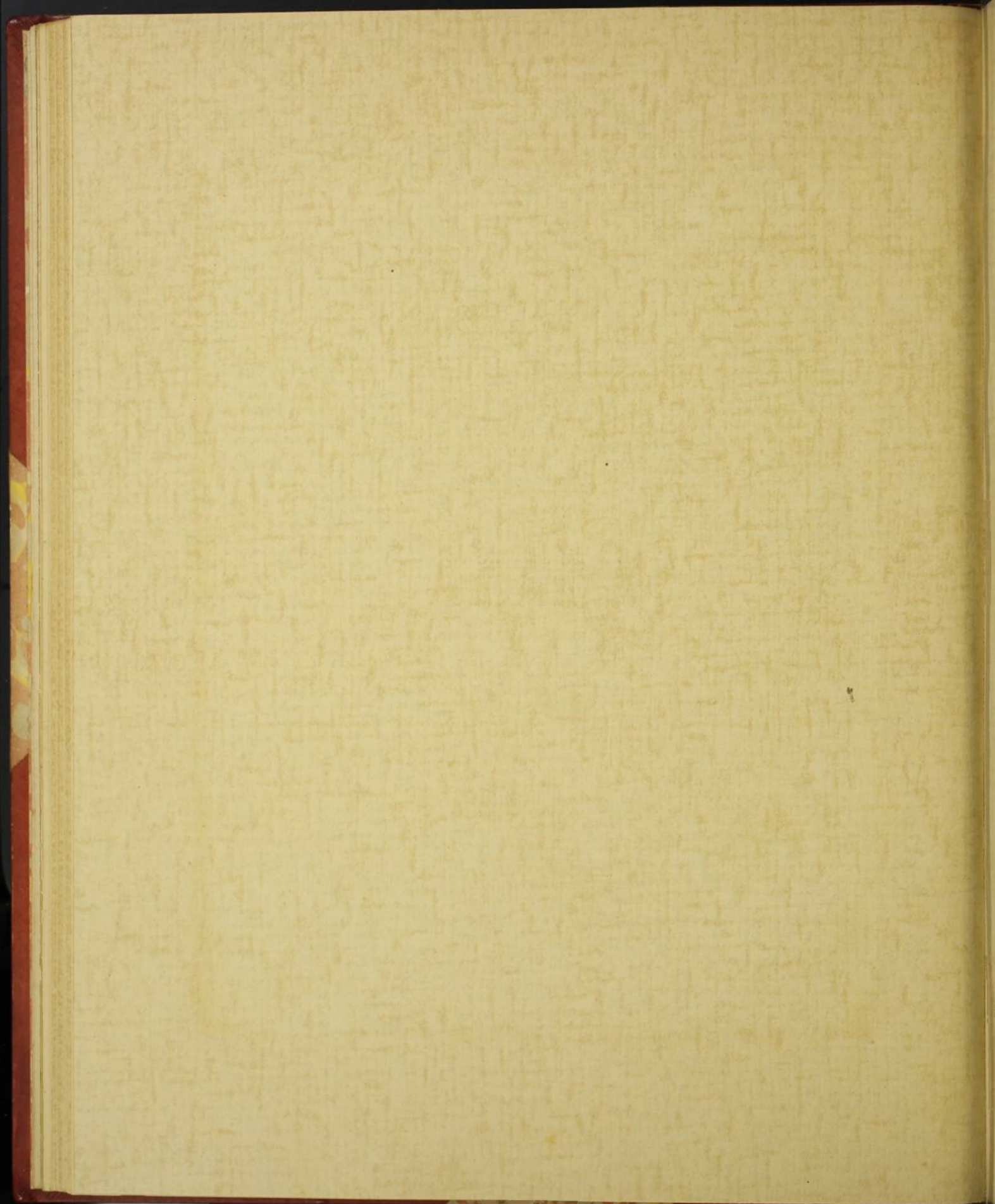
Tijuco é florescente e conta de 7 a 8.000 habitantes. O panorama é agradável, as casas têm em geral dois andares e são mais limpas e melhor construídas do que no resto da província. Há em Tijuco muitos funcionários e negociantes, o que dá maior encanto às relações sociais. O comércio é grande, principalmente de artigos de luxo e modas de París. No entanto Tijuco não é uma cidade mas apenas um arraial, embora mereça muito mais do que Vila do Príncipe, que é a sede da comarca, ser chamado cidade ou vila.





PRAIA RODRIGUES  
perto do Rio de Janeiro

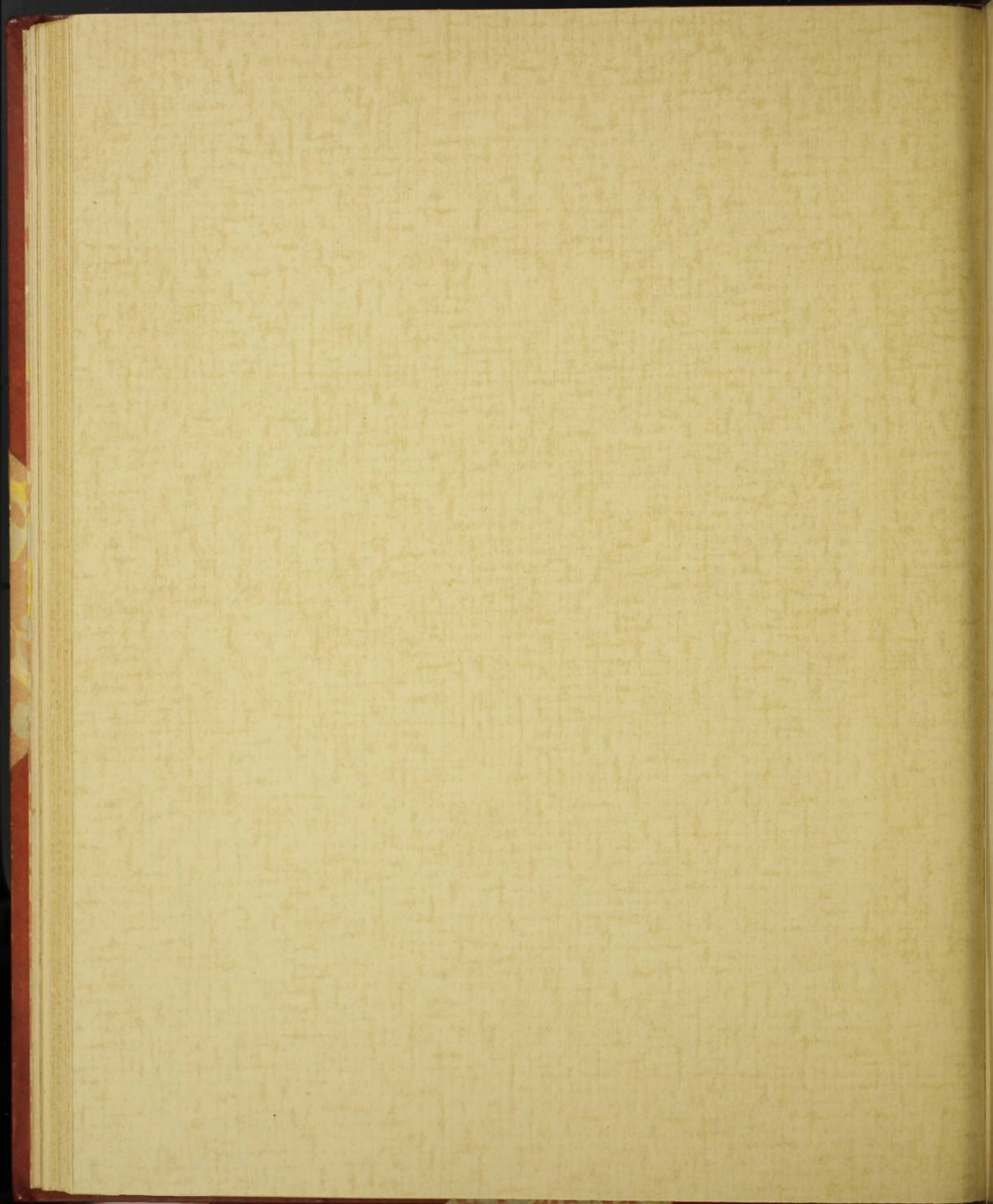








RIO INHOMERIN  
na baía do Rio de Janeiro

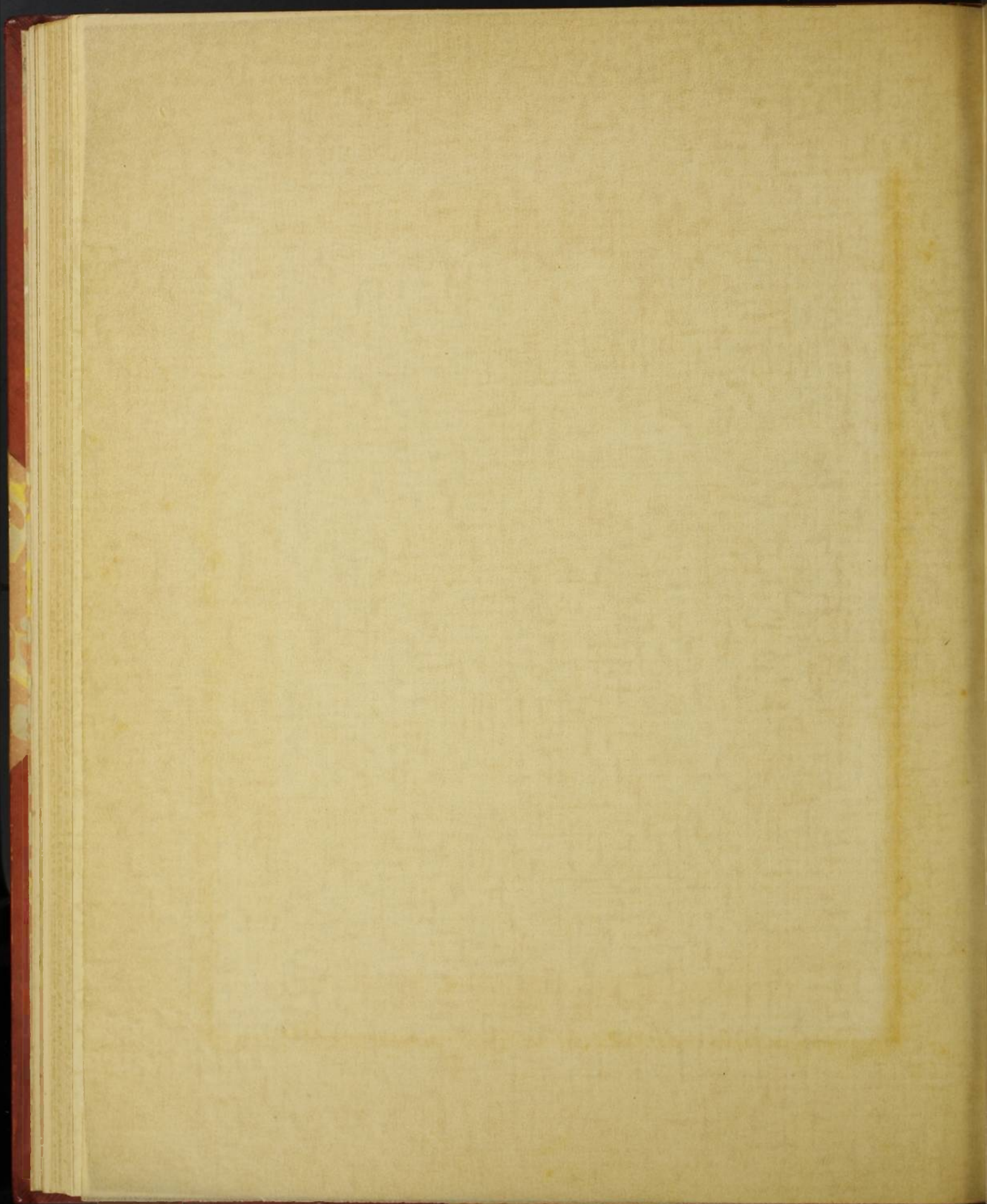






MATA VIRGEM PERTO DE MANGARATIBA



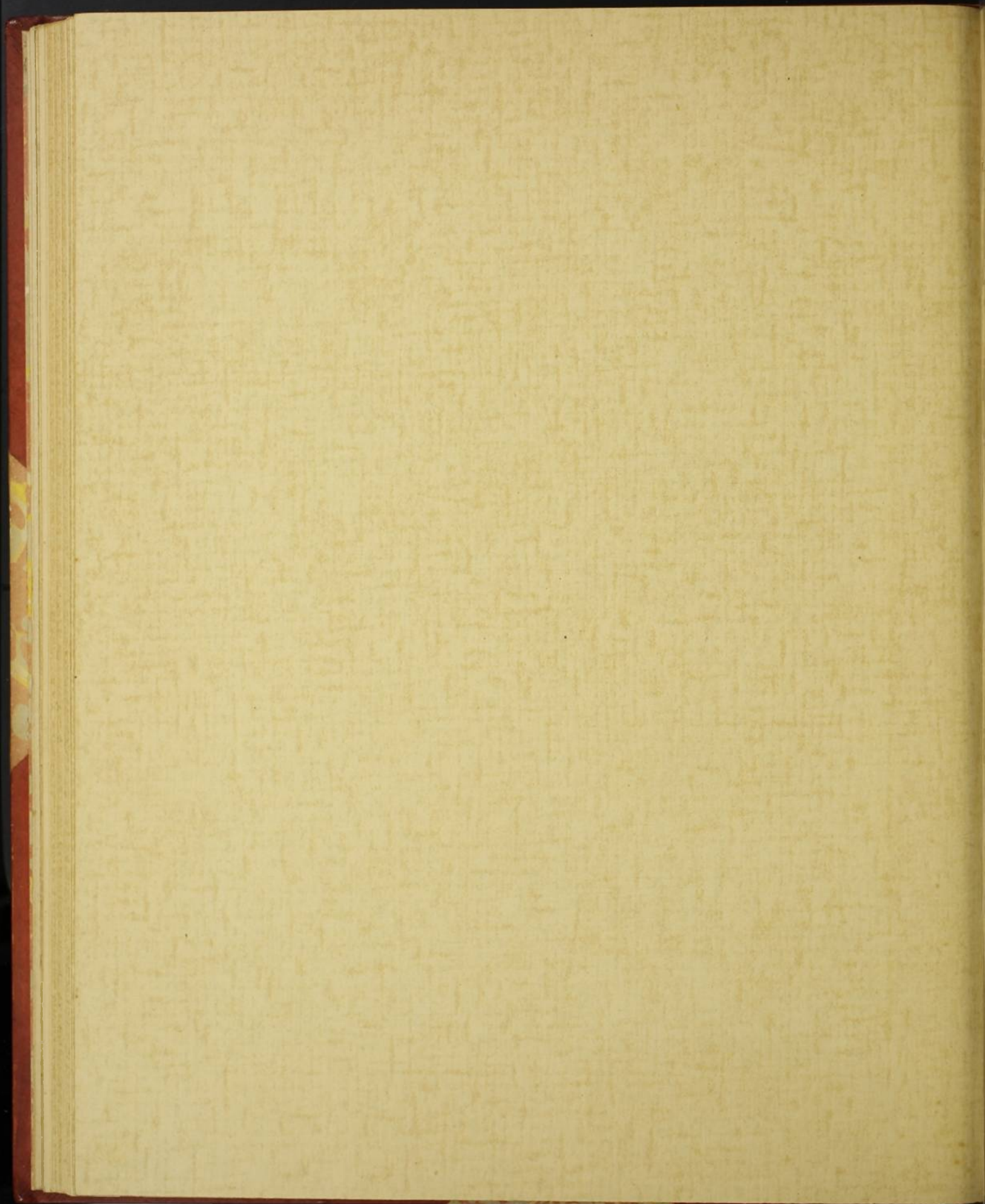






MATA VIRGEM PERTO DE MANGARATIBA



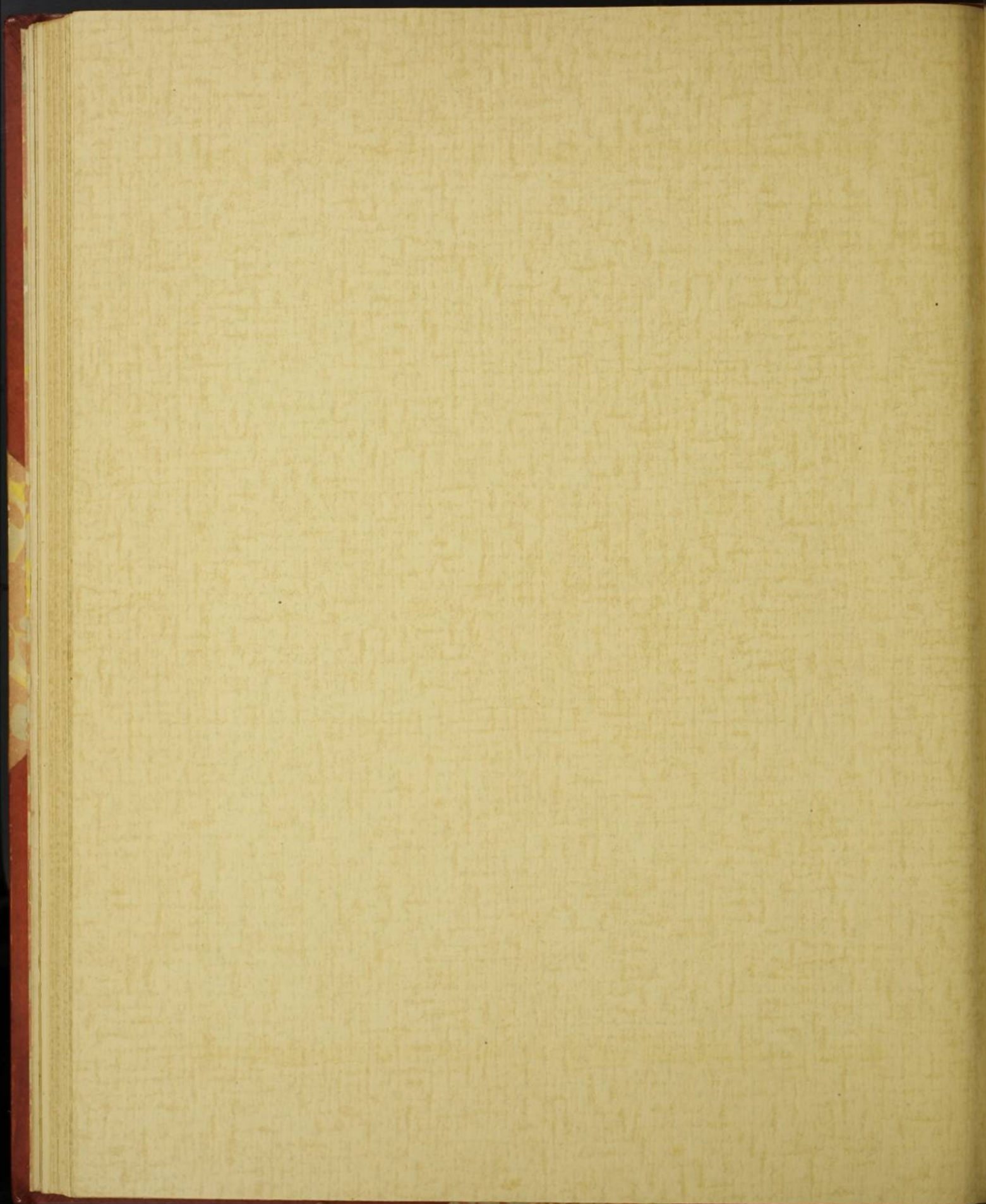




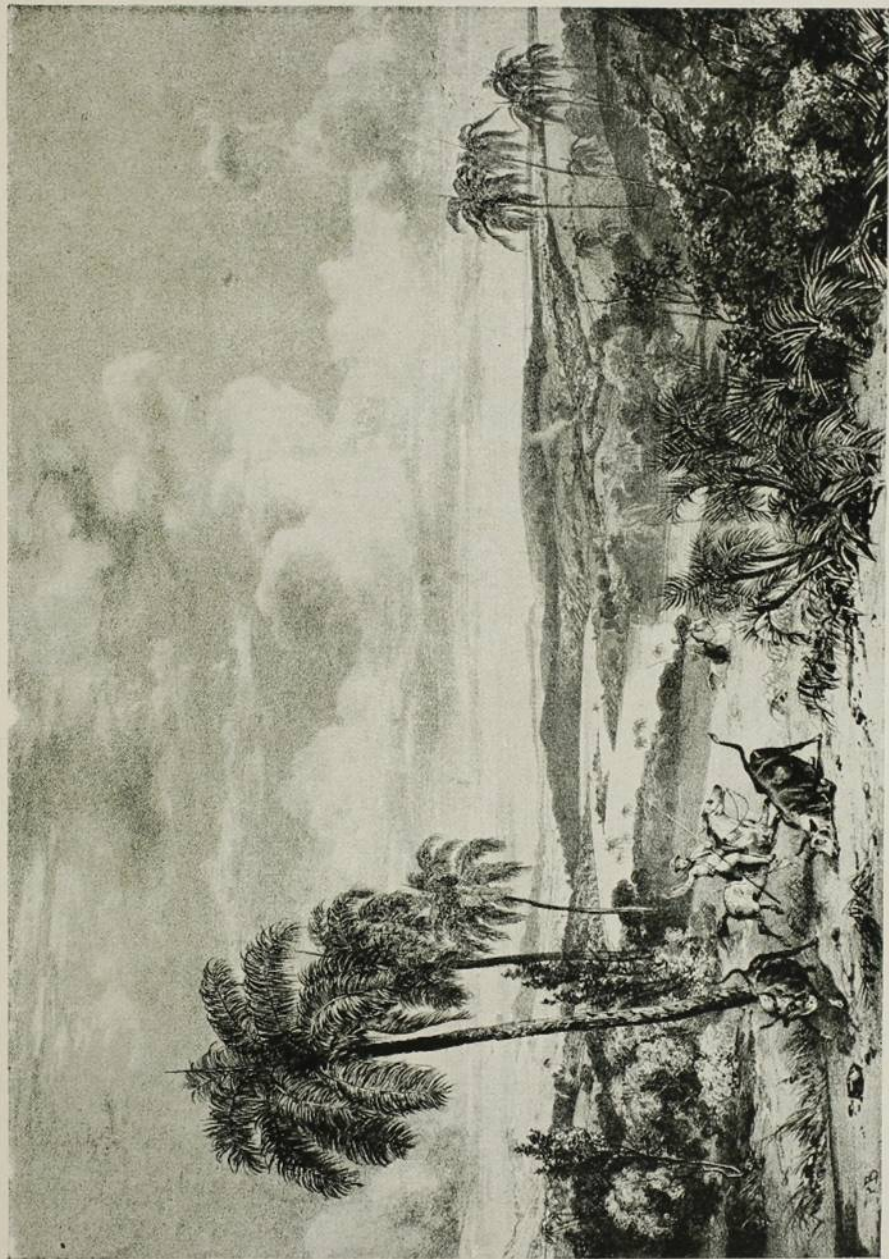


SERRA DO OURO-BRANCO  
na Província de Minas Gerais



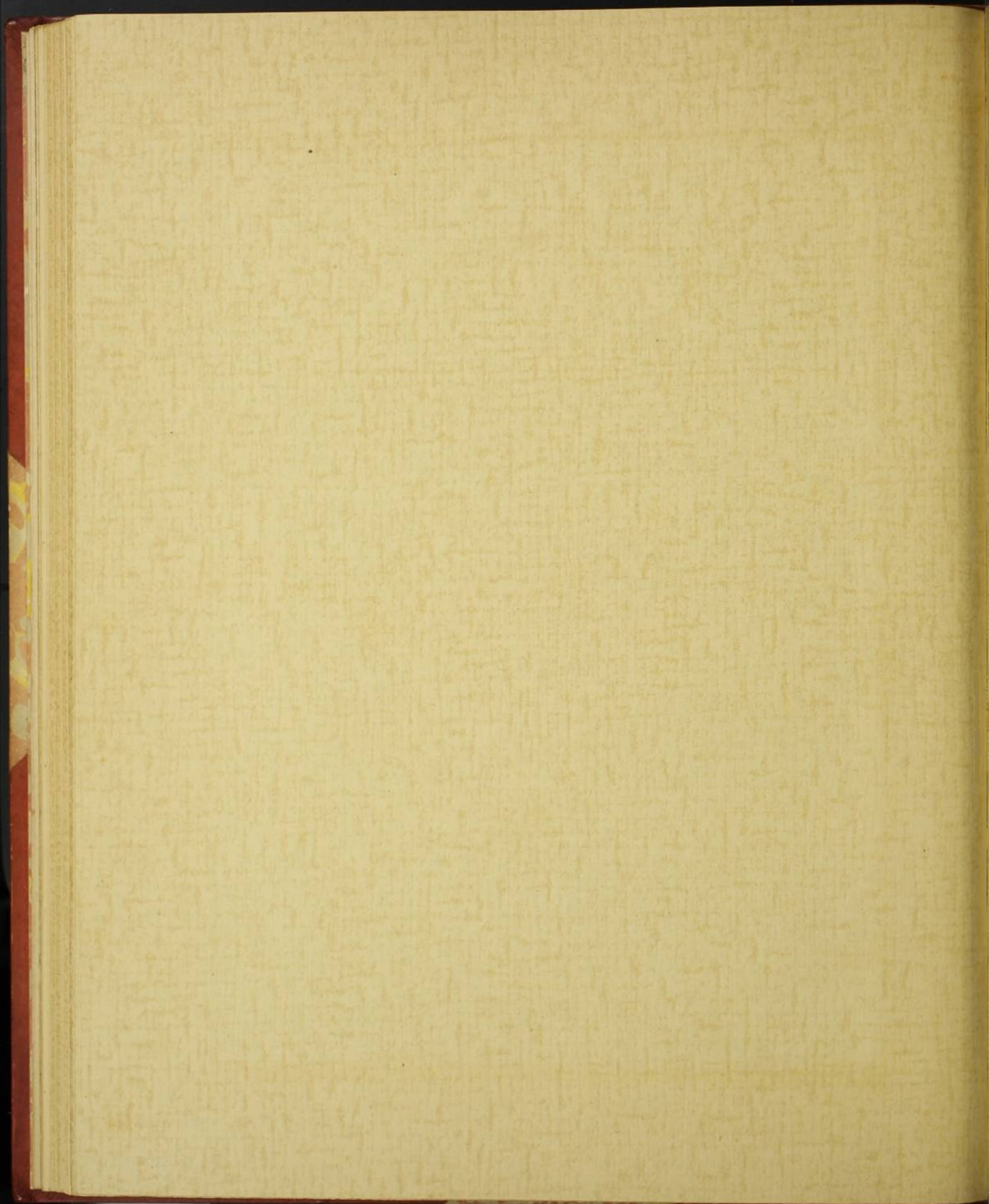




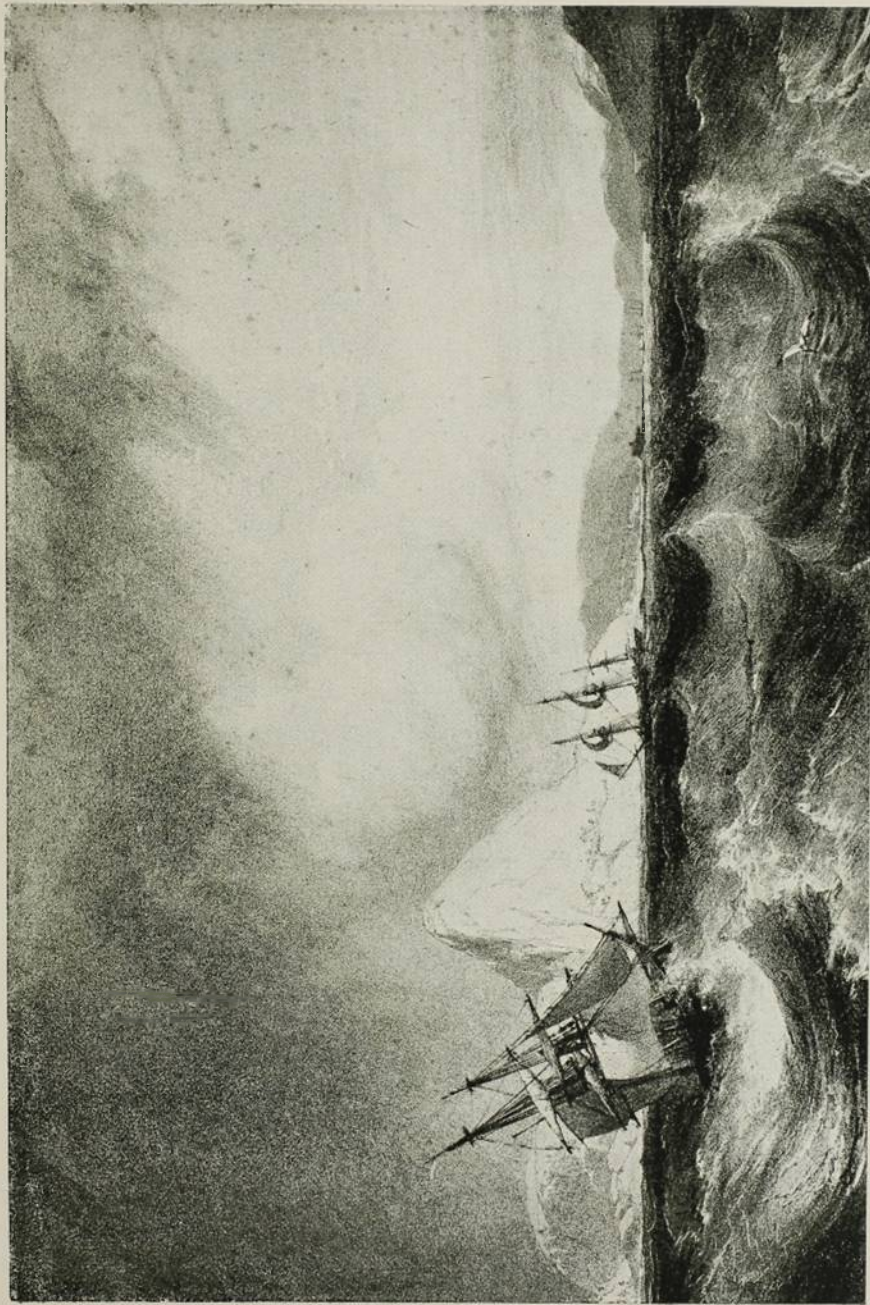


CAMPOS NAS MARGENS DO RIO DAS VELHAS  
na Província de Minas Gerais



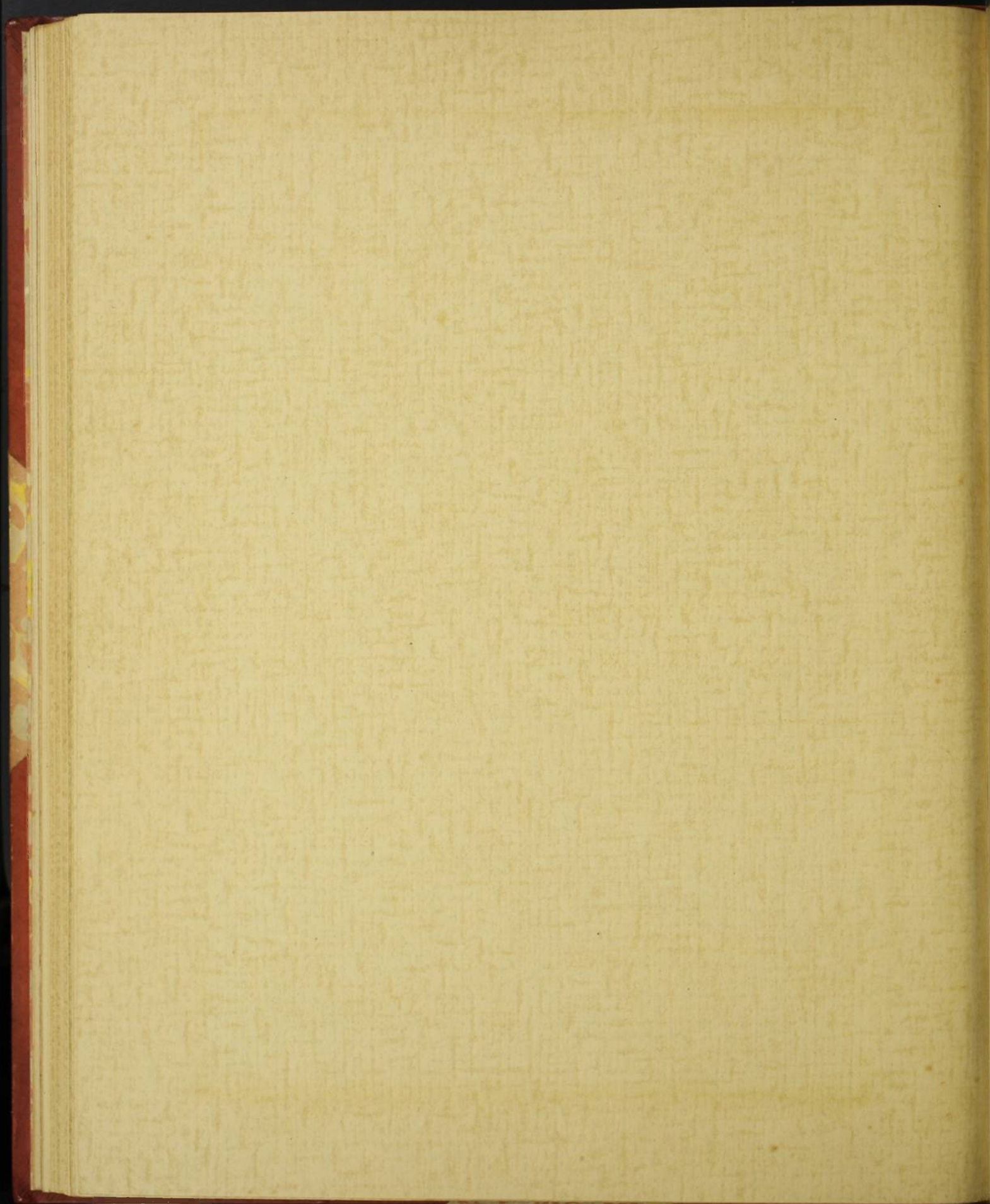




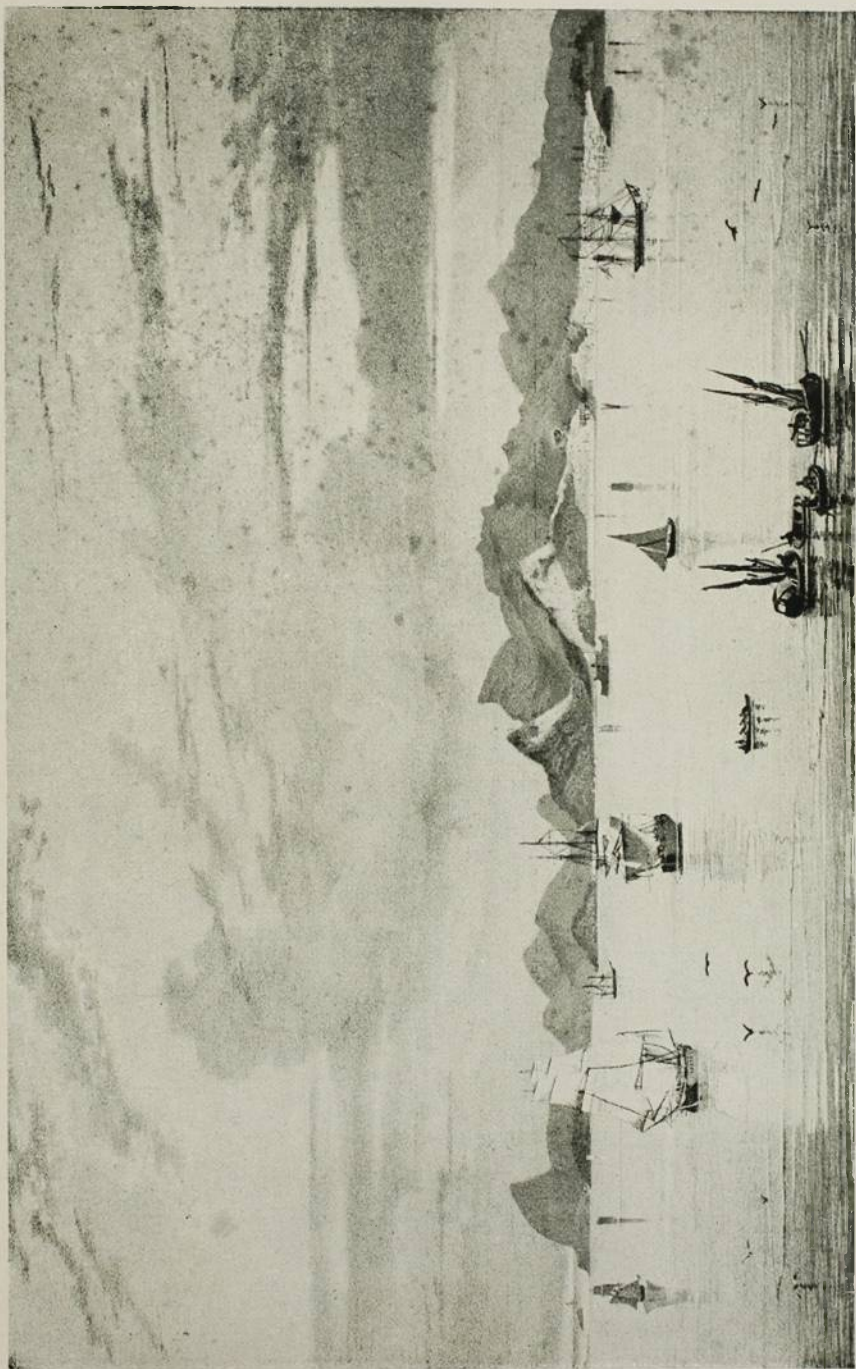


BARRA DO RIO DE JANEIRO



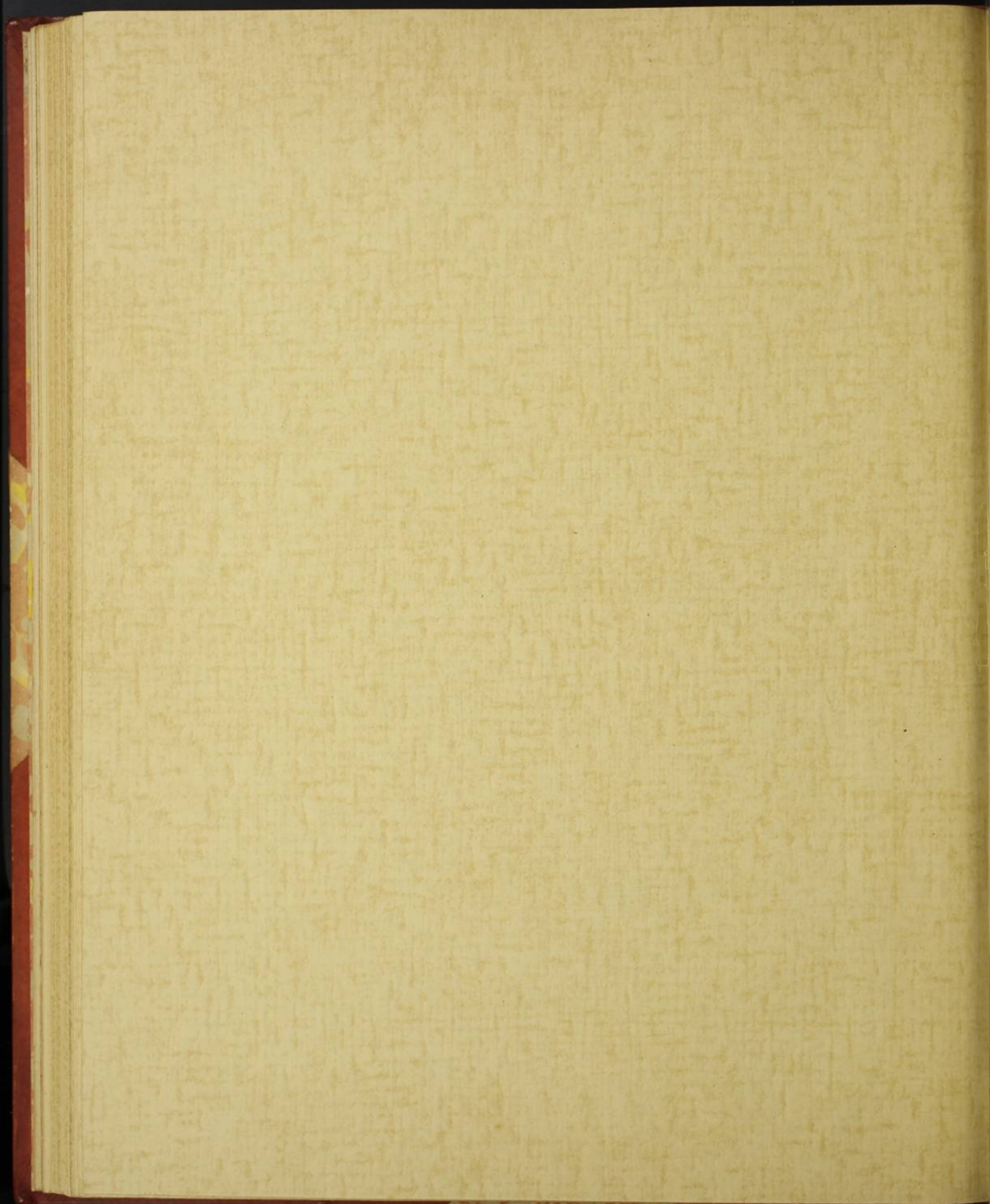




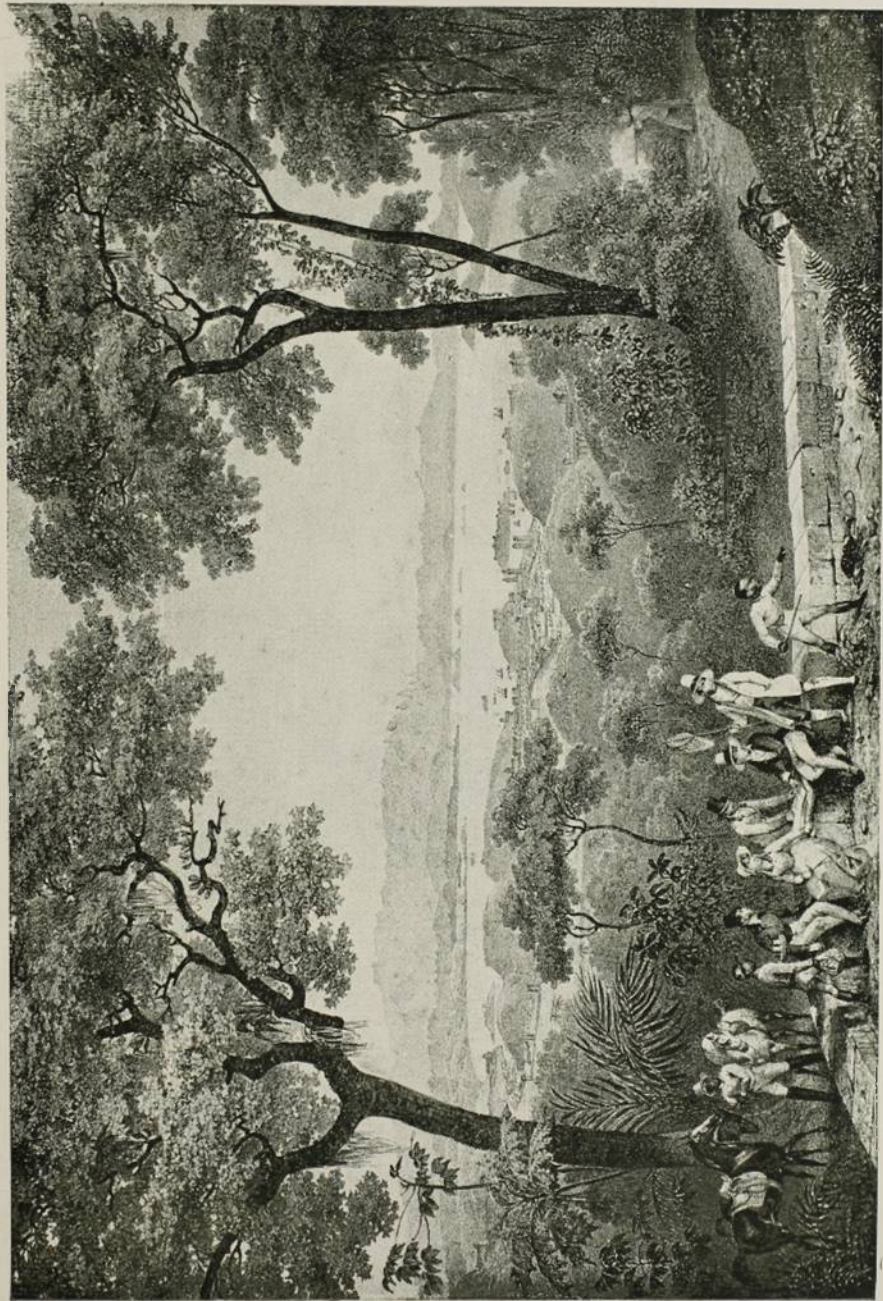


VISTA DO RIO DE JANEIRO



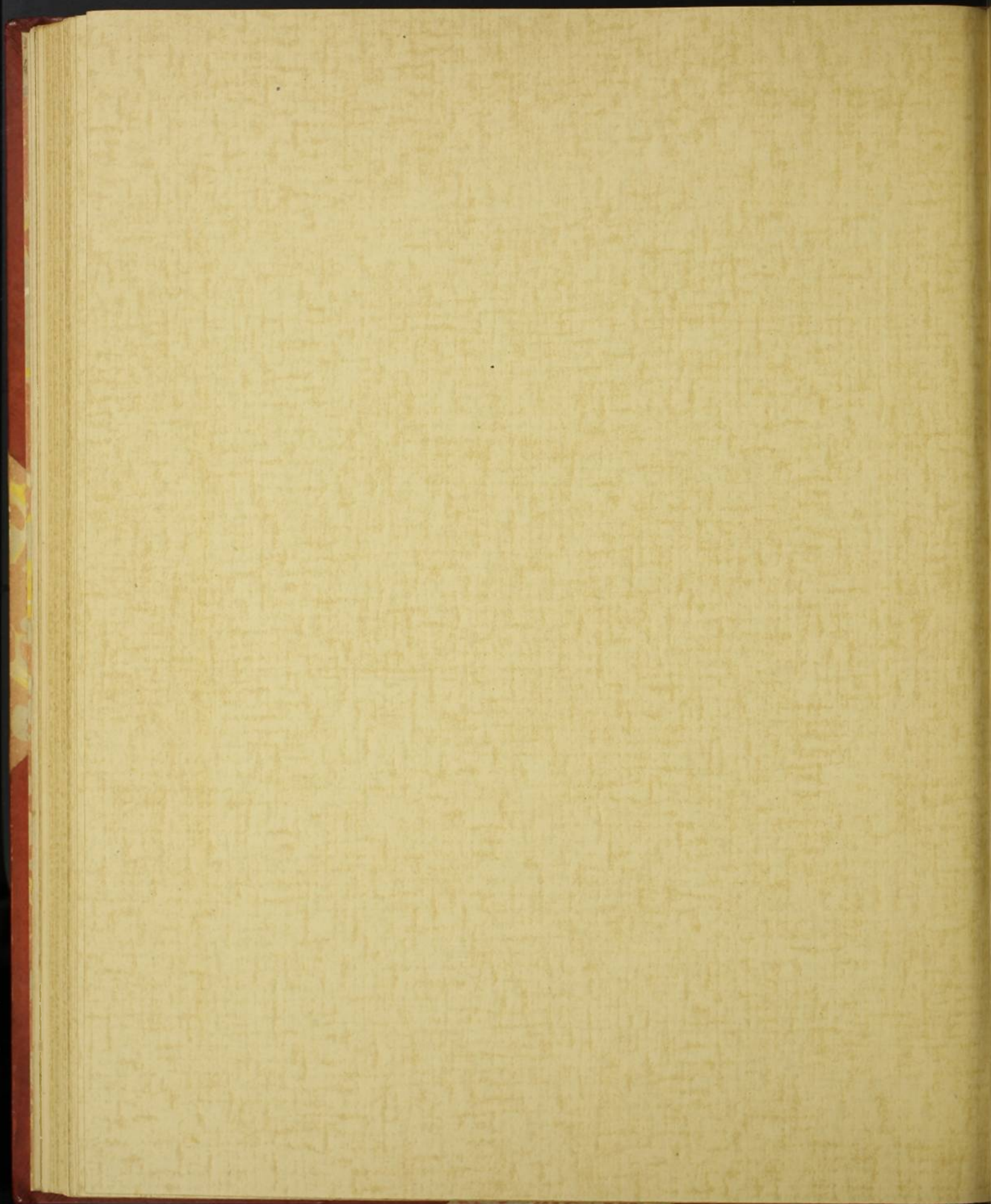






VISTA DO RIO DE JANEIRO  
tomada do aqueduto



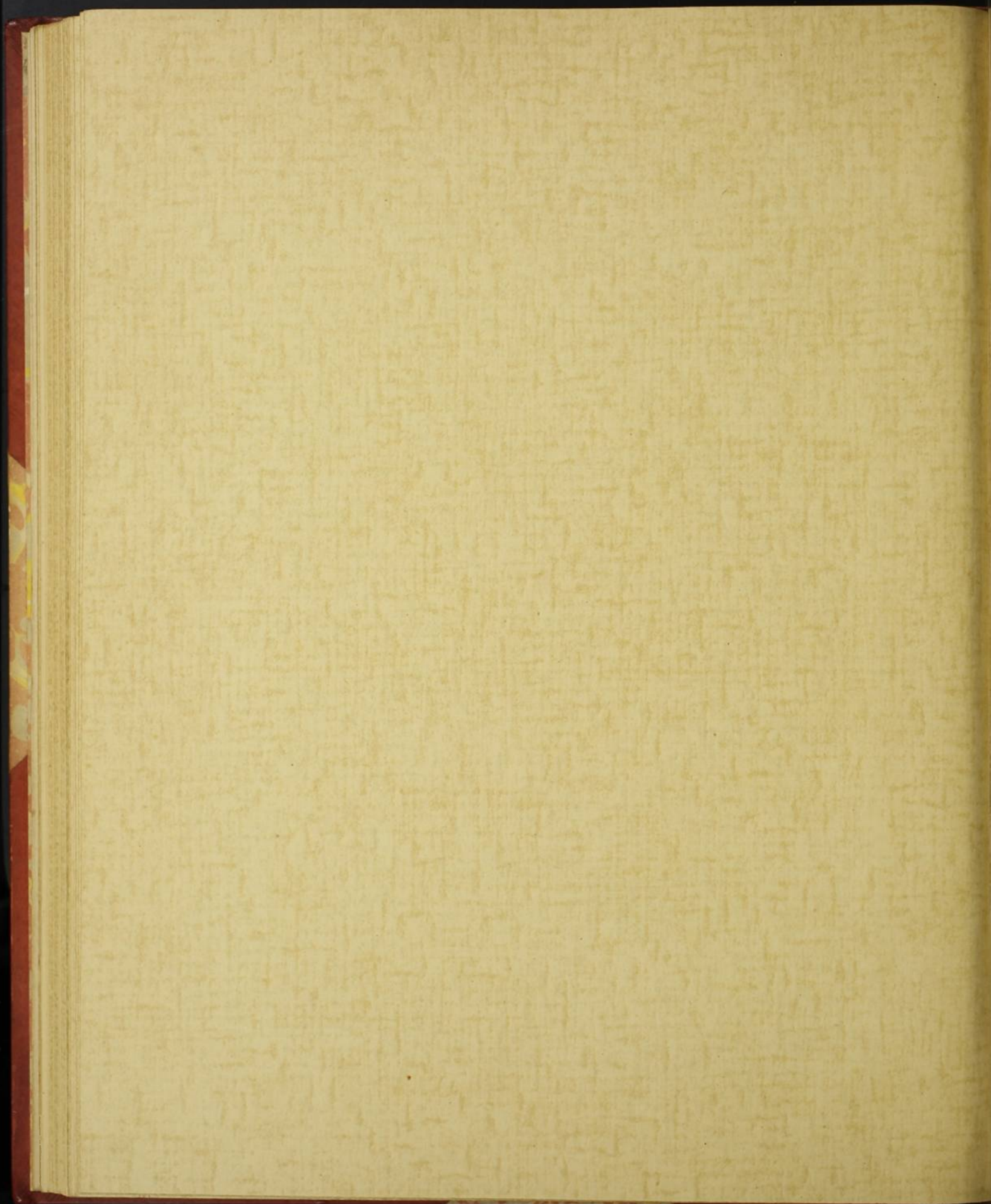




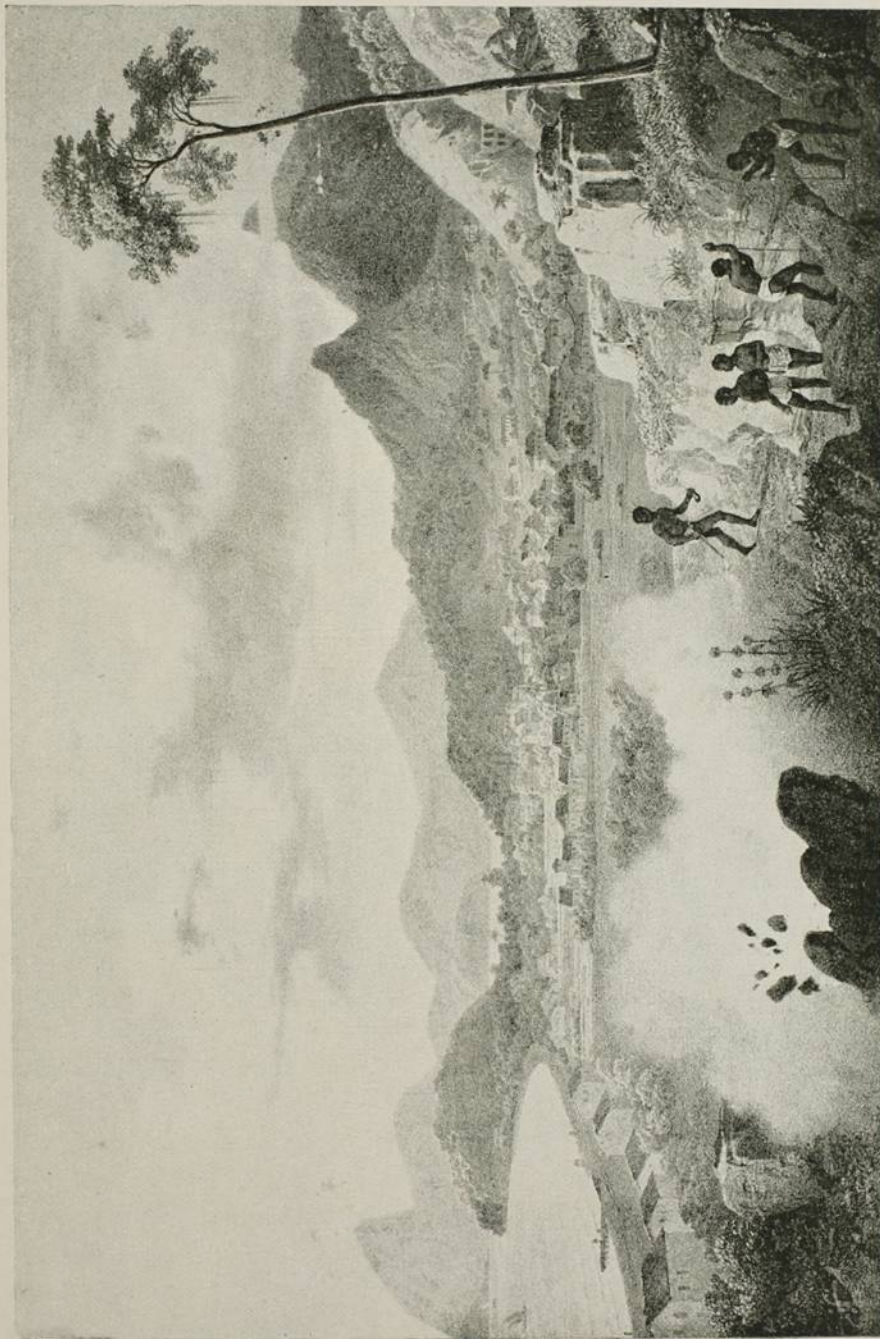


VISTA DO RIO DE JANEIRO  
tomada perto da Igreja da Glória



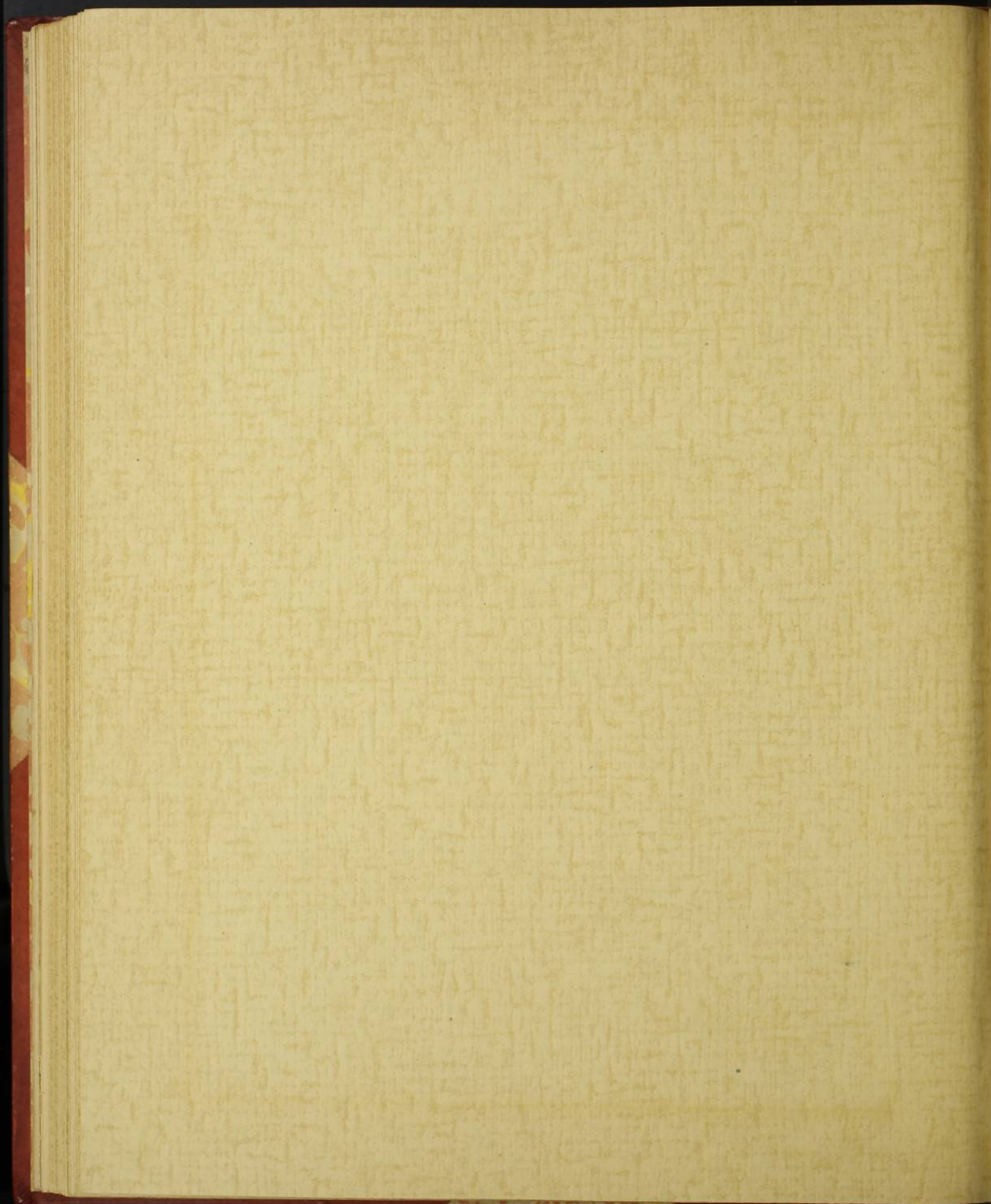




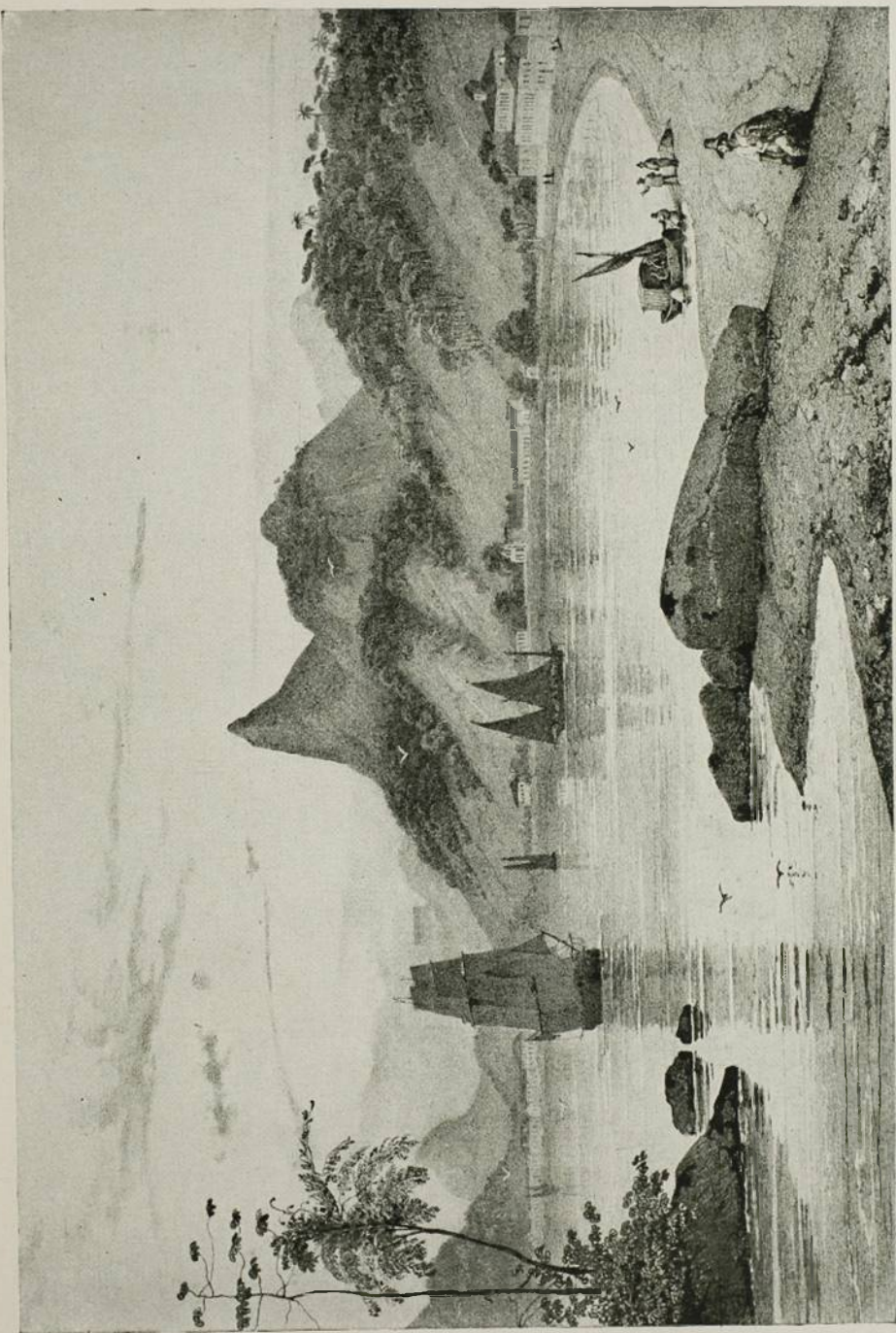


VISTA DO CORCOVADO E DO ARRABALDE DO CATETE  
tomada da pedreira



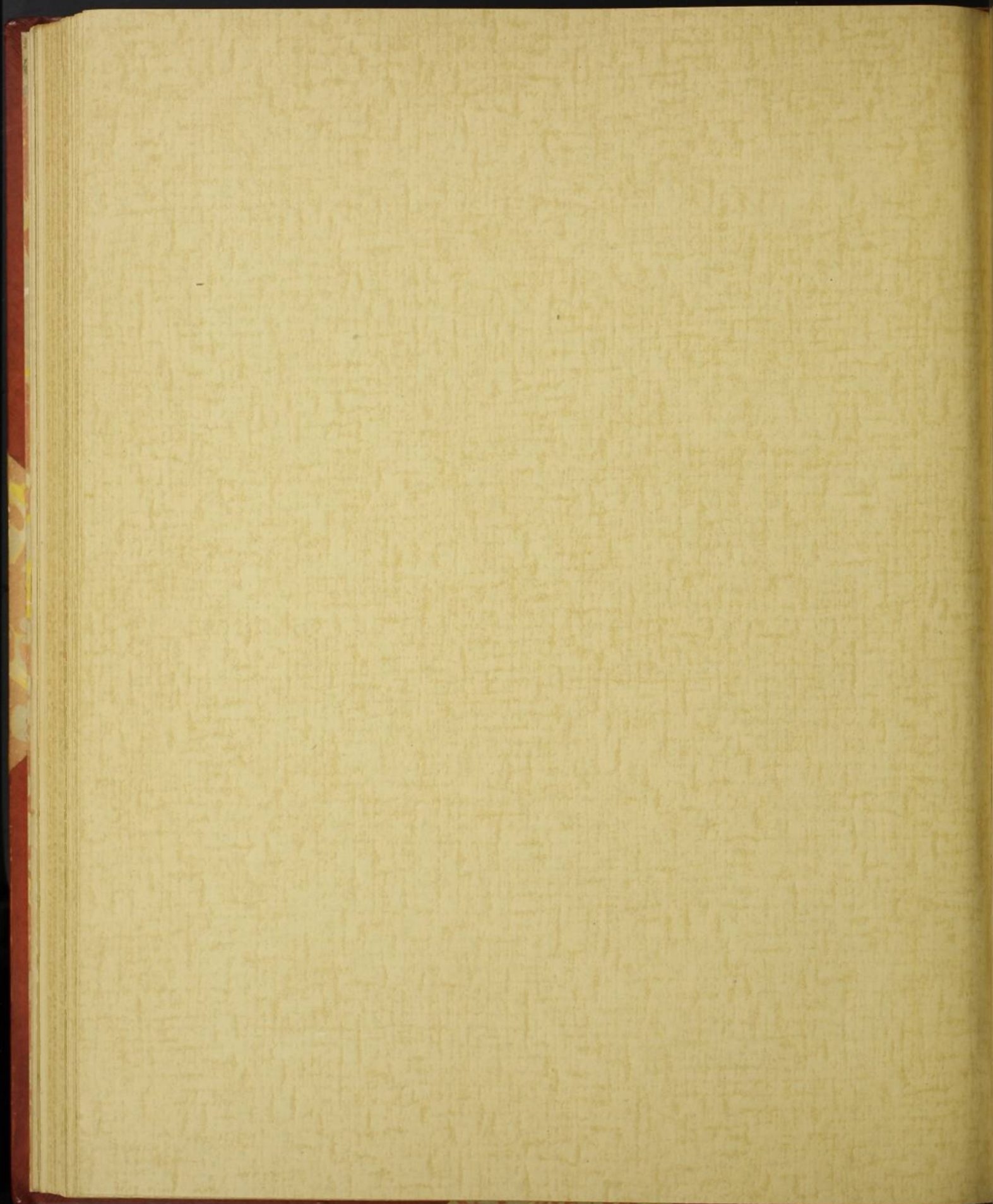






BOTAFOGO



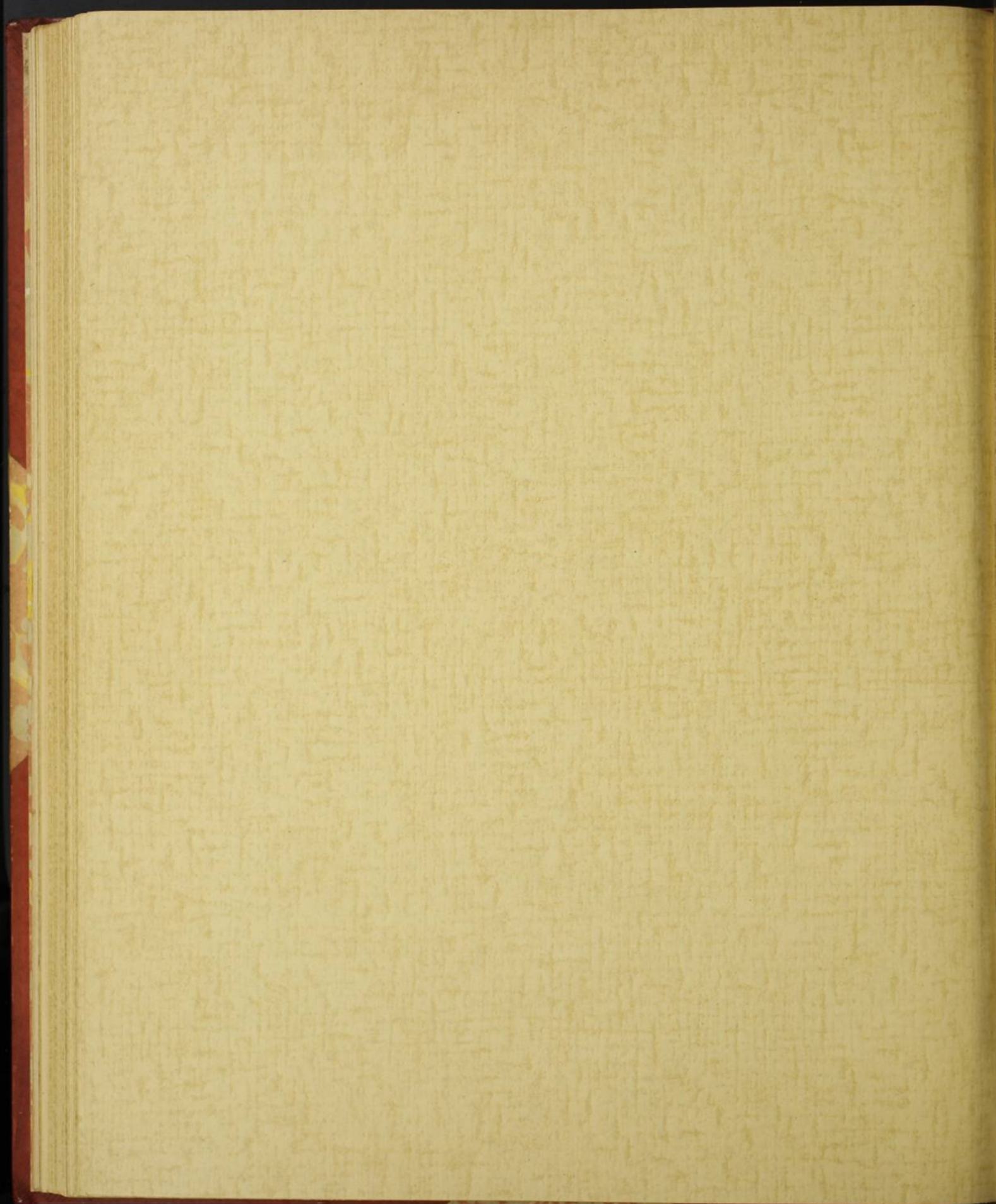




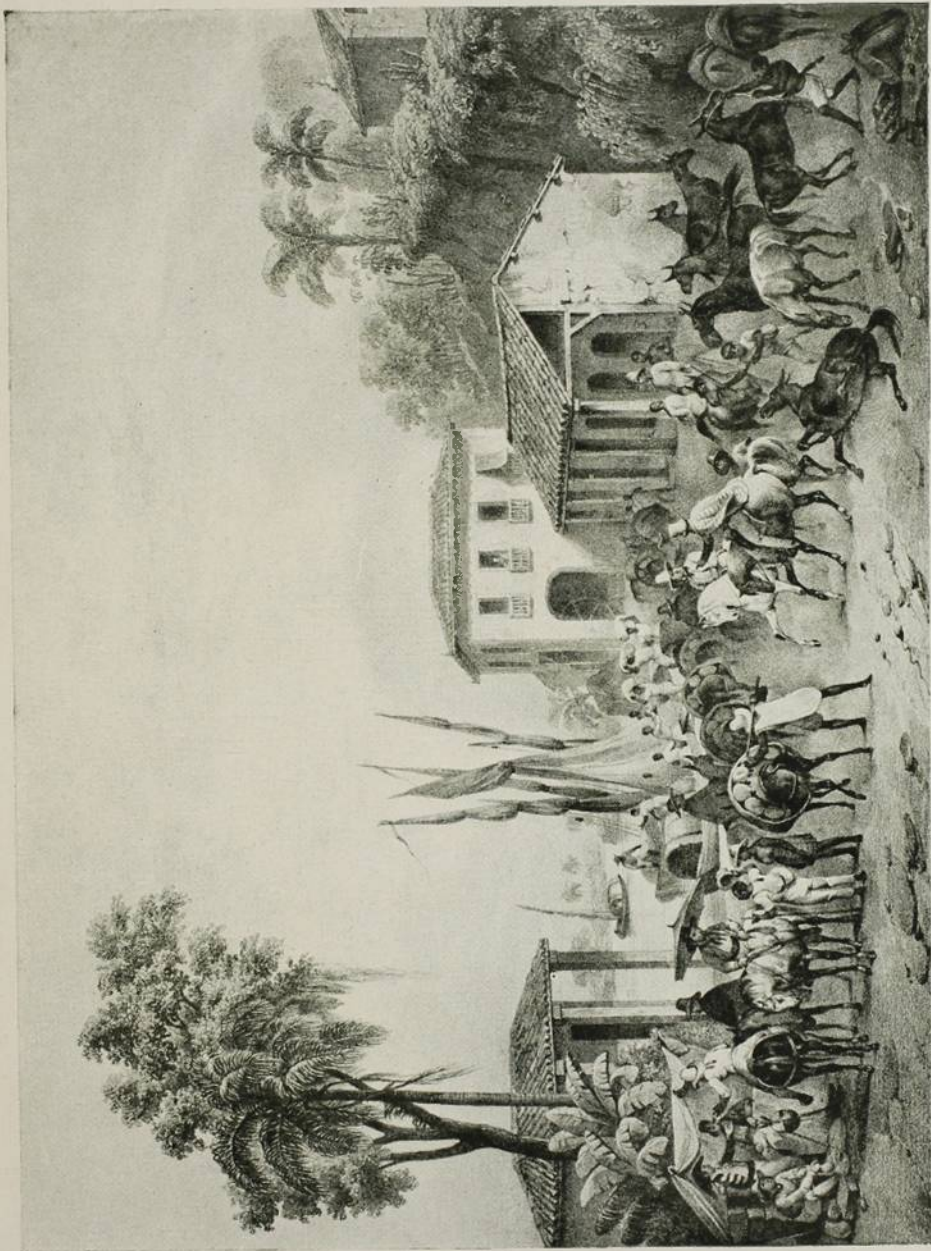


CASCATA DA TIJUCA



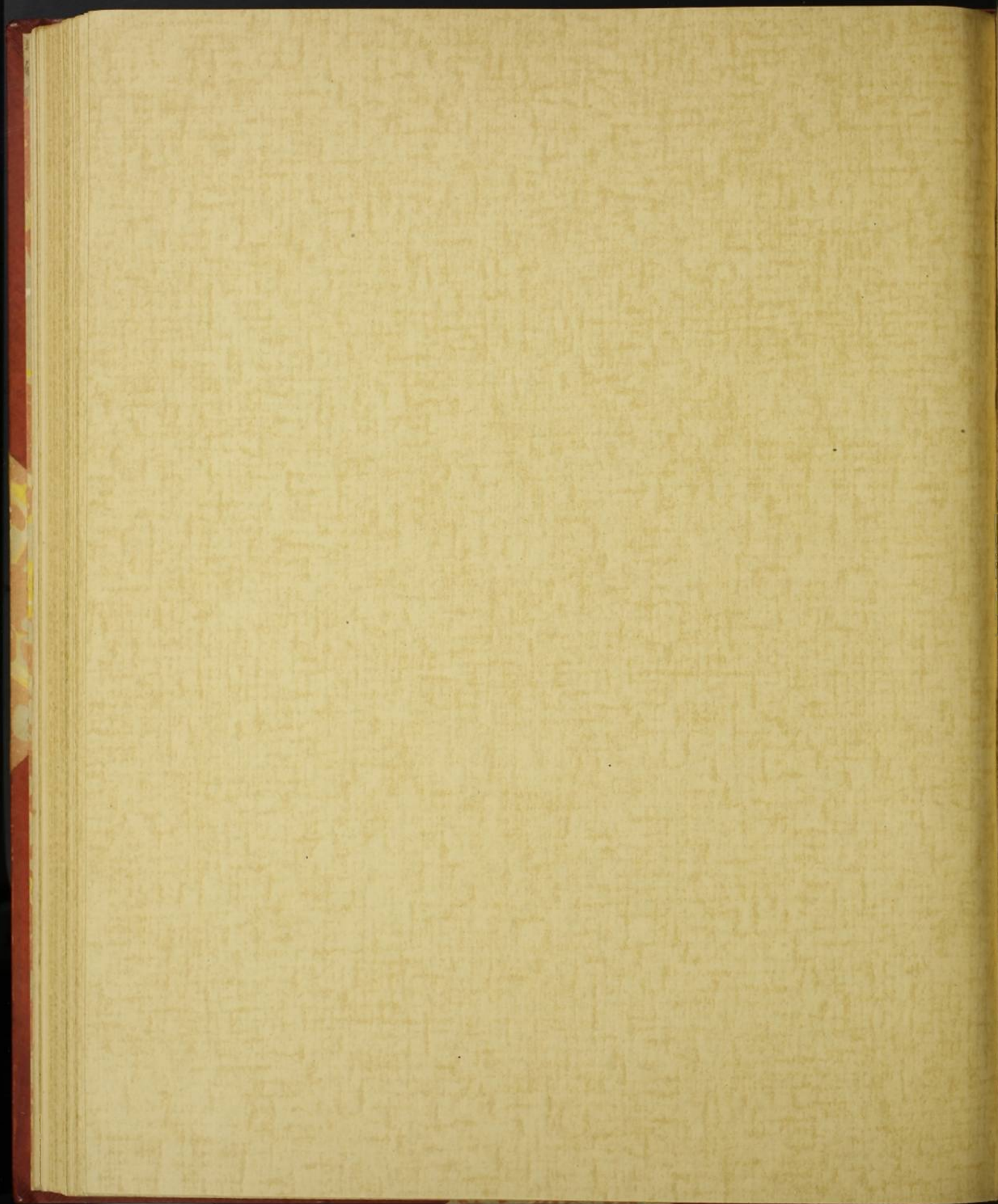






PORTO DA ESTRELA



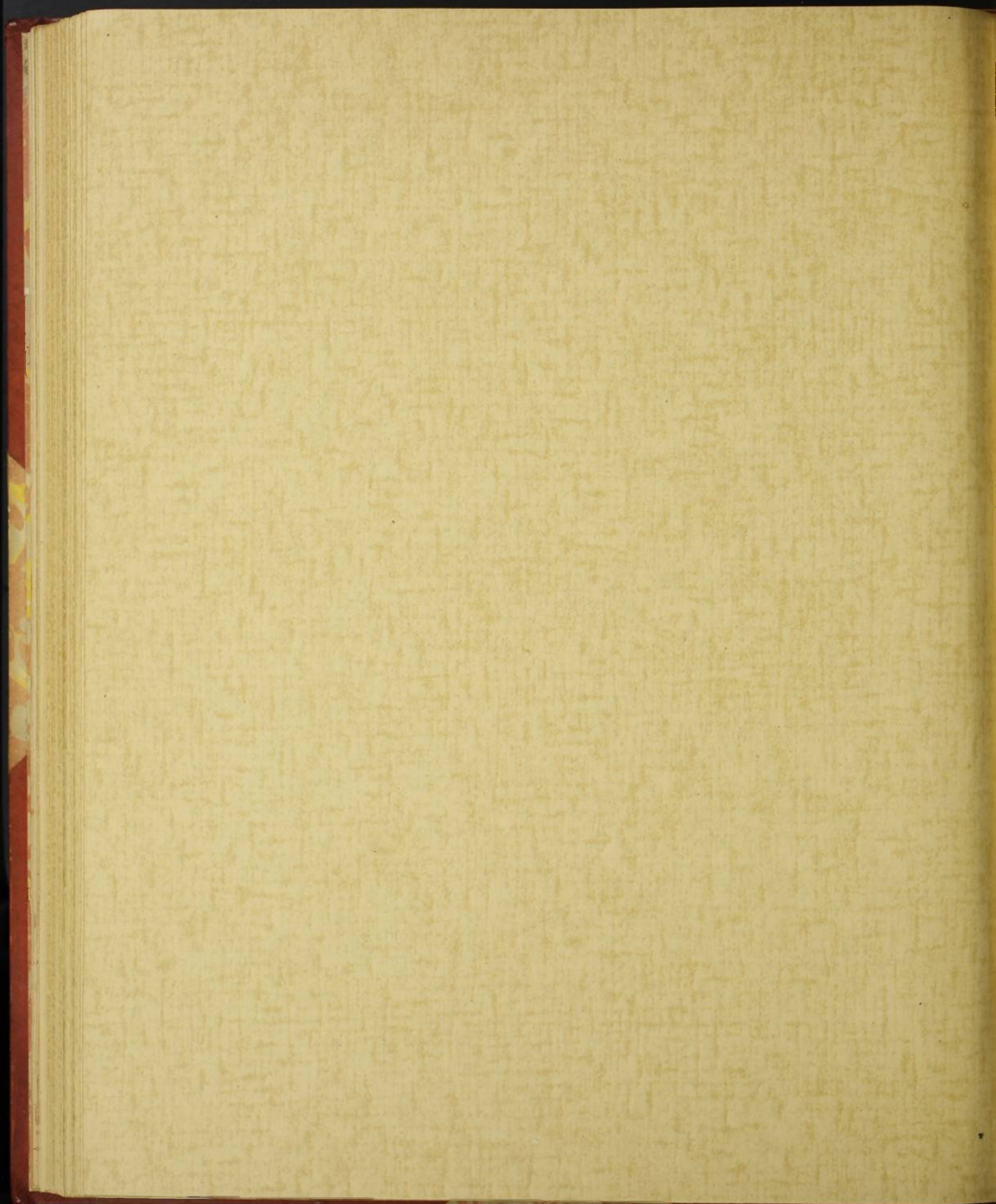






MANDIOCA



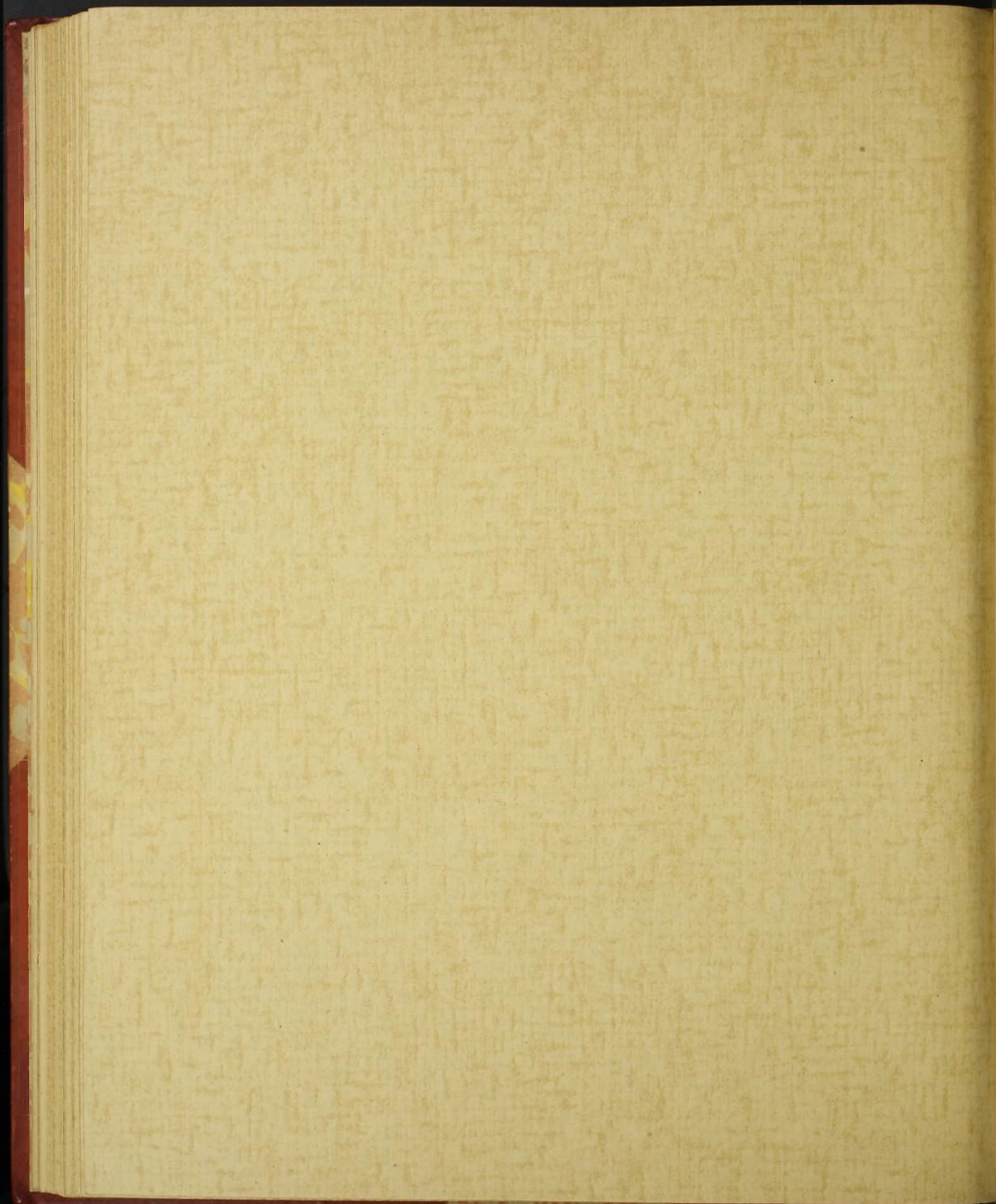






SERRA DOS ÓRGÃOS



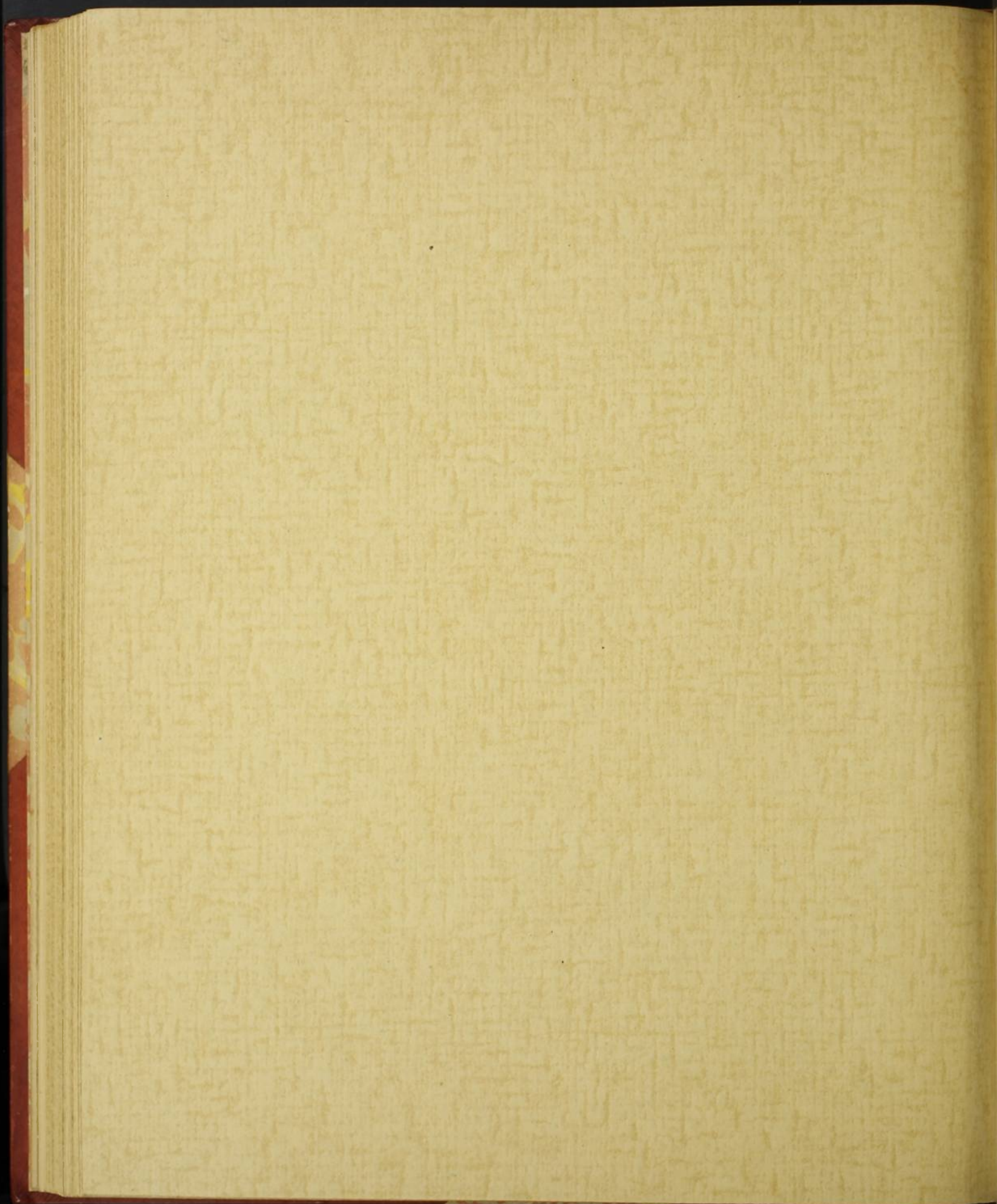




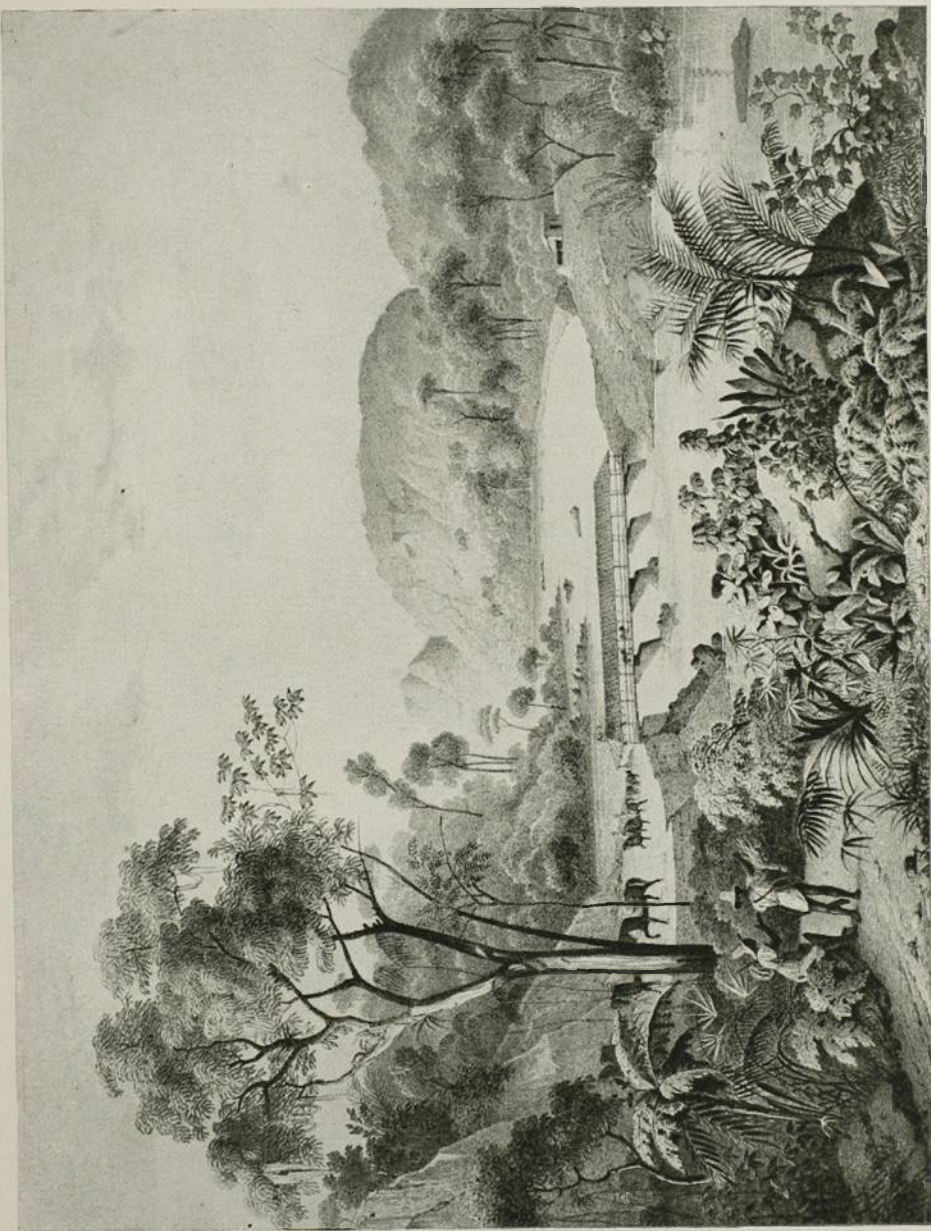


RIO PARAIBA



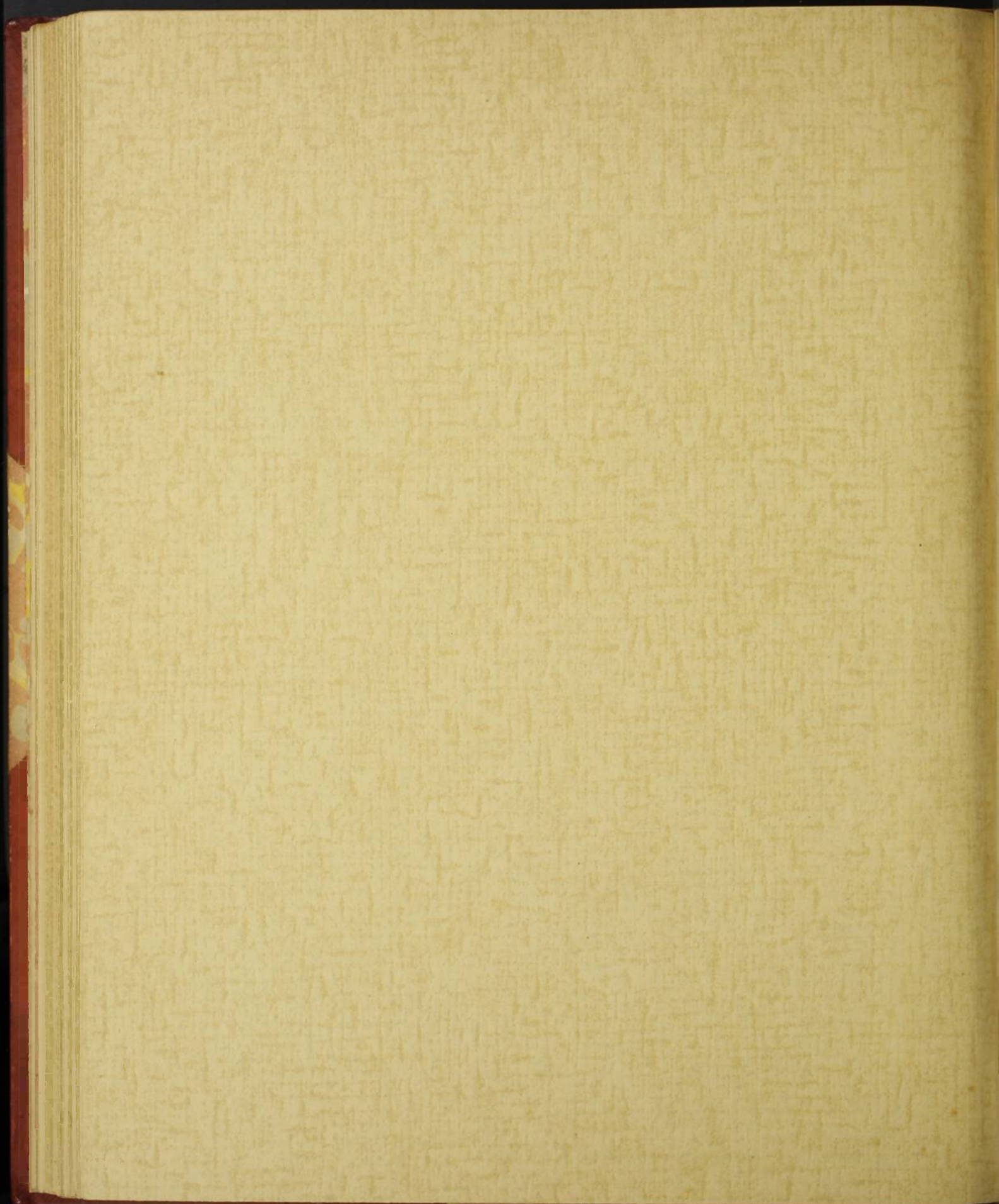




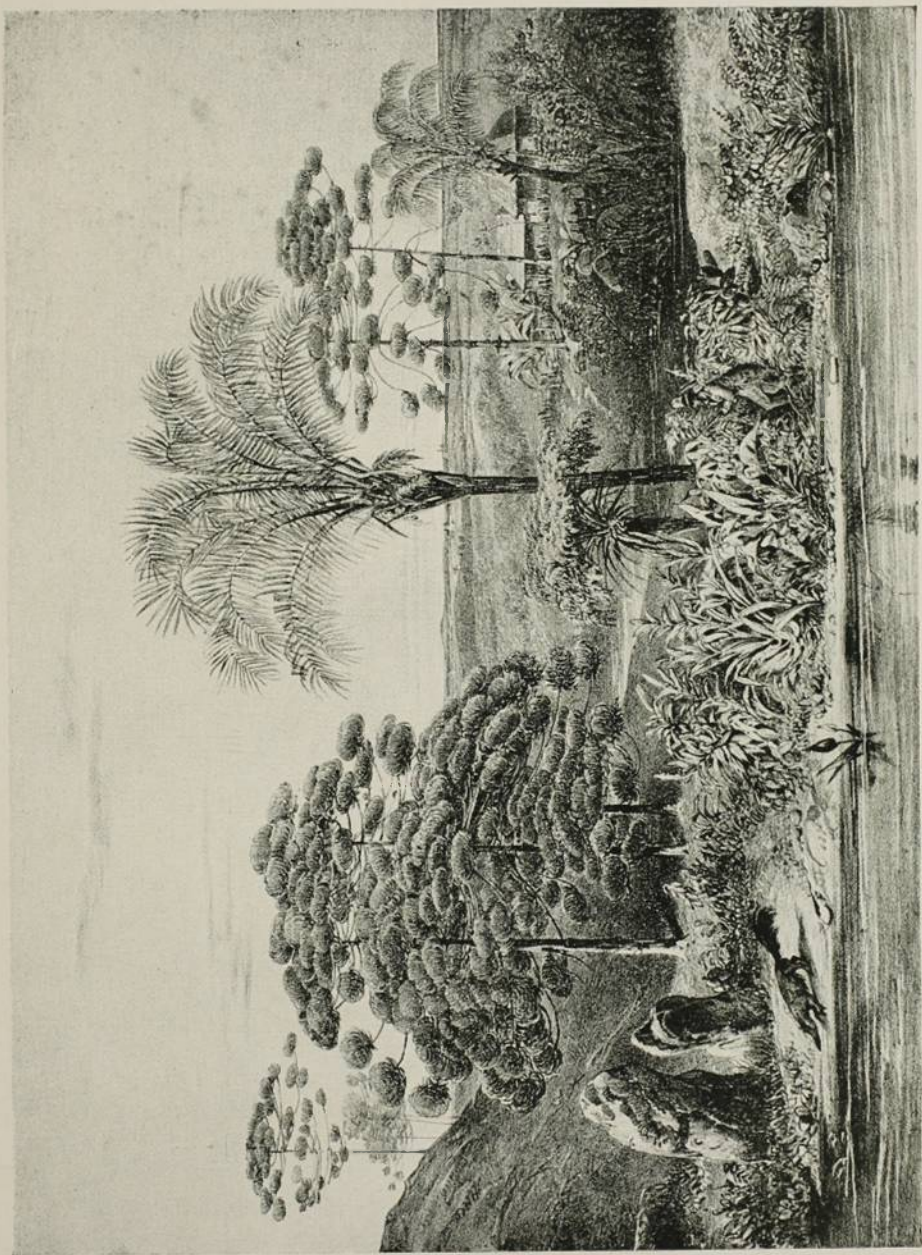


RIO PARAIBUNA



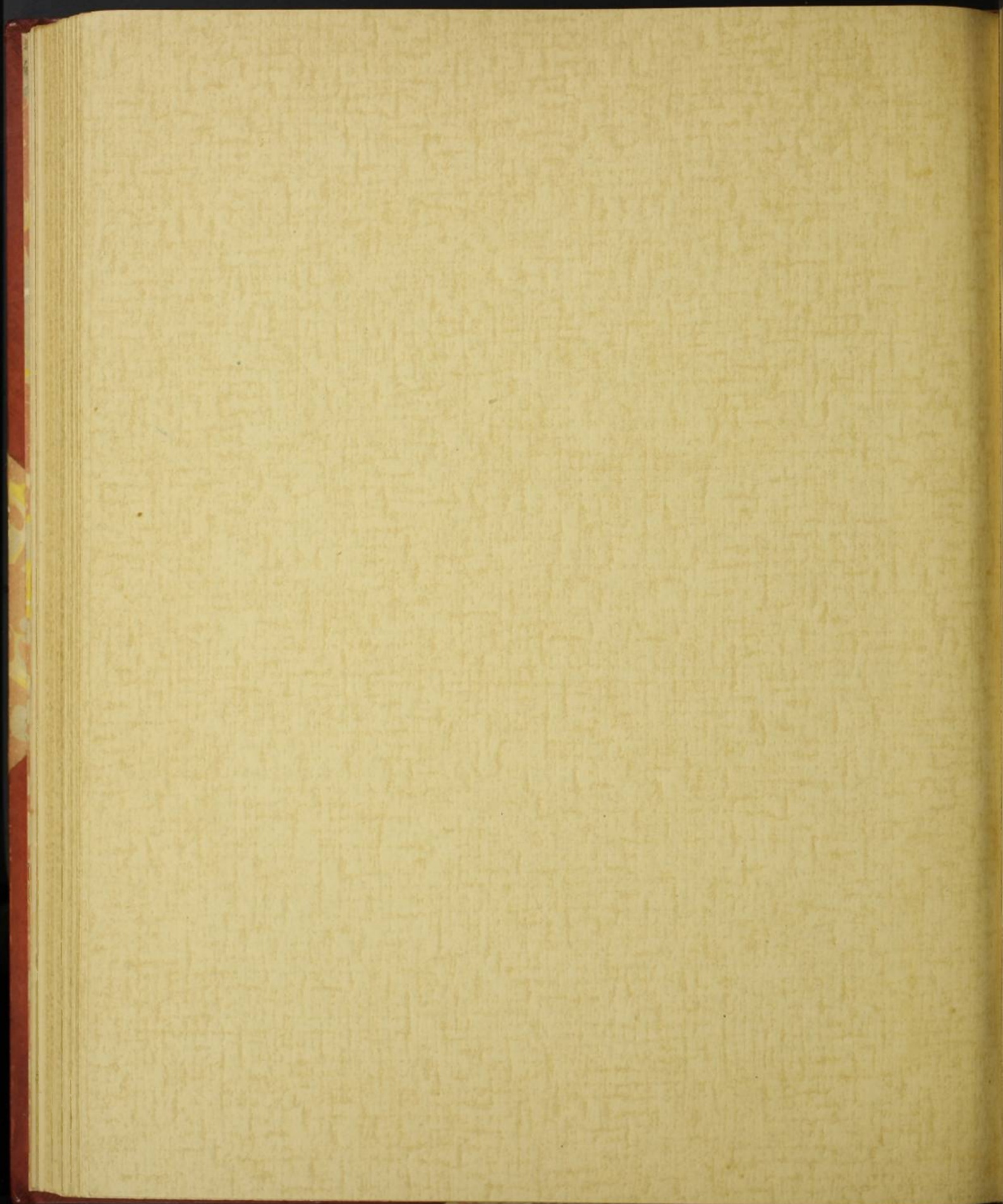




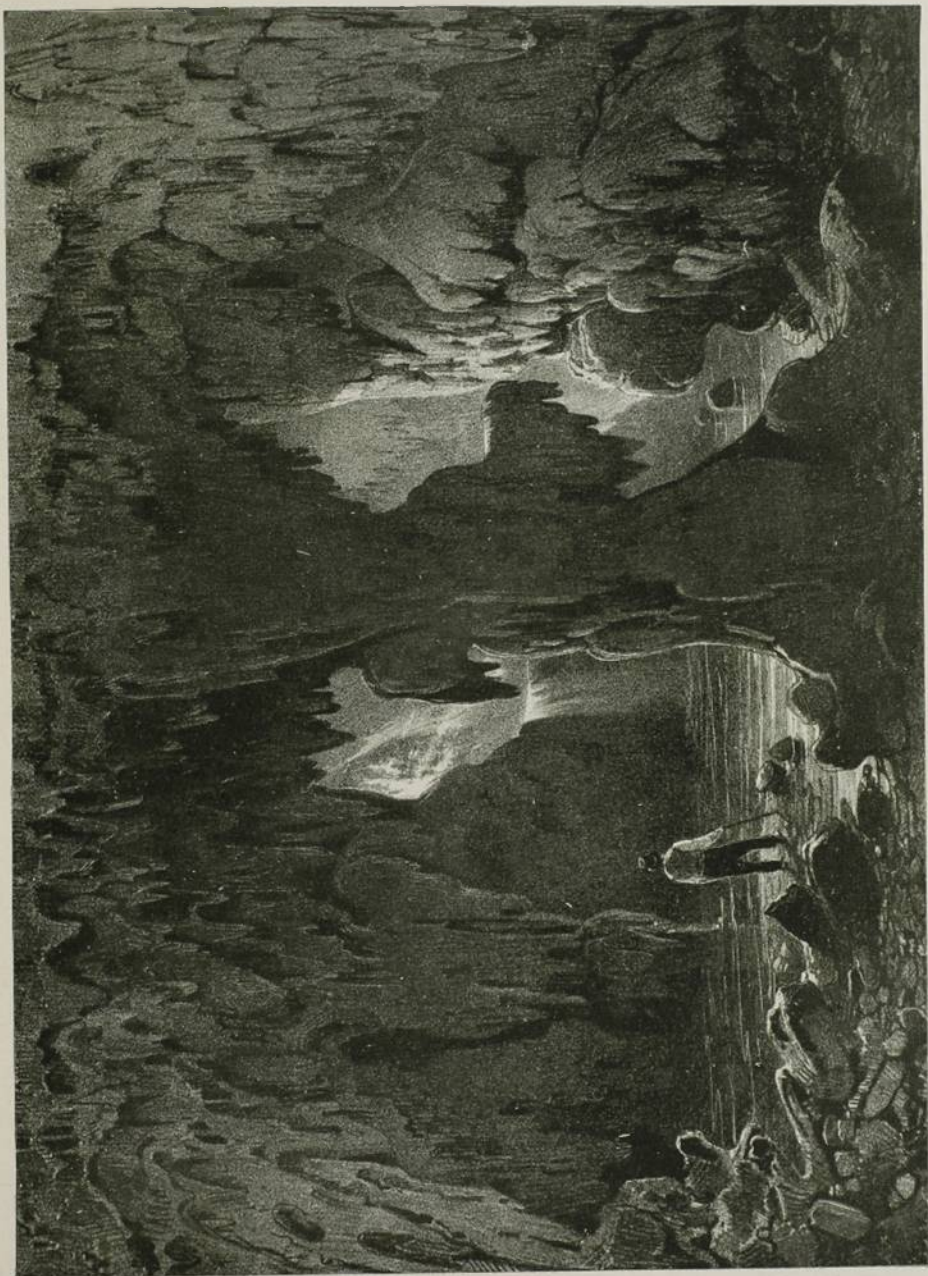


BARBACENA



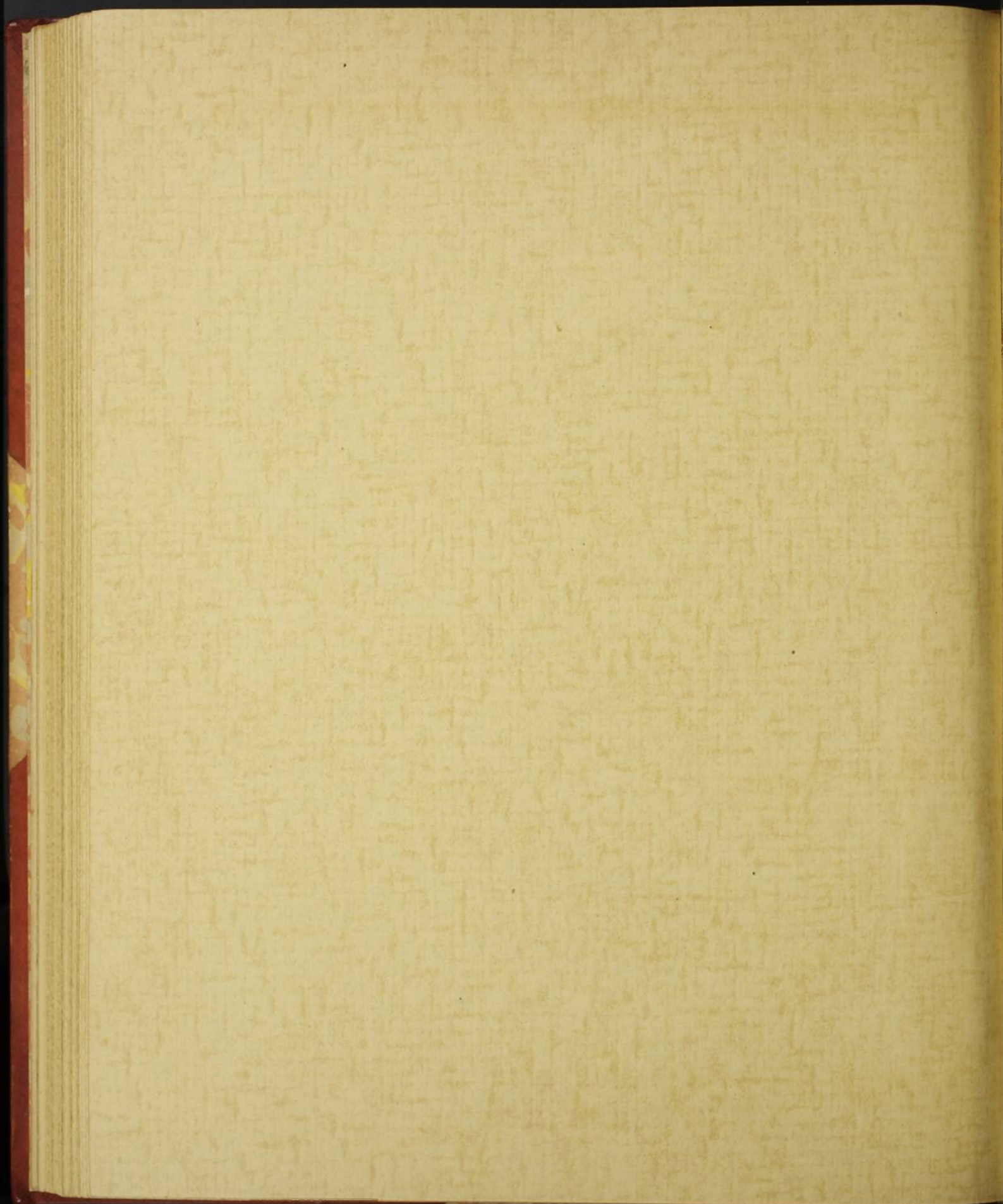




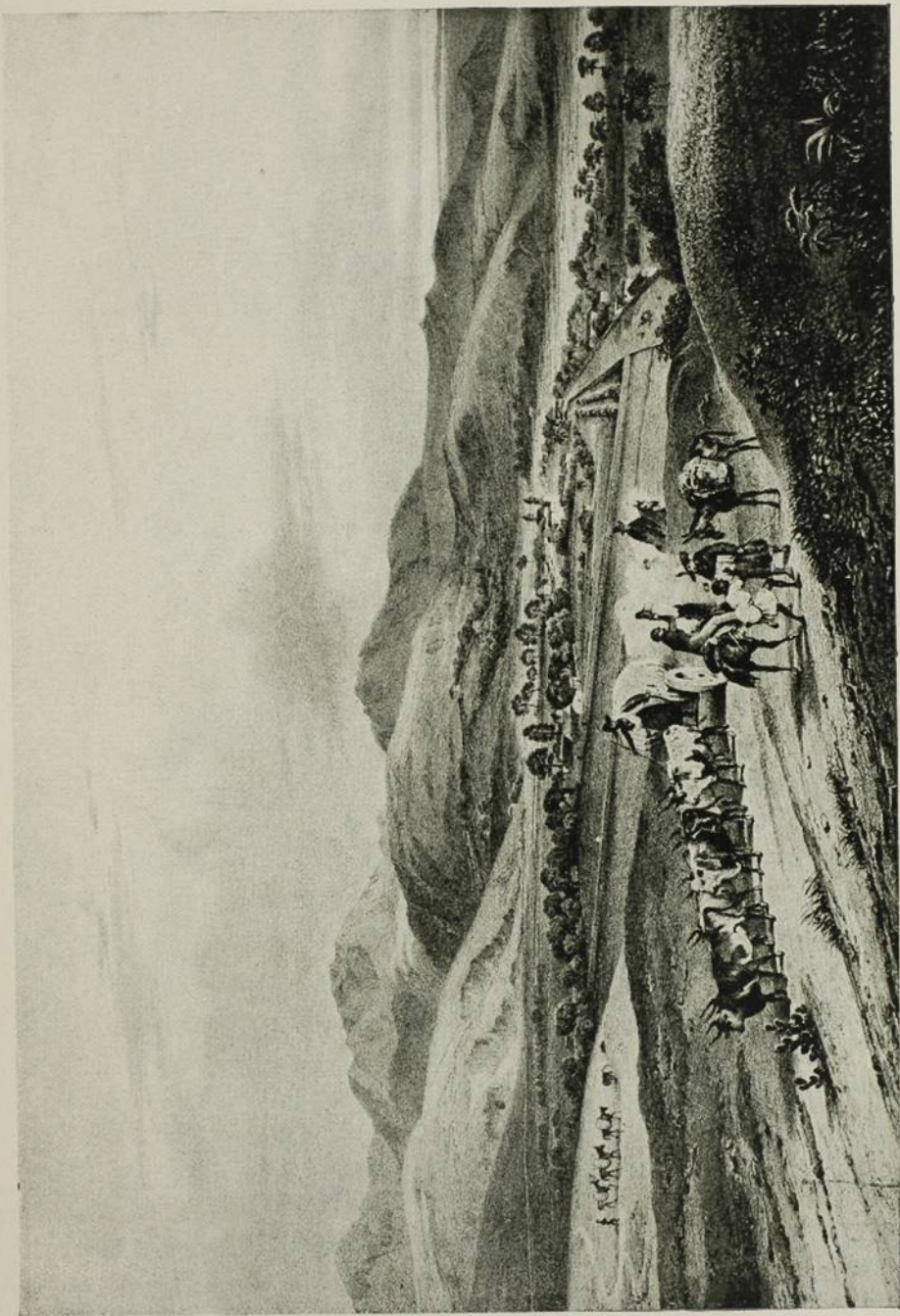


GRUTAS PERTO DE SÃO JOSÉ



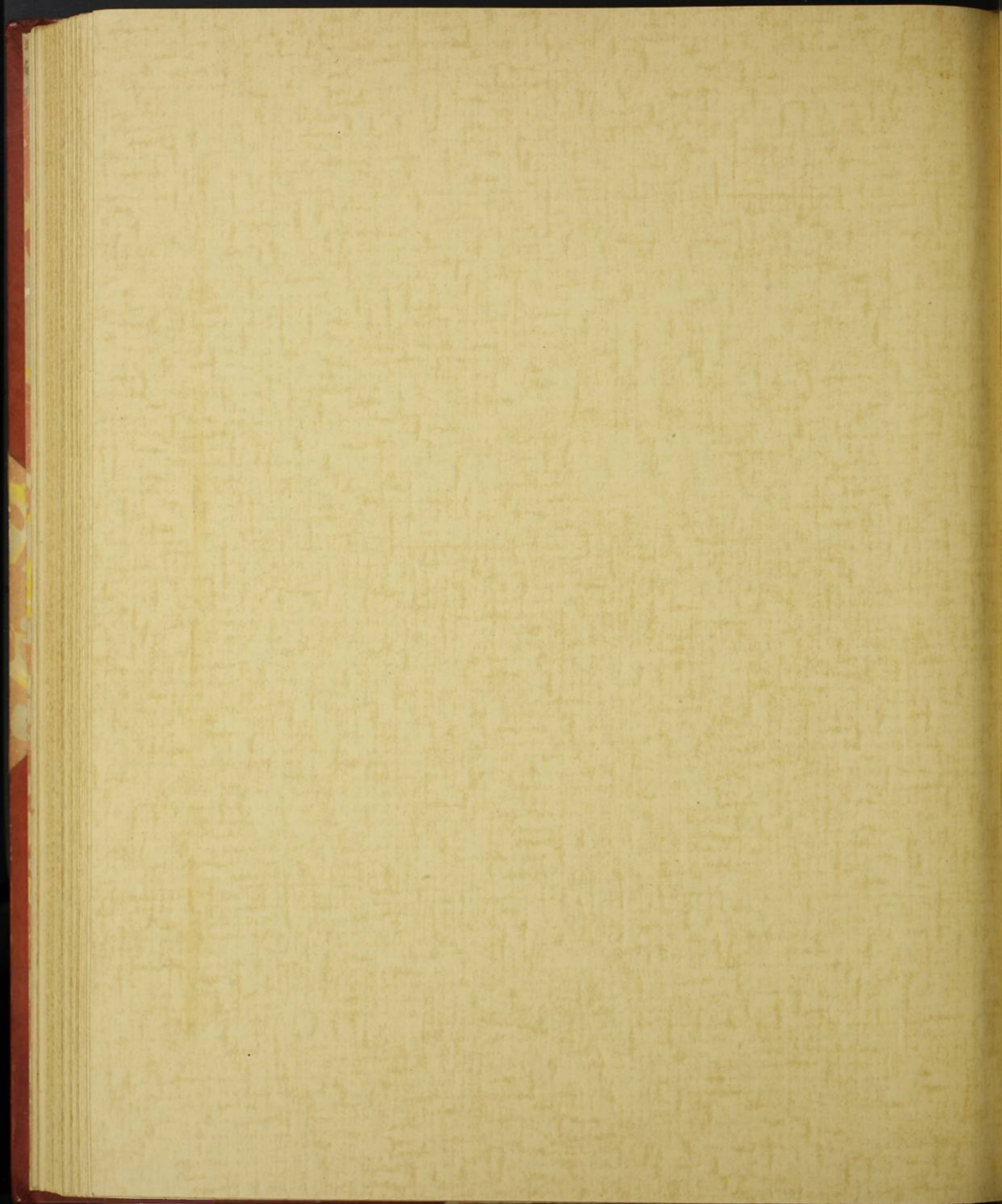






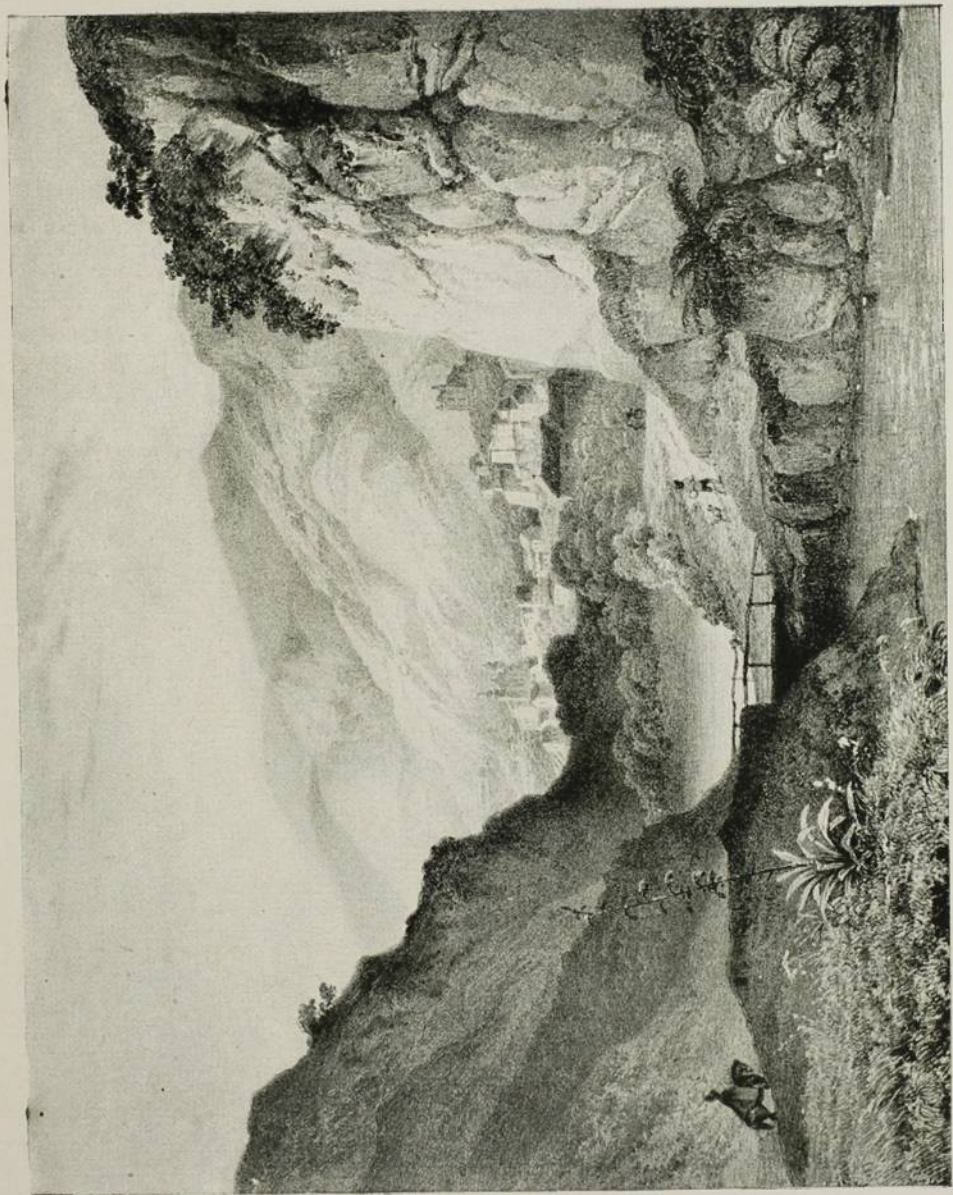
MATOSINHOS





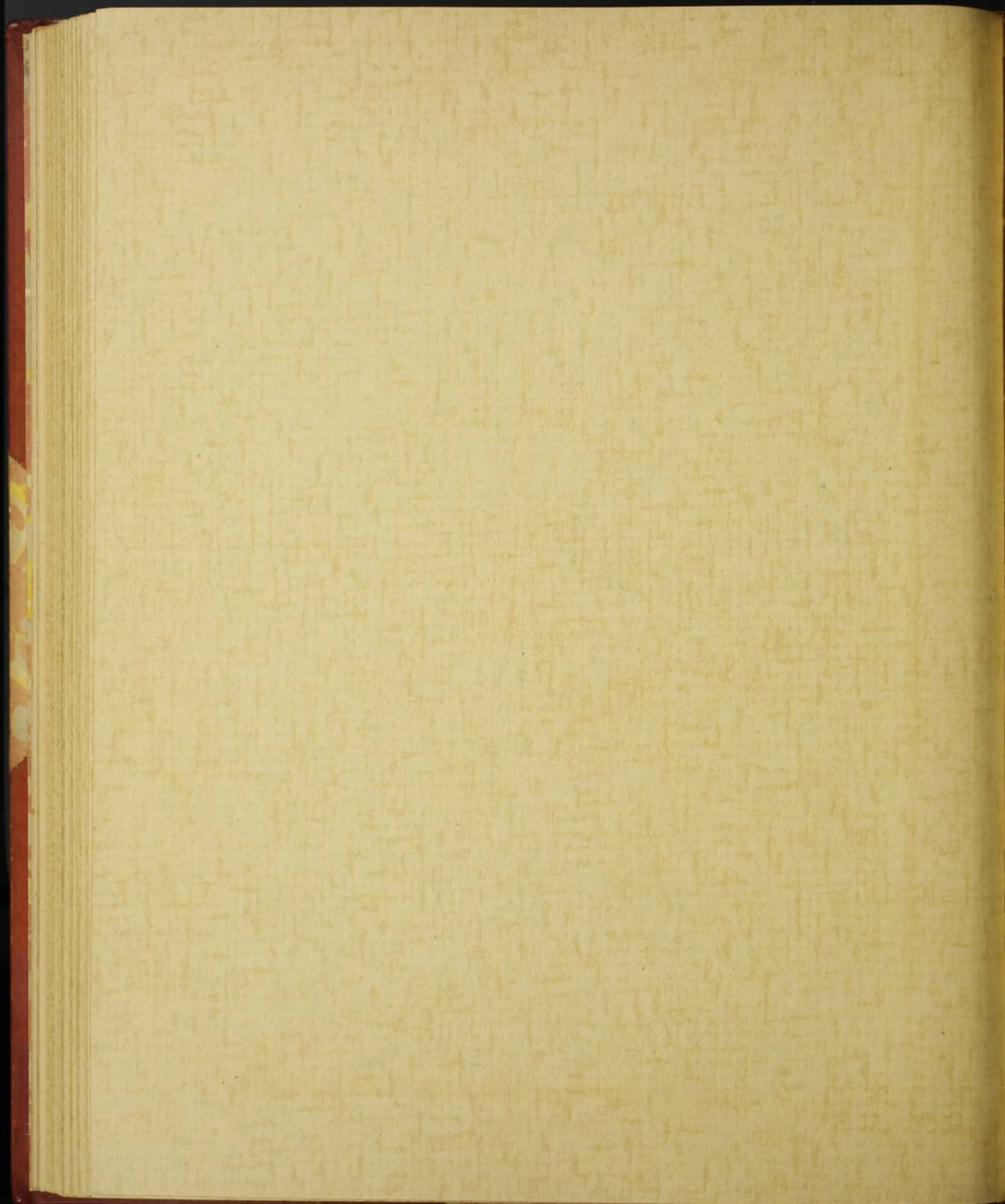


1/21

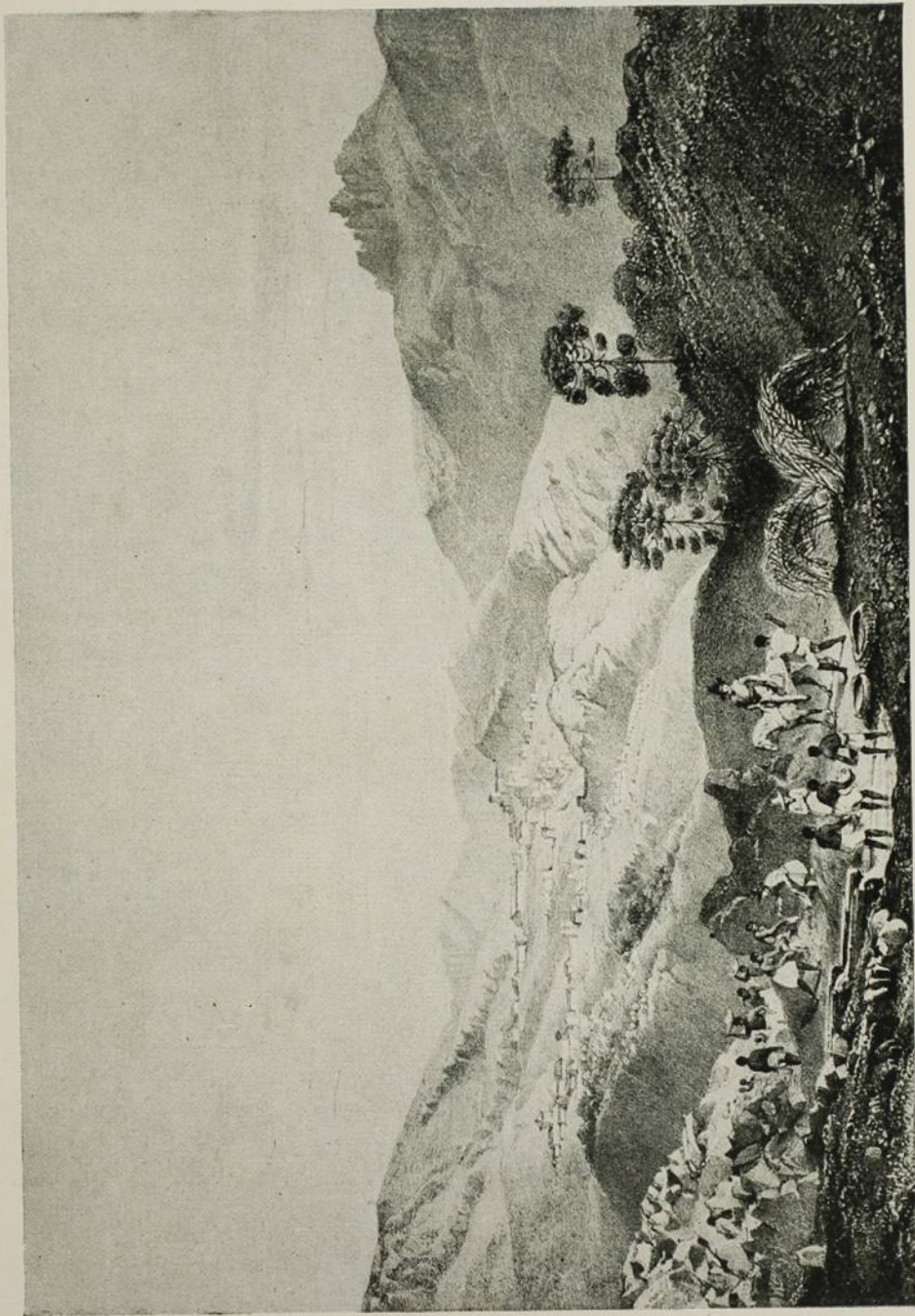


VILA RICA



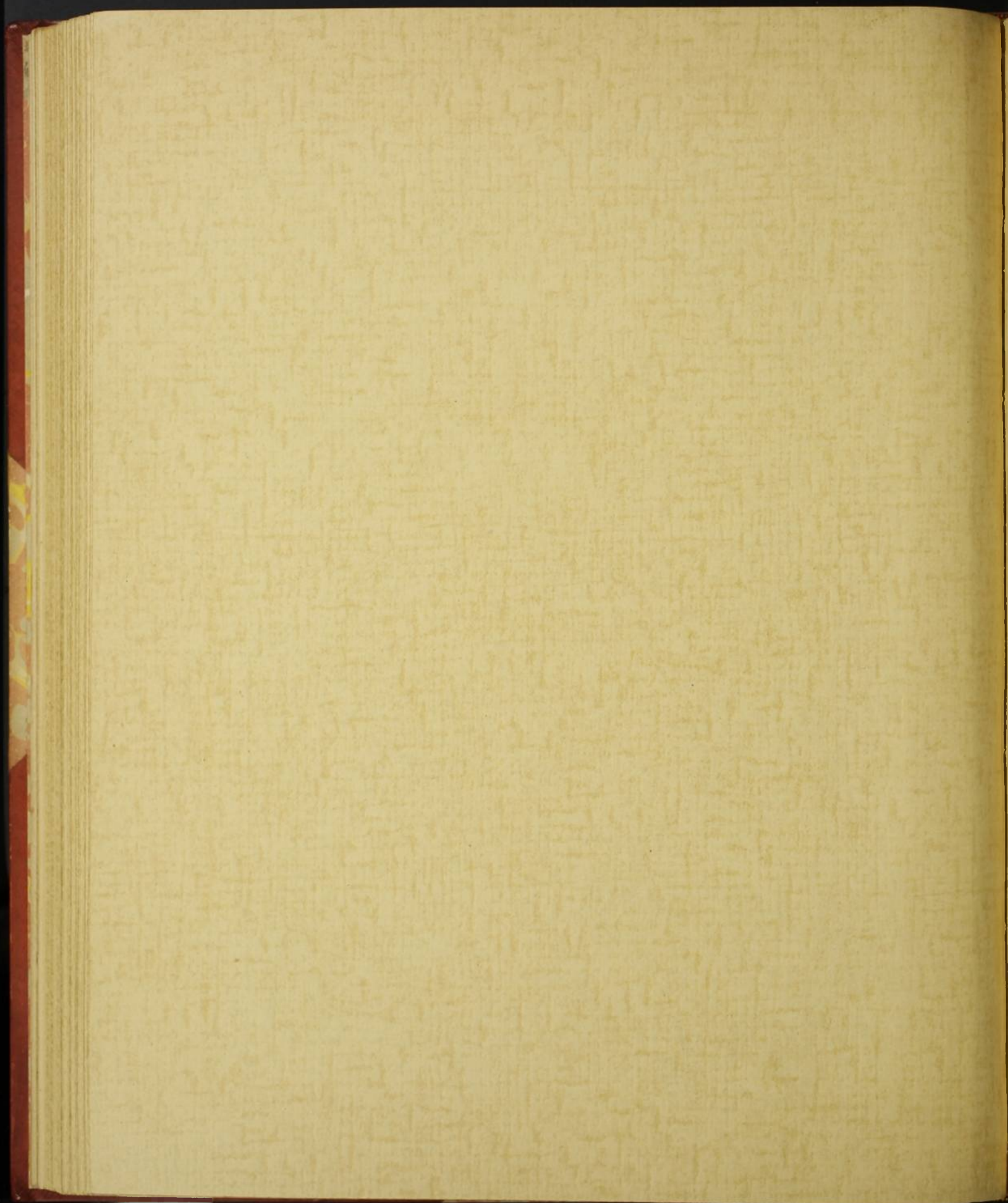




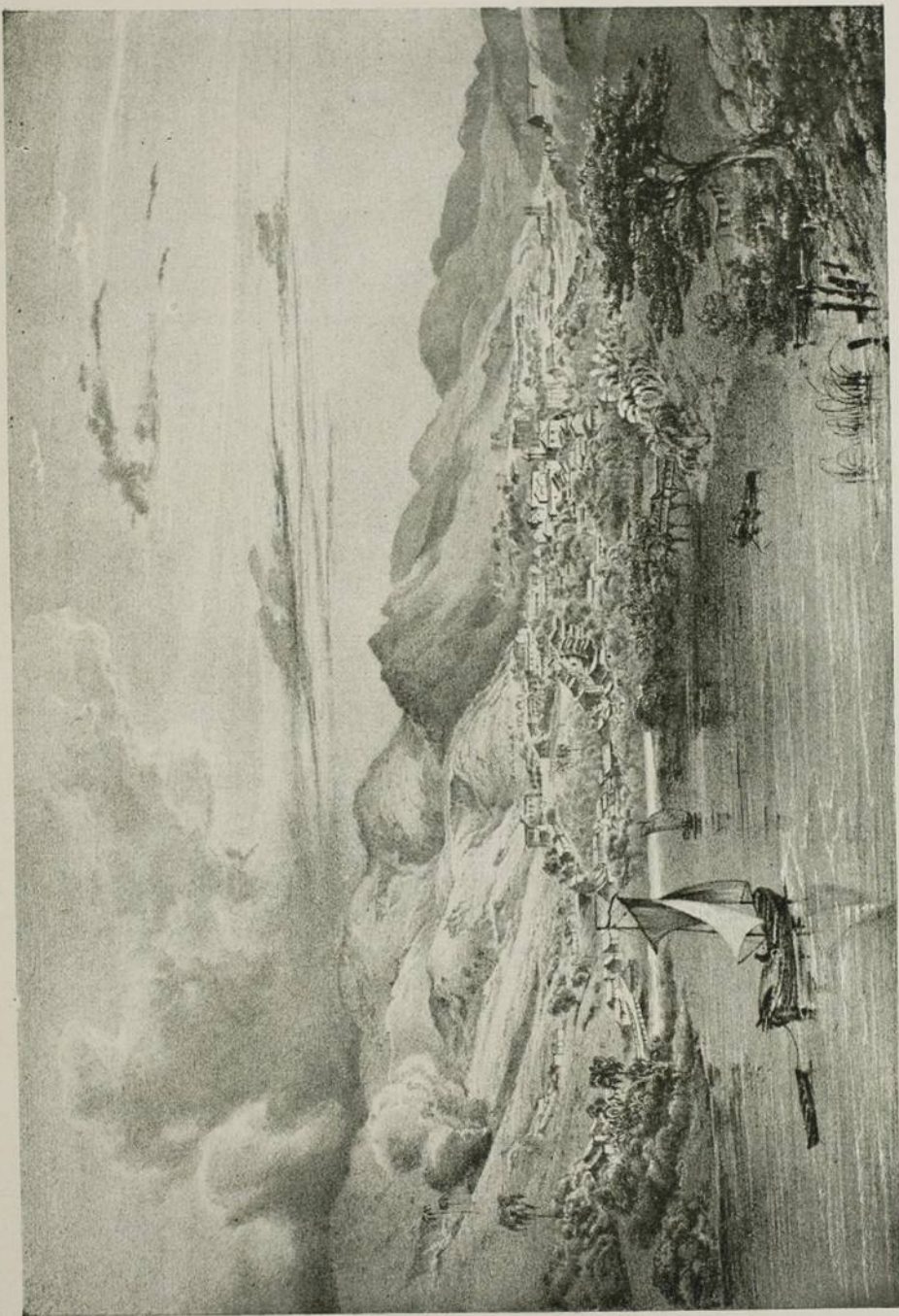


VILA RICA



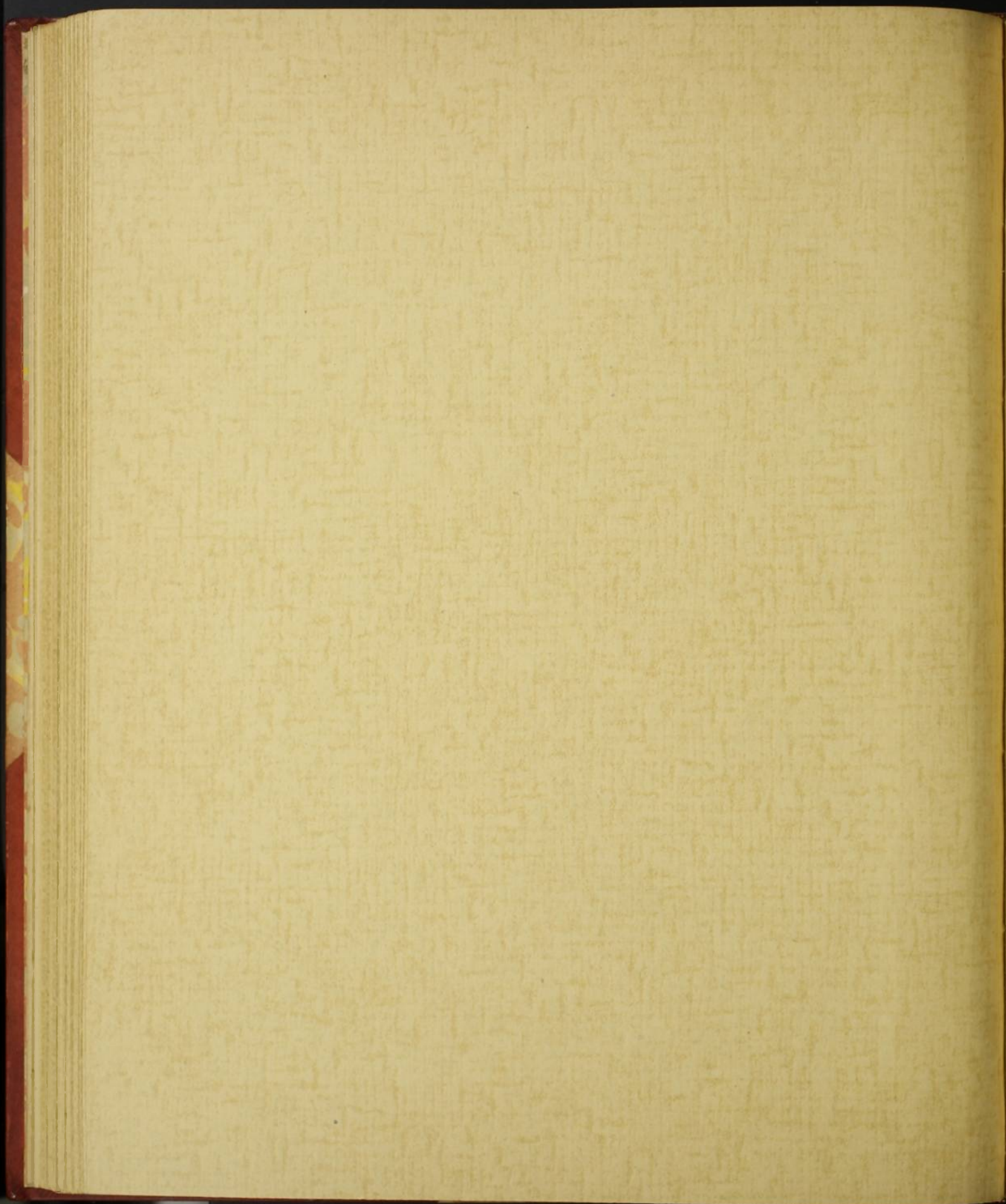






SABARA'



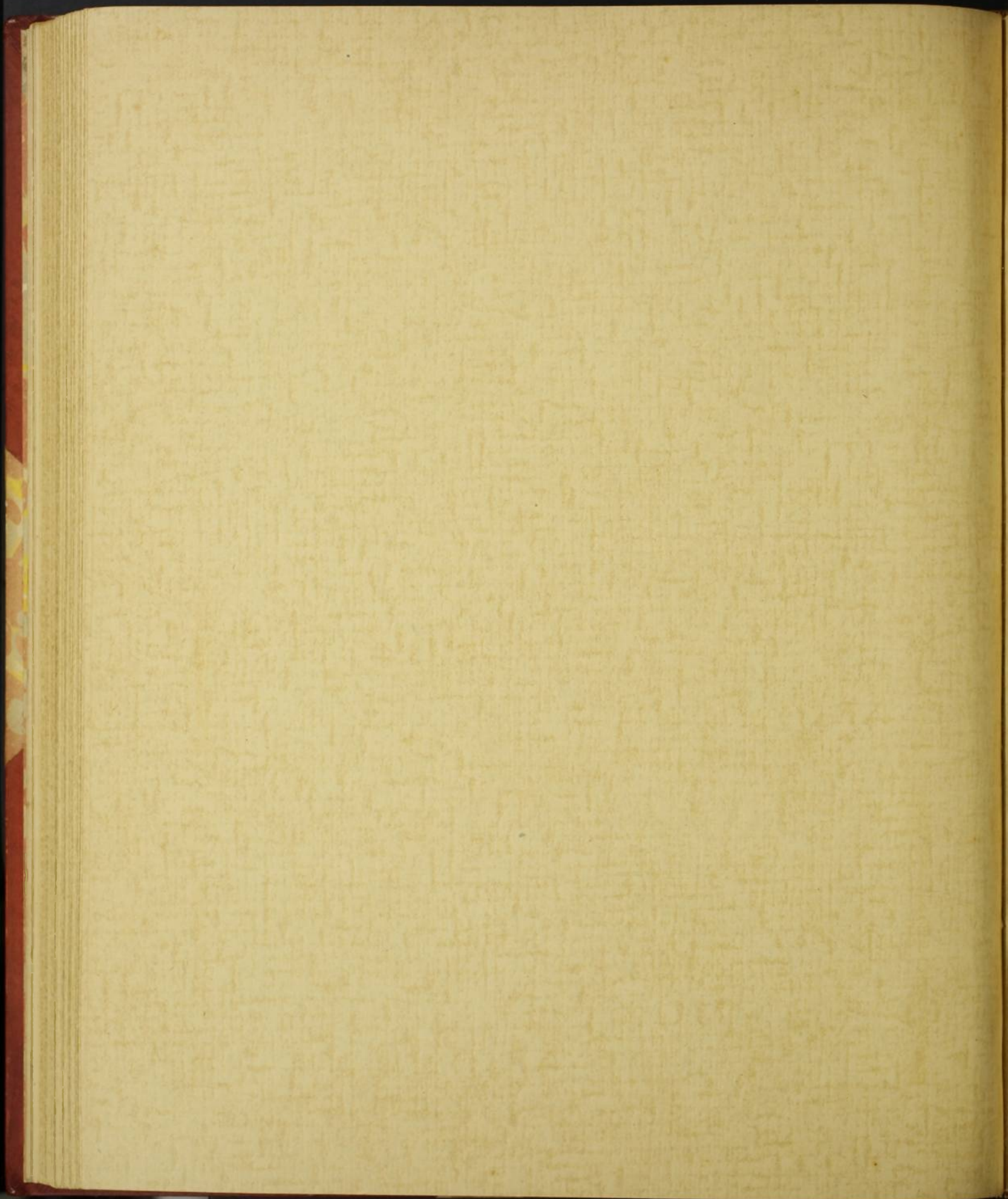




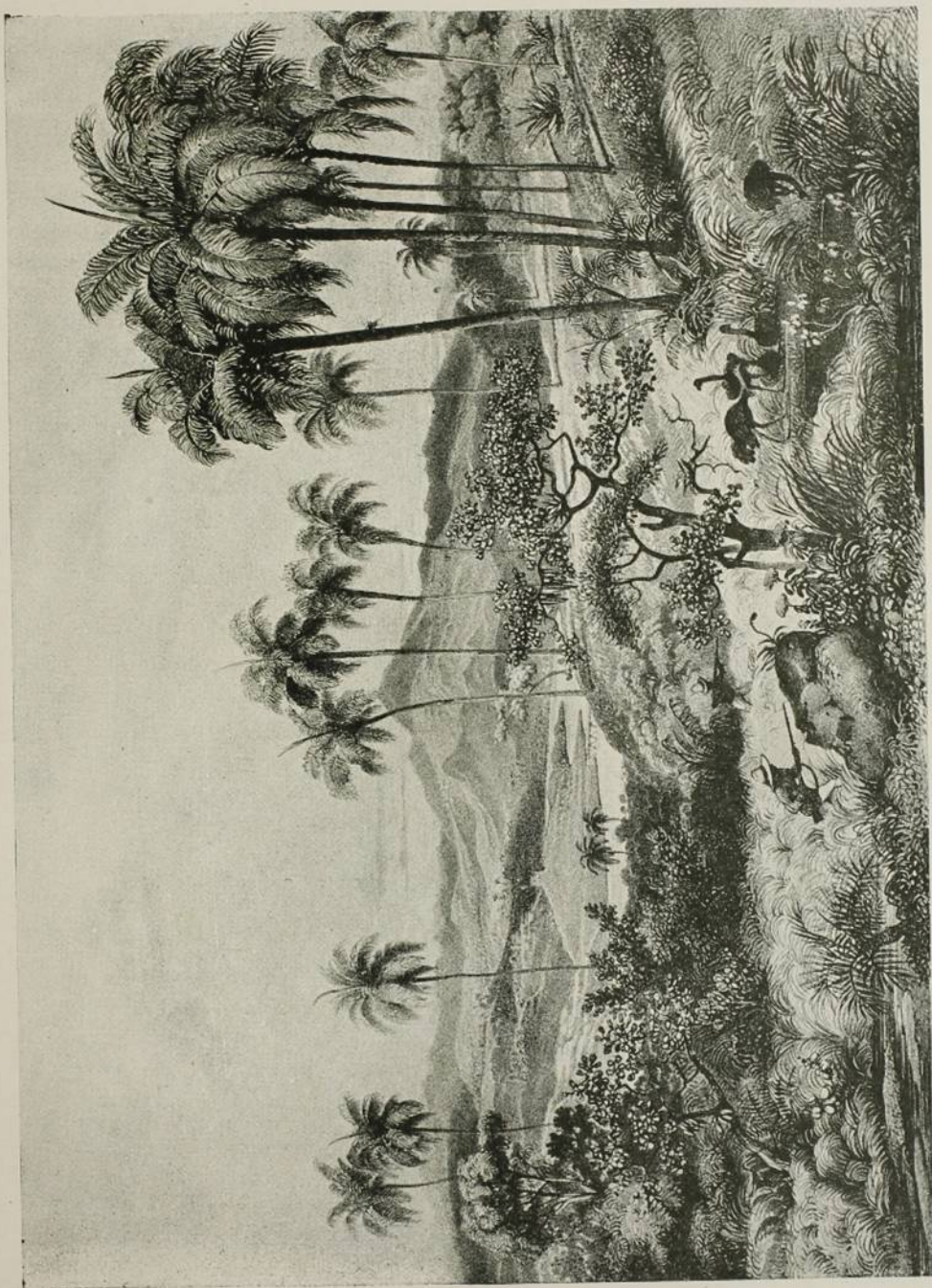


CATAS ALTAS



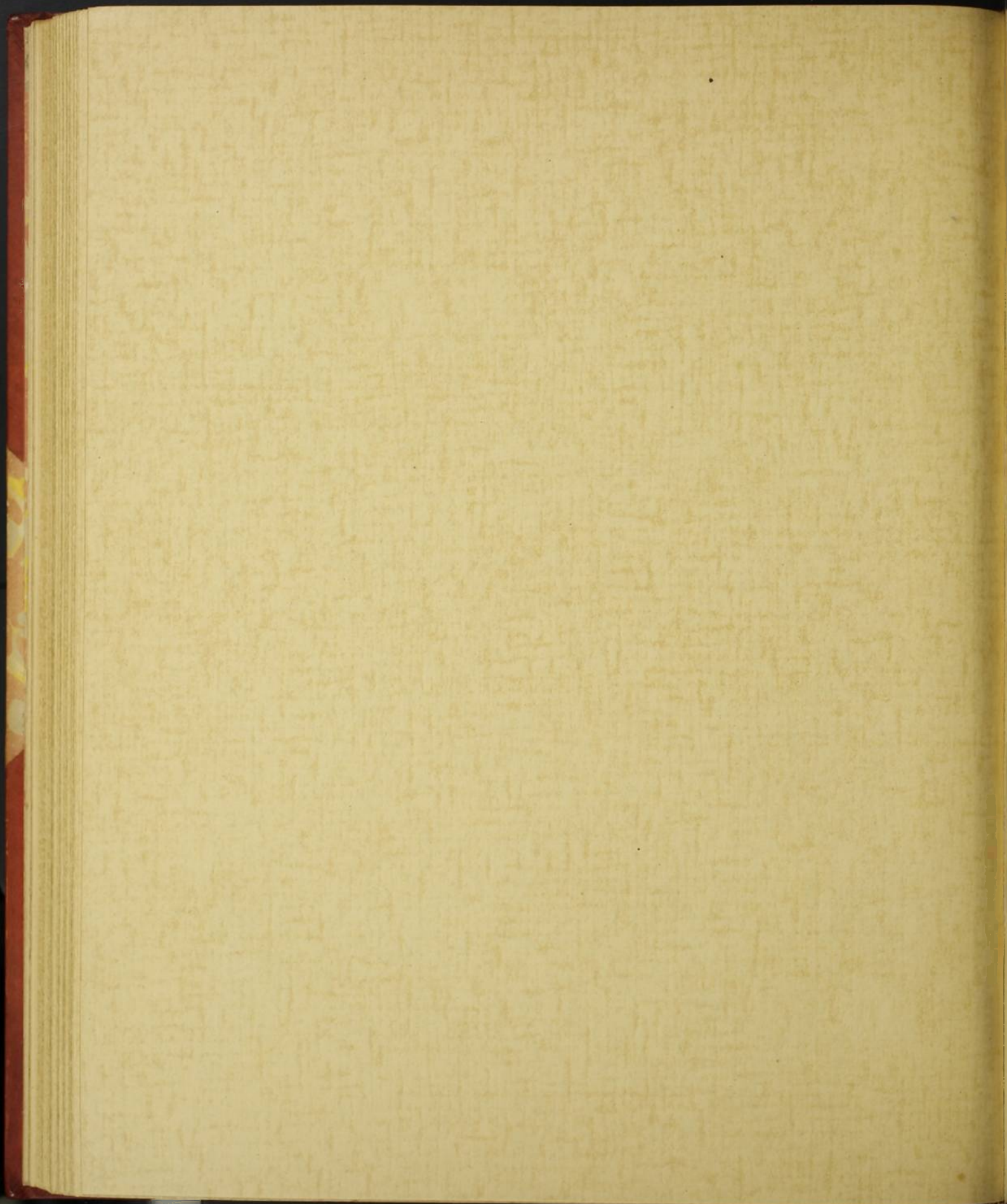






CAMPOS



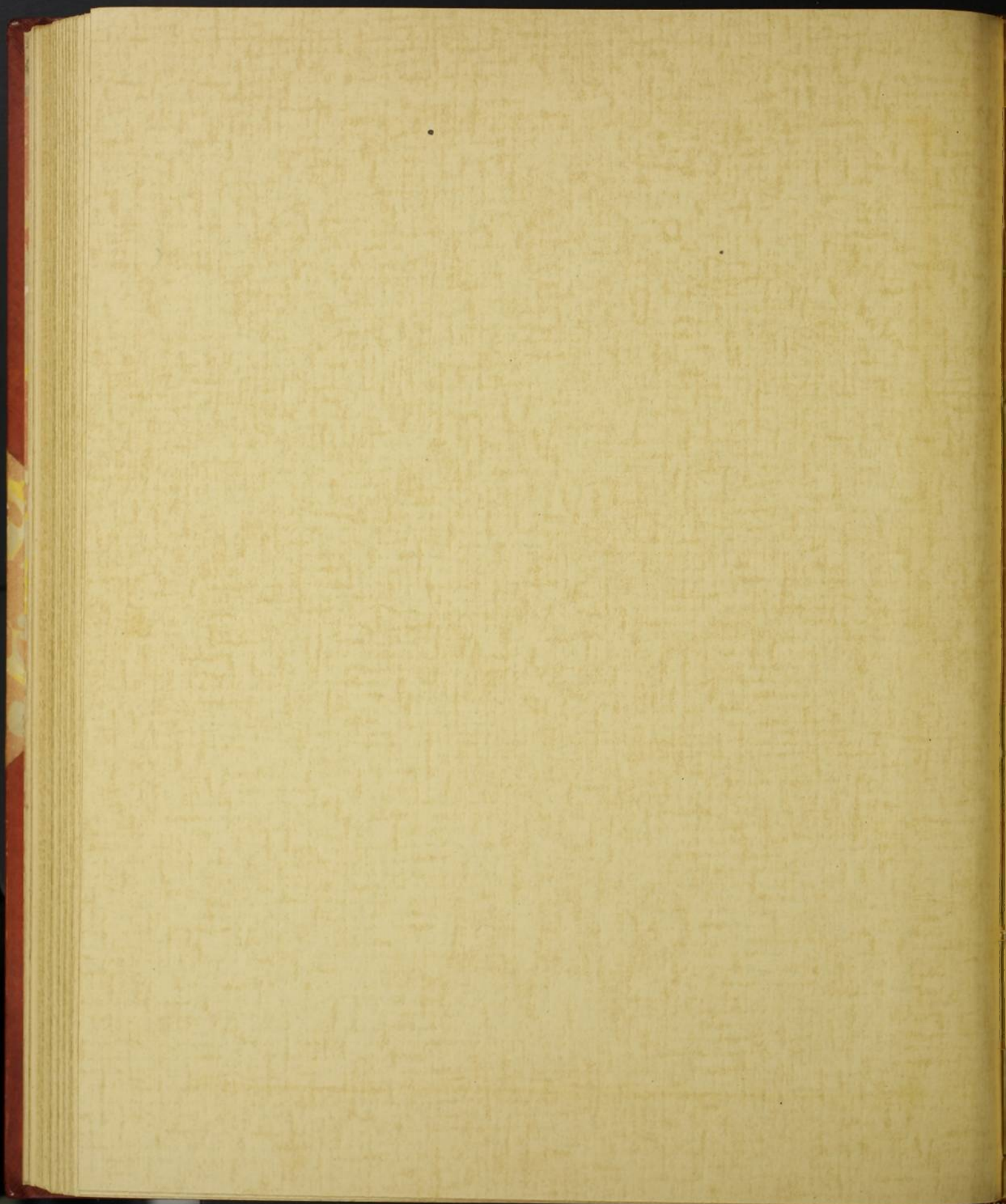






FOZ DO RIO CACHOEIRA



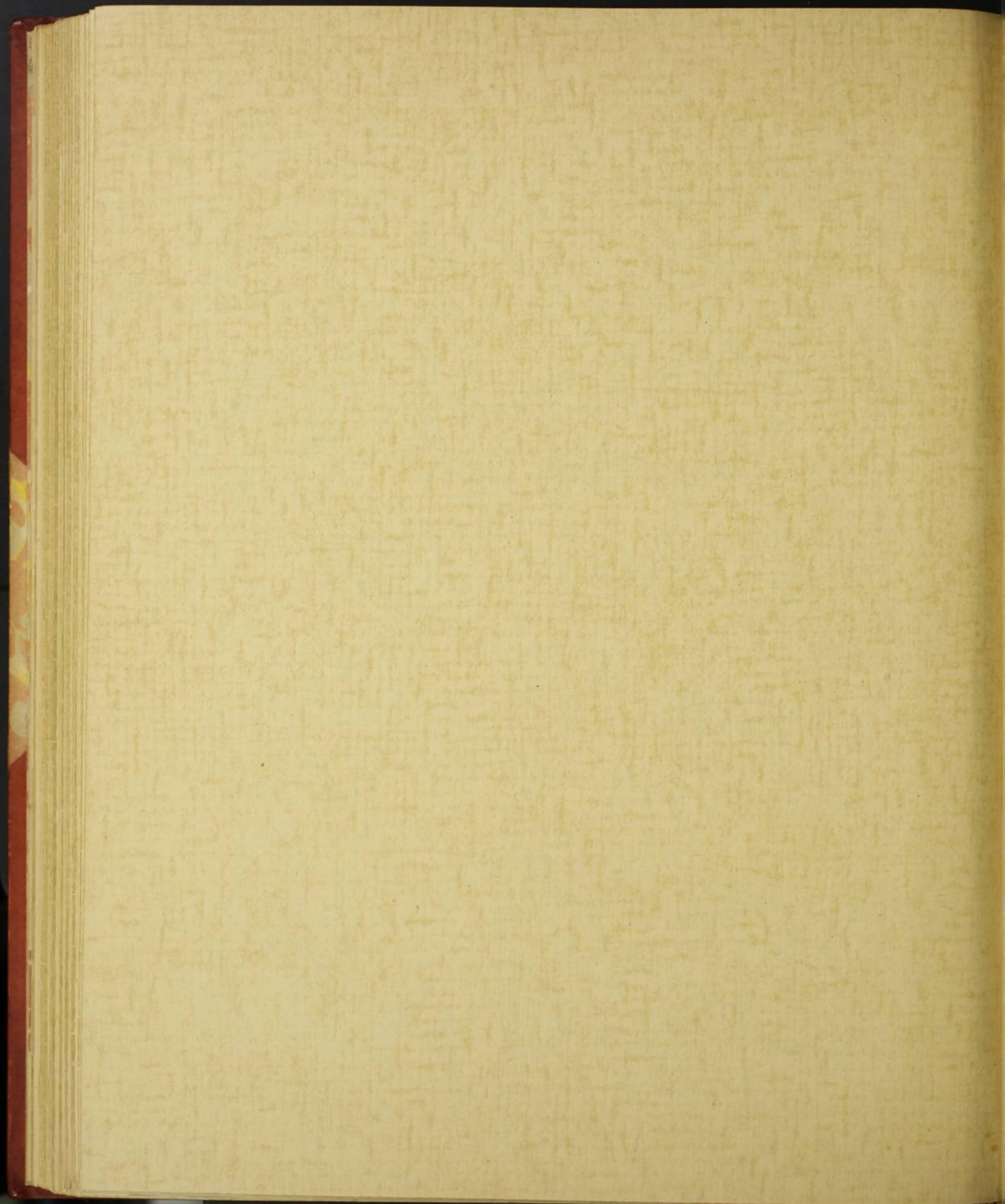




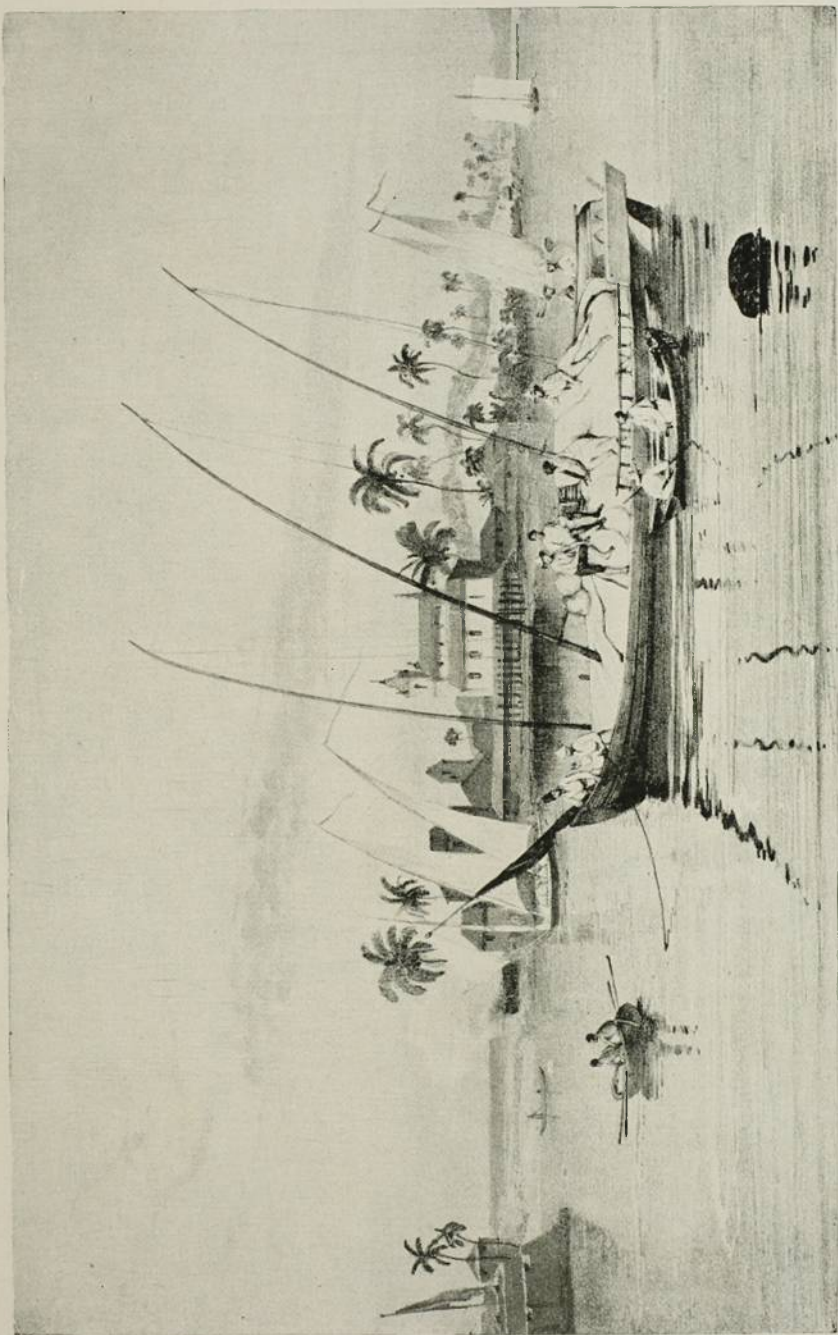


SÃO SALVADOR

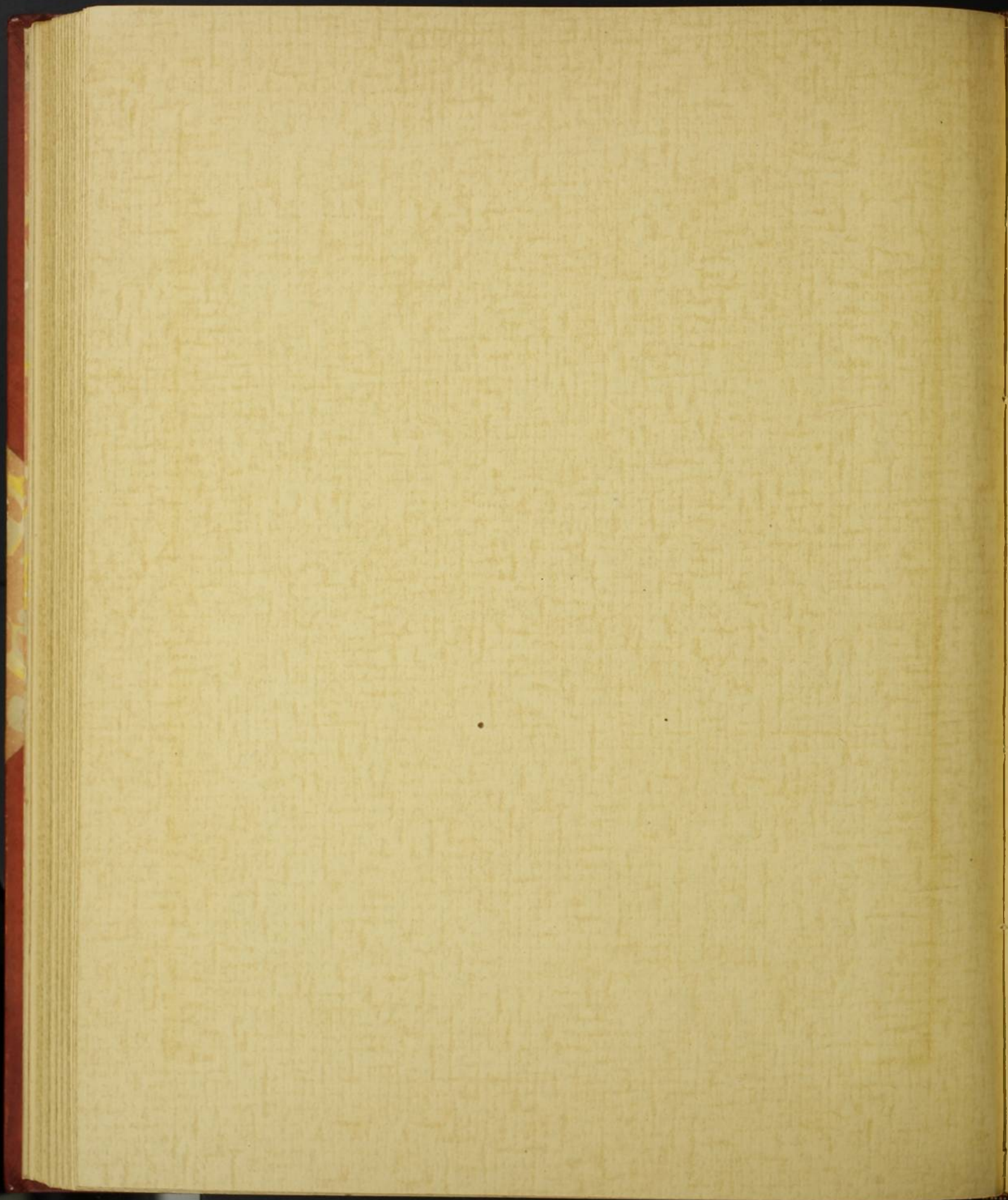








ILHA DE ITAPARICA

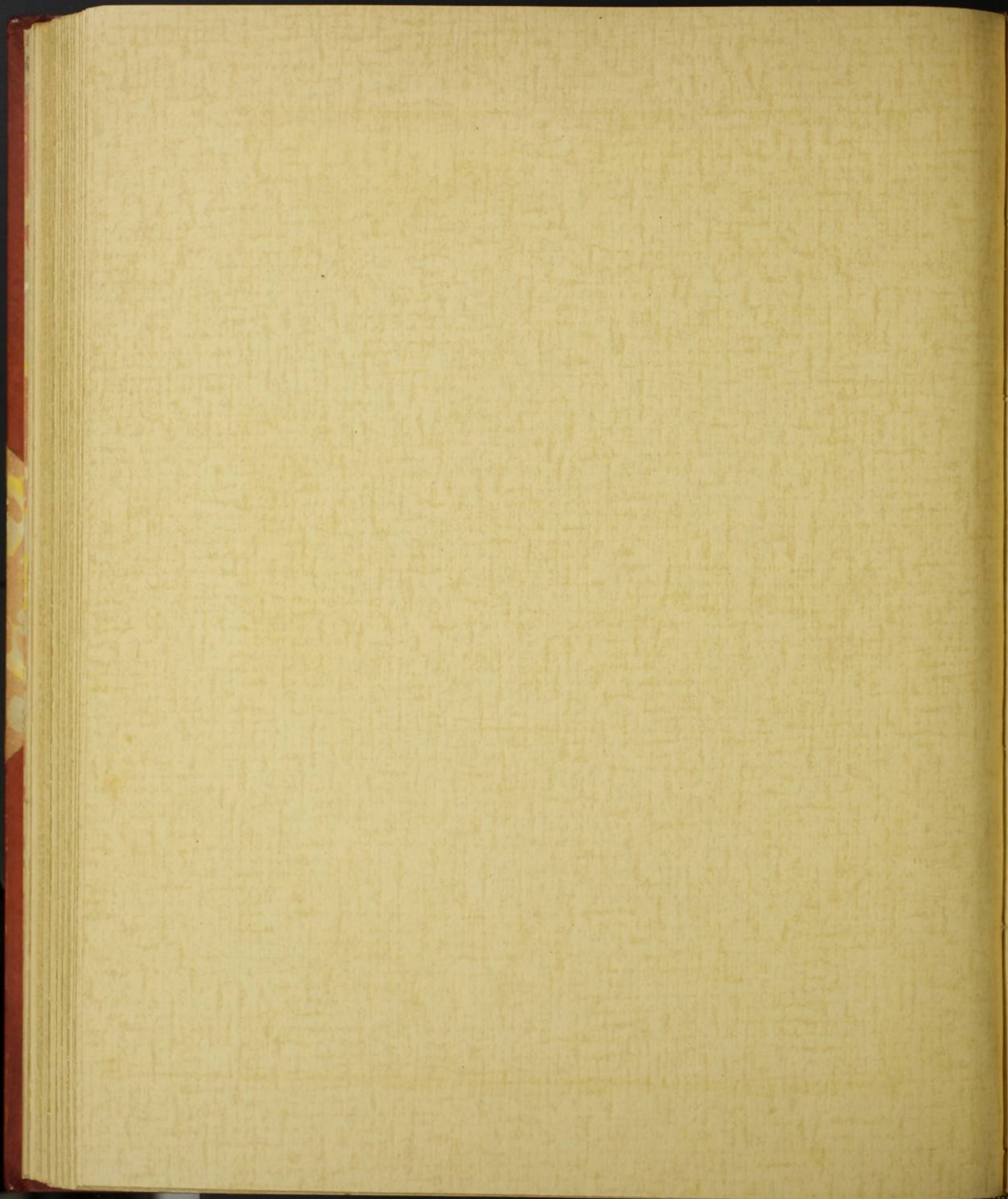




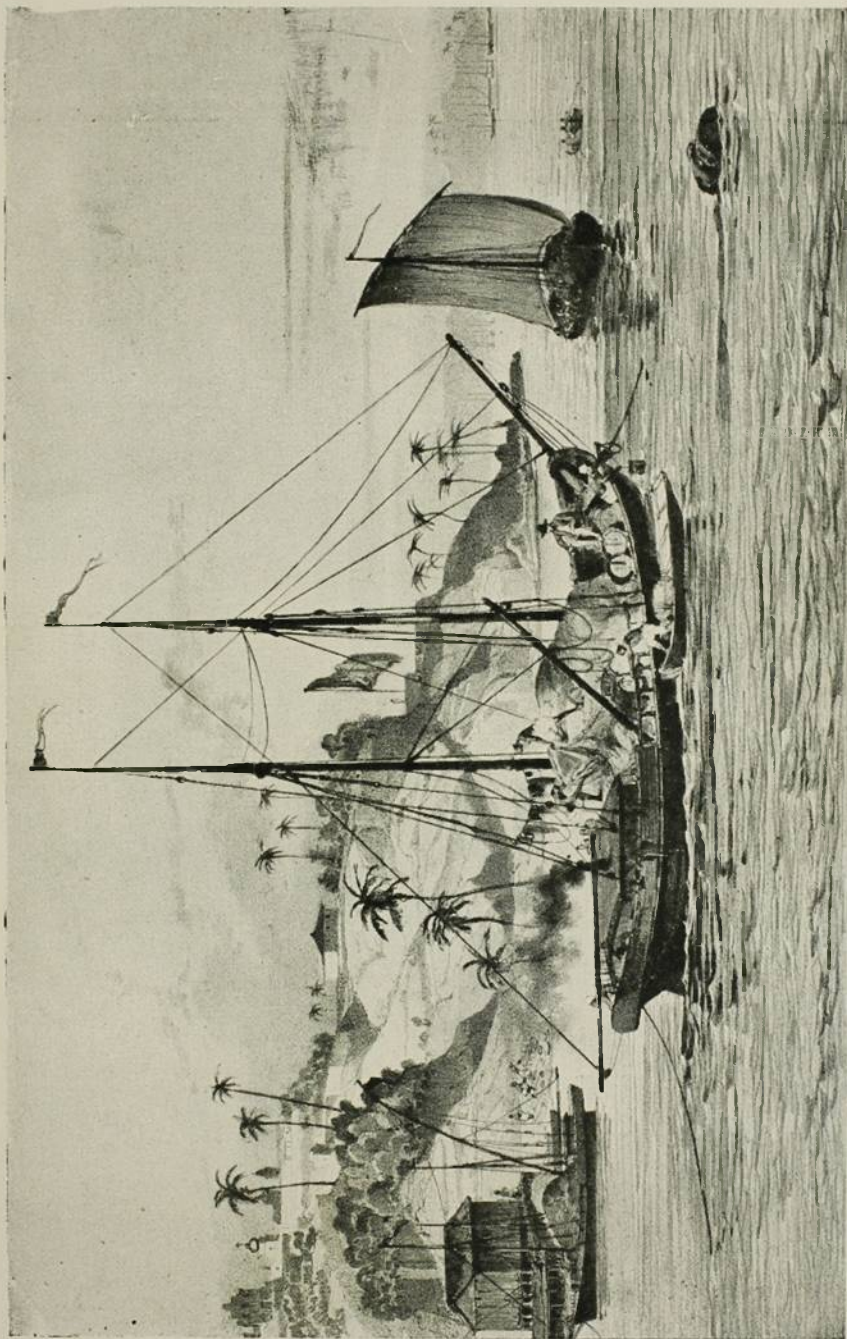


VISTA TOMADA NA COSTA DA BAÍA



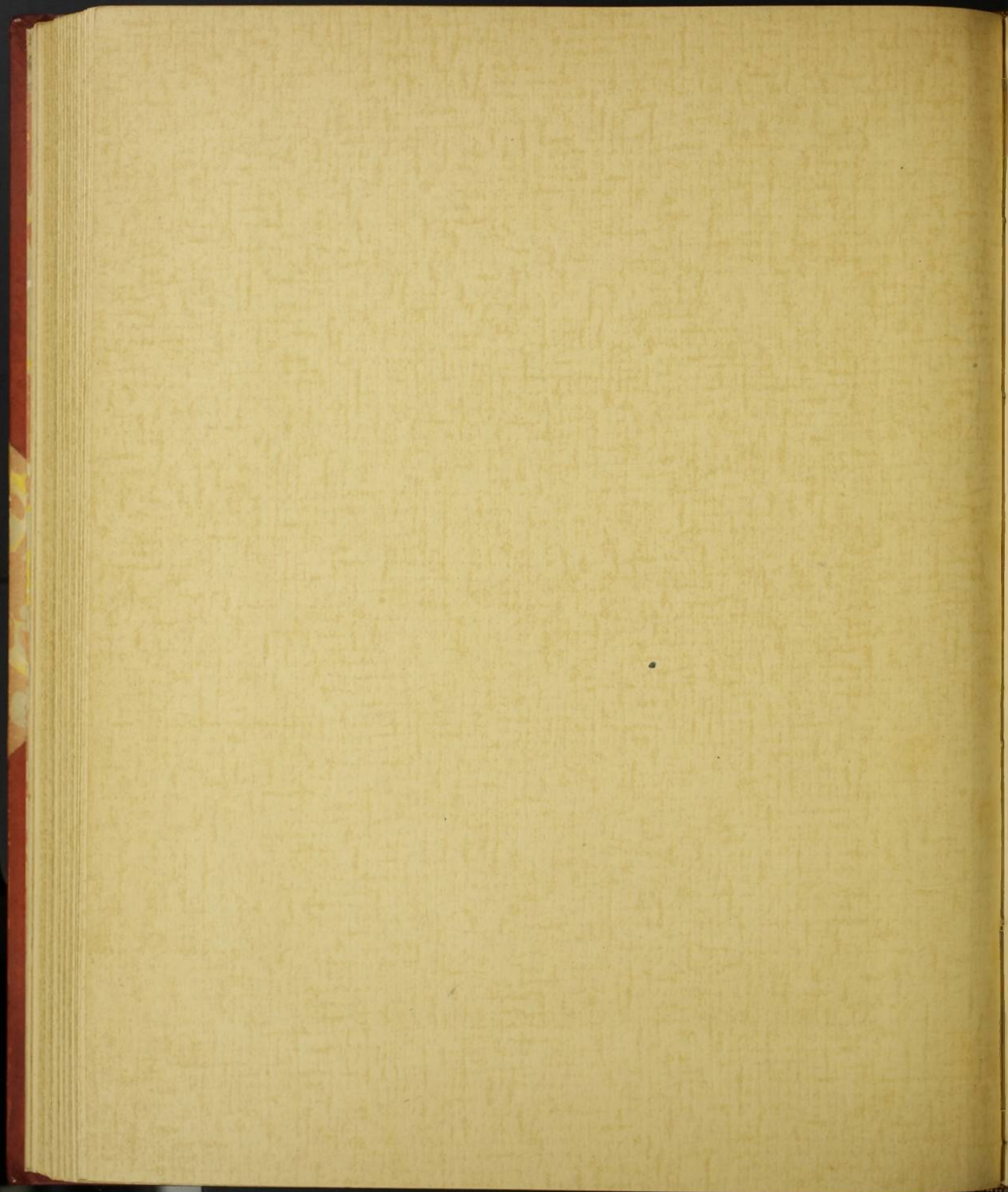






VISTA DE OLINDA







## PAISAGENS

A cidade de São Salvador da Baía de Todos os Santos está situada na ponta meridional de um promontório que, do lado de leste, fecha a enseada chamada Recôncavo; a cidade é comumente designada por Baía, sem adição de outros nomes. Em frente da cidade encontra-se a Ilha de Itaparica, que fecha o Recôncavo a oeste. O maior comprimento do Recôncavo, de leste a oeste, é de 8 léguas; sua maior largura, de norte a sul, é de 6 léguas e meia. Muitos rios desembocam nessa enseada, o mais importante dos quais é o Paraguassú. Em tórno dela erguem-se colinas de cimo achatado, cobertas de florestas e de plantações de açúcar e café. Já à beira dos rios e do mar sômente se encontram plantações de açúcar. Vêm-se, nas capoeiras, algumas espécies de belíssimas palmeiras que os índios chamam licurí-bravo e licurí-capóculo; é a palmeira piassaba. Os frutos dessa árvore são muitas vêzes exportados para a Europa, onde os torneiros o empregam em grande escala; a fibra serve para fabricar cordas, cabos e tecidos. As palmeiras-côcos e os côcos de Endéia alternam com as palmeiras, cobrindo tôda a parte baixa da costa com florestas ralas, o que apresenta um aspecto muito agradável. Em geral essa costa é uma das mais cultivadas e férteis do Brasil. As florestas virgens só começam a uma distância bastante grande da costa e nessa região não existem montanhas muito altas, como as que se vêem perto

do Rio de Janeiro. A Ilha de Itaparica, em frente da Baía, tem sete léguas de comprimento e mais ou menos duas de largura. É muito fértil e abastece o mercado da cidade de toda espécie de legumes e frutas. Todas as manhãs parte para a Baía uma pequena frota carregada desses mantimentos. No mercado vê-se também muita cerâmica, mas esta é fabricada principalmente em Jaguaribe, aldeia bastante importante, situada no continente, defronte da ilha, e cujos habitantes são assaz abastados. Entre estes há inúmeros pescadores de baleia e os ossos desses cetáceos, empregados nas cercas dos pátios e jardins, atestam que os pescadores são hábeis e felizes e provam que existe grande número de baleias nesses mares. A cidade da Baía está construída na entrada do Recôncavo, sobre a margem oriental, parte na praia e parte na encosta da colina. Os edifícios, principalmente da cidade alta, cercam-se de bosques e de jardins, e, vistos do pôrto, apresentam um aspecto bastante pitoresco. Na parte mais antiga, as casas são construídas à moda européia: são na maioria muito altas, providas de sacadas e com telhado chato.

Perto da alfândega e do cais de desembarque, as casas têm em geral, 3, 4 e mesmo 5 andares, mas não comportam senão 3 a 4 janelas nas fachadas. As ruas são estreitas e irregulares, porque o pequeno espaço entre os rochedos e o mar não permitia abri-las com maior largura. Três ruas ascendentes, e fortemente inclinadas, unem a cidade comercial aos bairros e arrabaldes. Nestes as casas são mais baixas, mais claras e mais adequadas ao clima; as ruas são mais largas, mais limpas e mais bem calçadas. Há, na Baía, grande número de edifícios públicos, mas eles são mais notáveis pelo tamanho que pela beleza da arquitetura. Boa parte deles é já antiga em relação à duração dos edifícios no Brasil. Citaremos, como dignos de menção, o teatro e o palácio do Governador, ambos construídos num belo largo donde a vista se estende ao longe sobre o Recôncavo. Citaremos também, a Igreja e o Colégio dos Jesuítas, bem como



a Igreja dos Barbadinhos italianos. A Baía possui numerosas igrejas e vinte e cinco conventos.

Na cidade baixa só existem comerciantes. Os mais ricos, principalmente os estrangeiros, possuem casas de campo ou chácaras nas colinas, fora do centro da cidade. O mercado de escravos, a bolsa, as lojas dos negociantes, o arsenal e os estaleiros também se encontram na cidade baixa. Os navios construídos na Baía gozam de grande reputação, não só pelo mérito da construção como pela excelência da madeira empregada.

Depois do Rio de Janeiro, Baía é, atualmente, a cidade mais importante do Brasil. Seu comércio é mesmo maior que o da Capital. O açúcar constitui o principal artigo de exportação; manda-se, também, para a Europa muito algodão, café e couros de animais. O comércio da Baía com as províncias vizinhas de Piauí, Sergipe, Ilhéus, etc., é florescente e cresce continuamente. Durante a dominação portuguesa, o Governador Conde dos Arcos, que mais tarde foi ministro da marinha, embelezou muito a Baía e a dotou de muitos estabelecimentos úteis. Sob a sua administração, que durou vários anos, fundaram-se uma vidraria, uma tipografia, uma bolsa e um teatro; os passeios públicos foram embelezados e tornados mais espaçosos; foi fundada uma biblioteca, criadas escolas e incentivado, entre os habitantes, o gosto pela ciência.

A história da Baía apresenta certo interêsse e, como este país, em geral, é pobre de recordações, merece ser esboçada. Em 1516, o Rei João III, de acôrdo com o sistema de colonização então em vigor, entregou a D. Francisco Pereira Coutinho tôda a costa desde a Ponta de Santo Antônio até o Rio de São Francisco. Quando Coutinho abordou na Baía de Todos os Santos, encontrou entre os Tupinambás, que a habitavam, um português de nome Álvares Correia. Anos antes uma tempestade o jogara nessas plagas e êle se unira a uma índia, filha de um cacique. Êsse Álvares conseguira formar em tôrno de si um partido poderoso e sua influência favoreceu, a princípio, o es-

tabelecimento de seus compatriotas. Mas não tardaram as dissensões entre portugueses e tupinambás, pois Coutinho, longe de reprimir as violências de seus subordinados, garantia-lhes certa impunidade, dando êle próprio o mau exemplo. Correia, que procurava proteger seus antigos amigos, foi preso por ordem de Coutinho; então Paraguassú, sua espôsa, apelou para o pai e para a tribo afim de vingar-se e Coutinho teve que abandonar a região. Fugiu para Ilhéus, levando o prisioneiro. Seria êsse fato um assunto de romance ou de poema histórico se, para imaginar essa heroína dos Tupinambás, pudéssemos esquecer o aspecto repugnante das índias de nossos dias. Certo tempo depois, uma facção dos Tupinambás convidou Coutinho a voltar, mas, ao entrarem os navios dêste na Baía, desencadeou-se violenta tempestade que os jogou na costa da ilha de Itaparica onde se perderam. Coutinho e todos os companheiros, que puderam escapar do naufrágio, caíram nas mãos dos Tupinambás e foram comidos como presa de guerra. Tal catástrofe libertou Álvares Correia; os índios o acolheram bem e êle viveu ainda muito tempo entre êles. Com a morte de Coutinho, a região voltou à Coroa de Portugal e João III, percebendo o partido que se podia tirar da Baía de Todos os Santos, resolveu fundar aí a capital do Brasil. Para levar a têrmo êsse empreendimento mandou cinco navios com 600 voluntários e 1.500 degredados. Tomé de Sousa foi encarregado do comando com o título de Governador Geral; ao mesmo tempo, colocaram-se sob as suas ordens os demais estabelecimentos e restringiram-se consideravelmente os privilégios dos primeiros capitães. À chegada de Tomé de Sousa, Álvares Correia vivia ainda. A influência dêsse homem singular contribuiu, tanto quanto a própria sabedoria e moderação do governador, para o estabelecimento de relações de amizade com os Tupinambás que muito favoreceram o desenvolvimento da capitania. Mais tarde, ao estalarem dissensões entre portugueses e índios, a nova colônia já se encontrava tão sòlidamente enraizada, graças ao apôio que



lhes haviam emprestado os próprios índios, que novas agressões se tornaram difíceis e dia a dia menos possíveis. A chegada de inúmeros jesuítas multiplicou as oportunidades de incidentes, em razão talvez do demasiado zêlo com que procediam à catequese. Procuraram também os jesuítas corrigir os hábitos de antropofagia dos Tupinambás e arrancaram-lhes das mãos mais de uma vítima.

Em 1552, Tomé de Sousa entregou o govêrno a Duarte da Costa, nomeado seu sucessor. Êste chegou acompanhado de muitos jesuítas, entre os quais o célebre Anchieta, mas que logo deixaram a Baía para continuar, no sul do Brasil, seus trabalhos de catequese e lançar as bases da potência que a ordem estabeleceu no Paraguai.

O fim do século XVI foi para a Baía uma época importante, pois o aumento da população e a extensão cada vez maior das feitorias portuguesas no Brasil, provocaram a divisão desta colônia em dois governos distintos. A Baía ficou sendo a capital do govêrno setentrional e o Rio de Janeiro a das províncias meridionais (1572). Entretanto, ao fim de alguns anos, reuniram-se num só os dois governos, os quais foram novamente separados, até o Rio de Janeiro tornar-se a capital do Brasil todo. Mais ou menos na mesma época, os Tupinambás emigraram para o interior do país, único meio de que dispunham para escapar aos portugueses, cujos ataques reiterados ameaçavam destruir pouco a pouco tôda a tribo. Parte de suas aldeias foram então ocupadas por outros selvagens, pertencentes a tribus não menos poderosas, mas que tiveram também que ceder, diante da civilização européia em contínua penetração. Hoje em dia, conhece-se apenas de nome a maioria dessas tribus selvagens; os membros remanescentes espalharam-se pelas florestas do interior ou se estabeleceram entre os colonos, misturando-se assim aos europeus e aos africanos.

A morte do Rei D. Sebastião, na infeliz batalha de Alcácer, teve como consequência a reunião de Portugal e do Brasil à Es-

panha. A negligência do governo espanhol e sua má vontade para com a colônia constituíram uma oportunidade para os inimigos da Espanha, que tentaram um ataque ao Brasil. Em 1623 a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais armou uma frota de 60 unidades para tomar conta da presa, a qual, a julgar pelas aparências e as informações colhidas, devia ser de fácil conquista. Embora a Côrte da Espanha tivesse ciência dêsses preparativos e do objetivo da expedição, nada fez para opor-se a ela e ao surgir uma divisão da frota holandesa diante da Baía, sob o comando de Willikens, o governador Diogo de Mendonça tinha, para defender a capital, apenas 80 homens de tropa de linha. Quanto aos milicianos, tinham êles maior aversão ao jugo espanhol do que aos holandeses que olhavam, até certo ponto, como aliados e libertadores. Por isso, dispersaram-se sem resistir. Mas o Governador defendeu tão valentemente o palácio, onde se entrincheirara com sua tropa, que os holandeses lhe promoveram facultar-lhe a retirada para onde desejasse. Mas, não cumpriram a palavra, e, ao depôr êle as armas, declararam-no prisioneiro e o mandaram para a Europa. Pouco depois de Willikens ter tomado a Baía, o resto da frota holandesa chegou conduzida por Vandoort, o qual tomou o comando geral. Os acontecimentos provaram, entretanto, muito logo, que não fôra a covardia dos brasileiros que tornara a vitória fácil. As causas desta residiam, primeiramente, na negligência do governo e, em seguida, na falta de confiança e de dedicação do povo. Revoltados com a avareza grosseira dos holandeses, os habitantes da Baía e de tôda a província reuniram-se nos recantos menos habitados da região. O abade Marcos Teixeira pôs-se à testa dos insurrectos e os holandeses muito breve se viram reduzidos exclusivamente à posse da capital; tôda a província achava-se em estado de revolta aberta. Essa enérgica insurreição permitiu à Côrte da Espanha armar uma frota para socorrer o Brasil. Em 1625 D. Fradique de Toledo apareceu diante da Baía e, depois de um cêrco de um mês, obrigou a guarnição holandesa a



render-se. Desde então não puderam mais os holandeses estabelecer-se na Baía e uma nova frota por êles enviada, para tentá-lo, foi batida por D. Fradique. Mas voltando à Espanha, a frota dêste último sofreu tantas tempestades que entrou em Cadiz muito reduzida e com navios em mísero estado. A Baía foi então abandonada a si própria. Mais tarde o almirante holandês Petri não conseguiu ir além da devastação das costas. Porém os meios insuficientes de defesa e a indiferença das autoridades não permitiram fôsem secundados os esforços heróicos do país contra os holandeses. A gloriosa restauração que elevou a Casa de Bragança ao trono de Portugal, separando-o da Espanha, foi recebida no Brasil com grande entusiasmo e a dominação espanhola terminou sem que ninguém tentasse desembainhar a espada em prol da sua continuação.

A partir dêsse momento, a Baía cresceu em extensão, população, importância comercial e se os progressos não foram muito rápidos foram pelo menos contínuos. Entretanto, a história dessa cidade é tão insignificante quanto a das outras colônias portuguesas da mesma época. O único acontecimento que mereça ser lembrado é a trasladação da sede do govêrno para o Rio de Janeiro, resolvida sob o ministério do Marquês de Pombal. Sem dúvida, com isso, perdeu a Baía muito de seu esplendor e de sua importância política, mas a trasladação foi mais benéfica do que nociva para os comerciantes da cidade. Contudo o descontentamento foi grande entre os habitantes da Baía e das províncias setentrionais. Adquiriram êles hábitos de independência, o que se tornou fácil, em razão da distância, e perdura ainda hoje, como bem o provam os últimos acontecimentos, pois se os movimentos esboçados no Rio encontraram tanta resistência das províncias do norte, isso se deve sem dúvida alguma a êsse espírito de independência local e ao antagonismo existente entre a Baía e a Capital. Em 1821, foram, em verdade, as tropas portuguesas da Baía que, antes de quaisquer ordens contra a vontade do Príncipe Regente, proclamaram a constitui-

ção portuguesa e se opuseram violentamente à separação do Brasil. Mas boa parte da população apoiou essa resistência das tropas, ou pelo menos a favoreceu, por uma indiferença que não se deve absolutamente confundir com uma verdadeira afeição pela metrópole, mas antes atribuir a ambições e planos que o futuro amadurecerá cedo ou tarde, embora atualmente estejam manietados pelas mãos possantes de quem estende sua dominação sobre o Brasil. Em 1824 a tranquilidade da Baía foi perturbada pela sedição de parte da guarnição e pelo assassinio do Comandante Felisberto Caldeira, crime que não teve consequências maiores e que talvez não as visasse.

#### P E R N A M B U C O

Embora essa capital tenha o nome da província, ela compreende na realidade duas cidades: Olinda e Santo Antônio de Recife. Olinda, a verdadeira capital, e a mais antiga, situa-se numa pequena colina que se estende, em direção ao sul, através de uma faixa de terra estreita, em parte arenosa e em parte rochosa. A extremidade meridional alarga-se e nela assenta a cidade de Recife; em frente, num cabo arenoso disposto de sul a norte, encontra-se a parte da cidade chamada Santo Antônio. Para além do braço de mar que penetra entre esta ponta e o continente, acha-se a Boa Vista, a parte mais nova da cidade. O pôrto de Recife chama-se Mosqueira; é formado por uma série de rochedos, em parte escondidos sob a água, a pequena distância dos dois promontórios em que se construíram Santo Antônio e Recife. Êsses rochedos dão aos navios uma passagem estreita, ficando êstes bem abrigados atrás dêsse dique batido furiosamente pelo mar quando das tempestades vindas do oeste. Mais ao sul, o interior do pôrto é menos seguro. É a parte chamada Poço, onde os arrecifes são mais baixos e a costa eriçada de rochedos.

O solo é de areia em tórno da cidade; mas algumas colinas se erguem a pequena distância da costa. Essas ondulações, prin-



principalmente nos arredores de Olinda, são cobertas de plantações, de jardins, de casas de campo brancas que contrastam com a folhagem dos bosques e das palmeiras-côcos. Como em tôdas as cidades do Brasil, distinguem-se na arquitetura das casas de Pernambuco duas épocas diferentes. Os mais antigos edifícios são inteiramente construídos no estilo europeu: as casas são altas e estreitas, com tetos pontudos, muitas janelas e sacadas. Últimamente ao contrário mostrou-se mais gôsto na construção e as residências correspondem melhor às exigências do clima, sendo em geral cercadas de jardim. Esse bairro estende-se, principalmente, de Boa Vista para o interior do país, ao passo que do lado da práia as construções são dispersas como casas de campo. Não há, a bem dizer, edifícios públicos em Pernambuco, embora exista um palácio do Govêrno, um Tesouro Público e uma multidão de conventos e igrejas. As ruas não são calçadas, mas são em geral muito limpas e o aspecto exterior da cidade é de maior ordem e mais agradável que o da maioria das cidades marítimas do Brasil, sem excetuar o Rio de Janeiro. A população de Pernambuco eleva-se hoje a 88.500 habitantes.

A cidade e o pôrto são defendidos por várias fortalezas; as mais importantes, chamadas do Baraço e do Brum, estão situadas no istmo estreito que liga Olinda a Recife, exatamente em frente da linha de rochedos que fecha o pôrto. A entrada é, ademais, protegida pelo fortim do Gican, construído na própria rocha. Depois da Baía, Pernambuco é a cidade marítima mais importante do Brasil; é o principal entreposto de comércio com a Inglaterra, e essa vantagem lhe assegura uma prosperidade que as perturbações políticas podem interromper mas não destruir.

## TIPOS E COSTUMES

As diversas raças de homens que se encontram nos países do Novo Mundo, e a imensa variedade que as caracteriza, apresentam ao observador, ao estadista, ao cidadão, o panorama mais interessante que as sociedades humanas podem oferecer.

Dir-se-ia que a civilização tenta igualar e mesmo ultrapassar as riquezas que a natureza faz brilhar no reino animal e no reino vegetal. Dêsse ponto de vista, o Brasil ganha de tôdas as outras regiões da América, e principalmente das colônias espanholas. A importação de negros da África é aqui muito mais considerável e as raças indígenas mais numerosas; de resto, as colônias portuguesas da Ásia para isso contribuem com uma mistura de sangue malaio, chinês, e hindú. Eis, mais ou menos, um quadro demonstrativo da proporção das diversas raças no Brasil:

População .....	4.000.000
Branços .....	843.000
Homens de côr .....	628.000 (3)
Negros .....	1.987.500
Índios .....	300.000

Neste caderno, e nos que se seguem, tentaremos mostrar as diferentes partes da população, tanto em relação aos seus as-

---

(3) Não se levou em conta aqui a separação de homens livres e escravos e, sob a denominação de homens de côr, incluem-se os que não são nem brancos, nem pretos, nem índios.



pectos exteriores, como no que concerne seus costumes, seus usos e suas ocupações. É justo conceder o primeiro lugar, neste quadro, ao habitante primitivo, embora tenha êle sido rechaçado para as camadas inferiores da sociedade. Sejam-nos permitidas inicialmente algumas observações gerais acêrca da origem, das migrações e da história dos indígenas, o estado anterior dêstes e o estado atual da sua civilização e, finalmente, suas relações com os europeus. Não alimentamos a pretensão de aprofundar o assunto e nos limitaremos a rápidas considerações sôbre os principais aspectos da questão. Falta-nos material para dissipar as nossas dúvidas e talvez já não seja mais tempo de resolver êsses problemas. Só podemos estudar a maioria dêsses povos da América através dos restos de suas próprias tribus, o que prova, ao mesmo tempo, não ser grande a perda da sua genealogia, e fazer-se necessário, para entender-lhe as origens, antes a história natural do que a própria história. Nossos guias aquí se resumem nas línguas e nas tradições e é fácil de ver quanto são insuficientes essas fontes. Entre os primeiros colonos, poucos houve que se interessassem por saber o que quer que fôsse acêrca dos habitantes primitivos e nenhum sem dúvida terá tido os conhecimentos necessários, nem o espírito metódico que exige um plano seguido, imprescindíveis a empreendimento dessa ordem. Posteriormente, e sobretudo nos últimos tempos, o Brasil foi visitado a miúde por viajantes instruídos e cientistas dedicados; mas o objeto de suas pesquisas já se diluíra completamente: as tribus indígenas estavam dispersas ou destruídas; só lhes eram permitidas analogias acêrca dos usos, costumes e línguas. Finalmente, estas línguas, que seriam talvez as nossas melhores fontes, são precisamente o que menos conhecemos; parece mesmo impossível basear nas noções que delas temos quaisquer idéias gerais mais ou menos aceitáveis. São cousas essas que é preciso abandonar às futuras descobertas; estas determinarão, talvez, qual a natureza das línguas da América e as relações entre elas existentes.

Repetiremos, sem explanar nossas dúvidas e nossas objeções, a afirmação de que existem 500 línguas na América, diferentes tôdas umas das outras. A coisa nos parece tanto mais estranha quanto não concorda em absoluto com o que sabemos das variedades da espécie humana da América meridional. Nesta só se encontram, com efeito, três raças, que se diferenciam por caracteres externos: ao norte os Caraíbas; ao sul algumas tribus do Chile (os Araucanas por exemplo); e, finalmente, as numerosas tribus que apresentam certa semelhança com a raça mongol do antigo continente. A maior parte da população primitiva da América meridional, e principalmente do Brasil, pertence a esta última espécie: e, no entanto, nas quinhentas línguas a que se alude, pelo menos metade pertence à América meridional e talvez cinquenta delas sejam faladas no Brasil. Existe, no antigo continente, uma desproporção oposta entre as línguas e as raças, como se pode ver, por exemplo, em relação às línguas da família indogermânica, faladas pelos povos germânicos e pelos hindús, em que pesem as raças diferentes destas nações.

Há, nas relações entre as famílias de línguas e as famílias de povos, coisas que nos levam a acreditar numa ação recíproca e contínua, originária da união das diversas raças, da fusão das línguas e dos progressos da civilização. Citando um exemplo, seria difícil dizer se a civilização mais adiantada dos Guaranís e dos Tupís é a causa do emprêgo mais generalizado da "língua geral" ou a consequência. Se, partindo do estado em que vemos os selvagens do Brasil e suas línguas, retrocedêssemos de alguns passos, ser-nos-ia fácil, com uma tal suposição, remontar à época em que os sons usados para designar os objetos exteriores eram ainda mais informes e raros. Dispersados pela necessidade de alimentar-se, os descendentes de vários casais, ou mesmo de um único, podem ter esquecido os primeiros germes de uma língua que lhes fôra entretanto ensinada a todos. Afastados uns dos outros, podem ter modificado essa língua ou mesmo criado outras; finalmente, após muitas gerações, as raças nascidas do



mesmo tronco, em linha reta, vindo a encontrar-se de novo, teriam línguas completamente diferentes. Outra fusão se operou, quando a civilização transformou essas pequenas aglomerações em grandes sociedades. É sem dúvida o que terá acontecido aos Guaranís, aos Tupís, e por certo aos habitantes do Perú e do alto planalto da América meridional. Mas voltemos ao nosso assunto.

Os antigos autores dividem os habitantes do Brasil, em Tupís e Tapuias e essa divisão baseia-se em parte na língua, em parte na organização física, em parte finalmente, nas tradições e nos fatos históricos. As línguas dos Tupís apresentam certa analogia entre elas, bem como com a dos Guaranís, do Paraguai. São elas originárias da língua que os portugueses chamam "língua geral", por ser comum a muitas tribus do sul da América. Ao contrário, as línguas dos Tapuias poucas analogias apresentam entre si e nenhuma com a "língua geral". As diferenças de organização física são menos sensíveis. Os Tupís e os Tapuias têm caracteres comuns muito pronunciados: êles têm a côr da raça mongólica da Ásia e seu crânio apresenta a mesma conformação. O que os distingue, principalmente, é o fato dos Tapuias terem membros mais robustos, estatura mais elevada e um aspecto, até certo ponto, mais humano. Entretanto, tais caracteres não são tão marcantes de modo a nos levarem à conclusão de um tronco diferente, e menos ainda de uma raça diversa. Talvez a história dêsse povos explicasse melhor o problema. Seria um êrro, ao que parece, se cedendo à propensão para generalizar, tentássemos comparar as relações entre Tapuias e Tupís com as observadas entre Caraíbas, Galibís e outras tribus do Perú, ou ainda com as que existem entre as tribus de Araucanas do Chile e Guaranís. Seria um êrro, ainda, procurar afirmar a existência de uma afinidade ligando-os uns a outros. Tudo nos leva a crer, ao contrário, que os Araucanas e os Caraíbas são dois povos de troncos inteiramente diferentes: não parecem ter entre si, nem com os outros habitantes primitivos da América, nenhuma analo-

gia, pelo menos no que diz respeito ao seu aspecto exterior, a não ser com referência à conformação comum a todos os ramos da espécie humana. Ao contrário, parece que todos os outros povos da América, Guaranís, Tupís, Peruanos, Tapuias e habitantes do Prata que não fazem parte dos Guaranís, e finalmente, habitantes do Orenoco e do Amazonas, não Caraíbas, têm caracteres comuns na sua estrutura exterior, e, se não são de uma origem comum, há pelo menos razões para crer tenham um parentesco bastante próximo.

Quanto à história dos Tupís e dos Tapuias, consideram os primeiros viajantes, e os primeiros colonos, que os ultimos eram os mais antigos habitantes da costa oriental do Brasil. Mas na época da conquista, os esforços conjugados dos Tupís os haviam rechassado para o interior. Por isso, os primeiros indígenas encontrados pelos portugueses foram Tupís. Entre êstes, os mais numerosos são os Tupinambás, na região da Baía, e os Tupinaés na costa do Rio de Janeiro. O crescimento das colônias européias, as hostilidades que disso decorreram e as guerras das tribus entre si, tiveram por consequência destruir inteiramente muitas raças Tupís e enfraquecer consideravelmente outras. Viu-se então chegarem do interior novas tribus. Na costa oriental, os Aimorés destruíram todos os vestígios da civilização, sem poupar brancos nem Tupís. Foi somente depois de uma guerra de extermínio, que os portugueses conseguiram manter essa nação dentro de limites determinados, sem jamais dominá-la, entretanto, nem conseguir dela uma paz durável. Já ficou claramente demonstrado que os Botocudos são descendentes dêsses Aimorés. Parece menos comprovado que ambos descendam dos Tapuias, inimigos figadais dos Tupís. É possível, porém, alegar em prol dessa hipótese o fato de terem vindo do interior, a sua hostilidade para com os Tupís, sua língua e as diferenças exteriores da sua conformação. Enquanto uma nação possante tomava conta assim de uma parte da costa oriental, os Tupinambás, principal tribu Tupí, abandonavam inteiramente essa parte do Brasil, sem que



se possa dizer com certeza para onde foram nem o que com êles aconteceu. No entanto, pode-se admitir a existência de restos nas florestas primitivas do Amazonas. Alguns autores afirmam que uma parte desses Tupinambás apareceu no Perú.

Excetuando-se esse acontecimento, e a gloriosa contribuição dos índios para a guerra dos portugueses contra os holandeses, na província de Pernambuco, não há, na história dos povos indígenas, nenhum fato, nenhuma época marcante. Essas tribus estão sempre em guerra ou entre si ou contra os portugueses. Mas as vicissitudes dessas guerras são de pouco interesse; a história dos progressos do domínio português igualmente. Basta mostrar as relações gerais dos povos primitivos com os portugueses e a sua civilização.

Os relatórios dos mais antigos viajantes, como Jean de Lery, Hans Staden, etc., demonstram que, na época da conquista, os habitantes primitivos do Brasil estavam num estágio de civilização mais elevado que aquele em que os vemos hoje. A razão principal dessa decadência está, sem dúvida, nas suas relações com os portugueses. Muitos viajantes consideram os povos atuais do Brasil como ainda em estado natural ou como tendo chegado apenas ao primeiro degrau da civilização. Outros, ao contrário, referem-se aos funestos efeitos da civilização européia sobre esses selvagens e sustentam que êles são incapazes de assimilá-la. Essas idéias são erradas: os índios não são homens em estado natural e não são selvagens, mas sim homens que retrocederam ao estado de selvageria, porque foram rechaçados violentamente do ponto a que haviam chegado. Guerras sangrentas e vinganças cruéis mantiveram, durante séculos, êsses povos num estado de embrutecimento que não pode ser o da natureza, o qual supõe a existência de uma liberdade de desenvolvimento físico e intelectual. Quanto à civilização européia, para julgar de seus resultados, fôra necessário que os portugueses tivessem tentado realmente implantá-la, o que só aconteceu raramente e muito recentemente. Os portugueses limitaram-se a destruir a civilização

que encontraram, como destruíram as próprias tribus. O estado atual dos índios não pode portanto levar-nos a nenhuma conclusão acêrca de suas aptidões assimiladoras. Para ter-se uma idéia exata de sua aptidão à civilização, seria necessário abandonar as idéias européias e voltar os olhos para o Perú e a Cundinamarca. Não se podem aquí estabelecer comparações entre a civilização do Perú e a da Europa. Talvez essas comparações exijam um juiz estranho a ambas as regiões, pois, de um lado as aparências brilhantes poderiam perturbar-nos e nos fazer superestimar a primeira, e, de outro, nossas prevenções, nossos preconceitos europeus, nos impediriam de julgar imparcialmente.

Encontra-se um exemplo do que pode a civilização européia sôbre êsses povos primitivos quando se observa a obra dos missionários do Paraguai, nesse império singular do Dr. França. As criações dos jesuítas foram talvez demasiado elogiadas, mas não raro também apresentadas sob um ângulo falso e sem a devida justiça. Concordamos em que êsse tipo de civilização não é favorável ao livre desenvolvimento das faculdades individuais e que êle se torna um obstáculo a quaisquer progressos a partir de determinado ponto. É impossível negar, entretanto, que os jesuítas tenham feito aquí a civilização dar um passo para a frente, e um passo imenso, o que nos leva a prever que, mais dia menos dia, os laços, destinados, no seu pensamento, a sustar a marcha da civilização, serão fatalmente rompidos. As missões jesuíticas têm muita analogia com a civilização dos peruanos sob os Incas: parecem ter sido adaptadas ao caráter dos habitantes primitivos, e principalmente ao dos Guaranís e Tupís. Adotando êsse sistema, os jesuítas deram provas de habilidade e prudência: comparada com a sua, a conduta dos outros europeus, bem como a de seus governos, revelam um contraste doloroso.

Embora pareça afastar-nos do assunto, essa digressão não era inútil. Devemos convencer-nos de que quaisquer tentativas para civilizar os índios falhará, necessariamente, se não for feita dentro dos mesmos princípios dos jesuítas das missões e seguida



com a mesma constância e prudência. Seria absurdo querer elevar os índios a um nível superior ao das classes inferiores européias. Por isso acertaram os jesuítas. Se, em vez de fazer escravos, tivéssemos seguido o exemplo dos jesuítas, ter-se-ia criado uma população indígena agrícola, e o Brasil se encontraria numa situação muito mais favorável; é o que não escapa a nenhum observador sensato. As tribus Tupís encontradas na costa pelos primeiros navegadores europeus, pareciam achar-se, então, no ponto em que a vida errante de famílias e de bandos de caçadores é substituída pela existência agrícola e pela civilização das sociedades mais extensas. Esses Tupís habitavam aldeias ou grupos de choças mais ou menos consideráveis. Entretanto não parece que tivessem todos abandonado a vida errante, pois essas aldeias não eram estáveis e subsistiam somente enquanto a região fornecia aos habitantes água, caça, frutas e raízes. Quanto a estas últimas, os índios, para melhor garantir a sua subsistência, as cultivavam em tórno de suas habitações; as colheitas, porém, eram feitas, ao que se diz, em comum e os jesuítas conservaram esse hábito. Muitas vezes essas espécies de aldeias eram protegidas contra as incursões do inimigo por meio de escadas e fossos. O arco, a flecha e o tacape eram suas armas: os ribeirinhos também faziam a guerra em canoas e jangadas. A organização civil estava ainda na infância; mas já se distinguiam, entre essas tribus, um poder espiritual e um poder temporal; o primeiro sobrepujava o outro tanto pela influência moral como pela preeminência intelectual. Essas diferenças eram mais marcadas, mais distintas do que fôra de esperar num povo composto unicamente de caçadores. A influência dos sacerdotes, entre os Tupís, contém, talvez, em germe, a teocracia dos incas do Perú e dos jesuítas do Paraguai.

Os principais traços culturais aquí recolhidos são confirmados pelas testemunhas oculares; provam um princípio de civilização, cuja existência não pode ser negada, em que pesem as idéias grosseiras dos índios em matéria de religião, sua cruel-

dade ou sua qualidade de antropófagos. É evidente que se se desejava obter resultados importantes para as colônias européias, devia-se deixá-los seguir o caminho iniciado e mesmo nele guiá-los. Entretanto, êsse caminho é difícil e seria injusto acusar unicamente os portugueses do insucesso do empreendimento e censurar-lhes não o terem tentado mais a miúdo. Seria também tão impossível quão supérfluo pesquisar a causa das primeiras hostilidades. Limitemo-nos a dizer que de ambos os lados, e por tôda parte, se iniciou rapidamente uma guerra de extermínio, cujo resultado foi o desaparecimento de grande parte dos habitantes e não raro de seu próprio nome. O que sobreviveu à carnificina, ou foi reduzido à escravidão ou forçado a fugir para a floresta, aí voltando, mais ou menos ao mesmo estado de que saíra pouco antes da chegada dos europeus.

A fraqueza dos habitantes primitivos e as fôrças sempre crescentes dos invasores, por um lado, e, por outro, os progressos da civilização entre os próprios colonos, a suavização dos costumes, e algumas medidas sábias e benevolentes do govêrno, fizeram cessar êsse estado de violência e pouco a pouco conduziram o índio à sua posição atual. Como pretendemos voltar ao assunto, vamos nos limitar a mostrá-la aquí em poucas palavras. Os antigos escravos e colonos, bem como seus descendentes, são livres e formam uma parte da classe inferior da sociedade: são camaradas, barqueiros, pescadores. Seu sangue já se misturou com o europeu e o africano. Tentou-se criar colônias para os remanescentes das raças independentes; tentou-se fazê-los voltar à agricultura e a uma vida em comum; mas tudo sem êxito digno de nota. Muito tempo será necessário para apagar a lembrança das crueldades praticadas contra essas tribus e para incrementar uma confiança recíproca. Os indígenas, em sua maioria, principalmente os Tapuias, habitam ainda as florestas primitivas, que percorrem em grupos pequenos de caçadores. No entanto, os selvagens do Brasil, mantêm relações de boa paz com os europeus e é raro ocorrerem atos de violência que interrompam êsse bom



entendimento. Mas não se deve imaginar que êsses habitantes primitivos tenham sido subjugados; dominá-los seria inútil e difícil. Há, entre êles, guerras contínuas, ou por interêsses de caça ou por inimizades hereditárias, que talvez remontem às dissensões entre Tupís e Tapuias. Os nomes dessas tribus em nada lembram os que se encontravam no país na época da conquista, seja porque os remanescentes dispersos os tenham esquecido e adotado outros, seja porque outras tribus, como as Tapuias, tenham vindo do interior. Ademais, muitas há que possuem muitos nomes, sem contar os que se dão a si próprias. Os portugueses dão-lhes denominações que, em sua língua, correspondem a tal ou qual caráter exterior e distintivo e, por seu turno, outros povos servem-se também de palavras de suas próprias línguas para dar-lhes uma denominação que corresponda ao mesmo caráter ou a qualquer outro que os tenha impressionado mais particularmente. Com isso, os nomes dessas tribus multiplicaram-se a ponto de provocar uma grande confusão nas pesquisas. Podem-se distinguir hoje, na costa oriental do Brasil, as tribus indígenas dos botocudos, purís, coroados, coropós, machacalis, maeuonis, penhanís, capoxos, pataxos, camaçãs, etc. Mas é difícil dizer quais delas são Tupís e quais Tapuias. Em geral êste último vocábulo compreende todos os índios selvagens independentes, por oposição aos que estão domesticados e civilizados. Mas o abuso que se faz da palavra é fácil de explicar.

## TIPOS E COSTUMES

A raça africana constitue uma parte tão grande da população dos países da América, e, principalmente no Brasil, um elemento tão essencial da vida civil e das relações sociais, que não teremos sem dúvida necessidade de desculpar-nos se, embora conservando as necessárias proporções, consagrarmos grande parte dessa obra aos negros, a seus usos e a seus costumes. Compreende-se ainda melhor que assim o façamos escrevendo uma viagem pitoresca. Em primeiro lugar, a côr dos negros apresenta-se, de início, como um traço característico digno de destaque na imagem do país; em segundo lugar, os hábitos e o caráter particular dos negros oferecem também, a despeito da côr e da fisionomia, lados realmente dignos de serem observados e descritos. Entretanto, se alguém julgar que em semelhante viagem dois cadernos de figuras de pretos são de mais, queira considerar que o único lugar da terra em que é possível fazer semelhante escolha de fisionomias características, entre as diferentes tribus de negros, é talvez o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro; é, em todo caso, o lugar mais favorável a essas observações. Com efeito, o destino singular dessas raças de homens traz aqui, num mesmo mercado, membros de quasi tôdas as tribus da África. Num só golpe de vista pode o artista conseguir resultados que, na África, só atingiria através de longas e perigosas viagens a tôdas as regiões dessa parte do mundo. A própria América não lhe oferece allures as mesmas vantagens, pois o Brasil tem, no momen-



to, o deshonroso privilégio de ser o único país onde, na realidade, o comércio dos escravos continua a praticar-se sem nenhuma espécie de restrição.

Se, por conseguinte, o artista aproveitou a oportunidade de sua estadia no país para oferecer ao público um conjunto de fisionomias de negros, dos mais interessantes, é-lhe permitido esperar o apóio dêsse público, tanto mais quanto, pela primeira vez, se tenta semelhante empreza. Infelizmente, tôdas as obras dêsse gênero, ou pelo menos grande parte delas, são executadas com muito pouca conciência e absoluta negligência dos traços característicos, tanto em relação às formas humanas e às figuras como em relação ao reino vegetal. Nelas se procuraria em vão uma boa fisionomia de negro ou uma palmeira bem feita.

O comércio dos escravos da África, que dá aos negros um lugar de destaque nesta obra, é sem dúvida um dos fenômenos mais importantes, mais memoráveis da história da humanidade, tanto pela sua natureza como pelas suas consequências e, mais ainda, pelos resultados que se podem esperar de sua extinção. O observador encara sempre com renovado interêsse êsse comércio e pode assim descobrir, no passado, as ligações de causa a efeito, separar os elementos do presente afim de calcular, para o futuro, as consequências possíveis de novos desenvolvimentos progressivos. Sômente descortinando a possibilidade de atingir um destino mais nobre é que se torna possível, para êle, elevar-se acima da desanimadora impressão que recebe do espetáculo das misérias cruéis do momento e dos infortúnios particulares, impressão esta que, no tráfico de escravos entre a África e a América, encontra talvez seu fundamento mais sólido.

O destino parece reservar à América o encargo de continuar a história do Velho Mundo. Mas, embora, sob muitos aspectos, comece por onde teremos de acabar um dia, ela conservou com a escravidão um dos principais elementos dessa barbarie que a Europa, após inúmeros combates e revoluções, conseguiu final-

mente destruir e parece hoje de todo em todo incompatível com o grau de civilização em que se formam, na América, as sociedades políticas. Não se pode negar, tão pouco, que na escravidão se encontre um dos obstáculos mais perigosos para os países deste continente. Através de sua população africana, introduziram êles em seu seio o verdadeiro germe trágico de sua história: êsse colorido escuro que Aristóteles descobre em seu herói. A escravidão, o tráfico de escravos e o problema da abolição são da mais alta importância pela sua influência na agricultura da América, no preço de seus produtos, no comércio dos europeus, não somente com esta parte do mundo mais ainda com a Ásia. Finalmente, êsses problemas são importantes também pela influência do comércio sobre a política dos países da Europa, influência sempre crescente num século que se poderia chamar seguramente de século da indústria. Êles atingem mais ou menos todos os grandes interesses da Europa e até os das nações que deles não participam no momento. Qual o Estado, poder-se-ia mesmo dizer qual a família, qual o indivíduo da Europa, que de um modo ou de outro não se inclua no imenso círculo de ação do comércio inglês e do sistema industrial? As transformações e as crises dêste exercem, através das suas diversas agitações e reações, marcada influência sobre os pontos mais afastados da circunferência. Quanto é importante, para êsse círculo industrial, o destino da África e de seus filhos! Seja-nos permitido, pela rápida análise do encadeamento das causas e efeitos, interessar os nossos leitores nas fisionomias africanas que lhes apresentamos.

Qual o estado atual dos negros na África? Quais as modificações por que passaram e como chegaram ao ponto em que se encontram? Essas questões são sem dúvida da mais alta importância, não apenas para o cientista mas ainda para o estadista: uma resposta satisfatória permitiria conclusões verossímeis sobre o destino da civilização na África, região que, de qualquer maneira, dia a dia mais pesará nos cálculos da política europeia. Os conhecimentos que possuímos hoje acêrca da África,



seus habitantes e sua história, são por demais incompletos, apesar dos esforços dos viajantes ingleses, o que torna difícil responder satisfatoriamente a essas indagações. Como quer que seja, não podemos, nestes cadernos, tentá-lo sequer.

O que parece certo é que não há hoje uma única tribo de negros da África que ainda se encontre em estado de selvageria, dando-se à palavra o sentido de primeiro estágio conhecido de civilização, estágio que se observa entre os habitantes primitivos do Brasil. Mesmo as tribus mais grosseiras vivem na África dentro da estrutura e dos costumes que constituem as sociedades civilizadas; encontram-se, entre elles, chefes cuja autoridade é reconhecida, leis, diferenças de casta, homens livres e escravos, grandes e pequenos, sacerdotes e leigos, tudo o que representa as consequências necessárias dessas formas da vida social. Deparamos, à frente da civilização africana, com impérios poderosos, cidades populosas onde existem tôdas as necessidades e todos os prazeres decorrentes do esplendor do chefe, de seu séquito e de seu exército, e que somente o comércio pode satisfazer. Não faltam, tão pouco, dispositivos legais que regulem esse conjunto de necessidades e interesses, bem como instituições religiosas capazes de consolidar as próprias leis. Quasi tôdas as tribus negras parecem possuir habitações fixas, à exceção talvez dos Cafres e dos Hotentotes. Tôdas, também, com as mesmas exceções, conhecem a agricultura, a domesticação dos animais e os primeiros elementos das artes industriais. Caravanas regularmente organizadas mantêm, muitas vêzes através de estradas permanentes, comunicações mais ou menos directas entre os diversos pontos dessa parte do mundo. Esse grau de civilização parece ser, na África, a um tempo bastante antigo e estagiário. Pelo menos seria difícil dizer com precisão qual a influência exercida, sobre essa civilização, por tal ou qual acontecimento importante da história. Aliás, a civilização européica parece, ela mesma, demasiado recente para conservar a lembrança dos primeiros passos da civilização da África. As des-

crições que faz Léo Africanus de uma idade de ouro dos negros poderiam muito bem não merecer maior fé do que os contos que nos transmite Herodoto. Não parece ter havido relações frequentes nem entre os negros da África e os fenícios, ou suas colônias, nem entre os negros e os gregos; e as conquistas dos romanos, na costa setentrional da África, não se estenderam além dos povos da Mauritânia e outros que não pertencem à raça negra. As poucas tentativas dos Romanos para penetrar mais avante no interior não tiveram êxito. Então, como hoje, traziam-se escravos negros do interior da África para os mercados da Europa, mas sem que se tivessem conhecimentos mais precisos da pátria deles. A invasão árabe do Egito, na Núbia, parte da Abissínia e da costa oriental, e finalmente tôda a costa norte, foi, sem dúvida, muito mais importante para os negros. A submissão e a conversão dos habitantes da Mauritânia puseram logo seus fanáticos conquistadores em contacto com as tribus negras do interior. Unas foram rechaçadas para mais longe, outras convertidas e subjugadas. De tôda a história dos negros, é, sem dúvida, esta, a época mais importante que conhecemos; teve como resultado a civilização de vários impérios consideráveis, que adotaram as leis, os costumes e as artes dos maometanos. Êsses impérios foram colocados primeiramente sob a dominação dos conquistadores árabes, que se estabeleceram na região; mas, pouco a pouco, em diferentes revoltas, os negros se libertaram, sem repudiar entretanto os costumes, a fé e a forma de governo recebidos de seus vencedores. Os negros dividem-se, ainda hoje, em duas grandes classes: maometanos e idólatras. Os primeiros distinguem-se por uma civilização mais aperfeiçoada e se estendem por uma grande parte da África central, ao passo que os idólatras ocupam, para o sul, a costa ocidental, assim como a parte meridional da do Oriente.

Depois desta, a época mais marcante da história dos negros começa com a fundação das colônias européias nas costas ocidental e oriental. Embora o cristianismo seja muito mais antigo na



África do que o islamismo, não parece que, antes do século XIV, nem os Estados europeus do norte dêsse continente nem a Abissínia, que era igualmente cristã, tenham tido uma influência apreciável sobre os negros. Após a expulsão dos árabes da Espanha, os portugueses e espanhóis, principalmente estes, fizeram, na África, uma guerra de represálias e de religião. Nesse choque não demoraram em esbarrar nos impérios dos negros maometanos e, durante séculos, houve na costa do noroeste uma luta acompanhada de alternativas de dominação e influência dos portugueses e do cristianismo, de conversões e apostasias, de submissões e de revoltas de uma multidão de pequenos Estados negros. As forças principais de Portugal foram jogadas nesses combates sem finalidade, até que a batalha de Alcácer pôs fim ao domínio dos portugueses sobre o interior do país, deixando-lhes apenas alguns pontos fortificados da costa. Entretanto, as descobertas da nova rota da Índia, acompanhando a costa ocidental e parte da oriental, haviam multiplicado êsses pontos. Durante essas guerras, a compra e venda de prisioneiros, o comércio de escravos em suma, foi quasi sempre um dos resultados do combate e mais de uma vez seu próprio objetivo. A descoberta da América deu a êsse comércio importância nova, inédita até então. Muito breve tôdas as nações européias que possuíam uma marinha sentiram-se instadas pelo lucro a participar dêsse comércio. As antigas feitorias portuguesas da costa da África passaram, em grande parte, para as mãos dos holandeses, dos ingleses, dos franceses e dos dinamarqueses; fundaram-se outras, tôdas com o objetivo confessado, e quasi exclusivo, de comerciar com escravos. Através da inumerável série de guerras e devastações, que durante os três últimos séculos levou a ruína à tôda a costa ocidental e muitas vêzes ao interior do continente, podem-se distinguir dois movimentos opostos. Por um lado, sob a influência da Europa, o comércio de escravos, as guerras e violências de tôda espécie dele decorrentes, avançam da costa para o interior; de outros, vêem-se,

em diferentes épocas, tribus do interior, conduzidas por chefes belicosos, submeter seus vizinhos e, crescendo-lhes sempre mais o número, levar sua dominação até o litoral. Os negros da costa, comprimidos entre êsses movimentos opostos, viram os rudimentos de suas civilizações esmagados ou dispersos, tanto mais quanto os conquistadores logo tinham que compartilhar do destino dos vencidos, diante de uma nova invasão vinda do interior. Essas guerras, essas vitórias e essas dominações apresentam um caráter de selvageria e crueldade, bem próximo da loucura, e tal como não se encontra em nenhum outro lugar do mundo. E somos, muitas vezes, tentados a ver, na aguardente dos mercadores de escravos, o único móvel, o único princípio de moral dêsses povos. Uma narração pormenorizada dêsses acontecimentos, uma enumeração das tribus de negros que participaram dessas infindáveis carnificinas, não teriam nenhum interêsse. Lembraremos tão sòmente as conquistas dos Giagas, no princípio do século XVII, e a ordem dada pela sua rainha Jem-ban-Dumba de moer o seu próprio filho para a fabricação de um unguento que a deveria tornar invencível, a ela e a seus guerreiros.

O que me parece de maior importância para o destino da África, são, evidentemente, as experiências recentes tentadas pela Inglaterra para tornar possível a civilização do continente e para conseguir, por meio da supressão do tráfico dos escravos, pôr fim a um estado de cousas tão violento. Os primeiros, na Inglaterra, a se declararem contrários em nome da humanidade, a êsse gênero de comércio, foram tratados com desprezo. Até se convencerem os publicistas, que orientavam o govêrno, das desvantagens do tráfico e das vantagens de sua extinção, foram êles considerados sonhadores perturbados por uma sensibilidade absurda. O sistema continental, excluindo a Inglaterra da Europa, deu-lhe o domínio ilimitado dos mares e, com êste, o pre-têxto e os meios para afastar da costa africana os pavilhões es-



trangeiros e impedir o comércio de escravos. Êsses poucos anos de paz começavam a produzir os mais felizes resultados; em lugar das devastações e das violências, via-se por tôda parte germinar a indústria; inúmeros produtos dessas regiões eram trocados por mercadorias inglesas e tornava-se permitido a ambas as partes esperar dessas trocas melhores resultados. O cristianismo começava a se espalhar pelo interior por meio de seus missionários e, juntamente com a paz, trazia novas necessidades e novos prazeres.

Por uma reação singular, a queda de Napoleão teve para a África as mais tristes consequências. As possessões da costa, em sua maioria, voltaram a seus antigos donos; sua reintegração, o fim da supremacia marítima inglesa, permitiram revivesse êsse comércio de escravos com todos os seus tristes corolários; e dentro em pouco foram destruídos todos os germes de civilização que a época precedente fizera nascer e frutificar. Por tôda parte, e com verdadeiro furor, os mercadores de escravos excitaram os chefes negros contra os missionários; foram pródigos em presentes, prometeram lucros fabulosos, e, finalmente, empregaram a aguardente, veneno a que os negros não resistem nunca, até os missionários se verem obrigados a abandonar êsses povos à miséria a que parecem condenados para todo o sempre. A extinção do tráfico dos escravos foi um compromisso solene assumido pelos senhores da Europa nos congressos de París, Viena e Aix-la-Chapelle; mas até hoje, a-pesar-da infatigável atividade da Inglaterra e de sua perseverança, nada de essencial foi feito para cumprir o compromisso. Houve meias medidas, leis e decretos insuficientes, ou cujo fim aparente falhava em virtude da negligência voluntária da execução. Tudo isso teve por efeito tornar o comércio de escravos mais lucrativo e, conseqüentemente, mais atraente, entregando-o a homens que são a escória das nações marítimas, e finalmente emprestando-lhe uma extensão e um caráter de violência e crueldade nunca vistos

até então. Os navios negreiros são, em geral, aparelhados de maneira a poderem opor resistência aos vasos de guerra ingleses que cruzam os mares afim de fazer executar, na medida em que lhes permite o direito de visita, as leis contra o tráfico de escravos. Êsses negreiros não se pejam, quando se faz necessário completar a carga, de raptar os habitantes da costa ou das margens dos grandes rios; está provado também que muitas vêzes êsses navios praticam a pirataria. Os combates entre êles e os cruzadores ingleses são muito frequentes. Entretanto, onde a resistência aberta não é possível, existe, para iludir as leis, um sistema organizado de fraude que ultrapassa tudo o que se pode imaginar e cuja impudência conquistou desde o último dos marinheiros até os mais eminentes funcionários, nas colônias das nações que deshonram seu pavilhão com êsse tráfico.

Diante de tantas provas palpáveis e reiteradas do pouco crédito que se deve conceder às palavras enganosas das outras potências, só é possível esperar ver cessar, enfim, êsse deplorável estado de cousas, no caso de ocorrer uma crise política qualquer que devolva aos ingleses o domínio exclusivo da costa africana. O Govêrno Inglês, durante uma longa série de anos e em uma multidão de circunstâncias, demonstrou que suas intenções de abolir o tráfico dos negros eram sérias e, embora não possamos ter grande confiança na generosidade e na humanidade dêsse govêrno, encontramos uma garantia da continuação de seus esforços no interêsse bem compreendido da própria Inglaterra. Em verdade, o interêsse dos povos e dos Estados poderia sempre conciliar-se com as leis da humanidade e o melhor serviço que se poderia prestar ao gênero humano seria o de demonstrar a ligação que existe entre essas cousas. Seria o único meio de convencer a opinião pública e o govêrno da necessidade de certas medidas, o que as declamações filantrópicas não bastam para demonstrar, porquanto os interêsses estão sempre, sem que se possa recriminar ninguém, em primeiro plano.



E' fácil verificar que as medidas tomadas até agora pela Inglaterra, em vista da abolição do tráfico dos negros, estão perfeitamente em harmonia com a vasta política comercial dessa nação, política que se liberta cada vez mais dos obstáculos que se opunham ao seu desenvolvimento. Basta lembrar que o fim principal e a primeira regra dessa política devem ser abrir à indústria britânica novos mercados, bem como melhorar os antigos. Se até agora a exportação dos produtos ingleses para a África foi tão pouco considerável, a causa está unicamente no comércio de escravos, que exclue toda e qualquer espécie de indústria, de cultura, de segurança para a propriedade, que paralisa, enfim, todos os elementos das relações amistosas, não comportando, em compensação, para uma nação industrial, senão diminutas vantagens, pois as mercadorias, com as quais se costuma pagar o preço dos escravos, são da pior qualidade. Tendo o Governo Inglês proibido a seus súditos o comércio dos escravos e impedido assim, totalmente, a saída de mercadorias destinadas a êsse comércio, faz-se necessário que êle se esforce por obrigar as outras nações a cessarem igualmente o tráfico, afim de as grandes vantagens que a indústria inglesa pode auferir dessa extinção não se façam esperar demasiado. Compreende-se facilmente a extensão dessas vantagens, se tivermos em vista que elas assentam em duas condições principiaes: por um lado, as necessidades desses povos e as encomendas que êles fazem de produtos da indústria inglesa em virtude dessas necessidades; por outro, sua aptidão a se governarem e os meios de que dispõem para pagar as mercadorias. Essas cousas agem mutuamente e continuamente umas sobre as outras; suas vantagens podem aumentar indefinidamente com a paz e as relações amistosas; cada novo passo na senda da civilização provoca nova necessidade e toda necessidade satisfeita tem por efeito um novo passo. Graças à natureza do solo e do clima, poucos esforços bastam, da parte dos habitantes, para que possam oferecer à

indústria inglesa, em troca de suas mercadorias, não somente tudo o que ela encontrava nas duas Índias, mas ainda quantidade de produtos peculiares a esta parte do mundo. E' verdade que o desenvolvimento completo dessas vantagens só pode advir de sua continuação durante longos anos; razão de mais para não perder um instante e afastar imediatamente tudo o que se opôs até hoje a um tal progresso. A abolição do tráfico continua a ser a condição essencial dêsse bem-estar.

Entre as medidas tomadas pelos ingleses para alcançar êsse objetivo, precisa ser destacado o estabelecimento de uma colônia de negros livres em Sierra Leone; sua prosperidade, a-pesar-das circunstâncias mais desfavoráveis, autoriza-nos a conceber as mais belas esperanças para o futuro. Os tratados concluídos em Madagascar, com Radama, o mais poderoso dos príncipes negros, não são menos importantes. Em todos os relatórios que possuímos acêrca dêsse Radama, aparece êle como um homem realmente extraordinário; êle fêz o seu povo progredir de um modo surpreendente e, embora tais germes de civilização de umas poucas tribus de negros selvagens provoquem apenas os motejos dos indivíduos vulgares e frívolos, para quem julgue sem preconceito, dentro da história do espírito humano, o nascimento e o desenvolvimento das revoluções, tais rudimentos aparecem com todo seu valor. Pode-se compará-los a essas formações vegetais incipientes e raquíticas, que nascem na rocha de granito, se envolvem de imperceptível musgo e acabam quebrando a pedra, transformando-a em terra fértil.

O sistema adotado pela Inglaterra, na costa ocidental da África, promete vantagens, sob todos os pontos de vista, e mais duráveis do que as que se obteriam pela implantação imediata da civilização ou pela criação de estabelecimentos ingleses propriamente ditos, tais como os da costa oriental. Favorecer o livre desenvolvimento de todos os elementos que se encontram no país, afim de constituir a ordem civil, a riqueza e a civiliza-



ção; manter, em tôdas as relações com os indígenas, a mais estrita justiça e a maior humanidade; evitar, cuidadosamente, as oportunidades de vencer e de conquistar: eis os princípios pelos quais deve orientar-se a política comercial inglesa e é permitido esperar que o govêrno os reconheça e os observe e que, finalmente, a história do domínio inglês na Índia Oriental sirva de modelo ou lição para a política futura em relação à África. A guerra contra os Ashanti já mostrou, claramente, quanto é difícil, impossível mesmo, a uma potência, embora tão forte quanto a Inglaterra, conservar sempre suas vantagens depois da tomada de posse e dos primeiros passos na conquista, dominar sem cessar os acontecimentos, seus próprios recursos, a sorte e o mar. Quem quer julgue imparcialmente a conduta do Govêrno Inglês, sobretudo nas Índias Orientais, deve estar convencido de que êsse govêrno deseja sêriamente evitar quaisquer conquistas. Isso, entretanto, não lhe foi possível na Ásia, e a fôrça das circunstâncias o levará, de invasão em invasão, até o rochedo contra o qual a avalanche se quebrará.

Um único meio, talvez subsista, para impedir que o mesmo aconteça na África: o de renunciar, imediatamente, a tôdas as possessões da costa e garantir, por tratados e vantagens recíprocas, o comércio com os negros, protegendo-o com fôrças navais imponentes. Entre a posse de uma nesga de território na África e a conquista da metade de um continente, nenhuma fôrça humana pode afirmar que se irá até tal ou qual ponto, nem que se deixará de ultrapassar tal ou qual limite.

## TIPOS E COSTUMES

Desde as épocas mais remotas, a África foi um mercado de escravos; mas êsse comércio só tomou importância política com a descoberta da América. Imagina-se, geralmente, que o Padre Las Casas, o protetor dos índios, foi o primeiro a pensar na importação de negros para a América, afim de aliviar os índios, incapazes de suportar os trabalhos impostos pelos conquistadores. Entretanto essa opinião não é exata, pois, numa época anterior àquela em que Las Casas se declarou protetor dos índios, já se haviam importado negros escravos na Ilha Espanhola. Nicolau Ovando, com o govêrno da ilha, recebeu, entre outras instruções, a de introduzir grande número de negros para o trabalho das minas e das plantações. Essa ordem foi executada com tanto zêlo, que Ovando não demorou em ver-se forçado a pedir ao govêrno que não mandasse mais, pois escapavam facilmente a seus donos e iam se estabelecer entre os índios, aos quais transmitiam muitos hábitos maus. Pouco depois, a introdução dos negros na América foi efetivamente proibida, mas a experiência provou, dia a dia mais, que era absolutamente necessário, de um jeito ou de outro, libertar os índios de parte dos trabalhos que lhes impunham os conquistadores, a menos que se quisesse correr o risco de ficar muito breve inteiramente sem mão de obra. Os dominicanos, que sempre defenderam denodadamente a causa dos índios, desejavam que as plantações e as minas da América fôsem exploradas por negros; diziam que êstes



eram tão superiores aos índios, pela fôrça física, que um só negro trabalhava tanto quanto quatro índios. O licenciado Las Casas fêz várias outras propostas no sentido de suavizar a sorte dêstes últimos, mas nenhuma delas foi julgada passível de execução. Êle se colocou finalmente do lado dos dominicanos, para cuja ordem entrou mais tarde, e defendeu o seu ponto de vista com tôda a autoridade de suas virtudes e de sua posição social. Desde então, mediante módica taxa para o tesouro real, a importação de escravos negros foi admitida no sistema colonial espanhol. Uma mal compreendida filantropia fêz dessa medida um crime, recriminado tanto ao sr. Las Casas como ao govêrno espanhol; no entanto, se êrro existe, é êle imputável ao século e não aos indivíduos. A êstes cabe o mérito de ter aproveitado costumes estabelecidos muito antes deles, costumes independentes de sua vontade, afim de evitar um novo mal e atingir um bem possível. Não seria justo julgar as intenções e os pontos de vista dos autores de uma medida pelas consequências dela decorrentes. Em si, essa medida nada tinha que a impedisse de ser um bem para os europeus, para os índios e para os próprios negros; e se ela não teve por efeito sustar o desaparecimento dos habitantes primitivos, se nesse momento os europeus experimentam mais inconvenientes do que vantagens com a presença das populações negras, é certo, entretanto, embora pareça um paradoxo, que, bem pesadas as cousas, os negros são beneficiados com a sua transferência para a América e que diante da situação atual da África, sua posição é preferível ao que seria nessa região, pelo menos em relação às colônias espanholas e portuguesas. Finalmente, a América abre aos negros possibilidades de civilização que não seriam possíveis, atualmente, na África. Não é nosso objetivo reproduzir aquí a história do tráfico dos escravos. Digamos apenas que tôdas as nações da Europa dele participaram, a partir do momento em que se estabeleceram no Novo Mundo, e, principalmente, nas Índias Ociden-

tais. Mesmo os alemães, que não tinham com êsse Novo Mundo nenhuma relação direta, incorreram em censura; e no reinado de Carlos V muitos deles fizeram o comércio de escravos com a América. Herrera cita dois deles, famosos pelas inúmeras queixas que de tôda parte se erguiam contra sua avareza e crueldade: Henrique Lieger e Jerônimo Sayler.

Pode-se ter uma idéia aproximada do número de negros arrancados da África, desde a descoberta da América, pelo fato de durante os dez últimos anos o Brasil ter recebido, sòzinho, uma importação anual de 80.000 negros. Êsse número deve ser considerado um m̀ximo, pois deve ter crescido lentamente, na proporção do aumento da população branca e das necessidades agrícolas das colônias. A proporção atual, existente entre a população negra e a população branca, homens livres e escravos da América, parece-nos mais digna de ser revelada do que o número exato dos negros importados, pois é por essa proporção que se regulam as necessidades de momento e de local, e é em vista dela que se tomam as medidas necessárias.

<i>América Setentrional</i>	<i>ano</i>	<i>brancos</i>	<i>h. de cõr</i>	<i>negros</i>	<i>índios</i>
Estados Unidos ....	1820	7.793.008	1.769	456	400.000
México .....	1824	1.360.000	2.070.000	8.400	3.430.000
Guatemala .....	1824	190.000	320.000	10.000	965.400
Possessões britânicas	1822	1.038.000	Ignorado	5.000	Ignorado
<i>América do Sul</i>					
Colômbia .....	1824	600.000	720.000	470.000	854.600
Perú .....	1795	136.311	285.841	40.336	608.911
Chile .....	1778	80.000	Ignorado	240.000	430.000
La Plata .....	1824	475.000	305.000	70.000	1.150.000
Brasil .....	—	843.000	628.000	1.987.500	300.000
Guiana francesa ...	—	1.025	1.982	13.200	10.000
" inglesa .....	—	3.421	3.220	109.349	Ignorado
" holandesa ..	—	8.525	Ignorado	72.000	6.200
Índias Ocidentais ..	—	450.000			—
		(3.000 judeus)			
				1.600.000	



Como provam essas cifras, a desproporção das fôrças materiais é imensa em muitas partes da América; não é cousa fácil de explicar como tão grande número de pretos é dominado por tão pequeno número de brancos e mantido em tal estado de obediência e escravidão, mesmo em se levando em conta as vantagens das armas, das praças fortes, da posse real da fôrça legal, e a facilidade de se obterem socorros da Europa em caso de insurreições negras. A experiência demonstrou que, pela fôrça, os negros ganhariam na maioria das colônias; é preciso portanto que êsse estado de cousas assente numa preponderância moral. Isso, entretanto, não exclue o aperfeiçoamento do negro, nem a possibilidade, para êle, de se tornar um dia igual ao branco. Como se procurou justificar, pela inferioridade física e moral dos negros, a escravidão em si, bem como todos os seus abusos, não é de espantar que, por outro lado, os filântropos tenham denegado o fato e que, no seu entusiasmo pelos negros, tenham ido tão longe que chegaram a prejudicar a boa causa que defendiam, tanto pelos exageros como pelas conclusões apressadas tiradas de fatos particulares. E seus adversários não hesitam em aproveitar-se dessa fraqueza. Que existam negros instruídos e civilizados e que se possam citar atos generosos deles, isso nada prova; a existência da República de Haití não basta para justificar tudo o que foi dito em prol dos negros. E ainda que concordássemos em que o mecanismo dos governos europeus é uma verdadeira obra prima do espírito humano e da civilização, ainda assim não nos seria permitido afirmar que se façam necessários méritos tão grandes e faculdades tão completas para imitar-lhes a engrenagem. E' evidente que a administração do Haití não passa, a despeito das formas republicanas, de uma simples imitação da burocracia européia, tal qual nasceu da Revolução Francesa e do Govêrno Imperial.

Ademais, a verdadeira superioridade dos brancos sôbre os negros não é unicamente exterior. Em se tratando, por exem-

plo, de instrução, encontram-se, não somente na América mas ainda na Europa, milhares de brancos que não são tão bem educados quanto inúmeros negros, e às vezes mesmo o são bem menos. Trata-se, antes, de uma superioridade intrínseca e orgânica; ela cria, em suma, entre o negro e o branco, o mesmo tipo de relações existentes entre a mulher e a criança com referência ao homem. E' o que se observa principalmente no magnetismo animal exercido pelo branco sobre o negro. Essa superioridade talvez se explique por uma maior intensidade de sistema nervoso, por uma maior atividade de suas funções, uma harmonia mais perfeita em tôdas as circunstâncias da vida; pelo menos, partindo de fatos conhecidos, podemos concluir pela existência dessas qualidades a nosso favor. Todos os dias ocorrem cousas que, abstração feita da vantagem da civilização, provam uma superioridade real e física do branco sobre o negro, que este é o primeiro a reconhecer. Assim mesmo, onde age o constrangimento, estabelecem-se entre o negro e o branco relações que se identificam de preferência com as do filho para com o pai; e nada mais fácil, para um bom patrão, do que transformar a escravidão em benefício para ambas as partes. Não se tire porém, dessa inferioridade do negro, a conclusão da necessidade da escravidão, mas sim outra dedução: a de que essa preponderância do branco dispensaria a sanção legal e que somente os abusos poderiam acarretar algum perigo, pois os negros, embora reconhecendo a nossa preeminência, têm à sua disposição forças físicas suficientes para se revoltarem, violentamente, contra um jugo por demais pesado. E irritados e exasperados nada os retém; as forças físicas dos brancos cedem, então, diante de seu horrível furor, como cedem diante dos cataclismas da natureza. O branco vê-se tomado de um terror semelhante ao que o negro sente nas suas relações habituais com os brancos.

Mas, todos esses raciocínios estão tão longe de nos conduzir a um resultado satisfatório quanto os que se fazem acêrca



dos direitos inatos da humanidade. Em última análise, a persuasão de ter o homem o direito de ser livre baseia-se numa crença acima de qualquer discussão; e o direito que tem o mais forte de dominar o mais fraco é pelo menos tão antigo quanto o do mais fraco de se tornar independente do forte. Ora, é sobre esse direito do mais forte que se alicerçam os dispositivos legais, que fazem do escravo a propriedade do senhor. Se a liberdade é sagrada, não o é menos a propriedade. De modo que os defensores dos direitos do homem não têm outro recurso senão o de arrancar pela força os escravos a seus senhores; difficilmente conseguiriam, com efeito, persuadir aos senhores de que não têm o direito de conservar os negros que compraram ou herdaram porque êstes, por sua vez, têm o direito de ser livres. E' mais fácil, e mais vantajoso, para os negros que se procura proteger, persuadir os colonos e, em geral os partidários da escravidão, de que o seu próprio interêsse manda que renunciem a suas pretensões, pelo menos em parte. Enquanto não se tiver feito isso, convém não discutir acêrca da necessidade de emancipar os escravos, nem dos meios de empreendê-lo e realizá-lo da maneira mais satisfatória para todos; pois uma tal discussão não teria outro resultado senão o de opor os direitos naturais aos direitos criados pela lei; e êstes terão sempre a vantagem de uma demonstração clara e de uma posse atual.

Não importa que a emancipação dos escravos negros na América seja de direito natural ou não, que lese ou não as vantagens garantidas pela lei aos proprietários; ela é a consequência da ação de forças latentes e os proprietários só podem conservar as suas vantagens renunciando, voluntariamente, a uma parte de seus direitos.

Que os proprietários tornem a situação dos seus escravos tão suportável quanto possível e procurem dar-lhes bem-estar físico e moral (o que fazem de bom grado por ser de seu próprio interêsse); disso resultará, em verdade, que os escravos sentirão

menos o pêso da opressão. Mas, não se imagine que quando tiverem adquirido certo bem-estar e certas aptidões (consequências necessárias de um bom tratamento), e quando a superioridade do branco tiver desaparecido ou diminuído, possam êsses negros ser mantidos mais tempo no estado de inferioridade legal em que os coloca a escravidão. Sentirão êles a necessidade da igualdade, logo que tiverem os meios de obtê-la. Manter os escravos na inferioridade em que se encontram, já seria uma coisa impossível, em si. Mas, se por meios violentos, por tratamentos severos, por tudo que torna a escravidão ainda mais dura, se tentasse conseguí-lo, o único resultado seria os escravos se libertarem pela fôrça dêsses males insuportáveis. Então, as insurreições e as violências, incompatíveis com qualquer espécie de direito civil e susceptíveis de conduzir qualquer govêrno à derrocada, se tornariam inevitáveis, mesmo que os escravos não conseguissem dominar. Isso porém acabaria fatalmente por acontecer, porquanto a fôrça bruta estaria a seu lado. Não há, pois, escolha: ou emancipar os negros que se acham preparados para a liberdade civil, para a igualdade de direitos, ou sujeitar-se à explosão de tôdas as paixões de que a natureza animal do homem é capaz.

Mas, sustenta-se que a agricultura, nas regiões da América em que se faz pelas mãos dos escravos, só pode subsistir graças à escravidão; e com a emancipação, quaisquer que sejam as condições desta, os colonos se arruinariam. Ainda que essa asserção fôsse certa, nada provaria contra a emancipação; pois, como já dissemos, há fatos que a tornam inevitável e só nos cabe escolher entre dois caminhos que a ela conduzem igualmente. Mas não é difícil verificar a que ponto essa asserção é fraca. A emancipação não teria outra consequência senão a de substituir o trabalho dos escravos pelo dos camaradas livres, e a experiência prova que êstes são muito superiores. E' fato reconhecido, nos países em que se servem de uns e de outros, que, em



igualdade de condições, um pedaço de terra cultivado por homens livres é de rendimento muito superior ao cultivado por escravos. As razões pelas quais um operário livre executa o trabalho mais depressa e melhor do que o escravo são demasiado evidentes para que se faça necessário desenvolvê-las. O aumento da renda, a economia do preço de aquisição do escravo, logo levariam o colono a decidir-se pelo salário pago ao operário; e quando se objeta a elevação dos salários dos homens livres, esquece-se que êsse preço é precisamente uma consequência da escravidão. Esta apresenta ainda dois gravíssimos inconvenientes: em primeiro lugar, coloca grandes capitais numa propriedade muito pouco garantida, pois a morte ou a fuga dos escravos podem causar prejuízos bastante consideráveis, os quais, por seu turno, diminuem na mesma proporção o valor da própria propriedade; em segundo lugar, a escravidão é um obstáculo a quaisquer melhoramentos, tanto na agricultura como em outro qualquer negócio, pois o objetivo dos melhoramentos é sempre o de dispensar a mão de obra e de atingir os maiores resultados possíveis com o emprêgo de menor tempo, fôrça e dinheiro; ora, o escravo que não trabalha, porque substituído pela máquina, não passa de um capital morto. Dizem, porém, alguns defensores da escravidão, que quando não houver mais escravos não haverá mais operários, porque os negros são tão preguiçosos que só trabalham constrangidos. Esta asserção é tão absurda que não merece ser refutada. Pois não mostra a experiência de todos os dias com que infatigável atividade os escravos aproveitam todos os instantes de liberdade, mesmo os que lhes são concedidos para descansar dos mais penosos trabalhos? Não os empregam êles para ganhar com que aliviar a sua própria situação ou comprar um dia a sua alforria? Confie-se no desejo, inato em todo homem, de melhorar sua condição e a dos seus; êle levará o negro, como os outros, a ganhar sua existência pelo trabalho. Nada mais insensato do que acreditar que a emancipação progressiva

dos escravos possa ser perigosa para os brancos e para o Estado. E' preciso não conhecer a verdadeira situação, ou deturpá-la propositalmente, para pretender que os negros visam o domínio e ameaçam a vida e a propriedade dos brancos. O negro liberto toma sòzinho o seu lugar nas classes inferiores da sociedade, o lugar que lhe é assinado pela sua capacidade e fortuna; sua maior ambição reside na esperança de que seus descendentes possam, um dia, através de uniões com raças menos escuras, integrar-se na população dos homens de côr e ter assim a possibilidade de obter empregos e dignidades. E' o Estado quem mais lucrará com a emancipação progressiva dos escravos, pois ela terá por effeito substituir uma população privada de posses, ou pelo menos muito pobre, e que em certas circunstâncias pode tornar-se temível, por uma população remediada, susceptível de contribuir para as necessidades da sociedade e a defesa do país. O aumento da população do Haití, após horríveis devastações, demonstra as vantagens que teria a Europa com a extinção da escravidão. Basta refletir sôbre quão pequeno é o consumo de produtos da indústria de um povo pobre e escravo e a importância que assume êsse consumo no seio de um povo de negros livres. Um cálculo modesto levanos-nos a supor que dobraria em poucos anos.

Nenhum observador pode duvidar da necessidade e da utilidade da emancipação progressiva dos escravos negros. Os meios de alcançá-la são muito simples: no Brasil, principalmente, poder-se-ia chegar aos mais felizes resultados sem nenhuma medida extraordinária, sem ferir nenhum direito e nenhum interesse, e isso em muito pouco tempo. Por um lado, bastaria impedir a importação de novos escravos, atendendo apenas aos compromissos existentes e applicando com seriedade as leis em vigor; por outro lado, seria necessário, por meio de leis sábias e da sua estrita observância, assegurar aos escravos os benefícios intellectuais e físicos compatíveis com a sua situação e de que



participam já, em grande parte, graças à brandura dos costumes e ao pêso da opinião pública. Seria preciso também desembaraçar-se de todos os obstáculos que tornam a emancipação difícil (quasi não existem no Brasil) e dar livre curso às influências e aos interesses naturais, os quais comportam tantas oportunidades, meios e formas de emancipação que a escravidão desapareceria, mesmo sem o incentivo da lei, desde que não se recebessem novos elementos do exterior.

As raças a que pertence a maioria dos negros importados no Brasil denominam-se Angola, Congo, Rebôlo, Angico, Mina, da costa ocidental da África, e Moçambique, da costa oriental. Distinguem-se elas, como se pode ver das cabeças de negros que damos aquí, tanto pelas tatuagens especiais do rosto como pelas diferenças muito marcadas da fisionomia. Alguns negros há, mesmo, que pouco revelam disso que se considera geralmente como sinais característicos da raça africana. Distinguem-se também pelas variedades de seus temperamentos e caracteres, variedades que, na opinião pública, estabeleceram para tal ou qual raça a reputação de melhor ou pior. Assim é, por exemplo, que os Minas e os Angolas são considerados excelentes escravos: são dóceis, fáceis de instruir e susceptíveis de dedicação, quando mais ou menos bem tratados; são também os que, pela sua atividade, sua economia, conseguem adquirir sua alforria mais comumente. Por mais de um aspecto, os Congos se assemelham aos Angolas; são entretanto mais pesados e empregam-se de preferência no duro labor do campo. Os Rebolos pouco diferem dessas duas raças e as línguas das três apresentam muita analogia; entretanto, os Rebolos são mais turrões, e mais predispostos ao desespêro e ao desânimo do que os das outras duas raças. Os Angicos são mais altos e mais bem feitos; têm no rosto menor número de traços africanos; são mais corajosos, mais predispostos ao desespêro e ao desânimo do que os das outras particularmente bem, se não se deseja vê-los fugir ou se revolta-

rem. Os Minas distinguem-se por três incisões em semi-círculo que, do canto da bôca, vão até a orelha. Os Gabanís são mais selvagens e mais difíceis de instruir que os precedentes; entre êles a mortalidade é mais elevada, porque se acostumam mais difficilmente ao trabalho e à escravidão. São grandes, entretanto, e bem feitos; sua pele é de um negro luzidio e os traços de sua fisionomia têm pouco caráter africano. Os Mongolos são os menos estimados; são em geral pequenos, fracos, muito feios, preguiçosos e desanimados; sua côr tende para o marron e são os que se compram mais barato.



## TIPOS E COSTUMES

### MULATOS

Pode parecer estranho que neste caderno, destinado a tornar conhecidos os costumes dos habitantes livres do Brasil, comece-mos pelos mulatos. Mas não nos será difícil encontrar uma justificação se dissermos que os homens de côr, embora legalmente assimilados aos brancos, constituem, em sua maioria, as classes inferiores da sociedade. E', portanto, por êles que se podem penetrar os costumes nacionais. Sejam-me, pois, permitidas algumas observações acêrca dessa importante parcela da população do Brasil.

Sem nos ocuparmos com os matizes e as subdivisões, de nenhum interêsse prático, e a que, de resto, não se presta grande atenção, limitar-nos-emos a assinalar entre os homens de côr três classes principais: em primeiro lugar a dos mulatos, nascidos de uniões entre brancos e negros (pouco importa qual seja o ascendente de raça branca); em segundo lugar a dos mestiços, mamaluços, que são descendentes de uniões entre brancos e índios; e, finalmente, a dos cabras ou caboclos, mestiços de negros e índios. E' pequeno o número dêstes últimos e os casamentos entre índios e brancos também são muito raros, hoje em dia. Foram êles muito mais frequentes na época imediatamente posterior ao estabelecimento dos europeus no país, porque os aventureiros que se fixaram, em primeiro lugar, entre os índios, sen-

tiam falta absoluta de mulheres, só havendo à sua disposição as índias. Talvez tivessem estas, então, um aspecto menos selvagem e repugnante.

O número dos mulatos é incomparavelmente maior e seria difícil, principalmente na massa do povo, encontrar muitos indivíduos cujo aspecto autorize concluir com segurança que não herdaram sangue africano dos seus antepassados. Por mais estranha que pareça a afirmação que vamos fazer, cabe menos à vista e à fisiologia do que à legislação e à administração resolver sobre a côr de tal ou qual indivíduo. Os que não são de um negro muito pronunciado, e não revelam de uma maneira incontestável os caracteres da raça africana, não são, necessariamente, homens de côr; podem, de acôrdo com as circunstâncias, ser considerados brancos.

De há muito, no Brasil, caíram em desuso as leis que excluíaam os mulatos de todos os cargos civís e eclesiásticos. Encontram-se homens de côr em todos os ramos da administração, no sacerdócio, no exército, e huitos há de excelente família.

Quando a origem, as alianças, as riquezas ou o mérito pessoal permitem a um mulato ambicionar um lugar, é muito raro, e pode-se mesmo dizer que isso não ocorre nunca, que sua côr ou a mistura de seu sangue se tornem um obstáculo para êle. Seja êle embora muito escuro, é registado como branco e nesta qualidade figura em todos os seus papéis, em quaisquer negociações, e está apto a ocupar qualquer emprêgo. Seria fácil citar numerosos exemplos de homens que ocupam os cargos mais elevados e que se contam entre os mais hábeis funcionários, embora seu aspecto exterior revele, indiscutivelmente, a ascendência índia ou africana. Isto não tem a menor importância no país e o fato só é referido quando para responder a um estrangeiro, nunca por caçoada ou desprezo. Dêste ponto de vista, nada caracteriza melhor o estado das idéias dominantes do que essa resposta de um mulato, ao qual se perguntava se determinado capitão-



mor era também mulato. “Era, respondeu, êle, porém, já não é”. E como o estrangeiro desejasse uma explicação para tão singular metamorfose, o mulato acrescentou: “Pois, Senhor, capitão-mor pode ser mulato?”.

Existem, no Brasil, regimentos de milícia inteiramente formados de mulatos e nos quais não são os brancos recebidos; em compensação a lei impede que se admita um mulato nos regimentos de linha. Mas os motivos que expusemos acima fazem com que muitos mulatos se introduzam neles, mesmo entre os oficiais, o que acontece tanto mais frequentemente quanto são precisamente as famílias ricas, consideradas, as que se acham no Brasil há mais tempo, as que mais se misturaram, sem que a circunstância tenha prejudicado de modo algum sua nobreza, sua dignidade e suas pretensões aos cargos militares. Quando o Brasil ainda se achava sob o domínio português, havia a êsse respeito grande rivalidade entre as famílias mais antigas do país e as recém-chegadas de Portugal, as quais se prevaleciam de um sangue mais puro e de uma pele mais branca para justificar pretensões que o orgulho brasileiro, com razão, rechassava.

Os casamentos entre brancos e mulheres de côr são muito comuns nas classes médias e inferiores e nada têm de chocante; observam-se, mesmo, alguns nas classes mais elevadas. Só se formalizam, quando uma mulher branca, de família rica e considerada, desposa um homem de côr muito escura; mas tais uniões dão motivo a espanto mais do que a censura.

O que não seria possível negar é que no Brasil o público se mostra muito mais tolerante para com êsses casamentos do que na Europa em geral, nas mesmas classes da sociedade, para com os casamentos desiguais. Entretanto, é comum e natural que um branco de boa família prefira unir-se a uma mulher branca, pois as mulheres desta côr e o sangue europeu são sempre uma vantagem e formam uma espécie de aristocracia; mas essa preferência só existe neste sentido. Em igualdade de con-

dições a côr escura e o sangue africano são preteridos, mas um branco das classes mais elevadas tão pouco se uniria a uma mulher branca de baixa categoria. Em relação à mulher de côr, o obstáculo é equivalente.

As mulatas distinguem-se pela sua amabilidade e pelos dotes de corpo e de espírito. As dificuldades resultantes das paixões que elas inspiram e os obstáculos decorrentes de sua origem, levam-nas muitas vêzes a uniões muito especiais. Assim, quando questões de família impedem a um homem de certa categoria de casar-se com uma mulata, pela qual se sente atraído, êle a leva para casa. Aí fica cla anos inteiros à frente dos negócios domésticos, recebendo, de resto, visitas de senhoras casadas e distintas e pagando-as. Às vêzes, o casamento só se faz vários anos depois e quando da ligação já houve muitos filhos. Se razões imperiosas obrigam o homem a desposar outra mulher, êle dá um dote à sua mulata, que assim encontra fâcilmente um marido de sua côr e posição, pois é considerada viúva e não mulher de maus costumes. Como quer que se julguem essas uniões, em relação aos preceitos comuns da moral e das idéias européias, a opinião pública as tolera no Brasil, sem censurá-las, e a experiência provou que elas são o mais das vêzes felizes para ambas as partes e em nada comprometem suas relações sociais. As mulatas mostram-se, geralmente, muito fiéis e são capazes de dedicação a seus amigos, o que torna essas uniões não raro superiores, como moralidade, às consagradas pela lei e santificadas pela igreja. As ligações entre brancos e mulatas são frequentes, principalmente porque, em sendo abastados, os pais casam de bom grado suas filhas com os brancos, sem se preocupar com a posição social dêstes. Por isso os rapazes europeus, quando agradáveis de aspecto e com alguma prática do comércio, conseguem fâcilmente ricos casamentos com mulheres de côr. Observa-se, em tudo isso, uma tendência constante das



côres escuras para aproximar a sua descendência da côr branca, o que explica muitas cousas que o europeu estranha.

Depois dessas observações acêrca dos mulatos do Brasil, passemos aos costumes, ao caráter dos habitantes das diversas províncias. Parece-nos inútil repetir que consideramos brasileiros não sômente os brancos nascidos no Brasil mas ainda todos aqueles que, por qualquer motivo, são considerados brancos; finalmente, em relação às classes inferiores, é preciso acrescentar a maioria dos mulatos.

Seria difícil pintar com traços marcantes e gerais o caráter nacional dos brasileiros, tanto mais quanto começam apenas a formar uma nação. Partilham até certo ponto os traços principais do caráter português. Por outro lado, nas classes elevadas e sobretudo nos portos de mar, é comum renunciarem à sua personalidade para entregar-se à imitação dos costumes ingleses, imitação que não pode favorecer os habitantes mas tão sômente prejudicá-los com exigências e formalidades de tôda ordem. Tais costumes, de resto, supõem a existência de um grau de civilização mas não o outorgam; ademais, restringem as manifestações e o desenvolvimento das disposições naturais de que os povos meridionais são tão ricamente dotados. Êstes, no entanto, muitas vêzes as rejeitam como contrárias à boa educação.

Se há pouca diferença, sob êsse aspecto, entre Lisboa e o Rio de Janeiro o mesmo não ocorre nas classes inferiores e só estas podem ser chamadas povo. Nelas nada impede o desenvolvimento do caráter nacional e elas se diferenciam no Rio de Janeiro, e cercanias, das classes inferiores de Portugal, ou pelo menos da capital de Portugal; suas atitudes são mais francas e mais desembaraçadas. Tudo no Rio de Janeiro é mais animado, barulhento, variado, livre. Nas partes da cidade habitadas pelo povo, a música, a dança, os fogos de artifício emprestam a cada noite uma atmosfera de festa e se não se encontram grande vigor nem muita delicadeza na letra das canções para violão, e nas conversas barulhentas dos grupos, observam-

se pelo menos bastante espírito e bom-senso. O povo das outras cidades marítimas, como Baía e Pernambuco, parece-se em verdade com o do Rio de Janeiro, mas há menos leveza e graça nos habitantes destas cidades, principalmente nos de Pernambuco. Estes têm, antes, a tendência para se dedicar a um assunto qualquer com paixão e alma, por isso parecem a um tempo mais impetuosos e mais grosseiros.

Os habitantes das províncias do interior e do sul são bem diferentes dos das províncias do norte e do litoral. Pode-se observar principalmente essa diferença entre os paulistas e os mineiros, em que pesem ainda as divergências regionais de ocupações e costumes que, por sua vez, modificam o caráter provincial. O comércio exterior da província de S. Paulo é menos animado que o do Rio de Janeiro. Ela é menos povoada que as províncias marítimas e Santos mesmo, sua capital, não tem população tão grande. Donde resulta que o povo pròpriamente dito é menos numeroso do que alhures, em relação ao conjunto dos habitantes e que as classes inferiores são dotadas de mais reflexão e de maior dignidade individual. Uma franqueza, que se transforma muitas vèzes em brutalidade, um sentimento de honra, que se liga a uma grande susceptibilidade, e a que é preciso acrescer frequentemente um espírito desconfiado e rancoroso, uma audácia, finalmente, uma fôrça física, uma astúcia e uma infatigável atividade para tôda espécie de empreendimentos, eis as características, que desde os primeiros tempos da colônia distinguiram os paulistas dos demais habitantes.

A história de S. Paulo constitue, sob muitos aspectos, a parte mais essencial da do Brasil. O amor dos paulistas pela liberdade deu origem a numerosas lutas, tanto entre êles próprios como contra o govêrno que a metrópole estabelecera no país. No século XVI êsse espírito de independência tomou tal desenvolvimento, que durante algum tempo viveu a região debaixo de regimes de aspecto republicano. Os historiadores portugueses



criaram a péssima reputação dos paulistas, por causa do espírito de insubordinação destes; essa reputação elles a mereceram, aliás, pela crueldade com que perseguiram e procuraram destruir os índios e paralisar os benéficos esforços dos jesuítas.

Certos fatos emprestam à história de S. Paulo um grande interesse e justificam o orgulho que os paulistas têm de sua origem: assim, seus empreendimentos ousados contra os índios ou outros inimigos, como os da colônia de Taubaté, ou ainda os espanhóis do Paraguai; assim, também, as expedições aventureiras de pequenas tropas guiadas por chefes audazes, através dos desertos do interior, à procura de ouro e de pedras preciosas. Tais fatos explicam ao mesmo tempo muitos traços de seu caráter.

O espírito empreendedor dos paulistas applica-se agora a objetivos mais pacíficos; esse ardor que os empurrava para o ouro e os diamantes das montanhas longínquas de Minas, de Goiaz e de Cuiabá, voltou-se para a cultura de um solo fértil, situado no clima mais suave da terra; elles se dedicam também à criação de animais. Entretanto, ainda hoje, encontram-se paulistas em todos os recantos do Brasil; são colonos ou andam à cata de fortuna. São também considerados os melhores soldados do Brasil e na última guerra contra Buenos Aires seus regimentos de milícias mantiveram essa reputação. Muita cousa, no caráter e nos costumes dos paulistas, pode ser explicada pela contribuição do sangue espanhol; com effeito, receberam elles, das colônias vizinhas, muitas levas de imigrantes, o que se comprova pela multidão de nomes espanhóis usados na província. Donde, também, a grande simplicidade dos costumes dos paulistas, a ausência de luxo, mesmo nas classes elevadas, principalmente no que diz respeito aos móveis e aos utensílios de cozinha; daí, também, essa cordialidade que reina nas suas relações sociais. A música, a dança, a conversação, substituem, entre elles, o jôgo, que é um dos principais divertimentos na maioria das ou-

tras cidades do Brasil, onde seguem, nesse ponto, os hábitos portugueses e ingleses, ao passo que os paulistas conservaram as tertúlias da Espanha.

As diferenças que se observam entre o caráter dos habitantes de Minas Gerais, chamados mineiros, e o dos paulistas são grandes; poderíamos estranhá-las, principalmente considerando que boa parte da população da primeira dessas províncias veio de S. Paulo. No entanto, essas diferenças se explicam pela imigração de aventureiros de todos os países. A imensa abundância de ouro em Minas Gerais, o lucro fácil que dava outrora êsse metal, não podiam deixar de provocar consequências bastante prejudiciais ao caráter dos mineiros: a ociosidade e a prodigalidade, que andam de par com inúmeros desmandos. E' preciso acrescentar a isso outras circunstâncias também prejudiciais: a afluência de vagabundos de tôdas as partes do Brasil, a proibição de exportar o ouro e os diamantes para fora da província, etc. Dessas medidas, resultaram fraudes, crimes e violências; não é de espantar, portanto, tenha o povo de Minas Gerais uma reputação duvidosa. A decadência da exportação do ouro, impelindo para a agricultura e a criação do gado boa parte da população, operou uma mudança salutar no caráter da plebe.

Em tôdas as partes do Brasil conservaram os costumes alguma semelhança com os do povo da metrópole e da Espanha. Entretanto, a influência das modas da França e da Inglaterra é sensível nas províncias marítimas e no Rio de Janeiro, pois o Brasil não tem ainda fábricas e, no tempo da colônia, proibia o govêrno português a sua instalação.

No Rio de Janeiro, os homens usam paletós curtos de linho ou algodão, calças compridas com cintas de sêda de diversas côres e chapéu de aba larga e de forma cônica, copiado dos que se usam no Chile, e, finalmente, capa espanhola. Na capital, a indumentária das mulheres varia de acôrdo com a moda. Entretanto, elas não gostam de mudar nem de tecido nem de côr, sendo os vestidos quasi sempre de tafetá preto. O preto é tam-



bém a côr da mantilha sem a qual nenhuma mulher sai, em geral; elas usam flores frescas nos cabelos e na cintura e um lenço leve ou uma guirlanda, cujas côres variadas suavizam o que o vestido tem de demasiado sombrio.

As aias de certa idade cobrem a cabeça com um lenço e revestem-se de um manto feito, em geral, de tecidos de côr clara. Os costumes das províncias do litoral pouco diferem destes e, quanto mais nos afastamos dos portos de mar, maior simplicidade encontramos. O uso da manta generaliza-se; e, tanto em São Paulo como em Minas, o chapéu de feltro redondo e com plumas substitue a mantilha. E como o clima mais temperado exige vestimentas mais quentes, as mulheres vestem dentro de casa um roupão, às vêzes substituído por um avental, comum também, às negras.

A indumentária mais original é a dos homens de Minas e de Goiaz, principalmente a dos tropeiros. Cobrem a cabeça com um chapéu grande de feltro cinza, de abas viradas; usam camisa e calças marrons e suas botas de couro flexível alcançam a metade da coxa mas podem ser dobradas. Acrescente-se, para completar, uma grande manta jogada por cima do ombro, com uma abertura no centro para a cabeça. O que torna ainda mais grotesco o conjunto, é a maneira estranha de armar-se: espadas compridas, enormes fuzís e apetrechos de sela que lembram a cavalaria; e ainda pesados estribos e fitas de diversas côres, amarradas à crina do cavalo.

Merece também ser descrita a vestimenta dos vaqueiros, feita de couro e que os envolve dos pés à cabeça. E' o que se pode ver nos vastos campos de Goiaz e de Minas.. Acrescentamos aquí um caçador das florestas de Mato Grosso, revestido de uma cota de malhas e terminamos êste caderno e esta divisão com um desenho que representa uma família de índios pescadores mansos. Já vimos êsses jangadeiros ousados ao longo da costa da Baía a Pernambuco.

## USOS E COSTUMES DOS ÍNDIOS

Depois de termos dado, no primeiro caderno da segunda divisão, um resumo geral da história das tribus selvagens do Brasil e das transformações provocadas pelo seu contacto com os europeus, vamos esboçar um quadro de seu estado atual. Êste está longe de proporcionar-nos sensações agradáveis e só têm interêsse sob muito poucos aspectos. O viajante, satisfeita a sua primeira curiosidade, vê-se forçado a confessar que o homem em estado de natureza está tão longe de agradar à vista quanto ao pensamento. A impressão dolorosa que se tem aumenta ainda quando se imagina que, sem a chegada dos europeus, os naturais já teriam feito progressos marcantes na civilização; teriam sem dúvida marchado noutra direção, mas é a que convinha melhor à sua natureza. Quaisquer que sejam, no futuro, os resultados de uma política mais prudente da parte do govêrno, não se pode negar que até agora o contacto com os europeus só teve efeitos desastrosos. A julgar pelo que afirmam os antigos viajantes, a respeito do estágio de civilização dos índios, a profunda indolência que constitue, atualmente, o traço principal do caráter dos indígenas era então bem menor. Essa indolência, e a sua insensibilidade diante de tudo o que não se prende à vida animal, são tão grandes que o observador mais imparcial e mais filantrópico é às vêzes levado a duvidar da possibilidade de melhorar a existência grosseira dessas criaturas, mergulhadas no embrutecimento.



Seria injusto, entretanto, considerar os índios como depravados; eles não têm nenhuma idéia moral dos direitos e dos deveres. À exceção de certas aptidões formadas sob a influência de suas necessidades, sua vida pouco difere da dos animais selvagens, com os quais partilham o domínio das florestas primitivas. Seria tão pouco razoável censurar a onça pela sua sede de sangue e sua astúcia, o jacaré pela sua maldade, a serpente pelo seu veneno, quanto acusar o índio por causa de seu caráter sombrio e selvagem. Tôdas as suas faculdades físicas e morais são empregadas na satisfação de desejos e apetites animais; o que se eleva acima disto é-lhe inteiramente estranho.

As relações do índio com seus semelhantes, ou com o europeu, só produzem paixões odiosas, coléra, vingança e ciúme. Êle pouco deve aos homens de sua tribo; confia apenas em si próprio para sua subsistência diária e na sua mulher para prepará-la e lhe procurar as outras comodidades da vida, pois ela é olhada pelo índio como uma propriedade, ou melhor, como um animal doméstico; êle considera os outros índios e os portugueses inimigos natos, com os quais só tem relações de violência e de vingança. Disso só podem resultar sentimentos de ódio e a própria constituição física do homem não escapa a uma tal influência. Mas na época do descobrimento, os primeiros germes da civilização, a reunião de um maior número de indivíduos, e a necessidade comum de defender as povoações da tribo, provocavam, necessariamente, sentimentos mais humanos. Segundo o que nos dizem os viajantes, da fisionomia dêsses selvagens, podemos acreditar que, na medida em que retrocederam no caminho da civilização, seu aspecto exterior se aproximou também mais do animal. Se, em comparação com outras tribus, e, principalmente, como os Tupís, os Botocudos têm melhor aparência, é sem dúvida porque foram menos oprimidos do que os outros; não foram, como eles, rechassados da civilização a que haviam chegado. Mas, no fundo, são igualmente selvagens. Com efei-

to não se encontram nos antigos relatórios razões que expliquem suficientemente uma diferença notável entre tapuias e tupís; é muito provável que esta seja a consequência dos destinos opostos dêesses povos.

Tem-se procurado justificar a humanidade dos índios pela consolante convicção de que adoram um ser supremo; e, embora alguns viajantes tenham tentado negá-lo, seria difícil provar que não têm essa crença. O conhecimento das línguas indígenas está tão pouco adiantado, os índios experimentam tanta repugnância em fornecer quaisquer explicações, que a questão se torna de difícil solução. Para compreender quanto as afirmações dos viajantes, ou as suas negações, são pouco concludentes, basta refletir sobre as dificuldades que se antepõem às relações que desejaríamos manter com os indígenas. Mais de uma vez acontece ao viajante pôr na bôca do índio a resposta que desejaria obter, ou explicá-la de acôrdo com suas idéias próprias. Uma série de perguntas mal e mal compreendidas provoca palavras e sinais confirmadores, ao passo que operação semelhante recomeçada com outro índio produz resultado diferente. A crença num ser supremo foi atribuída aos índios em virtude da existência da palavra "Tupã" que aparece, dizem, com a mesma significação nas línguas de tôdas as tribus. Entretanto, isso está longe de ser provado; entre os coroados a palavra designa a cana de açúcar e entre outros povos o *pisang*. Por outro lado é inegável que muitas tribus, principalmente tupís, empregam a palavra "Tupã" para designar um ser superior, ou pelo menos uma força superior. Pode-se acreditar que os jesuítas tenham tomado essa palavra para vestir uma idéia, entre os guaranís, e que ela tenha passado para outras tribus com ou sem o seu novo sentido. Como quer que seja é estranho vê-la aparecer constantemente, em línguas que não têm o menor parentesco entre si, com a significação que lhe é atribuída. Mas se os índios têm uma concepção da divindade, não se encontra entre êles o menor ves-



tígio de adoração. Dir-se-ia que essa crença não passa de uma noção primária do espírito, uma primeira tentativa da língua para se exprimir de um modo abstrato, para distinguir o espiritual do material. Do mesmo modo se deve entender a crença nos espetros e nos espíritos maus, generalizada entre os índios. Quanto a tradições históricas e religiosas, só existe entre êles a que se refere a uma grande inundação.

Seria deslocado nesta obra pormenorizar um tal assunto; já é demasiada a importância que a êle se dá, pois é certo que, quaisquer que sejam as idéias dos índios, elas não influem nem nos seus sentimentos nem nas suas ações. Vamos falar dos usos e costumes desses povos. Com poucas modificações, applicam-se a todos os da costa oriental, tanto tupís como tapuias; mesmo porque, as divergências essenciais se devem principalmente às tentativas feitas pelos portugueses para orientar os selvagens para a agricultura e sua influência não foi além de umas poucas tribus. Em geral, homens e mulheres andam nus. Os homens usam em tôrno das partes sexuais um estôjo de folhas enroladas e as mulheres, em volta das ancas, uma espécie de avental trançado. O resto é mais ornamento do que vestuário, sendo aliás os ornatos o único objeto de seus desejos, além das necessidades físicas. Os índios são pintados e tatuados; no entanto ainda estão longe da perfeição dos indígenas do Mar do Sul. Não se vêem neles essas figuras artisticamente traçadas, que distinguem os habitantes de Nucaíba; quando muito apresentam alguns traços irregulares; não se deve tão pouco procurar uma relação entre a diversidade das raças e a diferença da tatuagem, como acontece entre muitos povos da África. Entre os brasileiros há mais pintura do que tatuagem. Para pintar-se, empregam, em geral, o vermelho vivo e amarelado e o preto azulado ou um azul escuro semelhante ao do aço; uma e outra côr são compostas de sucos vegetais: a primeira vem do urucum (*bixa orellana*), a outra do genipapo (*genipaba ame-*

ricana). Os homens pintam principalmente o rosto, desde a testa até a boca; mas não existe regra fixa. Outros se pintam de alto a baixo, metade em azul, metade em vermelho; outros ainda riscam linhas azues em todo o corpo com exceção do ante-braço e da barriga da perna, ou então circunscrevem o azul escuro com um sombreado vermelho; finalmente, outros há que pintam unicamente o rosto de vermelho, atravessando-o de uma orelha a outra com um risco de côr escura. Trituram-se as côres numa carapaça de tartaruga. A matéria mais comum usada para colorir é o ocre vermelho, tão abundante no Brasil: os indígenas esfregam o corpo com êle e o empregam para marcar, no rosto, pequenas cruces ou estrêlas. Os homens, e principalmente as mulheres, usam colares de diferentes espécies de sementes, pretas e brilhantes, misturadas alternadamente com dentes de bugios ou de animais selvagens. Muitas vêzes usam também idênticos colares em tórno da cabeça; ou se enfeitam com penas de papagaio penduradas ao pescoço ou colocadas na cabeça. Entretanto, êsse gênero de adôrno não é muito comum; as mulheres, mais do que os homens, o adotam e entre êstes são principalmente os chefes que o usam. Em certas ocasiões, as mulheres se enfeitam com quantidade de pequenos objetos trazidos pelos brancos, tais como rosários, botões, fazendas vistosas; e, mesmo, para se arranjar, não se esquecem dos espelhos. Em muitas tribus as mulheres, desde a primeira infância, apertam os tornozelos e as articulações dos pés e das mãos com tucum, ou pita, que as torna mais finas e elegantes. Outro gênero de enfeite, para o brasileiro, consiste em depilar o corpo inteiro. Algumas tribus, como a dos botocudos, raspam a cabeça e conservam apenas uma mecha de cabelos. Parece que antigamente êsse costume era mais generalizado. Os coroados foram assim chamados pelos portuguezes unicamente por causa disso, embora hoje em dia deixem crescer os cabelos e usem longo rabicho ou um cacho caído sôbre o ombro.



Os botocudos distinguem-se de todos os outros índios pelos pedaços de madeira que usam no lábio inferior e nas orelhas, donde o nome que lhes deram os portugueses, bem como o que lhes dão outros povos. Botocudo vem do botoque, que significa rôlha ou cunha. Os Memalís chamam os botocudos de *epcoseek* (grandes orelhas), por causa de suas orelhas pendentes. É o pai que determina a época em que o filho deve receber êsse adôrno. Fazem-se, no lábio e nas orelhas, furos que se mantêm abertos e são alargados pela introdução sucessiva de pedaços maiores de madeira; assim, a ponta da orelha e o lábio logo se parecem com simples tiras de pele, feitas para segurar essas pequenas peças de madeira. Estas são tiradas de uma árvore chamada "barriguda" (*bombax ventricosa*), cuja madeira é muito leve. Os pedaços colocados nas orelhas e no nariz, têm, às vêzes, até quatro polegadas de diâmetro por uma a uma e meia de espessura; quando são retiradas, o lábio inferior cai e deixa a descoberto todos os dentes; quanto ao lóbulo da orelha, fica êle semelhante a uma correia que pode ser erguida e suspensa à parte superior. Acontecendo rasgar-se a pele, é ela ligada por um cipó ou uma fibra qualquer. A pressão contínua da madeira empurra para dentro os dentes do maxilar inferior, estragando-os em pouco tempo. Pode-se verificar, por exemplo, em um crânio da coleção de Blumenbach, o desaparecimento completo dos alvéolos. As mulheres usam também jóias dêsse gênero, mais bem feitas, porém, e menores.

As habitações dos índios são construídas de grandes fôlhas da palmeira airí; faz-se com elas uma cêrca redonda ou oval, plantando-as no chão de maneira a que sua própria inflexão as puxe para dentro e forme um teto com suas palmas cruzadas. Para uma estadia mais prolongada, consolida-se o edifício acrescentando ramos de árvores ou estacas e reforçando a cobertura com maior número de fôlhas. Na mesma cabana moram, de costume, várias famílias; cada tribu vive sob um chefe e se com-

põe de um número mais ou menos grande dessas cabanas, cujo conjunto é chamado "rancharia" pelos portugueses. É raro, porém, que num mesmo lugar se encontrem mais de dez a doze cabanas. No centro de cada uma existem grandes pedras que servem para resguardar o fogo, ou para quebrar os côcos ou outros corpos duros. Os selvagens têm unicamente por mobília suas armas, os objetos necessários à pesca e alguns recipientes de argila cinzenta cozida ao fogo; mas êsses apetrechos domésticos, essa "baixela", não se encontram em tôdas as tribus. Para conservar a água, usam êles moringas ou cabaças; às vêzes empregam também uma espécie de bambú, cortado de maneira a que um dos nós sirva de fundo para o recipiente. Sendo a largura dêsses bambús muitas vêzes igual à de um braço, não se faz necessário um gomo muito comprido para guardar bastante água.

Os selvagens, em sua maioria, dormem em redes trançadas, que se suspendem ou a estacas dentro da choça ou a árvores. Entretanto, os botocudos não usam a rêde; mas preparam esteiras feitas de pau-estôpa, que são estendidas no chão.

Pendurados aos muros da cabana, vêm-se balaios ou cestos trançados para a guarda de objetos de "toilette" e outras pequeninas cousas que completam o mobiliário dos índios: matérias corantes, cordéis, plumas, anzóis. A mais importante das riquezas para os índios está, porém, na posse de suas armas, que empregam para caçar e se defender contra os inimigos. Também dão grande valor ao facão, de que se servem para fabricar essas armas e que carregam, de costume, suspenso ao pescoço por um cordel. É' quasi sempre uma lâmina européia, presa entre dois pedaços de madeira à guisa de cabo, pois os índios preferem êsse tipo de cabo ao que os brancos lhes vendem com a lâmina. Os machados de ferro são tão raros, que muitas tribus possuem apenas um para tôda a coletividade.



O arco e a flecha são as armas principais dos índios. São muito mais compridas do que as de outros selvagens, embora a maior parte dos índios da América meridional use também arcos e flechas muito compridos. A lança e o laço só se encontram em algumas tribus que, depois do descobrimento, adotaram o cavalo para combater. E somente nessas tribus foram os arcos e as flechas encurtados. O arco dos brasileiros tem muitas vezes cinco, seis e mesmo sete pés de comprimento. Na parte meridional da costa oriental, bem como em Minas Gerais, é êle feito da madeira preta e lustrosa da palmeira airí, e, mais para o norte, emprega-se o pau d'arco, assim chamado pelos portuguezes. É uma espécie de bignônia: é duro e de um branco amarelado que com o tempo se torna marron. Para as cordas nunca se emprega a tripa; usam-se certos cipós, principalmente o cecrópia. As flechas são feitas de diferentes espécies de taquara e têm, às vezes, cinco e mais pés de comprimento. Os botocudos empregam a taquara chamada *uba* que é muito lisa. Há três espécies de flechas. Uma de ponta larga, feita em geral de bambú tangarussú; é dura e muito aguçada. Para aumentar ainda a fôrça de penetração, a ponta é encerada e a taquara, também encerada ao fogo, torna-se tão dura quanto o chifre. Como na taquara a ponta é ôca, os ferimentos que ela produz sangram fortemente. Por isso é empregada, principalmente, na guerra e na caça de grandes animais. A flecha da segunda espécie tem uma ponta de madeira muito dura, de um pé e meio de comprimento. E' feita com a palmeira airí e forma vários dentes que contribuem para aumentar a gravidade dos ferimentos. Finalmente, a terceira espécie só serve para a caça de pequenos animais; é feita de galhos retos de certos arbustos, fazendo-se a ponta num dos nós afim de torná-la obtusa e verticilada. Os brasileiros não usam aljavas, pois as flechas sendo compridas demais só podem ser carregadas na mão; não possuem tão pouco lanças ou dar-

dos mas utilizam às vêzes suas longas flechas à maneira de azagaias, principalmente na pesca. Essas tribus não usam armas envenenadas como os selvagens do Rio Amazonas e da Guiana. Quanto à pesca, raramente os índios usam rêdes; recebem seus anzóis dos europeus e muitas vêzes matam os grandes peixes com flechas. As canoas são raras, nem tôdas as tribus as possuem. Quando os botocudos surgiram na costa, pela primeira vez, com o nome de aimorés, não as conheciam ainda; porisso estava-se preservado do seu ataque quando abrigado por um rio impetuoso. Daí a origem da fábula absurda de que não sabem nadar. Outras tribus, no tempo do descobrimento, serviam-se de pirogas e de jangadas, para fazer a guerra, reunindo mesmo, às vêzes, pequenas frotas. Não existem mais vestígios, entretanto, dessas tribus. As canoas dos índios são troncos escavados, de um comprimento, às vêzes, de vinte pés; não têm velas e êles empregam para manobrá-las curtos remos. Os índios se exercitam desde a mais tenra infância no manêjo do arco e da flecha; quando adquirem certa habilidade, sua existência está assegurada e são abandonados a si próprios. Observa-se em todos os seus hábitos, que partilham com muitos outros povos selvagens, a perfeição de seus sentidos: são excelentes corredores, nadadores, etc.; suportam muito bem a fome e a sêde e resistem a tôdas as fadigas. Mas se a sua temperança é grande em caso de necessidade, sua voracidade também não tem limites: à exceção dos ossos mais duros, comem tudo da caça que abatem. Quando vêm às plantações dos brancos ou aos postos militares, não cessam de pedir alimentos e devoram tudo que lhes cai nas mãos. Bebem sem medida, e a aguardente e os licores são tão perigosos para êles quanto para os outros selvagens. Fazem êles próprios um aleool embriagante com o suco do milho, a que chamam *chica*. Mastigam o milho e recolhem o suco num recipiente.

Não desdenham a carne de nenhum animal de suas florestas



primitivas, mas preferem os bugios. Os índios acumulam de flechas a onça, o tapir, o porco do mato e os grandes animais, para fazê-los perder todo o sangue. Como sentem a caça a uma grande distância e sabem surpreendê-la hábilmente, acontece muitas vezes a um grupo deles cercar uma manada de pacas ou porcos do mato. A natureza de suas armas lhes permite abater muitas peças antes que as outras fujam; empregam nesse gênero de caça cães dados pelos colonos ou a êstes roubados. Os índios são muito hábeis em atrair os pássaros, imitando-lhes os gritos e assim os pegam muitas vezes a laço; comem também insetos, como por exemplo as grandes larvas do escaravelho chamado "hércules"; finalmente procuram abelhas para retirar a cera e o mel. Há, nessas florestas virgens, uma tal quantidade de frutas e de raízes comestíveis, que a alimentação não lhes pode jamais faltar; se sofrem fome é por preguiça. Os palmitos, formados pela medula e pelos brotos tenros das fôlhas que se encontram na coroa das palmeiras constituem um alimento delicioso. Os índios são muito hábeis em colhêr êsses palmitos: sobem até em cima do tronco frágil da palmeira, sem se agarrar com os braços e pernas mas simplesmente segurando o tronco com as duas mãos e nele apoiando os pés. Chegados ao tôpo retiram as fôlhas exteriores e o enfraquecem até poder quebrar-lhe a coroa; depois agitam a árvore e a balançam com o pêso do corpo até conseguirem aproximar-se da palmeira vizinha, para a qual pulam afim de tirar-lhe também a coroa. Seria supérfluo citar aquí tôdas as plantas cujo talo ou raiz lhes serve de alimento. Não poupam tão pouco as habitações dos brancos e não raro prejudicam grandemente as plantações de cana e de mandioca. E' extraordinário que os índios possam comer, sem nenhuma consequência grave, a raiz da mandioca selvagem que provoca vômitos violentos nos europeus.

Cabe às mulheres preparar os petiscos e cuidar das necessidades domésticas. Elas constroem as cabanas, carregam a caça,

e acendem o fogo, o qual, como entre a maioria dos selvagens, é feito esfregando-se uma na outra duas espécies de madeiras. Assam-se as carnes na ponta de um espêto de pau. O sal é desconhecido dos índios e não é verdade que o substituam por uma espécie de barro; êste quando por acaso o comem, como fazem outros povos americanos, nada tem de salgado. As mulheres são tratadas como escravas e a única prova de amor que recebem de seus maridos são ferozes acessos de ciúme, durante os quais são bastante maltratadas, como o demonstram as profundas cicatrizes que se vêem em seus corpos. Cada homem tem tantas mulheres quanto deseje e possa alimentar, e a união, a que eu saiba, não é precedida de nenhuma solenidade. Os selvagens se exaltam muito quando encontram outro homem com suas mulheres, mas suportam, dizem, que elas fujam de casa para juntar-se a uma marido que as trate ou as alimente melhor. Cuidam pouco de seus filhos e êstes não sentem necessidade de tais cuidados. Entretanto, não se deve pensar que haja da parte dos índios inimizade ou indiferença, pelo menos durante a primeira infância dos filhos. Mas logo que o menino aprende a manejar o arco e a flecha ou que a menina pode carregar a caça, acender o fogo, etc., os pais não se preocupam mais com êles: deles se separam, ou a êles recebem, sem a menor demonstração de dor ou alegria. A permanência dos índios no mesmo lugar depende dos meios de subsistência que encontram e de suas guerras contra outras tribus ou contra os portugueses. Quando abandonam uma povoação deixam suas cabanas e levam com êles seus objetos dentro de um cesto, que as mulheres amarram à cabeça de modo a ficar suspenso às costas: é, assim, a nuca que suporta todo o pêso do fardo; elas carregam também as provisões, além de uma ou duas crianças. Os homens marcham à frente levando apenas o arco e a flecha. Os rios pequenos, regatos e riachos, são atravessados por cima de pontes constituídas de dois cabos de cipós bambos amarrados às margens. Essas pontes podem



ser vistas nos lugares mais frequentados, em que os colonos ou as tribus inimigas não as destruíram. Os selvagens marcham sobre um dos cabos, segurando outro com uma das mãos. Passam-se, às vêzes, meses inteiros sem uma parada de mais de poucas noites. É somente quando descobrem um recanto fértil, com abundância de caça e ao abrigo dos ataques do inimigo, que se estabelecem por algum tempo. Não se deve porém imaginar que as tribus permaneçam sempre reunidas: tais expedições e mudanças de habitação são deixadas ao arbítrio de cada um.

Embora o que acabamos de dizer, acêrca do aspecto físico, das habitações, da alimentação, das armas e utensílios dos selvagens, se aplique especialmente às tribus da costa oriental, que nos foi dado observar, parece que os índios das outras partes do Brasil, e principalmente do Rio Amazonas, pouco diferem dos que conhecemos. A êsse respeito, como em relação a muitos outros pontos, aguardamos com impaciência os relatórios dos senhores Spix e Martius. Os guaicurús, os índios cavaleiros do sul de Mato Grosso, constituem entretanto uma exceção bem marcada. O senhor de Eschwege, no seu "Diário do Brasil", reproduz informações muito interessantes do comandante de Nova Coimbra. O assunto é digno de novas pesquisas e de um novo exame. Os guaicurús parecem ser a única tribu a ter adotado o cavalo dos europeus; são nisso inteiramente semelhantes aos índios cavaleiros da América Espanhola e é certo que seus cavalos provêm também dos espanhóis, pois os primeiros portugueses que os encontraram já os viram montados. Suas armas são a lança, um pequeno tacape e pequenos arcos com flechas curtas. Não somente se tornaram êles perigosos, em terra, para os portugueses, mas, ainda, em suas frequentes incursões, perturbaram de tal modo as comunicações entre as províncias de São Paulo e de Cuiabá, através dos afluentes do Paraguai, que essas comunicações cessaram inteiramente. Muitas vêzes as frotas dos guaicurús transportavam de duzentos a trezentos guerreiros. A jul-

gar pela descrição de seu aspecto exterior, êsses povos parecem mais pertencer às tribus do Chile que às dos brasileiros ou guaraní e sua civilização parece mais avançada. As mulheres, dizem, vestem-se de algodão tecido por elas mesmas; acrescenta-se que os casamentos têm muito encanto e ternura. Êsses índios, que se reúnem em aldeias, dividem-se em três castas: a dos nobres ou chefes, a dos guerreiros e a dos escravos. Os prisioneiros de guerra e seus descendentes pertencem a esta última. Os escravos são bem tratados; não são obrigados a trabalhar, mas nunca os guaicurús misturam seu sangue ao deles. Diversas guerras introduziram, nessa classe, índios das tribus mais afastadas; afirma-se mesmo que aí se encontra uma espécie de homens chamados "cudinhos", que se fingem em tudo de mulheres. A língua dêsse povo apresenta a particularidade seguinte: as mulheres usam palavras diferentes das dos homens para designar os mesmos objetos.



## USOS E COSTUMES DOS ÍNDIOS

Os detalhes dêste primeiro caderno desta divisão, acêrca da vida doméstica e das necessidades dos selvagens do Brasil, mostram que há pouca variedade na sua existência e por conseguinte pouca matéria para descrições ou desenhos. Enquanto existem víveres, os homens, em geral, nada fazem; balançam-se na rêde ou preparam suas armas e o pequeno número de utensílios que possuem. As mulheres também, à exceção do preparo dos alimentos, pouco têm que fazer. Mas, vindo a faltar meios de subsistência, os homens vão à caça e as mulheres os acompanham, afim de trazer para a cabana os animais abatidos e as frutas por elas próprias colhidas. Após uma boa caça, ou um combate feliz, ou mesmo quando os índios se preparam para uma expedição dêsse gênero, em tôdas as circunstâncias enfim que os reúnem em grande número, verifica-se entre êles algo semelhante a uma festa. Os convivas são convocados ao som de um instrumento feito com a cauda do tatú canastra ou com um chifre de boi, e logo o embriagante licor da *chica* inspira-lhes uma espécie de excitação sombria, que se manifesta por cantos e dansas; mas êsses cantos e essas dansas são muito grosseiros e monótonos. Os índios colocam-se em fila circular, uns atrás dos outros; primeiramente os homens, a seguir, as mulheres, cada uma com suas crianças atrás de si, passando a mais velha destas os braços em tórno da mãe e a segurando bem forte, fazendo a segunda o mesmo em relação à primeira e assim as outras. E' nesta ordem que se movem lenta-

mente, em tórno de uma fogueira, dando um passo para a frente e um passo menor para trás, de modo a avançar muito lentamente. Quando percorreram, assim, um curto trajeto, correm precipitadamente a pôr-se de novo no lugar de onde partiram e recomeçam, em seguida, os mesmos passos. Ao mesmo tempo, executam, com a parte superior do corpo, com as ancas e com as mãos que juntam diante da parte inferior do torso, movimentos uniformes para ambos os lados. Acompanha êsse gênero de dança, se é que se pode chamar dança, um canto monótono que mais parece um uivo, pois repetem sem cessar as mesmas palavras e exclamações. O sentido dessas palavras varia de acôrdo com os motivos da festa. Assim os parecís, depois de um combate contra os botocudos, celebraram uma durante a qual repetiam sem parar: *ho, ho bugure ita najy!* o que quer dizer: *ho, ho, o botocudo foi vencido.* Tais festas, principalmente quando celebradas à noite, o que ocorre quasi sempre, provocam no europeu uma impressão que nada tem de agradável, e a maneira pela qual os homens exprimem sua alegria tem algo horroroso. Quanto mais esquentados pela *chica*, mais os seus uivos se fazem confusos e sonoros e mais as dansas e os movimentos do corpo se aceleram. Quando uma dessas festas precede uma expedição guerreira, os chefes aproveitam a oportunidade para excitar o ardor de seus companheiros com alocações apropriadas às circunstâncias. O maracá tem papel importante nessas festas; é uma cabaça vazia que se enche de pedras para se marcar a medida, agitando-a como uma matraca. Os selvagens do Brasil também possuem uma espécie de flauta para as mulheres. Às vêzes, as crianças e os rapazes divertem-se atirando ao alvo; êste quasi sempre se constitue de um braço ou de uma cabeça de um inimigo morto, erguido na ponta de uma vara. O jôgo chamado "tumarim" é mais pacífico: jogam-se com a mão longas flechas contra uma outra flecha espetada no chão. Outra solenidade consiste em duelos a pau, usados entre os botocudos



com o nome de *geacacica*; são motivados em geral, por questões de caça entre as hordas de uma mesma tribo, que se disputam uma certa extensão de território. Os duelos também ocorrem por questões surgidas entre membros de uma mesma horda, ou então por discussões entre marido e mulher quando os parentes desta tomam partido. O que alguns viajantes nos contam acerca de um rei dos botocudos e das grandes festas que se fazem por ocasião da perfuração dos lábios dos homens não passa de mediócrs invenções.

Em geral, as doenças são raras entre as tribus selvagens; os ferimentos são mais frequentes, principalmente nos olhos, atingidos pelos ramos ou espinhos das árvores. A medicina é, como se deve pensar, extremamente simplista. O remédio comum consiste em deitar na rêde e passar alguns dias sossegado sem se alimentar. Quando isso não basta para curar, o índio chama o pagé, a um tempo médico e feiticeiro. Os processos curativos por êste empregados consistem em fumigações, fricções, sangrias e ventosas. Suspende-se o doente de febre numa rêde, em cima de um braseiro, e, para fazê-lo transpirar pela fumaça, jogam-se nesse braseiro ervas frescas e galhos de diversas espécies. Deita-se na cinza quente o reumatizante; seu corpo é inteiramente esfregado e submetido a massagens; concomitantemente, assopram-lhe na bôca e no nariz e, às vêzes, o friccio-nam com saliva. Para as sangrias usa-se um pequenino arco e uma flecha de ponta de vidro ou de cristal, a qual tem o comprimento necessário para atingir unicamente o objetivo proposto. Raramente se erra o alvo, que é a veia. A ventosa é feita com um facão ou uma pedra afiada depois de chicotear com urtigas a parte a ser operada. Os selvagens conhecem pouco, pode-se dizer mesmo quasi nada, os remédios internos. Quando os métodos curativos comuns não dão resultado, êles recorrem à magia. Os índios, na sua maioria, acreditam nos maus espíritos que se encarnam sob diversas formas; são também de opi-

nião que os mortos voltam; mas tais superstições são mais frequentes entre os que se acham em relações com os colonos; porisso parece devam êles a seus vizinhos civilizados essas idéias, as quais, na realidade, constituem tudo o que se poderia qualificar, entre êles, de crença em sêres de uma esfera superior. Ademais, os pagés não gozam de grande consideração e não é raro ver os parentes se vingarem, no infeliz médico, de uma cura ou exorcismo que não tenha dado certo. Também se consultam os autores dêsses exorcismos acêrca do êxito da caça, da guerra, ou a respeito do melhor lugar para acampar a tribu, do número de inimigos e das intenções dêstes. Para responder a essas indagações, os pagés invocam os espíritos dos seus inimigos que são vistos apenas por êles. Vozes diferentes são ouvidas e, às vêzes, gritos de animais, enquanto, escondido atrás de um arbusto, o pagé interroga em voz alta e recebe a resposta. O entêrro dos mortos dá lugar a uma espécie de cerimônia fúnebre. Um chefe pronuncia algumas palavras e as mulheres berram lamentavelmente. Em certas tribus os mortos são enterrados sentados e suas armas colocadas no seu túmulo.

Já expusemos aos nossos leitores as relações domésticas e de família dos brasileiros, seus usos e costumes e as necessidades de sua existência; resta-nos agora analisar suas relações civís e políticas, se é que merecem tal classificação. A única espécie de laço político que se encontra entre os índios selvagens é o que se observa entre as diversas hordas e seus chefes, chamados pelos portugueses de "capitães". Entretanto, nenhum costume ou lei regula a autoridade dêsses chefes. Tão pouco é possível dizer algo acêrca do sistema de nomeação. O mais das vêzes, talvez mesmo sempre, ela se faz por eleição; pelo menos, até agora, nada se descobriu que permitisse pensar numa dignidade hereditária. Procedese, porém, à eleição sem nenhuma espécie de solenidade ou ritual. Parece, ao contrário, que se aceita como chefe, tácitamente, o mais ousado, o mais astuto e o mais



forte. Sua posição não lhe outorga, de resto, nenhuma vantagem; não percebe nenhum tributo e sua autoridade consiste nesse gênero de influência que por tôda parte alcançam os mais fortes, os mais sábios, os mais hábeis no manêjo do arco, na caça e na guerra. Èle é quem toma as medidas necessárias ao êxito da caça, aos ataques e às defesas empreendidos em comum; determina o momento de deixar o acampamento, bem como a direção a ser tomada pela horda, tanto para encontrar alimento como para escapar à agressão do inimigo.

A política do Govêrno do Brasil, como outrora a do de Portugal, consiste, em relação aos índios, em influir na escolha dos capitães, fazendo-a recair em indivíduos em que se observe a existência de alguma tendência civilizadora ou que demonstrem menor aversão e desconfiança para com os brancos. Para conseguir êsse fim procura-se, o mais das vêzes, levar o índio à cidade, onde é presenteado e bem tratado e donde volta para a sua tribu com o título de capitão. Mas nem sempre os índios confirmam, no seu pôsto, o chefe assim nomeado. Acontece, porém, que o contacto dos selvagens com os brancos lhes revela as vantagens resultantes de um chefe reconhecido por êstes, com relações de boa amizade e capaz, em caso de necessidade, de obter proteção e víveres para seus companheiros. E' inegável que se êsse sistema fôsse seguido com mais constância muito contribuiria para determinar os índios a se reunirem livremente em aldeias.

Muito mais difícil ainda se faz dizer com precisão qual o laço que une diversas hordas e qual a composição destas. Tais hordas são, por outro lado, a única coletividade conhecida dos índios; as que pertencem a uma mesma nação não são obrigadas por nenhuma espécie de dever a tomar parte numa ação comum. Entretanto, encontramos, na história primitiva dêsses povos, exemplos de movimentos gerais que permitem concluir pela existência, outrora, de um maior grau de civilização: assim, as mi-

grações dos aimorés para a costa e as dos tupinambás para o interior.

Já observámos que antes do descobrimento as hordas eram mais numerosas, menos nômades; por isso mesmo a autoridade e a consideração dos chefes eram muito mais extensas e melhor delineadas. Se, neste ponto, o estado atual dos índios só nos apresenta os restos de sua antiga ordem social, o mesmo se poderá dizer de seus costumes religiosos e de seus sacerdotes. É provável que na época do descobrimento os sacerdotes ou feiticeiros tivessem grande influência sôbre as tribus indígenas e formassem uma espécie de corporação, na qual só se era recebido após uma iniciação difícil. Os vaticínios dos sacerdotes eram temidos e todos procuravam sua proteção. E, por meio de inúmeras cerimônias, os guerreiros iam buscar neles inspiração e coragem. Os feiticeiros e médicos atuais dos índios não passam, ao que parece, de miseráveis sucessores dessa casta; devem ter compartilhado do destino do maracá, outrora emblema venerado do poder, que passou à posteridade sem simbologia precisa, sendo hoje empregado nas dansas e festas como instrumento de música, embora continue a ser usado, como objeto mágico, nos exorcismos e nas curas.

As relações entre as diferentes tribus são, em geral, de inimizade. E' fácil, porém, distinguir-se a hostilidade nascida de uma ofensa da hostilidade tradicional. No primeiro caso a hostilidade pode declarar-se entre hordas de tribus diferentes, por causa da caça ou outra razão do mesmo gênero, sem que as hordas mais afastadas das mesmas tribus dela tomem conhecimento ou participem. O mais das vêzes, essa hostilidade se extingue rapidamente. No segundo caso a guerra é de tal natureza que cada indivíduo da tribu vem a considerar os membros todos da outra tribu inimigos natos, possíveis presas que o destino lhe reserva. Persegue-os por tôda parte e mata-os quando pode e sem o menor motivo. E' o que ocorre entre os patachos e os boto-



cudos. Os membros de uma mesma horda ou de várias hordas reúnem-se para os grandes empreendimentos; o segundo tipo de reunião é, entretanto, mais raro. O toque de reunir é dado num chifre de boi ou instrumento semelhante, tanto quando se trata da defesa contra um ataque em previsão, como quando se trata de partir à procura do inimigo.

De ambos os lados, o ataque é acompanhado de gritos horríveis, de verdadeiros uivos. Tõda a arte militar consiste em se esconderem atrás das árvores, ao abrigo das flechas do inimigo, e lançarem contra o mesmo, e da melhor maneira, o maior número de setas. Raramente se atracam; pois para êsse gênero de combate os selvagens dispõem tão somente de seus pés, mãos e dentes, de que usam quando podem, de conformidade com suas fôrças individuais. Em perdendo alguns homens, uma das partes procura a salvação na fuga. Ao que parece, raramente se fazem prisioneiros e, mesmo quando surpreendem o inimigo nas suas cabanas, tudo é massacrado, sem distinção de idade ou sexo. Embora o tenham negado alguns viajantes, é fora de dúvida que os índios comem, às vêzes, a carne de seus inimigos; êsse hábito, entretanto, não é comum a tôdas as tribus e mesmo entre as que o praticam, como a dos botocudos, o fato ocorre demasiado raramente para que se possam considerar antropófagos, na acepção vulgar da palavra. A carne do inimigo não é por êles encarada como um alimento; é por ódio, ou na embriaguez da vitória, que a devoram. Como já o dissemos acima, os brasileiros empregam os membros de seus inimigos como alvo, nos seus exercícios com o arco. Há, na coleção de Blumenbach, em Goettingen, um crânio do Brasil ornado de plumas de um modo estranho; nada conhecemos nos costumes dos índios capaz de explicar êsse adôrno.

Como se vê, não existe até agora nenhum tratado que fixe as relações entre os índios selvagens e os portugueses ou, hoje

em dia, o govêrno brasileiro. Enquanto êsses povos não tiverem um chefe comum e um centro de reunião, não é possível pensar nisso e seria absolutamente inútil negociar com chefes isolados, pois nenhum deles tem o desejo ou o poder de observar as convenções; de resto, êsses diversos grupos são pequenos demais para que sua amizade possa ter importância. Há paz, hoje em dia, em verdade, entre os colonos e a maioria das tribus indígenas; entretanto, qualquer acaso pode perturbá-la. Não faz muito, as hostilidades contra os botocudos foram longas e pertinazes, persistindo ainda em inúmeros lugares. O que bem demonstra a falta de unidade entre as tribus é o fato dos botocudos do Rio Doce viverem em luta contra os colonos, enquanto os do Rio Belmonte, mantêm com êles relações amistosas. Os purís também cometeram nestes últimos tempos atos de hostilidade. Êles não têm, aliás, objetivos políticos; há, entre êles, um pequeno número de homens que sabe de uma maneira muito vaga, que seus adversários constituem um todo, um estado governado por um chefe comum. De costume, êles surpreendem plantações isoladas no intuito de pilhá-las ou de se vingar de alguma ofensa. Nessas ocasiões matam, sem distinção, todos os que lhes caem nas mãos e destroem tudo o que não conseguem consumir ou carregar. Parece, aliás, que não dão grande importância aos móveis e apetrechos dos colonos, e, à exceção dos facões e machados, nada se encontra entre êles, susceptível de ser considerado despôjo de tais pilhagens.

Como única medida de segurança contra êsses ataques, limita-se o govêrno a instalar, nos lugares mais expostos do país, ou naqueles em que a estrada atravessa a floresta, quartéis ou presídios; são geralmente simples postos, com alguns soldados, sob o comando de um sub-oficial. O mais das vêzes, tais postos não passam de miseráveis choupanas; os fuzís dos soldados acham-se em péssimo estado e sua principal defesa está no gibão de armas, blusa de couro, estofada de lá, que desce até os joelhos,



cobrindo o corpo, o pescoço, as coxas e as espáduas e os resguarda das flechas dos índios. Cada posto possui um ou mais gibões. Alguns índios civilizados participam, às vezes, da guarnição e não lhe faltam bons cães. Em geral, entregam-se vários desses postos ao comando de um capitão ou coronel. Quando os índios praticam algum ato de hostilidade em determinado lugar, ou quando, como acontece, atacam de surpresa um desses postos, para puni-los e amedrontá-los faz-se uma entrada. Reúnem-se alguns postos sob o comando do capitão do distrito e dá-se caça aos índios, atacando-os em toda a parte onde se encontrem. Procura-se de preferência surpreendê-los nos acampamentos e quando descobertos, são cercados durante a noite, e ao clarear o dia faz-se fogo, de todos os lados, contra os índios ainda adormecidos. Assim surpreendidos, os selvagens tentam escapar pela fuga. Em regra geral o soldado massacra tudo o que lhe cai nas mãos e só poupa as mulheres e crianças muito raramente, e assim mesmo quando cessa toda resistência, a qual é, não raro, obstinada. Os índios são avisados às vezes, da aproximação dos soldados pelos seus cães e porcos e fogem então todos, mulheres, crianças e os próprios homens.

Acontece também, nessa entradas, serem os soldados surpreendidos pelos selvagens, pois estes sabem preparar habilmente ciladas nos lugares mais favoráveis, desbastando a floresta o suficiente para lançar suas flechas com maior segurança, sem que possam entretanto ser vistos. Nessas ocasiões os soldados que não possuem gibões encontram-se numa posição tanto mais crítica quanto seus fuzis não valem nada. Em geral não são esses selvagens inimigos desprezíveis e é uma felicidade para os colonos reunirem-se êles tão raramente em grande número. Todas as vezes que o fizeram, os presídios foram de socorro insuficiente; viam-se forçados a se retirar para as grandes aldeias, com os colonos que deviam proteger, abandonando aos selvagens as plantações.

Mesmo que não se tenha uma idéia muito perfeita das florestas primitivas do Brasil, não é difícil convencer-se de que não se pode pensar em submeter essas tribus pela força; nenhum exército, por mais numeroso que seja, pode permanecer mais de alguns dias na floresta e o emprêgo da artilharia e da cavalaria é absolutamente impossível. As próprias armas de fogo dão aos soldados pequena vantagem, pois nas florestas é raro possa o tiro ser ajustado de bastante longe para que a flecha não alcance o atirador; por outro lado, a umidade faz falharem os fuzís, permitindo aos selvagens, entretanto, o uso do arco. Qualquer que fôsse de resto o resultado de uma tal guerra, o prejuízo dos colonos seria incalculável, ao passo que os selvagens nada têm a perder.

Tudo isso não impede que as tribus indígenas, em se reunindo, venham a tornar-se funestas aos estabelecimentos europeus e é de estranhar que o govêrno portuguez tenha tentado tão pouco para evitar êsse perigo, negligenciando o único meio que poderia não sòmente afastá-lo mas ainda transformá-lo em fonte de prosperidade pública. Êsse meio só pode existir na civilização dos índios, levada a efeito prudentemente e por etapas; conviria arrancá-los, pouco a pouco, à existência errante dos caçadores e acostumá-los às habitações fixas e à agricultura. Em verdade, o govêrno portuguez, desde meados do século XVII, decretou várias leis e regulamentos, afim de alcançar êsse objetivo, e essas leis honram as suas boas intenções; mas elas foram concebidas, em grande parte, sem conhecimento de causa e, em sua maioria, não foram executadas. O estado dos índios ditos civilizados (índios mansos), do mesmo modo que os relatórios imparciais e redigidos por homens a par do assunto, demonstram, à evidência, que até agora pouco ou nada foi feito para dar realidade às boas intenções do govêrno. De acôrdo com as leis existentes, e por ordem do govêrno que para êsse fim tem gasto somas consideráveis, inúmeras hordas de índios de tôdas as



tribus, e muitas vêzes tribus inteiras, resolveram aceitar presentes e, confiando em promessas, foram levadas a abandonar as florestas e a se reunirem em aldeias, nas terras assinadas pelo govêrno. Afim de prover por todos os meios possíveis ao bem estar físico e moral dêsses selvagens, punham-se à frente das aldeias um diretor e um eclesiástico. Não cabe aquí pormenorizar o destino da maioria dêsses estabelecimentos. Mas é certo que diretores e eclesiásticos desviavam, muitas vêzes, as importâncias que lhes eram confiadas e, assim, os índios se viam, pouco a pouco, levados para um estado que em quasi nada differia do da escravidão, porquanto êsses diretores e eclesiásticos os faziam trabalhar para si próprios e os tratavam duramente. Nessas circunstâncias, não é de estranhar que nada se tenha feito, nem podido fazer, em benefício da instrução religiosa dos índios e que êstes, sempre que isso lhes foi possível, tenham fugido para a floresta. Acrescente-se, para bem entender a situação, o fato de não passarem os colonos, com os quais os índios estão em relações, não sòmente de homens grosseiros mas, muitas vêzes, de verdadeiros criminosos que procuram fugir ao império da lei, nas mais longínquas regiões da colônia. Por isso, êsses colonos, longe de favorecer os desígnios do govêrno, tornam os selvagens cada vez mais hostís e desconfiados, tanto pela má fé com que agem como pelos maus tratos que lhes inflingem. Pelo que fêz em prol da civilização dos índios, o coronel Marlier merece menção especial. Fundou várias aldeias de coroados, de coropós e de purís, na província de Minas Gerais; e essas aldeias prometem uma prosperidade muito maior que a maioria das outras. A tentativa de juntar aos índios selvagens alguns índios já civilizados, ou da mesma tribu ou de tribus aliadas, parece ter dado bom resultado. Até agora, entretanto, os índios mansos não parecem differir muito dos índios selvagens; usam, porém, pelo menos nas solenidades, calças largas e camisolas; alguns têm chapêus de palha. As mulheres possuem vestidos de

chita de côres vivas; as cabanas são um pouco maiores e melhor construídas; em vez de machados de pedra têm machados de ferro; cultivam um pouco de milho, bananas, abóboras e outras cousas semelhantes. Quando suas provisões e suas colheitas se acham consumidas, partem para caçar nas florestas, e muitas vezes só voltam depois de várias semanas. Trazem então cera, raízes de ipecacuanha e algumas espécies de goma que vendem aos colonos ou aos negociantes; mas para eles, tal comércio se torna um motivo de maus tratos e de embustes, porque não sabem resistir à sua predisposição pelas bebidas alcoólicas. O mesmo acontece muitas vezes aos que se empregam como carnaradas junto aos colonos.

Além do diretor europeu, cada aldeia tem seu capitão, cuja autoridade depende em grande parte dêsse diretor. Em muitas aldeias verificam-se conflitos entre índios que não esqueceram ainda suas inimizades tribais. Todos os índios mansos são batizados, mas é evidente que a isso se limita o seu cristianismo. Vão à missa, quando sabem que depois terão comida e bebida, e consideram essa obrigação como um trabalho feito em proveito dos brancos. Seus usos e costumes não são muito diferentes dos de seus irmãos das tribus selvagens, principalmente quando abandonaram há pouco a sua vida primitiva. A civilização, nesse primeiro grau, não parece exercer uma influência favorável sôbre o seu caráter: longe de fazê-los perder a ferocidade sombria de seu primeiro estágio, o constrangimento imposto torna-os mais melancólicos ainda e menos sociáveis, e seu ódio contra os brancos se manifesta tôdas as vezes em que eles imaginam poder expandir-se sem perigo de punição. Os maus tratos, tão a miúdo recebidos, e a que ainda se vêm expostos, impressionaram-nos demasiado profundamente para que possam ser apagados pelos favores isolados de alguns indivíduos. Seus verdadeiros sentimentos para com os brancos revelam-se, principalmente, quando estão esquentados pelo alcool. Proferem então violentas impre-



cações, mesmo contra aqueles que lhes fizeram unicamente benefícios. Basta dizer que o próprio coronel Marlier foi vítima dêsse ódio, um dia em que dava aos índios uma festa, numa aldeia por êle fundada. E' inútil prodigar-lhes os cuidados mais delicados quando estão doentes, é inútil fornecer-lhes alimentos e bebidas quando estão na miséria; abandonam o benfeitor sem o menor sinal de reconhecimento. Os índios apresentam-se mais favoravelmente na vizinhança das grandes cidades, quando já abandonaram a vida selvagem há várias gerações e se misturaram com outras raças e onde, finalmente, pouco divirjam das classes inferiores da população. Entretanto, a mistura do sangue americano com o sangue branco é raro; as índias são pouco atraentes e jamais uma mulher branca aceitaria unir-se a um índio. Parece que nos primeiros tempos do descobrimento e da conquista os europeus procuravam mais a miúde as americanas, ou porque não tivessem mulheres brancas ou negras ou porque fôsem, então, as índias mais atraentes. E' muito comum ver descendentes de negros e índias, pois estas preferem os negros aos homens de sua raça. Os índios, ao contrário, desprezam os negros e se sentiriam deshonrados com manter relações com uma negra.

## USOS E COSTUMES DOS ÍNDIOS

O Rio de Janeiro é, sob muitos aspectos, um dos lugares mais interessantes do Novo Mundo. E' talvez aquele que, pelo seu aspecto material e moral, apresenta maiores garantias de um rico porvir, aquele que contém maiores probabilidades de glória e de domínio. E' o mais belo pôrto da terra, situado num país que produz tudo o que as necessidades físicas do homem exigem, tudo o que o Estado pode precisar da natureza para a sua prosperidade. Essa cidade contém uma população a que não falta nenhuma das qualidades intelectuais ou físicas necessárias para gozar os dotes de uma natureza tão pródiga. Compare-se o aspecto atual do Rio de Janeiro ao que êle apresentou aos que os descobriram em primeiro lugar, e logo se há de convencer de que em nenhum ponto da América a colonização operou tão grandes transformações; em lugar das espêssas florestas primitivas, e de algumas cabanas habitadas por selvagens nús, encontra-se hoje em dia uma cidade imperial populosa, animada pela atividade do comércio mundial, imponente pelo esplendor que lhe emprestam as cerimônias do culto católico e os seus edifícios, e revelando, na sua Côrte, todo o brilho das Côrtes da Europa. E embora algumas cidades da América Espanhola, como a do México, possam ser comparadas ao Rio de Janeiro, pela população e extensão, não se deve esquecer que nelas os conquistadores europeus já encontraram as criações de uma antiga civilização e destruíram muito mais do que edificaram.



O México de hoje é apenas uma sombra do que foi sob Montezuma. Aliás nenhuma dessas cidades pode ser comparada ao Rio de Janeiro, do ponto de vista comercial, e nem tem êsse brilho que uma cidade só pode auferir da presença de um príncipe e que, abstração feita das consequências políticas, influe consideravelmente no modo pelo qual um país se apresenta aos olhos do artista.

Diante da baía do Rio de Janeiro, considerando-se tão somente o mapa, difícil se torna compreender porque motivo não escolheram os primeiros conquistadores do país êsse ponto, de preferência, para o seu estabelecimento. Martim Afonso de Sousa que, em 1531, descobriu a baía do Rio de Janeiro e lhe deu nome, deixara-a para ir mais ao sul fundar uma feitoria em São Vicente, e os primeiros europeus a se estabelecerem na baía do Rio de Janeiro foram os protestantes franceses. Sob o comando de Villegaignon para aí vieram em 1555, à procura de um refúgio contra as perseguições e violências a que sua religião estava sujeita na sua pátria. Os chefes mais poderosos dos Huguenotes franceses, principalmente o almirante Coligny, protegiam a emprêsa; entretanto, a princípio, o êxito pareceu duvidoso. Discórdias surgiram entre os colonos e Villegaignon, seu chefe, voltou para a França; foi esquecer sua dor e sua vergonha no castelo de seus antepassados, em vez de trazer, como prometera, socorro para seus companheiros. Êstes o estigmatizaram com o apelido de "caim americano". O nome da pequena ilha, onde êle ergueu sua fortaleza, é a única lembrança que ainda resta dêsse primeiro fundador do Rio de Janeiro. Depois da partida de Villegaignon, a colônia francesa começou a prosperar, muito contribuindo para isso a amistosa atitude que soube manter para com os habitantes primitivos dêsse pedaço da costa, os tupinaés. A prosperidade dessa colônia não podia deixar de chamar a atenção dos portugueses e, em 1560, diante do relatório dos jesuítas, que souberam dar ao assunto a devida

importância, foi decidida a expulsão dos franceses. Isso, porém, só foi possível em parte; a ilha de Villegaignon foi tomada, com efeito. Mas os colonos, em sua maioria, encontraram na costa, entre seus amigos tupinaés, um refúgio seguro. Foi somente em 1564 que Estácio de Sá e Salvador Correia de Sá conseguiram expulsar completamente os franceses. O último fundou a capital do Brasil no lugar em que se encontra atualmente e deu-lhe o nome de São Sebastião do Rio de Janeiro.

Refletindo-se sobre as consequências que poderia ter tido, para as duas partes do mundo, a formação, no Brasil, de uma colônia francesa protestante, pode-se estranhar a indiferença com que os chefes do protestantismo em França abandonaram a empresa à sua própria sorte; no entanto, tinham eles homens como Sully e Coligny. Isso constitui mais uma prova de que raramente os germes dos acontecimentos futuros são semeados com conhecimento de causa e reflexão.

Estabelecendo-se os portugueses na baía do Rio de Janeiro, essa colônia se tornou, dentro em pouco, uma das mais importantes do litoral do Brasil; foi, primeiramente, a capital da parte meridional e, mais tarde, de todo o país. Entretanto, nas circunstâncias comuns, os progressos de uma cidade comercial apresentam poucos pontos salientes ao historiador; a capital atual do Brasil é também muito pobre em recordações históricas, recordações que, numa obra como a nossa, não devem ser esquecidas, pois ninguém há de contestar sua influência na impressão que produz o aspecto de um país sobre o observador. Desse ponto de visto do Rio de Janeiro é menos bem dotado ainda do que muitas outras cidades do Brasil, como Pernambuco, por exemplo. Esta última, pelo menos, pode evocar os feitos e gestos da época das guerras sustentadas contra os holandeses e pela liberdade, dignos de ser citados ao lado dos mais brilhantes de todas as épocas e de todas as nações.



O único acontecimento que merece uma menção especial, na primeira parte da história do Rio de Janeiro, é a expedição do herói da marinha francesa Duguay Trouin. A facilidade de sua conquista teve, pelo menos para a cidade, o resultado vantajoso de provocar a construção de novas fortificações, afim de evitar-se a repetição de semelhantes ocorrências. Aliás, esta expedição não foi, absolutamente, o resultado de um plano previamente estabelecido pelo govêrno francês; não se tratava de renovar as tentativas de colonização do Brasil. Os objetivos eram apenas a pilhagem e a vingança a um insulto recebido anteriormente: atacando, na baía, alguns navios portugueses, o capitão de um navio francês fôra feito prisioneiro e, a despeito da capitulação, morto com a maioria dos seus. Tanto para vingar essa violação do direito das gentes como para levar a cabo uma emprêsa cuja primeira tentativa, embora malograda, mostrava quão fácil podia ser, Duguay Trouin apareceu a 11 de setembro de 1711 à entrada da barra, reduzindo logo ao silêncio as baterias do pequeno forte que nessa época a defendia; penetrou em seguida na baía e tomou a Ilha das Cobras, situada em frente da cidade, a pequena distância. Daí intimou o governador Francisco de Castro a capitular; mas êste deu uma resposta cheia de dignidade. Duguay Trouin, durante a noite e em meio a uma horrível tempestade, despejou sôbre o Rio de Janeiro um fogo violento e contínuo e suas tropas puderam desembarcar. Após uma resistência bastante séria, os habitantes evacuaram a cidade e fugiram para as florestas vizinhas, enquanto o governador, juntamente com a guarnição, se entrincheirava fortemente nas cercanias. Entrementes, os franceses ocuparam e pilharam a cidade; em seguida, a pequena distância desta, deram combate com vantagens à guarnição, obrigando o governador a comprar sua retirada mediante uma contribuição de 1.525.000 francos, importância obtida em uma quinzena. Permitiu-se, em seguida, aos habitantes ricos do Rio de Janeiro, readquirirem suas casas

e suas mercadorias e, após uma estada de quatro semanas, Duguay Trouin deixou a cidade com despojos avaliados em 27 milhões de francos. E' verdade que muitos de seus navios se perderam, posteriormente, numa tempestade, mas, ainda assim, o benefício da emprêsa foi de 95 % para os interessados. O Rio de Janeiro restabeleceu-se, ràpidamente, do desastre sofrido nessa ocasião e o século XVIII acabou sem que se verificassem, no estado civil ou comercial da colônia, nem no Brasil em geral, modificações importantes. As circunstâncias que, em princípios do século XIX, forçaram a Casa de Bragança a procurar refúgio no Novo Mundo, contra os exércitos de um conquistador favorecido pela vitória e talvez, também, contra a perigosa proteção de um aliado demasiado poderoso, foram de enorme importância para o Brasil e, principalmente, para o Rio de Janeiro. E' em 1808 que começa realmente a história do Brasil e do Rio de Janeiro; e se desde então não houve grandes acontecimentos, vitórias ou derrotas sangrentas, susceptíveis de atrair para o país a atenção de observadores superficiais, as modificações que ocorreram no estado intelectual e material da antiga colônia, e principalmente da capital, são da mais relevante importância. Os últimos acontecimentos, que tiveram por resultado a separação do Brasil de Portugal, influíram menos na situação interna da colônia que na política geral. Com efeito, quasi não se pode considerar, isso que se chama emancipação do Brasil, como uma modificação na situação do país, pois não teve por fim senão a conservação e a legalização de uma ordem de cousas existente, de fato, há muitos anos. Tendo a Casa de Bragança, em 1808, transferido o trono para o Rio de Janeiro, o Brasil deixou de ser uma colônia de Portugal e, enquanto êste caía em plena decadência, colocou-se entre os Estados independentes. A revolução de 1821 ia libertar a Metrópole desta triste situação, porquanto determinou a volta do rei à sua antiga capital. Mas, concebe-se difficilmente como os autores do movi-



mento puderam acalentar a idéia louca de que o Brasil seguiria o impulso dado à mãe pátria por um partido pouco numeroso; não se compreende como puderam acreditar que êste país quisesse ou pudesse descer novamente à situação de colônia. A marcha dos acontecimentos tornara o retrocesso impossível e o destino entregara a direção dos negócios públicos a um príncipe jovem, o qual, sem atentar para as minúcias, soube apreciar num relance sua própria posição e colocar-se à frente dos sucessos. Sob a direção de D. Pedro, êste país continuou sua marcha pela nova estrada e não seguiu a orientação que a Metrópole tentou dar-lhe; de maneira que se pode dizer, com muito mais razão, que Portugal se desmembrou do Brasil do que o Brasil de Portugal. Ademais, essa revolução revela-se de tal modo resultante inevitável das relações anteriores, e das fôrças preexistentes, que não é possível absolutamente qualificá-la de surpreendente ou inesperada. A única cousa notável está na felicidade com que a política européia soube, nessa ocorrência, conciliar a marcha invencível dos acontecimentos com as pretensões decorrentes de direitos reconhecidos e de princípios proclamados.

Basta comparar o número de habitantes no Rio de Janeiro em 1808, com o de agora para compreender a influência que teve sobre a cidade a chegada da Côrte de Portugal. Em 1808, o Rio tinha, no máximo, cinquenta mil habitantes e o número de brancos era, sem comparação, muito inferior ao de pretos. Hoje, a população é de cento e dez mil almas e a desproporção entre negros e brancos muito menor, pois, desde então, se estabeleceram na cidade mais de 24 mil portugueses, sem contar grande número de estrangeiros, principalmente ingleses e franceses, atraídos pela abertura dos portos do Brasil aos pavilhões de outras nações. Desde a chegada de João VI ao Rio, o govêrno português fêz várias tentativas louváveis para introduzir no Brasil, além das instituições civís, os estabelecimentos de ins-

trução pública da Metrópole. Não nos cabe julgar se a importação da administração portuguesa, com todos os seus defeitos, será vantajosa para o país e se, mais cedo ou mais tarde, uma reforma total se tornará necessária; o que é certo é que os diferentes estabelecimentos de educação pública, criados, em sua maioria, no Rio, com grandes sacrifícios e despesas, estão longe de corresponder à sua finalidade e ao objetivo que tiveram em vista seus fundadores. Não se deu a devida importância à instrução primária das classes baixas e médias da sociedade, e os que, nas classes elevadas, sentiam a necessidade de uma instrução mais completa, nem porisso encontraram maiores recursos; continuaram mais ou menos obrigados a ir adquiri-la em Coimbra, ou mesmo na Inglaterra ou na França.

Parece fora de dúvida, de resto, que a criação, no Brasil, na situação atual, de uma universidade pròpriamente dita, é absolutamente necessária. E' de esperar que a realização dêsse projeto livre os viajantes futuros da dificuldade de nomear os estabelecimentos existentes, tais como a Academia de Belas Artes, a Academia Militar, a Biblioteca dos Carmelitas, etc., sem o acréscimo de um único elogio. O curso de cirurgia, em que são formados cirurgiões secundários, e o curso de comércio, em que se dão aos jovens negociantes os conhecimentos de que necessitam, são, sem dúvida, muito mais úteis. O único estabelecimento clássico é o Liceu, onde o Grego, o Latim e a Retórica são antes ensinados do que aprendidos.

O que acabamos de expor demonstra que os processos da civilização no Rio de Janeiro, durante os últimos 18 anos, são principalmente o resultado das inúmeras relações comerciais com as nações européias. Essa civilização tem um caráter estrangeiro e se mostra na vida social, nas variações e no desenvolvimento do luxo e das necessidades e, finalmente, nas classes elevadas, no desejo sempre crescente de cultivar, de uma maneira mais completa, as suas faculdades intelectuais. Essa civilização



se manifesta muito mais em tôdas essas cousas do que na existência de conhecimentos aprofundados ou na sua aplicação às diferentes artes, ofícios, manufaturas, agricultura, etc. Nestes ramos de atividades ainda existe grande atraso no Rio de Janeiro, por isso o comércio da cidade consiste em geral na exportação de matérias primas, fazendo-se vir da Europa quasi todos os produtos manufaturados. Mas não se deve duvidar de que os esforços do govêrno para introduzir no Brasil algumas das manufaturas mais necessárias ao país, tais como as exigidas pelo exército e a marinha, alcancem finalmente o êxito que se espera. Deve-se dizer, em louvor da nova geração brasileira, que ela é dotada de uma boa vontade incomensurável e deseja, ardentemente, adquirir os conhecimentos cuja falta sente tão vivamente; os progressos realizados, em todos os ramos da ciência, pelos brasileiros que se encontram em Londres ou Paris, são uma promessa de realizações importantes no futuro.

E' de bom tom, na alta sociedade, imitar os costumes ingleses; mas êstes são tão contrários à vivacidade dos habitantes e mesmo ao clima, que uma tal preocupação só pode provocar uma impressão desagradável no estrangeiro imparcial. Êste não pode deixar de se sentir chocado ao deparar, no meio de uma nação tão grande e tão original, com as mesquinhas, as bobagens e os preconceitos da alta sociedade européia e, principalmente, inglesa. Assim, por exemplo, nenhum aspecto agradável apresenta ao artista o transeunte que, como é aquí de praxe, atravessa o Passeio Público vestido à última moda de Paris ou Londres. Os eclesiásticos, principalmente os que pertencem a uma ordem monástica, ocupam, na sociedade, um lugar de relevo, que, em geral, merecem, tanto pela sua conduta como pelos seus conhecimentos, relativamente muito maiores que os dos outros.

No Brasil, como na Metrópole, a literatura francesa do último século teve grande influência na educação das classes ele-

vadas e permanece, ainda agora, a única literatura mais ou menos conhecida dos brasileiros e portugueses, tanto nas obras originais como através de traduções. Isso é tanto mais estranho quanto o número de ingleses estabelecidos no Rio é muito mais considerável que o de franceses; por outro lado, o comércio propagou o conhecimento do inglês muito mais que o do francês, e os costumes ingleses também encontram maior número de imitadores. Não cabe aqui analisar a influência possível dos últimos acontecimentos sobre as instituições civis e a marcha da civilização no Brasil, nem a que ponto ocorrências futuras possam vir a modificá-la, imprimindo-lhe outra direção. Se, por um lado, os hábitos sociais das classes elevadas do Rio de Janeiro não fornecem ao pintor maior número de traços característicos que os comuns às grandes cidades da Europa, por outro, é o artista fartamente compensado pela diversidade bulhenta das classes inferiores. Aqui se encontra a raça africana com tôdas as suas degenerações; é ela notável, tanto pelo colorido marcado como pelo número de indivíduos, o amor às côres variegadas, os cantos por meio dos quais os negros se encorajam no trabalho e finalmente as barulhentas expressões de sua alegria. Isso resalta ainda mais o caráter sombrio dos índios que aparecem no mesmo quadro, na qualidade de barqueiros, pescadores ou tropeiros. Aliás, vêem-se, no Rio, muito poucos índios selvagens verdadeiros, e sua aparição chama a atenção dos próprios habitantes. O largo mais movimentado é o Largo do Paço, em frente do Palácio Imperial, no cais de desembarque: aí se reúnem, principalmente à noite, homens de tôdas as condições, de tôdas as nações e de tôdas as côres. Os trabalhos de carga e descarga dos vapores, e o Palácio Imperial com sua pompa militar, muito contribuem para dar ao quadro viva animação. Há um costume chocante, aqui, que me parece tão contrário às idéias de um príncipe esclarecido quanto ao grau de liberdade civil a que pretendem seus súditos: cada vez que o Imperador passa de car-



ruagem, os que o encontram descem da sua e o povo se põe de joelhos. E' um traço característico, dos costumes públicos dos habitantes do Rio de Janeiro, o grande número de festividades religiosas e de procissões, e a alegria barulhenta com que são celebradas, principalmente entre as classes inferiores e nos bairros de Mata-Porcos, Gamboa e Valongo, onde se acompanham de fogos de artifício, música e dansas.

Os habitantes do Rio são, em geral, sóbrios no seu modo de viver e os da classe média ou abastada são os que mais se distinguem por essa qualidade. Sua alimentação é simples e se compõe principalmente de frutas, legumes e queijo. Sua sobriedade é igualmente notável em relação às bebidas alcoólicas, embora isso se aplique menos às classes inferiores, para as quais, em verdade, os vinhos generosos e a aguardente de cana são necessários até certo ponto, pois, de outro modo, os alimentos pesados, que constituem sua alimentação principal, mandioca, milho, feijão e carne sêca salgada, lhes seriam nocivos. Raramente se encontram bêbedos, mesmo entre os brasileiros da mais baixa categoria; tais excessos são mais frequentes entre negros e índios (4). O que prova melhor que as palavras que os habitantes do Rio adotaram um gênero de vida de acôrdo com o seu clima, é a excelência do estado sanitário. As doenças endêmicas e epidêmicas são completamente desconhecidas, o que é tanto mais espantoso quanto, na vizinhança da cidade, os pântanos do Saco do Alferes ocupam grande extensão de terreno e, em geral, a limpeza das ruas deixa muito a desejar, a ponto de se verem, nos lugares mais frequentados, às vêzes durante dias inteiros, cães, gatos e mesmo outros animais mortos.

---

(4) Diremos, uma vez por tôdas que, por brasileiros entendemos os brancos nascidos no Brasil ou os habitantes cuja côr se aproxima do branco.

## USOS E COSTUMES DOS ÍNDIOS

Um europeu que só tenha visitado no Brasil as cidades marítimas, que conheça apenas os ricos proprietários, os empregados ou o povo das cidades, não deveria arrogar-se o direito de se pronunciar acêrca do país e de seus habitantes. E' o que acontece, entretanto, o mais das vêzes, e não raro emitem-se opiniões ou juízos igualmente inexatos e parciais. A única cousa que permite constituir uma opinião sadia e meritória é a longa permanência no interior do país, a frequência habitual e familiar da parte da população que se dedica à agricultura, isto é, os colonos. Dêsse ponto de vista, podemos recomendar a todos os que desejam conhecer a situação real do Brasil, o excelente livro do inglês Koster. Passou êle vários anos no interior da província de Pernambuco. Os limites de nossa obra e o objetivo que nos propomos só nos permitem ventilar êsse ponto de um modo geral.

E' fácil compreender que o gênero de vida, os costumes, a posição social do colono brasileiro variam de acôrdo com o seu grau de bem-estar. Mas o gênero de ocupação exerce, ainda, uma influência maior; essa ocupação consiste, em geral, ou na criação do gado ou na agricultura e seus diferentes ramos. A condição do colono também é mais ou menos modificada pela distância que separa sua propriedade da costa, das grandes cidades e das estradas frequentadas.



Pode-se admitir que os colonos mais considerados são os senhores de engenho; de um lado, porque suas plantações se encontram, em geral, na vizinhança da costa, nas regiões onde a população é mais densa, nos lugares onde a cultura é mais antiga; de outro, porque elas exigem maiores despesas com instrumentos, móveis e escravos. Entretanto, encontra-se entre elles menos originalidade e menor simplicidade de costumes que entre os colonos do interior, pois, na sua maioria, vivem, nas cidades marítimas, com um luxo europeu. Ordinariamente tira-se um triplo rendimento das fazendas de cana. Em primeiro lugar, parte da propriedade é formada por grandes florestas que fornecem a madeira, de consumo sempre considerável; outra parte é destinada à plantação pròpriamente dita; uma terceira divisão é especialmente reservada à cultura dos cereais e das árvores frutíferas de tôda espécie com que se provê à alimentação dos habitantes da colônia. Finalmente, além dessas três secções, ainda existe uma especialmente afetada aos escravos. Com tudo isso, sobra quasi sempre uma vasta extensão de terra sem nenhuma cultura, pois, quando as fazendas são grandes, poucos colonos há que possuam número suficiente de escravos, ou sejam bastante ricos para explorá-la por inteiro. Pelo mesmo motivo acontece formarem-se novas plantações, dentro da fazenda, abandonando-se as antigas, que retomam seu aspecto selvagem. Isso se faz principalmente quando a terra principia a se esgotar, quando seu rendimento já não é tão abundante. No futuro, em crescendo a população, far-se-á sem dúvida necessário que o camponês brasileiro aprenda a economizar suas terras e a fortalecê-las artificialmente.

São, em geral, as seguintes as construções do engenho: residência do proprietário ou administrador, com uma pequena cocheira para os cavalos de sela; cabanas dos negros, quasi sempre enfileiradas em linhas iguais dos dois lados da casa e formando uma espécie de pátio; moenda, alambique e casa de purgar.

Quanto a estas, raramente acontece que se reúnam sob o mesmo teto. As grandes plantações têm, quasi tôdas, uma capela particular e tôdas devem ter um lugar especialmente reservado ao culto. O cêpo a que se amarram os negros recalcitrantes achase quasi sempre na casa do alambique. As fazendas com trinta ou quarenta escravos e mais ou menos o mesmo número de cavalos e bois são consideradas importantes; mas as de primeira ordem têm pelo menos oitenta negros. Não é necessário tão grande número de construções nas fazendas em que só se cultivam a mandioca, o milho, o feijão e o algodão; os trabalhos são aí mais simples e os produtos, à exceção do algodão, tomam menos lugar. Nelas há apenas uma residência para o colono e sua família, cabanas para os negros, cocheiras e um rancho para abrigar da chuva as ferramentas e as colheitas, bem como os animais de carga e os escravos dos viajantes. Acrescente-se ainda uma pequena moenda para a mandioca e ter-se-á o necessário à montagem de uma fazenda dêsse gênero. Os materiais são fornecidos pela floresta no meio da qual se encontra a maioria das fazendas. Os edifícios formam vários pátios inteiramente cercados de muros dentro dos quais se prendem o gado e os carneiros. Bem próximo da casa e em tórno dela, há campos e jardins que fornecem legumes e frutas aos habitantes. A operação que consiste em cortar e queimar a floresta para formar uma plantação nova chama-se roçada; a plantação chama-se roça e o colono roceiro. O maior cuidado do roceiro deve ser o de aproveitar o momento do ano em que convém queimar a floresta e preparar a terra afim de não deixar passar a época de semear e plantar. Uma vez preparada a terra, não há, em geral, mais nada a fazer até a colheita, a não ser, entretanto, a estirpação das ervas daninhas. O colono reserva para si, pessoalmente, o encargo de fiscalizar os escravos e, como suas propriedades são, o mais das vêzes, muito vastas, essa ocupação basta para absorver-lhe grande parte do dia.



Em geral, não há nada mais simples do que o gênero de vida de um roceiro, nem nada mais falso do que as idéias que se têm na Europa acêrca da ociosidade e da sensualidade de um colono brasileiro, idéias que provêm, tôdas, das narrativas trazidas das ilhas orientais e do Surinam. Julgando-o apenas pelo interior de sua residência, pelas suas vestimentas e pela sua alimentação, o europeu teria dificuldade em acreditar que a maioria dêsses colonos é abastada e que muitos deles são mesmo ricos. A casa do colono abastado tem apenas um andar: as paredes são de taipa e algumas vêzes caiadas. Os alicerces, que se erguem a mais ou menos dois pés acima do solo, são formados de blocos de granito bruto. O telhado, recoberto de largas telhas convexas, ultrapassa de oito a doze palmos os muros do edifício e é suportado por vigas de madeira. Em tôrno da casa, estende-se uma varanda que lembra as casas dos camponeses de alguns cantões suíços. A porta é um pouco mais alta do que o chão e a ela se accede por alguns degraus. Entra-se, primeiramente, em uma grande peça que serve, em geral, de sala de jantar para todos os moradores da casa. Atrás dessa sala acha-se a cozinha, verdadeira habitação dos escravos domésticos que se reúnem em tôrno de um fogão muito baixo. Dois quartos se abrem, em geral, à direita e à esquerda, da primeira peça; um pertence ao dono da casa e o outro se destina aos hospedes. Ao lado da cozinha, e no canto da casa, há um quarto reservado às mulheres, com saída para a varanda, a qual forma aí um compartimento separado. Há também um oratório reservado ao culto doméstico, o mais das vêzes colocado na varanda, no outro ângulo da casa. A cozinha comunica com o jardim por uma porta de serviço e uma escada. As portas e as janelas são grandes, de madeira muito pesada; não há vidraças. Os móveis se reduzem, comumente, a grandes baús nos quais se guardam as vestimentas e as roupas e que servem, ainda, muitas vêzes, de assento ou de leito. Há, também, grandes mesas. E sòmente num dos

quartos laterais se encontram, assim mesmo raramente, móveis mais elegantes, espelhos, etc. O soalho, bem como o teto, reveste-se de esteiras de palha; os escravos as trançam, sendo em seguida pintadas de côres vivas, o que as torna de um aspecto muito agradável.

A indumentária do homem consiste em uma camisa de algodão e uma calça do mesmo tecido. Andam descalços, embora com grandes tamancos muitas vezes munidos de esporas, de modo a estarem sempre prontos para montar a cavalo, pois é raro que o colono faça a pé o mais curto trajeto. No interior da residência as senhoras usam apenas um camisolão de algodão branco e, em chegando um estrangeiro, envolvem-se em um grande chale do mesmo tecido.

A alimentação do colono é igualmente simples. Começa-se a refeição, em geral à tarde, com farinha de mandioca e laranjas; em seguida servem-se feijões pretos com toucinho ou carne salgada. Acrescentam-se, às vezes, ao cardápio, galinha e arroz. A sobremesa consiste em queijo e frutas. A água é a bebida comum. Essa frugalidade é natural, pois, quando se recebem estrangeiros ou nas grandes ocasiões, não faltam pratos finos, nem vinhos da Europa, nem outras guloseimas. Recebem-se os viajantes mesmo quando não são conhecidos. O dono da casa faz-lhes companhia, entretém-se com êles e, saudando-os, os convida a beber. Depois de satisfeitos, senta-se êle próprio à mesma mesa, com a sua família, para fazer sua frugal refeição de todos os dias. Nas fazendas maiores a comida dos escravos é feita em separado, mas onde êles são menos numerosos, e principalmente nas plantações longínquas do país, os senhores comem patriarcalmente à mesma mesa que os escravos.

Os colonos brasileiros, sobretudo quando gozam de alguma consideração, são muito cerimoniais para com os estrangeiros, sobretudo nas suas relações sociais; têm a amabilidade bulhenta e verbosa dos portugueses. E' verdade que os oferecimentos de



préstimos, com que cumulam o estrangeiro, não passam de fórmulas vãs, principalmente nos lugares onde as visitas são frequentes; mas seria injusto ver nessa atitude uma simples hipocrisia. Muitas vêzes cumprem êles suas promessas muito mais do que seria de esperar, após tamanhos exageros.

Embora o gênero de agricultura do Brasil exija, do senhor, pouca reflexão e pouco trabalho e lhe permita, por conseguinte, passar boa parte de seu tempo na ociosidade, a natureza que o envolve, a solidão em que êle vive, dão-lhe a oportunidade de desenvolver e praticar tôdas as suas faculdades físicas e muitas das suas capacidades intelectuais e qualidades morais. Os perigos de que o ameçam os animais ferozes e os facínoras, tanto na sua habitação solitária como em suas viagens, a distância imensa que o separa dos lugares habitados, a que é chamado pelos seus prazeres e negócios, são circunstâncias que o obrigam a entregar-se, desde a mais tenra infância, ao manêjo das armas, à caça, à equitação, à arte de domar os cavalos. Não é de espantar portanto que os colonos brasileiros sejam em geral homens decididos, hábeis e vigorosos. Em geral, o estado da sociedade e das relações civís, principalmente nas regiões afastadas da sede do govêrno, fazem com que o homem isolado se veja muitas vêzes obrigado a fazer justiça com suas próprias mãos ou a rechassar o ataque de que seja vítima. Nessas ocasiões, os escravos de que se cerca se encarregam de bom grado de defender-lhe a causa. E' preciso acrescentar a êsses perigos a influência de algumas famílias em certos distritos, influência que data não raro dos primeiros tempos da colônia e que tem paralisado, muitas vêzes, a ação do govêrno, ou porque essas famílias e seus agregados ocupem todos os lugares da administração, fazendo reverter em seu benefício particular a influência das leis, ou porque se oponham, à fôrça e abertamente, à execução das mesmas, confiando nas suas relações com a Côrte e com os

funcionários superiores, na lentidão das informações judiciárias e na indulgência criminosa do govêrno. E' verdade que êsse sistema, que se aparenta até certo ponto ao sistema feudal da Idade Média na sua decadência ou nos seus primórdios, dia a dia desaparece diante de uma administração mais severa. Observa-se ainda hoje, nas províncias afastadas, que as qualidades pessoais e as ligações de família primam sôbre a posição social e os direitos dos funcionários públicos. Quando os governadores das províncias, os capitães-móres, etc., juntam à sua autoridade legal a coragem individual, a prudência e a retidão, torna-se-lhes fácil fazerem executar e respeitar as leis e as ordens do govêrno; mas quando lhes faltam essas qualidades, a preeminência cabe quasi sempre a um particular que as possui e delas se serve para dominar a multidão; faz desta, então, uma clientela em que pode confiar. Todo o problema se resume, pois, em saber se êsse homem aproveitará sua influência em benefício da tranquilidade pública ou para perturbá-la. Êsse estado de cousas deu origem à formação de uma classe de homens à parte, que se vangloriam de fazer justiça com suas próprias mãos em tôdas as ocasiões. Inúmeros exemplos nos mostram que êsses "valentões" cometem muitas vêzes, durante anos inteiros, as maiores violências e os crimes mais atrozes até que, provocando a cólera de uma família influente, esta, para obter satisfação, invoca a fôrça das leis e da polícia. Outras vêzes tais excessos duram até que um particular saiba opor à ousadia a fôrça de seu caráter. Em um país como o Brasil, a influência da religião e do clero precisa ser grande e já produziu os mais felizes resultados, principalmente no interior. Seria, mesmo, completamente inútil tentar qualquer espécie de progresso moral e material, entre os colonos, sem o apôio do clero. Uma estadia de algum tempo no Brasil e a frequentação dos colonos e dos eclesiásticos do interior darão, a qualquer observador não prevenido, a mais favo-



rável impressão das qualidades pessoais dêstes últimos. A posição social dos padres é um dos traços mais belos e mais característicos do estado moral dos colonos do Brasil; são conselheiros, amigos das famílias, consoladores, protetores dos oprimidos, mediadores nas dissensões e inimizades. Por tôda parte são recebidos com confiança, e respeitados. O único divertimento dos colonos é a conversação, e como não têm muitos conhecimentos e seu espírito é pouco cultivado, são as ocorrências verificadas na família, entre os vizinhos ou no distrito, que servem de assunto. Numa existência tão simples, têm êstes bastante importância e seu interêsse se revela pelo espírito natural, a vivacidade e o caráter dos interlocutores. Quasi sempre, entre os móveis e objetos, encontra-se um violão; a música e a dansa também alegam a vida doméstica.

A monotonia dessa existência só é interrompida, de quando em quando, pelas festividades religiosas; a importância destas aumenta ainda pelo fato de se tornarem uma oportunidade para a reunião de todos os colonos da região; êles surgem afim de terminar seus negócios ou iniciar outros. Não há nada mais animado do que um domingo numa aldeia ou vila, que possua uma imagem venerada de santo. As famílias dos colonos chegam de todos os lados. Os homens vêm a cavalo, as senhoras igualmente, ou em liteiras conduzidas por bêstas ou escravos. As grandes festas da Igreja são celebradas com muito aparato: há fogos de artifício, dansas e espetáculos, que lembram as primitivas representações mímicas e nos quais as chalaças grosseiras dos atores satisfazem plenamente os espectadores. Nessas ocasiões, não se economizam as bebidas alcoólicas; entretanto, se os assistentes nem sempre se mantêm dentro dos limites da temperança, os excessos e violências, que acontecimentos idênticos provocam na maioria das nações européias, são aquí infinitamente mais raros. A embriaguez é muito mais frequente e de maiores

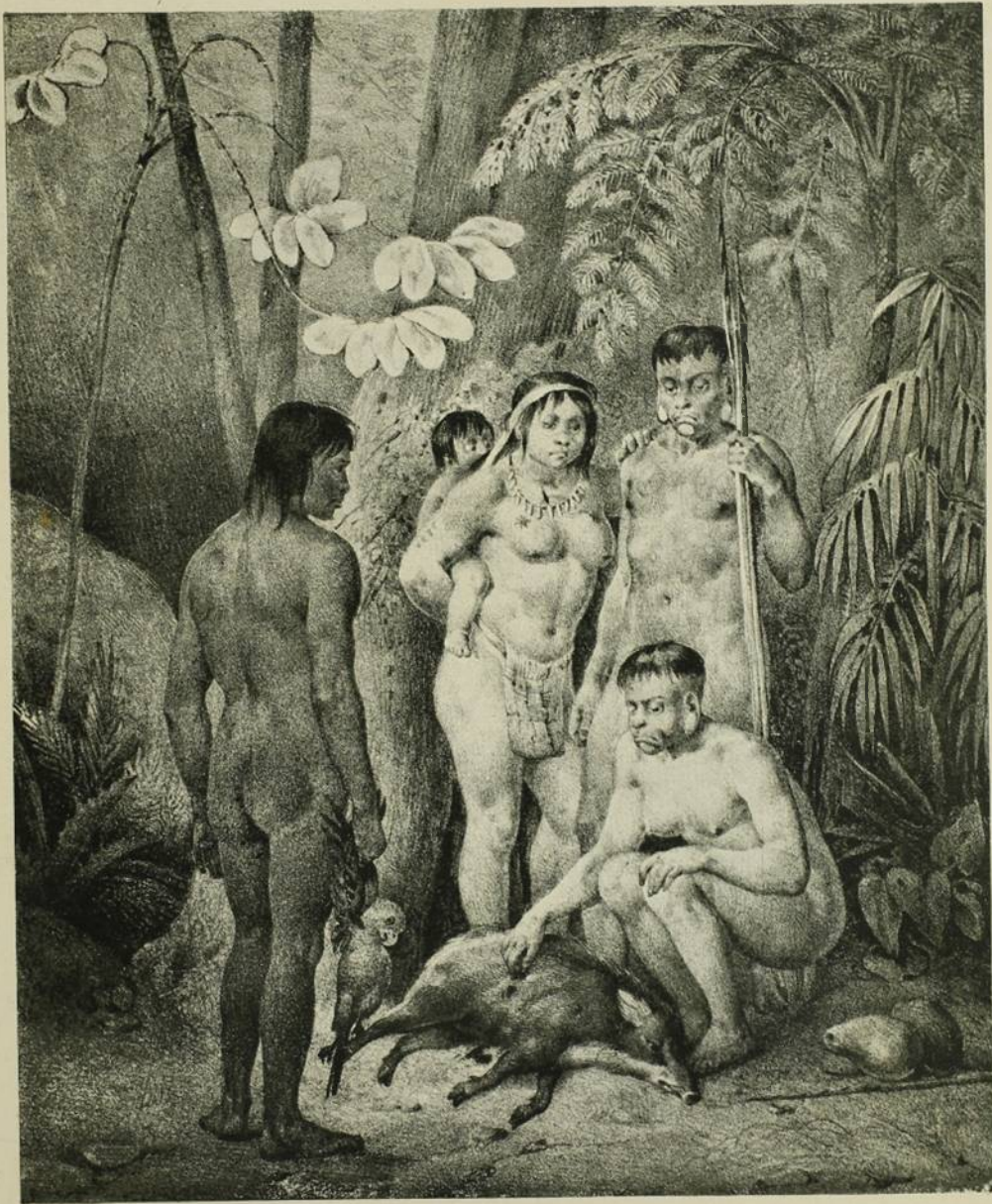


consequências entre os escravos, e principalmente entre os índios, quando se lhes permite participar das festas o que, de resto, é tanto mais fácil quanto a hospitalidade é ainda muito grande aqui; as despesas da festa cabem, por rodízio, ora a um ora a outro dos mais ricos colonos. E' o eclesiástico do lugar que os designa e êles consideram a escolha grandemente honrosa.

Afim de estender os benefícios da Igreja às fazendas mais longínquas e solitárias, bem como aos escravos que nelas habitam, há padres que, em certas épocas do ano, percorrem o país, carregando um pequeno altar que colocam no lombo do cavalo ou da bêsta. Mediante uma pequena remuneração, dizem a missa nas casas dos colonos e dos vaqueiros. Existe uma outra espécie de padres ambulantes, igualmente considerados: são os eremitas, que constroem sua cabana num lugar selvagem qualquer, afim de expor à veneração dos crentes uma relíquia que tenham conseguido obter. Se os romeiros não acorrem, êles percorrem a região e, em que pesem as esmolas consideráveis que recebem para seu santo, não parecem confiar inteiramente na proteção do mesmo e se munem, o mais das vêzes, de meios de defesa muito materiais. Quando um dêsses dignos irmãos apparece montado num bom cavalo, ou numa boa bêsta, com seu cofre de relíquias em baixo do braço, armado de fuzil, pistolas e respeitável facão de caça, seu aspecto exterior não provoca precisamente a devoção dos que o encontram; o mêdo e a desconfiança parecem mais naturais, nessa ocasião, e tais sentimentos tão opostos ao da devoção nem sempre são injustificáveis.

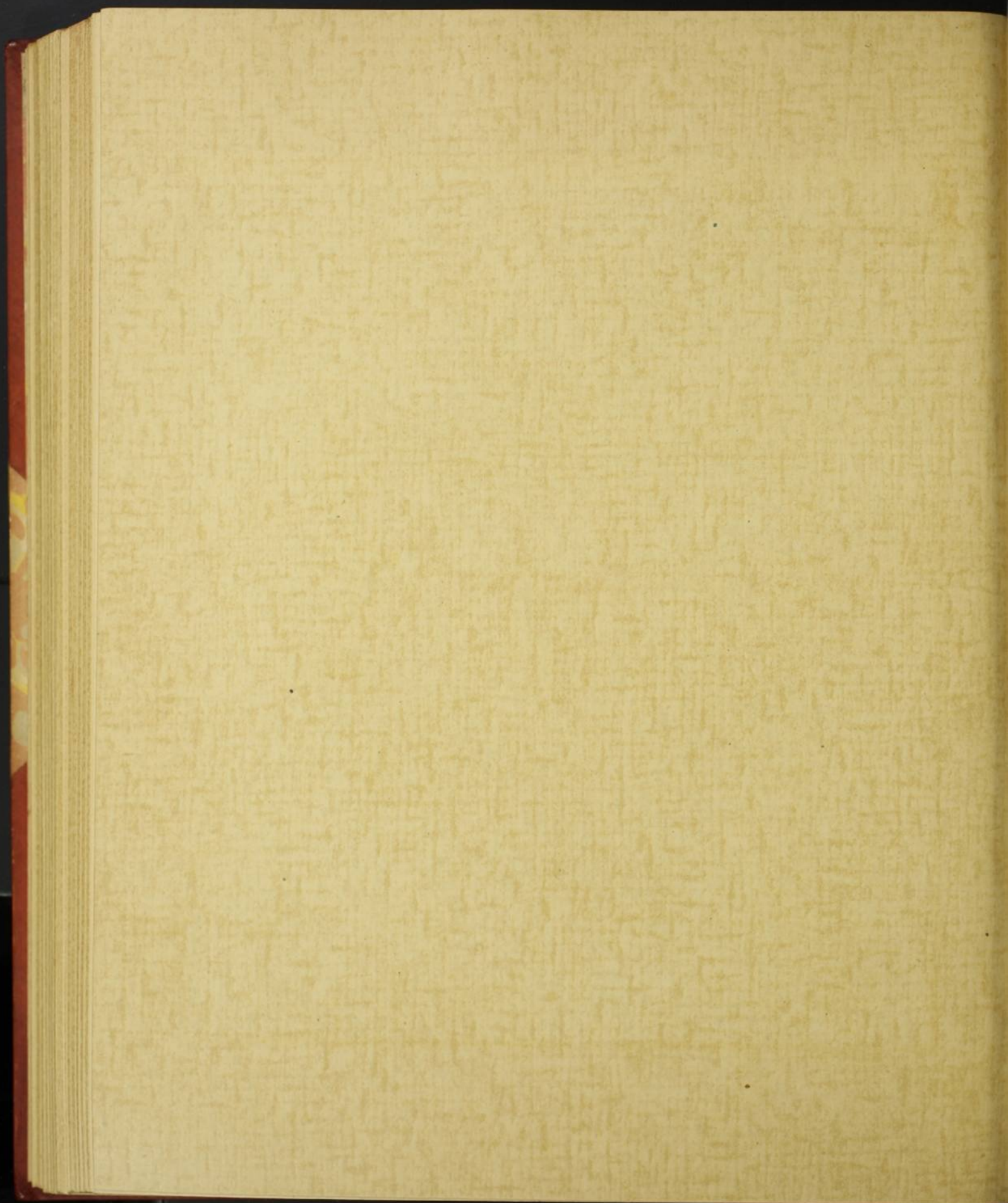
As fazendas de criar ou as pastagens das colinas despidas de florestas, das altas regiões do interior, merecem menção especial. As mais notáveis são as das províncias de S. Paulo e de Minas Gerais. Um mesmo proprietário possui, às vêzes, pastagens de várias léguas e, não raro, a quantidade de gado, tanto de cavalos como de bois e vacas, ascende a vários milha-



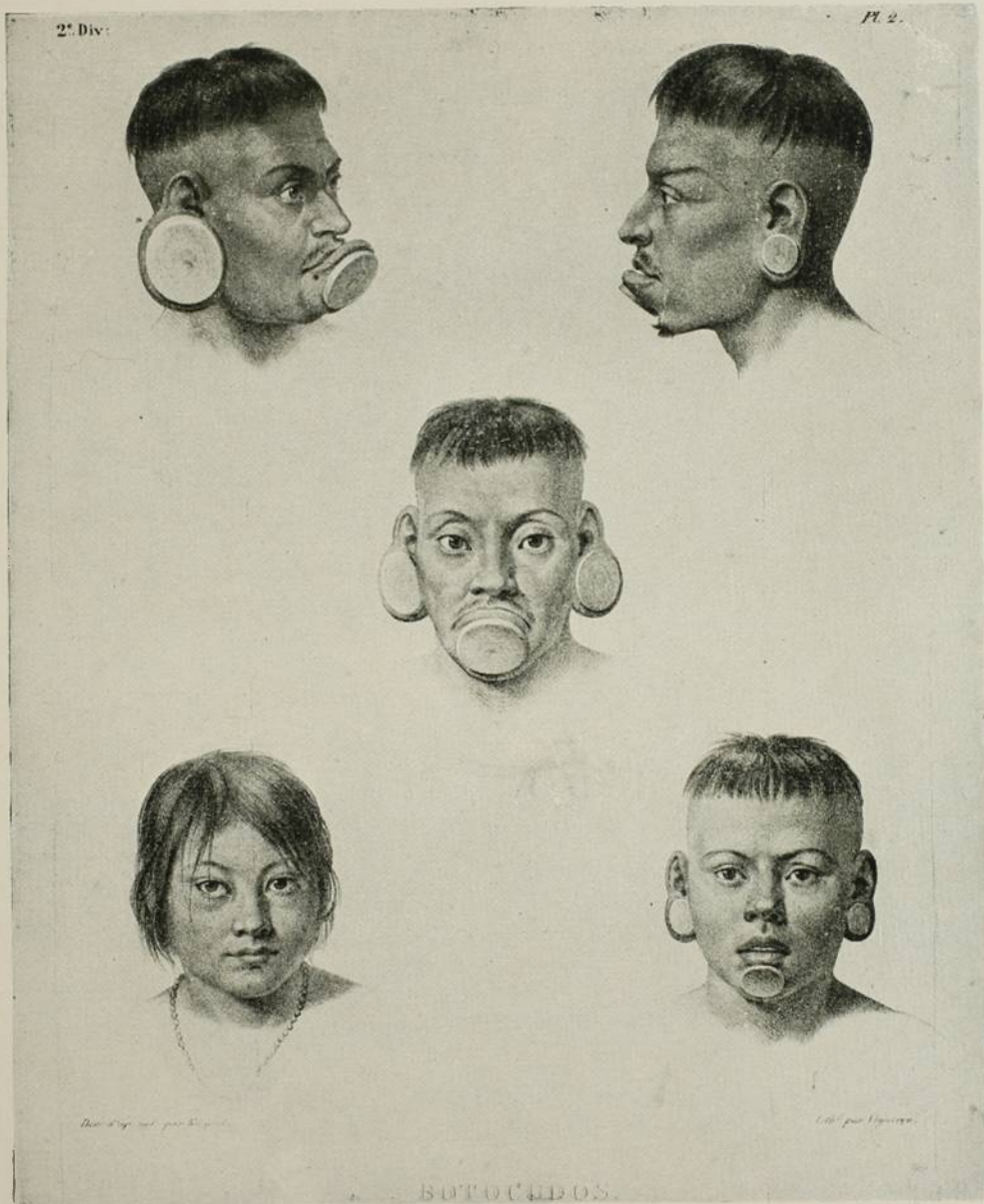


FAMÍLIA DE ÍNDIOS BOTOCUDOS



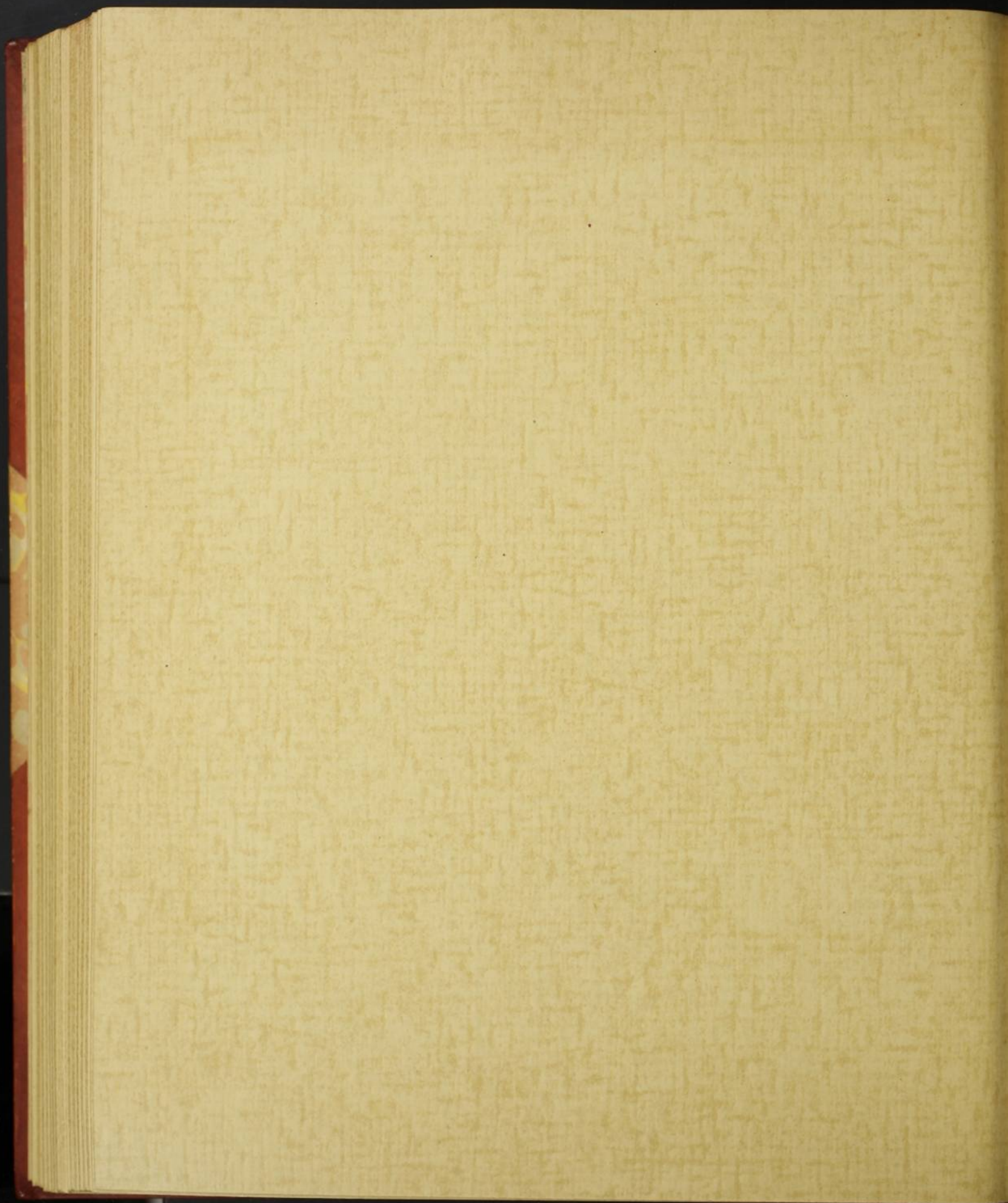




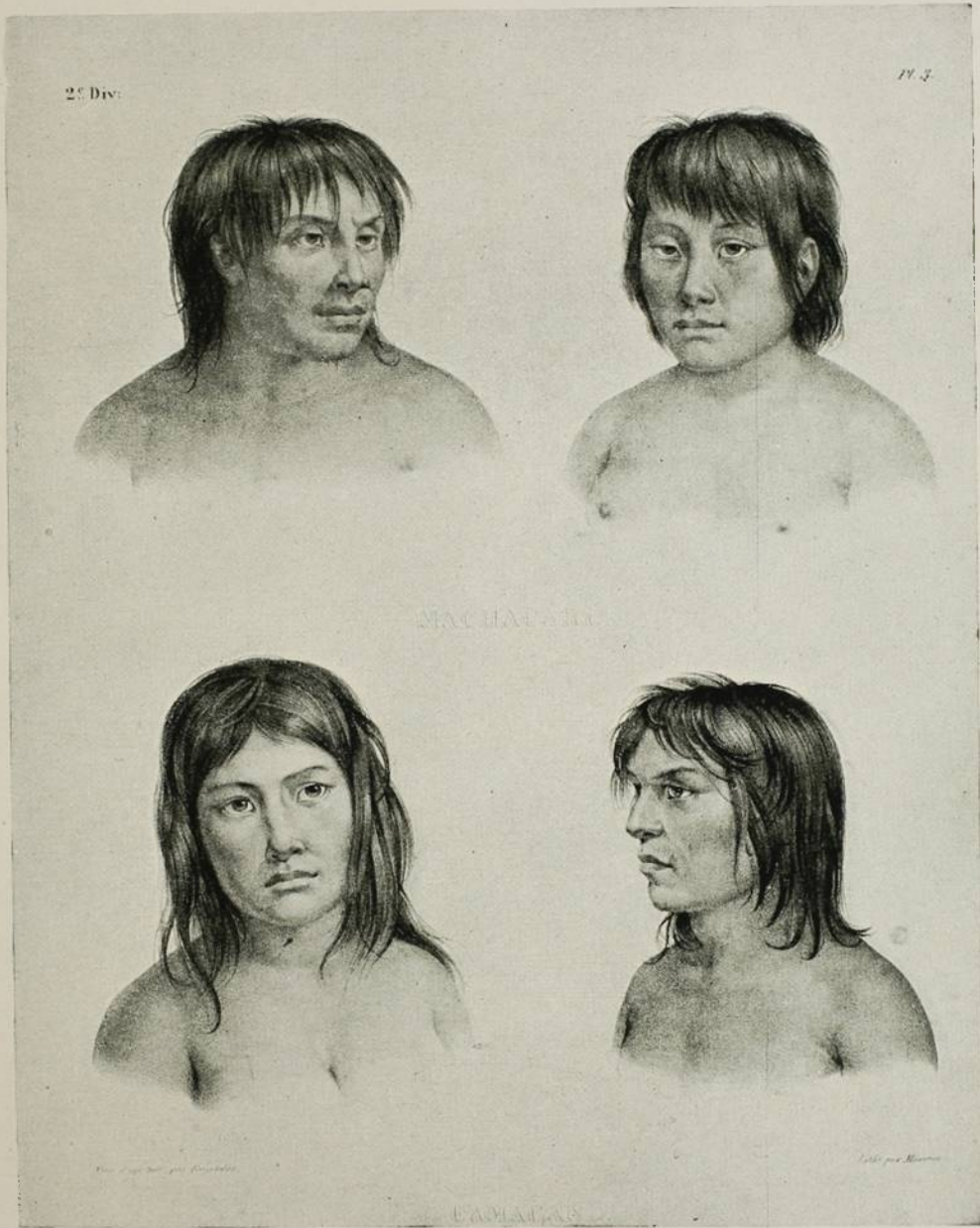


INDIOS BOTOUCUDOS



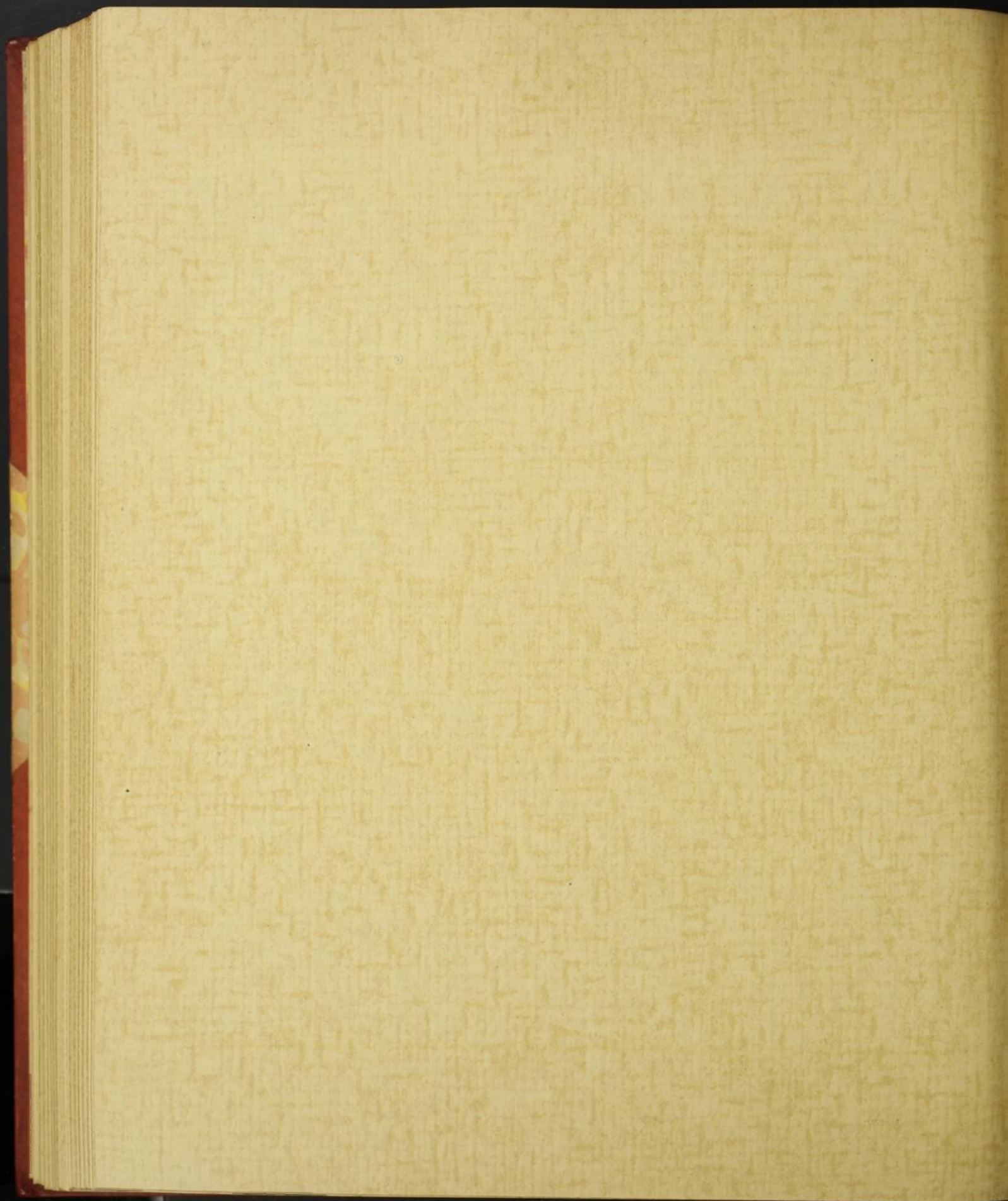






INDIOS MACHACARÍS E CAMACÁS

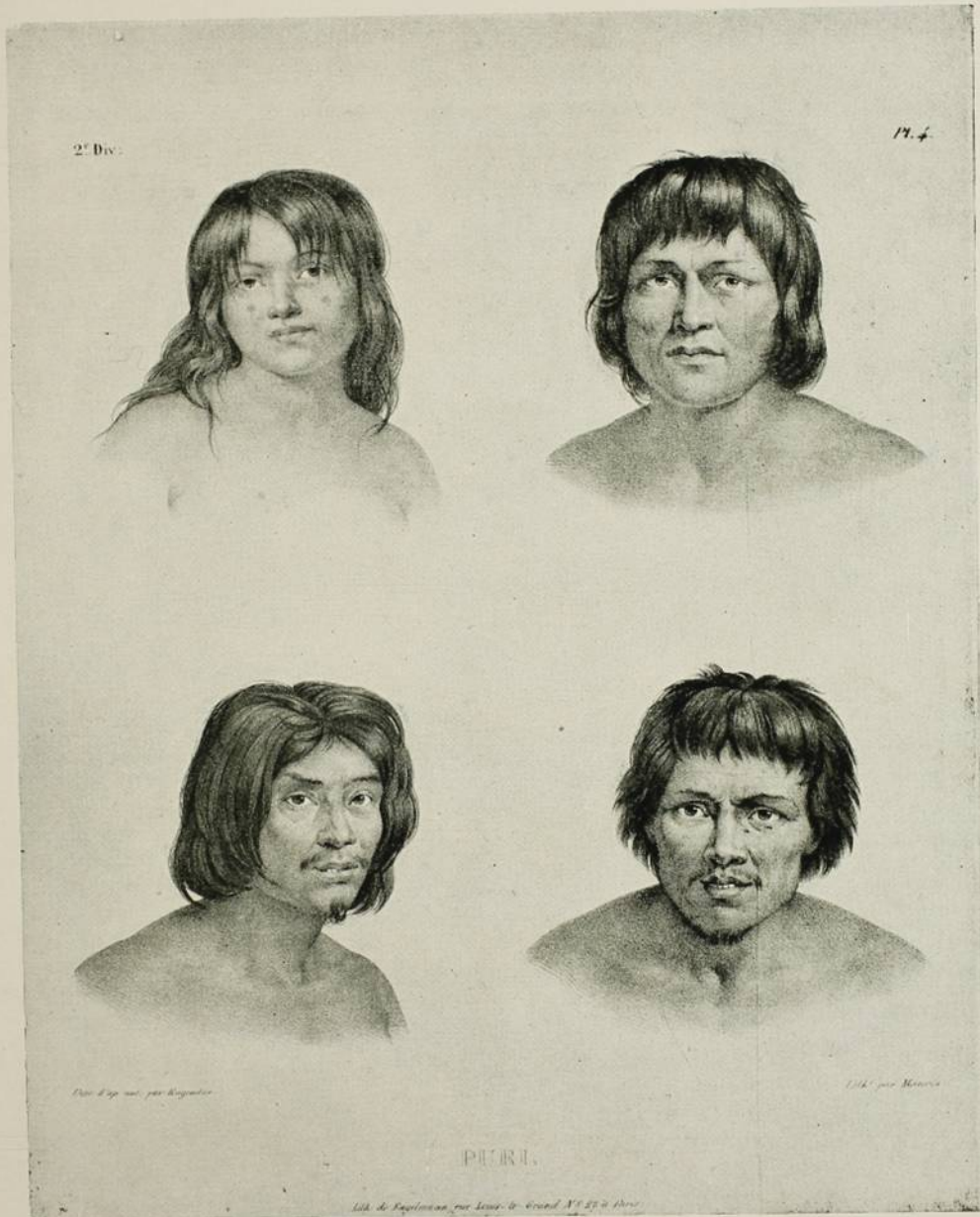






2<sup>e</sup> Div.

Pl. 4



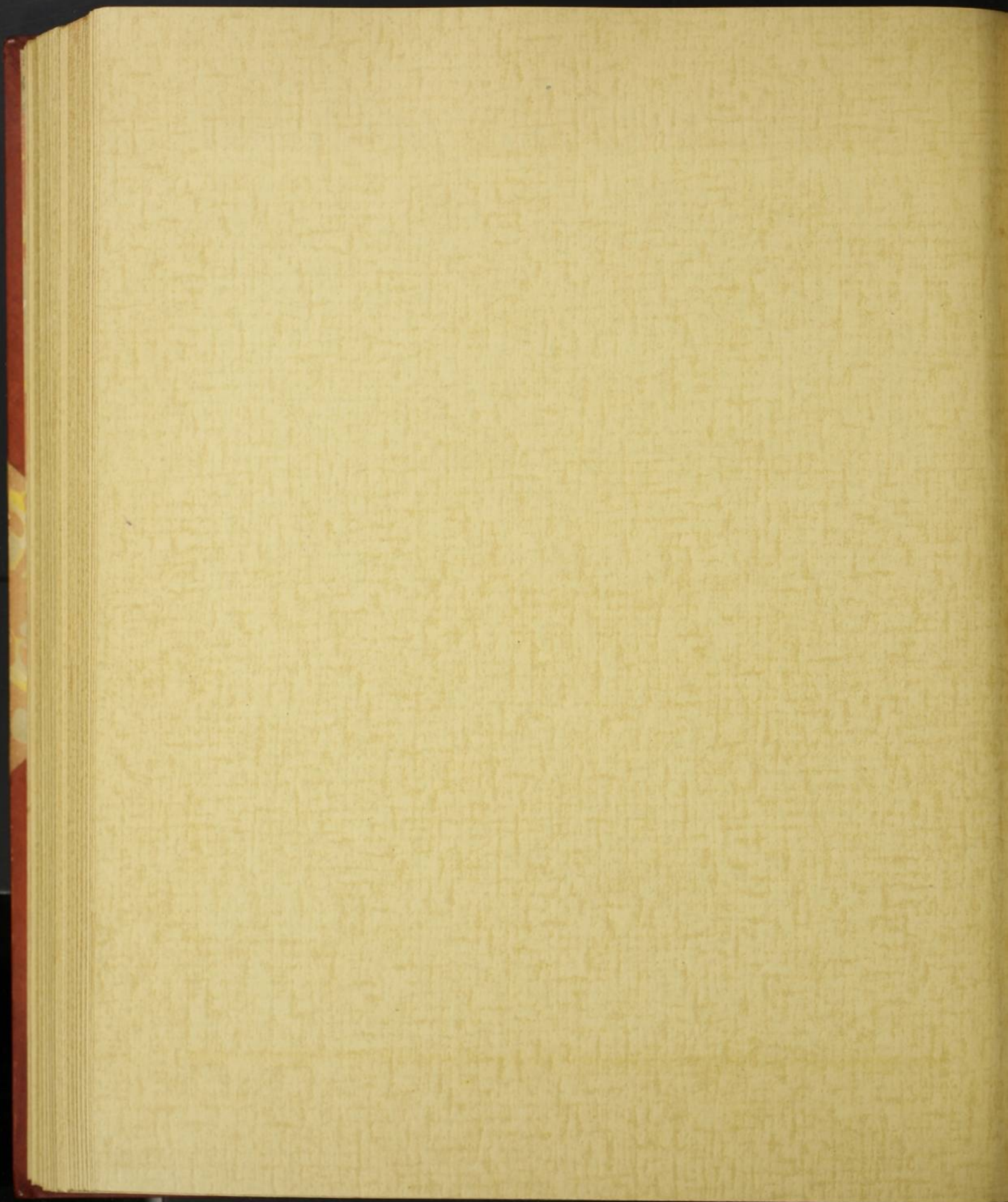
*Placé d'après nature par Bagnard*

*Placé par Mouton*

PURÍ.

*Mém. de l'Expédition aux Indes, le Général N<sup>o</sup> 27 de Paris*

INDIOS PURÍ





25 Dic:

17.1.



CORQATOS.

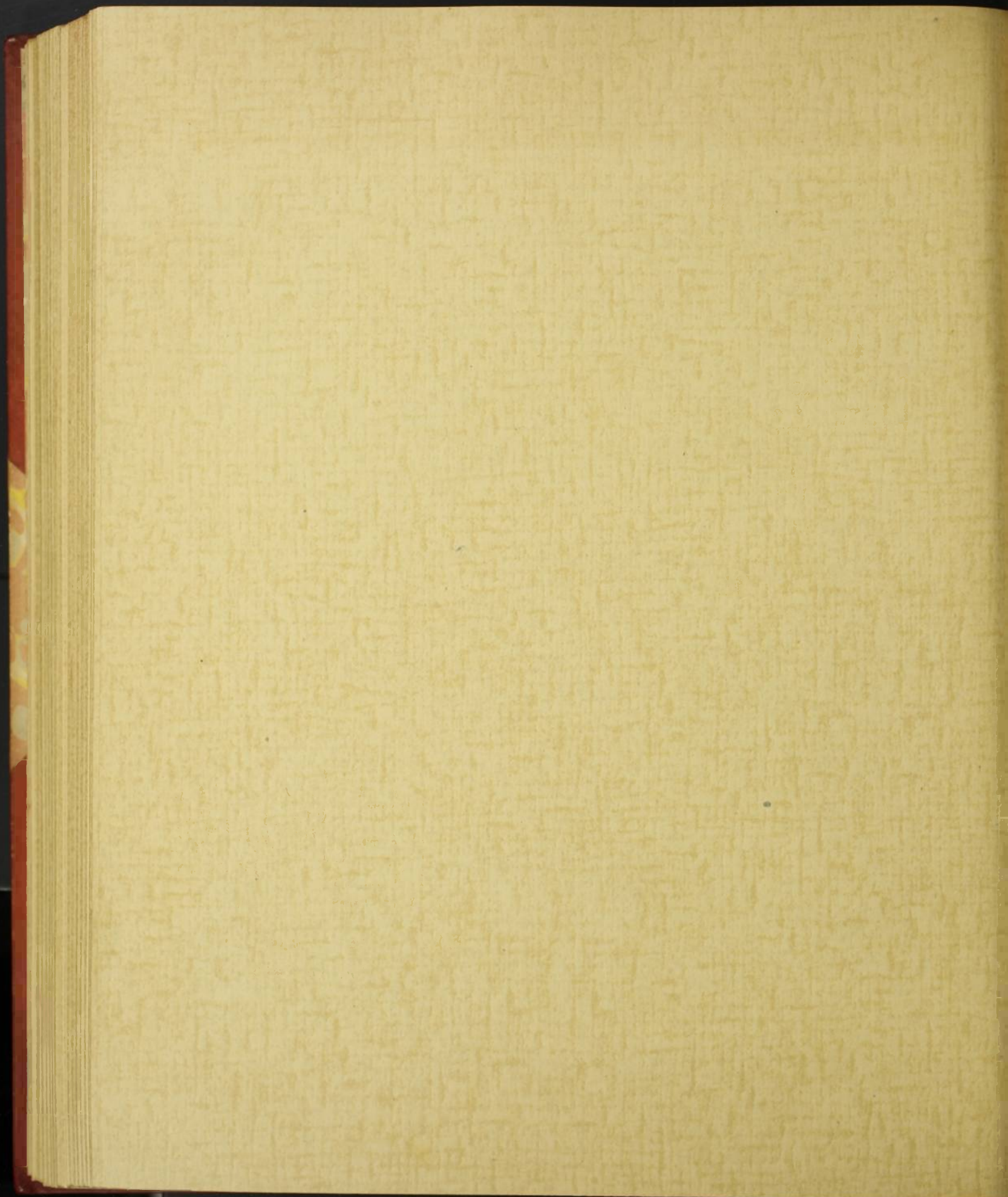


CORDEON.

*Ante la longitudine visum in latitudine 32. 30. in Chile.*

INDIOS COROADOS E COROPOS



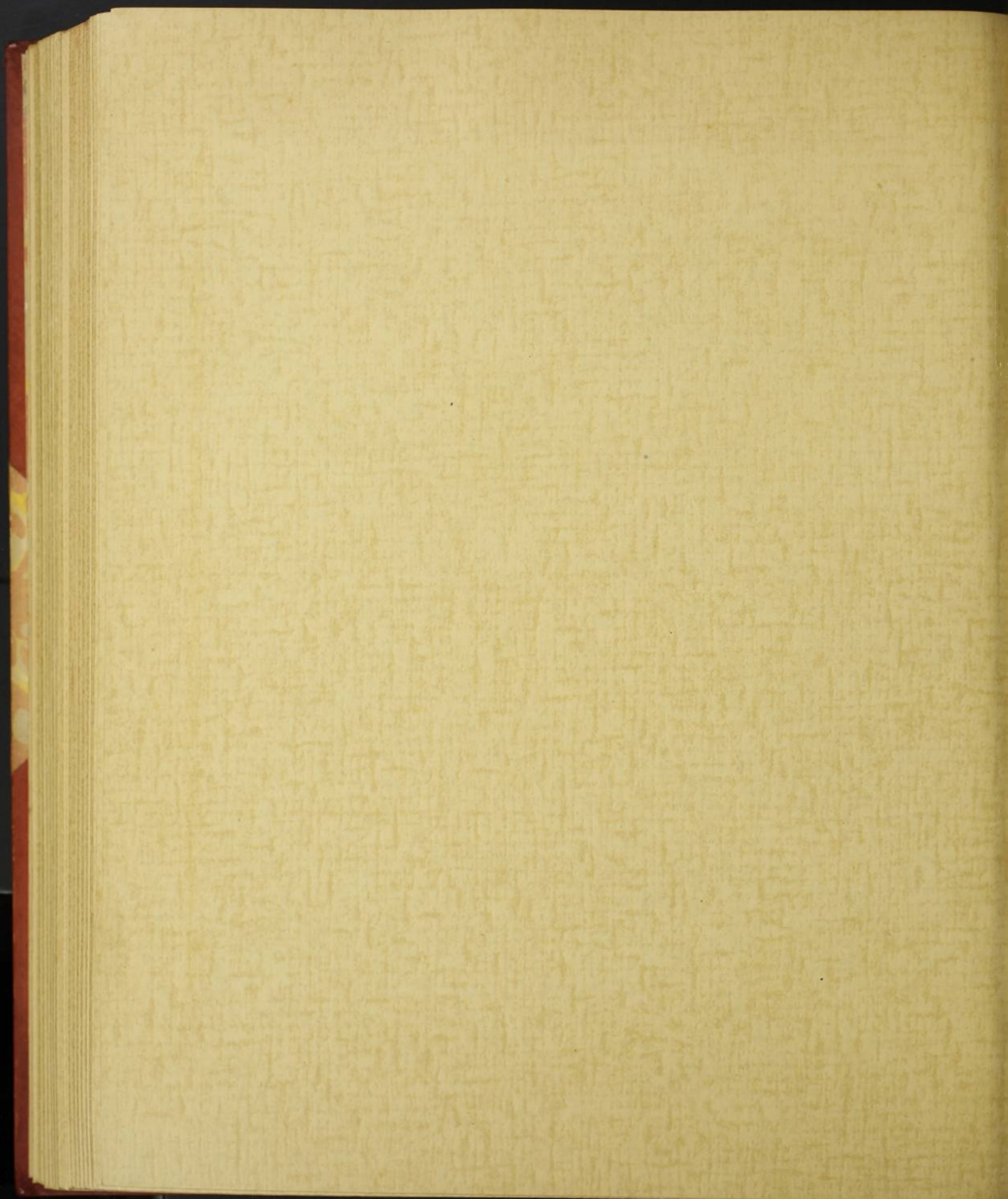






NEGRO E NEGRA NUMA FAZENDA



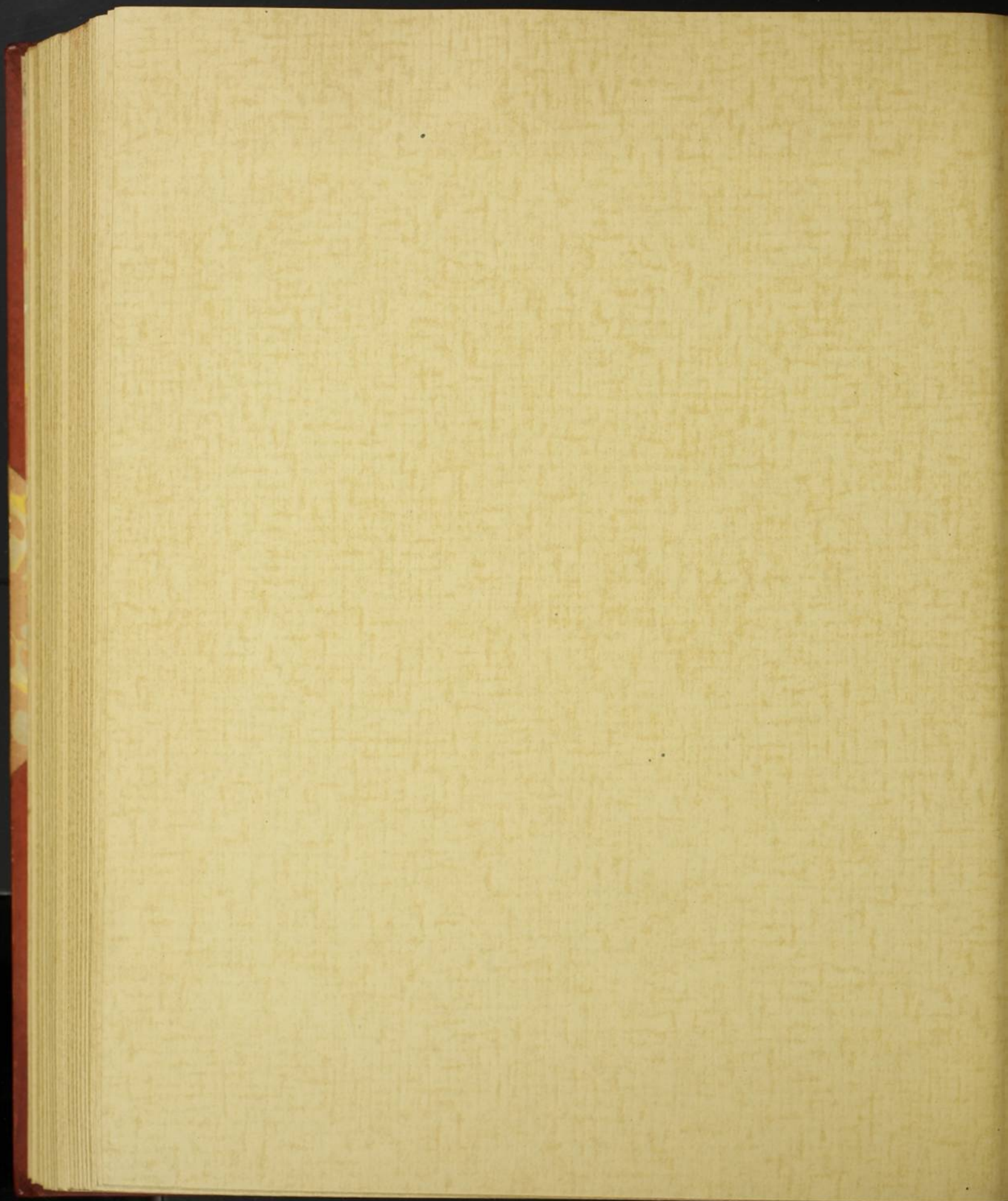






NEGRAS DO RIO DE JANEIRO



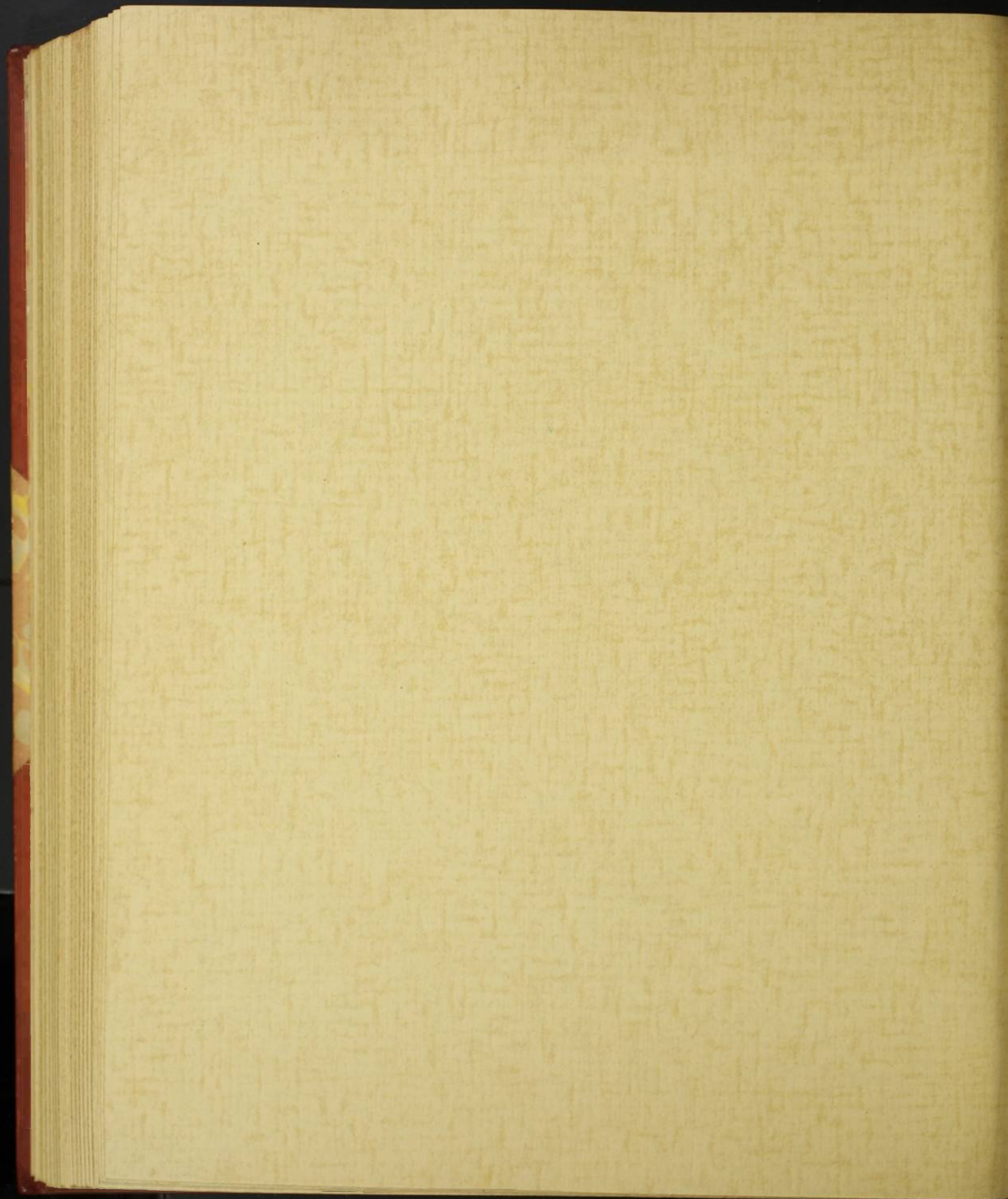




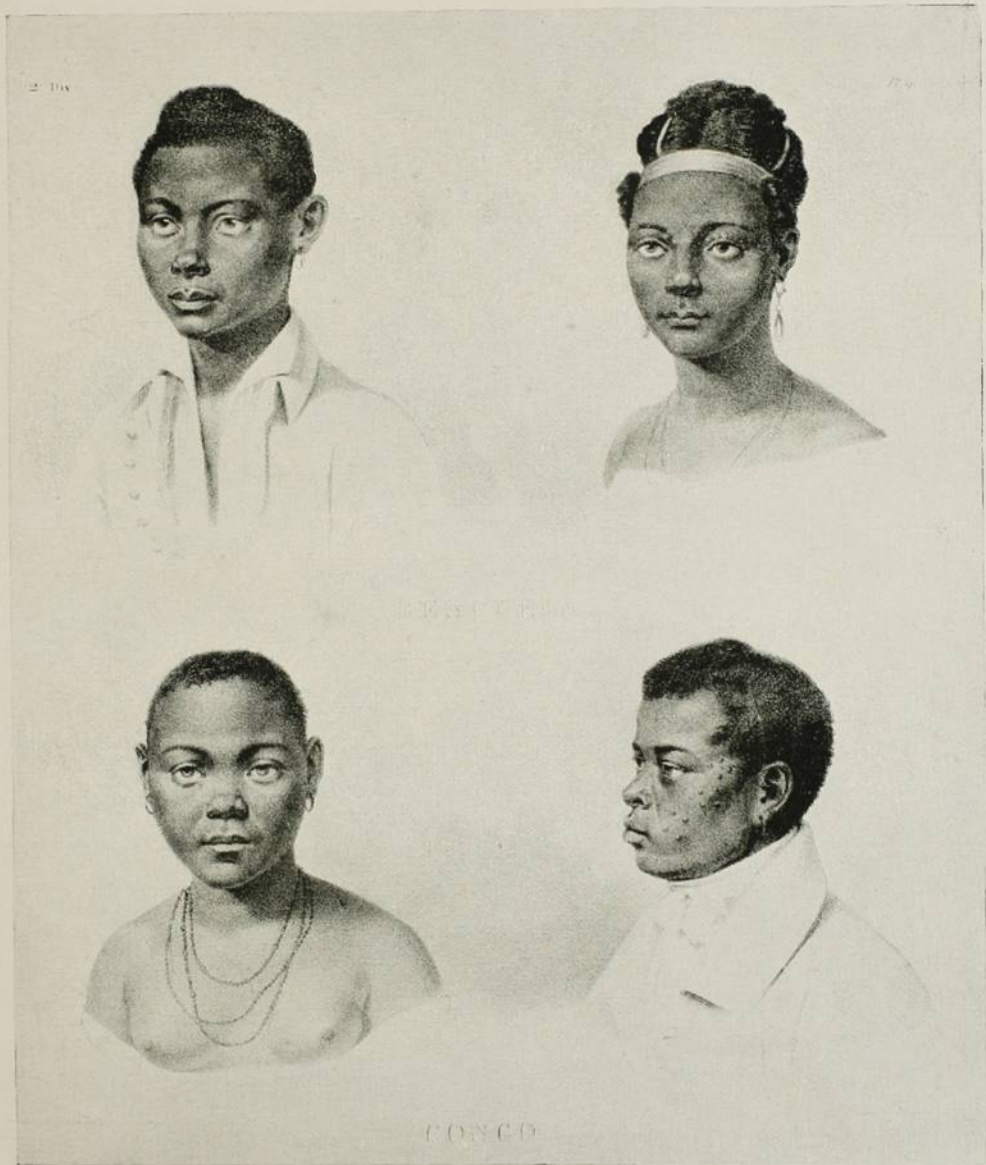


NEGRO E NEGRA DA BAIÁ

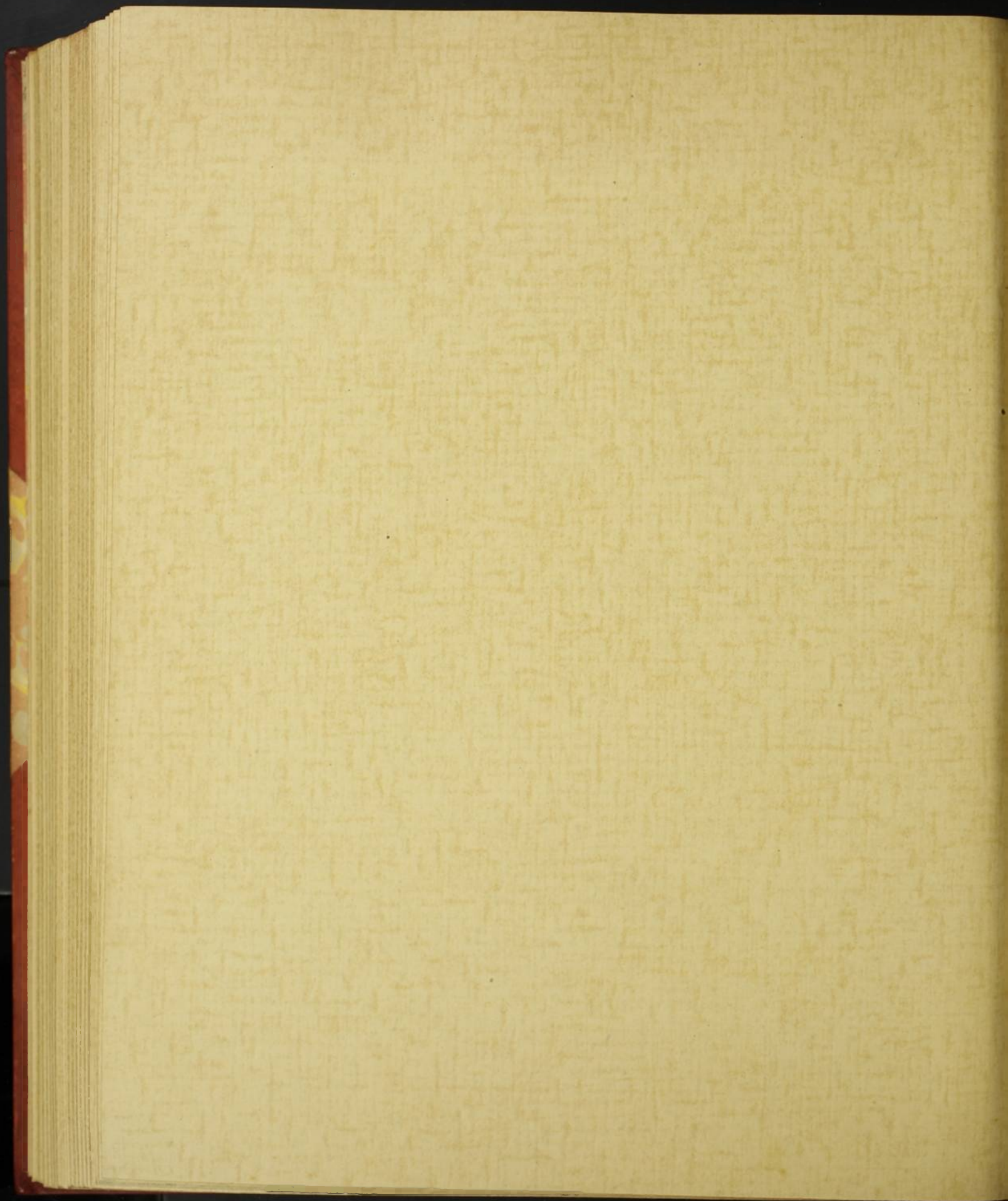




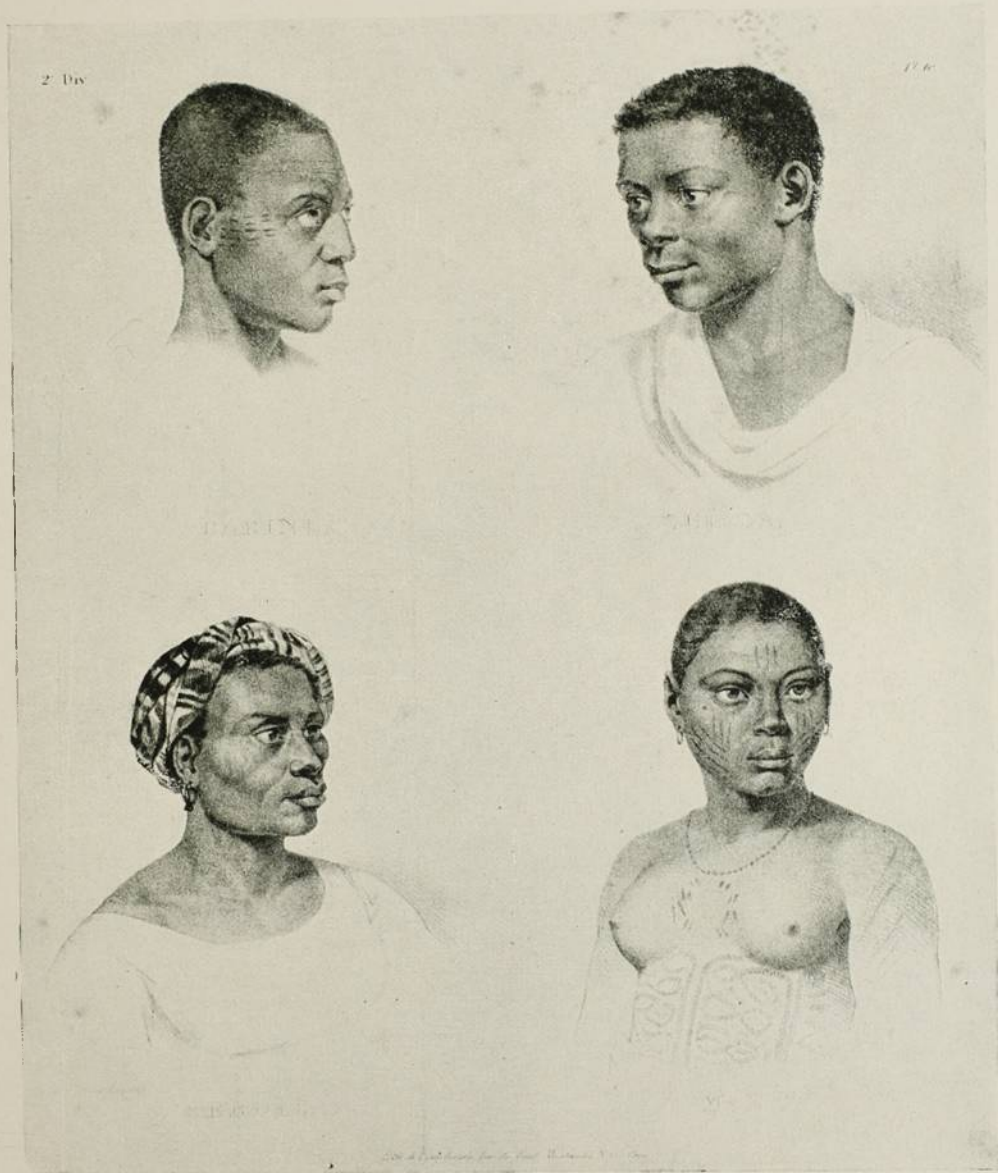




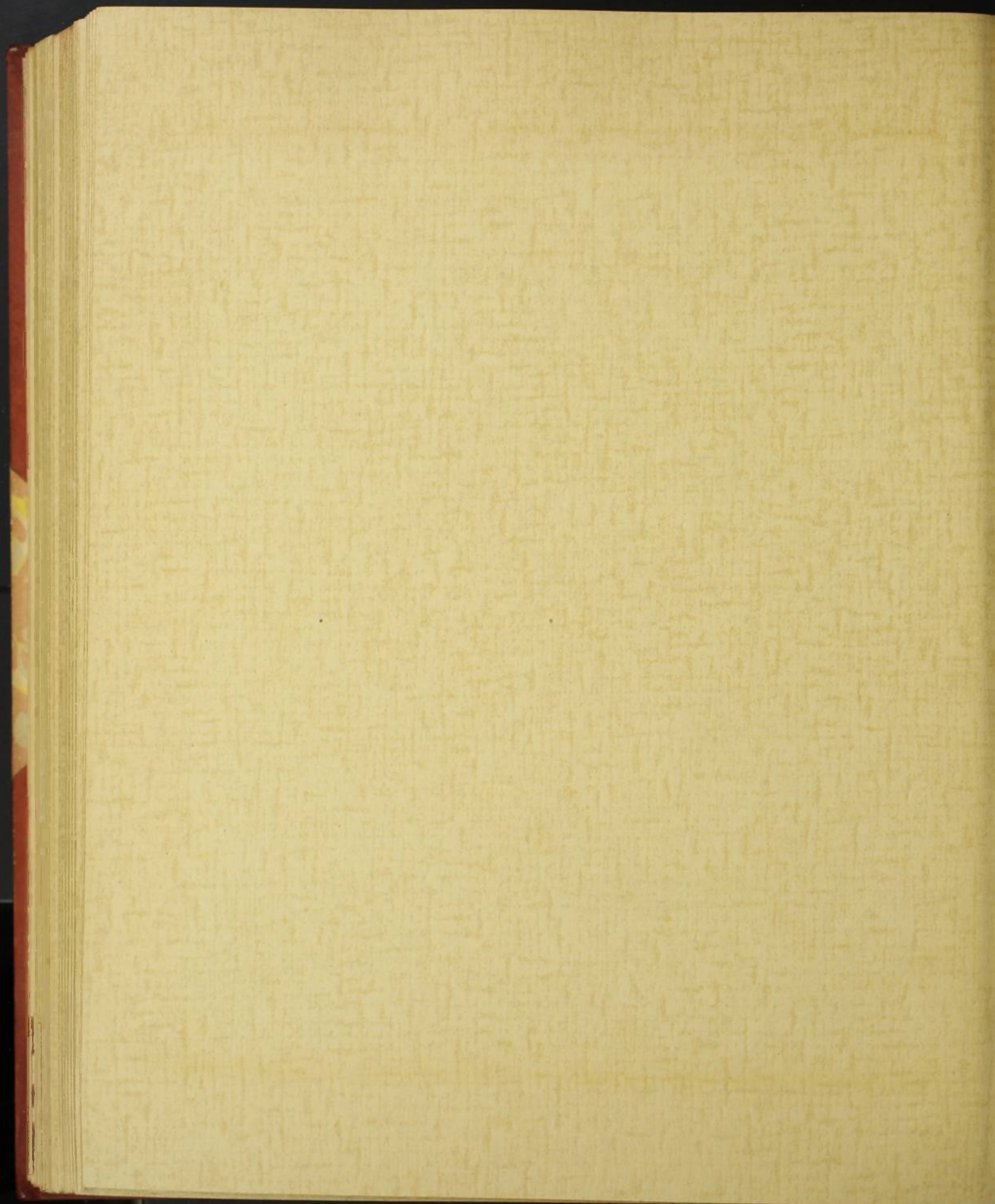
NEGRAS BENGUELAS E CONGOS



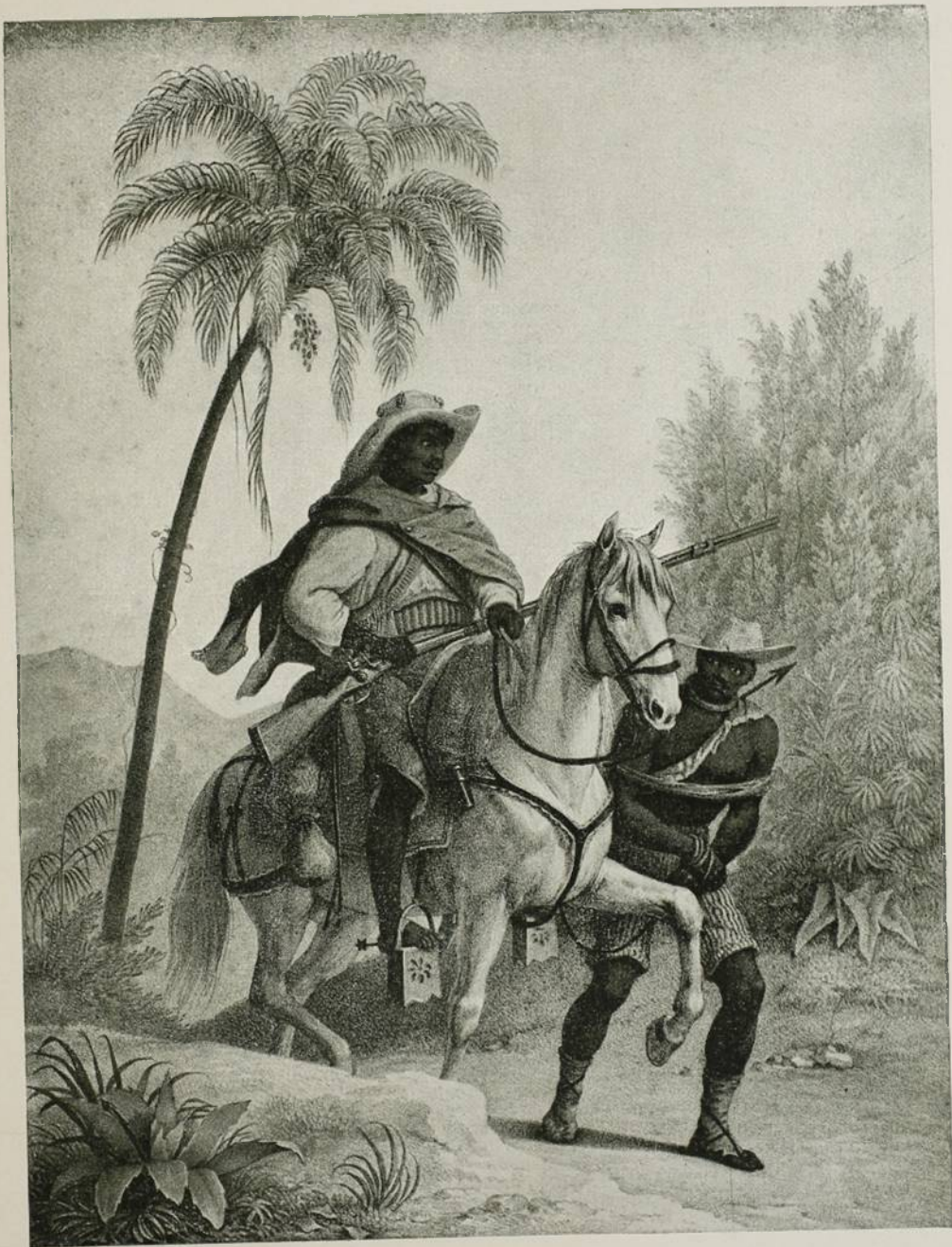




NEGRO CABINDA — QUILOA — REBÓLO — MINA

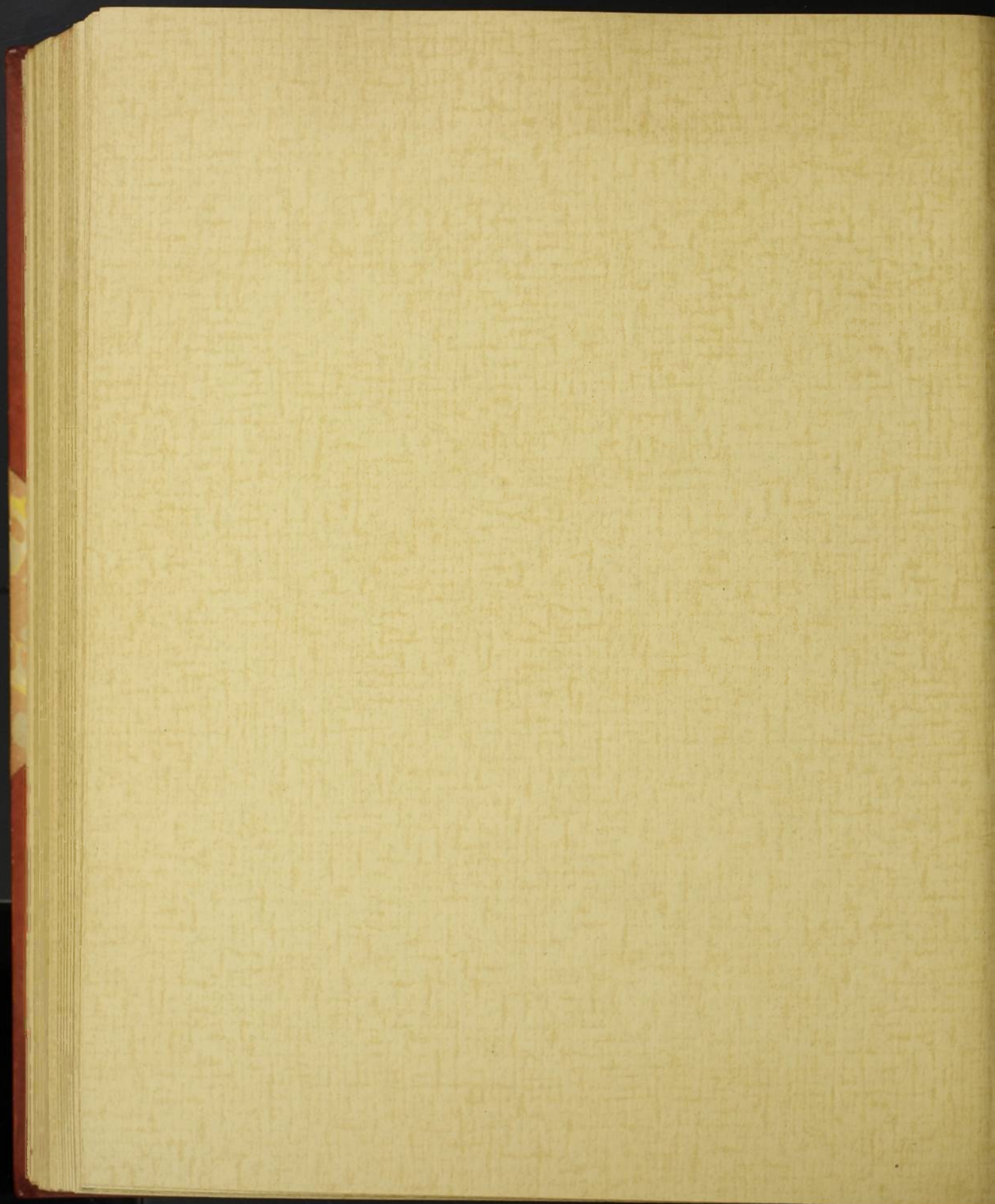




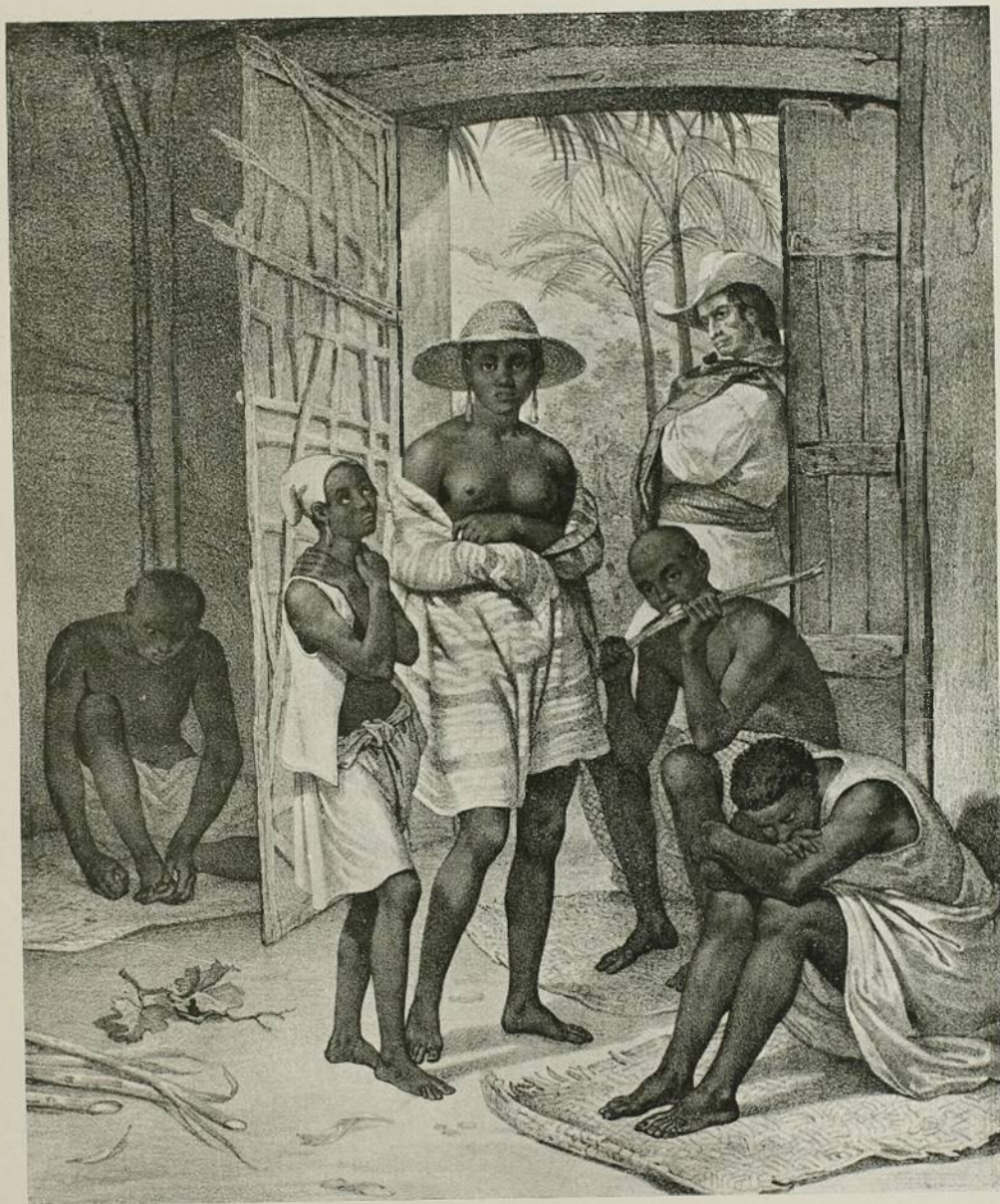


CAPITÃO DO MATTO



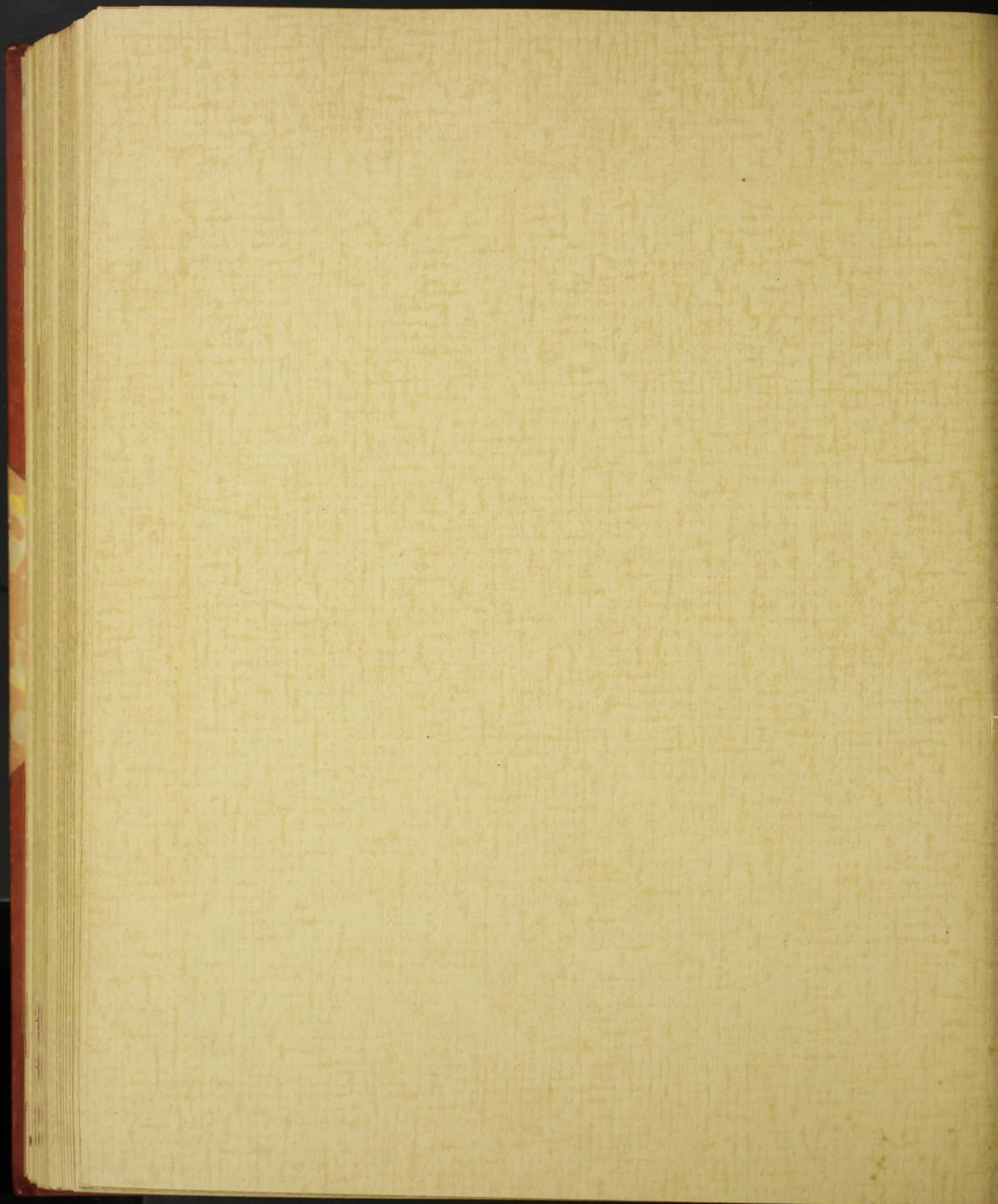




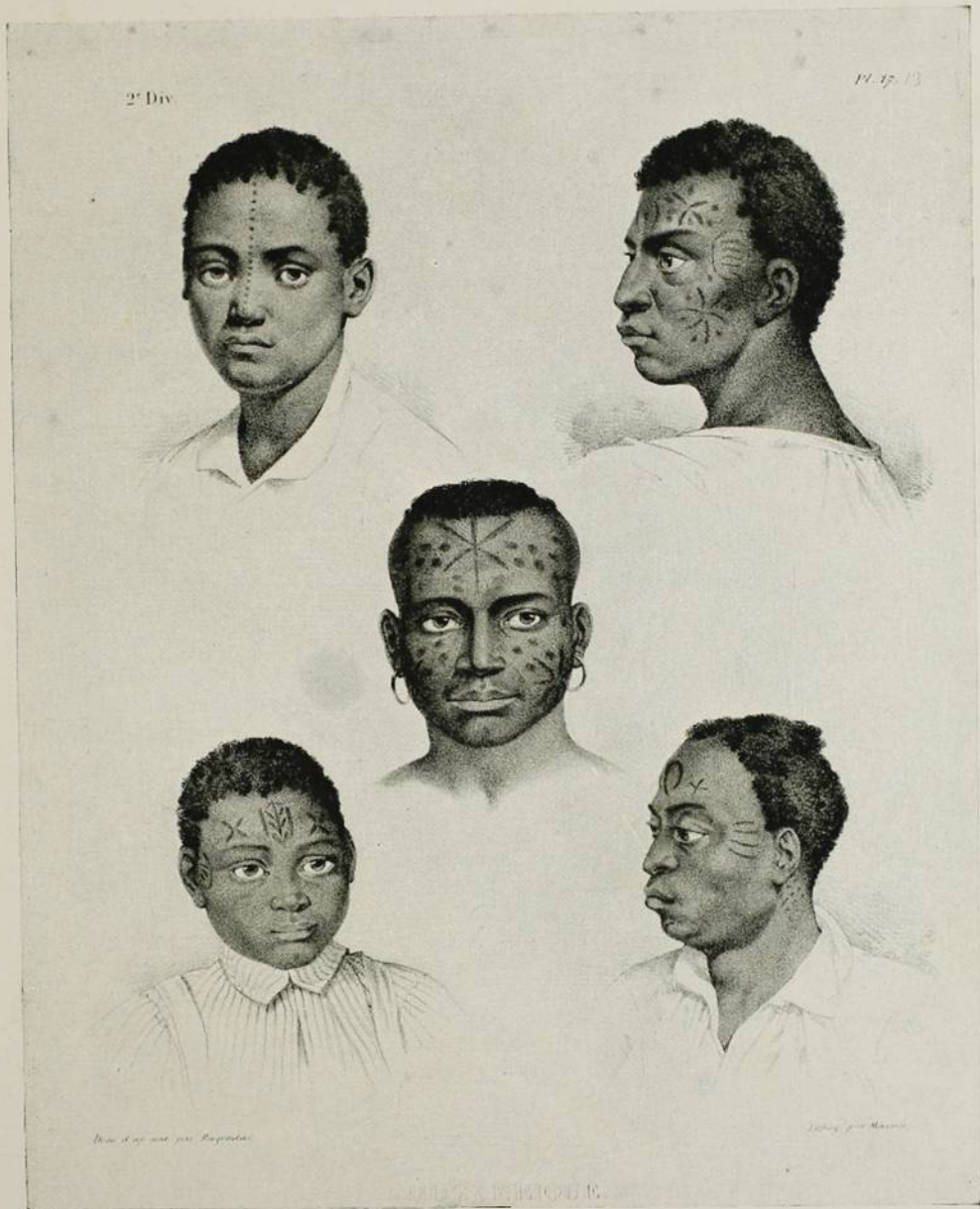


NEGROS NOVOS





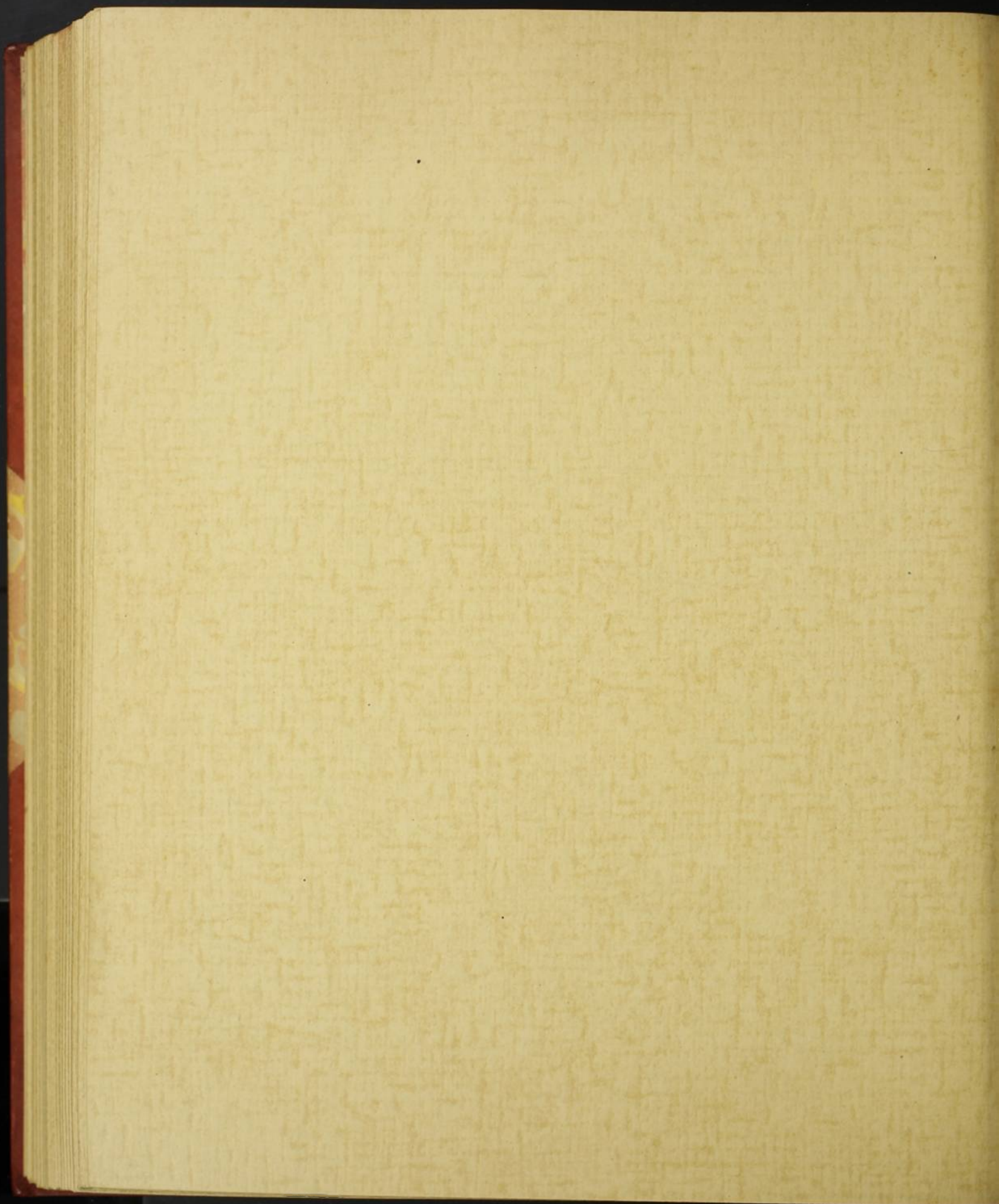




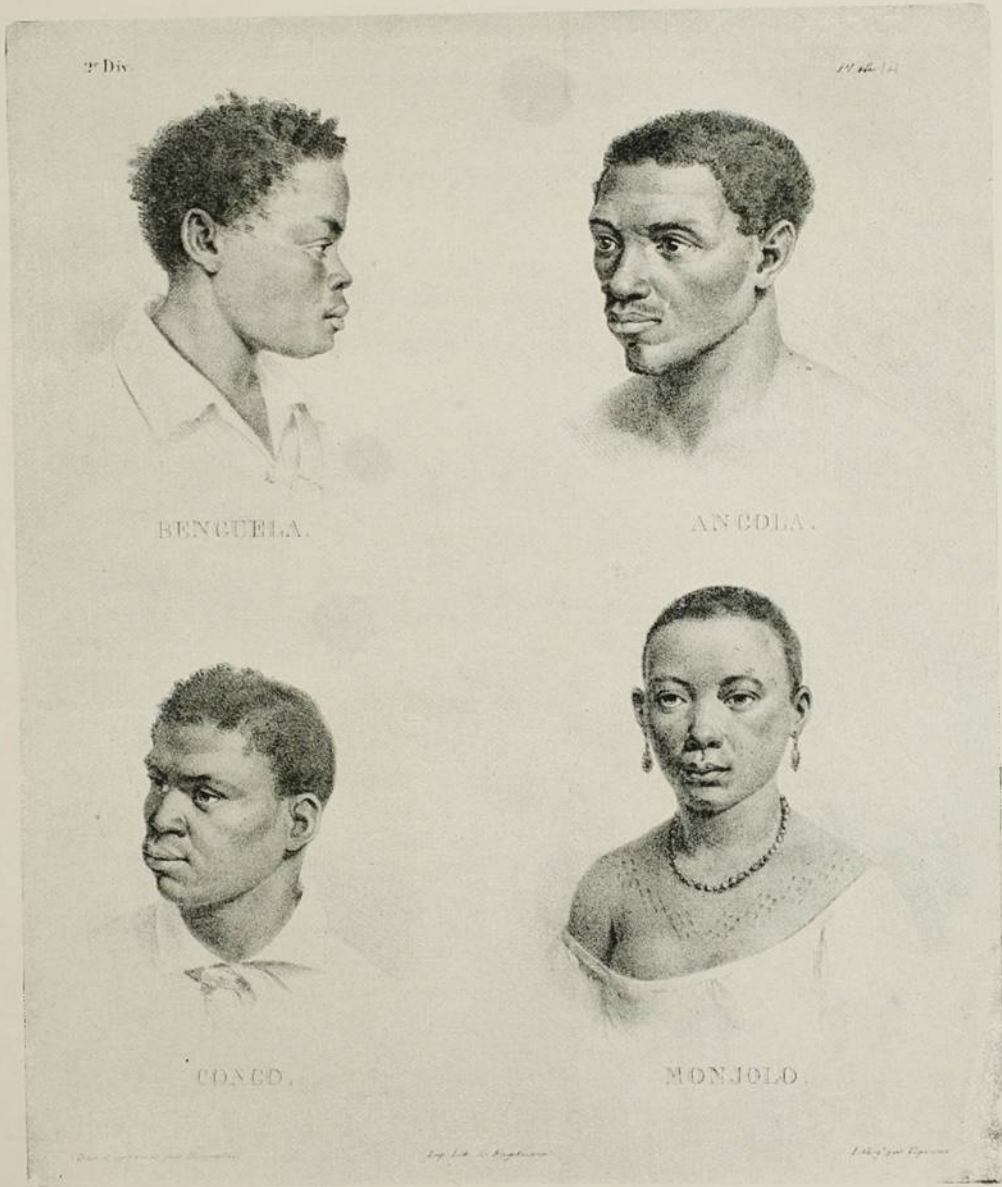
2<sup>e</sup> Div.

17. 17. 13

NEGROS MOÇAMBIQUES







2<sup>o</sup> Div.

1784

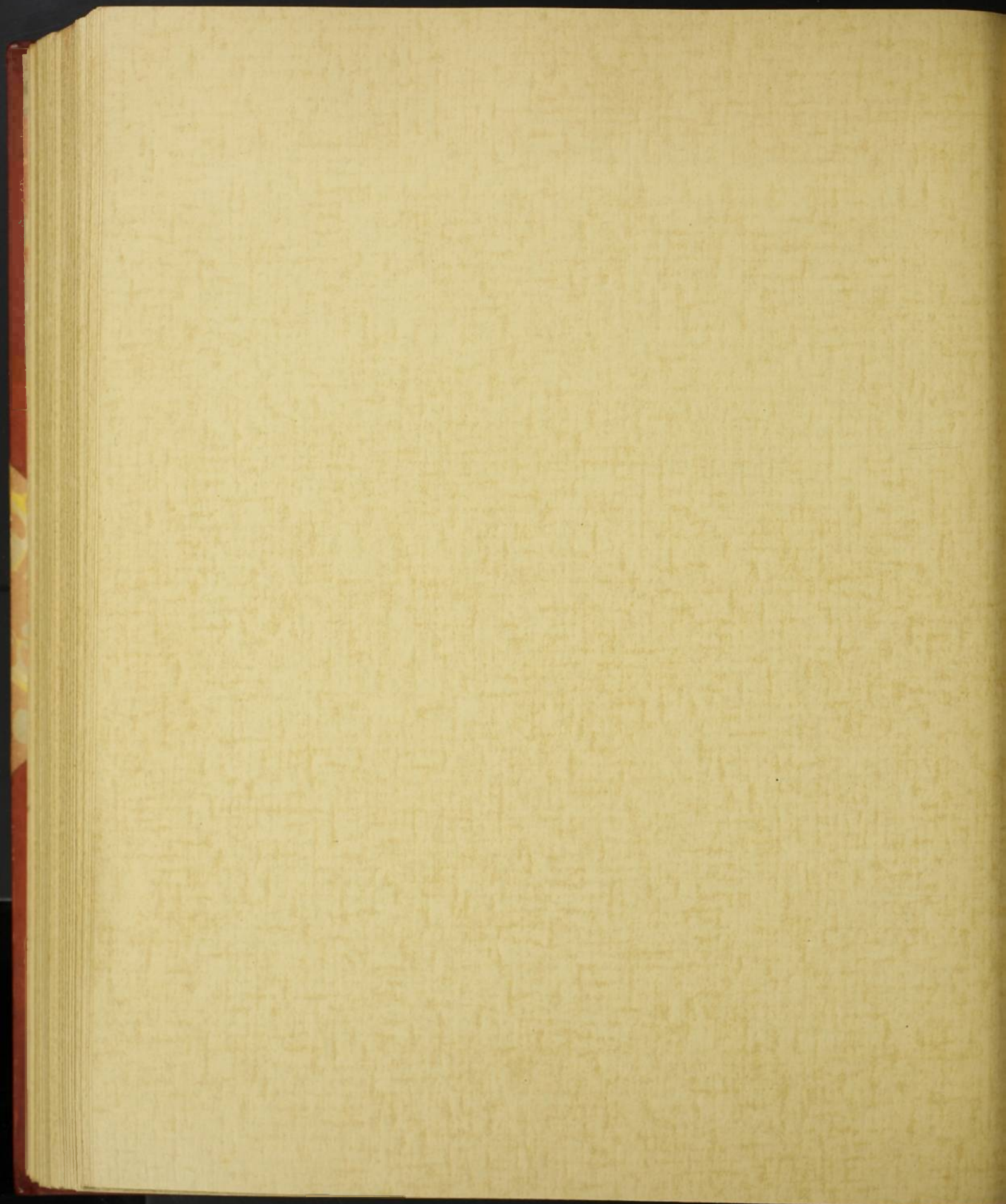
BENGUELA.

ANGOLA.

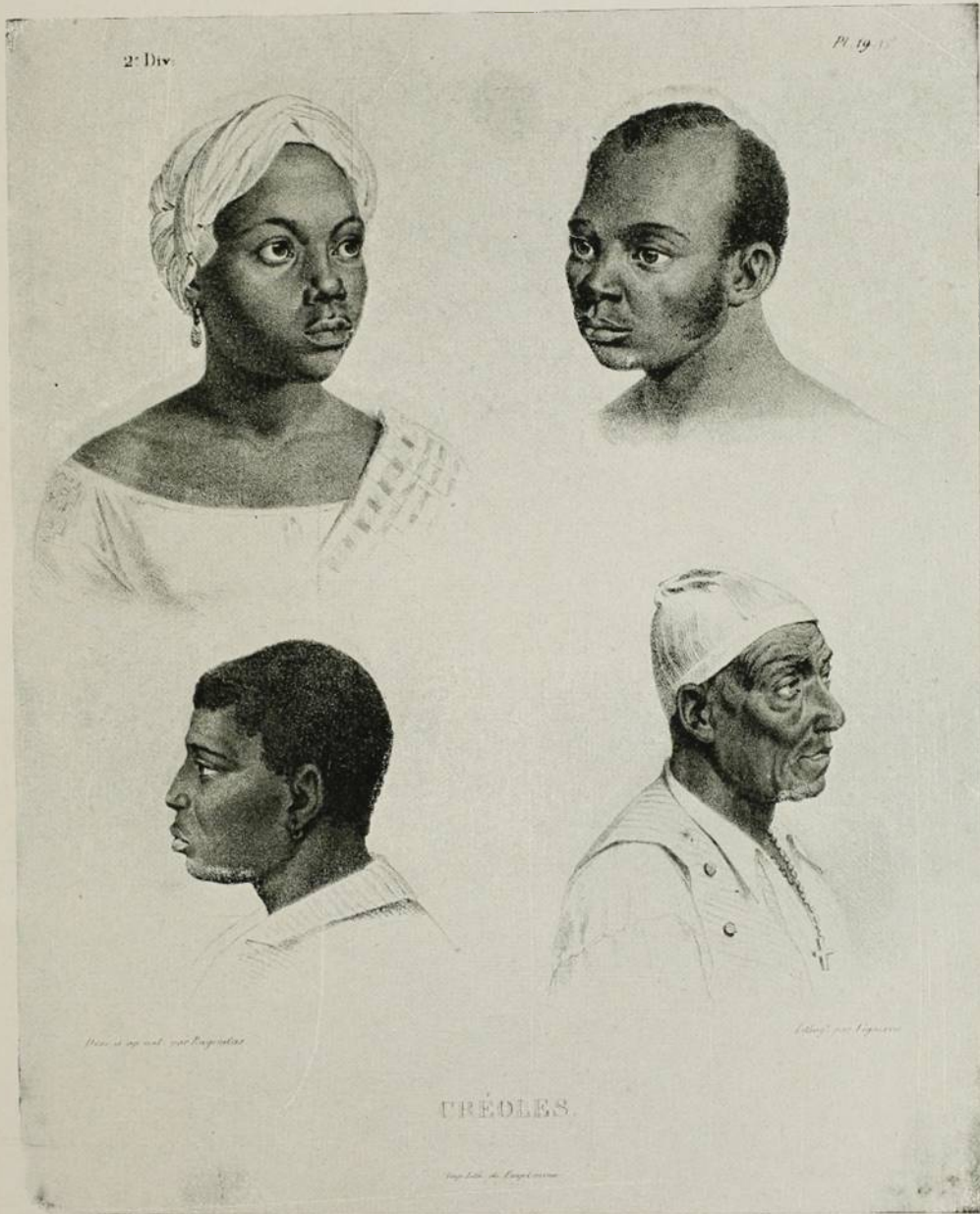
CONGO.

MONJOLO.

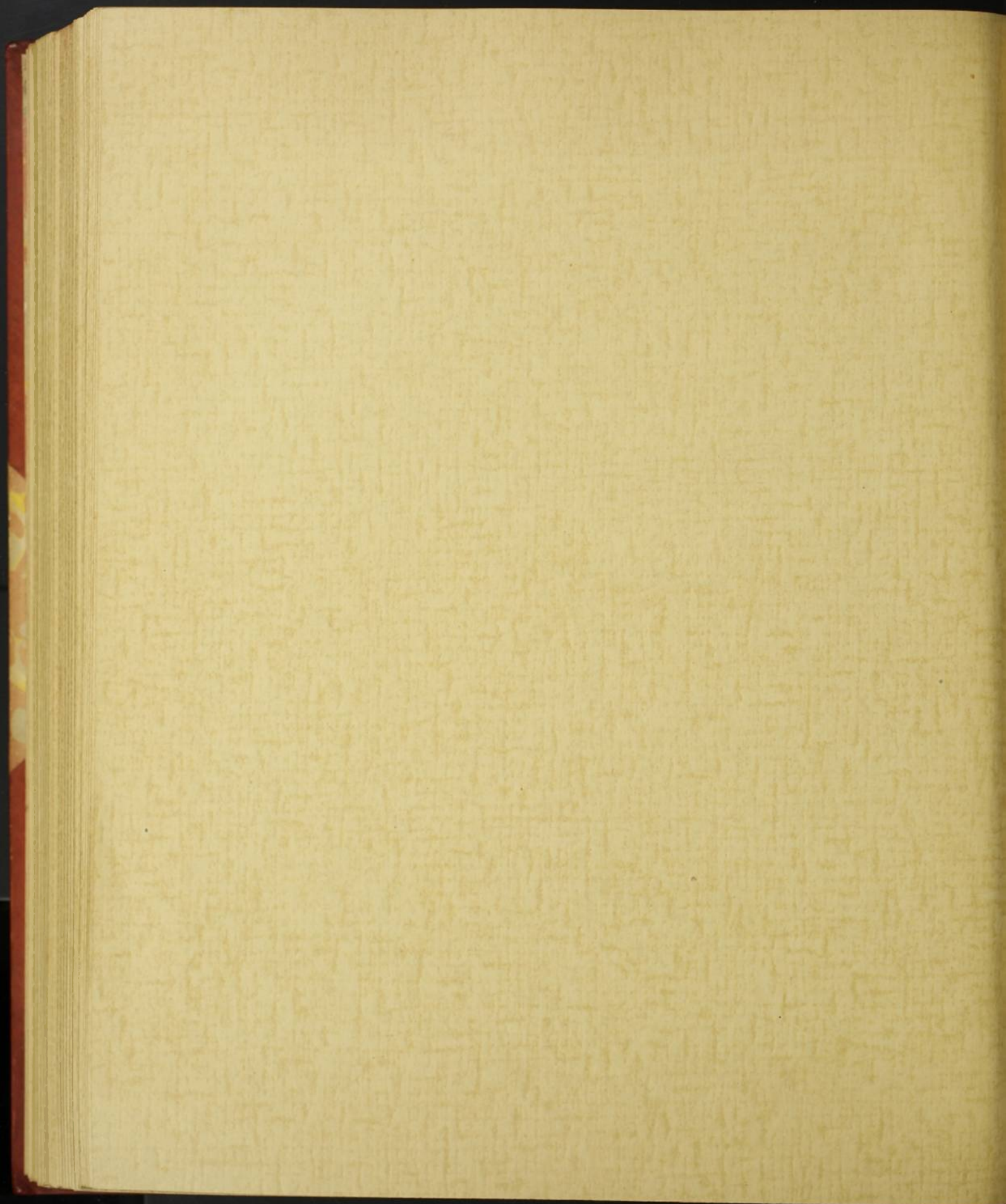
NEGRO BENGUELA — ANGOLA — CONGO — MONJOLO







NEGROS CRIoulos

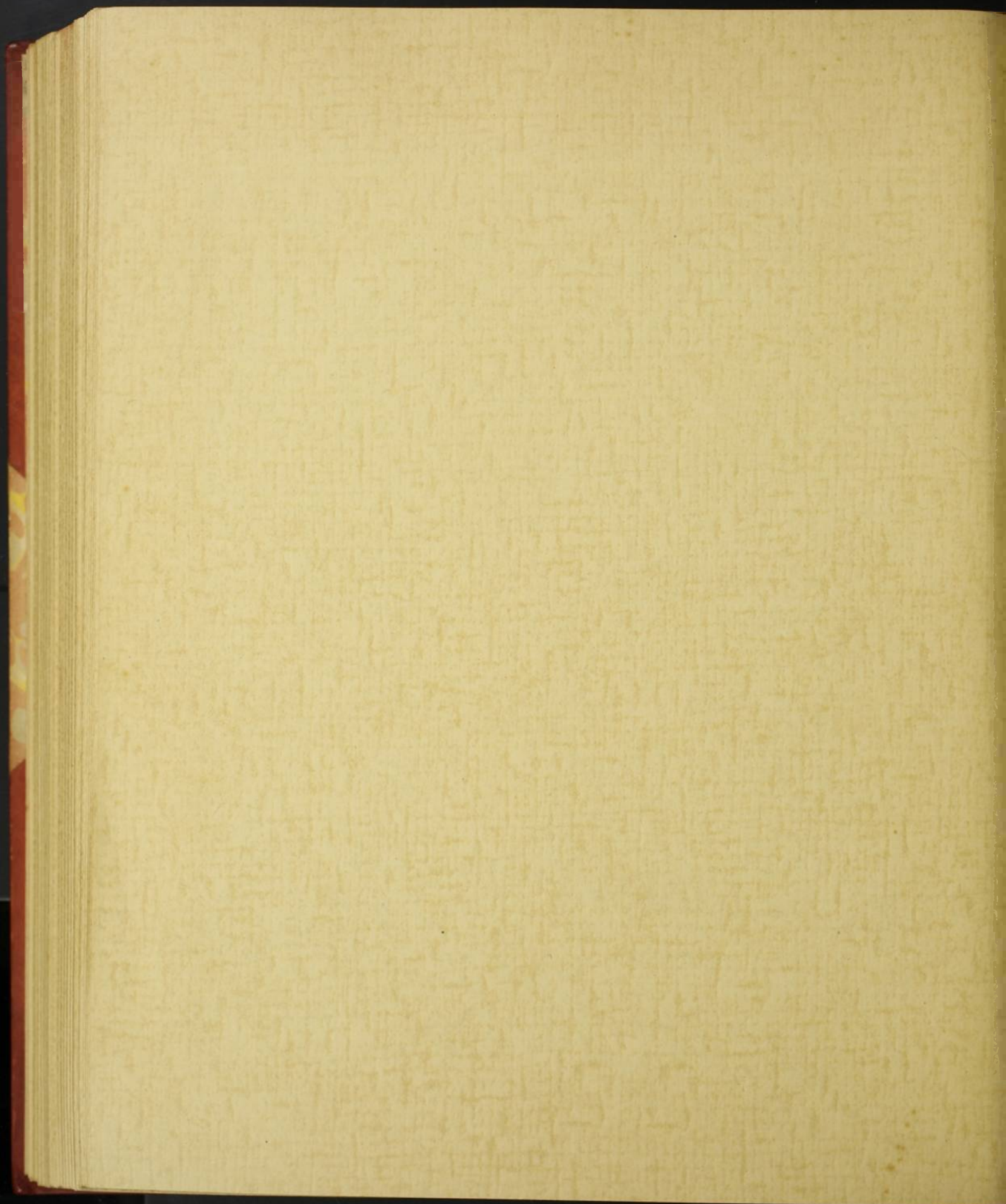




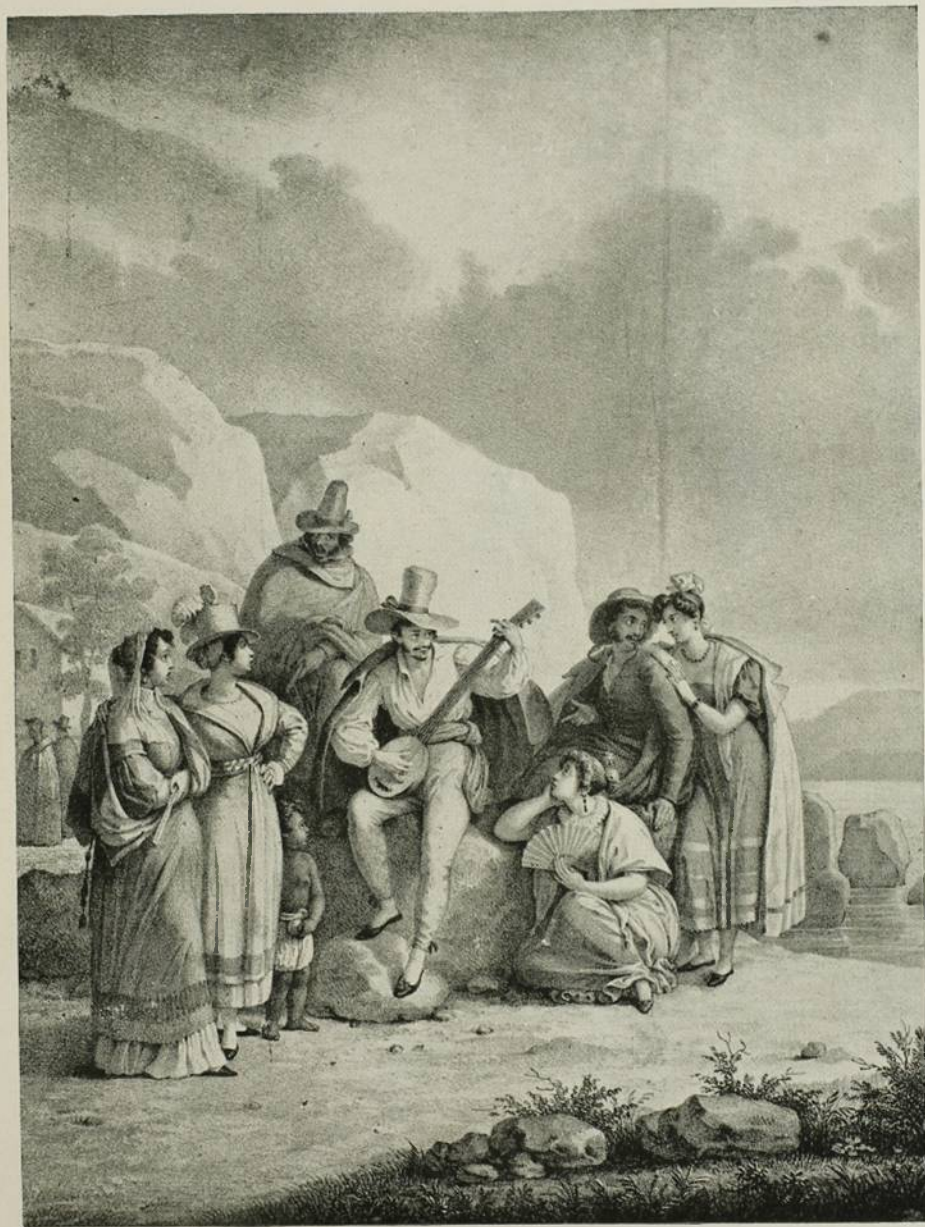


COSTUMES DO RIO DE JANEIRO



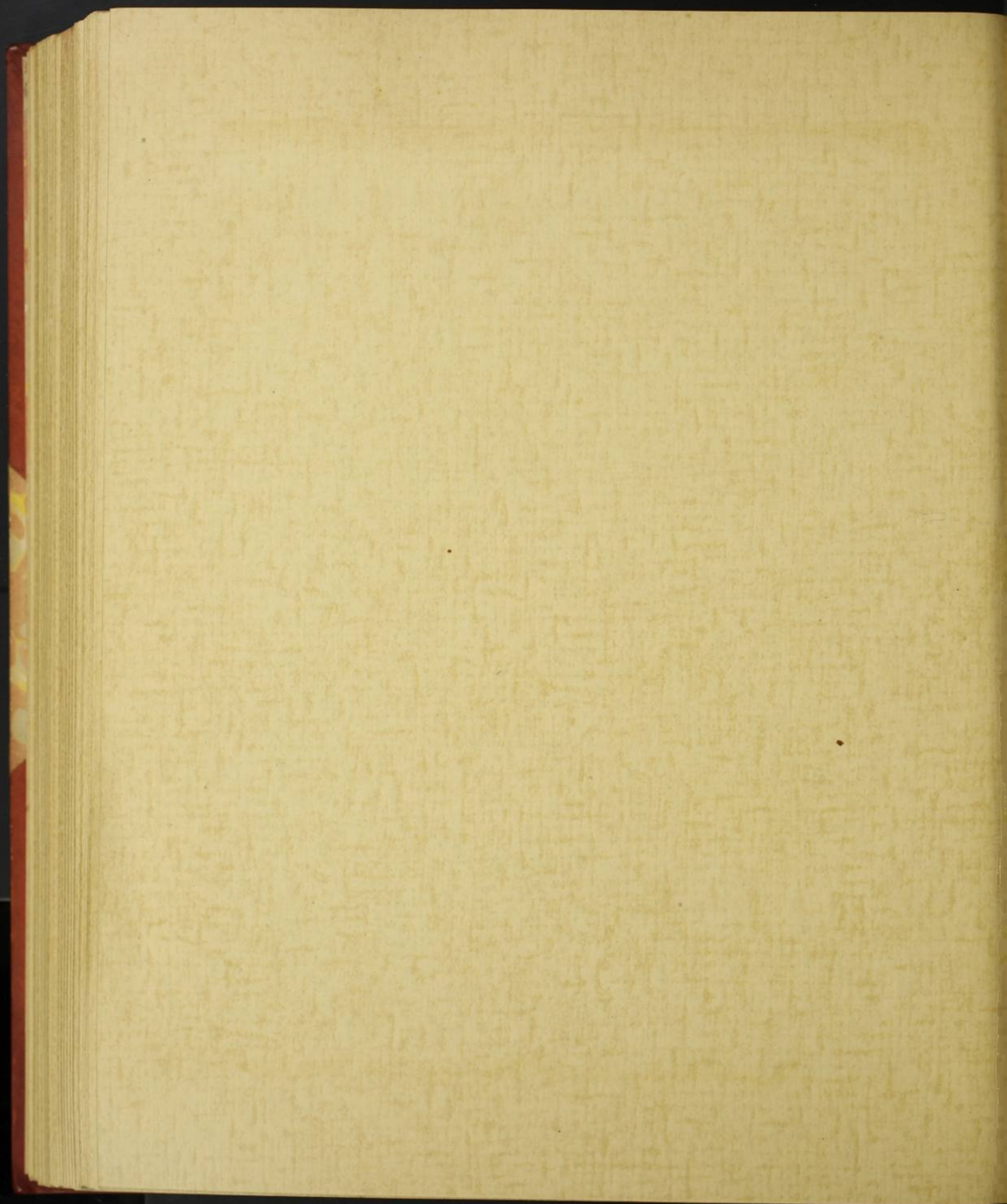




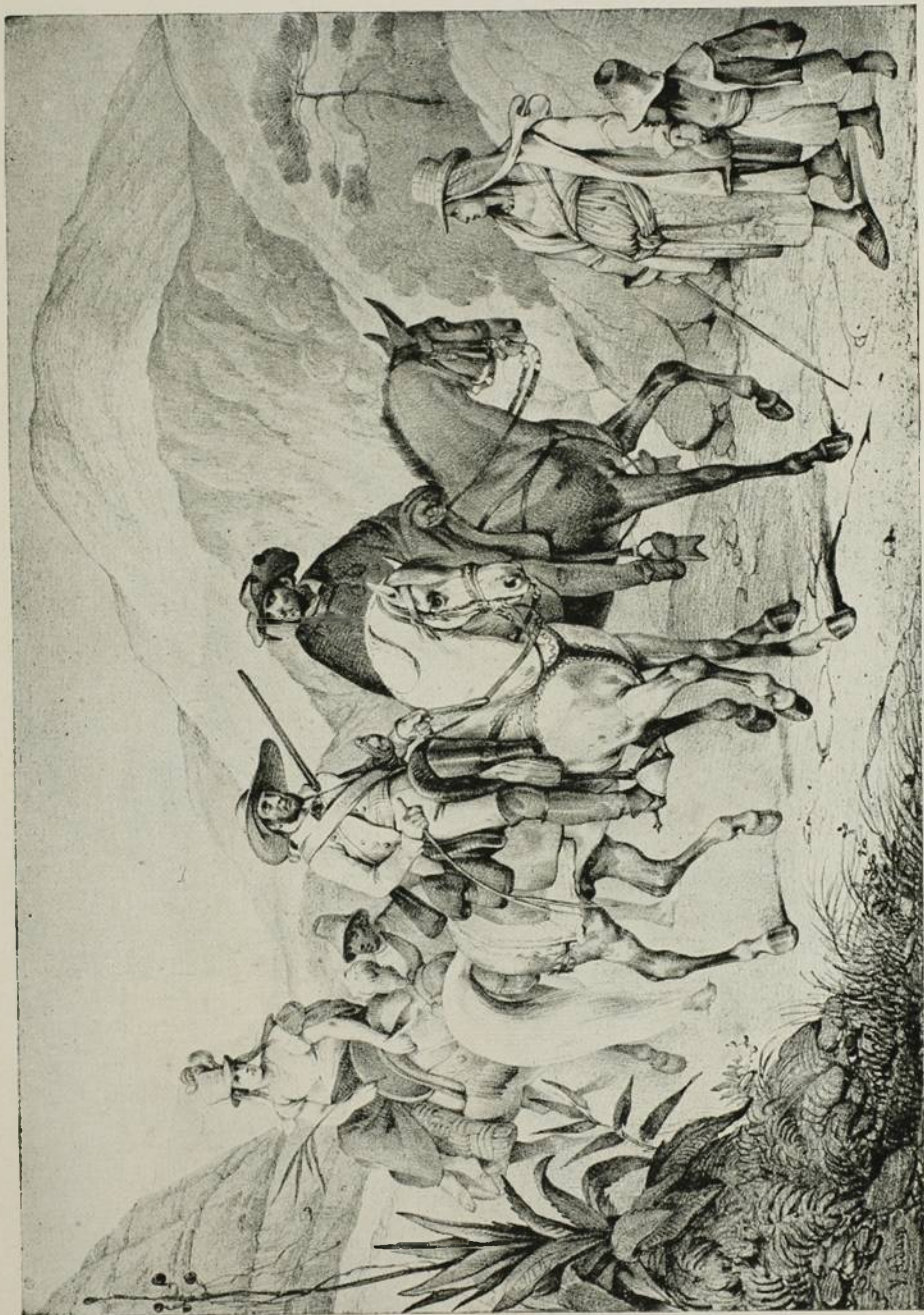


COSTUMES DE SÃO PAULO



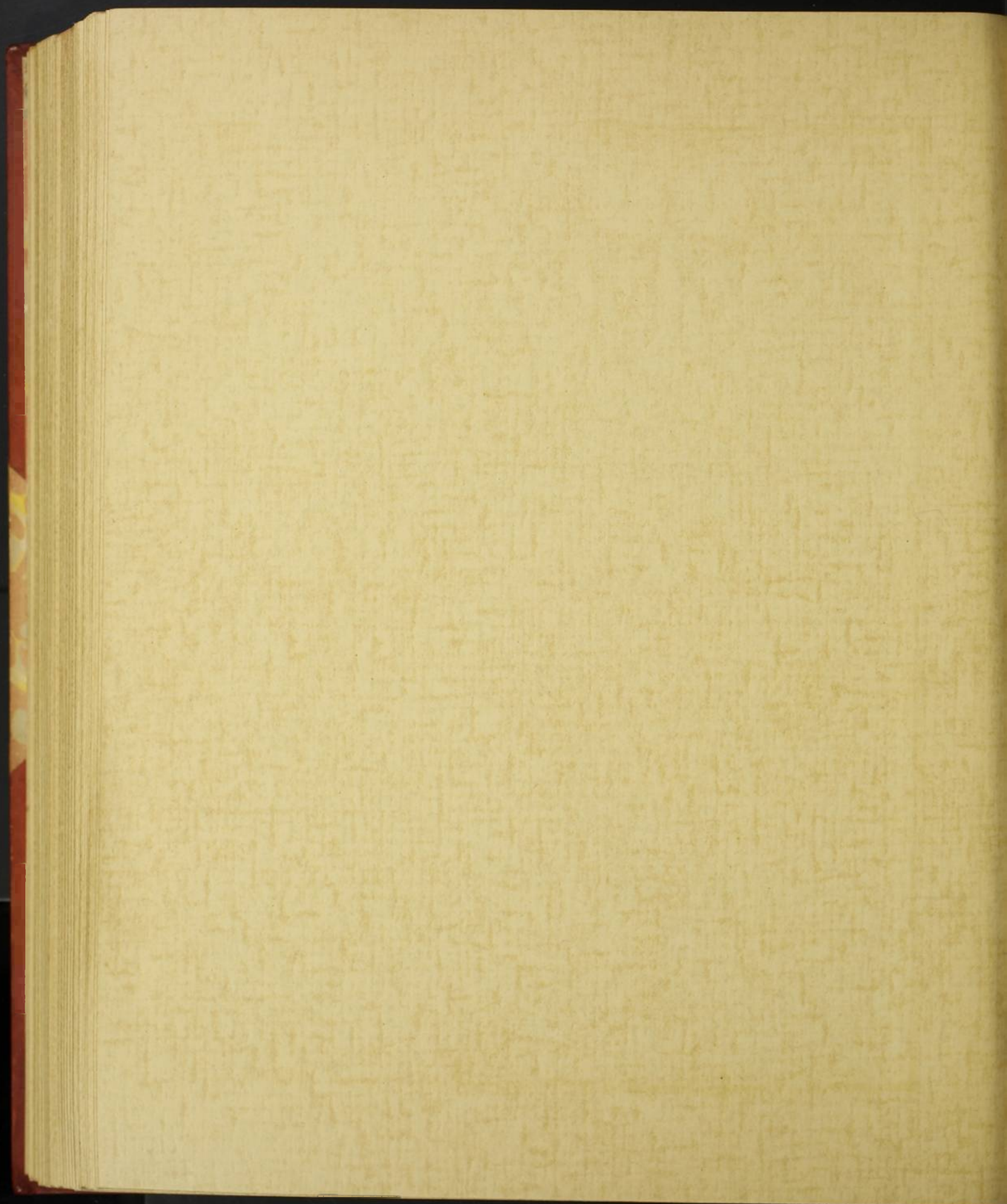






HABITANTES DE MINAS



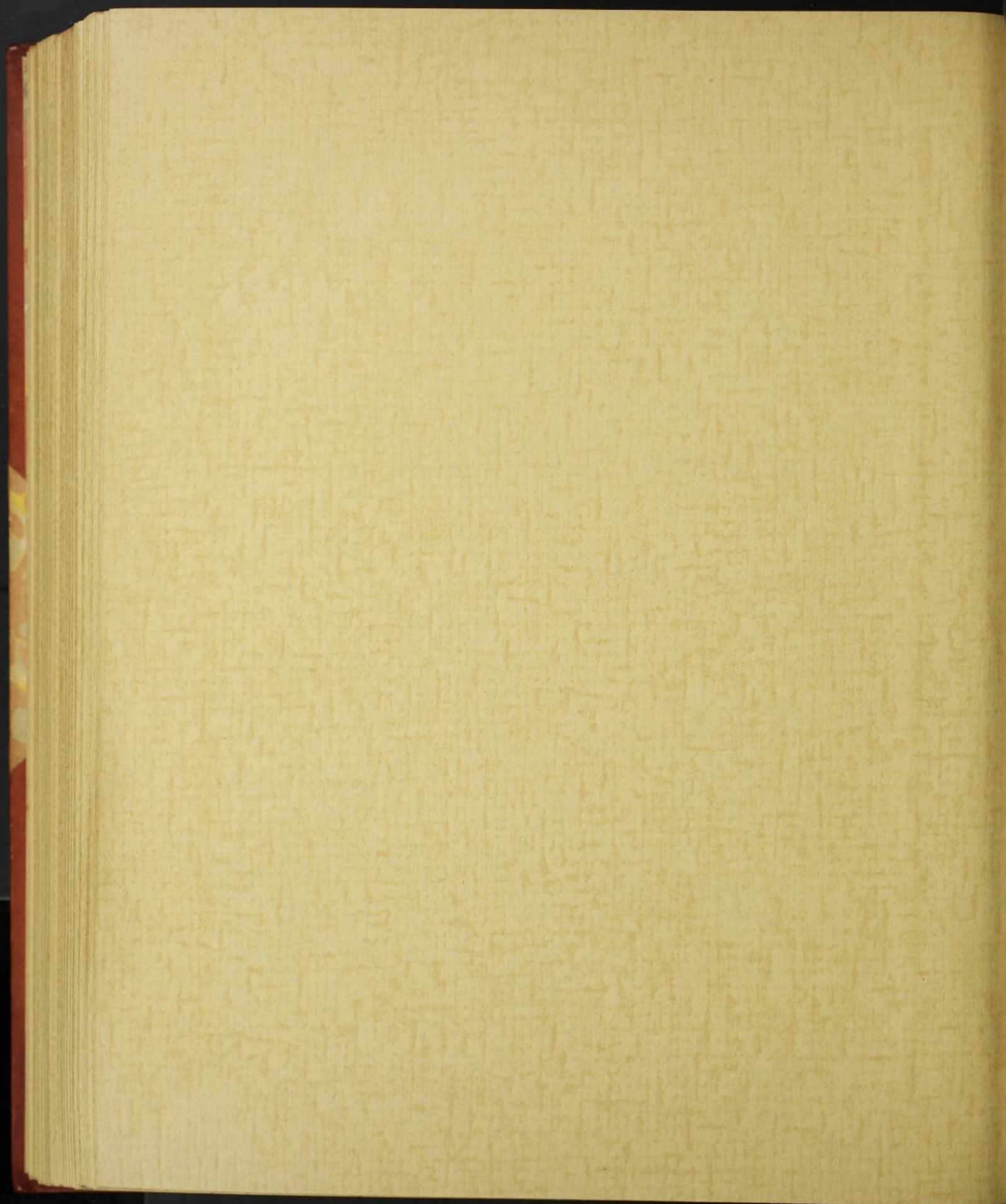




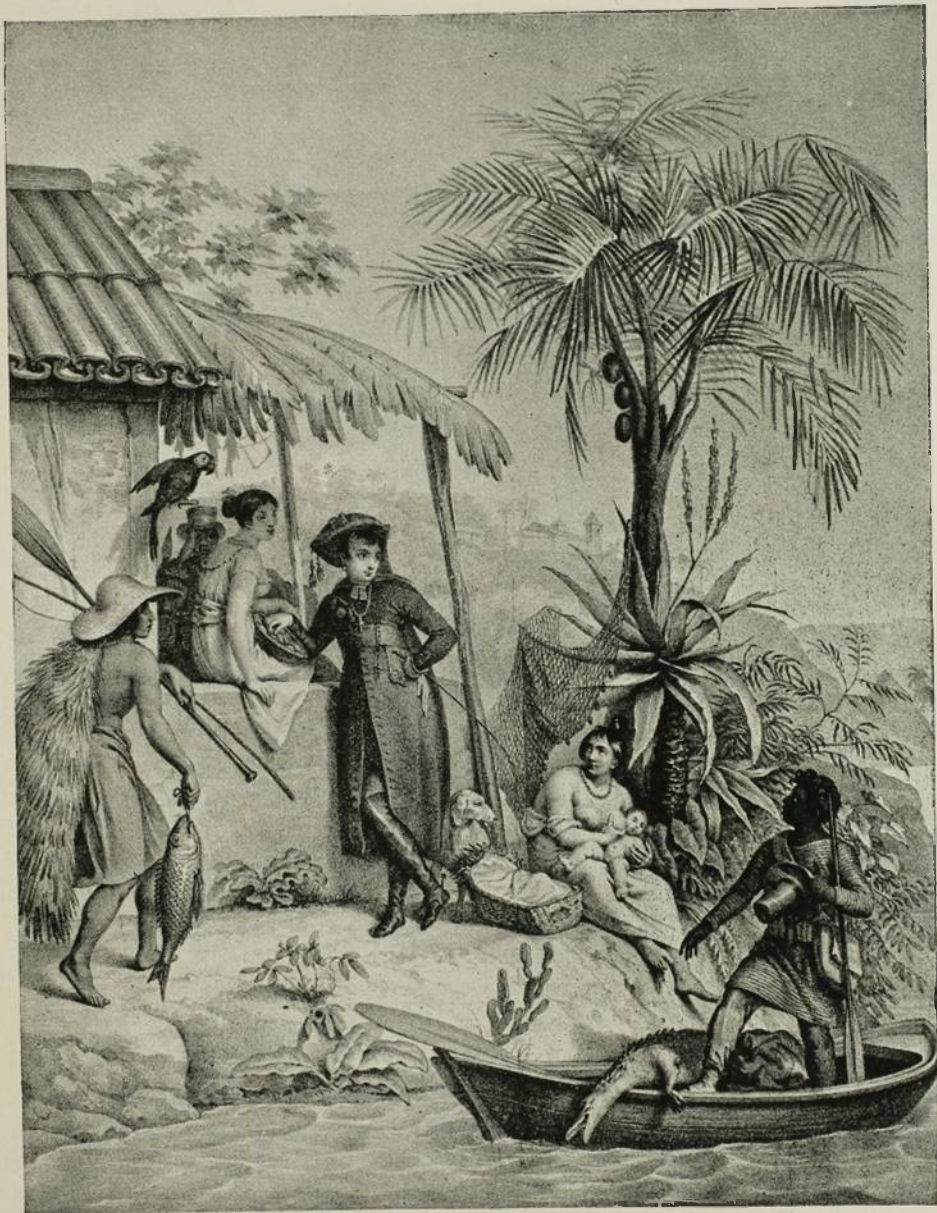


HABITANTES DE GOIAZ



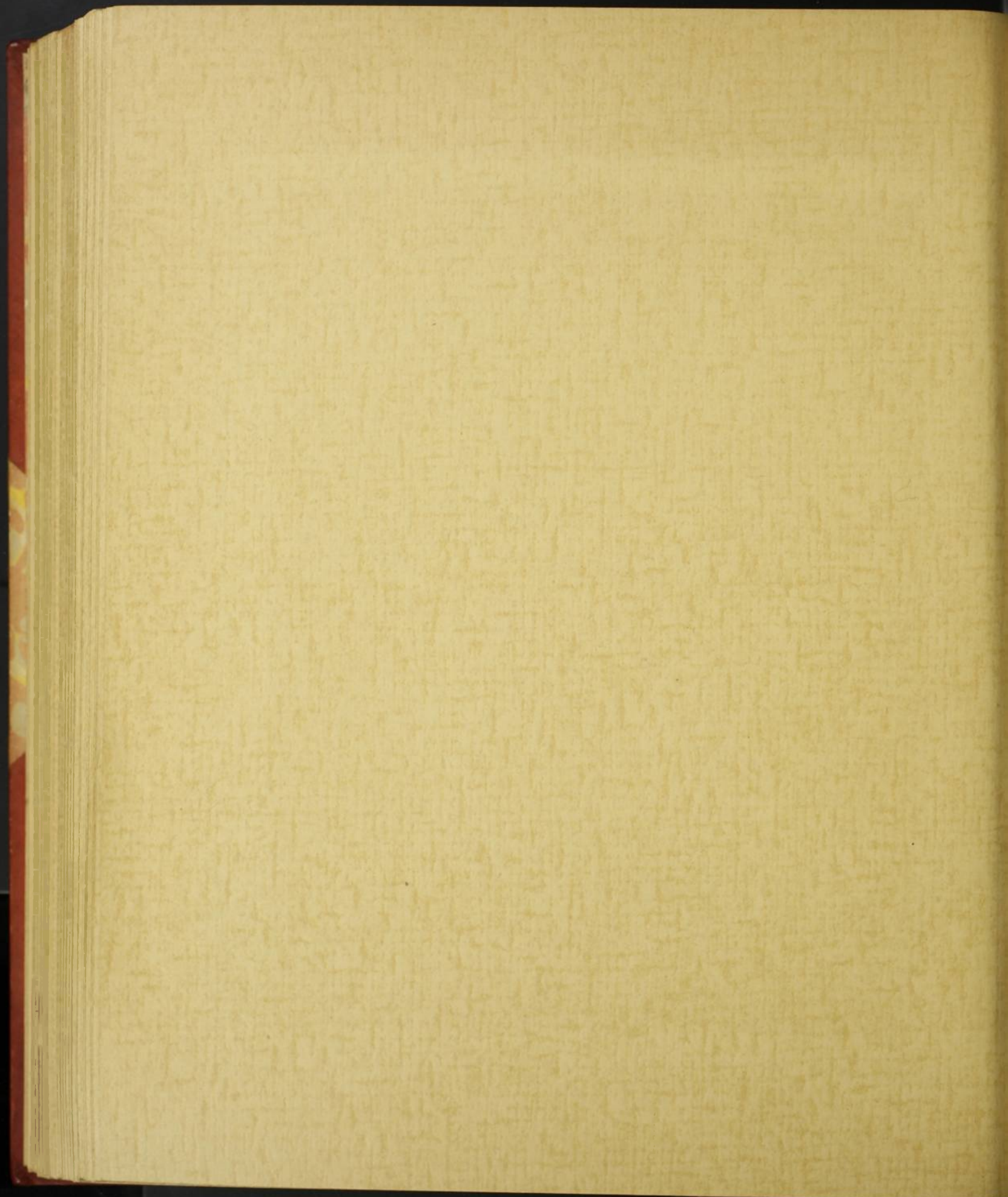






COSTUMES DA BAÍA







res. No entanto, é raro que os grandes proprietários dessas fazendas nelas habitem; entregam a direção a um administrador, que reparte com êles os lucros numa certa proporção. Esse gênero de indústria é muito lucrativo, pois os proprietários não podem saber ao justo a situação dos seus negócios. O cuidado do gado cabe a um vaqueiro, ajudado por vários peões, os quais são todos livres. Empregam-se poucos escravos nessas regiões, e exclusivamente nos pequenos trabalhos domésticos.

A vida dos vaqueiros é ainda mais retirada, e mais grosseira que as dos roceiros, ou colonos pròpriamente ditos. Suas funções exigem muita coragem e habilidade, tanto para laçar e domar os cavalos selvagens como para cuidar do gado bovino, se é que se pode aludir aquí a cuidados. As manadas vivem em liberdade e é sòmente em certas estações do ano que os peões a cavalo as reúnem em lugares cercados para o rodeio. Preso o gado, separam-se os garrotes de dois anos, para castrar; marcam-se, com ferro em brasa, os de um ano, imprimindo-lhes a marca do proprietário; finalmente, laçam-se, para o corte, os de vários anos de idade. Verifica-se, nesta última operação, um método que revela muita habilidade. O peão a cavalo persegue o animal e, ao atingí-lo, tenta laçar-lhe as pernas para derrubá-lo ou, então, atira-o ao chão com uma vara e amarra-lhe, em seguida, os pés. Cabe ainda ao vaqueiro visitar diàriamente as diferentes pastagens, para impedir que o gado se perca e protegê-lo contra os animais ferozes, principalmente os lóbos, numerosos nesses campos. Essa inspeção, em virtude da grande extensão das pastagens, só pode ser feita a cavalo, pois o vaqueiro deve percorrer, muitas vêzes, de quinze a vinte léguas diárias. Próximo à fazenda, encontra-se uma pastagem cercada, que se chama curral; neste se conservam sempre certo número de animais mansos, principalmente vacas, com cujo leite se fabrica o

queijo que constitue, nessas regiões, um artigo de comércio muito importante.

Domar cavalos não exige mais cuidados do que o gado, mas exige o mesmo esforço e habilidade. Em geral os cavalos andam em grupos de vinte a trinta. Para aproximar-se deles, marcá-los ou vendê-los, os peões, em certas épocas, perseguem essas tropas para encurralá-las em pastos fechados, onde são laçados os cavalos em idade adequada. Usam-se pinças para segurá-los pelas orelhas ou pelos beiços; põe-se-lhes um cabrêsto ou barbicaço e logo depois o peão pula-lhes ao lombo. Em seguida, larga-se o cavalo assim montado; êle dispara e, com saltos violentos, procura desembaraçar-se do cavaleiro, até que exausto de cansaço e de chicotadas começa a obedecer à rédea. Recomeça-se no dia seguinte, e em poucos dias o cavalo está ensinado. Em tôdas as fazendas existem alguns asnos de boa raça para a reprodução de mulas; para isso, conservam-se sempre algumas éguas à proximidade da habitação ou em pasto separado.



## A VIDA DOS EUROPEUS

As revoluções políticas e os acontecimentos que desde alguns anos se vêm sucedendo no Brasil, e de que o Rio de Janeiro foi quasi sempre o teatro, tiveram resultados muito interessantes. Um dos mais importantes, talvez o que mais impressione o observador, é o interêsse sempre crescente dos habitantes do país por tôdas as questões cuja solução pode ser de alguma influência tanto na vida interna como na vida externa do Brasil. Esse interêsse manifesta-se livremente, sem nenhum constrangimento, e, comparando-se êsses novos hábitos com a antiga obediência passiva, com a antiga submissão muda a tôdas as ordens vindas da Metrópole, características de tôdas as colônias dos Estados da Europa, principalmente na América meridional, verifica-se que o espírito de exame e de discussão substituíu o respeito cego que se professava pela superioridade da Metrópole. E' êste um dos traços característicos dos costumes do Rio de Janeiro. Gente de tôdas as classes se entrega às conversações políticas e, nos grupos que formam, vêm-se eclesiásticos, oficiais, negociantes e operários. Se nem sempre conhecem bem o assunto de que falam mostram sempre, entretanto, muito interêsse, bom senso e espírito, e exprimem seu pensamento com bastante facilidade. Entre os povos meridionais essas discussões em plena rua lembram a vida pública dos antigos; formam a opinião e a exprimem. Mas, como é de ver, tanto no Brasil como na Europa,

existem várias maneiras de encarar essas reuniões. Que os grandes do dia se sintam incomodados, às vêzes, com o progresso constante do espírito de investigação, com a necessidade que experimentam os cidadãos de externar seu pensamento acêrca dos acontecimentos e das medidas cujas consequências boas ou más influem na sociedade inteira, é muito natural; mas, pelo menos, não deveriam esquecer que êles mesmos incentivaram êsse movimento e, hoje em dia, lhes seria difícil sustá-lo. Não discutiremos até que ponto essa observação se applica à própria Europa; mas é eminentemente applicável às colônias espanholas e portuguezas. Os habitantes do Brasil não pensavam intrrometer-se nos negócios públicos, nem julgar os atos dos seus dominadores; foram os governos da Europa que lho ensinaram, por meio de proclamações ao povo e de apelos à opinião a qual, até então, não tivera talvez sequer o sentimento de sua própria existência.

Êsse espírito público age, no sul, de uma maneira ainda mais forte do que no norte, e, embora a imprensa não seja livre, os discursos são mais animados e as reuniões mais frequentes. A Porta do Sol em Madrid, o Rocio de Lisboa e a praça de igual nome que se situa em frente do palácio do Rio de Janeiro, são, para a vida intelectual, centros de ação cuja importância não pode ser apreciada nas frias regiões do norte. Não é de estranhar que a opinião pública se pronuncie mais favoravelmente ao govêrno atual, no Rio de Janeiro, do que em qualquer outra parte do Brasil. Não sòmente a presença do Imperador e da Côrte trazem para a capital grandes vantagens materiais, de que são privadas as outras partes do Império, mas ainda o aspecto pessoal do jovem príncipe garante-lhe merecida popularidade tôdas as vêzes que se mostra em público. Dele se conta um fato que explica o entusiasmo de grande parte de seus súditos. Em 1822, ao saber que agitações perturbavam a província de



Minas Gerais, montou imediatamente a cavalo e, acompanhado de vários ajudantes de campo, correu ao encontro dos sediciosos. Embora não tivesse trazido tropas, sua simples presença bastou para aplacar a desordem; depois do que voltou êle, em quatro dias e meio, de Vila Rica ao Rio de Janeiro, apareceu no teatro e, diante do público atônito, foi o primeiro a proclamar o fim das agitações. No mesmo ano, quando as tropas portuguezas se recusaram a embarcar para Lisboa, não se mostrou êle menos prudente, nas medidas tomadas, nem menos resolutivo na sua execução; à frente da milícia, obrigou-as a passar para a margem oposta; em seguida, cortou-lhes o abastecimento, subiu a bordo de uma corveta ancorada perto da praia e só desceu depois dos portuguezes embarcados. Foi visto apontando um canhão e tomando a mecha do artilheiro afim de abrir fogo à menor resistência. E por ocasião da dissolução da primeira assembléia representativa, o que se lhe pôde censurar não foi certamente a falta de energia.

Se êsse príncipe, que deu provas tão evidentes de sua energia e de sua infatigável atividade, não se entregar a conselheiros ignorantes ou de má fé, se não separar seus interesses do dos brasileiros, se não os sacrificar à influência estrangeira, se observar as manifestações da opinião pública, se respeitar e ouvir os representantes dela, seu reino, embora não esteja nas suas fôrças satisfazer a todos os desejos, marcará uma das épocas mais memoráveis e mesmo gloriosas da história do Novo Mundo.

Há um assunto que, em que pese a importância extraordinária que pode ter para o Brasil, não está sendo encarado pelo governo com a devida atenção: é a colonização do país por europeus. As vantagens que dela resultariam para o Estado são tão evidentes que não parece necessário enumerá-las. Mais do que qualquer outro meio, essa colonização aceleraria e orientaria a civilização. Apenas nos deteremos diante de uma das faces do

problema, que nos parece não ter sido, ainda, suficientemente considerada: a influência que o aumento da população branca no Brasil, e em geral no Novo Mundo, teria, necessariamente, na situação dos negros e dos escravos. Evidentemente, essa influência acarretaria mais cedo ou mais tarde a abolição da escravidão, sem que houvesse a temer nem perturbações nem perigos. Com efeito, se a preponderância do número pertencesse aos brancos, diminuiriam, naturalmente, os perigos da emancipação dos negros, perigos êsses que talvez tenham sido muito exagerados. Aliás, a concorrência do trabalho dos homens livres encaixa sempre o trabalho dos escravos e diminue; por conseguinte, as vantagens do sistema escravocrata, tornando a abolição desejada pelos próprios senhores de escravos. Infelizmente, o mau êxito de tôdas as tentativas de colonização criou um preconceito muito desfavorável a quaisquer novas experiências, não somente no espírito do Govêrno Brasileiro mas ainda no público europeu, principalmente na Alemanha. Seja-nos permitido, pois, expor, rapidamente, as causas dêsses malogros, afim de assegurar aos futuros empreendimentos melhores resultados.

Não é de estranhar que os que foram vítimas dessas emprêsas procurem as causas de suas desventuras, por tôda parte, menos nos seus próprios defeitos; não é de estranhar, tão pouco, que o público se tenha deixado perturbar pelas queixas a ponto de conceber idéias inteiramente falsas. Afirmando que êsses homens decepcionados não fazem senão expiar seus próprios vícios, e suas extravagâncias, estamos certos do apôio de tôdas as pessoas imparciais e conhecedoras do assunto; por outro lado, as censuras endereçadas ao Govêrno do Brasil carecem totalmente de fundamento. Êsse govêrno cumpre, conscienciosamente, os compromissos assumidos por escrito; mas, quando os emigrantes dão crédito às invenções dos agentes inferiores e dos redatores cabe-lhes a culpa de se verem enganados nas suas espe-



ranças, tanto mais quanto não lhes falta, a êsse respeito, a advertência das autoridades de seu próprio país. Quem embarca para o Brasil, afim de fazer fortuna rapidamente e sem esforço, quem aí chega sem dinheiro e sem capacidade, confiando unicamente nas subvenções que espera do govêrno, caminha para um desastre certo. Ao contrário, quem parte com a firme resolução de consagrar alguns anos ao trabalho assíduo, renunciando a tudo que não seja de primeira necessidade, quem é capaz de executar um tal projeto, quem, finalmente, sabe abdicar às idéias, e sobretudo ao orgulho europeu, não se envergonhando de pedir instruções aos indígenas, quem faz tudo isso, pode ter certeza de que, a menos de infelicidades extraordinárias, conquistará para si e para os seus uma situação de bem-estar. O trabalho seguido, pertinaz pode levar mesmo à abastança; raramente, porém, ou nunca, à riqueza. E' natural que para isso seja necessário um pequeno capital, principalmente para o camponês, o qual paga a sua experiência bastante caro antes de acomodar as suas idéias européias ao país em que se encontra. O futuro do operário é mais favorável, pois paga-se o seu trabalho muito caro; em compensação, porém, êle está exposto a tentações maiores de dissipar o que tão fâcilmente ganhou e de se entregar à influênciã do clima e às seduções dos portos de mar. A escolha da província é também de grande importância para os colonos; em sua maioria encontram uma das causas principais de sua ruína no fato de se estabelecerem nas regiões úmidas do litoral, onde a natureza severa dos trópicos logo os abate, ao passo que as províncias do interior, de maior altitude, convêm melhor à cultura européia, principalmente S. Paulo. E desde que procuramos provar que essas tentativas podem dar resultado, seja-nos permitido acrescentar um conselho: quem conservar a esperança de ganhar seu pão ao suor de sua frente, na Europa, por aí fique e se contente com o que tem.

A experiência tentada pelo govêrno de introduzir no Brasil a cultura do chá, por meio de uma colônia de chineses, merece uma referência especial. Em verdade, essa tentativa deu, até agora, resultados insignificantes, mas que não podem deixar de melhorar dentro de pouco tempo. Não há, aliás, razão nenhuma para desesperar do êxito de um empreendimento dêsse gênero. As consequências felizes que pode comportar a cultura do chá no Brasil, sua possível influência sôbre o comércio do mundo inteiro, são de tal ordem que difficilmente se encontraria um assunto mais digno das meditações do govêrno. Se se considerar que sômente a Inglaterra importa mais de três milhões de libras de chá da China e que êsse artigo é pago todo êle em pias-tras, compreender-se-á que o Oriente é o abismo devorador de quasi todos os metais preciosos exportados da América para a Europa. As causas da crise extraordinária de numerário verificada há tempos no comércio da Inglaterra e de tôda a Europa são evidentes. Por um lado os metais preciosos já não afluem aos nossos países, como outrora; por outro, o Oriente continua a absorvê-los. A introdução do chá no Brasil ameaça modificar inteiramente êsse sistema comercial, tão funesto à Europa. Quando a Europa puder obter no Brasil todo o chá de que necessita, ou pelo menos a maior parte dele, não será mais obrigada a pagá-lo com metais preciosos. Para compensar o valor imenso do que compra, ela exportará mercadorias para o Brasil. Então será sustada a evasão do metal para o Oriente, a indústria receberá novo impulso, tanto do aumento dos capitais como do acréscimo das importações. As vantagens que decorreriam dêsse estado de cousas, para o Brasil, são inegáveis. Limitar-nos-emos a observar que também do Brasil são mandadas para o Oriente grandes importâncias em metal, o que dá a seu valor flutuações perigosas e muitas vêzes altas súbitas e injustificáveis.



E', principalmente, ao antigo ministro Conde de Linhares que se devem as tentativas feitas até agora em prol da cultura do chá. Há alguns anos fêz êle vir quantidade de mudas, alguns chineses para tratá-las e formou uma plantação atrás do Corcovado, à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, perto do Jardim das Plantas. Era de seis mil o número de arbustos em 1825. Plantam-se em fileiras, a três pés de distância uns dos outros, com ótimos resultados. A floração dura de julho a setembro e as sementes amadurecem completamente. Três vêzes por ano escolhem-se as fôlhas que devem ser colhidas; são elas secadas, em seguida, em fornos de barro, tendo-se o cuidado de separá-las, de acôrdo com as diferentes espécies, como se faz na China.

Entretanto, afirma-se com certa razão que êste chá não tem o gôsto requintado e aromático das espécies de primeira qualidade da China; ao contrário, tem êle um gôsto acre de terra. Êsse defeito se explica facilmente pela circunstância de não se achar a planta introduzida no Brasil há tempo suficiente para uma boa aclimação, mas é de esperar que com cuidados continuados o chá adquira, finalmente, tôdas as qualidades apreciadas no da China. Os conhecedores pensam que o gôsto de terra se deva ao fato de não se saber tratar as fôlhas depois da colheita, principalmente no que diz respeito ao secamento. Na sua opinião, não se teve, tão pouco, muito cuidado na escolha dos chineses importados para essa cultura. Compreende-se, facilmente, quanto é importante essa escolha se faça entre chineses que, na sua pátria, já se tenham dedicado à cultura do chá e dela tenham experiêcia. Agir de outro modo seria cair no absurdo; seria como se se fizesse vir ao Brasil um camponês do Holstein para introduzir a cultura da vinha. Por ridículo e nocivo que pareça, um tal absurdo, não foi êle, entretanto, evitado completamente.

O número de chineses estabelecidos perto da Lagoa Rodrigo de Freitas e da fazenda de Santa Cruz é de mais ou menos trezentos e nesse número poucos há que se dediquem à cultura do chá; muitos são mascates, outros cozinheiros. Os chineses se adaptam muito bem ao clima do Brasil e muitos deles aí se casam. Pergunta-se se não seria uma grande vantagem para o país ter vastas colônias de chineses e se o governo não deveria favorecer a sua introdução. O que chama sèriamente a atenção para o assunto é o êxito sempre crescente das colônias chinesas nas possessões inglesas da Austrália.

Não terminaremos êsse curto esbôço dos costumes dos habitantes do Rio de Janeiro e seus arredores, sem dizer algumas palavras do que neles existe de mais agradável: queremos referir-nos ao modo de viver dos habitantes mais abastados. Seria difícil imaginar algo mais atraente do que essas casas esparsas que se encontram, principalmente ao sul da cidade, na praia do Catete e do Botafogo ou na encosta da montanha e nos vales que se abrem para a baía. Uma há principalmente que, notável pela situação e o gôsto arquitetural, merece ainda destaque por ter sido durante muito tempo a residência de um homem que se exilara nesta praia hospitaleira para fugir ao imenso naufrágio do nosso século. Aí, no meio da vegetação vigorosa do Novo Mundo, lembrava o pilôto que, novo Prometeu, gemia amarrado ao rochedo nú. Possam todos os infelizes contra os quais a velha Europa exercerá doravante o direito de perseguição e de exílio, encontrar, no Novo Mundo, tão reconfortante futuro.



## EUROPEUS NA BAÍA E EM PERNAMBUCO

Existe muita analogia entre a situação social, os usos, os costumes e o caráter dos habitantes da Baía e de Pernambuco. Uns e outros distinguem-se, por diferenças bem marcadas, dos habitantes do Rio de Janeiro e das províncias meridionais. Desde a abertura dos portos do Brasil ao comércio europeu, e principalmente ao comércio inglês, Baía e Pernambuco viram sempre crescer a influência das necessidades, dos prazeres, das idéias, da cultura do Velho Mundo. Entretanto o brasileiro do norte, ao que parece, apegou-se menos aos aspectos exteriores brilhantes da civilização européia e muito mais ao que ela oferece de sério, de industrial e de científico. Essas duas cidades têm menos esplendor que a residência da Córte Imperial; mas goza-se nelas do aspecto de um bem-estar mais generalizado, de uma atividade mais livre. Esta observação liga-se principalmente às classes médias e inferiores: o número de pequenos proprietários e trabalhadores livres é em geral maior do que nas províncias meridionais; o povo é menos turbulento, menos devasso e menos efeminado do que no Rio de Janeiro. O homem de baixa extração, qualquer que seja a sua côr, demonstra um certo orgulho, uma espécie de energia que o impele muitas vêzes à violência, à ofensa e à vingança.

Os brasileiros do norte distinguem-se pelos seus conhecimentos marítimos e sabe-se que grande parte da população dessas

províncias vive da pesca à baleia. As jangadas de que os pescadores se servem na costa são, para os jovens, uma oportunidade para se acostumarem desde cedo ao mar e seus perigos. Essas jangadas constituem-se de cinco a seis troncos de madeira leve, amarrados de um modo muito particular. Comportam uma vela latina e o piloto ocupa um assento estreito; conserva perto dele uma peça de madeira em forma de garfo para pendurar algumas provisões e recipientes. Nessas frágeis embarcações, dois ou três homens se lançam sôbre vagas que muitas vêzes os escondem ao olhar do espectador admirado.

As idéias que durante os séculos XVIII e XIX dominaram a Europa encontraram talvez melhor acolhida em Pernambuco do que nas outras cidades do Brasil; mas o que é principalmente notável é que, no Brasil, sobretudo nas províncias do norte, essas idéias quasi não afetaram a influência do clero sôbre o povo. Aconteceu mesmo, muitas vêzes, ao que parece, pôr-se o clero à frente do movimento intelectual. O viajante que observa o esplendor com que são celebradas as festas religiosas na Baía e em Pernambuco, difficilmente se persuade de que a civilização atual é o resultado das idéias e princípios que na Europa se opuseram, sem cessar, à Igreja católica, como a seu principal adversário.

Antes de deixar Pernambuco e o Brasil, seja-nos permitido deitar um olhar para a história desta província. Em seus começos, nada tem ela de interessante. Nós a recordaremos sumariamente. Em 1534, Duarte Coelho Pereira que, pelo sistema colonial em vigor na época recebera essa parte do litoral, fundou a cidade de Olinda. Assinalam o primeiro século da existência de Pernambuco em primeiro lugar o crescimento dessa colônia, graças à agricultura e ao comércio; em seguida, as negociações com os caetés e outros índios da costa; finalmente, os contínuos esforços do governo português para restringir o po-



der dos antigos donatários e submetê-los aos capitães generais nomeados pela metrópole. Foi também nessa época que os franceses, expulsos do Rio de Janeiro, tentaram estabelecer-se nessa costa. Tendo-se em vista os recursos de todo gênero, que apresenta a riqueza da terra, não se pode deixar de considerar que o crescimento dessa colônia foi muito lento; isso se explica, entretanto, pelo caráter dos primeiros colonos. Não eram estes unicamente comerciantes e agricultores; eram também soldados e aventureiros de toda espécie. Deve-se também procurar uma explicação nas primeiras instituições civis outorgadas a essas colônias, instituições que eram apenas uma imitação do sistema feudal da Europa e por conseguinte, muito mais susceptíveis de favorecer as guerras contra os índios, e outras expedições perigosas, do que os progressos pacíficos da agricultura e do comércio. Mas se tais instituições e a influência por elas exercida no caráter dos colonos constituíram, sob mais de um aspecto, um obstáculo ao aproveitamento de todos os recursos do solo, se retardaram a prosperidade da colônia, contribuíram, por outro lado, para inspirar aos habitantes de Pernambuco um ardor guerreiro, uma perseverança, um grande amor à liberdade, qualidades que elles logo tiveram a oportunidade de desenvolver, e que lhes assinam um lugar glorioso na história dos povos.

Essa oportunidade lhes foi dada pelos holandeses, os quais, desejando estabelecer-se no Brasil, tentaram dominar Pernambuco. Depois de rechassados da Baía pelo almirante espanhol D. Fradique de Toledo, os holandeses voltaram todos os seus esforços contra Pernambuco. A Côrte de Espanha, informada de seus preparativos, enviou o general português Matias de Albuquerque. Este veio para Pernambuco com algumas tropas, tomou o comando e providenciou para os preparativos necessários à defesa. Entretanto, suas forças não eram bastante consideráveis para defender Olinda, aliás mal fortificada, contra a

frota holandesa, bem abastecida e carregada de tropas de desembarque. Esta, em 1630, apoderou-se da cidade, do pôrto e de Recife. Mas aquí, como na Baía, os fatos provaram que a conquista da capital não decidia o destino da província. Exasperados pelas crueldades dos soldados holandeses, todos os habitantes tomaram armas e os invasores só puderam manter-se na capital, e em alguns outros pontos fortificados, donde devastavam todo o interior; mas, muitas vêzes também, os habitantes os atacavam, causando-lhes baixas consideráveis e pondo-os em fuga. Infelizmente, êsses habitantes não dispunham nem de um número suficiente de tropas disciplinadas, nem de armas bastantes para empreender algo decisivo. A Espanha mandou uma frota, sob o comando do almirante Oquendo, a qual devia proteger os galeões mexicanos e ao mesmo tempo conduzir refôrço para Pernambuco. Oquendo encontrou a frota holandesa, às ordens do almirante Patry, à altura de Olinda; depois de um horrível combate, os holandeses, vencidos, viram-se obrigados a se refugiar no pôrto de Recife. O almirante Patry, cujo navio acabava de ser aprisionado, escapou à catividade por uma morte voluntária, immortalizando-se na sua própria derrota. Precipitou-se ao mar do alto de seu navio exclamando: "o oceano é o único túmulo digno de um almirante batavo".

Oquendo desembarcou 700 homens sob o comando do general Bagnolo. No primeiro momento de terror os holandeses abandonaram Olinda, depois de tê-la reduzido a cinzas, e retiraram-se para Recife. Não nos cabe contar aquí tôdas as ocorrências, tôdas as vicissitudes dessa luta. Os holandeses revelaram uma perseverança quasi obstinada; tinham a seu favor a superioridade da arte militar, contínuos reforços mandados da Europa e riquezas inesgotáveis; ao contrário, os habitantes de Pernambuco nada possuíam além de seu heroísmo; nenhum socorro lhes vinha da Europa. Resistiram durante quatro anos



ao esforço dos holandeses, mas estes acabaram finalmente por se apossar não somente da província de Pernambuco mas ainda de tôdas as províncias vizinhas que se estendem, para o sul, até a Baía. As causas que paralisaram a corajosa resistêcia dos habitantes de Pernambuco, fazendo-os perder os frutos de seus primeiros êxitos, encontram-se, principalmente, nas dissensões verificadas entre os chefes brasileiros, na incapacidade ou na traição do general Bagnolo, que era napolitano, e, finalmente, na deserção do mulato Calabar, que mais contribuiu para o êxito dos holandeses. Sem dúvida é penoso censurar assim alguns dos chefes que defendiam a liberdade do Brasil; mas ao mesmo tempo que a história estigmatiza o nome de um traidor, mais tarde objeto da vingança de seus concidadãos, ressalta outros nomes que brilham e brilharão sempre nos anais do Novo Mundo, e cuja imortal reputação se deve aos mais nobres sacrifícios, ao mais puro heroísmo, à sua profundidade de vistas e ao seu talento de execução. Há muitos homens cuja conduta nobre constitue verdadeiro título de nobreza para as raças negra e bronzeada. Citaremos, de preferêcia a quaisquer outros, o do chefe negro, Henrique Dias, e o do chefe índio, Camarão.

Mesmo quando tudo parecia perdido, grande parte dos habitantes de Pernambuco recusou submeter-se aos holandeses. Partiram com suas mulheres e crianças para o pôrto vizinho de Pôrto Calvo; daí, escorraçados ainda pelos holandeses, foram para a Baía. Muitos, com suas mulheres e crianças, morreram de fome e moléstias, nas longas marchas através dos desertos e dos sertões. Os outros muito contribuíram para proteger a Baía contra a investida do general holandês Maurício de Nassau.

Por essa época (1638), parecia certo que no futuro o Brasil seria repartido entre a Holanda e Portugal, tanto mais quanto se vira malograr a última tentativa da Côrte de Espanha, mandando Francisco Mascarenhas à testa de uma frota para

salvar Pernambuco. Administrando com prudência e energia. Maurício de Nassau tentou curar as chagas das províncias que conquistara e que uma guerra de devastação durante tanto tempo assolara. A atividade dos holandeses parecia mostrar que logo se tiraria proveito das riquezas da região e que Pernambuco se tornaria uma das principais colônias de uma potência que, pela importância marítima, era então das primeiras da Europa. Um acontecimento, que, à primeira vista, parecia favorecer ainda essa possibilidade, contribuiu entretanto para destruí-la de um só golpe. A 1 de dezembro, uma conspiração, a mais gloriosa talvez de todas as que ficaram na história, libertou Portugal do jugo da Espanha e colocou a Casa de Bragança no trono. Pensou-se, então, que os Estados Holandeses iriam encontrar em Portugal um aliado natural contra a Espanha, e na verdade, o novo rei, não se sentindo ainda muito seguro, viu-se obrigado a concluir um armistício de dez anos, garantindo aos holandeses a posse de suas conquistas no Brasil. Mas os holandeses violaram, eles próprios, esse tratado, atacando de improviso o Maranhão. Na mesma época, Maurício de Nassau era chamado, pelos chefes invejosos da República, e a administração das províncias conquistadas confiada a três comissários; estes não demoraram em levar o desespero dos habitantes ao auge, por meio de vexames de toda espécie e mesmo pela sua intolerância religiosa. O governo sábio e forte de Maurício não dera aso a esse gênero de queixas. Foi quando um jovem, de nome Fernandes Vieira, deliberou libertar a sua pátria. Pertencia êle a uma família importante, que possuía grandes fazendas na província. Já se distinguira em diversos combates contra os holandeses e principalmente na tomada de Olinda, onde, com trinta e sete companheiros, defendeu, durante seis dias, o Forte de São Jorge contra todas as forças inimigas, rendendo-se em condições muito honrosas e depois de recusar, com nobre desdém, a condição de



nunca mais pegar em armas contra os invasores. Em 1645, êle concebeu o plano de apossar-se da capital da província; traído e denunciado, resolveu, imediatamente, escapar às consequências de seu ato, revoltando-se abertamente. À frente de uma pequena tropa muito mal armada, atacou os holandeses. Graças à sua coragem inquebrantável, à sua prudência profunda, a seu ardoroso amor à pátria, conseguiu êle comunicar seu entusiasmo aos compatriotas e, a-pesar-de alguns revêzes, devidos à superioridade do inimigo, as chamas da insurreição se espalharam por tôda a província de Pernambuco e pelas regiões vizinhas. Vieira foi a alma da insurreição; seus bens serviram para pagar o armamento e a alimentação dos patriotas e sem hesitar soube incendiar, êle próprio, as suas plantações para que o inimigo não pudesse tirar partido delas. No início, a atitude de Vieira não foi apoiada pelo govêrno português, tendo, mesmo, o rei, ordenado formalmente que depusesse as armas. “Quando eu tiver, respondeu êle, reconquistado para o rei, meu Senhor, uma das suas mais belas províncias, receberei de suas mãos o castigo à minha desobediência”. Entretanto, o vice-rei Vidal, que residia na Baía, mandou-lhe, de quando em quando, alguns fracos socorros. A Holanda armou uma frota para salvar sua conquista; esta circunstância, acrescentando-se às vitórias de Vieira, levou, finalmente, o govêrno a reconhecer formalmente a insurreição e a enviar para Pernambuco algumas tropas sob as ordens de Francisco Barreto de Menezes. Aí o grande caráter de Vieira mostrou-se sob um novo ângulo: sem recriminar, entregou o comando ao chefe nomeado pelo rei e deu provas do mesmo zêlo, da mesma abnegação, conformando-se com obedecer em um pôsto inferior; em uma palavra, continuou tal qual fôra quando dirigia a insurreição. Em 1648, os holandeses foram vencidos, numa batalha decisiva, em Guararapes, perto de Olinda. Desde então, embora conseguindo algumas vantagens par-

ciais, embora tendo à sua frente um chefe valente e cheio de experiência, como o general Sigismundo, seu domínio encaminhou-se rapidamente para o fim. Olinda foi retomada em 1653 e, no ano seguinte, as fôrças holandesas remanescentes viram-se cercadas em Recife. Para êste último ataque, destinado a coroar a obra, Vieira, magnífico guerreiro, assumiu o pôsto de perigo e de honra. Em 17 de janeiro de 1655, depois de valorosa resistência, o chefe holandês foi obrigado a entregar Recife aos patriotas e a deixar o Brasil. Vieira recebeu do rei as recompensas que as Côrtes e os príncipes podem conceder a um grande homem, e sua pátria reconhecida proclamou-o o libertador do Brasil.

Talvez nos censurem ter consagrado estas páginas a honrar a memória do maior homem que o Brasil, e mesmo a América, possam apresentar nos primeiros tempos de sua história, de um homem que, sem prejuízo para a sua reputação, pode ser comparado aos mais célebres de nossa época. Qualquer que seja o encanto dessa natureza tão grande e rica do Novo Mundo, qualquer que seja a impressão que ela tenha produzido em nosso espírito, a recordação de seus grandes homens e das nobres ações de que ela foi testemunha, dá-lhe uma alma, empresta-lhe uma importância que a põe em relação mais íntima com nós mesmos. O interêsse pelo presente, a situação atual do Brasil ocupam-nos muito mais, mas isso não impede que os brasileiros se engrandeam com a glória de seus antepassados. Êsses fatos antigos explicam, aliás, muitas cousas atuais; e servem, também, para resolver problemas do futuro. Não deverá uma obra, cujo fim principal é descrever a natureza e o estado social do Brasil, permitir-se uma digressão sôbre um passado tão glorioso para êsse país? Essa nobre consagração da glória nacional será proibida ao lapis efêmero do artista?

Desde a libertação de Pernambuco do domínio holandês até os nossos dias, sua história nada mais apresenta digno de des-



taque; mas os acontecimentos recentes demonstraram que o espírito de independência se desenvolveu, no Brasil, na mesma proporção da prosperidade do país. Seu nascimento remonta a êsses tempos de luta, de que retraçamos a imagem, e o futuro do Brasil parece dever ressentir-se da influência das disposições de seus habitantes. Também no Novo Mundo nosso século proclamou a maioria dos povos: a palavra do príncipe a confirmou, chamando-os à apreciação de seus negócios e êsse espírito de independência manifestou-se nas províncias setentrionais do Brasil e principalmente em Pernambuco.

Emquanto a opinião pública das províncias meridionais do Brasil, e na maior parte do país, reclamava, vigorosamente, sua separação da metrópole, Pernambuco, por seu turno, desejava não menos vivamente isolar-se do govêrno central do Brasil. Os movimentos revolucionários, que aí foram suscitados, em 1817, por Marinho, e, em 1824, por Carvalho, eram sem dúvida obra de alguns ambiciosos, mas seria um êrro perigoso negar que o espírito de federalismo, que conquista dia a dia mais a América, tenha feito grandes progressos entre os habitantes de Pernambuco e da Baía. Como quer que seja, e qualquer juízo que se faça das causas dessas agitações, um fato é incontestável: na infeliz defesa de Pernambuco contra as tropas imperiais, em 1824, os habitantes deram prova de grande coragem e se impuseram sacrifícios dignos de melhor causa bem como de resultado diferente. Os cidadãos, de Recife e Olinda, cobriram com seus cadáveres as posições que lhes haviam sido confiadas por chefes inexperientes e mostraram que não se extinguiu ainda nelles o antigo ardor de seus antepassados. Se êsse espírito, se as excelentes disposições que distingue o caráter dos brasileiros do norte, constituem uma garantia para o futuro do país, faz-se necessário reconhecer, por outro lado, que o egoísmo dos chefes de partido, sua inteligência insuficiente, a cegueira e a fraque-

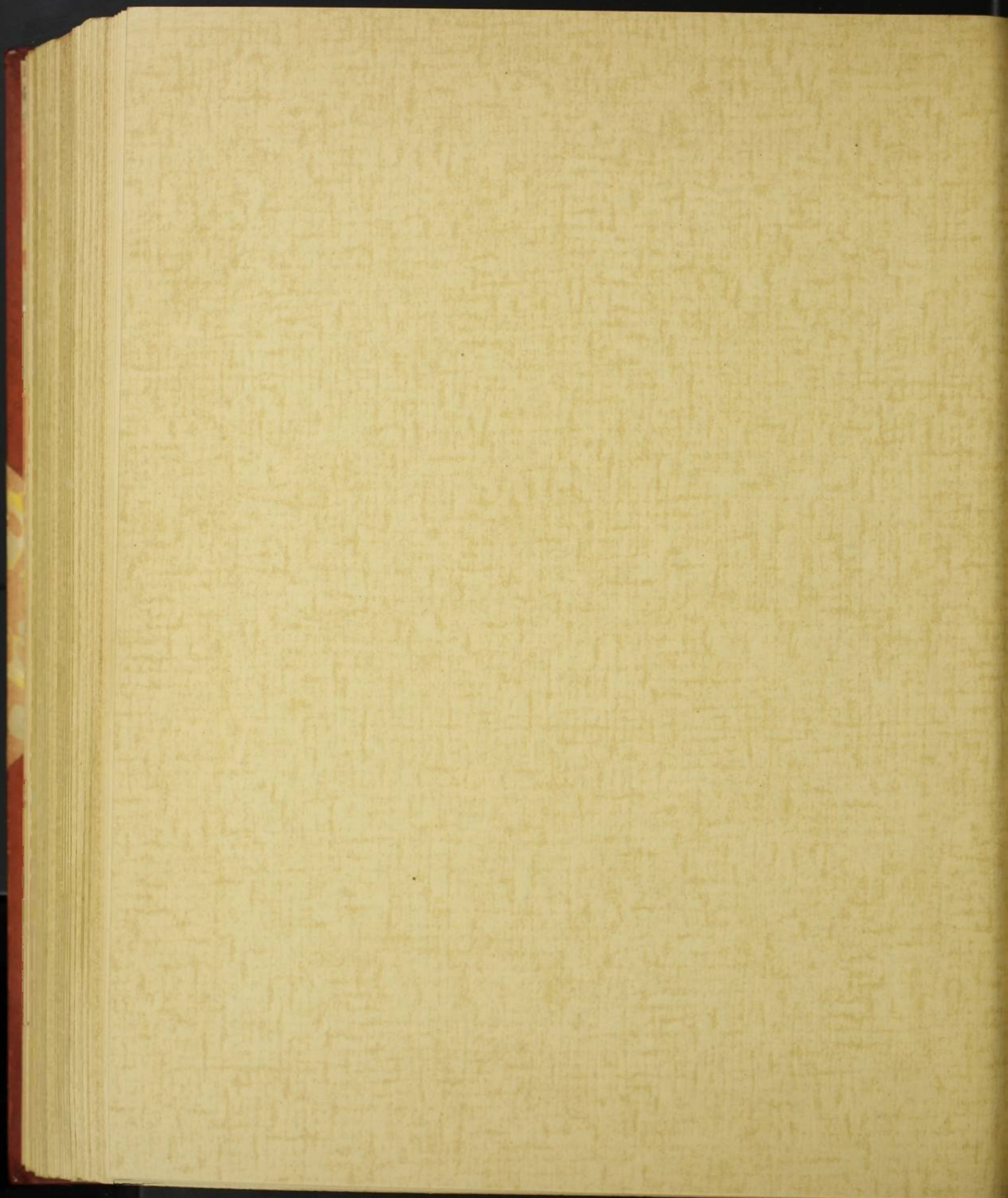
za do chefe do novo Estado, poderão fazer germinar da mesma semente frutos muito amargos. Possa o dominador atual dêse belo país resolver ainda êsse difícil problema! Possa êle poupar a si próprio, a seus sucessores, e principalmente a seu povo, as terríveis provações que parecem ameaçá-lo ainda!



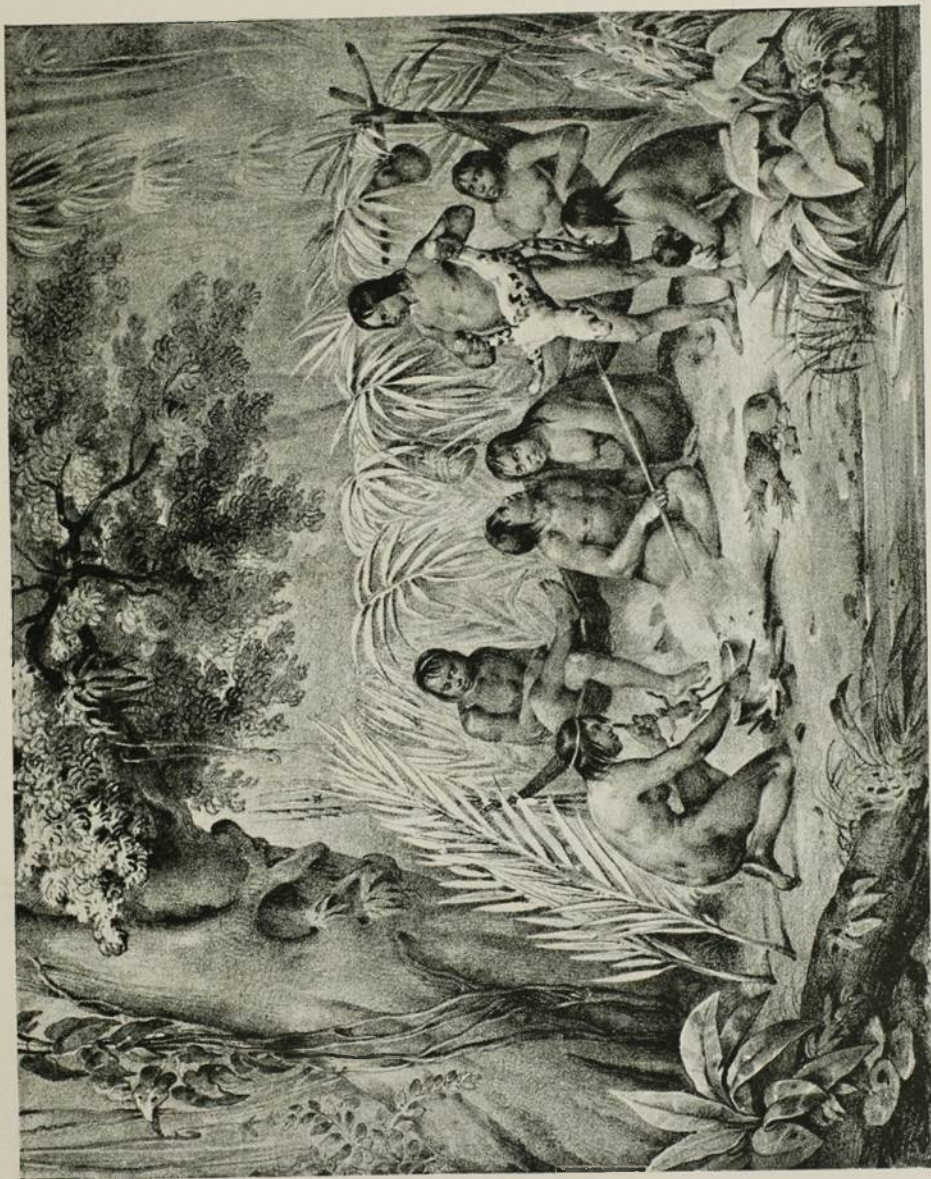


ENCONTRO DE INDIOS COM VIAJANTES EUROPEUS



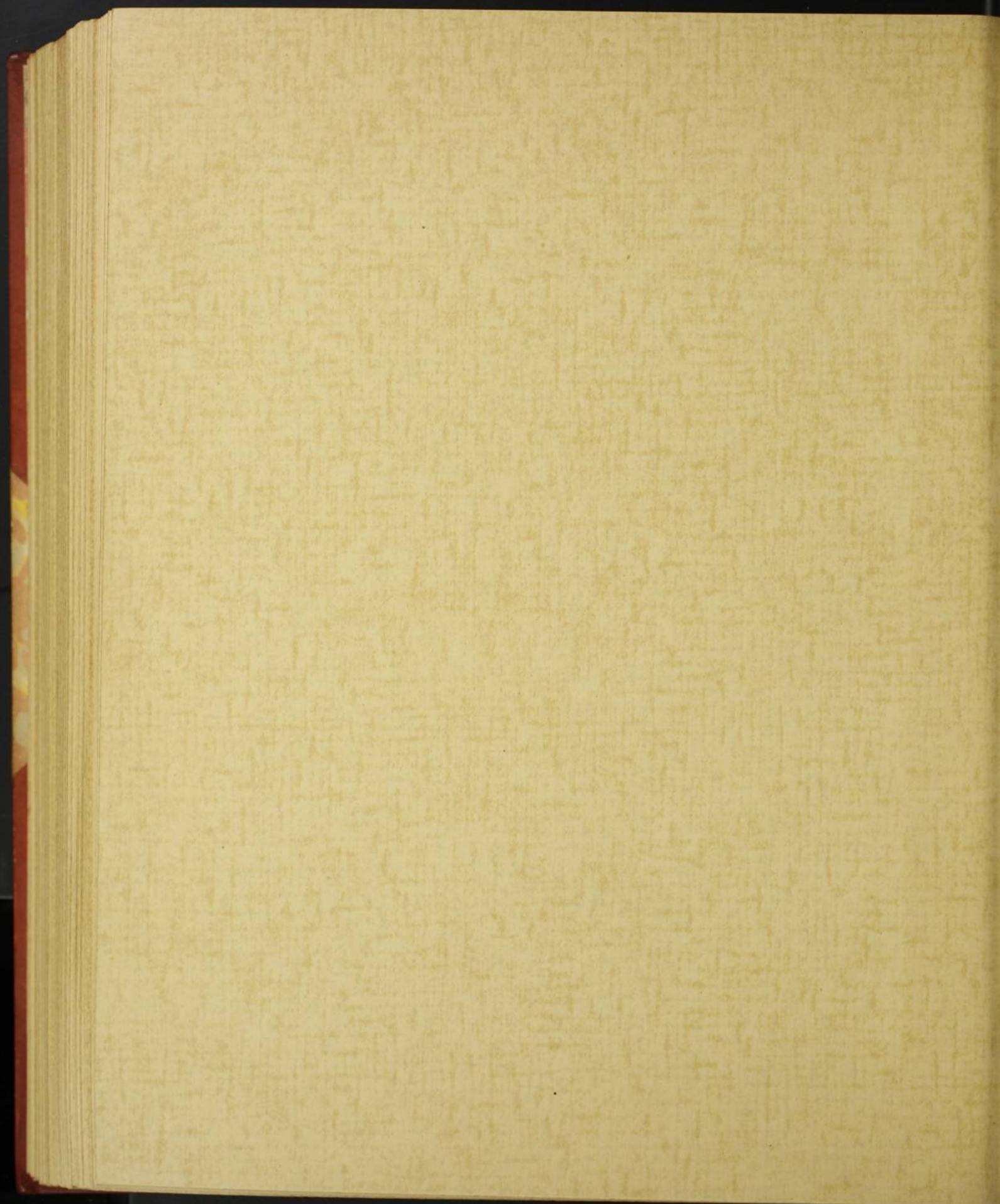




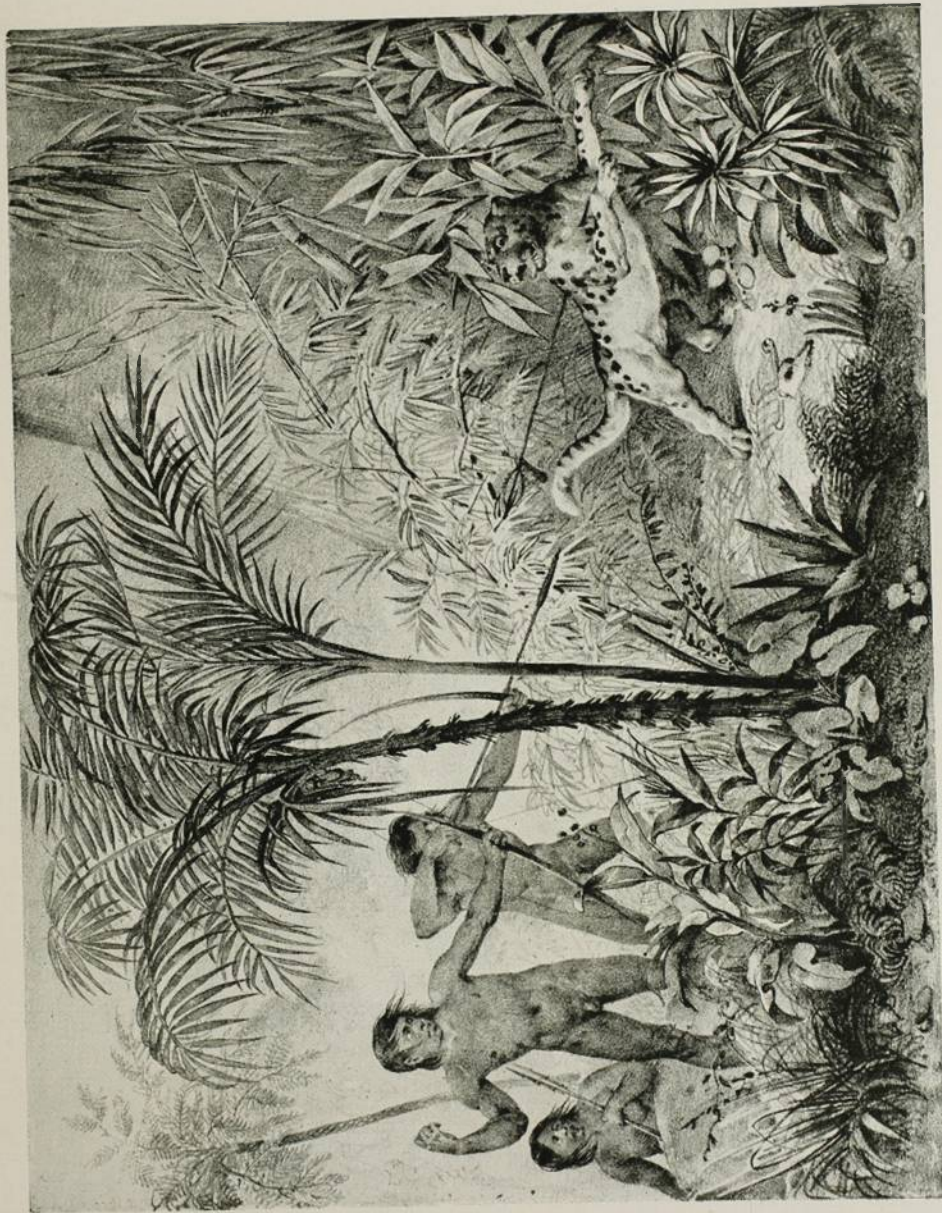


INDIOS EM SUAS CABANAS



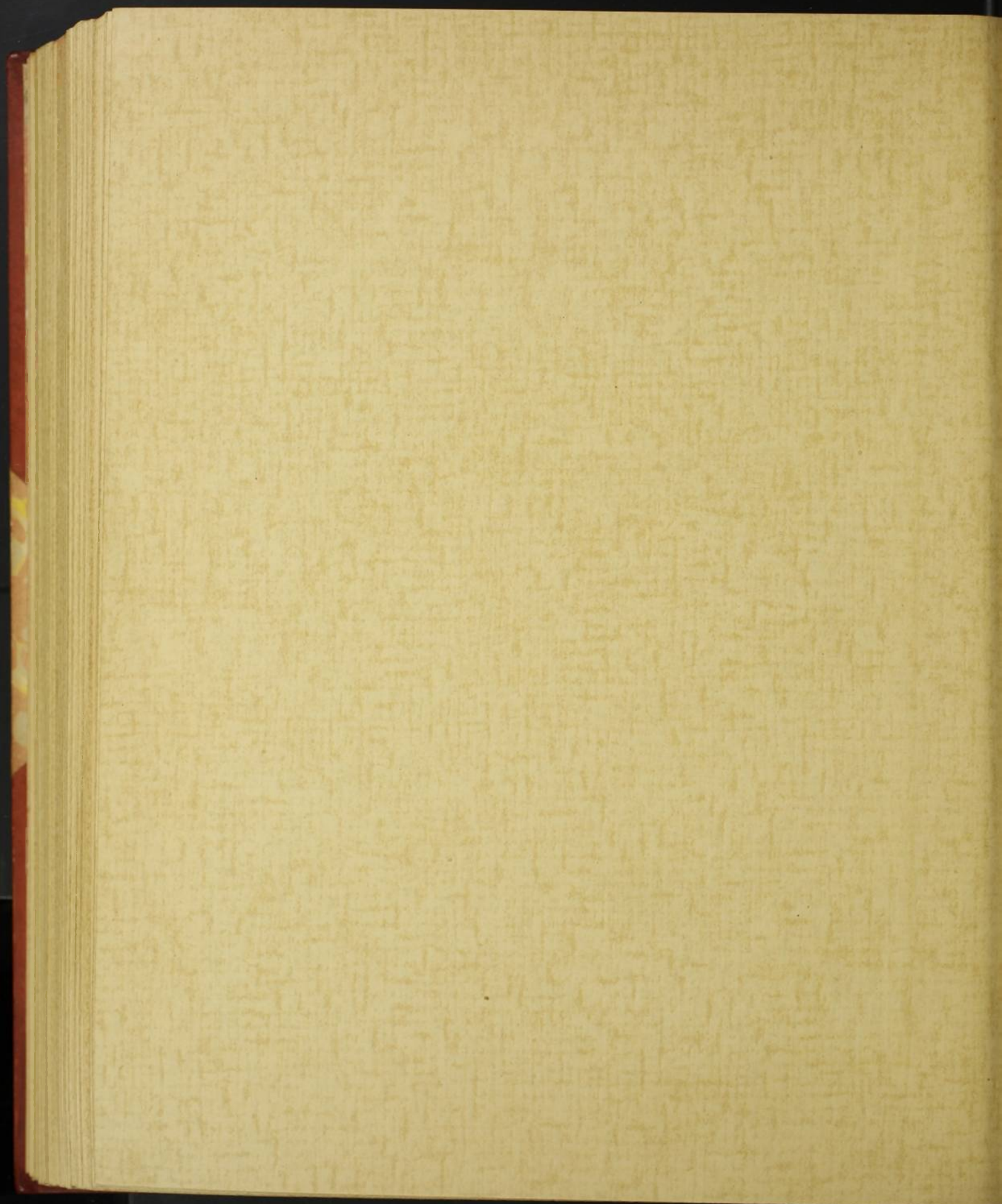




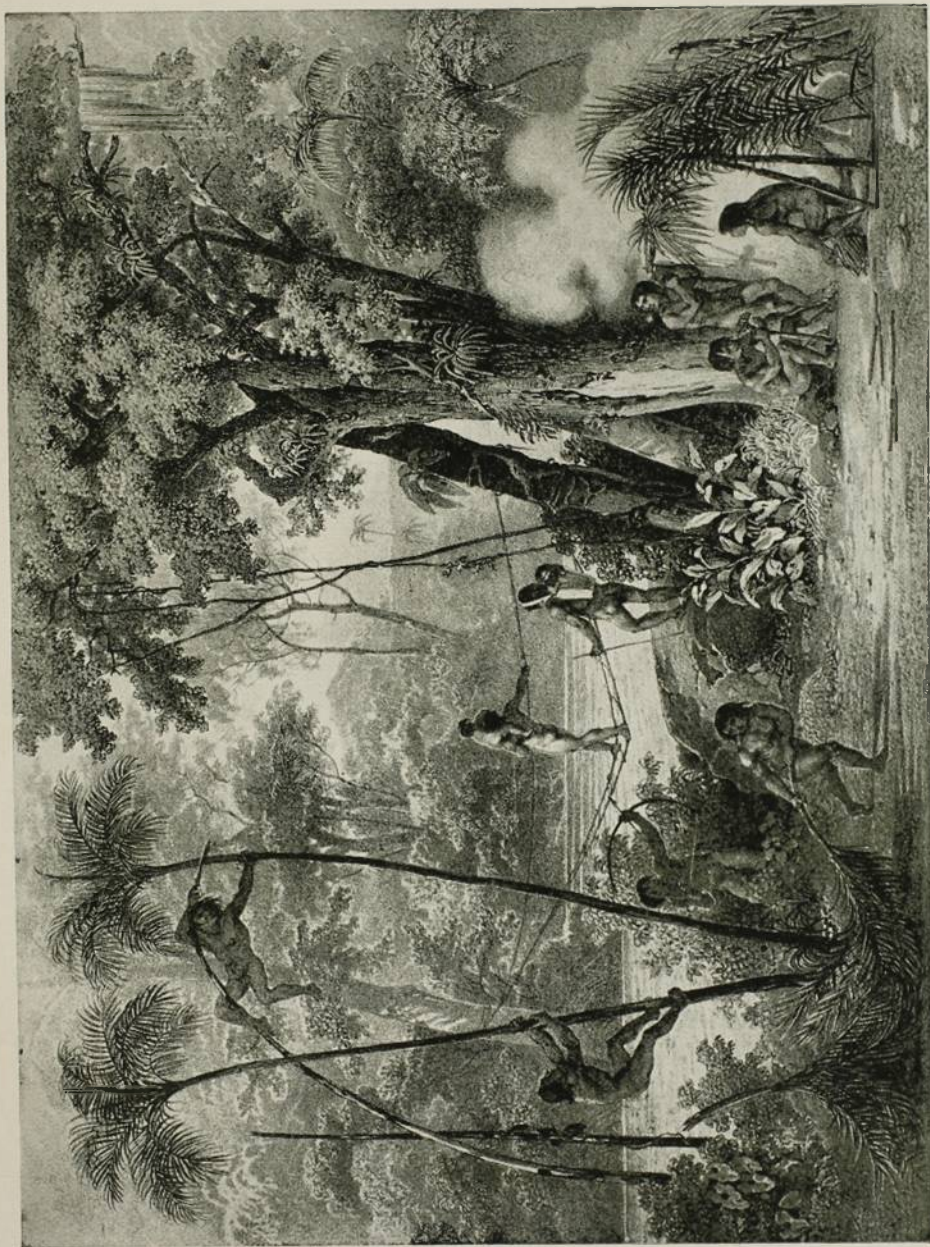


CAÇADA DE ONÇA



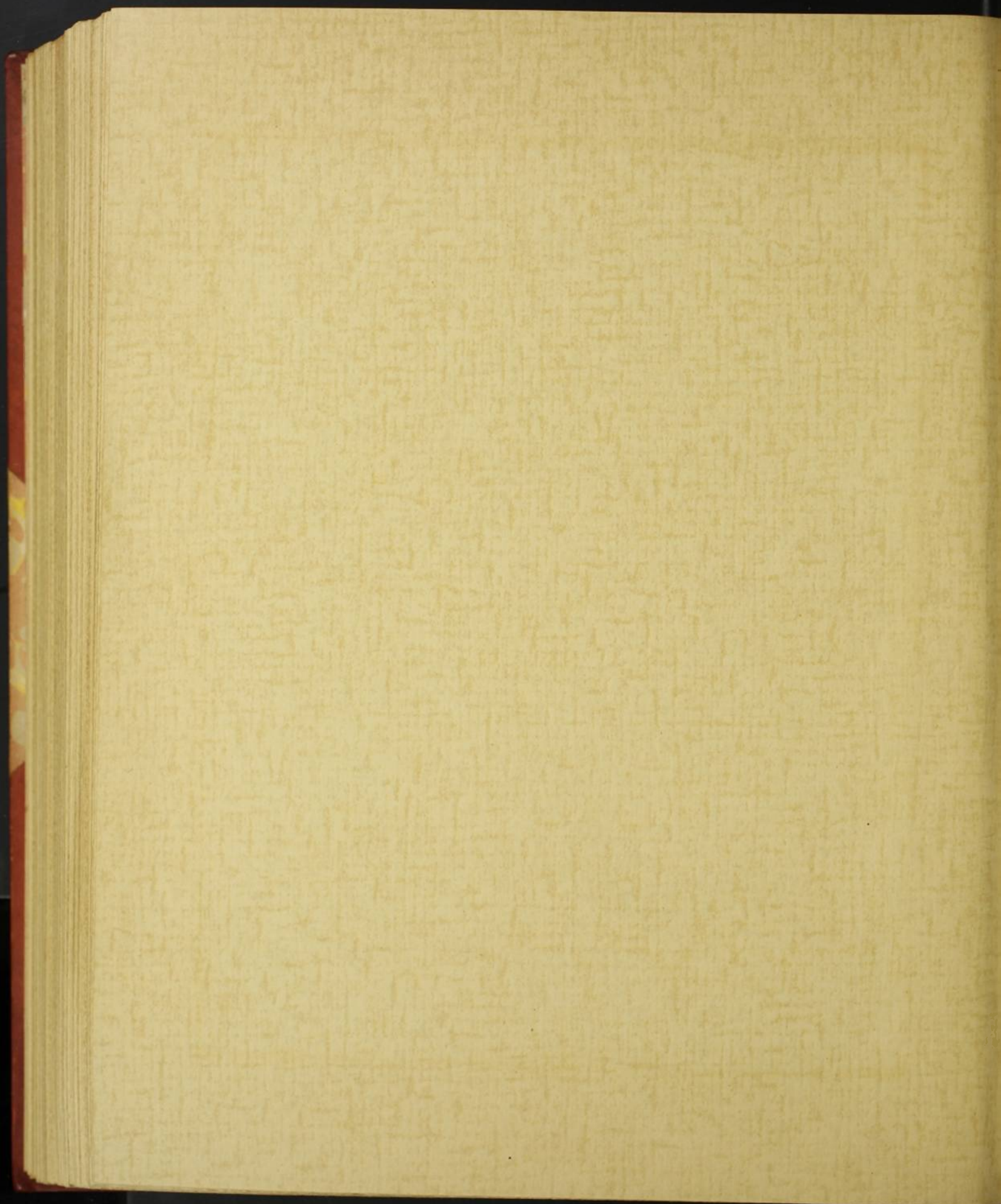




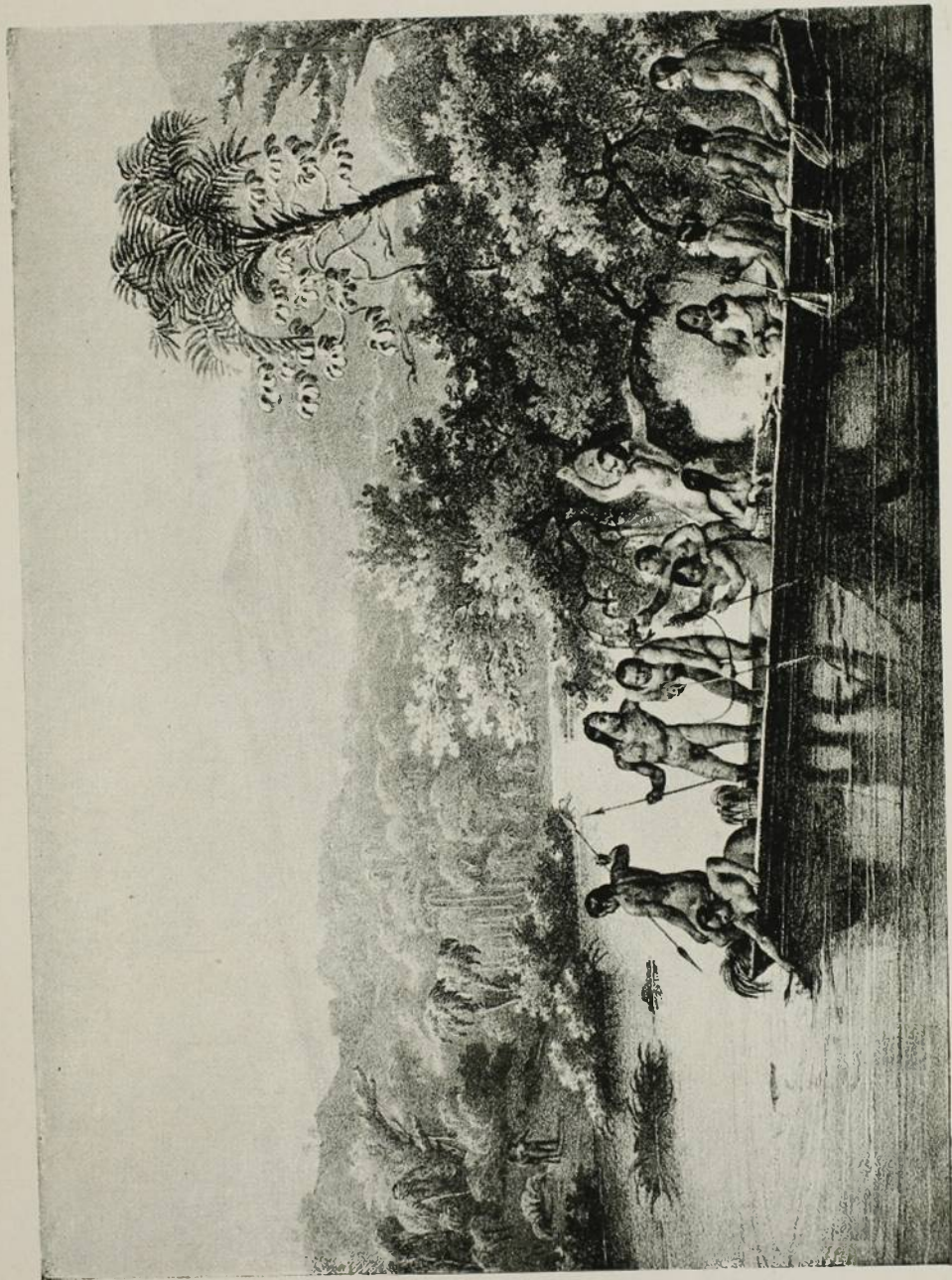


PONTE DE CIPÓ



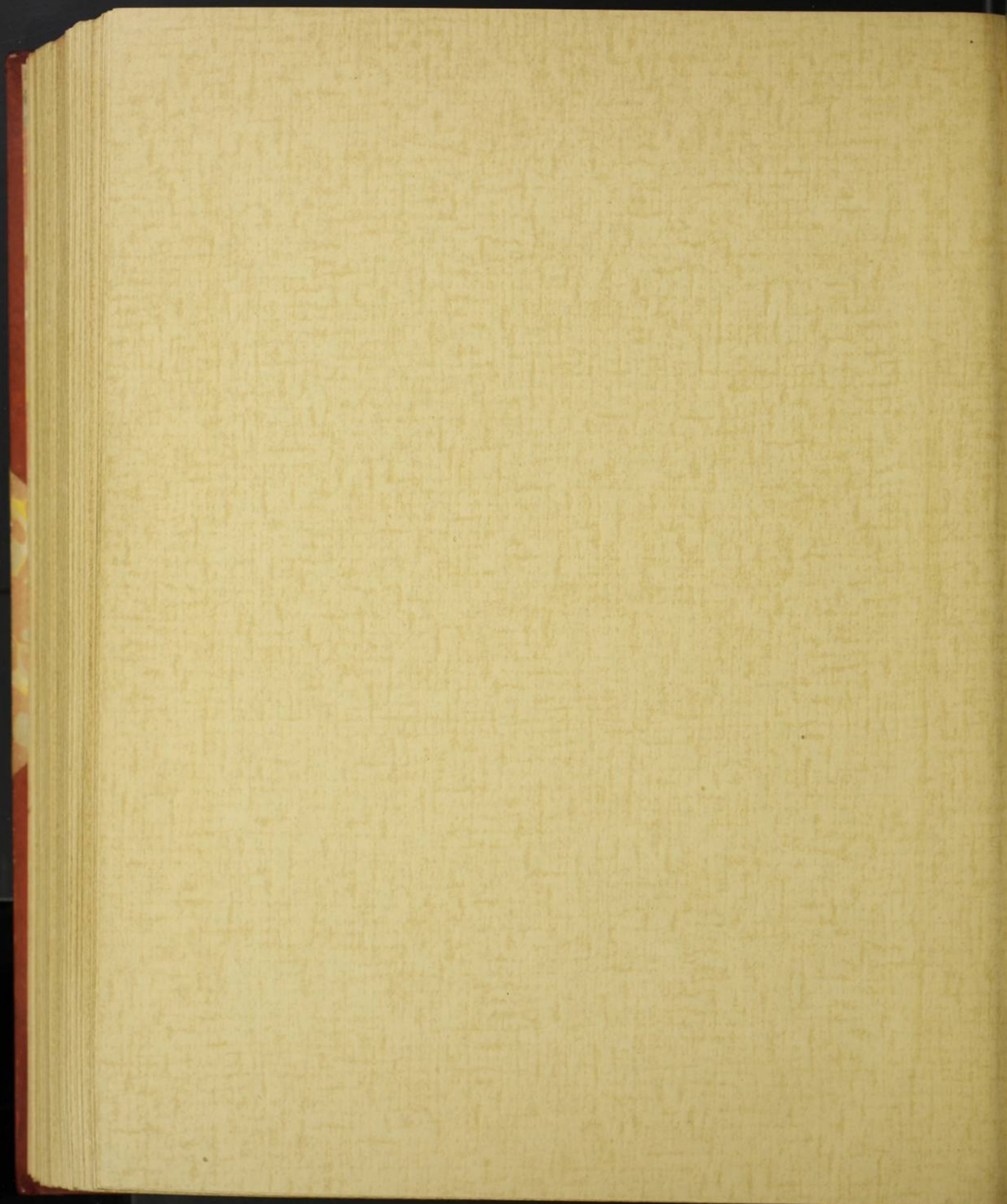






CANOA DE INDIO



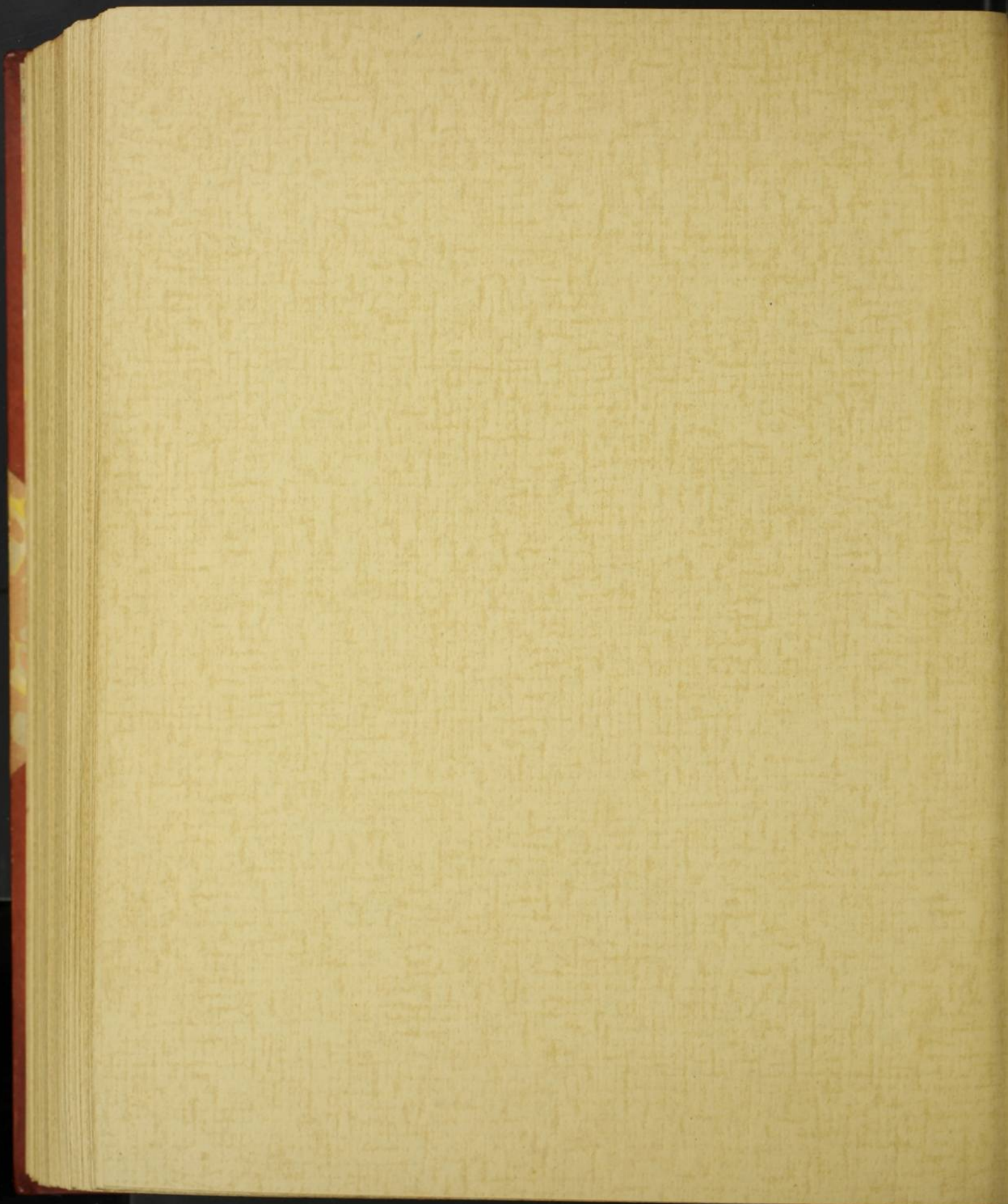






DANSA DOS PURIS



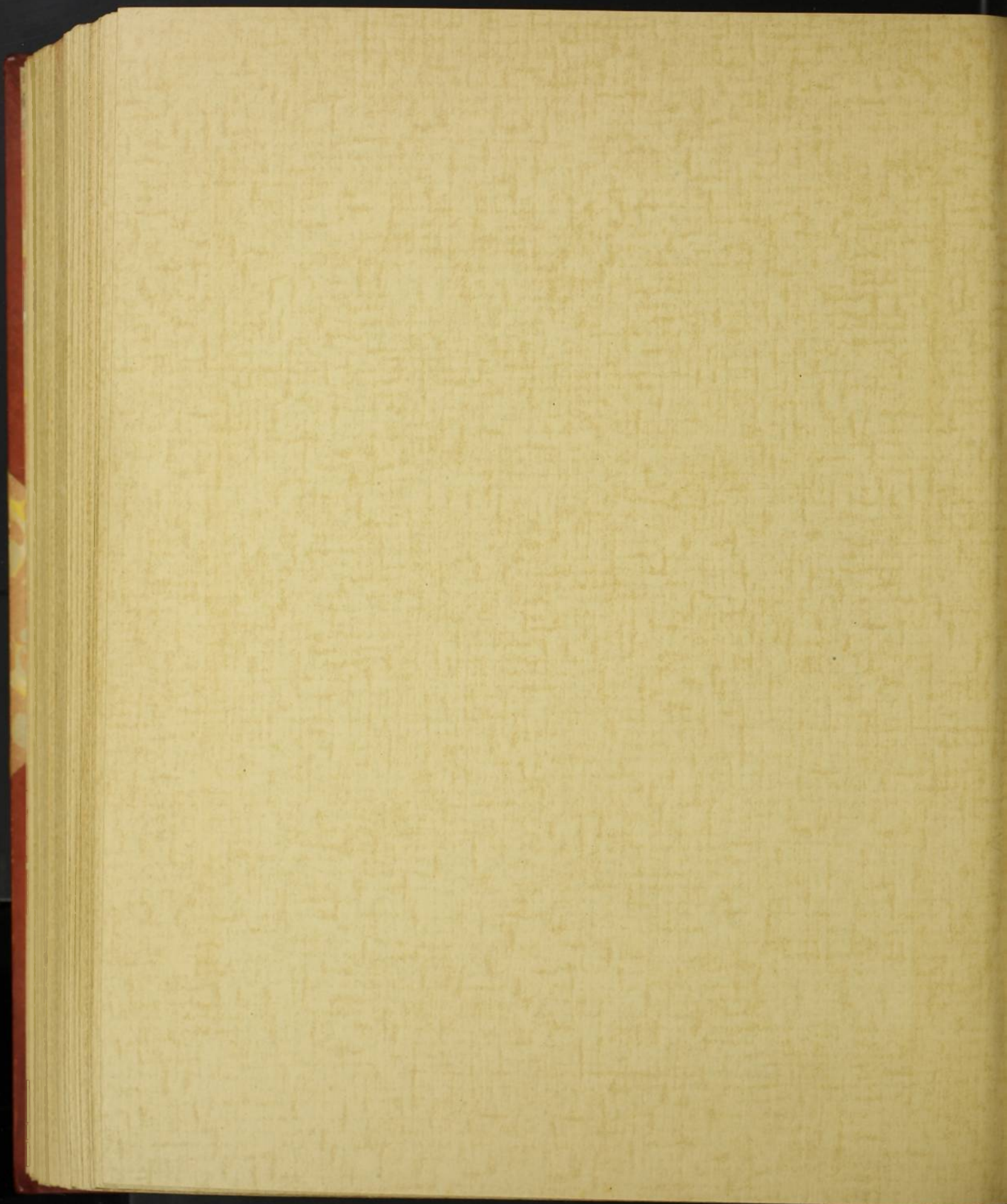




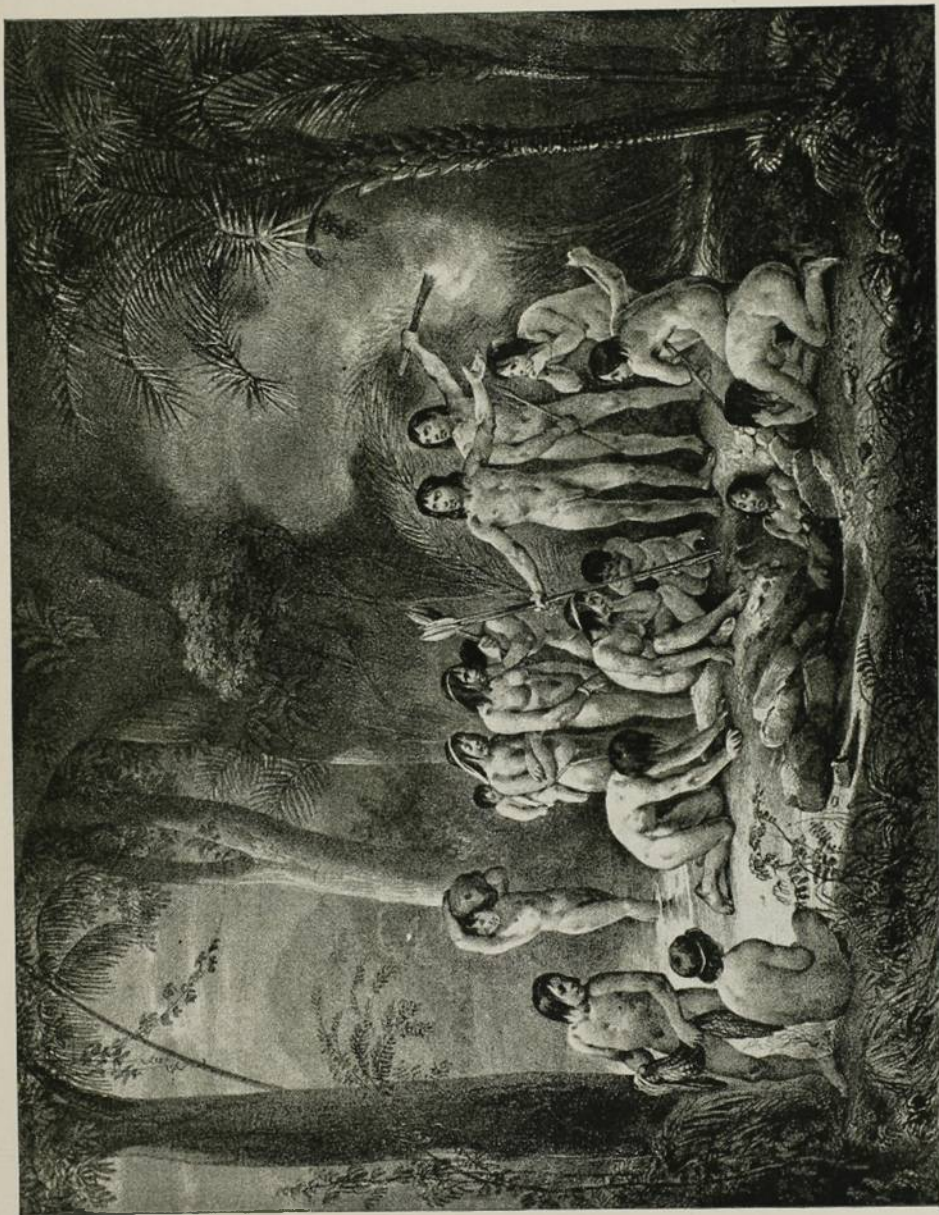


GUERRILHAS



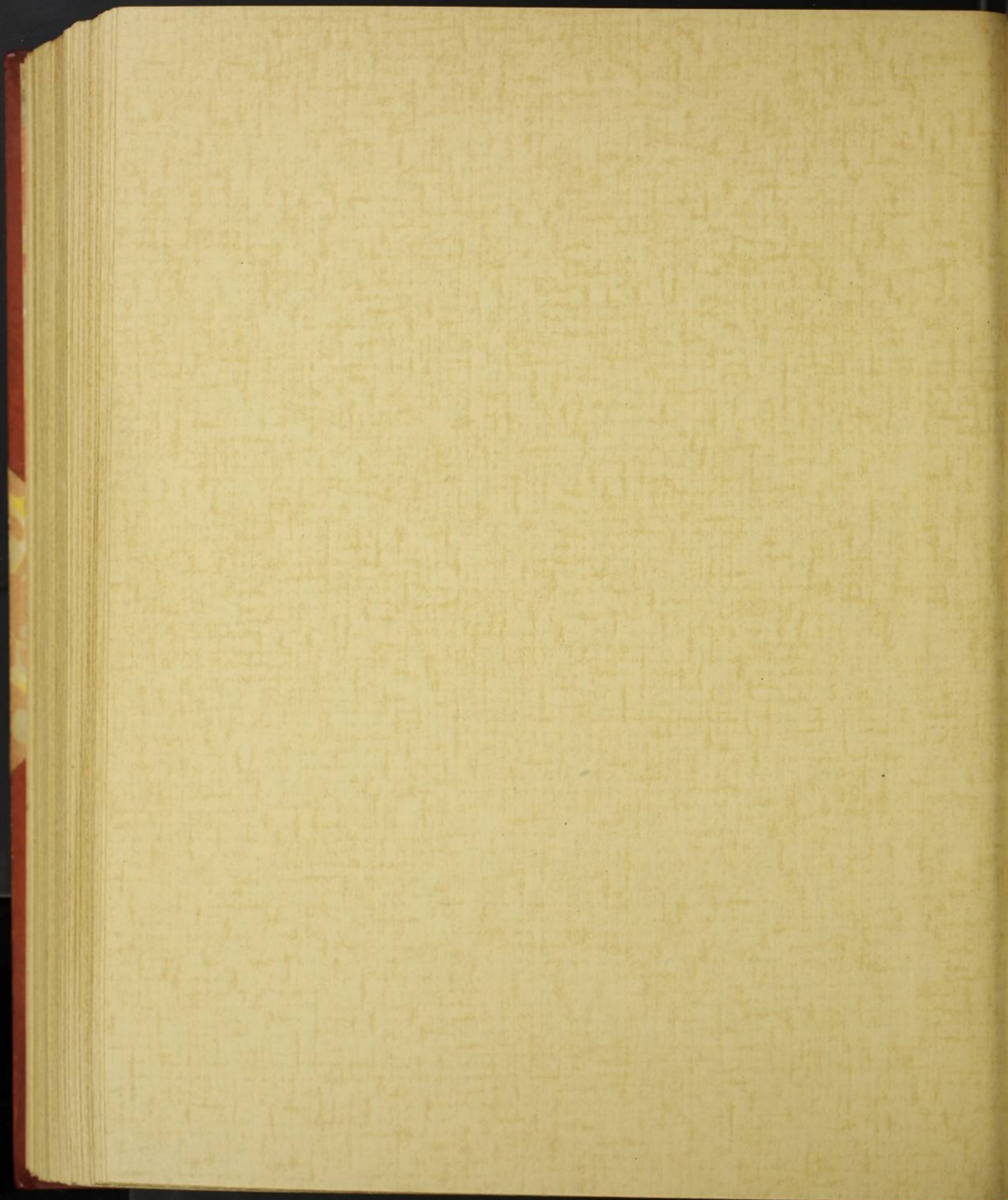




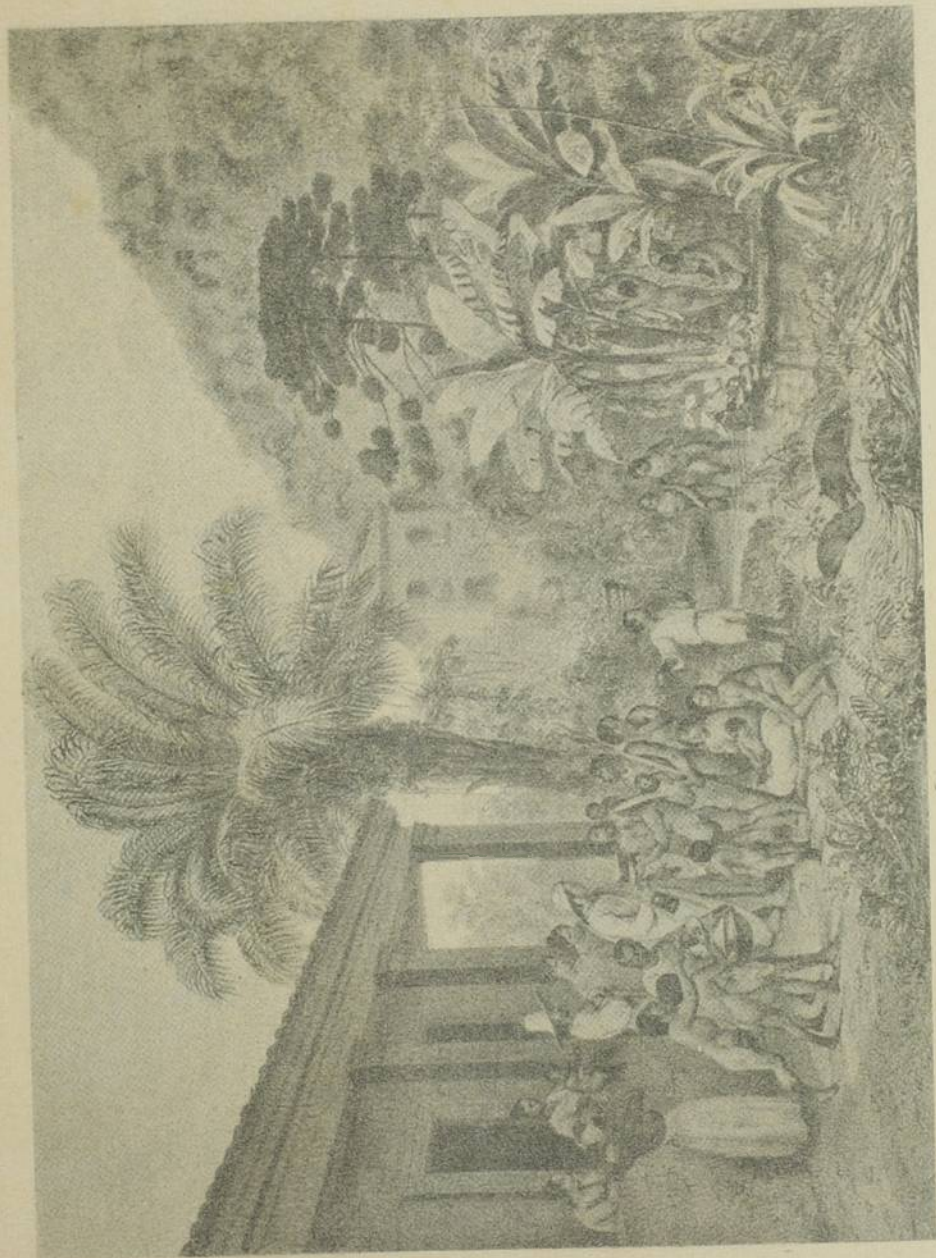


ENTÉRRO



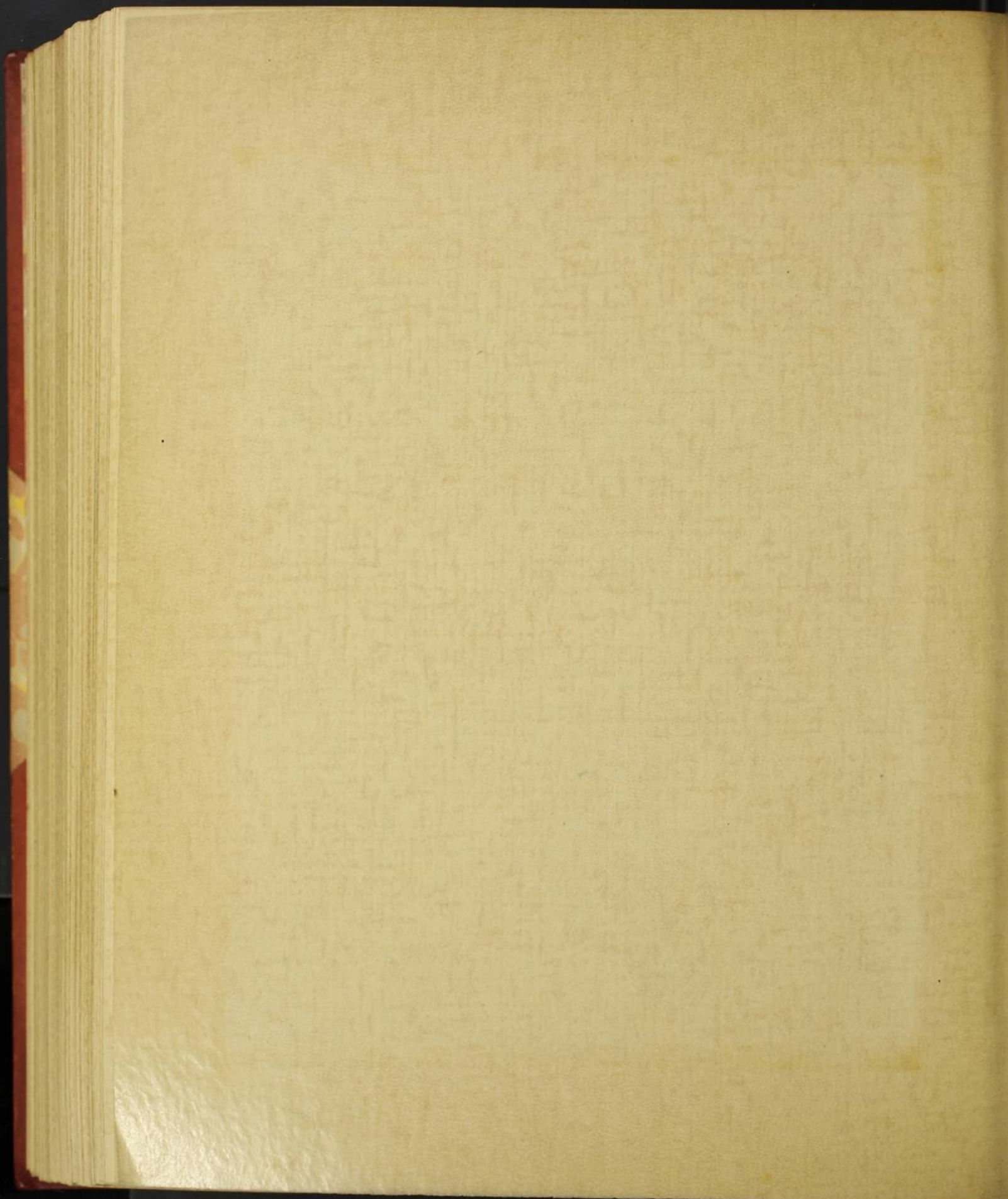




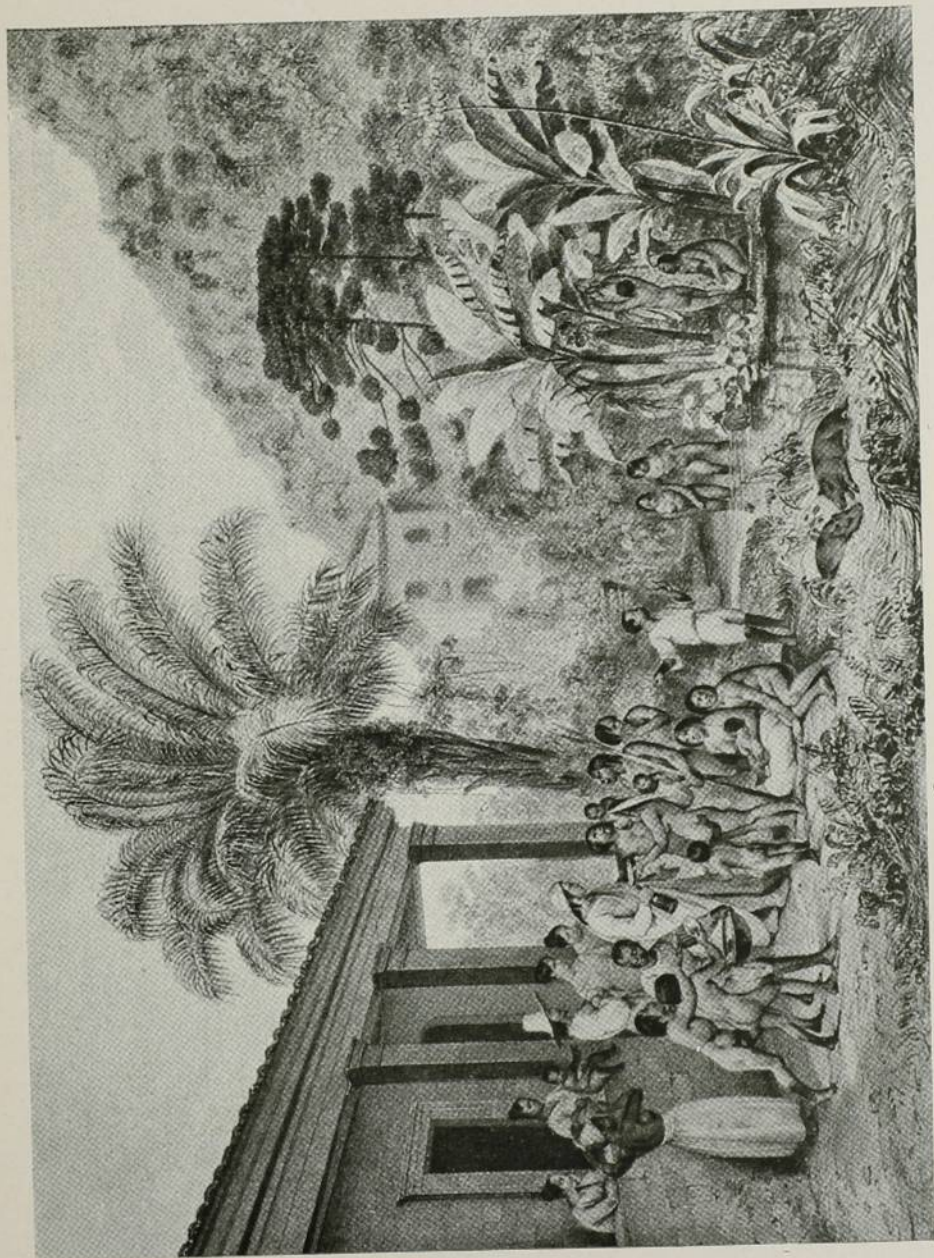


INDIOS NUMA FAZENDA



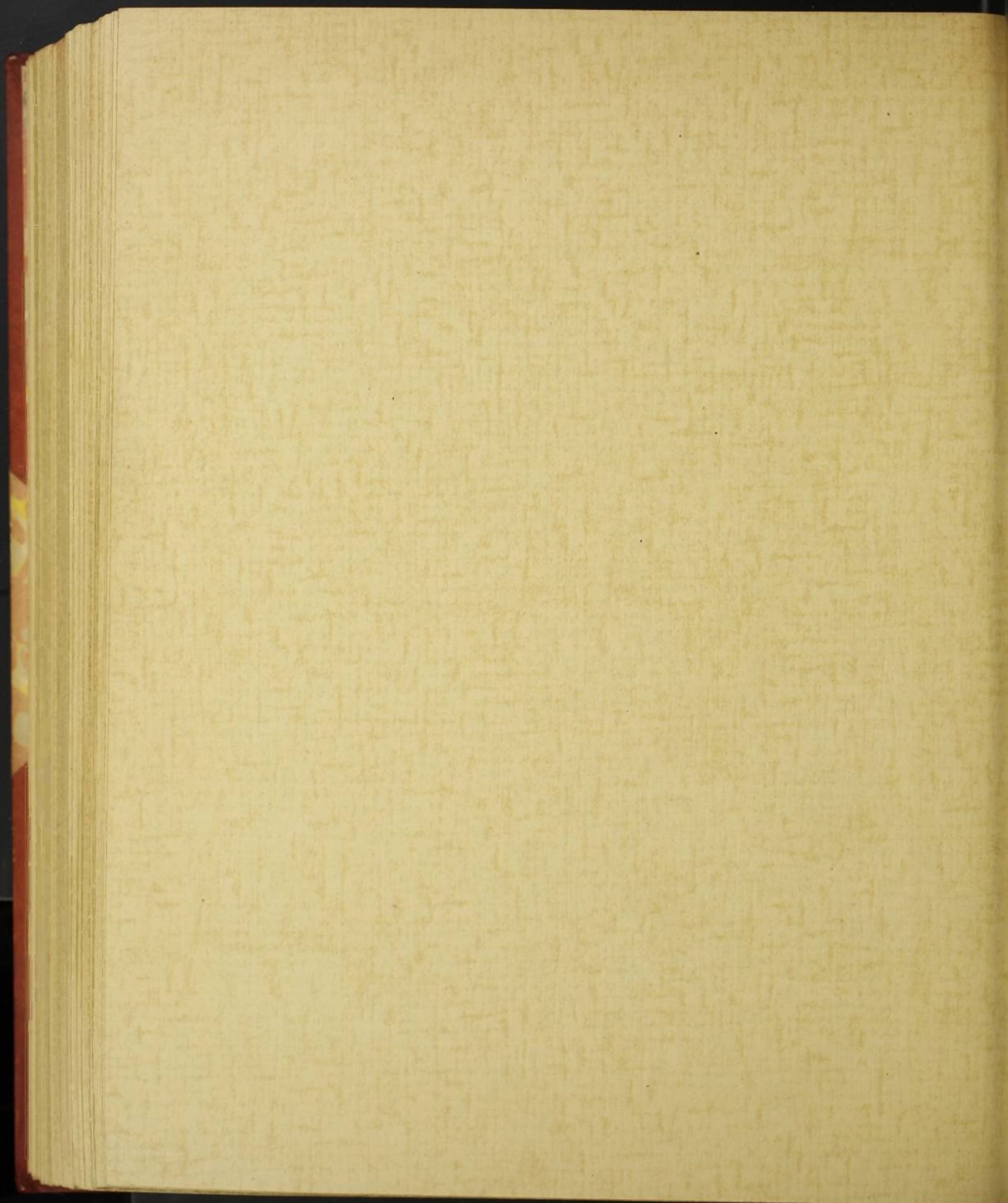




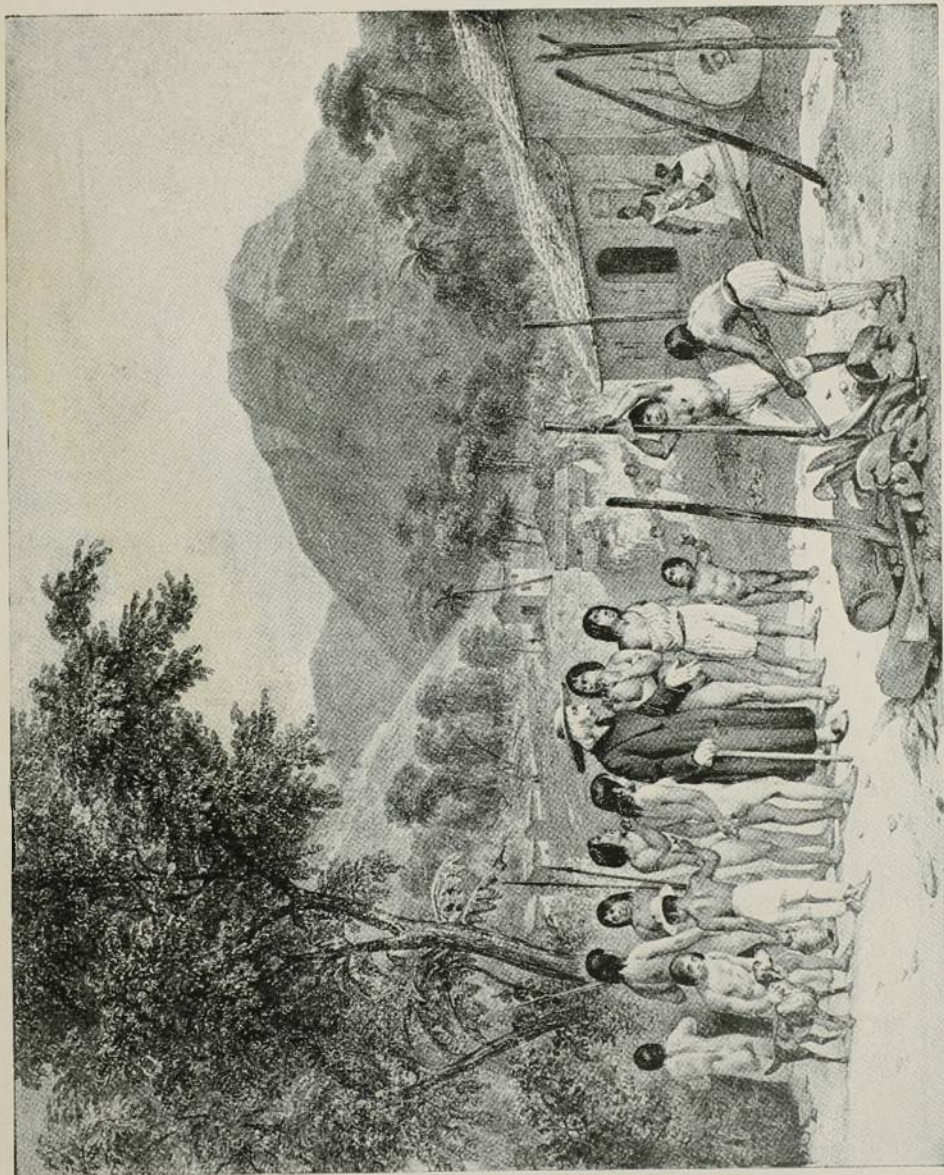


INDIOS NUMA FAZENDA



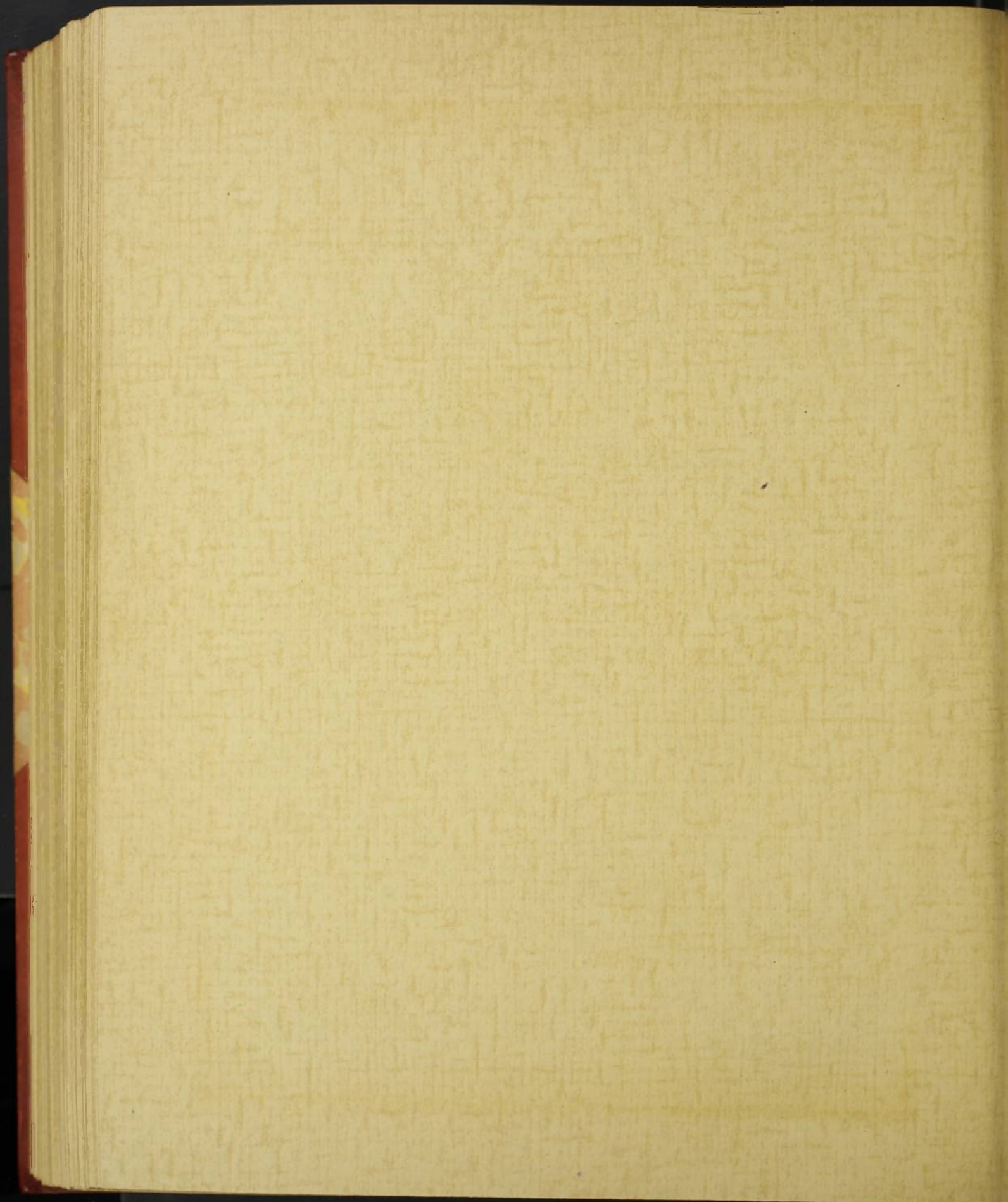




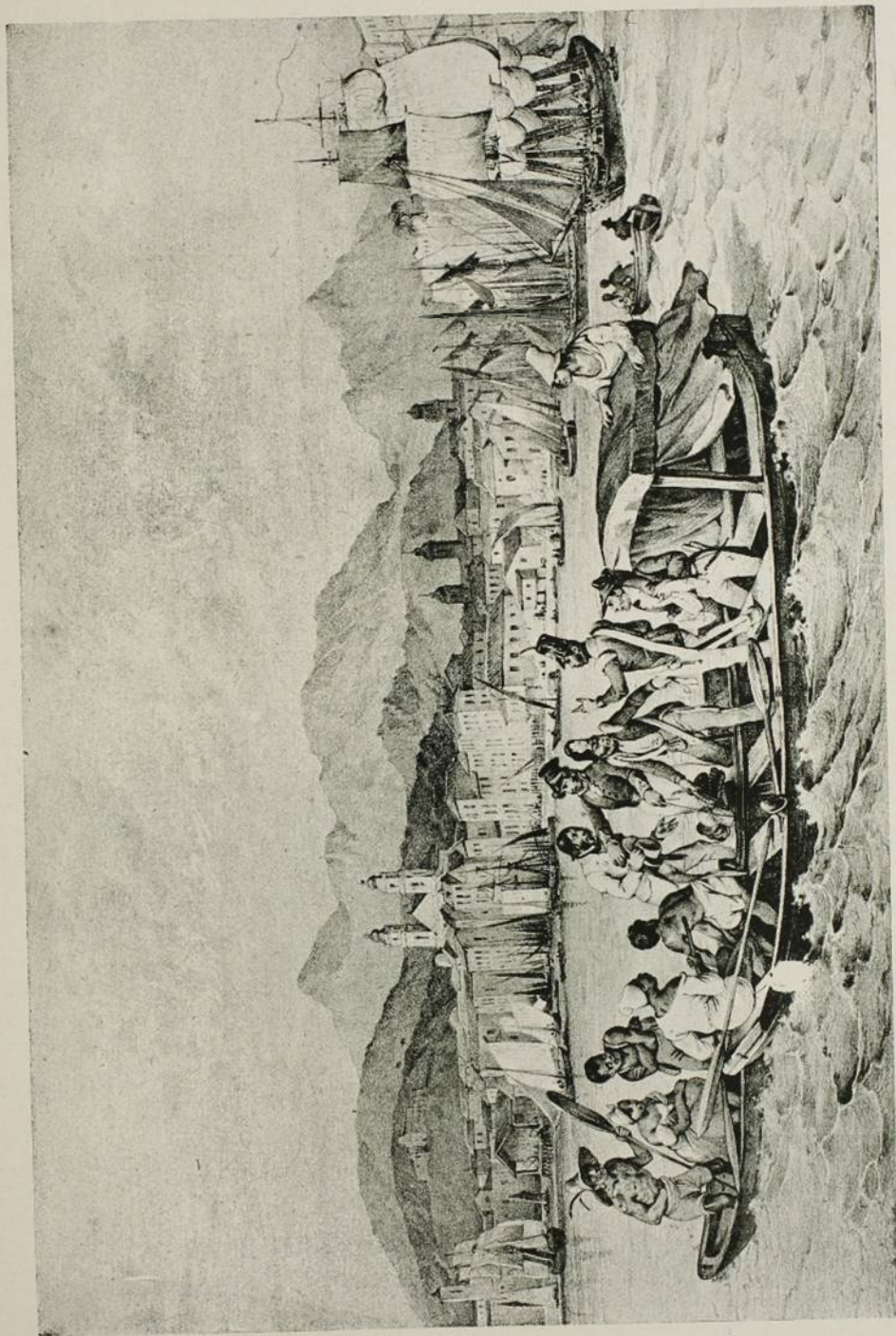


ALDEIA DE TAPUIOS



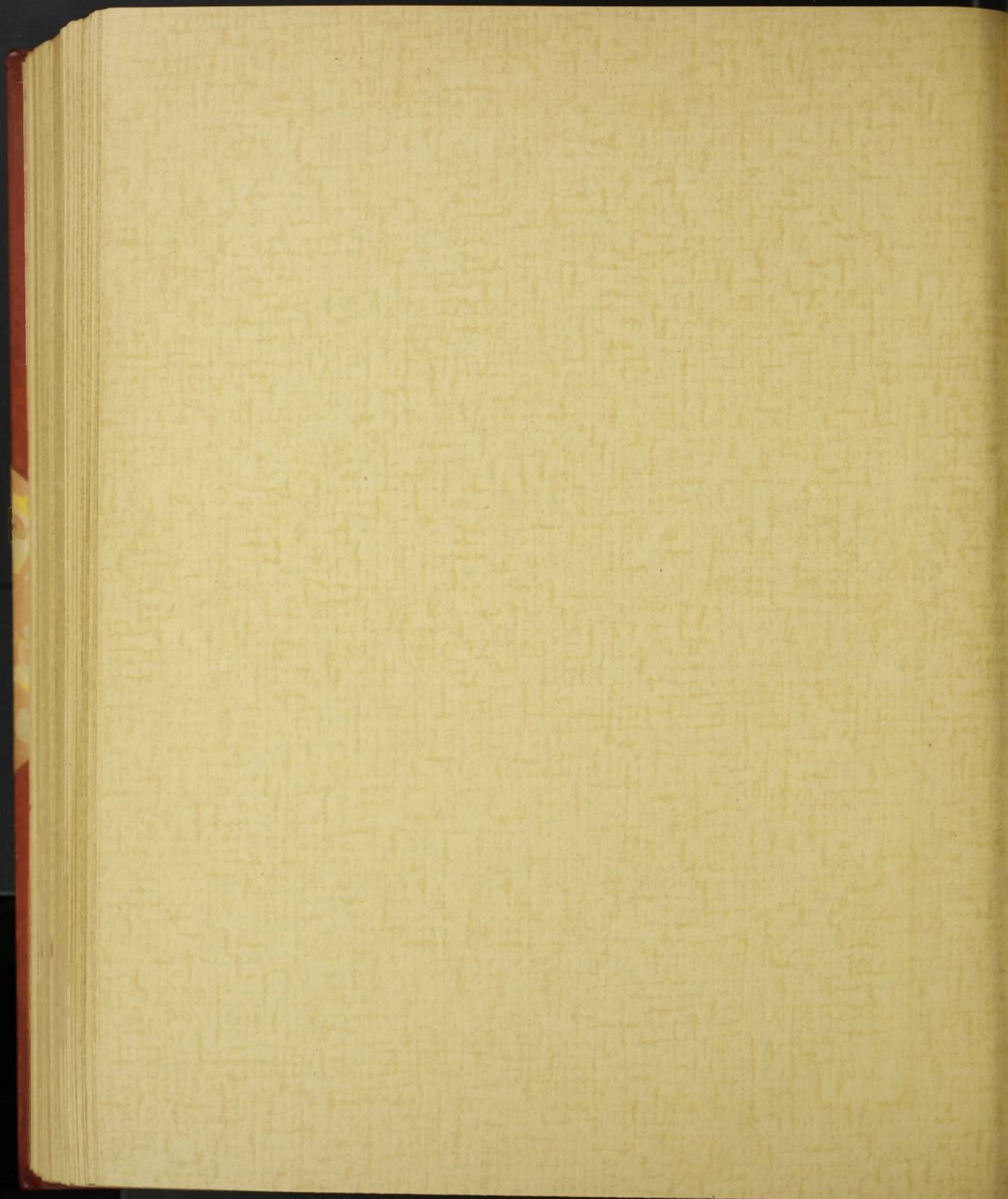




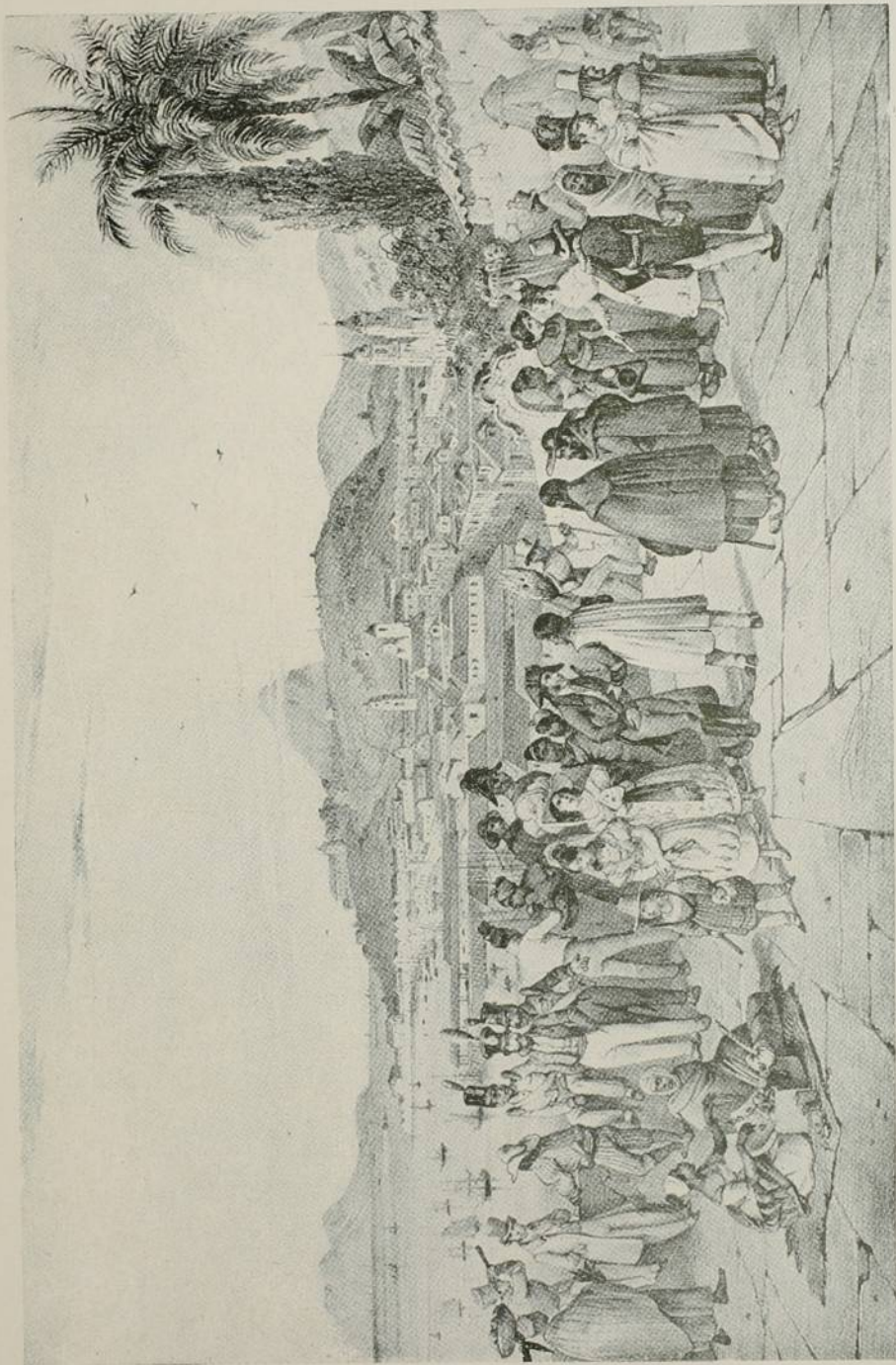


PRAIA DOS MINEIROS  
no Rio de Janciro



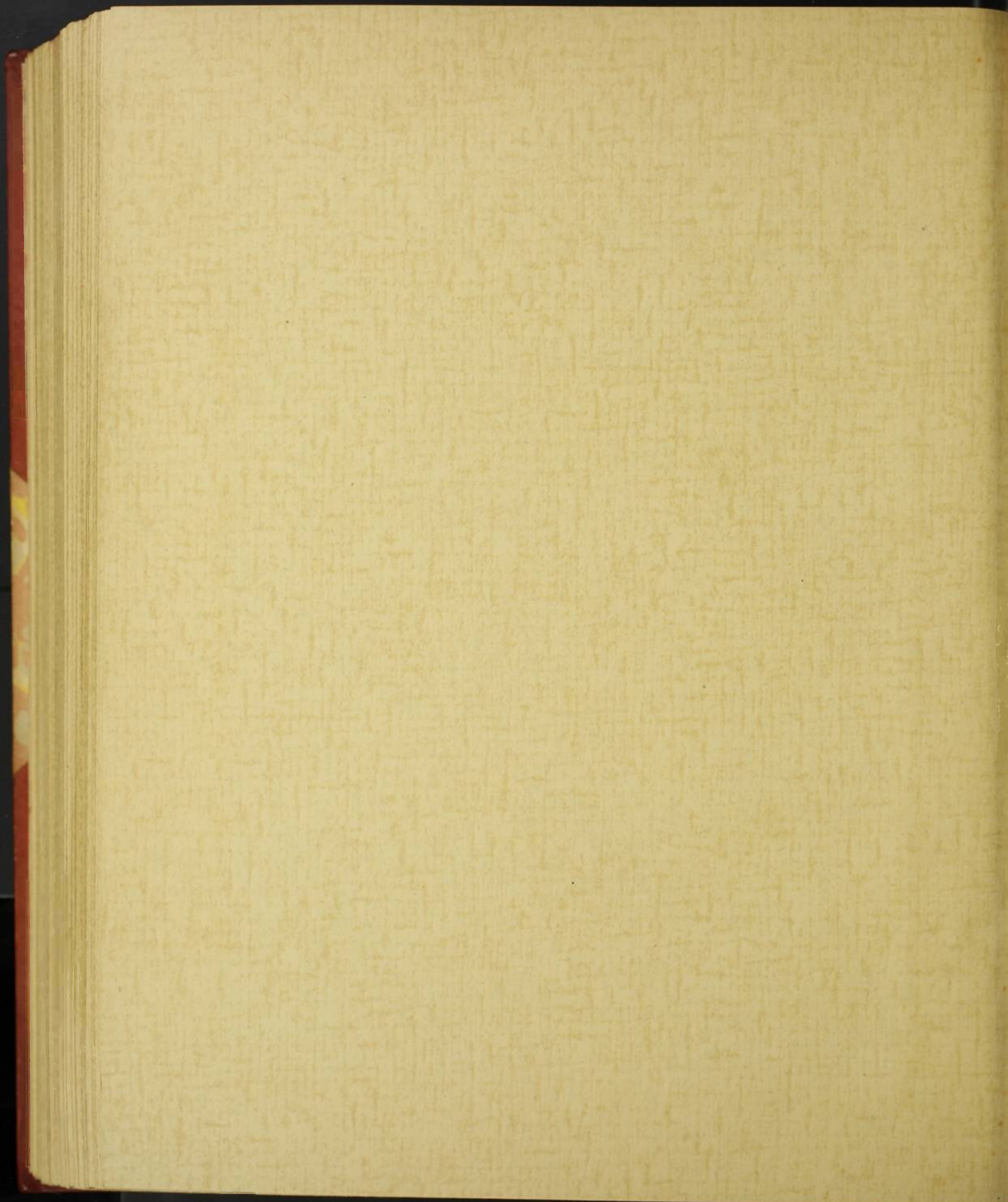




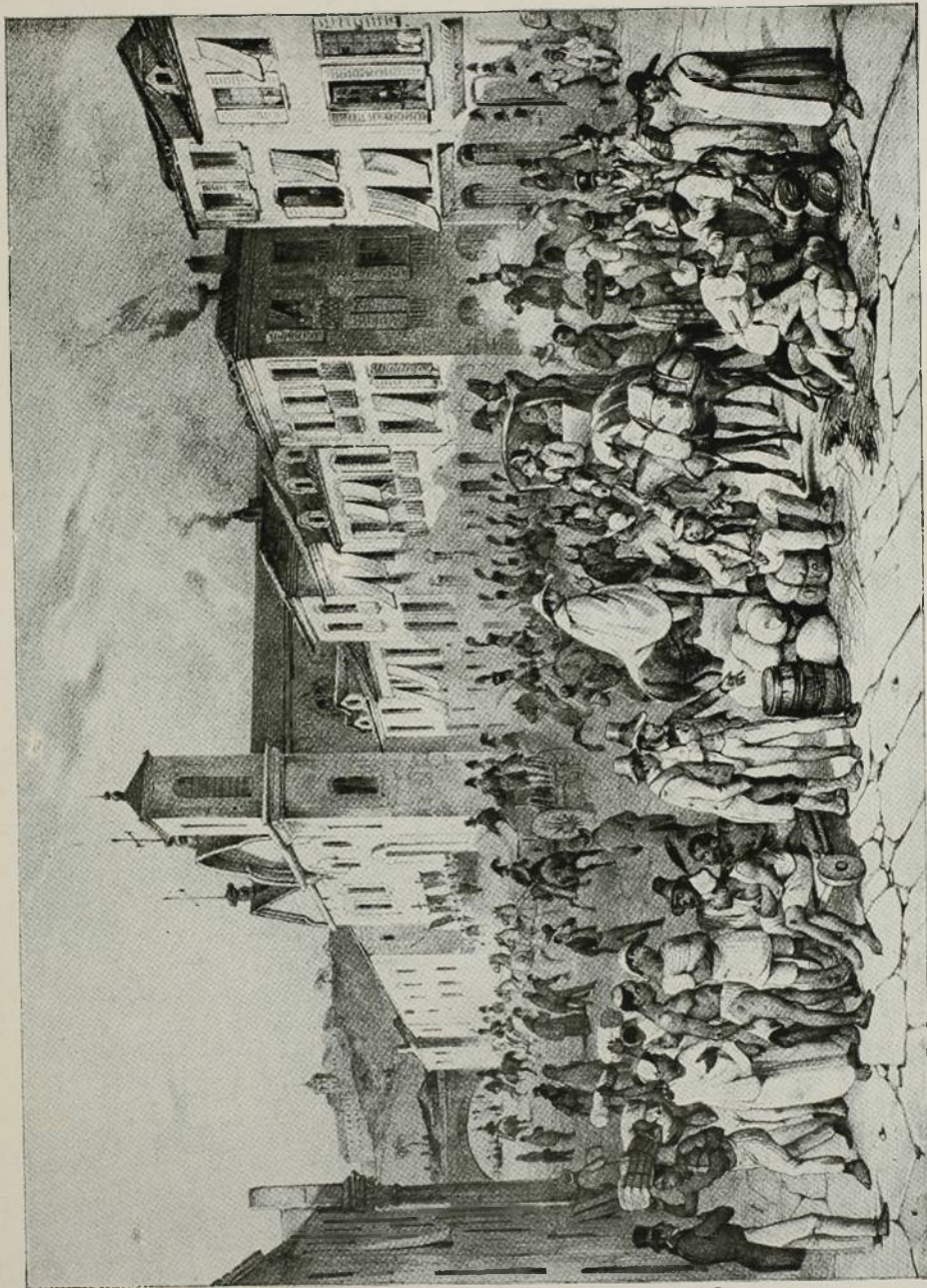


VISTA TOMADA EM FRENTE DA IGREJA DE SÃO BENTO  
no Rto de Janeiro



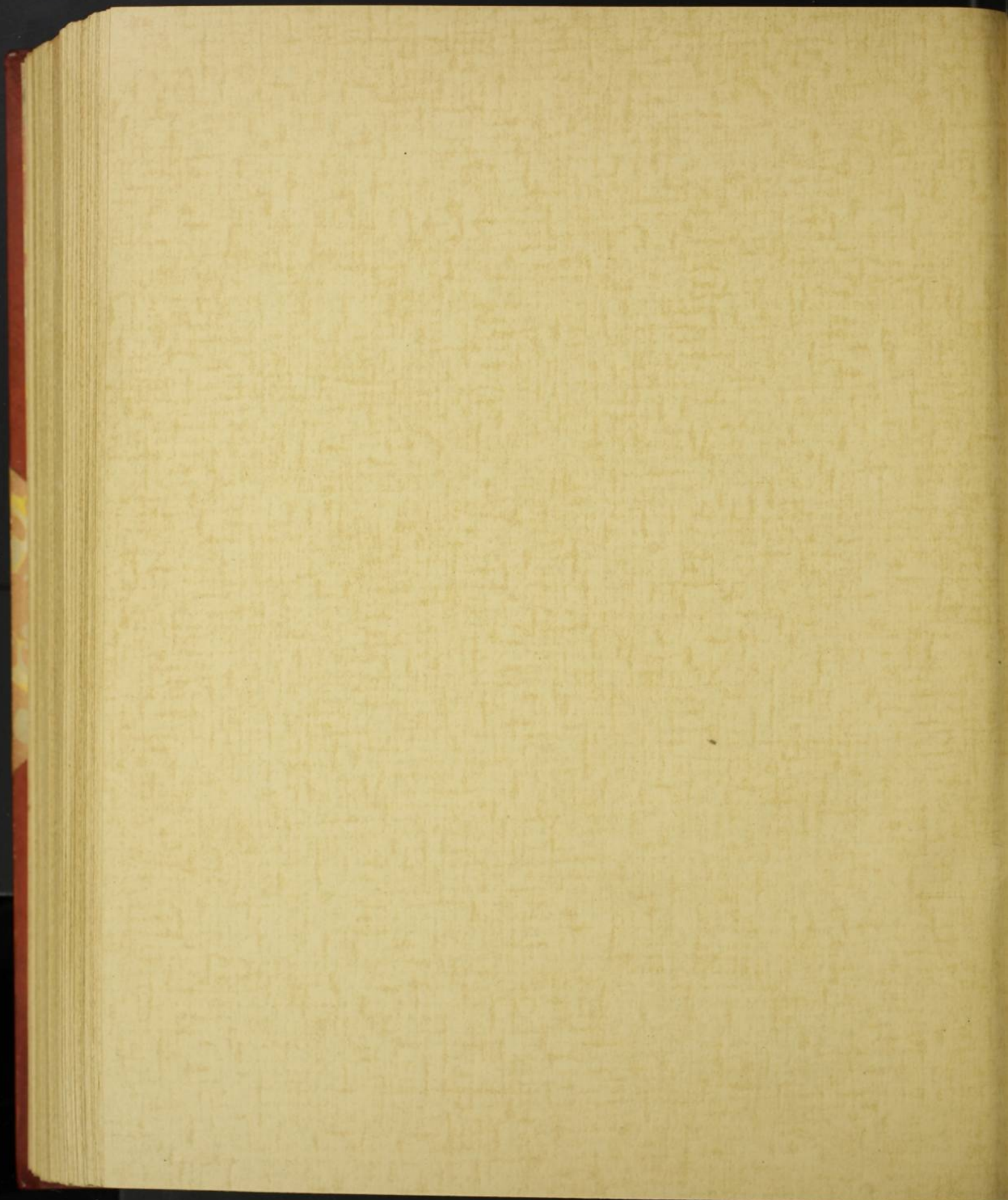




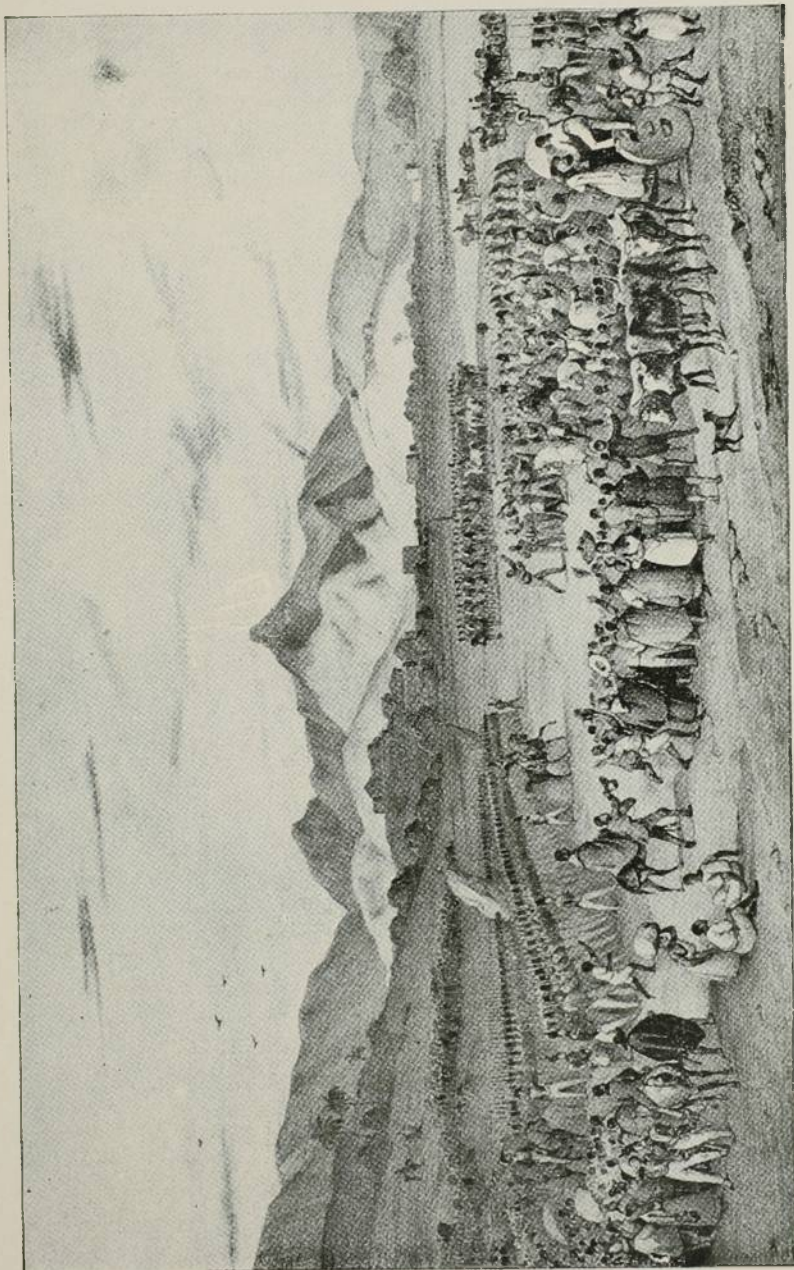


RUA DIREITA  
no Rio de Janeiro



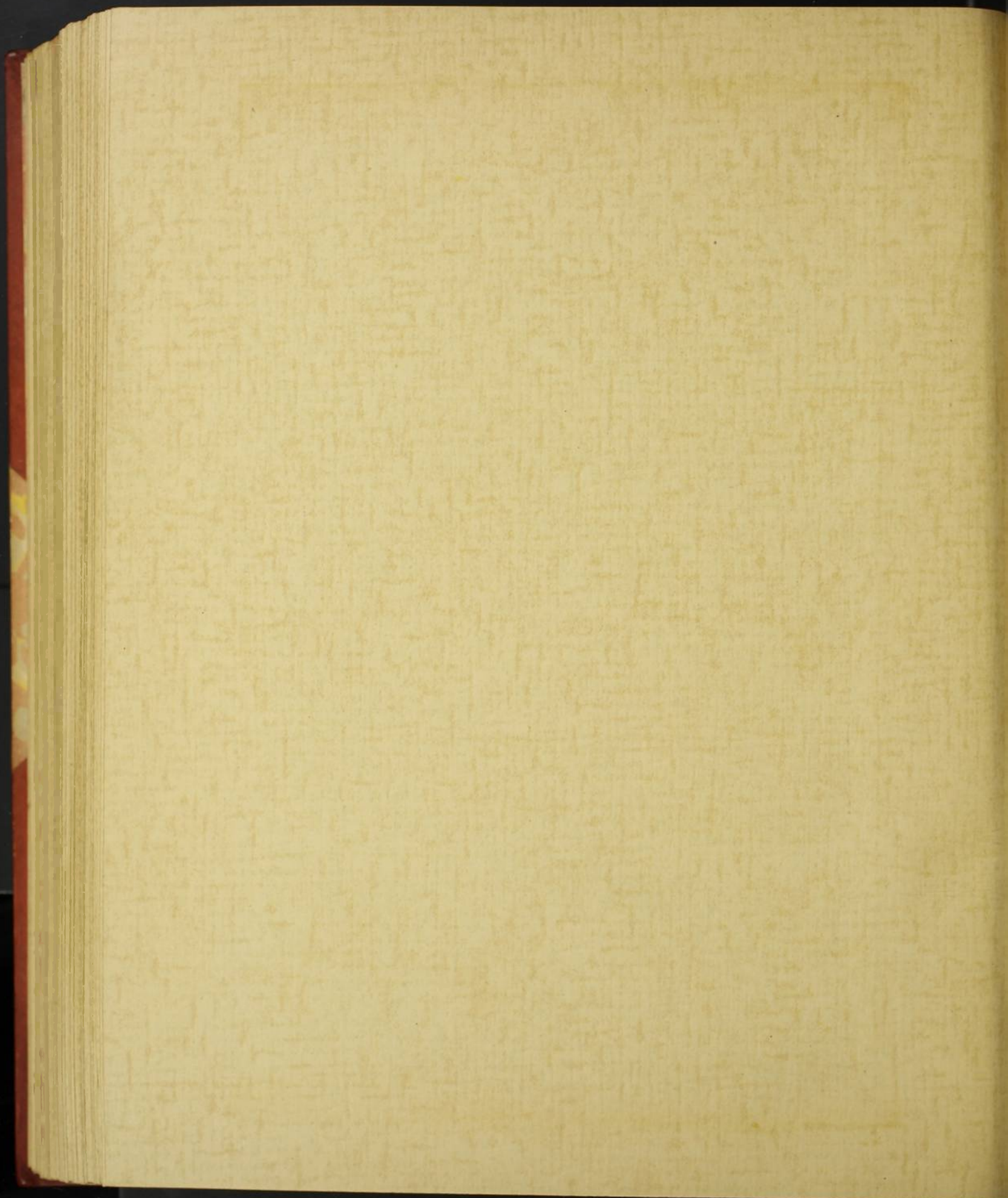






SÃO CRISTÓVÃO



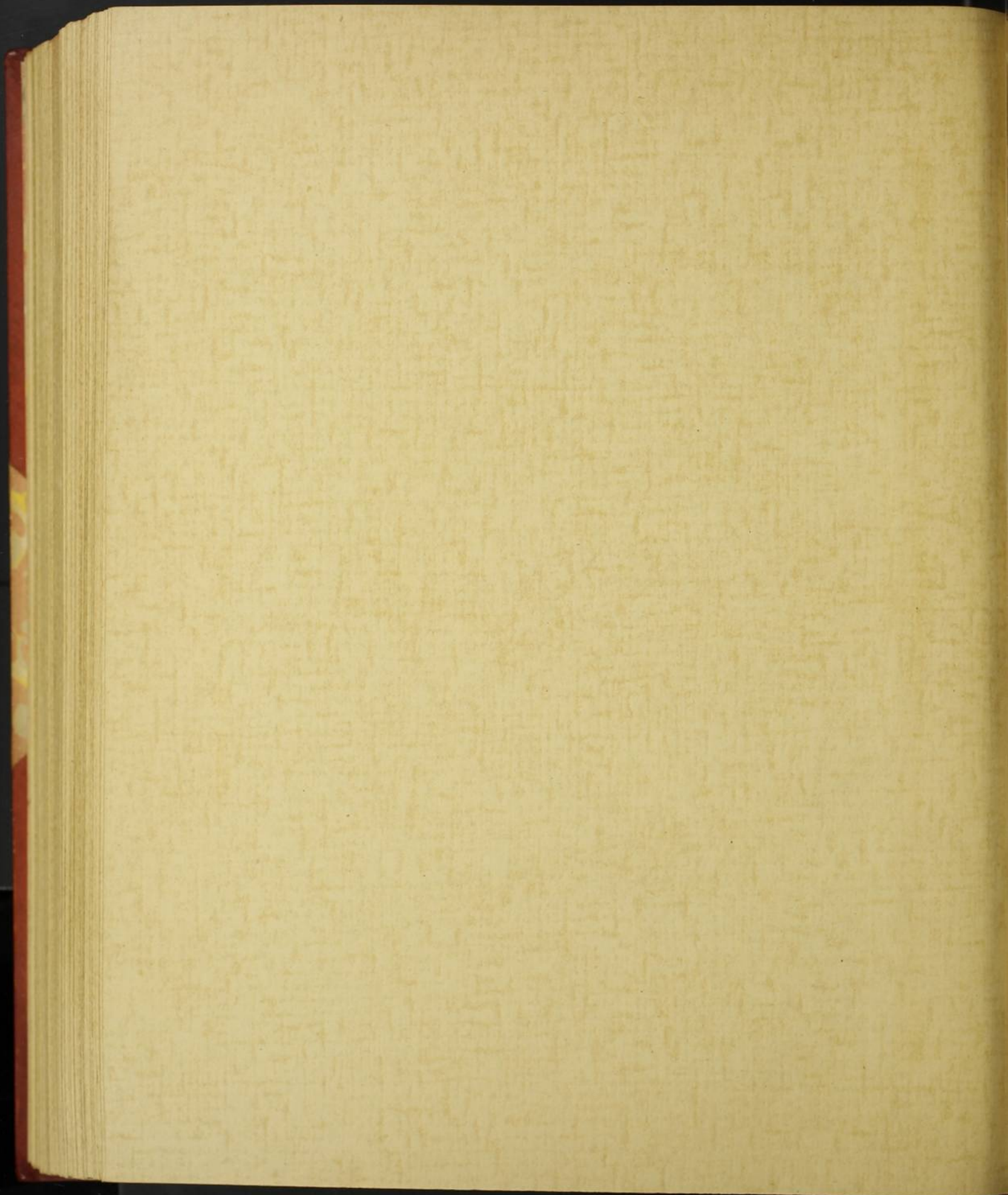




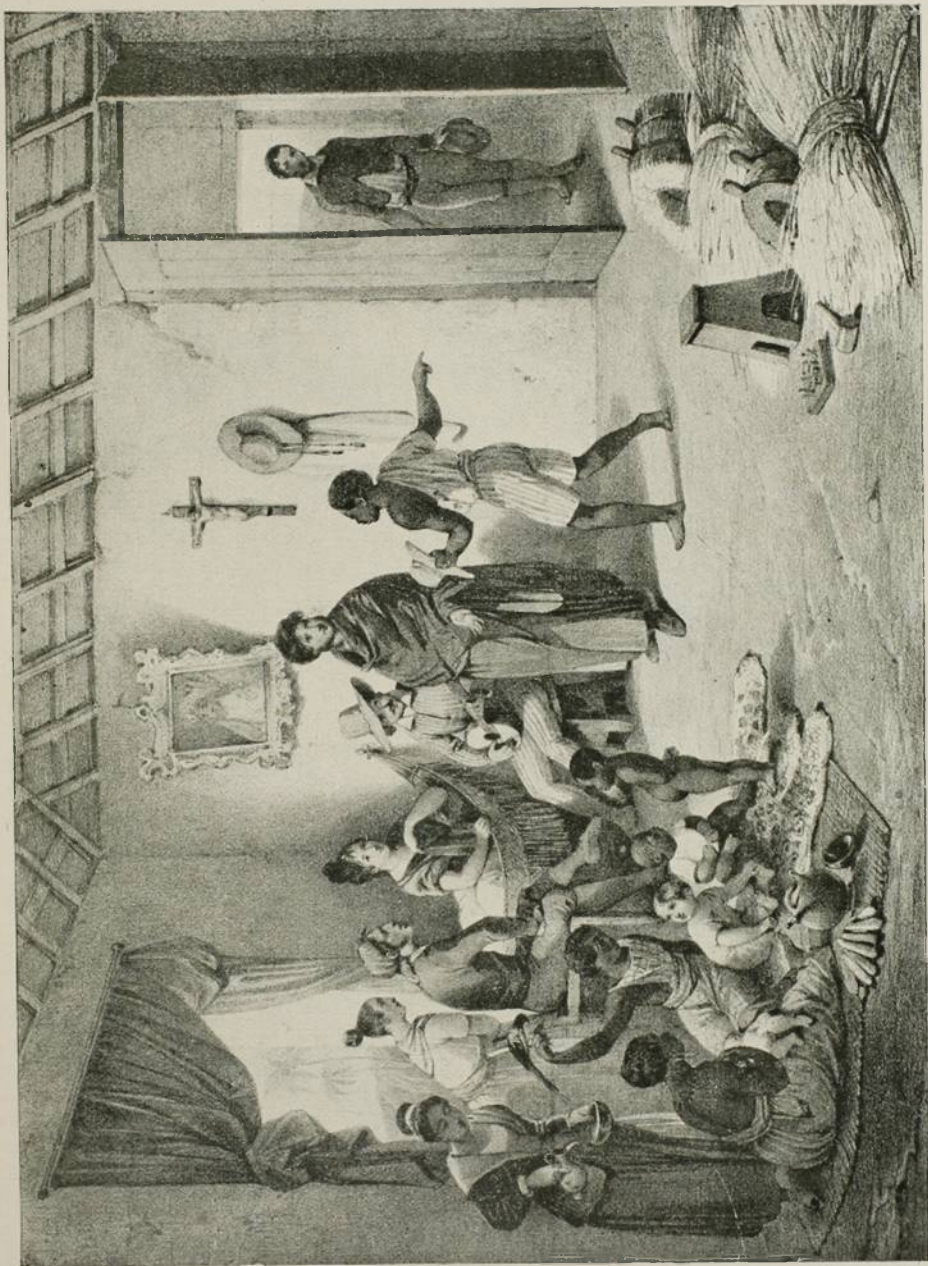


LAGOA DAS TRÉTAS



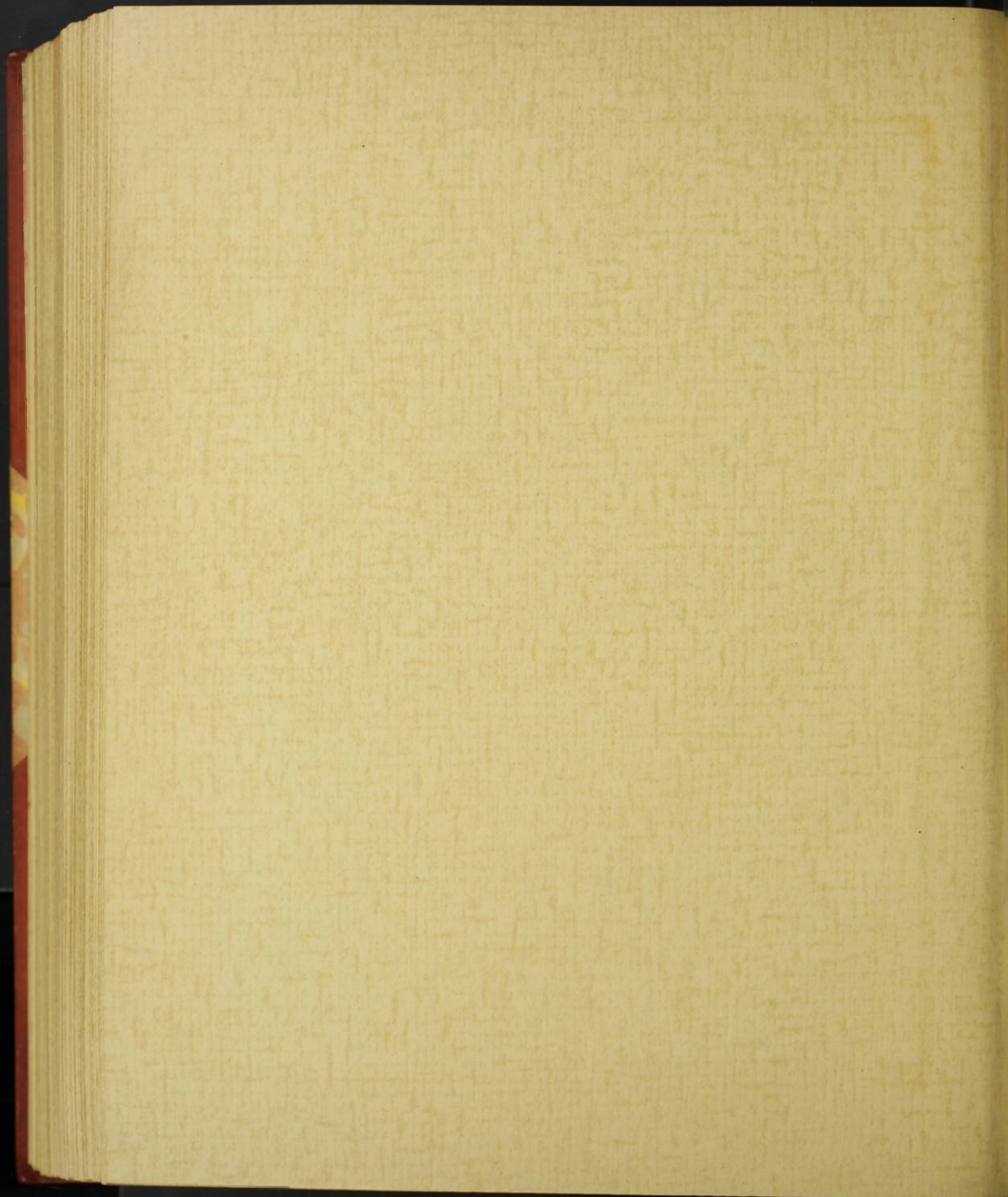




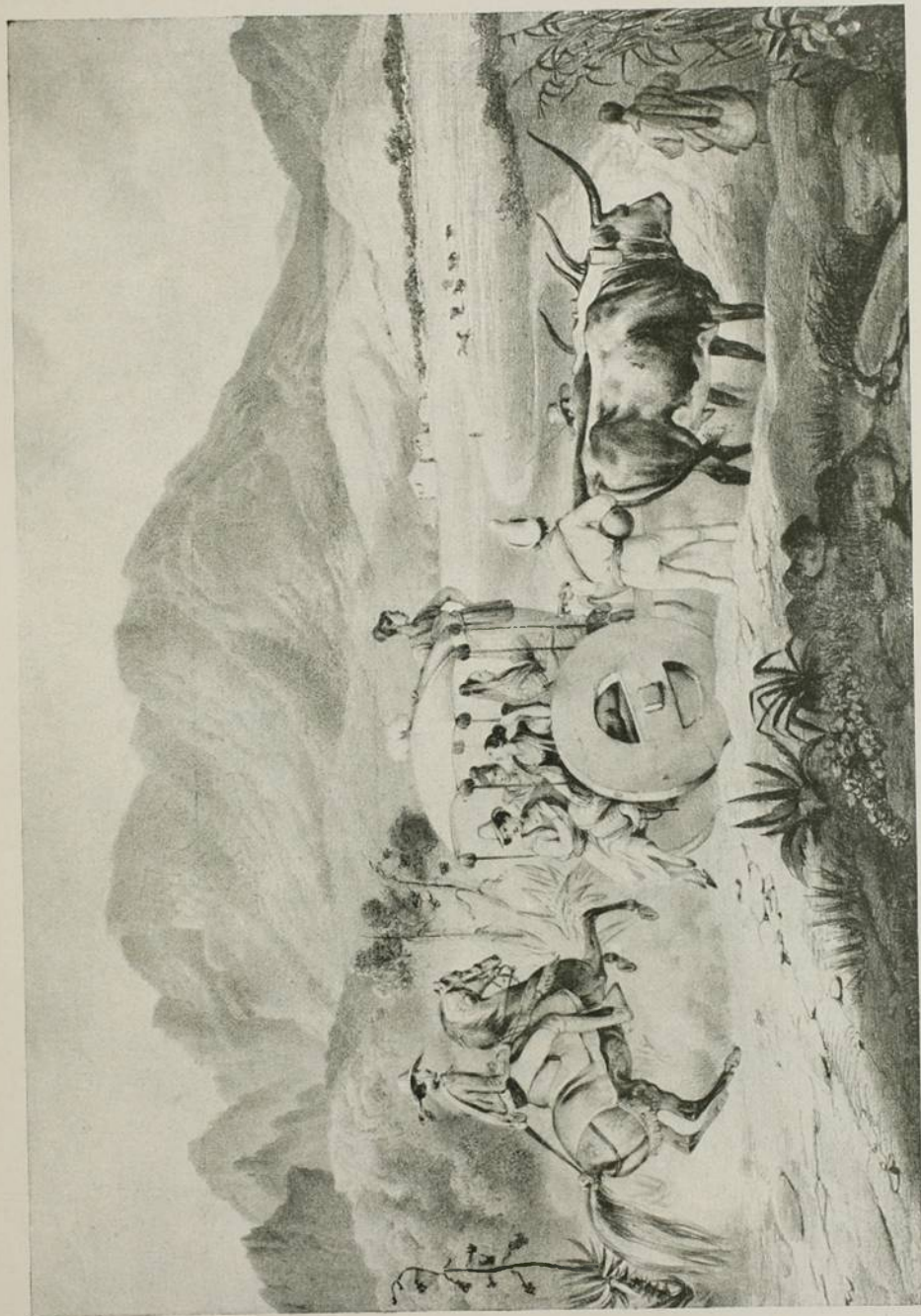


FAMILIA DE FAZENDEIROS



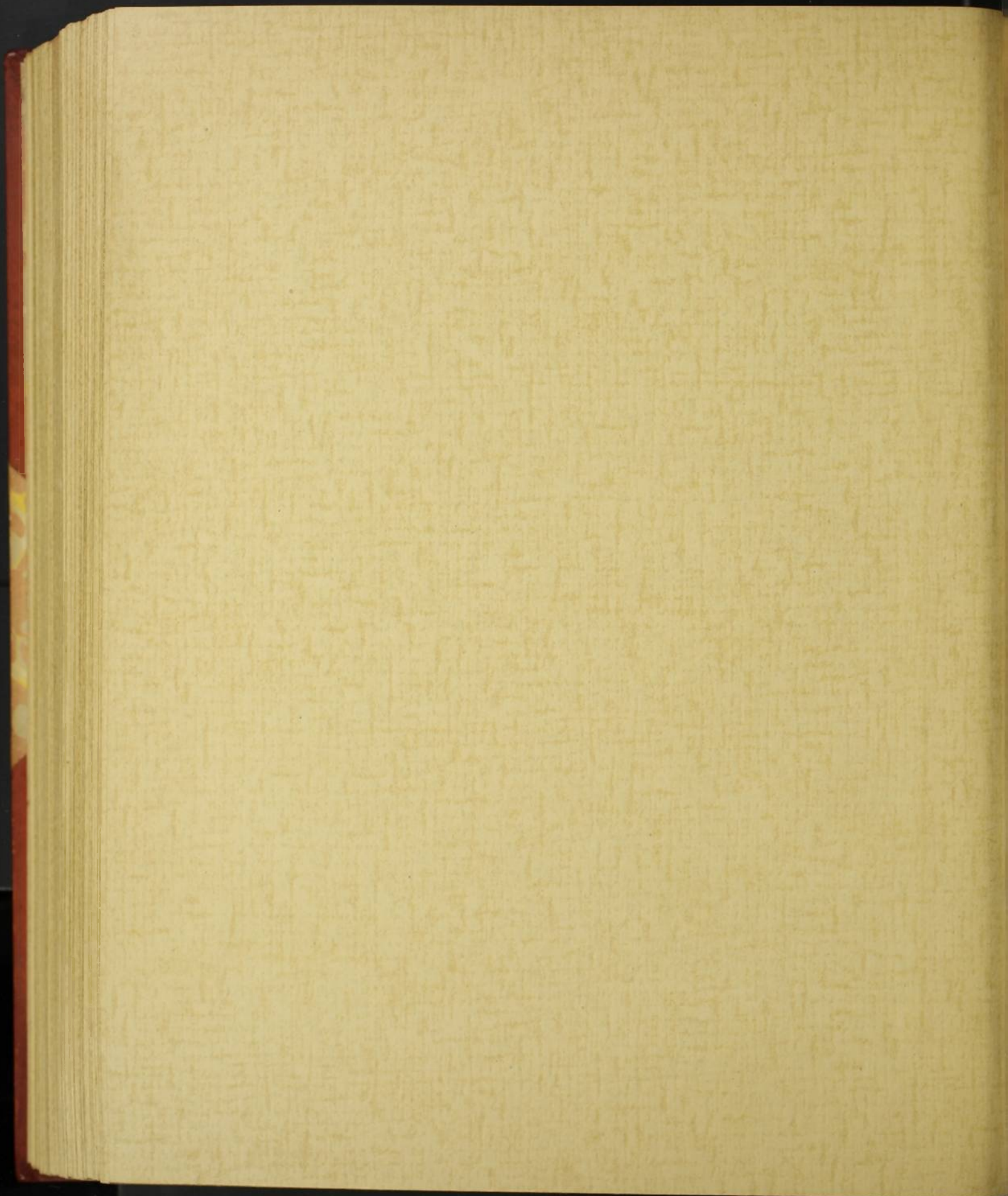




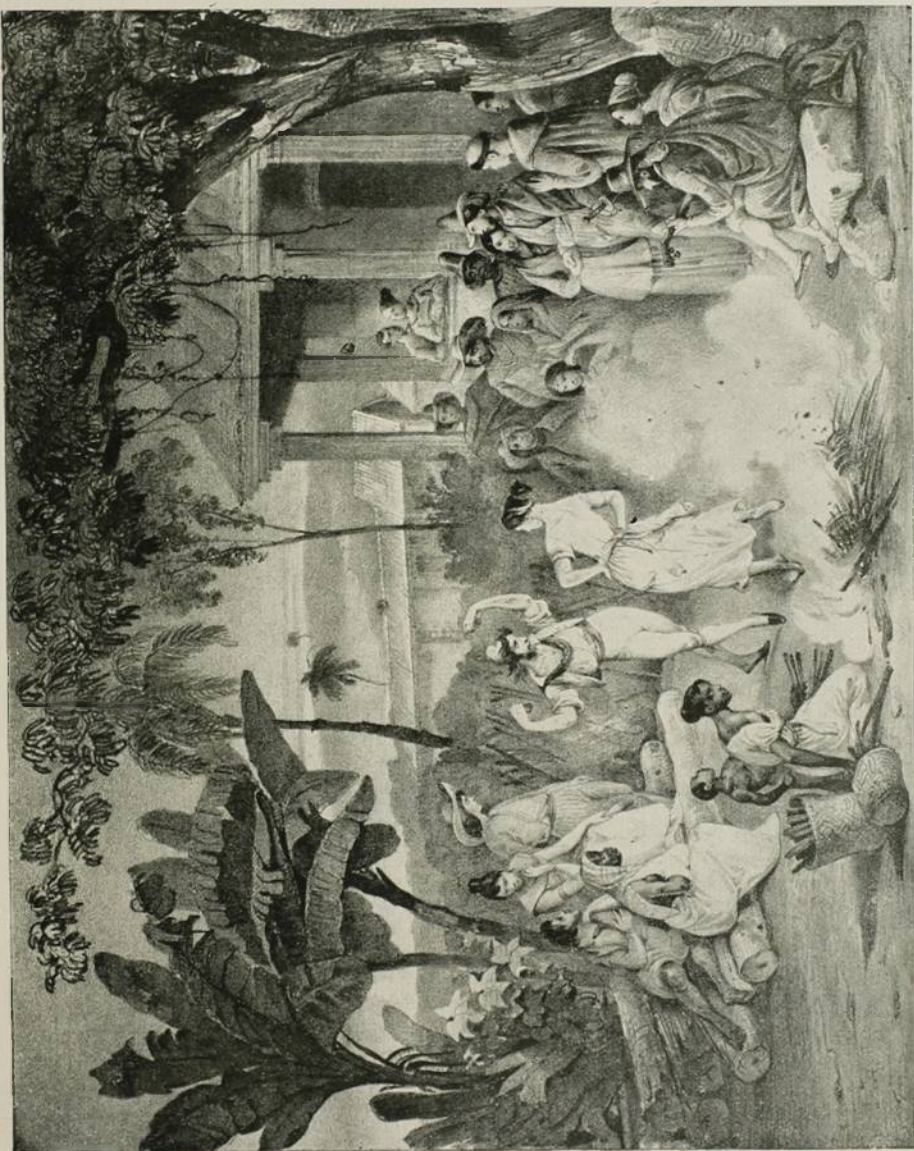


FAMÍLIA DE FAZENDEIROS



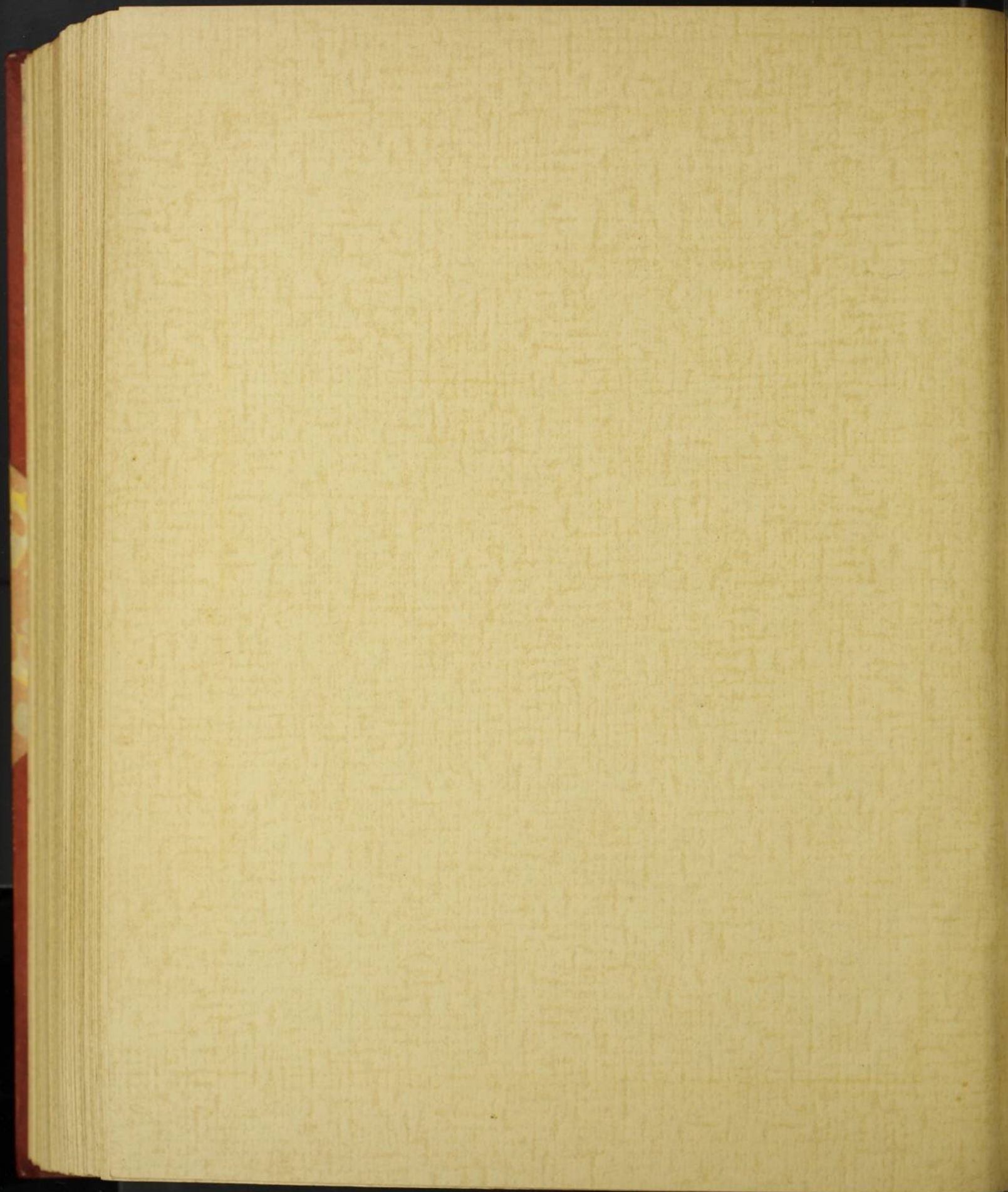




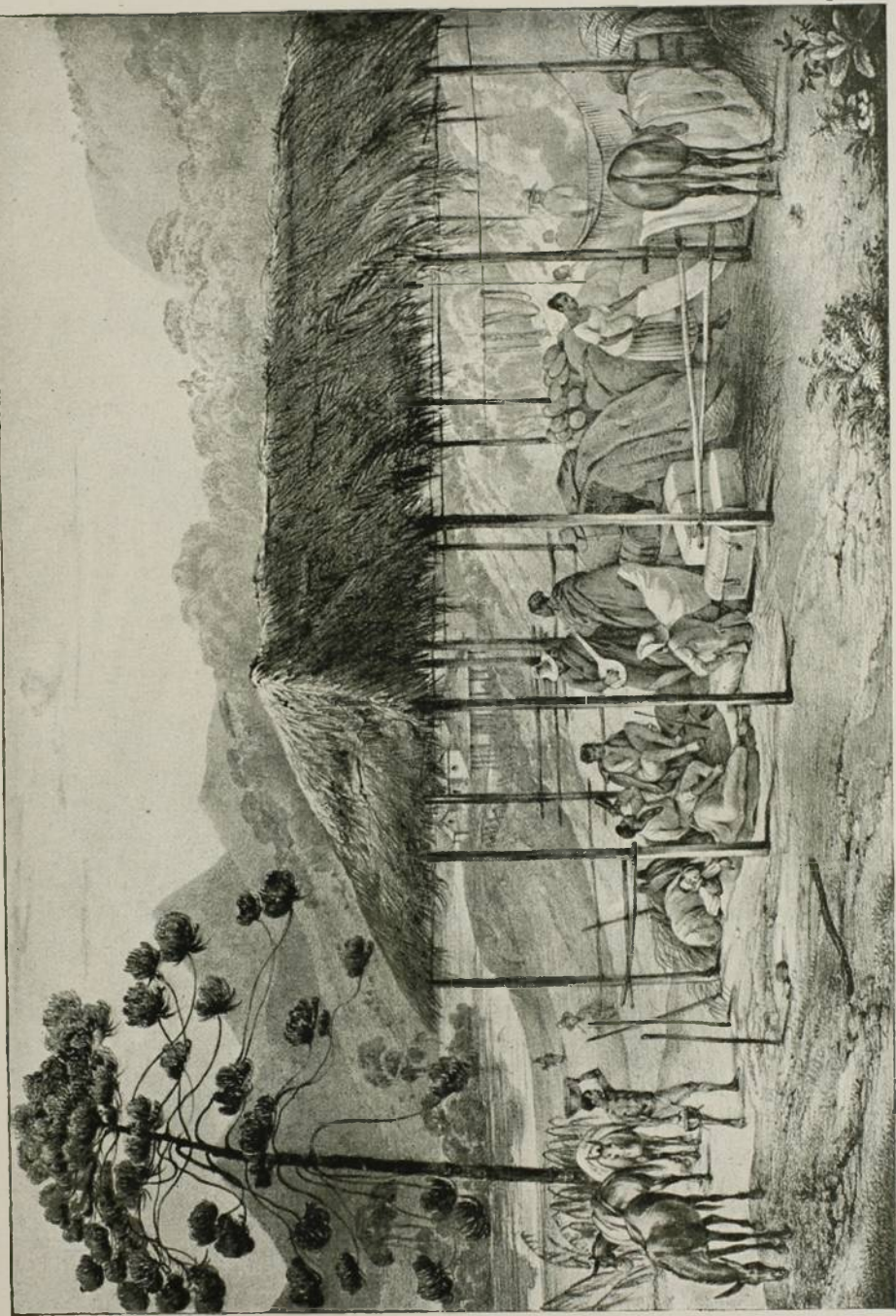


LUNDŪ



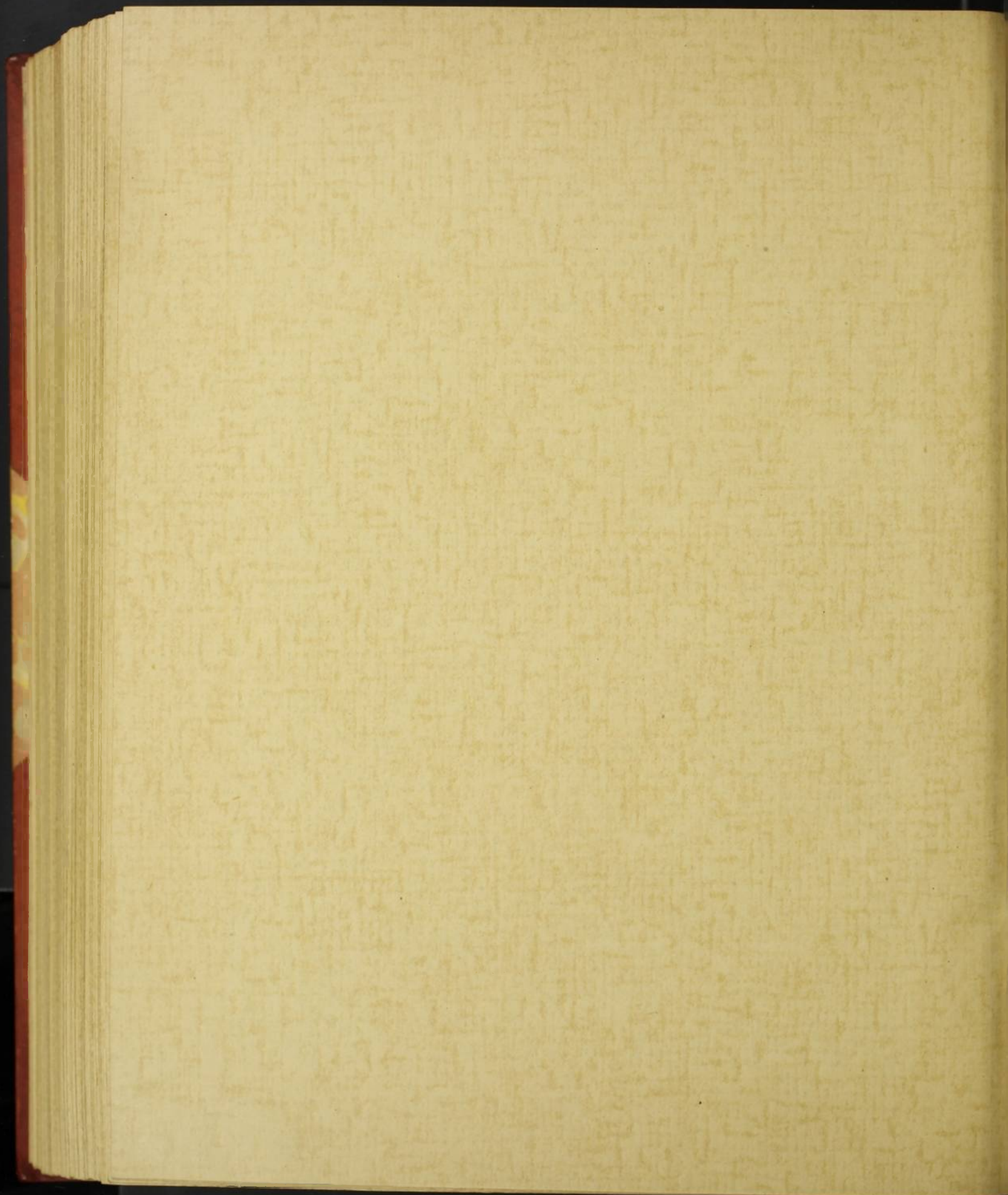




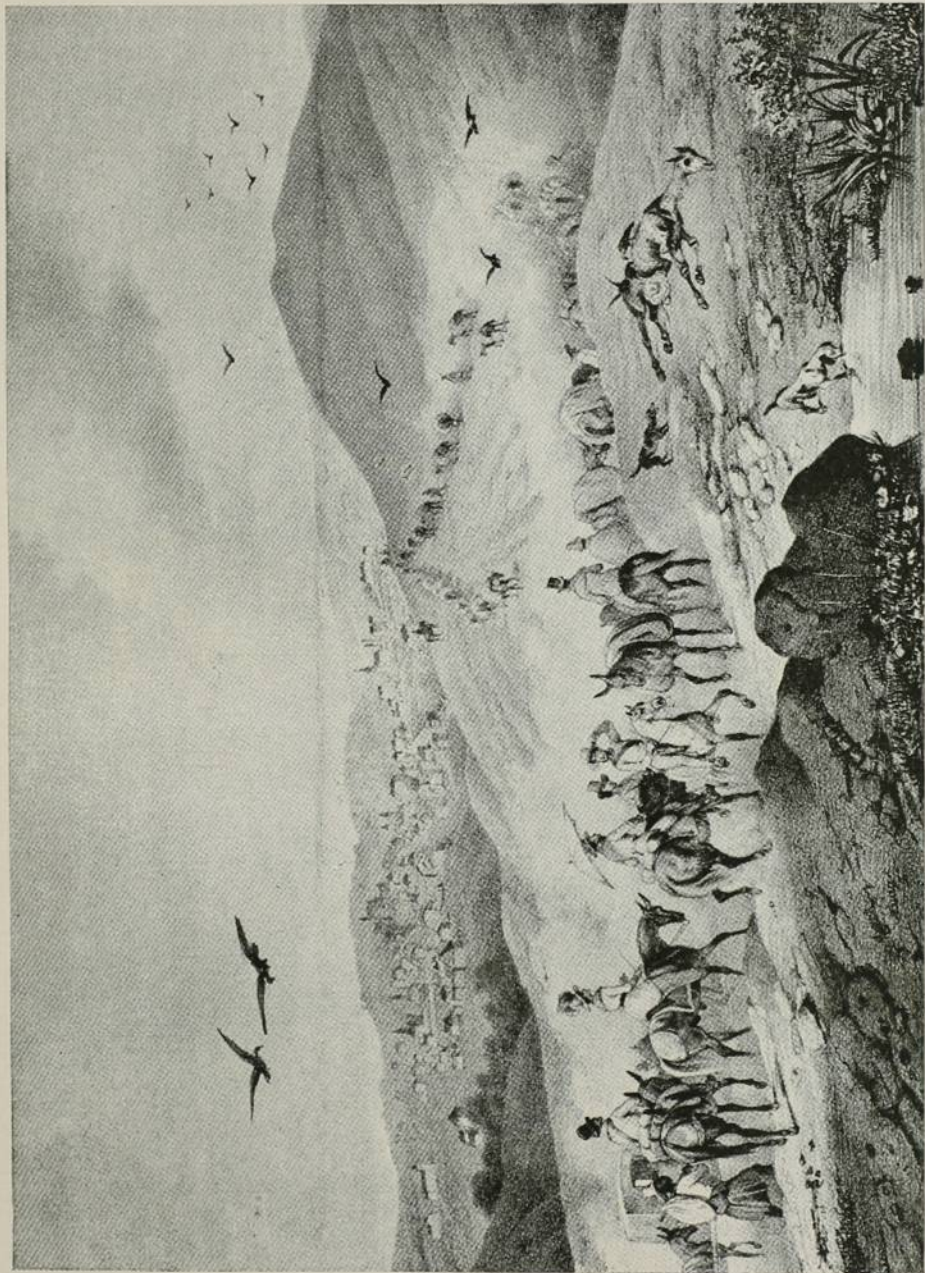


POUSO DE UMA TROPA



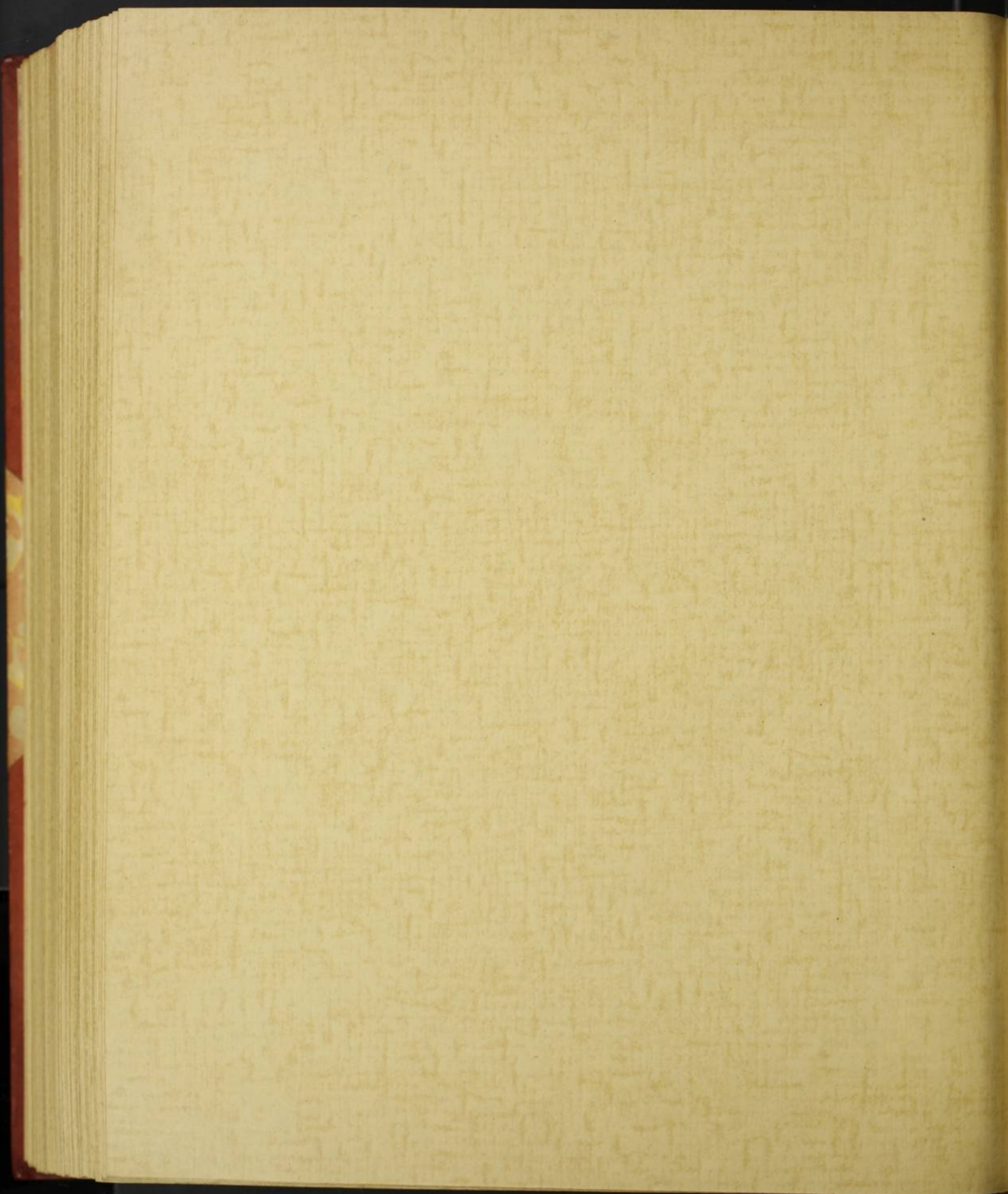




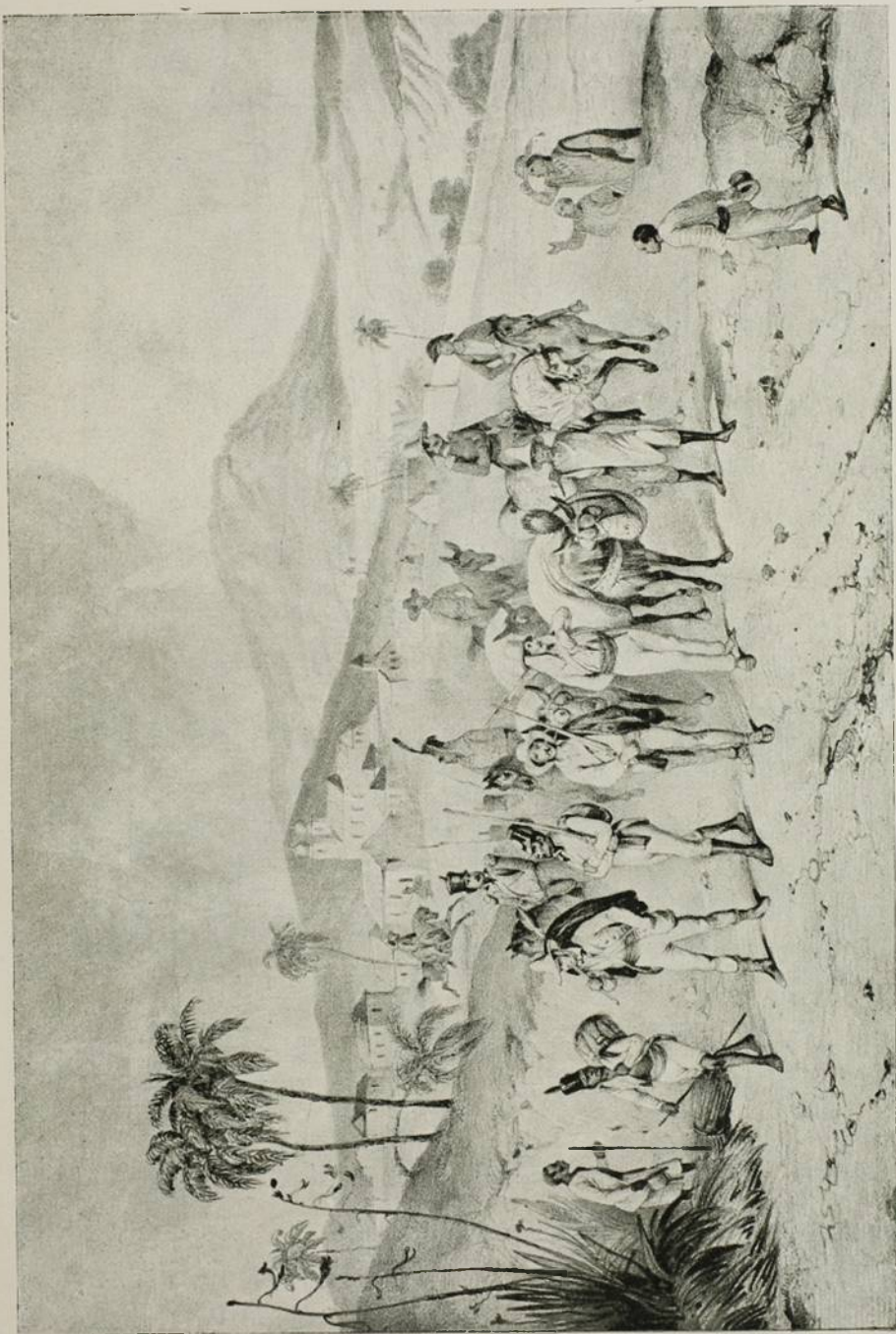


TROPA DE NEGOCIANTES A CAMINHO DO TEJUCO



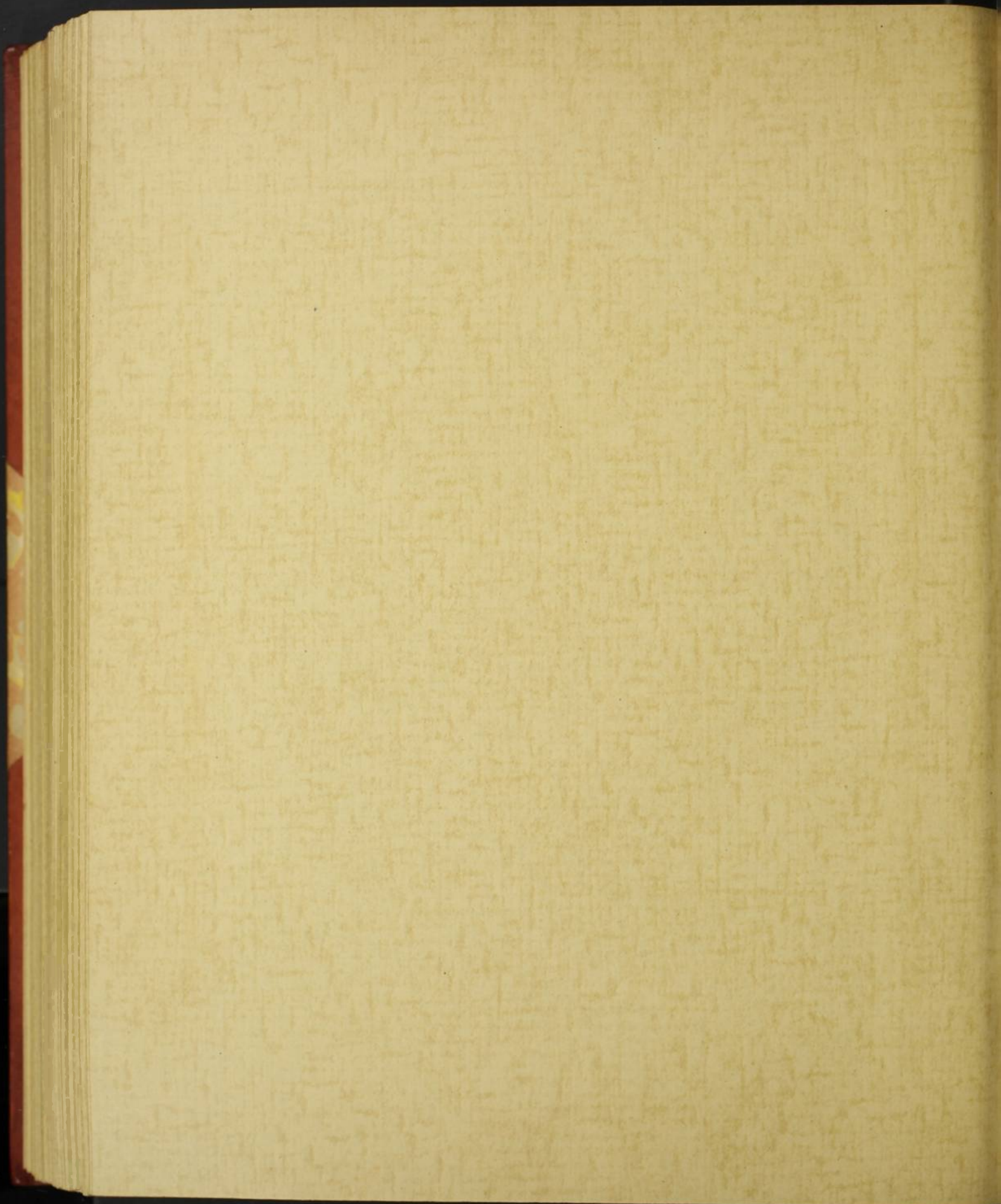






TRANSPORTE DE DIAMANTES PASSANDO POR CAETÉ



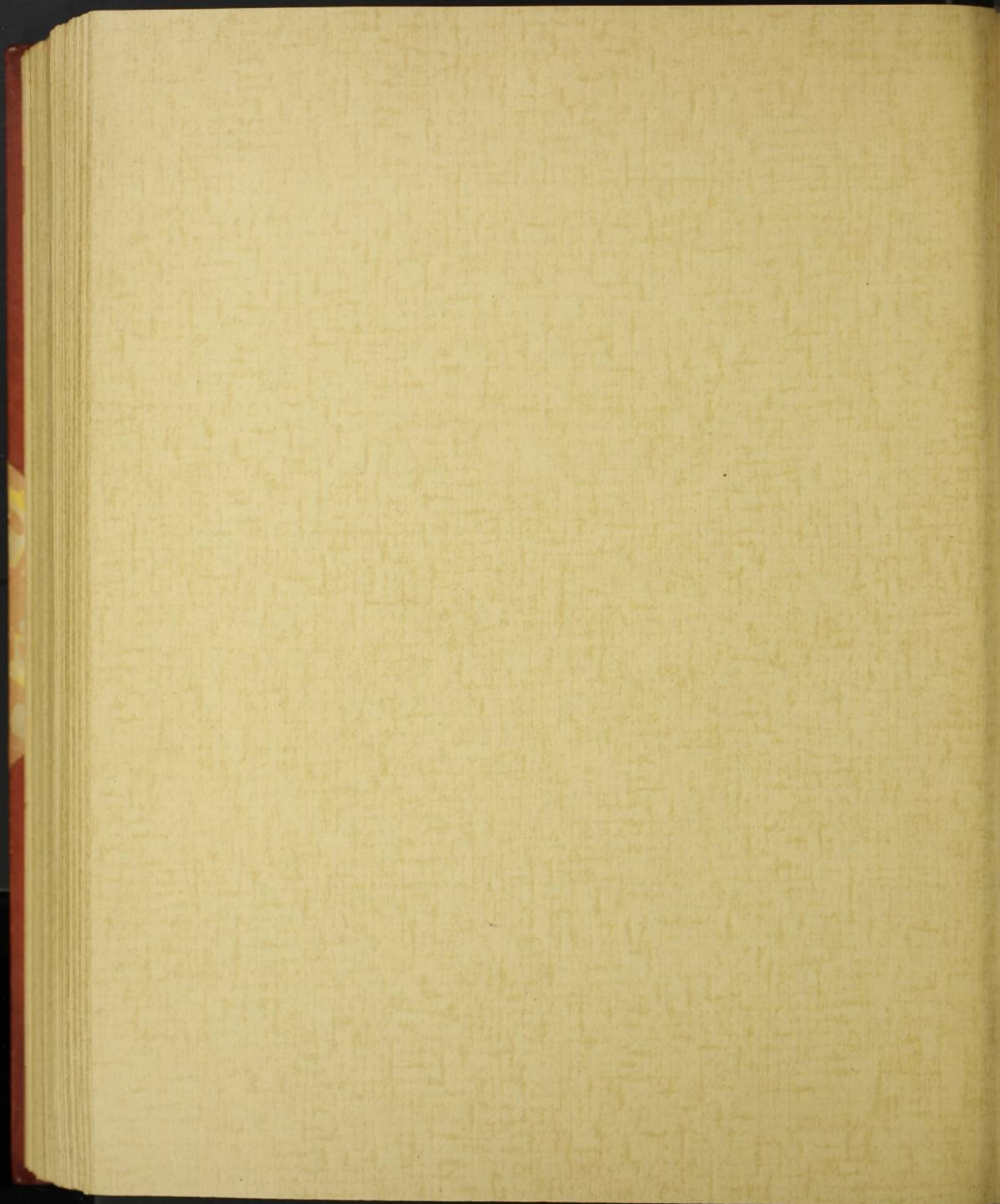




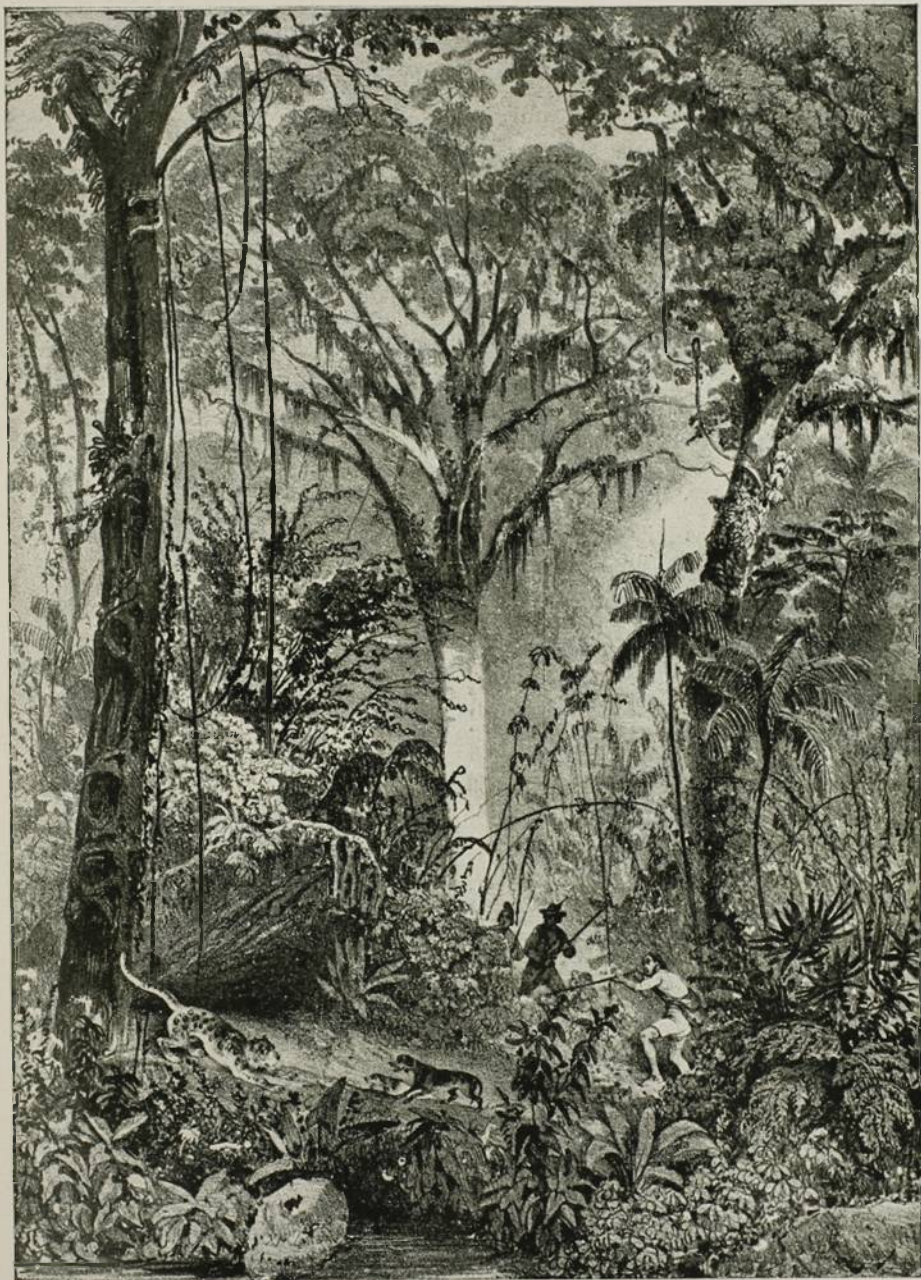


LAVAGEM DE OURO  
perto de Itacolomí



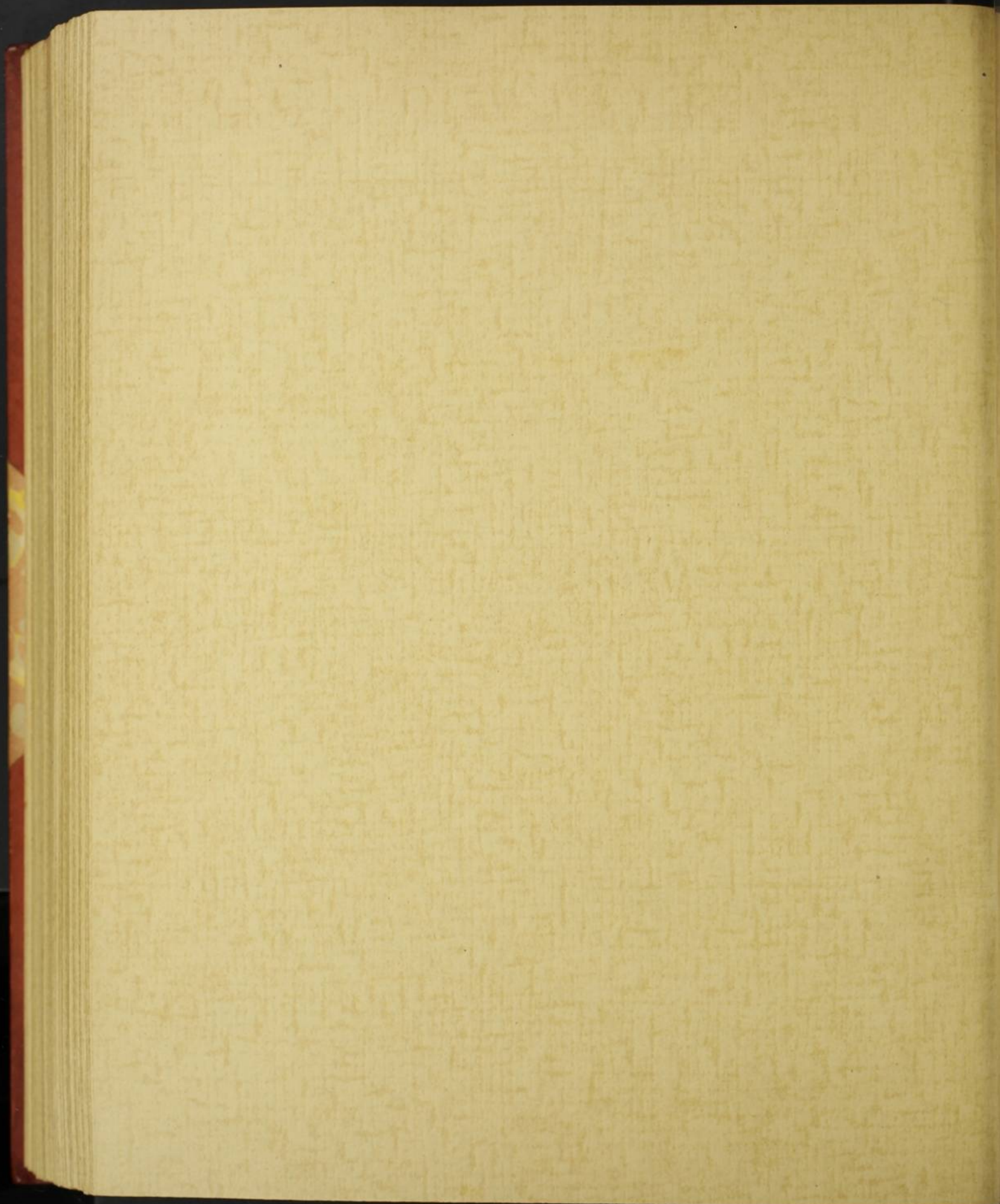






CAÇADA EM MATA VIRGEM



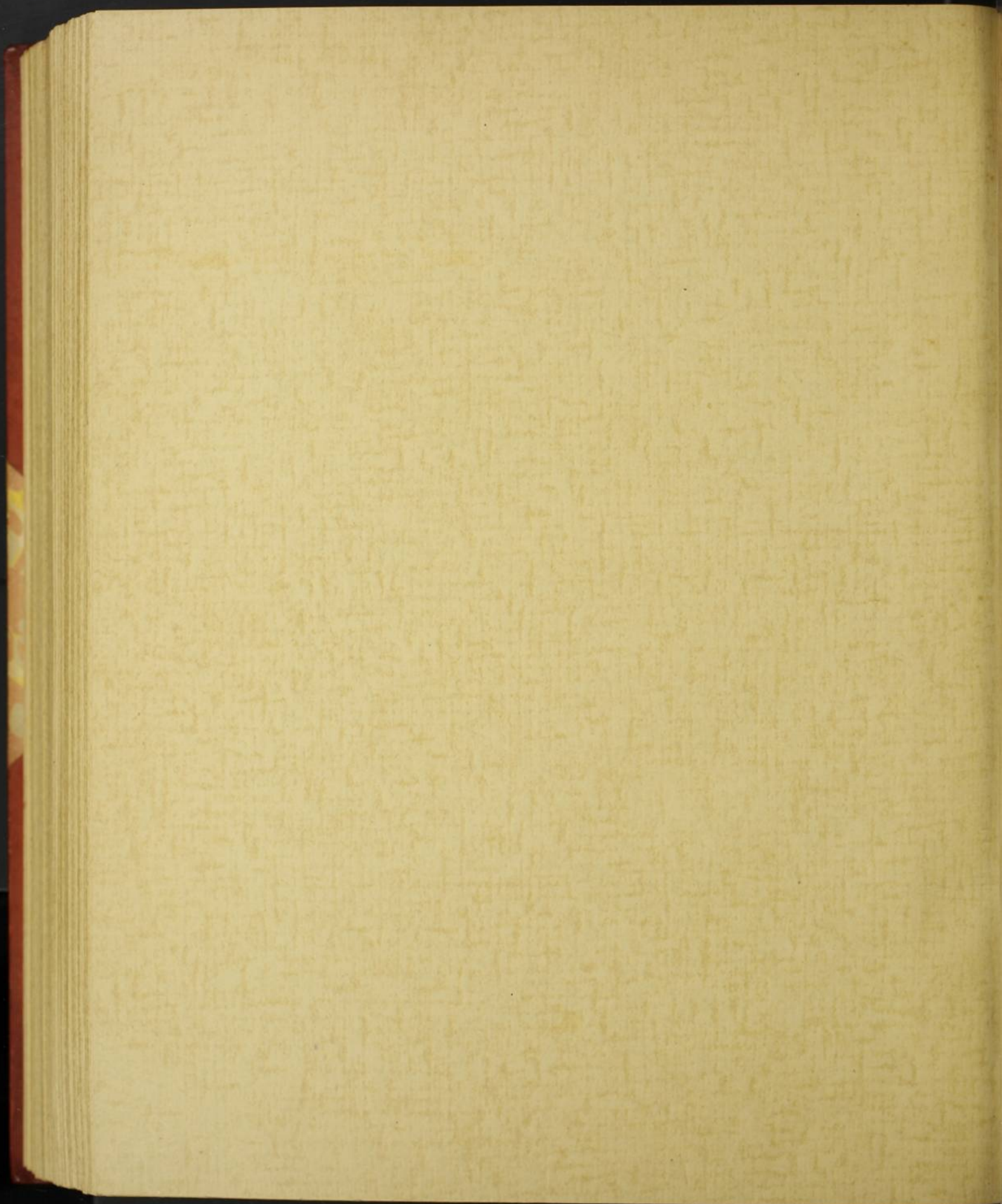




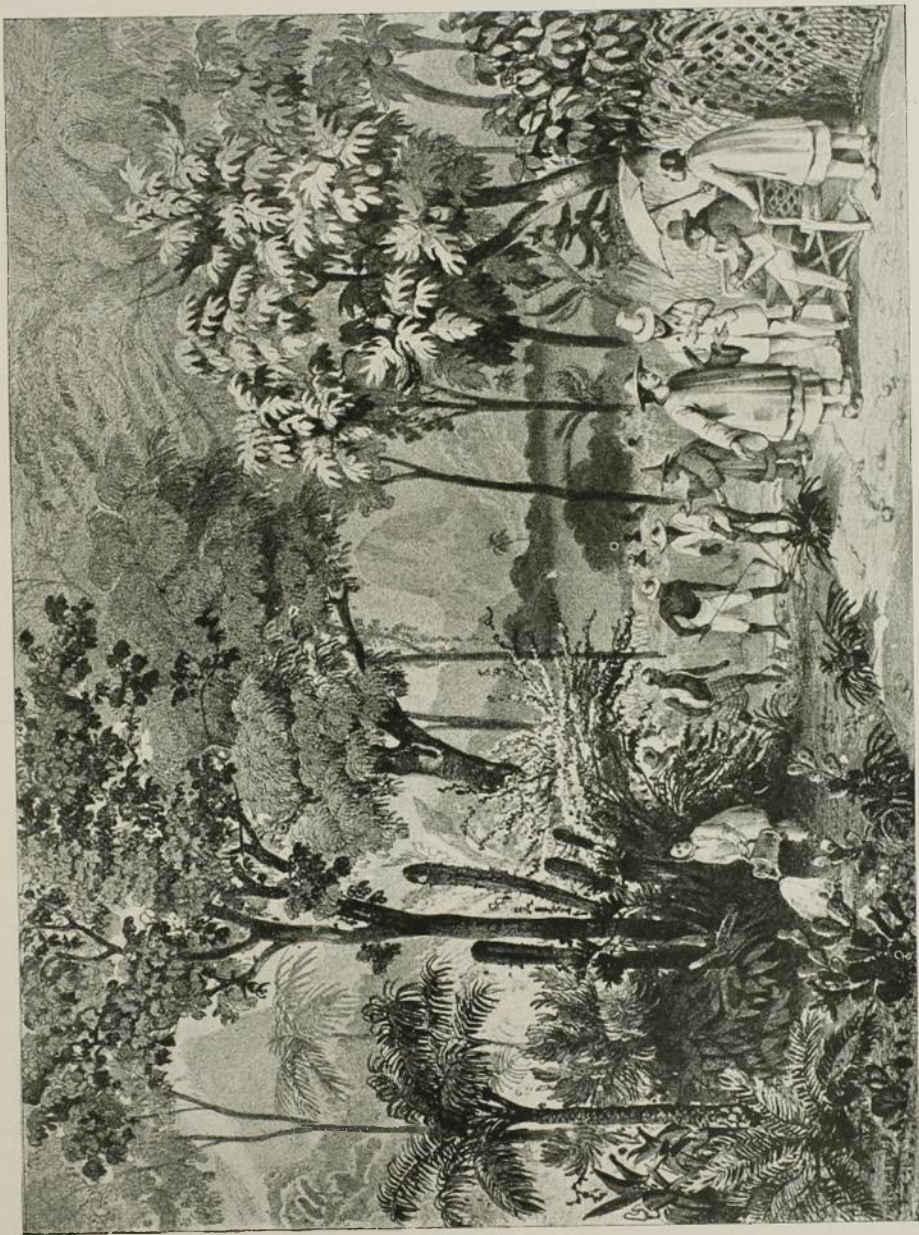


COLONIA EUROPEIA PERTO DE ILHÉUS



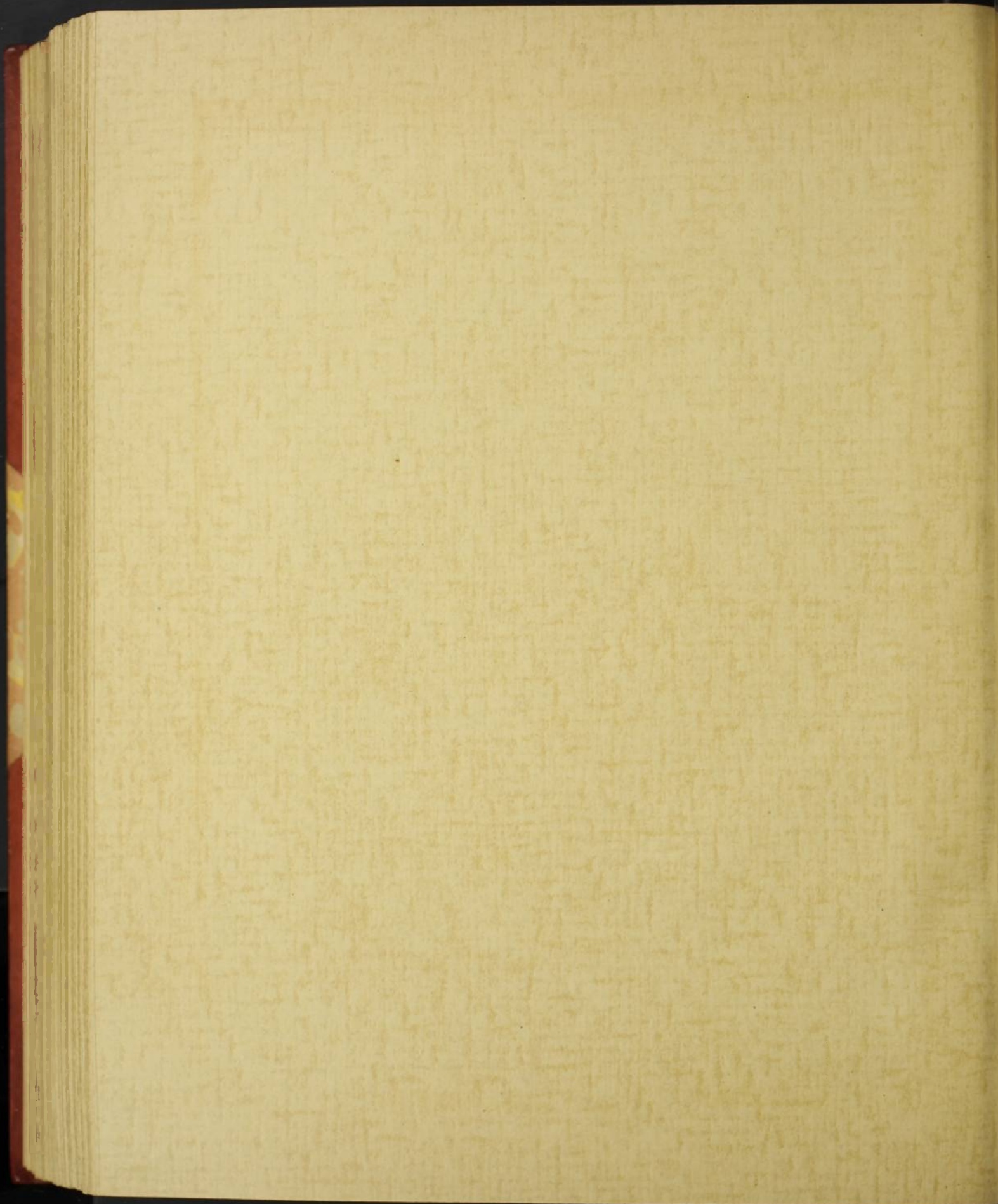




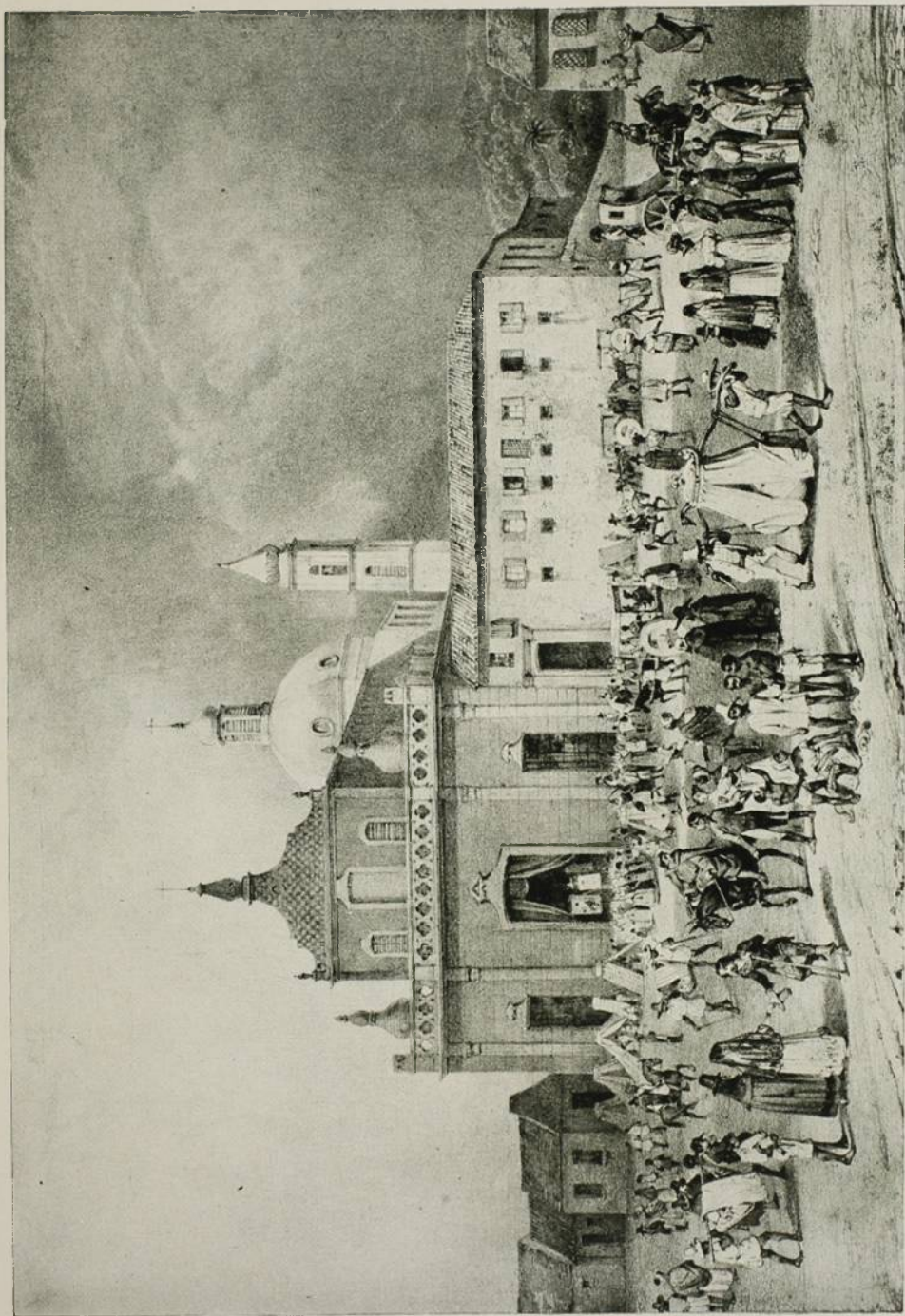


PLANTAÇÃO DE CHÁ POR CHINESES  
no Jardim Botânico do Rio de Janeiro



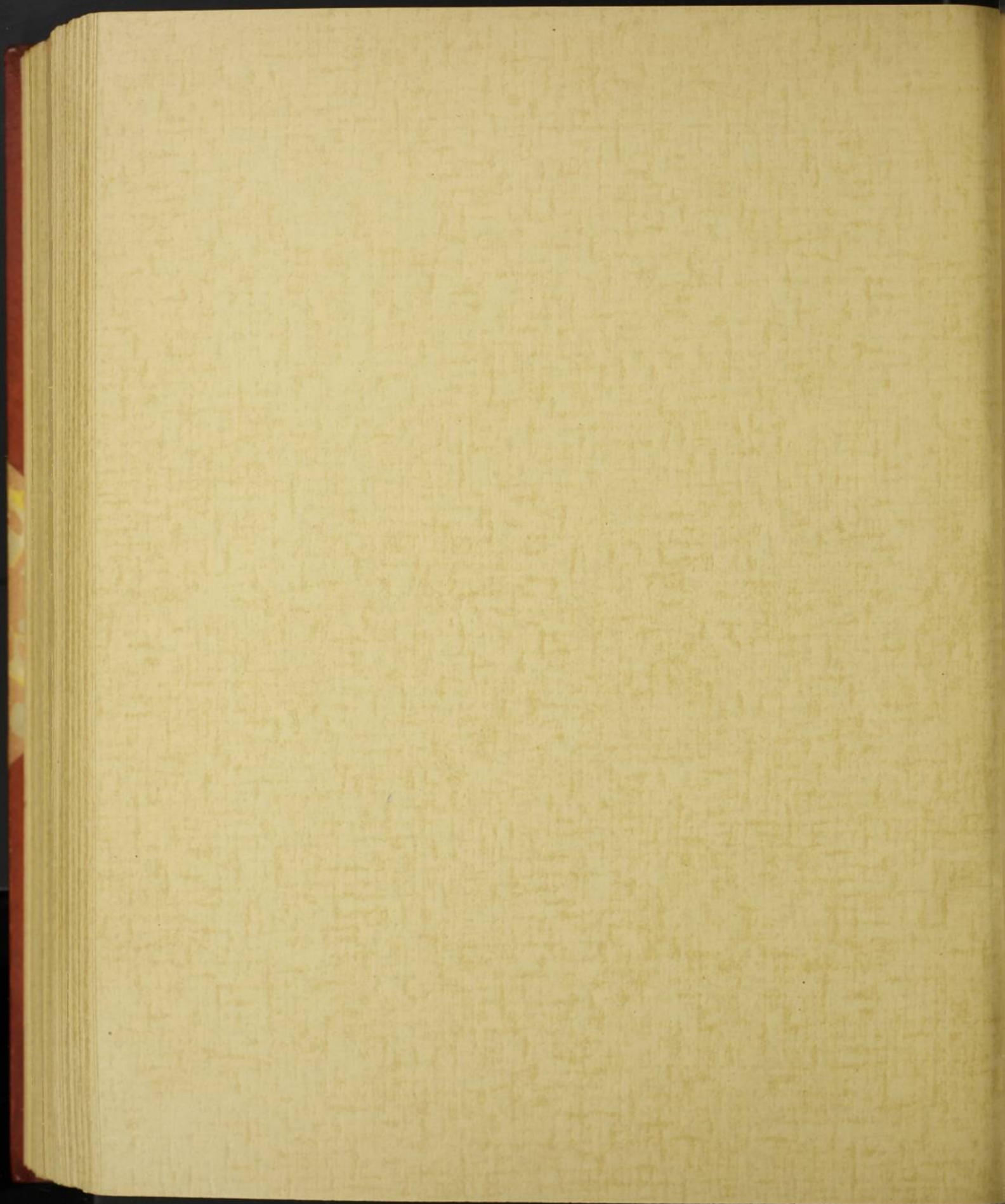




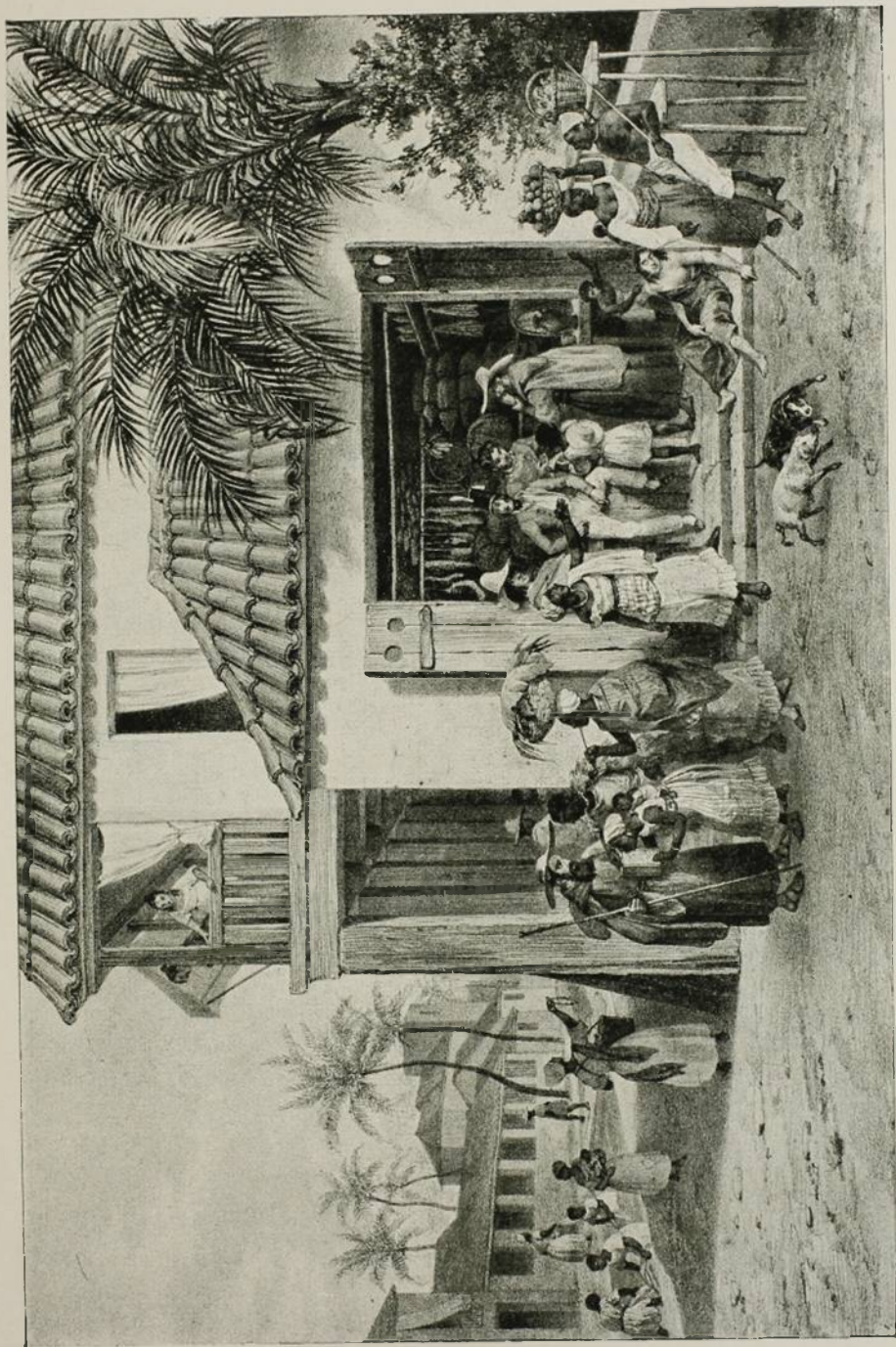


CONVENTO DE N. S. DA PIEDADE NA BAIÁ



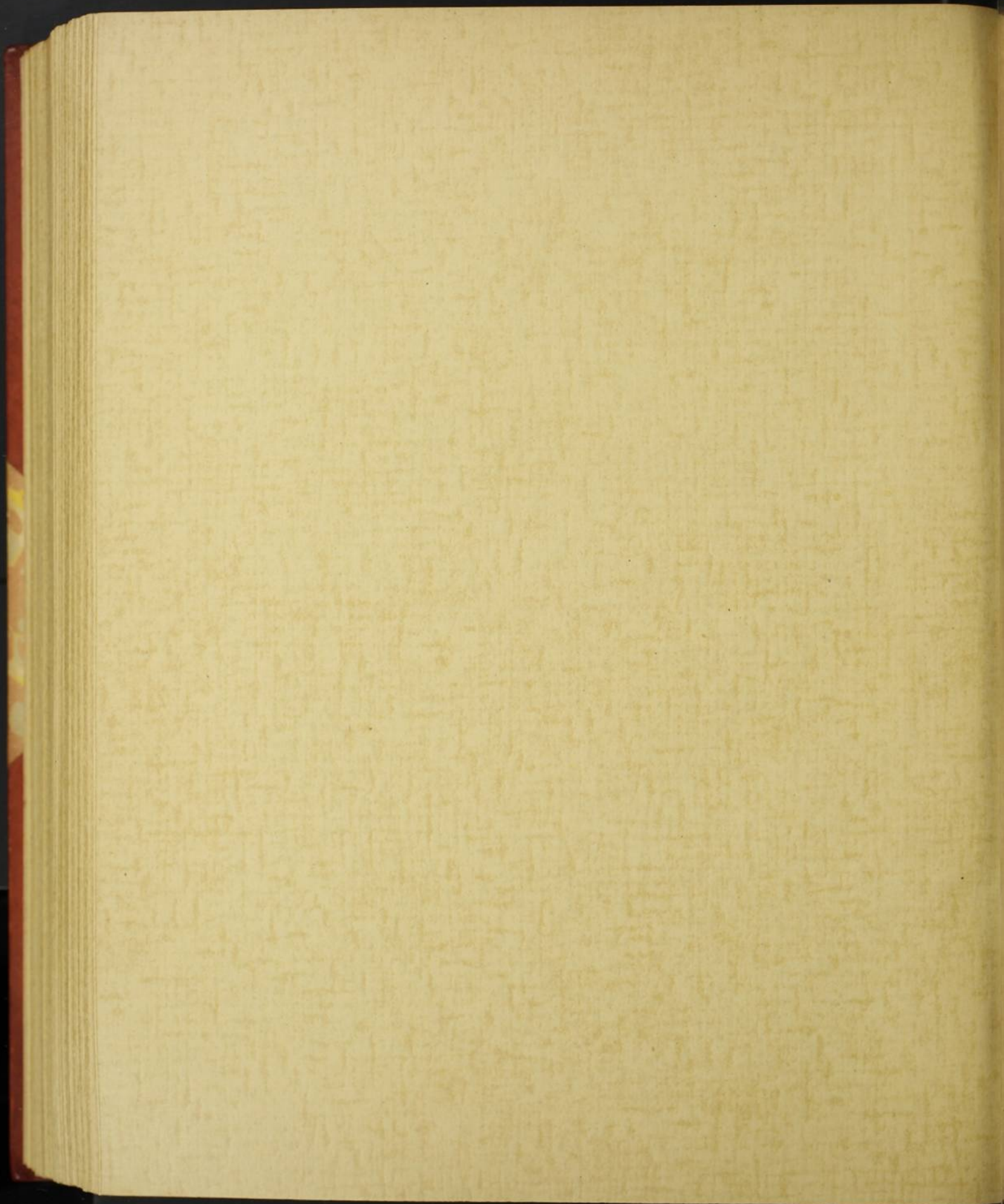




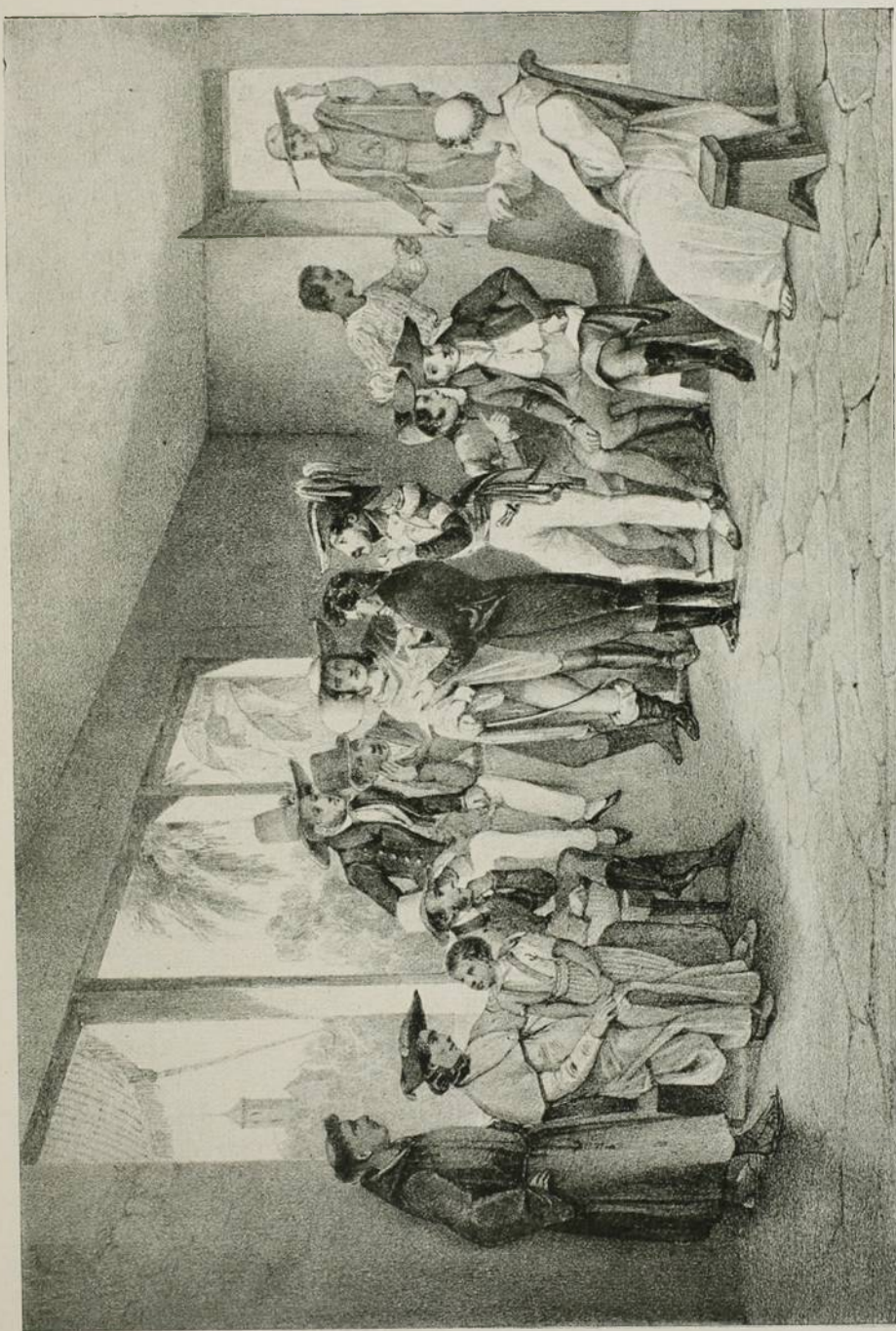


VENDA EM RECIFE



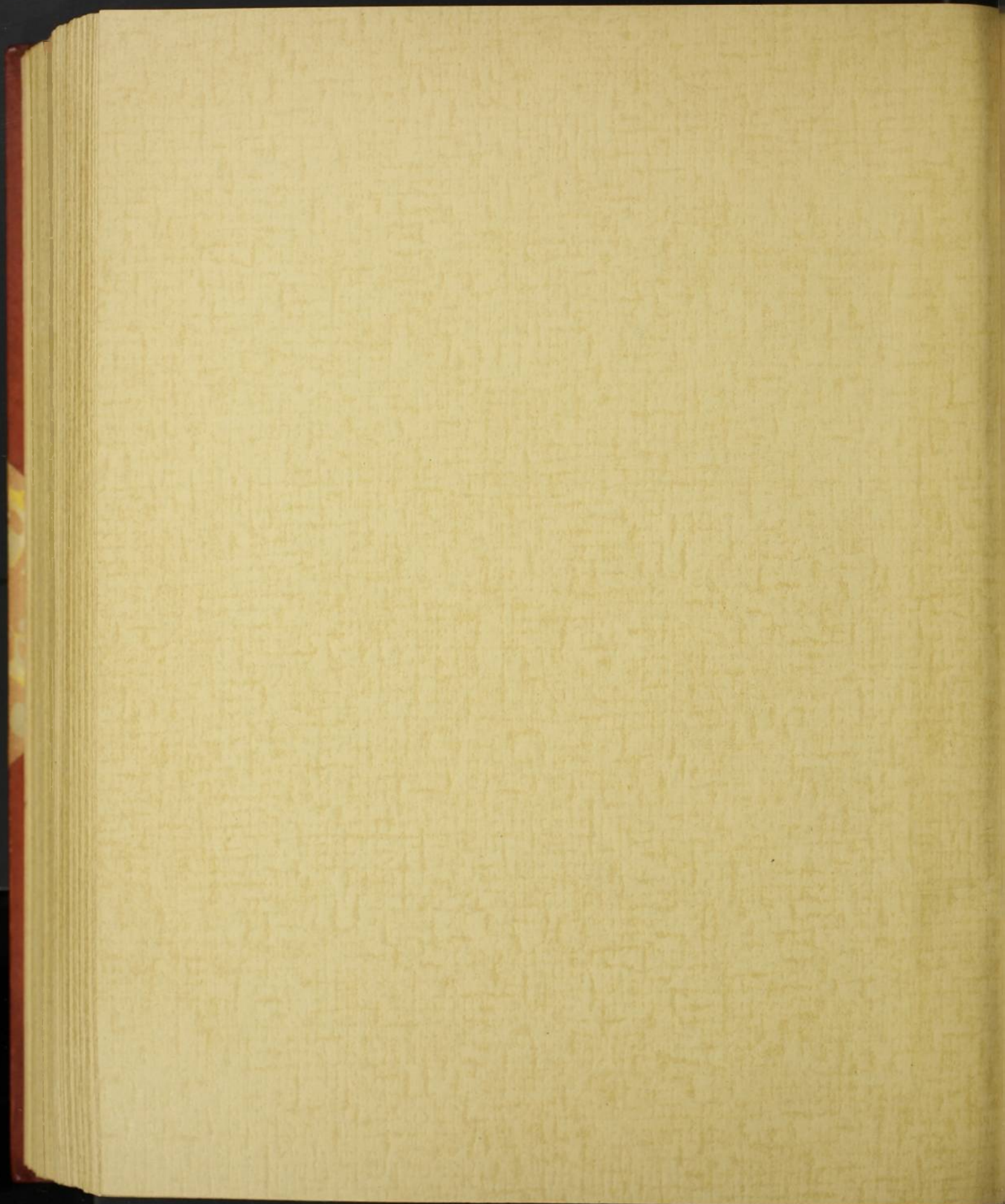




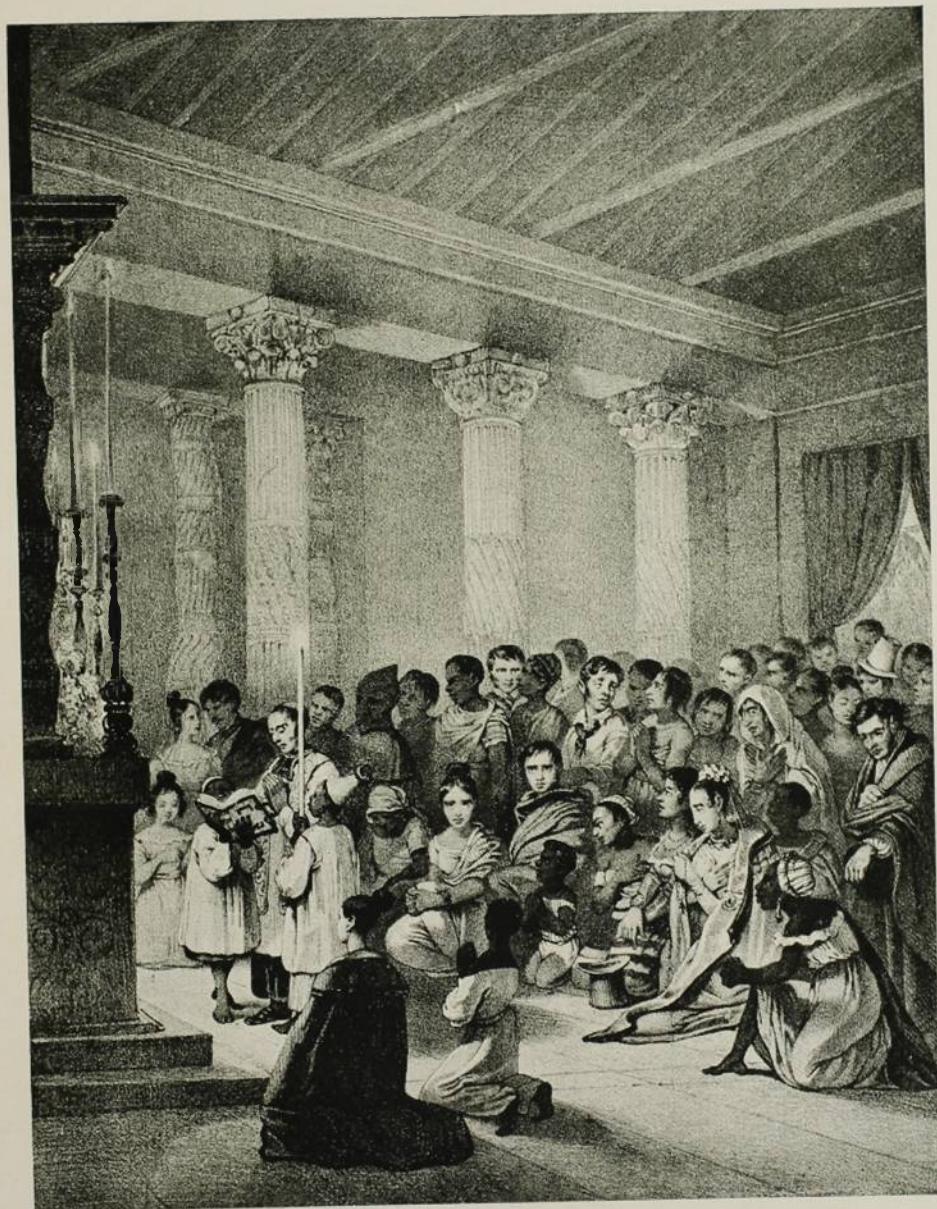


JUNTA EM PERNAMBUCO



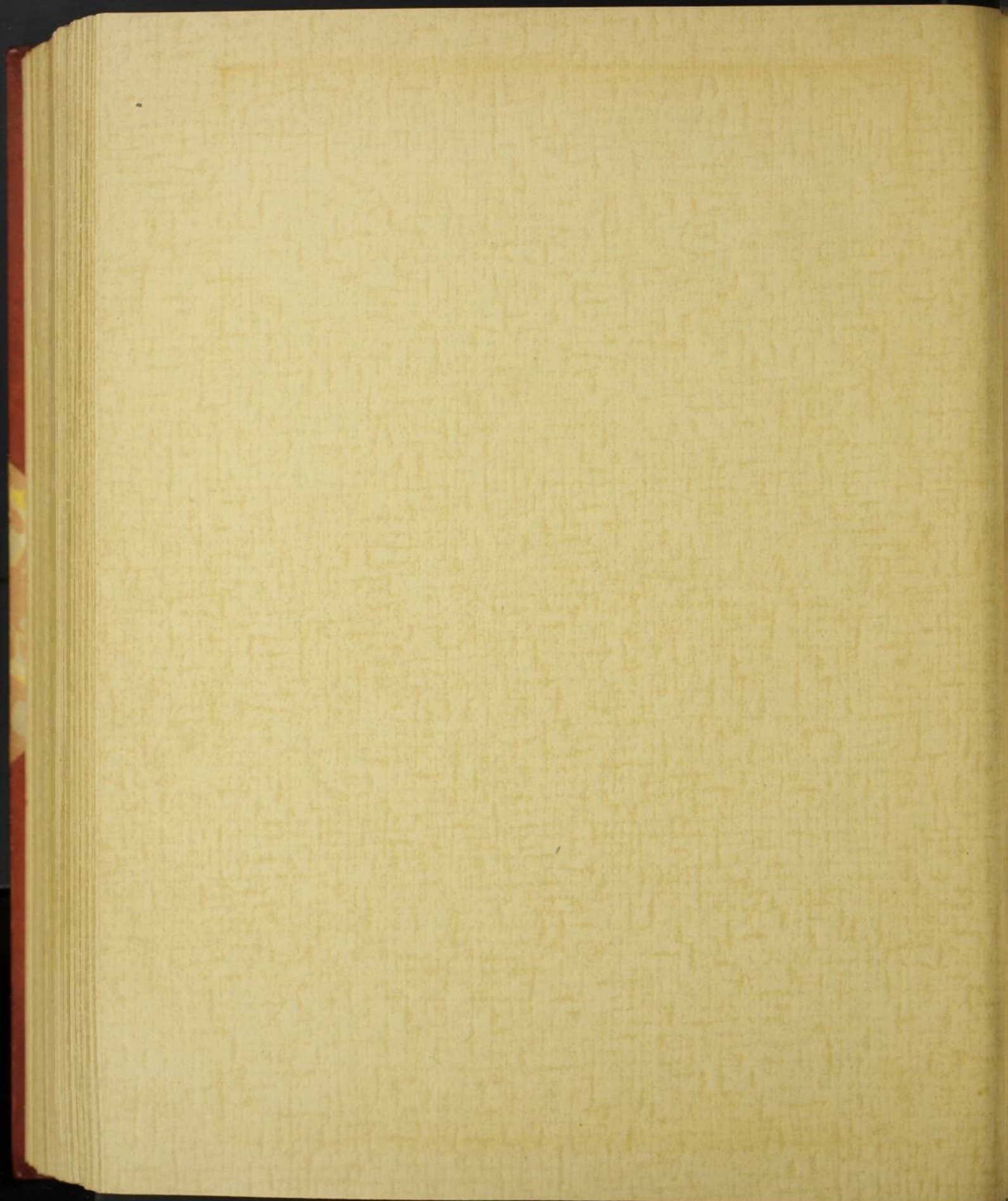






MISSA NA IGREJA DE N. S. DA CANDELÁRIA  
em Pernambuco



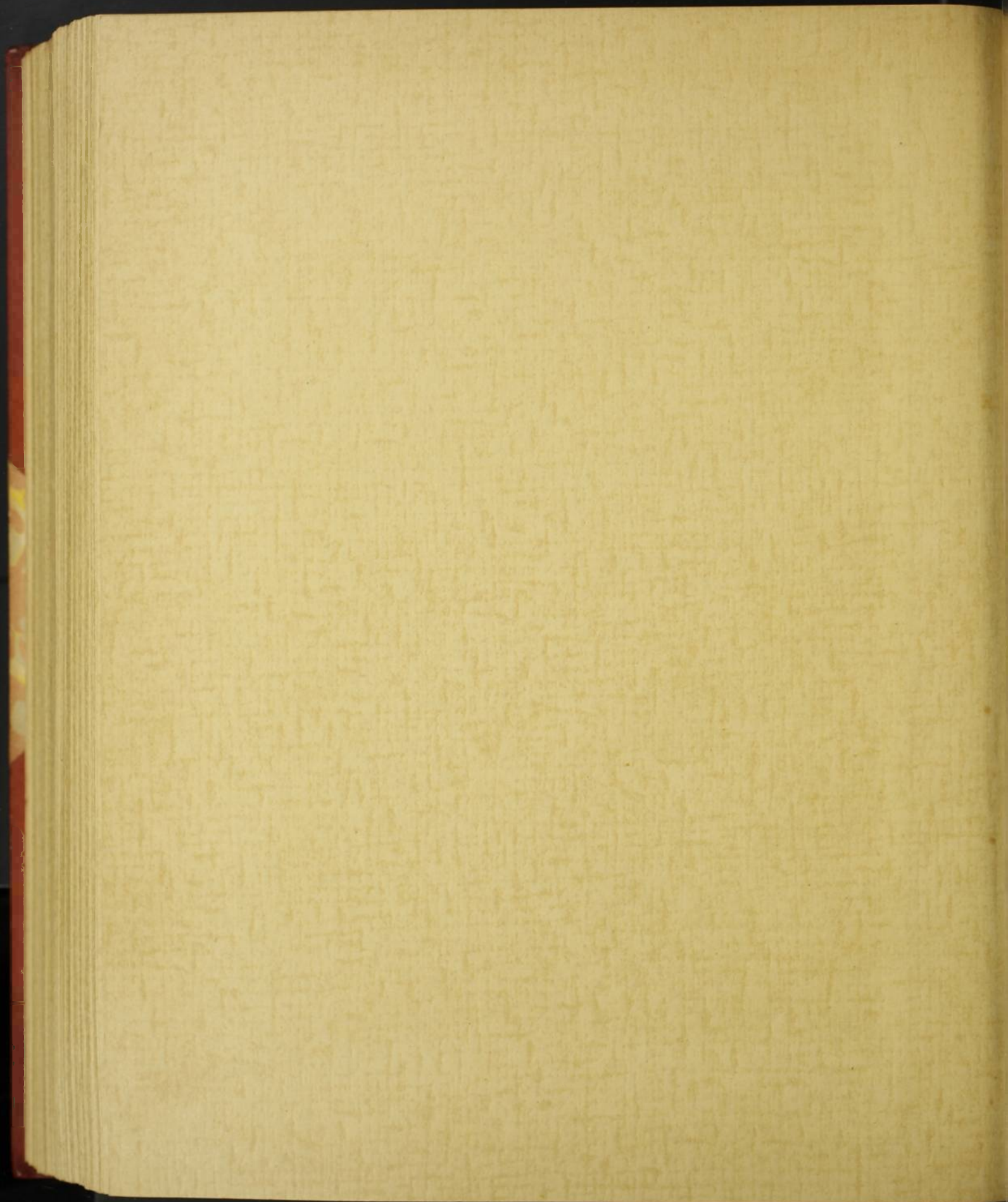






PESCADORES  
Costa de Ilhéus







## USOS E COSTUMES DOS NEGROS

É incontestável que muitos homens de grande mérito, que escreveram sôbre a escravidão dos negros, fizeram-no, entretanto, sem conhecimentos exatos do assunto, os quais poderiam ter adquirido vendo as cousas por si próprios ou examinando, pelo menos, com precaução, os relatorios de outrem. Os quadros sombrios ou infiéis que nos foram pintados da situação infeliz dos negros, prejudicaram a boa causa, cujo êxito procuravam assegurar, pois o público, percebendo a inexatidão de alguns pontos, se arrependia de ter desperdiçado tanta piedade. Com a falta de medida e de discernimento que lhe é peculiar, imediatamente deu sua aprovação às palavras dos que se guiavam pelo interêsse ou que aspiravam a uma reputação de espíritos independentes, afirmando que a escravidão nada tem de penoso; que não sòmente a sorte dos negros é aquela para a qual a natureza os fêz, mas, ainda, que êles são tão felizes que se os europeus da classe operária o soubessem, disso poderia resultar uma concorrência prejudicial aos negros. Êsse absurdo era tanto mais fácil de esperar quanto a piedade, na maioria dos homens, não passa de uma impressão de momento, tal qual o mêdo dos fantasmas. Embora seja provável que, expondo a situação dos negros do Brasil sem prevenções nem paixões, não contentemos nem as almas piedosas nem os espíritos fortes, não podemos nos afastar de nosso dever, que é o de relatar fielmen-

te o que vimos. Num ponto estão de acôrdo todos os que conhecem o assunto, e que observam sem prevenção: os escravos das possessões espanholas e portuguesas do Novo Mundo são infinitamente mais bem tratados do que os das colônias das outras nações européias; sua sorte é principalmente muito preferível às dos negros das colônias inglesas, nas Índias Ocidentais. Essa particularidade explica-se, em primeiro lugar, pelas diferenças profundas existentes entre o caráter dos povos do Norte e o dos povos meridionais, e, em seguida, pelas diferenças observáveis na posição dos próprios colonos. Os defeitos do caráter nacional dos espanhóis e portugueses contribuem, talvez na mesma proporção que as suas qualidades, para suavizar a condição dos escravos, nas partes da América em que estabeleceram as suas colônias. Quem quer tenha observado, longamente e com imparcialidade, êsses dois países, deve estar convencido de que, em que pesem as diferenças distintivas, a massa do povo é aí mais fácil de comover e mais veemente nas suas paixões do que nas nações setentrionais; e só pode ser questão de massa quando se comparam entre si os caracteres nacionais. A facilidade com que êsses povos se impressionam, a própria fôrça dessas impressões, têm sua origem numa sensibilidade mais requintada, num organismo mais delicado; tais qualidades preservam-nos da impassível rudeza, resultante natural da rispidez do clima contra o qual as nações setentrionais lutam sem cessar. Essa rudeza, é verdade, pode, por meio da civilização, produzir as mais nobres virtudes, ao passo que, sob um céu pródigo de bens, o habitante do Sul não tem necessidade de fazer uso diário de suas faculdades íntimas e, porisso, parece preguiçoso e indiferente, até ver-se excitado por um acontecimento especial; mas, em que pesem as decepções que possam experimentar nossas idéias e uma vaidade talvez desculpável, o observador imparcial não deve deixar de reconhecer que o habitante do Sul empresta às suas relações diá-



rias e à sua vida quotidiana uma certa doçura, uma certa polidez, uma certa dutilidade de espírito, uma certa humanidade, finalmente, no sentido mais lato da palavra, que se procurariam em vão no homem do Norte e, principalmente, no inglês. O colono português e o colono espanhol, que são capazes, quando a necessidade o exige ou as circunstâncias lhes inflamam as paixões, dos maiores esforços físicos e mentais, não mostram nenhuma vocação por essa atividade infatigável, essa aplicação diária, que as nações setentrionais colocam entre as suas virtudes. Esses colonos não exigem dos outros as qualidades que eles próprios não têm e só podem pedir aos escravos aquilo que seus próprios exemplos lhes autorizam a reclamar.

O trabalho dos escravos do Brasil está, para o dos escravos das colônias inglesas, mais ou menos como o trabalho dos homens livres da Inglaterra para os do Brasil ou de Portugal. Embora, sob certos aspectos, alguma desvantagem possa resultar dessa negligência, ela não pode deixar de influir favoravelmente na condição dos escravos. A liberdade que reina entre os senhores, em tôdas as suas relações e em tôdas as classes da sociedade, não lhes é menos propícia; ela diminue de muito os inconvenientes inerentes à escravidão. Finalmente, o que parece ser de maior pêso na balança do que as suas qualidades, os senhores estão impregnados de idéias profundamente religiosas. É inegável que o catolicismo, tal como praticam portugueses e espanhóis, contribue mais do que qualquer outra cousa, para tornar a escravidão suportável, tanto quanto possa sê-lo uma condição tão contrária à natureza. Não cabe analisar aqui porque o cristianismo não teve por tôda parte efeitos tão salutares. Bastará relatar um fato: o de que nas colônias inglesas os ministros do culto anglicano pouco ou nada fizeram, até hoje, em prol da instrução moral e religiosa dos escravos. E mesmo os esforços de alguns sacerdotes sectários, longe de se verem apoia-

dos pelas autoridades ou pelos colonos, muitas vezes encontram as mais obstinadas resistências. A sorte do missionário Smith, em Demerara, será uma mancha eterna nos anais das colônias inglesas. Essa maneira tão pouco cristã de compreender o cristianismo, o espírito aristocrático e a falta de cordialidade dos ingleses nas suas relações sociais, finalmente as especulações sem fim a que se entrega essa nação, tornam mais largo e mais profundo, do que o seria alhures, o abismo que separa os senhores dos escravos. Mostram os primeiros para com os segundos uma espécie de avareza, de aristocrático desdém pelas raças estrangeiras e mesmo certo orgulho religioso. O colono imagina que a falta de crença, ou a crença errada de seu escravo, dá-lhe o direito, tanto quanto os vícios do mesmo, de oprimí-lo e de excluí-lo dos bens comuns da vida; nem sequer se digna refletir que êle próprio fêz nascer êsses vícios de que se prevalece, ou, pelo menos, nada fêz para corrigí-los pela moral ou pela religião.

Essas observações só poderão parecer severas aos que desconhecem os debates que provocaram na Inglaterra as obstinadas recusas dos colonos em fazer a menor cousa para melhorar as condições de seus escravos, do ponto de vista físico e moral.

O colono do Brasil, ao contrário, considera seu primeiro dever admitir o escravo na sociedade cristã, pois se o negligenciasse nada lhe evitaria a censura do clero e da opinião pública. Os escravos, em sua maioria, são batizados na própria costa da África, antes de seu embarque, ou, o mais cedo possível, depois de sua chegada ao Brasil, logo que tenham apreendido a língua de seus senhores, o bastante para recitar as principais orações do culto católico. Não são consultados a respeito e considera-se sua admissão no seio da Igreja cousa de necessidade evidente. Nunca, entretanto, se verificou um caso em que fôsse preciso recorrer à violência para administrar o batismo aos escravos. Êstes acostumam-se, de resto, muito breve, a en-



carar essa solenidade como um benefício, pois os antigos, já batizados, tratam os novos com uma espécie de desprezo, e como selvagens, até o momento de serem nivelados a êles por êsse sacramento.

O que quer que se alegue contra êsse gênero de cristianismo, e por mais insuficiente que seja o batismo conferido em semelhantes circunstâncias, é certo que sempre se verifica uma relação direta entre a observância conscienciosa dos preceitos da Igreja católica e a boa conduta dos escravos, seu valor moral e a humanidade dos senhores. Portanto, antes que imprudentes esclarecimentos venham representar-lhes essa religião como um conjunto de formas exteriores vazias de sentido, ou como vãs superstições, dever-se-ia exigir que tais esclarecimentos comportassem garantias efetivas de que não sòmente poderiam produzir, no futuro, efeitos mais salutaes, mas ainda de que os produzirão realmente. Considerando-se a situação dos escravos no Brasil e nas Ilhas Ocidentais e comparando-se a attitude do clero em ambas as colônias, hão de parecer-nos bastante errôneas as pretensões dos sacerdotes anglicanos a um mais alto grau de civilização e de verdade. É sabido que os escravos pertencentes a conventos ou corporações eclesiásticas são, ao mesmo tempo, os mais laboriosos, os de melhor moral, os mais bem nutridos e tratados. O que os eleva ainda mais a seus próprios olhos é a persuasão, em que se encontram, de não estarem a serviço dos monges ou religiosos; dizem-se servidores diretos dos santos, sob cuja proteção se colocam as igrejas e os conventos; pertencem, assim, a São Benedito, a São Domingos, etc., o que contribue bastante para fazê-los pensar que estão acima de seus companheiros de infortúnio. Os deveres do padrinho para com o afilhado, tendo-se enraizado, profundamente, na opinião pública, através das idéias religiosas, exercem uma influência salutar na sorte do escravo e lhe garantem um amigo, um conselheiro que

lhes ouve tôdas as queixas; e que, se não pode protegê-lo em tôdas as circunstâncias, pelo menos o consola em tôdas as suas dores. Tais deveres são de tal modo aceitos pelos costumes do povo, que raramente um senhor serve de padrinho ao escravo; essa qualidade comportaria um número muito grande de restrições a seus direitos e a seu poder. A posição independente do clero, nestas colônias, também aproveita aos escravos, os quais, o mais das vêzes, invocam com confiança sua intervenção e seus conselhos.

Depois dessas considerações gerais sôbre a escravidão no Brasil, vamos entrar em maiores detalhes a respeito das diferentes situações em que os coloca, sucessivamente, o extranho destino que devem à sua côr, tanto durante a travessia para a América como nas próprias colônias.

É, sem dúvida, durante o trajeto da África para a América, que a situação dos negros se revela mais horrível. Mesmo admitindo-se que as circunstâncias atuais sejam mais favoráveis, ainda assim seus sofrimentos são de tal ordem que nenhuma descrição seria bastante fiel, embora entregássemos à imaginação mais fértil o encargo de pintar o quadro com suas verdadeiras côres. O artista só pode representar semelhantes cenas suavizando-lhes quanto possível a expressão.

Infelizmente, é necessário confessar (a experiência o prova, aliás) que as medidas tomadas pelas potências européias, para reprimir o tráfico dos escravos, longe de restringí-lo, prejudicaram grandemente a sorte de milhares de indivíduos que dele são vítimas anualmente. A posteridade, que talvez venha a ter idéias mais precisas acêrca do caráter e do objetivo da civilização, se espantará com saber que um fenômeno político, tal como o tráfico dos negros, tenha durado séculos sem que se elevasse a menor reclamação contra a sua injustiça e o que comporta de prejuízo para os próprios interesses das nações



que dele participam; mas, uma verdade ainda mais triste parecerá ainda mais inverossímil: as potências que se dizem civilizadas, depois de ter proclamado solenemente que êsse comércio infame constituía a vergonha do século, nada fizeram de positivo para extinguí-lo, nem mesmo para diminuir os males dele decorrentes. Muito ao contrário, de sua atitude resultou, ou pela inconsciência dos legisladores, ou pela negligência, ou pela perfídia dos que têm obrigação de fazer observar a lei, uma espécie de garantia negativa de impunidade no mal.

Que dizer de mais positivo sôbre a natureza e os progressos dêsses excessos do que o que proclamam os próprios resultados? Embarcam-se, anualmente, cêrca de 120.000 negros na costa da África, ùnicamente para o Brasil, e é raro chegarem a seu destino mais de 80 a 90 mil. Perde-se, portanto, cêrca de um têrço durante uma travessia de dois meses e meio a três meses. Reflita-se sôbre a impressão cruel do negro diante da separação violenta de tudo que lhe é caro, sôbre os efeitos do mais profundo abatimento ou a mais terrível exaltação de espírito unidos às privações do corpo e aos sofrimentos da viagem, e nada terão de estranho tão incríveis resultados. Êsses infelizes são amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassa cinco pés. Êsse cárcere ocupa todo o comprimento e a largura do porão do navio; aí são êles reunidos em número de duzentos a trezentos, de modo que para cada homem adulto se reserva apenas um espaço de 5 pés cúbicos. Certos relatórios oficiais apresentados ao parlamento, a respeito do tráfico no Brasil, permitem afirmar que no porão de muitos navios o espaço disponível para cada indivíduo se reduz a quatro pés cúbicos e a altura da ponte não ultrapassa tão pouco quatro pés. Os escravos são aí amontoados de encontro às paredes do navio e em tórno do mastro; onde quer que haja lugar para uma criatura humana, e qualquer que seja a posição que se lhe faça tomar, aproveita-se. O mais das

vêzes as paredes comportam, a meia altura, uma espécie de prateleira de madeira sôbre a qual jaz uma segunda camada de corpos humnos. Todos, principalmente nos primeiros tempos da travessia, têm algemas nos pés e nas mãos e são presos uns aos outros por uma comprida corrente.

Acrescentemos, a essa deplorável situação, o calor ardente do Equador, a fúria das tempestades e a alimentação, a que não estão acostumados, de feijão e carne salgada, a falta de água, finalmente, consequência quasi sempre inevitável da cobiça em virtude da qual se aproveita o menor espaço para tornar a carga mais rica, e teremos a razão da enorme mortalidade a bordo dos navios negreiros. Às vêzes acontece ficar um cadáver vários dias entre os vivos. A falta de água é a causa mais frequente das revoltas de negros; mas, ao menor sinal de sedição, não se distingue ninguém; fazem-se impiedosas descargas de fuzil nesse antro atravancado de homens, mulheres e crianças. Acontece que, desvairados pelo desespero, os negros furiosos se atiram contra seus companheiros ou rasgam em pedaços seus próprios membros.

Não se deve esquecer que não descrevemos exceções raras, mas sim o estado habitual dos navios negreiros, a sorte comum dos 120.000 negros que se exportam por ano, unicamente para o Brasil; de resto, na melhor das hipóteses, um atraso de poucos dias na travessia pode provocar terríveis resultados. Não citaremos aquí nenhum dos casos de inhumanidade, verificados, todos os anos, pelos cruzadores ingleses ou pelos agentes da sociedade africana; seria absolutamente inútil.

Os navios negreiros não estão sujeitos a nenhuma quarentena, nem no Rio de Janeiro, nem em nenhum outro pôrto do Brasil; não há, aliás, nenhuma organização especial para êsse fim. Algumas vêzes obrigam-nos a permanecer vários dias ancorados à entrada da barra ou no pôrto, mas a duração do atra-



so depende unicamente do capricho ou do interêsse da alfândega ou do médico-mor. Não há, de resto, nenhuma outra medida de precaução, de modo que se os portos do Brasil nunca foram invadidos por doenças contagiosas, é isso uma felicidade que só se deve atribuir ao acaso ou à salubridade notável do clima. Logo que o negociante obtém licença para desembarcar seus escravos, são êles colocados perto da alfândega, onde são registados depois do pagamento dos direitos de entrada.

Da alfândega são os negros conduzidos para os mercados, verdadeiras cocheiras: aí ficam até encontrar comprador. A maioria dessas cocheiras de escravos se acha situada no bairro do Valongo, perto da praia. Para um europeu, o espetáculo é chocante e quasi insuportável. Durante o dia inteiro êsses miseráveis, homens, mulheres, crianças, se mantêm sentados ou deitados perto das paredes dêsses imensos edifícios e misturados uns aos outros; e, fazendo bom tempo, saem à rua. Seu aspecto tem algo horrível, principalmente quando ainda não se refizeram da travessia. O cheiro que se exhala dessa multidão de negros é tão forte, tão desagradável, que se faz difícil permanecer na vizinhança quando ainda não se está acostumado. Os homens e as mulheres andam nus, com apenas um pequeno pedaço de pano grosseiro em volta das ancas. São alimentados com farinha de mandioca, feijão e carne sêca. Não lhes faltam frutas refrescantes.

Essa situação, por mais desagradável que possa ser, parece-lhes realmente suave depois dos sofrimentos da travessia. Isso explica porque não se mostram os negros muito infelizes nesses mercados; raramente se queixam e são mesmo vistos de cócoras, em redor do fogo, entoando cantos monótonos e barulhentos, que acompanham batendo as mãos. A única cousa que parece inquietá-los é uma certa impaciência em conhecer seu destino final, porisso o aparecimento de um comprador provoca entre êles

muitas vezes, explosões de alegria; aproximam-se então e se comprimem em volta do pretendente, para se fazerem apalpar e examinar cuidadosamente o corpo e, quando são comprados consideram o fato como uma verdadeira libertação, como um benefício, e acompanham seu novo senhor com muito boa vontade, enquanto seus companheiros, menos felizes, os vêem partir com uma tristeza não isenta de inveja. Entretanto, os que chegam no mesmo navio ligam-se mais intimamente e o dever de se socorrerem é fielmente observado entre êsses escravos que se chamam "molungos". Infelizmente, quando se vendem escravos, raramente se tomam em consideração os laços de parentesco. Arrancados a seus pais, a seus filhos, seus irmãos, êsses infortunados explodem às vezes em gritos dolorosos; mas, em geral, o negro demonstra, nessas circunstâncias, uma tal indiferença ou um tal domínio sôbre os seus sentimentos, ainda mais espantosos e inexplicáveis quando comparados à dedicação que revelam mais tarde por aqueles a que estão ligados pelo sangue.

O primeiro cuidado do comprador é o de arranjar, para o seu novo escravo, algumas roupas que lhe agradem: a faixa de variegadas côres, que lhe enrolam em tórno da cintura, o paletó de lã azul e o boné vermelho muito contribuem para tornar mais agradável ao negro essa passagem para a sua nova situação. Dão-lhe ainda um grande cobertor de lã grosseira, que serve a um tempo de leito e de manta e cujas côres vivas, amarelo e vermelho, lhe agradam bastante. Procura-se também, durante o trajeto do mercado à fazenda, manter os escravos de bom-humor, tratando-os e alimentando-os bem. Muitas vezes vê-se chegar ao rancho o colono, com o escravo cansado na garupa ou conduzindo pela rédea o cavalo que o carrega.

Ao chegar à fazenda, confia-se o escravo aos cuidados de um outro mais velho e já batizado. Êste o recebe na sua cabana e procura fazê-lo, pouco a pouco, participar de suas pró-



prias ocupações domésticas; ensina-lhe também algumas palavras de português. É somente quando o novo escravo se acha completamente refeito das consequências da travessia, que se começa a fazê-lo tomar parte nos trabalhos agrícolas dos outros. É então o seu primeiro protetor que o instrue. Durante muito tempo sua inhabilidade e sua fraqueza são consideradas com boa vontade. Tôdas essas precauções tornam a entrada do escravo em sua nova condição mais leve, não sendo porisso de estranhar que os negros em geral se mostrem bastante contentes e logo esqueçam suas desventuras anteriores. Isso é tanto menos surpreendente quanto muitos deles foram escravos em sua pátria e eram mais mal tratados do que na América.

## USOS E COSTUMES DOS NEGROS

Depois de ter acompanhado o negro desde a costa da África até a fazenda, vamos passar a uma descrição mais detalhada do gênero de vida, das ocupações que os aguardam na sua nova situação.

Enviam-se os escravos para o trabalho logo ao nascer do sol. A frescura da manhã parece ser-lhes muito mais desagradável do que o grande calor do dia, e êles ficam entorpecidos até que o sol, erguendo-se, os queime com seus raios. Às oito horas concede-se-lhes meia hora para almoçar e descansar. Em algumas fazendas fazem os escravos almoçar antes de partirem para o trabalho, isto é, imediatamente depois do nascer do sol. Ao meio dia êles têm duas horas para o jantar e o repouso e, em seguida, trabalham até seis horas. Entretanto, na maioria das fazendas, em vez de fazê-los trabalhar nos campos de cinco a sete horas, empregam-nos a juntar forragem para os cavalos ou procurar palmitos nas florestas vizinhas ou ainda lenhar; muitas vêzes, êles voltam fortemente carregados e muito tarde. Também acontece, ao voltarem dos campos, fazê-los moer farinha de mandioca durante duas horas. Mas êsse trabalho, na maioria das fazendas, só se faz duas vêzes por semana, pois quasi nunca se prepara mais do que o necessário ao consumo dos próprios escravos. Costumam êstes, quando voltam de seu trabalho, apresentar-se ao senhor e desejar-lhe boa-noite.

As diversas épocas dos trabalhos agrícolas acarretam várias modificações no horário comum do dia. Durante o córte da



cana por exemplo, o trabalho dura noite e dia e os negros se revezam por grupos, como os marinheiros nos navios. Esse corte se processa de fins de setembro a fins de outubro e durante esse tempo tudo se faz para conservar o negro de bom humor e com boa saúde; porisso, a princípio, há muito alegria e muito barulho; mas, pouco a pouco, a continuidade do trabalho esgota os escravos, principalmente os dos engenhos, e seu cansaço se torna tão grande que eles adormecem onde quer que se encontrem, donde o ditado: *dorminhoco como negro de engenho*. Acontece muitas vezes que esse esgotamento provoca desastres. Pode ocorrer que a mão, ou a roupa do negro encarregado de colocar a cana entre os cilindros seja presa; o braço, às vezes o corpo inteiro, é então esmagado, a menos de socorro imediato. Em algumas fazendas vê-se, ao lado da máquina, uma grossa barra de ferro para parar os cilindros ou separá-los em caso de perigo. Entretanto, muitas vezes o unico meio de salvar o infeliz é cortar-lhe imediatamente a machado, o dedo, a mão ou o braço presos nos cilindros. Afirma-se, geralmente, que o perigo é menor quando a máquina é movida a bois do que quando é movida por béstas; estas, o grito dos negros espanta e elas viram ainda mais depressa, ao passo que os bois param sòzinhos.

A alimentação dada pelos senhores, aos escravos, consiste em farinha de mandioca, feijão, carne sêca, toucinho e banana. É mais vantajoso deixá-los preparar seus alimentos nos campos do que fazê-los perder muito tempo em voltar, para cada refeição, da roça, às vezes muito afastada, até as habitações; porisso essa prática é comum em muitos lugares. Em geral, a alimentação que lhes dão é muito parcimoniosa e seria apenas suficiente se não tivessem a possibilidade de melhorá-la com frutas, legumes selvagens e mesmo caça.

No domingo, ou dias de festas, tão numerosos que absorvem mais de cem dias do ano, os escravos são dispensados de

trabalhar para seus senhores e podem descansar ou trabalhar para si próprios. Em cada fazenda existe um pedaço de terra que lhes é entregue, cuja extensão varia de acôrdo com o número de escravos, cada um dos quais o cultiva como quer ou pode. Dessa maneira, não sòmente o escravo consegue, com o produto do seu trabalho, uma alimentação sadia e suficiente, mas ainda, muitas vêzes, chega a vendê-lo vantajosamente. Assim, um dos mandamentos da Igreja católica, tão a miúde censurado como abusivo e pernicioso, tornou-se um verdadeiro benefício para os escravos, e quando o govêrno português achou que devia atender às necessidades do progresso, tomando medidas para diminuir o número das festas, a inovação não alcançou a aprovação dos homens mais esclarecidos do Brasil. Diziam êstes, com razão, que o que podia ser benefício para Portugal não passava de uma crueldade para com os escravos. Que responder a isso, senão que essa contradição já constitue uma prova do absurdo de todo o sistema? Como quer que seja, as cabanas dos escravos contêm mais ou menos tudo o que nesse clima pode ser considerado necessário. Por outro lado êles possuem galinhas, porcos, às vezes mesmo um cavalo ou uma bêsta, que alugam com vantagem porque a alimentação nada lhes custa.

Em geral, os colonos facilitam os casamentos entre escravos, pois sabem, por experiência, que é a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta. Entretanto, não se pode negar que haja inúmeras exceções a essa regra e que, muitas vêzes, os senhores, pelos seus exemplos, provocam êles próprios a devassidão de costumes dos escravos. Ocorre, ainda, que as relações entre escravos do sexo feminino e do sexo masculino tornam impossível a severa observância da moral ou a perseverança conscienciosa na fidelidade conjugal.

Eis, de um modo geral, a situação dos escravos negros nas fazendas do Brasil; bem entendido ela apresenta uma infinidade de gradações e de variações; em última análise, o bem-



-estar ou o mal-estar do escravo depende sempre do caráter pessoal ou dos caprichos dos senhores e, talvez, mais anda, dos feitores. Considerando-se tudo isso, com conhecimento de causa, sem paixão nem preconceito, adquire-se cada vez mais a convicção de que as consequências aflitivas, que a escravidão consagrada pelas leis, no que têm de mais inhumano, parece acarretar, necessariamente, para os negros, são muito suavizados pela influência poderosa dos interesses pessoais, da razão, da humanidade e da religião; por outro lado, as leis, feitas para proteger os escravos contra os senhores, quasi nenhuma influência tiveram sobre a sorte dos primeiros. Sua observância, de resto, não encontra outra garantia que não a dêesses elementos morais constitutivos da sociedade civil, que acabam sempre por se reunir ao que se chama opinião pública: é êsse o único tribunal que pode realmente temer o senhor, em relação à sua conduta para com o escravo. É possível, portanto, enganar-se, não só admitindo "à priori" a existência real de tôdas as consequências possíveis dessa ordem de cousas, mas ainda atribuindo às leis, decretadas em favor dos escravos, uma influência muito grande. Ambos os defeitos se encontram frequentemente nos autores que não tiveram a oportunidade de ver as cousas com seus próprios olhos.

O que mais importa é o caráter do feitor. De chicote na mão, êle conduz os escravos ao trabalho e os fiscaliza de perto durante todo o dia. O que mais nos revolta, nesse infeliz sistema, é o horrível pensamento de submeter o homem, como um animal, à ação do chicote. Embora, em regra geral, seja verdadeiro, como pretendem os defensores da escravidão, que o chicote na mão do feitor é apenas um símbolo do poder de que não se serve nem para obrigar o negro a trabalhar, nem para puni-lo arbitrariamente, não é menos verdade que só a presença ou a vontade do senhor pode impedir o feitor de fazer uso do chicote e não é possível que um homem grosseiro, cruel, rancoroso, não abuse de seu poder; os exemplos de abuso veri-

ficados são, aliás, mais do que frequentes. No estado atual das cousas e até que a escravidão seja suprimida ou, pelo menos, até que a lei estabeleça limites ao arbítrio dos senhores e feitores, um dos primeiros e mais importantes deveres do senhor é o de escolher com grande cuidado o seu feitor. Em geral, pode-se confiar nos feitores que são também escravos muito mais do que nos outros, pois dependem, êles próprios, inteiramente, do senhor; mas é precisamente sôbre êstes que a fiscalização mais cuidadosa do dono deve recair, afim de que não se mostrem demasiado severos para com seus companheiros de infortúnio. Empregam-se também brasileiros, ou mulatos livres, como feitores e, em geral, é sob a direção dêstes que os escravos vivem melhor; os feitores europeus são os mais duros. É um fato inegável, e a experiência diária o confirma, que os europeus em tôdas as suas relações com os escravos são os que mais agravam a posição dêstes e, sem procurar desculpar essa deshonrosa distinção, seria possível explicá-la, tanto pelo fato dos europeus trazerem para essas regiões maior orgulho e maior número de preconceitos como pelo fato de que os que se estabelecem no Brasil, e principalmente os que formam fazendas ou alugam seus serviços de feitor, não passam, na maioria, de especuladores, cujo objetivo é enriquecer o mais depressa possível e voltar para a Europa com seus lucros. Muitos há, que abandonaram sua pátria por motivos pouco honrosos e nenhum deles se apega ao país nem a seus hábitos; ao contrário, vêem, em tudo, um motivo de especulação e não têm, tão pouco, pela sua propriedade, sua plantação, seus escravos, o mesmo amor e os mesmos cuidados do indígena, o qual espera transmiti-los um dia a seus filhos, ao passo que a única preocupação dos outros é a de tirar o maior proveito no menor prazo, sem se incomodarem, em absoluto, com o que possa acontecer no futuro; por isso mesmo, os escravos dêstes homens são sempre estragados pelos trabalhos excessivos. É preciso acrescentar que, pelas mesmas razões, êsses estran-



geiros pouco se incomodam com a opinião pública, ou com aquilo que chamam de preconceitos religiosos dos brasileiros. Mostram, mesmo, um certo orgulho em desprezá-los, de modo que nada pode salvar os escravos de sua insaciável cobiça e de sua fria crueldade. Infelizmente, os europeus do Norte são ainda piores do que os portugueses. A situação dos escravos depende muito, também, do principal gênero de cultura da fazenda a que pertencem; assim, a situação dos escravos é muito pior quando se trata de abrir novas roças e fazendas do que nas propriedades já organizadas, principalmente quando as fazendas abertas se encontram a grande distância das regiões habitadas, pois, os escravos estão então expostos a tôdas as intempéries do clima e da temperatura como, por exemplo, no caso da vizinhança de pantanais; não têm êles, nessas circunstâncias, senão o abrigo de suas cabanas rudimentares e sofrem privações de tôda espécie. O perigo dos animais ferozes, das serpentes venenosas, dos insetos nocivos, é ainda muito maior. E' nas fazendas do clero ou dos conventos que os escravos são mais bem tratados. Outras ocupações regulares constituem aí uma suavização para o trabalho, aliás moderado, que lhes é imposto, e o mais das vêzes sua alimentação é abundante. Ensinam-se os filhos dos escravos a cantar na Igreja e dão-se-lhes algumas noções de catecismo. O trabalho cessa às sete horas da noite; em seguida, os escravos se reúnem para cantar um cântico e rezar o têrço. Além dos domingos e festas, concede-se-lhes ainda o sábadado, para trabalhar para si, de modo que a maioria logo reúne economias para comprar sua liberdade. Neste caso, ou quando morre o escravo, é-lhe permitido legar sua roça a quem bem entenda, embora sobre ela não tenha nenhum direito de propriedade. Até a idade de doze anos as crianças não são obrigadas a trabalhar; apenas limpam os feijões e outros cereais destinados à alimentação dos escravos, ou cuidam dos animais e executam pequeninos trabalhos domésticos. Mais tarde, as moças fiam e os rapazes são

encaminhados para os campos. Quando um menino mostra disposições especiais para determinado ofício, é-lhe êste ensinado, afim de que o pratique, um dia, na própria fazenda. Isto não só facilita ao escravo a aquisição da liberdade, dando-lhe os meios de adquirí-la, mas ainda lhe garante o futuro.

As mulheres casam-se com quatorze anos, os homens com dezessete a dezoito; em geral, incentivam-se êsses casamentos. As jovens mulheres participam dos trabalhos do campo e aos recém-casados se dá um pedaço de terra para construir sua cabana e plantar, por conta própria, em certos dias. Quando os escravos chegam da África, tem-se o cuidado de não fazê-los trabalhar logo, tanto em proveito de senhor como do próprio escravo, pois, em regra, seis a oito meses são necessários para que os negros se acostumem com as ocupações mais comuns. Os trabalhos domésticos e os ofícios são confiados aos crioulos, negros nascidos no Brasil. Os escravos também são mais bem tratados nas pequeninas fazendas do que nas grandes, porque os trabalhos em comum, a mesma alimentação, os mesmos divertimentos fazem desaparecer quasi tôda diferença entre escravos e senhores. Muitas vêzes os escravos das plantações invejam a sorte dos que vivem nos campos; sendo a principal ocupação dos habitantes dessas regiões a criação do gado, e não se podendo, senão muito raramente, confiar na habilidade e na coragem dos escravos a ponto de lhes entregar tais cuidados, são êles empregados, unicamente, nos trabalhos domésticos mais simples e suaves.

Uma classe completamente à parte é a dos escravos cujos senhores se ocupam com o transporte das mercadorias do litoral para o interior e vice-versa. A irregularidade do gênero de vida dêsses tropeiros os expõe a privações de que não sofrem os escravos das fazendas, mas, por outro lado, lhes dá maior liberdade e coloca-os, até certo ponto, em pé de igualdade com os



senhores, em virtude de suportarem juntos as dificuldades e inconvenientes das viagens.

Quando um escravo comete um crime, as autoridades se encarregam de puni-lo, como veremos mais adiante; mas quando elle se limita a descontentar o senhor pela sua embriaguez, preguiça, imprudência ou pequeninos roubos, este o pode punir como bem entende. Em verdade, existem leis que impõem certos limites ao arbítrio e à cólera dos senhores, como por exemplo a que fixa o número de chicotadas que é permitido infligir, de uma só vez, ao escravo, sem a intervenção da autoridade; entretanto, como já dissemos acima, essas leis não têm força e talvez mesmo sejam desconhecidas da maioria dos escravos e senhores; por outro lado, as autoridades se encontram tão afastadas que, na realidade, o castigo do escravo por uma falta verdadeira ou imaginária, ou os maus tratos resultantes do capricho e da crueldade do senhor, só encontram limites no medo de perder o escravo, pela morte ou pela fuga, ou no respeito à opinião pública. Mas essas considerações nem sempre são suficientes para impedir o mal e é inegável que não faltam exemplos de crueldades impunes, que provocaram a mutilação ou a morte de escravos; mas é verdade, também, que esses excessos são raros e o seu número pouco ultrapassa a dos crimes do mesmo gênero, cometidos por homens livres contra homens livres, na Europa; faz-se necessário, ainda, observar que a maior parte desses crimes deve ser imputada a estrangeiros, a europeus, e a opinião pública os censura abertamente e como o merecem. Não se deve, tão pouco, duvidar de que os progressos promissores da civilização, no Brasil, trarão a justa punição das leis a tais atentados. Uma descrição pormenorizada dessas cenas não teria objetivo justificável. Para excitar a piedade? Mas quando essa piedade não passa de uma impressão subjetiva, de um produto da imaginação, ela perde todo o seu valor. Basta ter demonstrado que tais

crimes são possíveis, e se cometem realmente, para convencer qualquer pessoa de bom-senso da necessidade de modificar completamente todo o sistema da escravidão, afim de tornar possível sua completa abolição. Mas se se pensa que semelhantes descrições são imprescindíveis para agir sôbre as almas grosseiras, esquece-se que é mais nocivo encher-lhes a imaginação com tais fatos do que útil excitar nelas êsse gênero de piedade.

Não se deve, tão pouco, deixar-se levar por uma piedade mal compreendida, a ponto de imaginar que seja possível dirigir e manter a disciplina de um grupo de cento e cinquenta homens apaixonados e mulheres pouco ordeiras, como são em geral os escravos, sem uma grande severidade e uma rápida justiça. Na maioria das fazendas, os delitos graves são punidos com o chicote; para as faltas menores usa-se a palmatória. Essas correções são quasi sempre administradas em presença de todos os escravos. E' de desejar-se, sem dúvida, que o uso do chicote seja pouco a pouco completamente abolido, o que se pode esperar para breve, pois o interêsse dos colonos se concilia perfeitamente com essa abolição. A experiência provou, com efeito, que nada estraga mais o escravo e lhe diminue o valor, do que o uso frequente do chicote, que destrói nele todo sentimento de honra. E se é verdade que os maus escravos são os mais corrigidos, também é verdade que há nisso uma contínua e infeliz reciprocidade de causa a efeito. De resto, os escravos se habituam tão rapidamente a êsse gênero de dor, que muitas vêzes lhes acontece supplicarem a seus senhores fazê-los chicotear, de preferência a encarcerá-los, mesmo durante pouco tempo. O melhor meio de manter os escravos no dever, com a severidade necessária e sem crueldade, é encarcerá-los durante certo tempo, principalmente nos dias que lhes são reservados, e sem outras privações que a da luz. Passar um só dia na obscuridade e sem alimentos, é uma cousa que o negro teme muito mais do que as chicotadas.



## USOS E COSTUMES DOS NEGROS

Nos precedentes cadernos, expusemos, rapidamente, a situação dos negros nas fazendas. Vamos mostrar, agora, qual a sua posição e modo de vida na cidade, pois, sob vários aspectos, existem diferenças muito marcadas entre a sua situação e a dos outros. Grande parte da população escrava do Rio de Janeiro acha-se empregada em serviços domésticos, com pessoas ricas ou de posição. É um artigo de luxo, inerente antes à vaidade do senhor do que às necessidades da casa. Esses escravos usam librés fora de moda, que, acrescidas aos turbantes e penteados exdrúxulos, fazem deles verdadeiras caricaturas. Têm pouco trabalho, às vezes mesmo nenhum; sua alimentação é boa; são, em resumo, seres tão inúteis quanto os criados dos grandes senhores da Europa, de que imitam os vícios com certa facilidade. Os escravos das grandes cidades, em sua maioria, são obrigados a pagar semanalmente, às vezes diariamente, determinada importância a seus senhores, importância que procuram ganhar pela prática de qualquer profissão; são marceneiros, seleiros, alfaia-tes, marinheiros, carregadores, etc. Assim, conseguem eles ganhar facilmente mais do que lhes exige o senhor e, com um pouco de economia, em nove ou dez anos adquirem, sem dificuldade, sua liberdade. Se isso não acontece, tão amiudadamente quanto seria de imaginar, é porque os negros têm predisposições para a prodigalidade, principalmente em matéria de roupas, de tecidos de côres vivas e de fitas. Dissipam, com isso, quasi tudo o que ganham. Gozam em geral de muita liberdade e sua exis-

tência é bastante suportável, pois têm o dia inteiro disponível para tratar de seus negócios, bastando-lhes recolherem-se à noite; seus senhores só se preocupam com êles na medida em que se faz necessário para assegurar a cobrança hebdomadária. De manhã, antes de sua partida, e de noite, ao voltarem, dão-lhes farinha de mandioca e feijão; quanto à alimentação do dia, cabe-lhes conseguí-la. Também se vêem mulheres escravas ganhar a vida do mesmo modo; fazem-se amas, lavadeiras, floristas ou quitandeiras.

A facilidade com que os escravos conseguem recuperar a liberdade é uma das maiores vantagens que o sistema estabelecido no Brasil apresenta em relação ao das Colônias Inglesas. Até certo ponto, essa vantagem se deve aos dispositivos legais; entretanto, êsses dispositivos agem menos pela imposição de alguma cousa concreta do que pelo que permitem fazer; e o mais que se possa dizer a seu favor é que não erguem obstáculos à emancipação dos escravos, ao passo que, nas Colônias Inglesas, essa emancipação, quando não resultante da vontade do senhor é punida de multa.

Para um escravo, o meio comum de recuperar a liberdade consiste em economizar uma importância igual à que por êle pagou o senhor, ou ao seu valor atual; esta soma serve-lhe para pagar o seu resgate. Os que exercem ofícios na cidade são também os que o conseguem mais facilmente. Os escravos das fazendas lhes assegura um mercado para os produtos de suas terras ou de sua indústria.

Há, no resgate da liberdade, algo contraditório: uma opposição tão absoluta, entre a lei e o costume, que demonstra, à evidência, o absurdo da lei. Segundo esta, o escravo não pode possuir nenhuma propriedade, ou melhor, tudo o que êle possui é propriedade do senhor, donde resulta que é com o próprio di-zendas só gozam dessa vantagem quando a proximidade de uma



nheiro do dono que o escravo paga a liberdade; o senhor teria, mesmo, o direito de retirar-lhe tôdas as suas economias, sem lhe dar em trôco a liberdade, nem qualquer indenização. Entretanto, não se cita um exemplo de senhor que faça uso dêsse direito e mesmo que fôsse bastante inhumano para tentá-lo é duvidoso que tivesse a coragem de enfrentar a opinião pública a êsse ponto. Por outro lado, não há ameaças nem maus tratos que obriguem o escravo a entregar o seu pequeno tesouro ou a indicar o lugar em que o guarda. Se, neste caso, a opinião pública e o costume preservam o escravo da violência, violência que a lei permite, acontece também, por outro lado, que êsse mesmo uso burla uma lei favorável ao escravo, uma lei que enfeixa a única garantia concedida a êste último contra o arbítrio do senhor. Essa lei obriga o senhor a devolver a liberdade ao escravo, sempre que êste lhe ofereça o preço que o mesmo pagou por êle ou o seu próprio valor atual, estabelecido por peritagem, no caso de ultrapassar o preço de aquisição. Mas êsse dispositivo tão sábio é inteiramente negligenciado, como todos os que são vantajosos ao escravo; êste raramente sabe da sua existência, e nunca o invoca, pois não ignora que não lhe trará nenhum proveito. Já para depositar queixa nos tribunais superiores faz-se necessário um feliz acaso; é muito mais difícil, ainda, sustentá-la contra os senhores, os quais dispõem de mil meios para retardar a decisão, ou mesmo fazer rejeitar a queixa, sem contar a possibilidade de vingar-se do gesto temerário do escravo, submetendo-o a tôda espécie de vexames e de intimidações.

Nisso, como no resto, o escravo depende, unicamente, do capricho do senhor, e se êste, por maldade ou obstinação, ou por quaisquer outros motivos, não lhe quizer vender a liberdade, a posição do escravo se tornará ainda mais difícil, principalmente em vendo perder-se o fruto de longos anos de trabalho ou economia. Torna a cair na escravidão, no momento mesmo em

que estava seguro de libertar-se e tinha nas mãos os meios de recuperar a liberdade. Além da amargura causada pela esperança perdida, terá que suportar as consequências da desconfiança e da cólera do senhor. Entretanto, êsses exemplos são raros: um senhor não tem interêsse em recusar a liberdade ao escravo, porque depois da recusa já não pode contar com êle. O escravo passa a trabalhar sem vontade e vale-se da primeira oportunidade para fugir; não o conseguindo, acaba sempre por suicidar-se. Como quer que seja, o senhor não tira lucros do escravo assim mantido em cativeiro. A opinião pública, principalmente nas classes inferiores, manifesta-se com violência e faz sentir ao autor da recusa tãda a sua animosidade. A influência do clero teve, neste ponto, como em todos os outros, consequências muito salutares; êle protege tão abertamente a liberdade dos escravos, que isto bastaria para impedir a criação de obstáculos frequentes. Entretanto, quando ocorrem, tais recusas atingem, em geral, justamente os escravos mais hábeis e mais trabalhadores, os que se tornam realmente indispensáveis. Depois de ter sido feitores, durante longos anos, e conquistado tãda a confiança do senhor, e alcançado um certo grau de confôrto e bem-estar, escravos há que recaem sùbitamente num tal estado de abatimento que os maus tratos se fazem necessários para constrangê-los a continuar seus trabalhos; e isso ùnicamente porque a aparência da liberdade não lhes basta e insistem para obter sua emancipação.

Há, no Brasil, para muitos negros, um outro meio de conseguir a liberdade: é o costume que têm as negras de convidar gente de certa categoria para padrinhos de seus filhos, o que ninguém tem coragem de recusar, sem provocar um descontentamento geral. Tal incumbência, longe de diminuir, é encarada, em virtude das idéias religiosas do povo e da influência do clero, como muito meritória. O pequeno escravo está quasi assegu-



rado da aquisição da liberdade pelo padrinho, o que é tanto mais fácil quanto o preço de um negrinho é insignificante, raramente ultrapassando 60 a 80 piastras.

Muitas vezes os brancos, que têm filhos de uma mulher escrava, compram-nos aos senhores e lhes dão liberdade. Finalmente, acontece, muito comumente, que, como recompensa a uma boa conduta, durante longo tempo, os senhores, êles próprios, libertam os escravos; essa liberdade é, em geral, concedida por testamento e é raro que o proprietário de uma grande fazenda e de muitos escravos não liberte alguns, dêse modo ou por ocasião de certas solenidades. Tais costumes e tais facilidades concedidas à emancipação aumentam anualmente o número de negros livres no Brasil. Êste é hoje de 150.500, mais ou menos  $1/12$  do número dos escravos (1.987.500), metade do número de homens de côr livres (416.000),  $1/5$  dos brancos (843.000), e enfim  $1/25$  da totalidade da população.

À primeira vista, esta proporção poderá parecer pouco favorável à esperança de uma emancipação progressiva; já o mesmo não se dirá se se tiver em consideração que poucas gerações se fazem necessárias para destruir a côr preta, na população livre, em razão dos casamentos entre negros e homens de côr e, em consequência das ligações frequentes entre as negras livres e os brancos. Muitas vezes a côr preta já desaparece com os filhos ou netos, de modo que os descendentes dos negros livres, em vez de aumentar a população negra perdem-se, insensivelmente, na massa dos homens de côr. Dêse modo, conforme a época escolhida, o número de negros livres abrange, por assim dizer, unicamente os que obtiveram sua liberdade nos anos precedentes, e quando muito os filhos dêstes; já os filhos da geração anterior se encontram, em sua maioria, entre os homens de côr.

A situação dos negros livres varia de acôrdo com o seu grau de fortuna. Muitos há gozando de certo bem-estar, mas é raro encontrar, no Brasil, negros ricos como os que se encontram, às vêzes, nas Índias Ocidentais.

Uma vez libertados, os negros se instalam na vizinhança da própria fazenda em que trabalhavam; aí cultivam um pequeno sítio que seus antigos senhores lhes entregam, muitas vêzes, mediante arrendamento módico, ou mesmo gratuitamente; além disso, trabalham por dia, como camaradas. Os bons trabalhadores, e principalmente os fiscais de engenho, continuam a exercer seu officio nas fazendas vizinhas, na qualidade de trabalhadores livres. Após o corte da cana de açúcar, êles se encarregam de outros trabalhos diversos e oferecem seus serviços aos que carecem de utensílios necessários ou de dirigentes experimentados. Podem, assim, êsses antigos escravos, alcançar em pouco tempo um grande bem-estar.

Nas cidades, os negros livres se distribuem pelas classes inferiores da população: são operários, vendedores ambulantes, diaristas. O número dos que conseguiram elevar-se à classe dos burgueses abastados, negociantes ou proprietários, é pequeno; no entanto, é-lhes fácil ganhar a vida, pois no Brasil, como em todos os países onde a escravidão existe, o preço da mão de obra é muito elevado e os operários qualificados são muito procurados.

A população negra livre é, sob vários aspectos, principalmente pelo seu futuro, uma das classes mais importantes da colônia. Isso é, especialmente verificável com relação aos crioulos pròpriamente ditos, aos negros nascidos na América. Comparando-os com os da África, adquire-se a consolante certeza de que a raça africana, não obstante as tristes circunstâncias da sua trasladação para o Novo Mundo, melhorou grandemente, tanto do ponto de vista físico como moral. Em geral, êsses crioulos são homens muito bem feitos e robustos; são decididos, ativos, e muito mais sóbrios que os negros da África. Êles



respeitam, até certo ponto, os brancos nas suas relações sociais, mas é à posição mais do que à côr que prestam deferência. Por sua vez, têm êles, também, um compreensível orgulho, baseado na consciência de suas fôrças e no sentimento de sua liberdade; e são tanto mais susceptíveis e desconfiados quanto não ignoram que sua côr é a côr dos escravos. Fazem muita questão, nas menores cousas da vida, de não ser tratados como escravos e de que ninguém se esqueça da sua qualidade de homens livres. Quando um branco se mostra franco para com êles, e delicado, quando não faz diferença de côr, êles não perdem nenhuma oportunidade de prestar serviços e demonstrar sua consideração; ao contrário, qualquer alusão desdenhosa à sua côr, fere-lhes o orgulho e provoca-lhes a cólera, cousas que não deixam de ter importância, pois, para obter satisfação, não carecem de audácia. Nessas ocasiões, os crioulos têm por costume responder aos sarcasmos com a seguinte frase: "*negro sim, porém direito*". Os negros livres, principalmente os das classes inferiores, têm, na sociedade, o mesmo lugar que se concede, em idênticas condições, aos homens de outras côres. No entanto, é raro o casamento entre mulheres realmente brancas e negros; as uniões formais não são tão pouco frequentes entre brancos e negras, mas as ligações entre negros livres e homens de côr são muito frequentes, e facilitadas pelo fato dos homens de côr se aproximarem de preferência dos negros. Como na grande massa das classes populares raramente a raça branca se apresenta sem mistura, o preconceito que impede os brancos de se unirem aos negros é muito menos humilhante e prejudicial do que se poderia pensar. As leis prevêm muitas restrições à admissão dos negros aos empregos e embora os homens de côr livres sejam atingidos pelas mesmas proibições, nada é mais fácil do que desobedecer à lei. Quando circunstâncias favoráveis, riquezas, relações de família, ou talentos pessoais tornam um homem recomendável, qualquer degradação da côr o faz passar por branco, tanto mais fãcilmen-

te quanto os próprios brancos são muitas vêzes bastante morenos. De resto essa lei, quasi caída em desuso, só atinge, realmente, os verdadeiros negros, que nenhum pretêxto pode colocar entre os brancos; mas essa exclusão legal não é tão humilhante nem opressiva como poderia parecer, à primeira vista, pois entre os negros livres muito poucos existem, cujos conhecimentos, fortuna e posição social possam autorizar quaisquer pretensões a empregos. E' inegável que, à proporção que o número de negros livres aumentar, suas qualidades pessoais e suas possibilidades econômicas lhes darão maior número de direitos e que para evitar uma guerra civil entre negros e homens de outras côres, será necessário revogar completamente essa lei de exclusão. Por enquanto, os negros livres se satisfazem com o pensamento de que seus descendentes, homens de côr, poderão alcançar tôdas as honras; e os homens de côr se satisfazem com a tolerância que lhes assegura as principais vantagens a que pretendem. Mas seria absurdo imaginar que tais disposições de espírito bastem para garantir ao Brasil uma tranquilidade duradoura. Uma política sábia, ao contrário, deverá aproveitar-se delas para, através de melhorias voluntárias na legislação, evitar a possibilidade de uma explosão violenta, tanto mais fácil de ocorrer quanto, neste país, como em todos os outros Estados da América, existem muitos elementos de discórdia. Seria loucura imaginar poder-se oprimir pela fôrça uma classe tão numerosa e tão forte quanto a dos negros e homens de côr, unicamente para recusar-lhes cousas a que êles imaginam ter direito, enquanto entre os brancos as facções se disputam direitos reais ou imaginários. Estará o Brasil ameaçado de revoluções e lutas entre partidos? De que natureza serão elas? Estará nas mãos do governo evitá-las? São questões, estas, que não pretendemos resolver. A única cousa que nos parece certa é que, por meio de modificações operadas, prudentemente, na situação legal dos homens de côr e dos negros, será possível impedir que a luta



futura das facções políticas se acresça à luta mais terrível das côres. Esse passo parece tanto mais urgente quanto, na opinião dos homens mais sensatos e entendidos, a emancipação dos escravos, por necessária e desejável que seja, só poderá ser feita muito lentamente e que, nas circunstâncias mais favoráveis, só se efetuará dentro de um século. Entretanto, se o curso dos acontecimentos, a imprevidência dos partidos ou a imprudência dos governantes, provocarem um dia uma revolta de escravos, só será possível dominá-la mediante o apôio da população livre de homens de côr e negros. E' por conseguinte muito importante ligá-los, definitivamente, aos brancos, por um interêsse comum.

Outra exceção é ainda prevista para os negros, mas esta só os tem favorecido até agora: não podem êles servir em nenhum regimento de linha e só entram para os corpos criados exclusivamente para êles. Com essa medida, escapam aos abusos e vexames sem número a que o serviço militar expõe os outros habitantes, a êle constrangidos de tôda maneira. Há, no Brasil, três regimentos de negros: soldados e oficiais todos são negros. Pela sua disciplina e pelo seu garbo distinguem-se das demais tropas, e a mais perfeita união reina entre soldados e oficiais. Êsses regimentos chamam-se "dos Henriques", em honra ao general negro Henrique, que se cobriu de glória na história do Brasil, pelo seu valor na guerra que Pernambuco sustentou contra os holandeses e pela liberdade.

## USOS E COSTUMES DOS NEGROS

O que dissemos nos cadernos precedentes, acêrca da situação dos escravos no Brasil, bem mostra que êles não são tão infelizes quanto se imagina geralmente na Europa. Talvez, mesmo, seja de temer que nosso pensamento se veja deturpado; com efeito, nossa imparcialidade poderia alimentar idéias demasiado favoráveis à escravidão, naqueles que julgam as cousas subjetivamente, ou nos que só vêem um lado delas. Não seria mesmo impossível que o que dissemos os tenha colocado entre os defensores da escravidão. Muitos europeus, ao chegarem ao país, acham que a situação dos escravos tem sido pintada com côres demasiado vivas. Porisso logo mudam de idéia e se transformam em espíritos fortes. O que contribue muito para tornar a situação dos escravos tolerável, é que os negros, como as crianças, gozam da feliz faculdade de apreciar os prazeres do momento sem se preocupar com o passado ou com o futuro; e muito pouca cousa basta para precipitá-los num estado de alegria, que atinge ao atordoamento e à embriaguez.

Dir-se-ia que após os trabalhos do dia, os mais bulhentos prazeres produzem sôbre o negro o mesmo efeito que o repouso. À noite, é raro encontrarem-se escravos reunidos que não estejam animados por cantos e dansas; difficilmente se acredita que tenham executado, durante o dia, os mais duros trabalhos, e não conseguimos nos persuadir de que são escravos que temos diante dos olhos.



A dança habitual do negro é o batuque. Apenas se reúnem alguns negros e logo se ouve a batida cadenciada das mãos; é o sinal de chamada e de provocação à dança. O batuque é dirigido por um figurante; consiste em certos movimentos do corpo que talvez pareçam demasiado expressivos; são principalmente as ancas que se agitam; enquanto o dansarino faz estalar a língua e os dedos, acompanhando um canto monótono, os outros fazem círculo em volta dele e repetem o refrão.

Outra dança negra muito conhecida é o "lundú", também dansada pelos portugueses, ao som do violão, por um ou mais pares. Talvez o "fandango", ou o "bolero", dos espanhóis, não passem de uma imitação aperfeiçoada dessa dança.

Acontece muitas vezes que os negros dansam sem parar noites inteiras, escolhendo, por isso, de preferência, os sábados e as vésperas dos dias santos.

E' preciso mencionar, também, uma espécie de dança militar: dois grupos armados de paus colocam-se um em frente do outro e o talento consiste em evitar os golpes de ponta do adversário. Os negros têm ainda um outro folguedo guerreiro, muito mais violento, a "capoeira": dois campeões se precipitam um contra o outro, procurando dar com a cabeça no peito do adversário que desejam derrubar. Evita-se o ataque com saltos de lado e paradas igualmente hábeis; mas, lançando-se um contra o outro mais ou menos como bodes, acontece-lhes chocarem-se fortemente cabeça contra cabeça, o que faz com que a brincadeira não raro degenera em briga e que as facas entrem em jôgo ensanguentando-a.

Um divertimento a que os negros dão muita importância é a eleição do Rei do Congo. Não poderíamos dar uma melhor descrição do que a que se encontra no excelente trabalho de Kos-

ter sôbre o Brasil (5). Seja-nos permitido, pois, transcrevê-la textualmente: “No mês de maio, os negros celebraram a festa de Nossa Senhora do Rosário. E’ nesta ocasião, que têm por costume eleger o Rei do Congo, o que acontece quando aquele que estava revestido dessa dignidade morreu durante o ano, quando um motivo qualquer o obrigou a demitir-se, ou ainda, o que ocorre às vêzes, quando foi destronado pelos seus súditos. Permitem aos negros do Congo eleger um rei e uma rainha de sua nação, e essa escolha tanto pode recair num escravo como num negro livre. Êsse príncipe tem, sôbre seus súditos, uma espécie de poder que os brancos ridicularizam e que se manifesta principalmente nas festas religiosas dos negros, como, por exemplo, na da sua padroeira Nossa Senhora do Rosário. O negro que ocupava essa posição no distrito de Itamarca (cada distrito tem seu rei), desejava abdicar por causa de sua idade e, por essa razão se elegera um novo rei, um velho escravo da fazenda Amparo; mas a velha rainha não tinha intenção de abdicar e se conservou de posse de sua dignidade.

O negro, que devia ser coroado durante o dia, veio de manhã cêdo à casa do pároco para apresentar-lhe a homenagem da sua veneração. “*Muito bem senhor*”, respondeu êste em tom de brincadeira, “*serei pois, hoje, vosso esmoler*”. Às onze horas fui à Igreja com o capelão e não demorou muito vimos chegar uma multidão de negros, bandeiras despregadas, ao som dos tarubores. Homens e mulheres usavam vestimentas das mais vivas côres que haviam encontrado. Quando se aproximaram, distinguimos o Rei, a Rainha e o Ministro de Estado. Os primeiros usavam coroas de papelão, recobertas de papel dourado. O Rei tinha uma casaca verde, um colete vermelho, calças amarelas; tudo talhado à moda mais antiquada. Na mão carregava um

---

(5) De tôdas as obras publicadas sôbre o Brasil, não há nenhuma melhor do que a de Koster, pela sua riqueza em excelentes observações acêrca dos costumes e do estado da sociedade.



etro de madeira dourada. A Rainha vestia um vestido de cerimônia de sêda azul. Quanto ao pobre Ministro de Estado, podia vangloriar-se de brilhar com tantas côres quanto o seu senhor, mas não fôra tão feliz na escolha das roupas: a calça era demasiado estreita e curta, e o colete comprido demais. As despesas da cerimônia deviam ser pagas pelos negros, porisso haviam colocado na Igreja uma pequena mesa à qual estavam sentados o tesoureiro e outros membros da irmandade negra do Rosário, os quais recebiam os donativos dos assistentes dentro de uma espécie de cofre. Mas, as oferendas eram parcas e raras, demasiado raras, na opinião do pároco, pois a hora de seu jantar já havia soado. Porisso adiantou-se com impaciência para o tesoureiro e avisou-o de que não procederia à realização da cerimônia antes de serem cobertas as despesas; e logo depois, apostrofou os negros que o cercavam, censurando-lhes o pouco zêlo que mostravam em contribuir para a solenidade. Apenas deixou êle o grupo, os negros que o acompanham se expandiram em discussões e altercações, acompanhadas de gestos e de expressões muito cômicas mas em desacôrdo absoluto com a santidade do lugar. Finalmente, chegou-se a um entendimento. Suas Majestades negras se ajoelharam diante do altar e o serviço divino começou. Terminada a missa, o Rei devia ser solenemente investido nas suas funções, mas o pároco estava com fome e sem escrúpulo encurtou a cerimônia: pediu, por conseguinte, a coroa e tomando-a dirigiu-se para a porta da Igreja onde o novo rei veio ao seu encontro e se pôs de joelhos. O pároco colocou-lhe a coroa sôbre a cabeça, pôs-lhe o cetro na mão e pronunciou estas palavras: "*agora, Senhor Rei, vai-te embora*". Disse-o, e imediatamente correu para a sua casa. Os negros partiram com gritos de alegria e foram ter à fazenda Amparo, onde passaram o dia e a noite entregues aos prazeres da bebida e da dansa."

Pode-se estranhar encontrar entre os negros do Brasil tão poucos traços das idéias religiosas e dos costumes de sua pátria;

mas nisso, como em muitas outras cousas, tem-se a prova de que para os negros a travessia que os leva para a América é uma verdadeira morte. O excesso das violências que lhes são impostas destrói, quasi inteiramente, tôdas as suas idéias anteriores, apaga a lembrança de todos os seus interêsses: a América é para êles um mundo novo; aquí recomeçam uma nova vida. A influência da religião católica é incontestável dêsse ponto de vista; é a consoladora dos negros; seus sacerdotes lhes aparecem sempre como protetores naturais e o são com efeito. Por outro lado, as formas exteriores dêsse culto devem produzir uma impressão irresistível no espírito e na imaginação do africano. Concebe-se, pois, que no Brasil os negros se tornem ràpidamente cristãos convictos e que tôdas as recordações do paganismo se apague nelles ou lhes pareçam odiosas.

Não se deve estranhar que nas colônias dos outros países os negros conservem muitas de suas primitivas idéias ou, pelo menos, que a elas nada substituam de melhor. Essa ausência de progresso é principalmente observável nas Colônias Inglesas, onde se negligencia, sem nenhuma espécie de consciência, a educação moral e religiosa dos escravos, onde os sacerdotes anglicanos, que se afirma serem tão esclarecidos se habitua a olhar os negros como se não fôsem homens e não pensam em sacrificar sequer a menor parcela de seu bem-estar para descer até a êsses infelizes. Isso explica, também, a influência chocante quasi incrível dos "obeahs", ou feiticeiros, nas Colônias Inglesas. Influência mais ou menos semelhante se observou também na ilha de Haití, na época da guerra contra os franceses. Mas, os negros do Brasil não estão inteiramente livres dêsse gênero de superstição. Os feiticeiros chamam-se aí *mandingos* ou *mandingueiros*. Emprestam-lhes, entre outros poderes, os de lidar impunemente com as serpentes mais venenosas e de preservar as outras pessoas do efeito de seu veneno por meio de cantos e de exorcismos. Êstes, dizem, fazem sair os répteis de seus escondi-



derijos e reunir-se em tórno dos mandingueiros; agem, também, sôbre outros sêres venenosos ou malfazejos e essa espécie de feitiçaria domina principalmente as cascavéis. Os feiticeiros têm por hábito domesticar serpentes não venenosas que são consideradas dotadas de fôrça sobrenatural. Teme-se, principalmente, o efeito da mandinga, espécie de talismã por meio do qual o mandingueiro pode fazer morrer de morte lenta tôdas as pessoas que o ofendem ou que êle deseja prejudicar; pode, também, servir-se da mandinga para um feitiço qualquer. Essa mandinga consiste numa mistura de uma porção de ervas, raízes e terras em que entram também ingredientes do reino animal. Procede-se à mistura entre fórmulas mágicas; embrulham-se êsses malefícios e colocam-se ou na cama ou em baixo da cama da pessoa visada. Êsses encantamentos chamam-se também "feitiços" e os iniciados "feiticeiros". Há feitiços de várias espécies, por exemplo para excitar o amor e o ódio. Essa superstição não é peculiar aos negros, mas sim comum a tôdas as classes do povo e seria difícil dizer se é de origem africana ou européia, pois, a-pesar-do nome africano, êsse talismã tem grande analogia com idéias muito espalhadas na Europa, desde as épocas mais remotas. Entretanto, os mandingueiros são quasi sempre negros, unindo, a maioria, a essa profissão, a de dansar na corda bamba e fazer outras pelotiquices, em que são muito hábeis; e pouco tempo lhes basta para produzir efeitos espantosos. Embora êsses mandingueiros constituam um objeto de ódio e temor para os negros, embora não sejam, de modo nenhum, venerados, e muitos negros condenem essa superstição como anti-cristã, êsses homens exercem muitas vêzes uma influência poderosa sôbre os que os cercam, a ponto de provocar não raro sérias desordens e mesmo crimes. Para restabelecer a ordem e a tranquillidade no distrito não há outro meio, muitas vêzes, senão o de afastá-los.

Em geral, os divertimentos dos negros provocam desordens tanto mais graves quanto raramente êles têm o espírito livre dos efeitos do alcool, não sòmente porque bebem demasiado mas ainda porque suportam mal a bebida, bastando uma pequena dose de cachaça, espécie de rum de má qualidade, para embriagá-los completamente. Imediatamente puxam-se as facas e os ferimentos graves e assassínios são mais do que comuns. A punição dêsses crimes e de outros de igual importância cabe à autoridade pública; mas como ela acarreta, frequentemente, a perda do escravo, que pode ser condenado ao suplício da vara, à deportação ou aos trabalhos forçados, acontece, comumente, que o senhor faz todos os esforços possíveis para arrancá-lo das mãos da autoridade, trocá-lo ou vendê-lo, furtivamente, enviando-o para uma região longínqua. Há mesmo colonos que se valem de bom grado dessas oportunidades para aumentar sem grande despesa o número de seus escravos, confiando em sua própria energia e na sua coragem pessoal para dominar homens de tal quilate. Donde resulta que em fazendas há negros que mereciam talvez a morte, mas as autoridades os deixam livres enquanto o proprietário pensa poder dominá-los. Tais exceções são raras entretanto e os colonos que se arriscam a semelhantes emprêsas são homens de má reputação, desconsiderados pela sua violência ou pela sua audácia. Em outras circunstâncias, ao contrário, os proprietários entregam à autoridade a punição dos seus escravos, em casos em que ela não interviria sem ser solicitada, quando por exemplo, o escravo comete uma contravenção ou um roubo de certa importância. O senhor manda-o, então, para a aldeia ou cidade vizinha, ao juiz ordinário, o qual administra-lhe, na prisão, cem ou duzentas chibatadas, de acôrdo com as ordens do senhor, ou o encarcera durante o tempo determinado por êste, que paga as despesas da punição, em proporção do número de chibatadas recebidas ou do tempo passado em prisão. Quando se trata de faltas graves, as punições são infligidas



com certa solenidade, em praça pública, e em presença dos escravos das fazendas vizinhas. Nas cidades, elas se verificam diante dos negros encontrados nas ruas.

Como se deve pensar, a fuga dos escravos é que fornece maior número de oportunidades para cenas semelhantes. Em geral êles só se evadem da casa dos proprietários que os maltratam, mas os tratamentos mais suaves não impedem completamente as evasões, porque o amor à liberdade é muito forte no negro e basta-lhe um pretêto insignificante para fazê-lo tomar uma resolução precipitada; mas o arrependimento fá-lo voltar, muitas vêzes, para a casa de um amigo do dono e do qual êle consegue uma carta implorando perdão "para quem volta voluntariamente". Quando os escravos possuem o suficiente para o seu resgate e que êste lhes é recusado, aproveitam a primeira oportunidade para evadir-se e é então muito difícil apreendê-los.

Poder-se-ia pensar que num país como o Brasil deve ser quasi impossível pegar um negro fugido; é raro, no entanto, que êste não seja rapidamente preso. Deve-se essa facilidade à instituição dos capitães do mato. São negros livres que gozam de um ordenado fixo e são encarregados de percorrer os distritos de vez em quando, com o fito de prender os negros evadidos e conduzi-los a seus senhores ou, não os conhecendo, à prisão mais próxima. A captura é em seguida anunciada por um cartaz afixado à porta da Igreja, e o proprietário, dêsse modo, logo se encontra. Muitas vêzes, êsses capitães do mato empregam, nas suas buscas, grandes cães ensinados. Os negros temem, aliás, o encontro de índios e a fome, porisso raramente se decidem a penetrar profundamente no interior do país ou das florestas. Mantêm-se, quasi sempre, nas vizinhanças dos lugares habitados e não tarda se perceba que são fugitivos; ou por conhecê-los ou justamente pelo contrário, por não serem conhecidos; finalmente, é exatamente por que o número de habitantes é pequeno que essas evasões raramente dão resultado, embora à

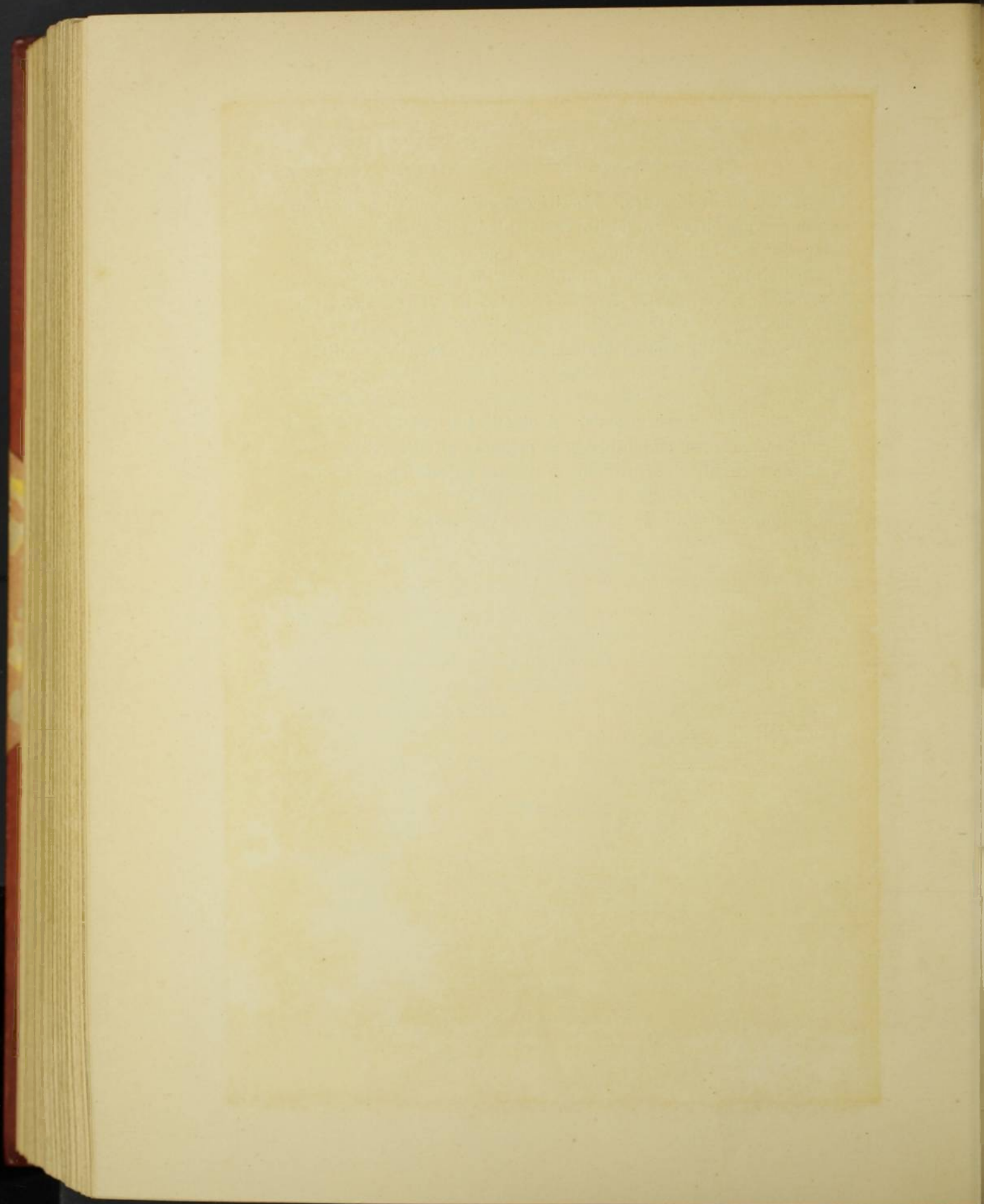
primeira vista essa circunstância pareça dever favorecê-las. A punição de um escravo fugitivo é inteiramente entregue ao arbítrio do senhor.

Algumas vêzes vários negros se evadem juntos e chegam a conseguir armas de fogo; torna-se-lhes então possível encontrar um asilo no interior das florestas, alimentando-se de caça e defendendo-se dos índios. Muito frequentemente êsses negros chamados, *negros do mato* ou *quilômbolas*, constituem grupos mais numerosos, praticando o banditismo nas estradas e atacando os viajantes isolados, as fazendas e as tropas que fazem o comércio do interior com o litoral. Mas é raro, hoje em dia, que êsses negros do mato causem perturbações sérias como ocorre com os "maroos" das Colônias Inglesas. As revoltas de negros também têm sido raras no Brasil e nunca tiveram grande importância.

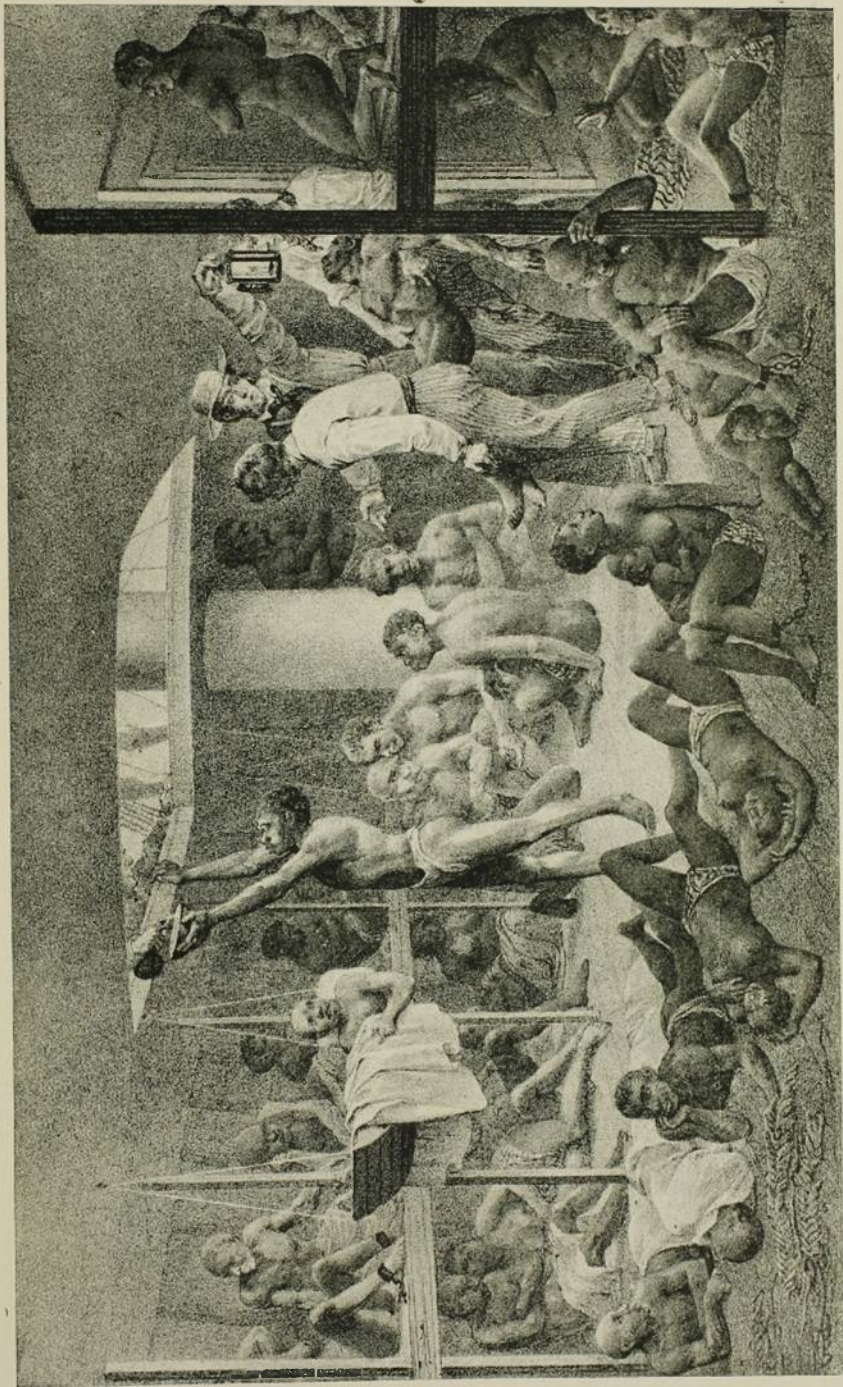
Há um fato notável na história dos negros do Brasil: a fundação da cidade de Palmares, em meados do século XVII. Cem anos antes, alguns grupos numerosos de negros fugidos se tinham reunido nas proximidades de Pôrto Calvo, na província de Pernambuco, criando um aldeamento; mas foram logo dispersos pelos holandeses que ocupavam então Pernambuco. Isso não impediu que em 1650 se erguesse, na mesma região, uma nova aldeia de negros fugidos, com o nome de Palmares. Raptaram tôdas as mulheres de que puderam se apossar, brancas ou de côr, e seu número logo cresceu de tal maneira que os colonos das províncias vizinhas, para se preservar de suas rapinas, julgaram mais prudente tratar com êles, do que recorrer à violência. Assim, os negros conseguiram obter armas e outras mercadorias da Europa, em troca de produtos da floresta e das suas próprias plantações, e, pouco a pouco, a agricultura e a indústria, substituíram o banditismo. Depois da morte de *Hombé*, seu primeiro chefe, organizaram um reino eletivo. Sua religião era uma mistura de cristianismo e de seu antigo fetichismo. Após cinquenta anos de existência, a população de Palmares



atingira 20 mil habitantes. Fortificações de madeira protegiam a cidade, cuja área era muito vasta, disseminando-se as casas, tôdas elas cercadas de plantações de seus proprietários. Esse desenvolvimento provocou a inquietação do govêrno português. Em 1696, os governadores gerais da Baía e de Pernambuco, João de Lencastro e Caetano Melo reuniram-se para uma expedição em conjunto contra Palmares. Um exército de mil homens atacou a cidade, mas como carecesse de artilharia viu-se repellido. Só foi possível bater os negros com a chegada de reforços e de artilharia pesada. A cidade foi tomada e destruída; escravizaram-se as mulheres, as crianças e todos os que conseguiram escapar à carnificina do campo de batalha. O chefe dos negros e seus companheiros preferiram a morte: precipitaram-se todos do alto de um rochedo a cujos pés se situava a cidade.

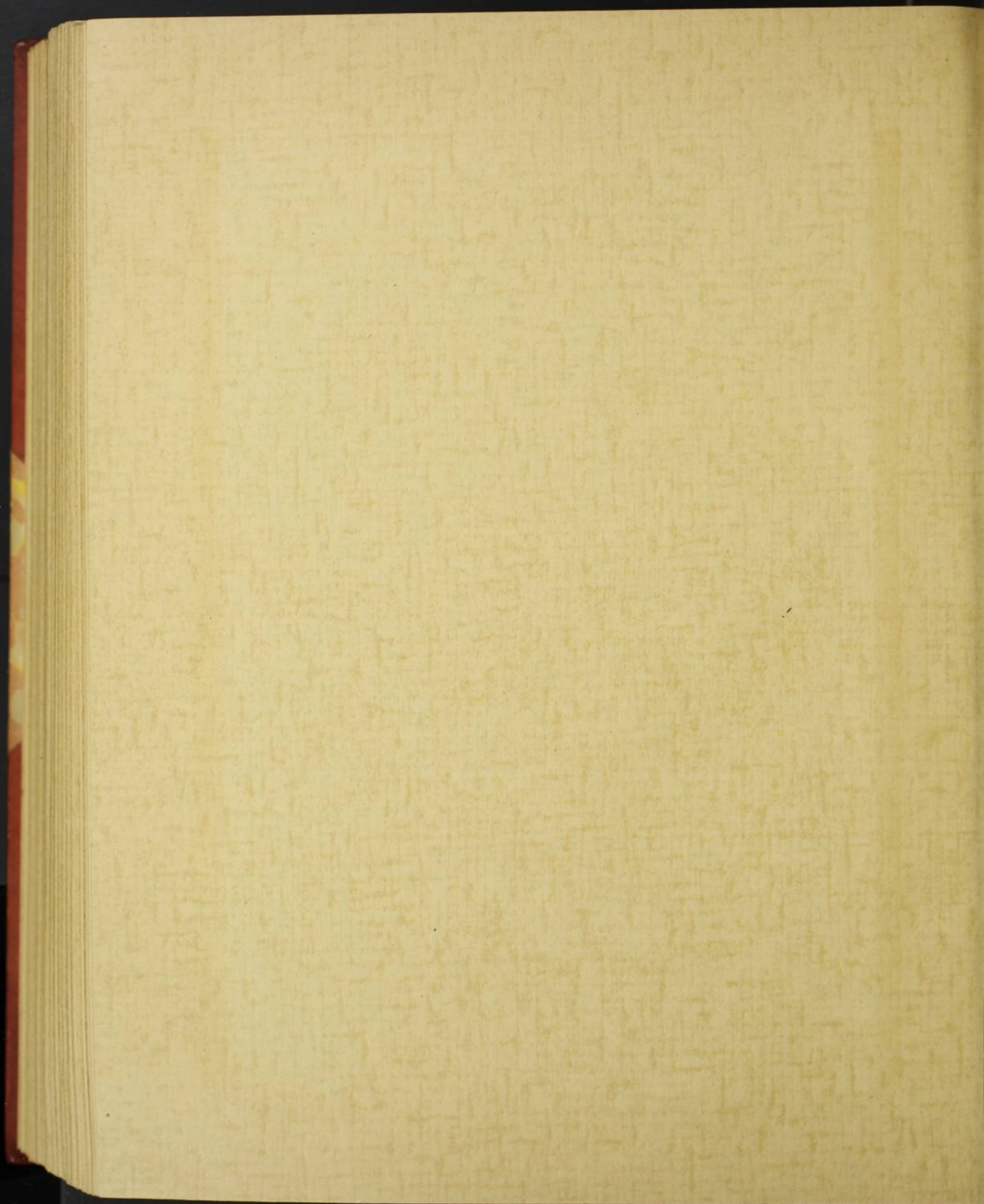




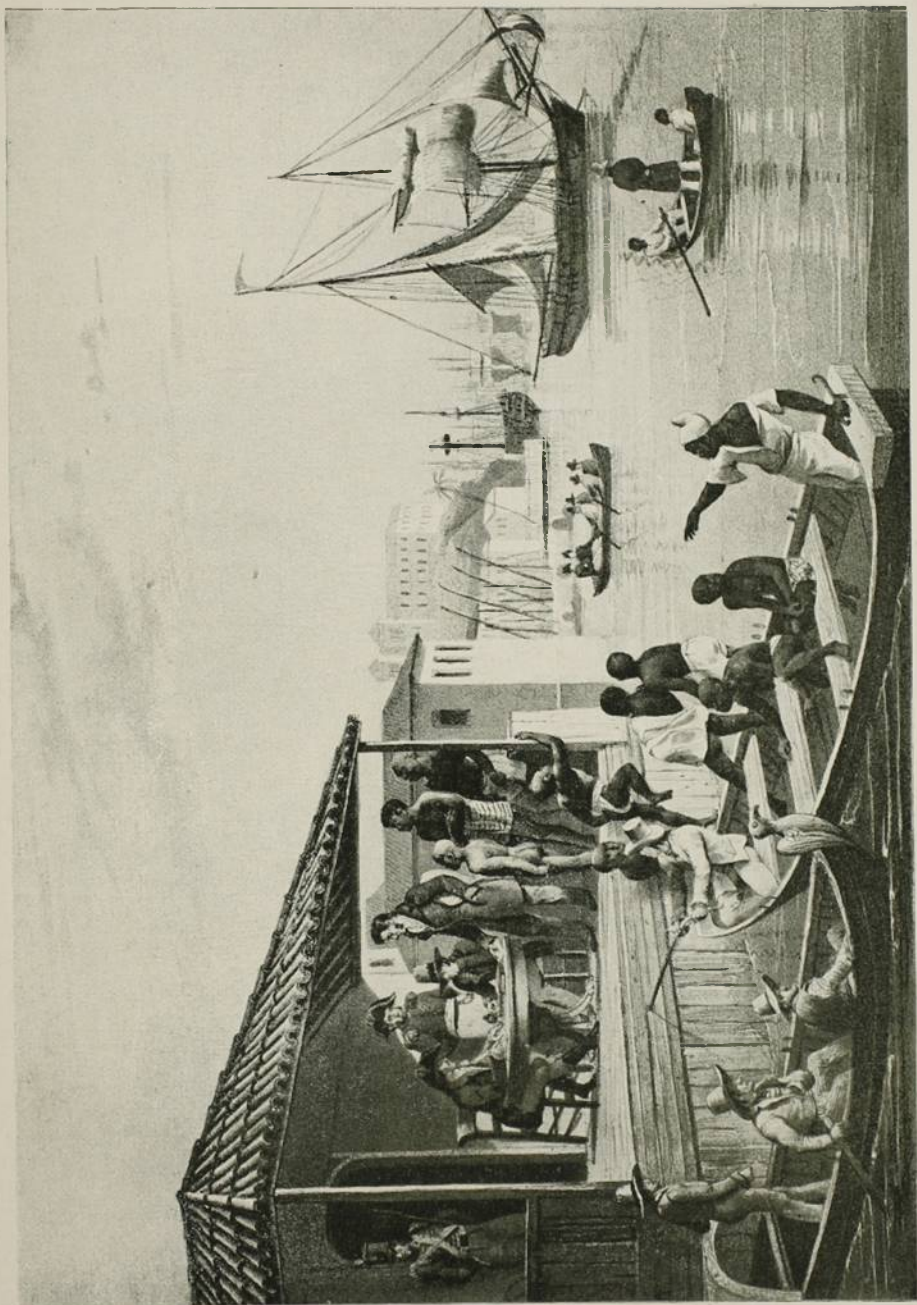


NEGROS NO PORÃO DO NAVIO



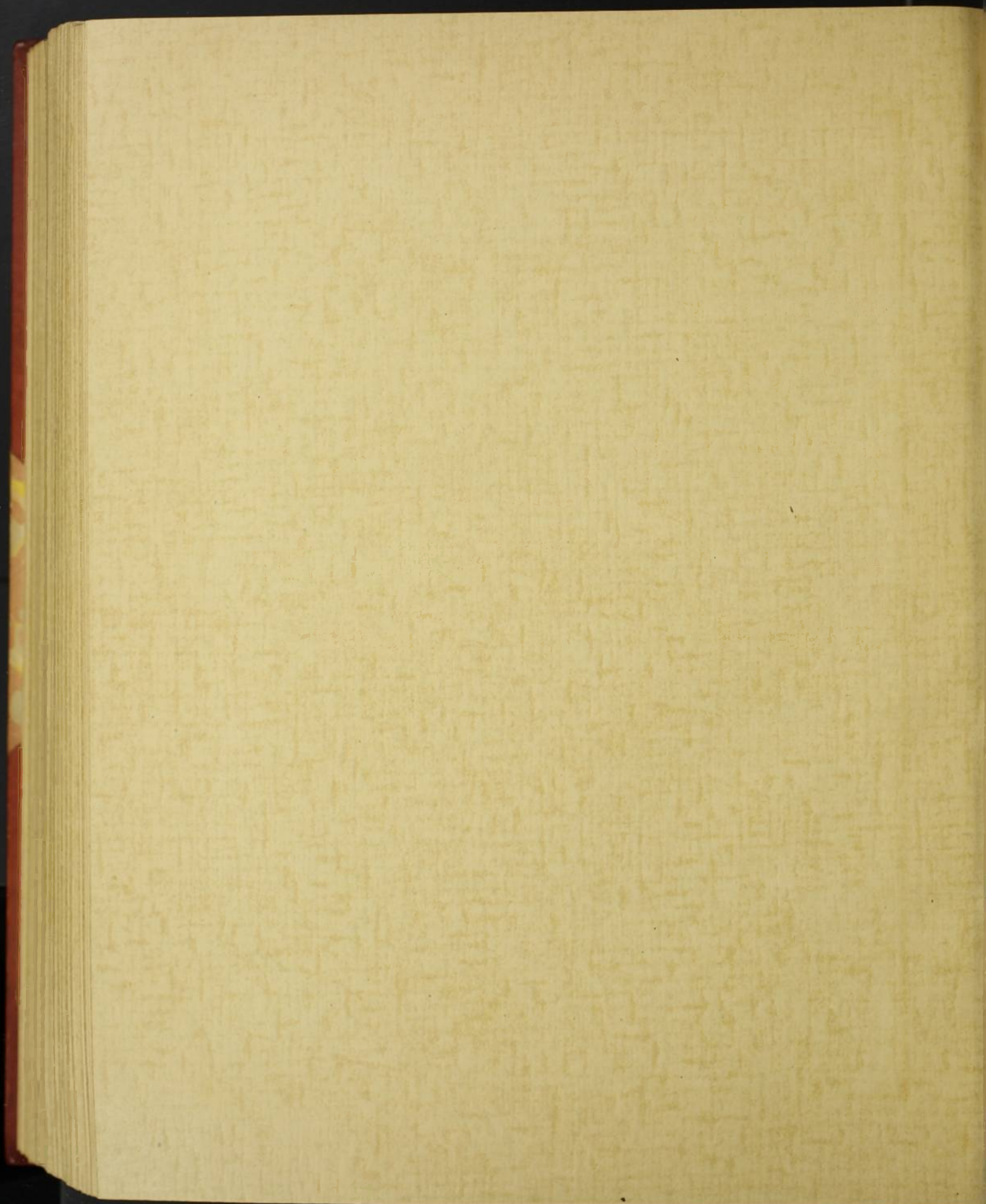




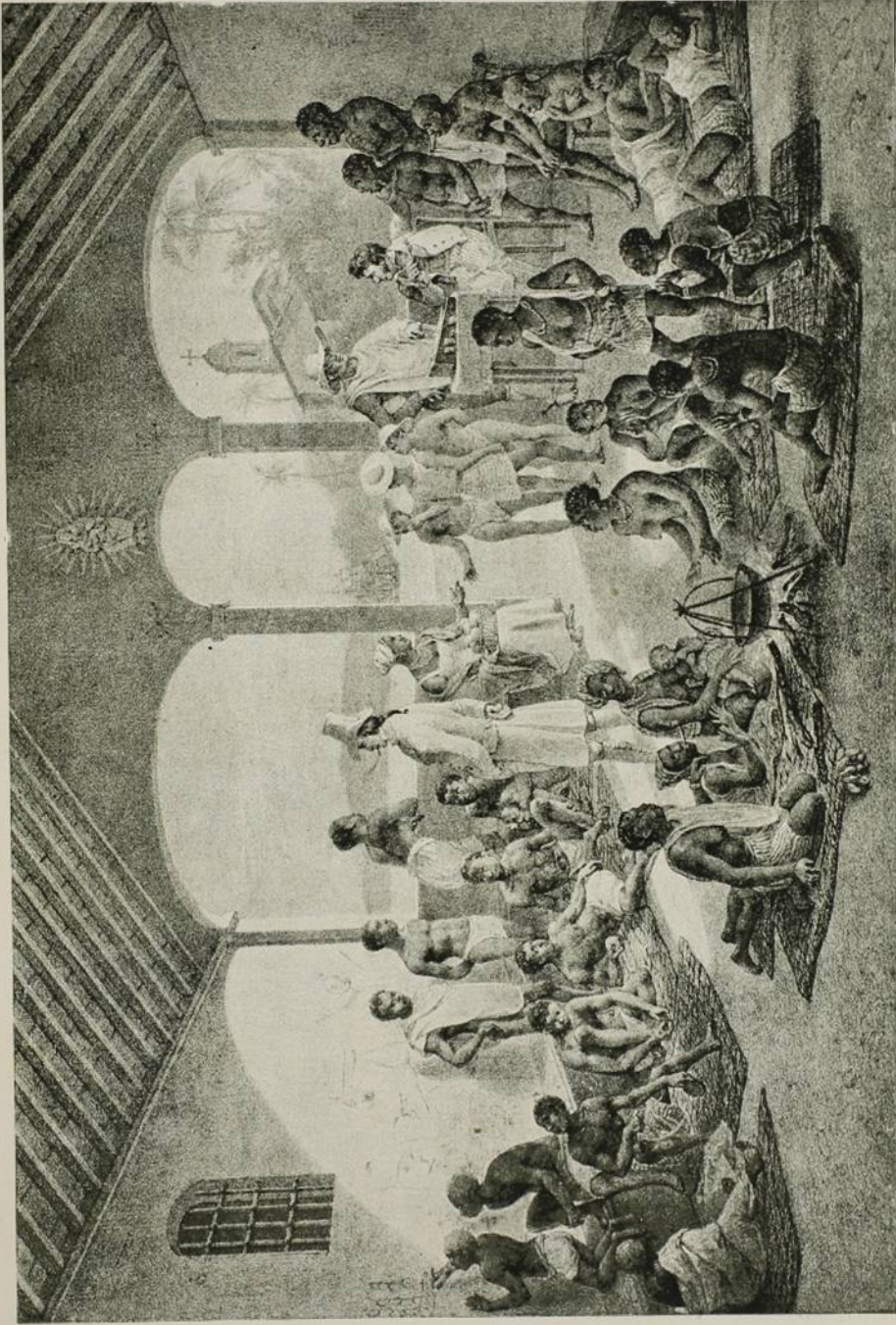


DESEMBARQUE



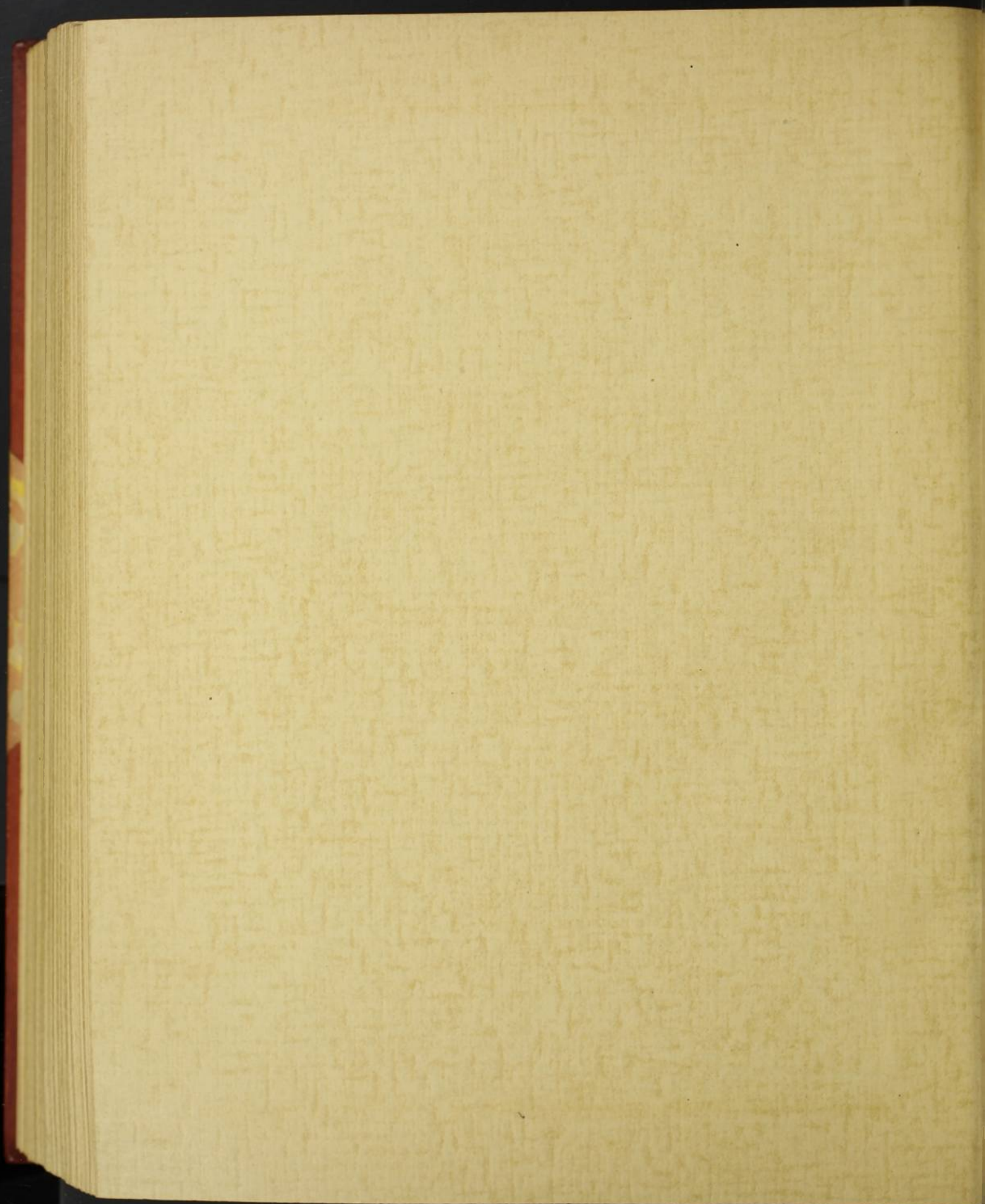




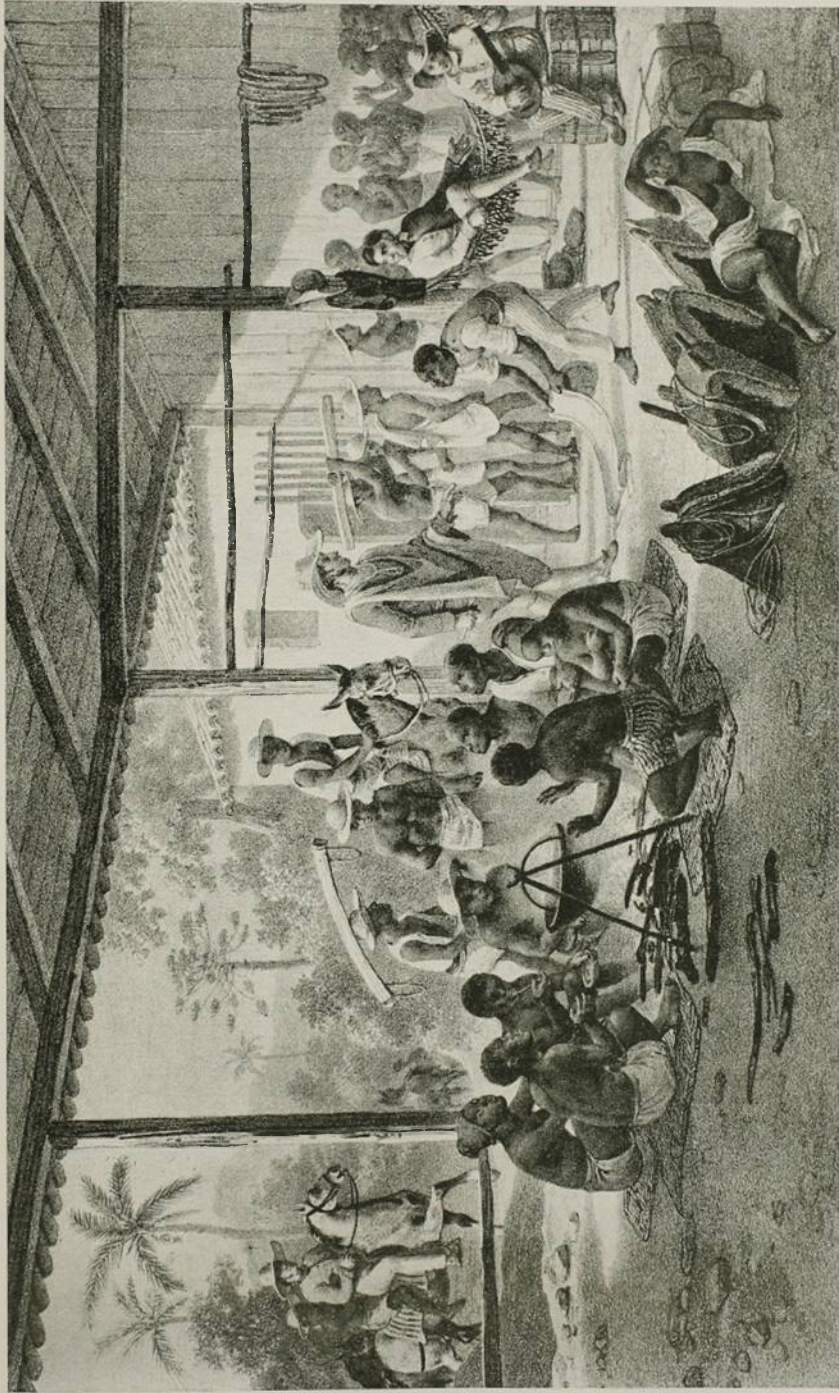


MERCADO DE ESCRAVOS



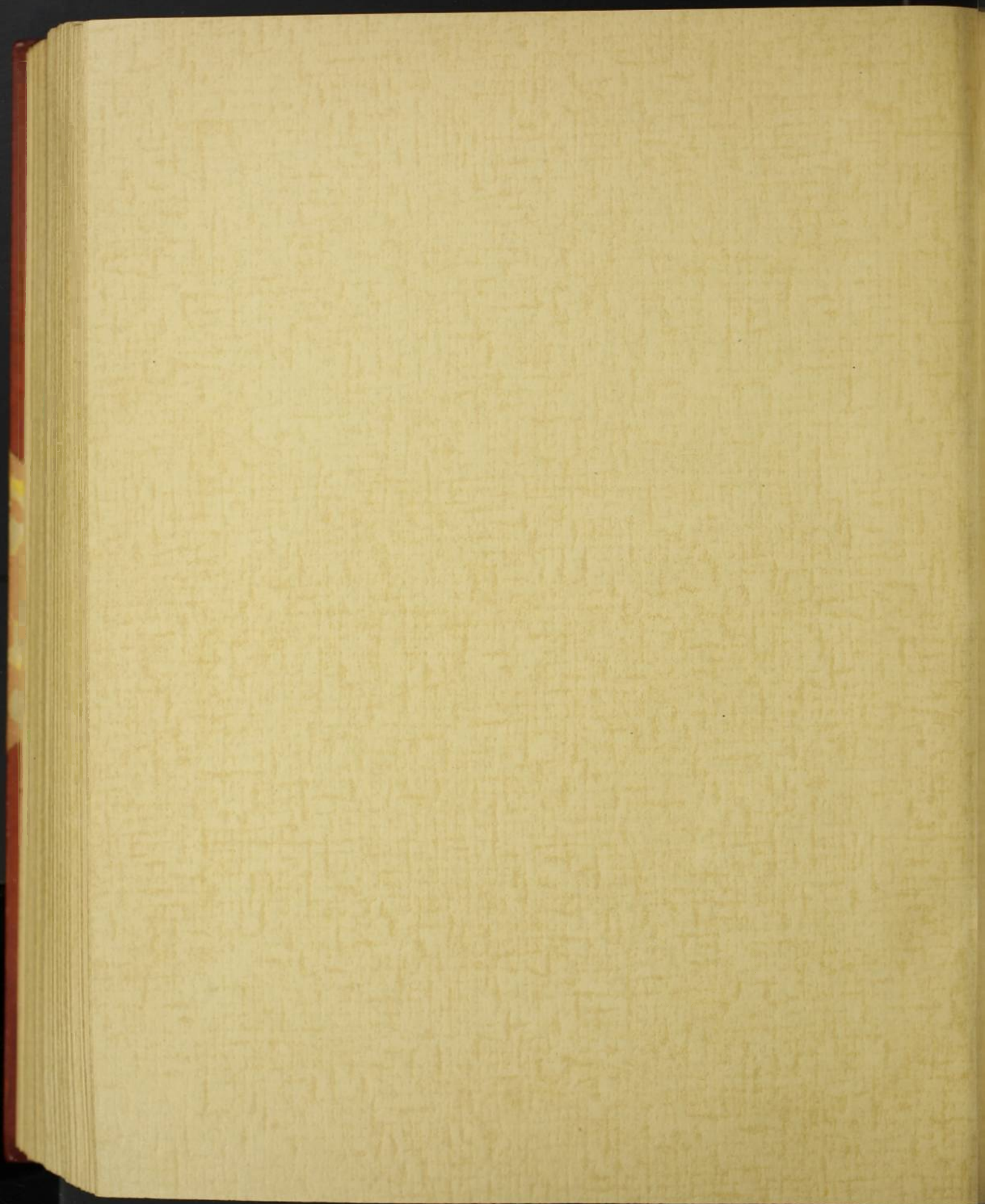




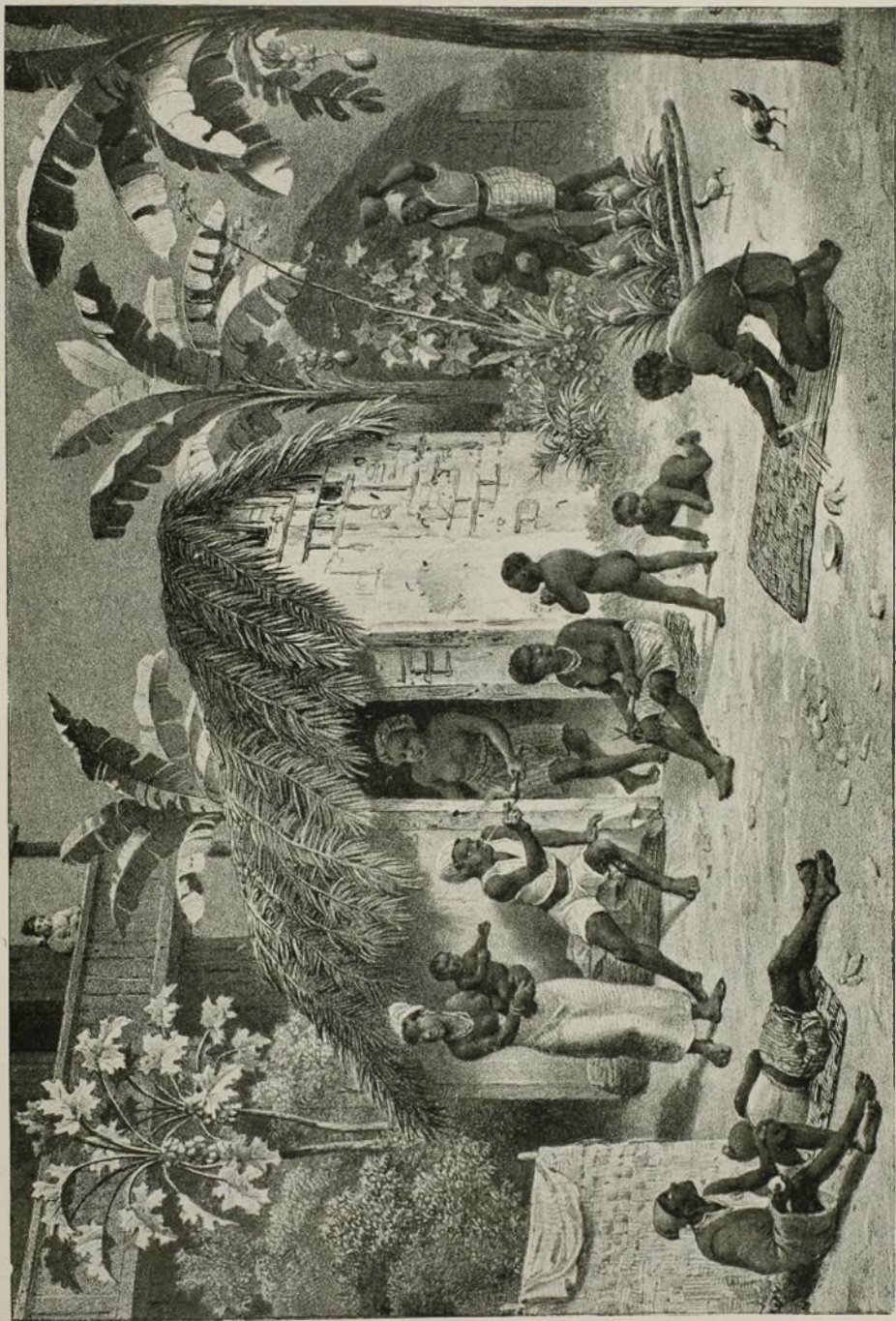


TRANSPORTE DUMA LEVA DE NEGROS



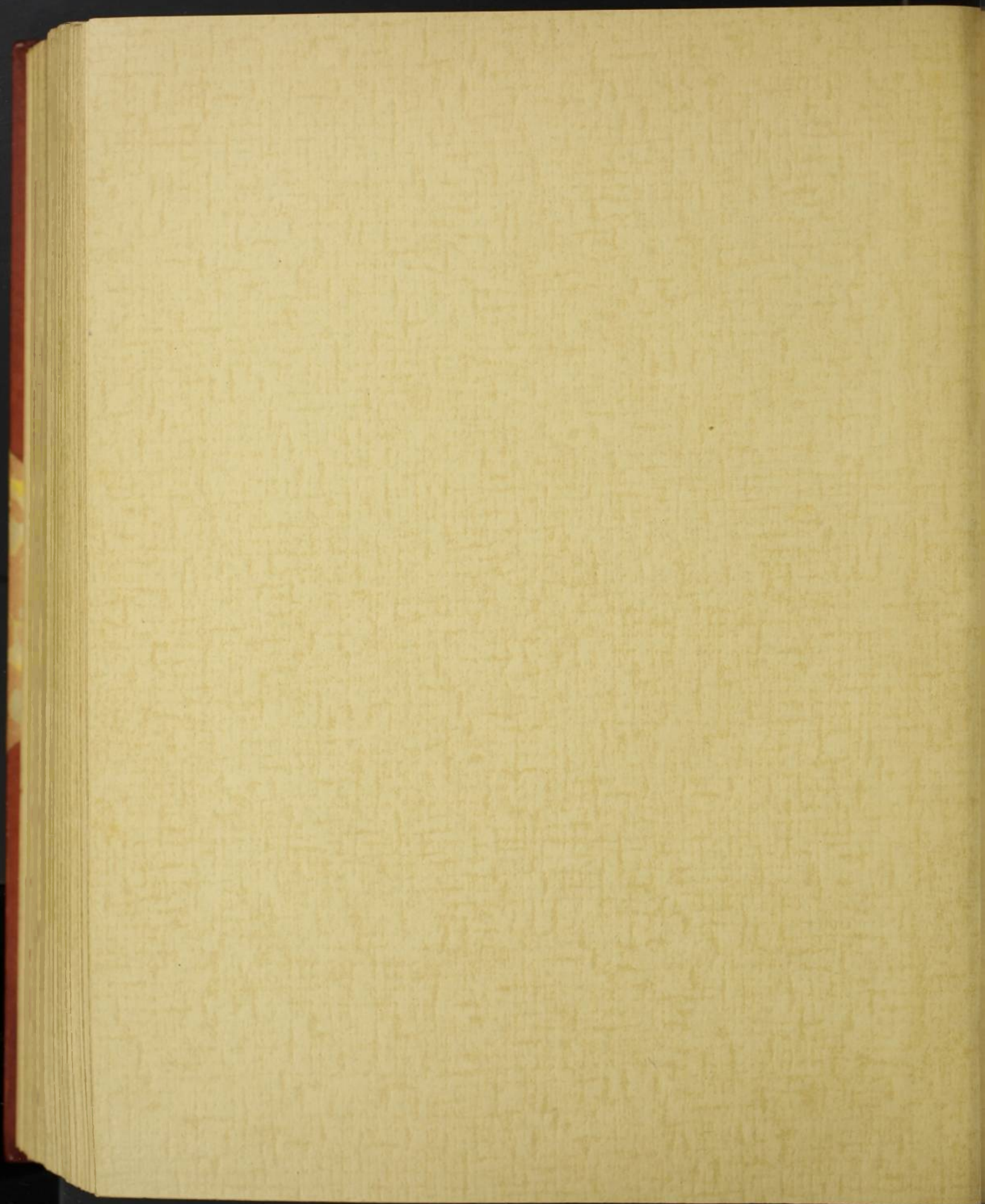




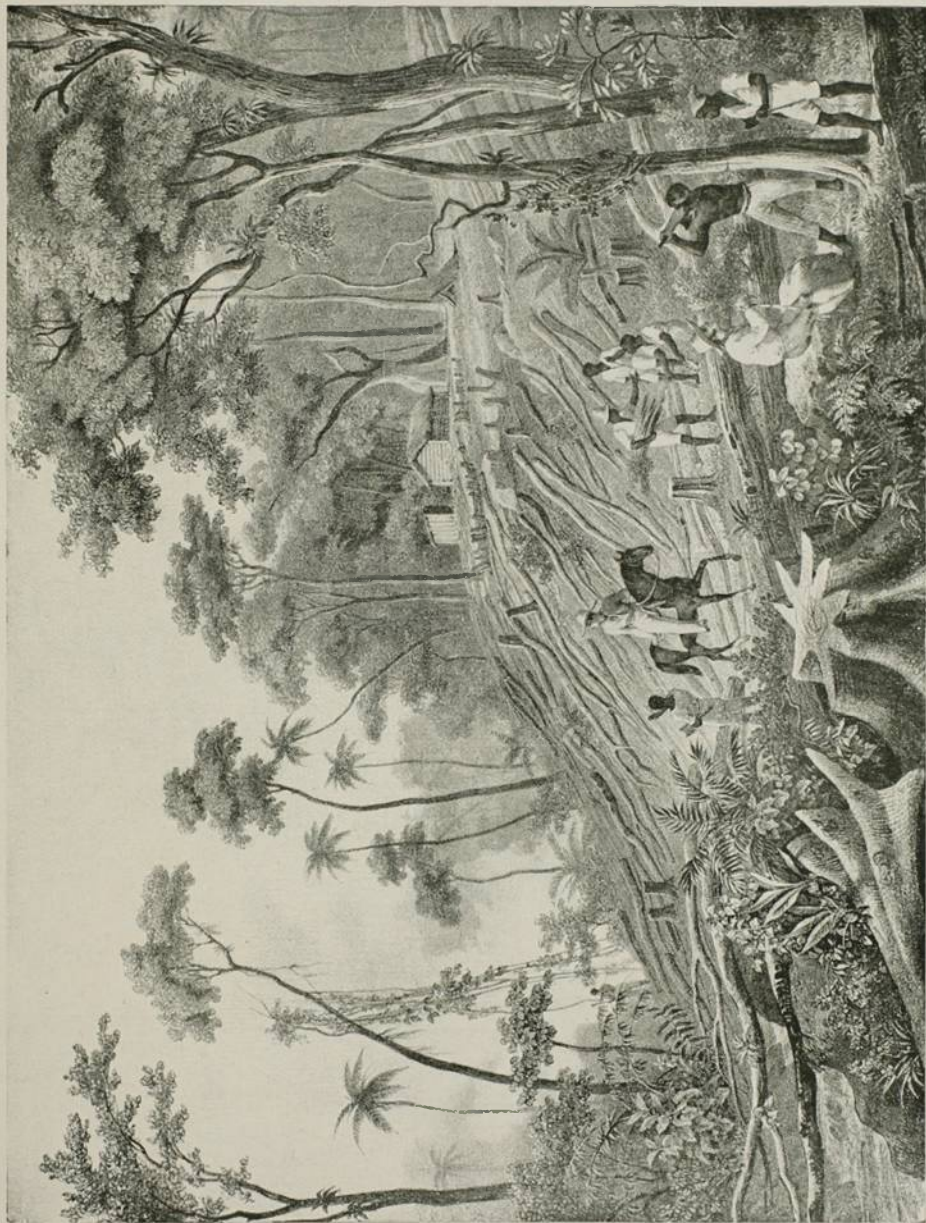


HABITAÇÃO DE NEGROS



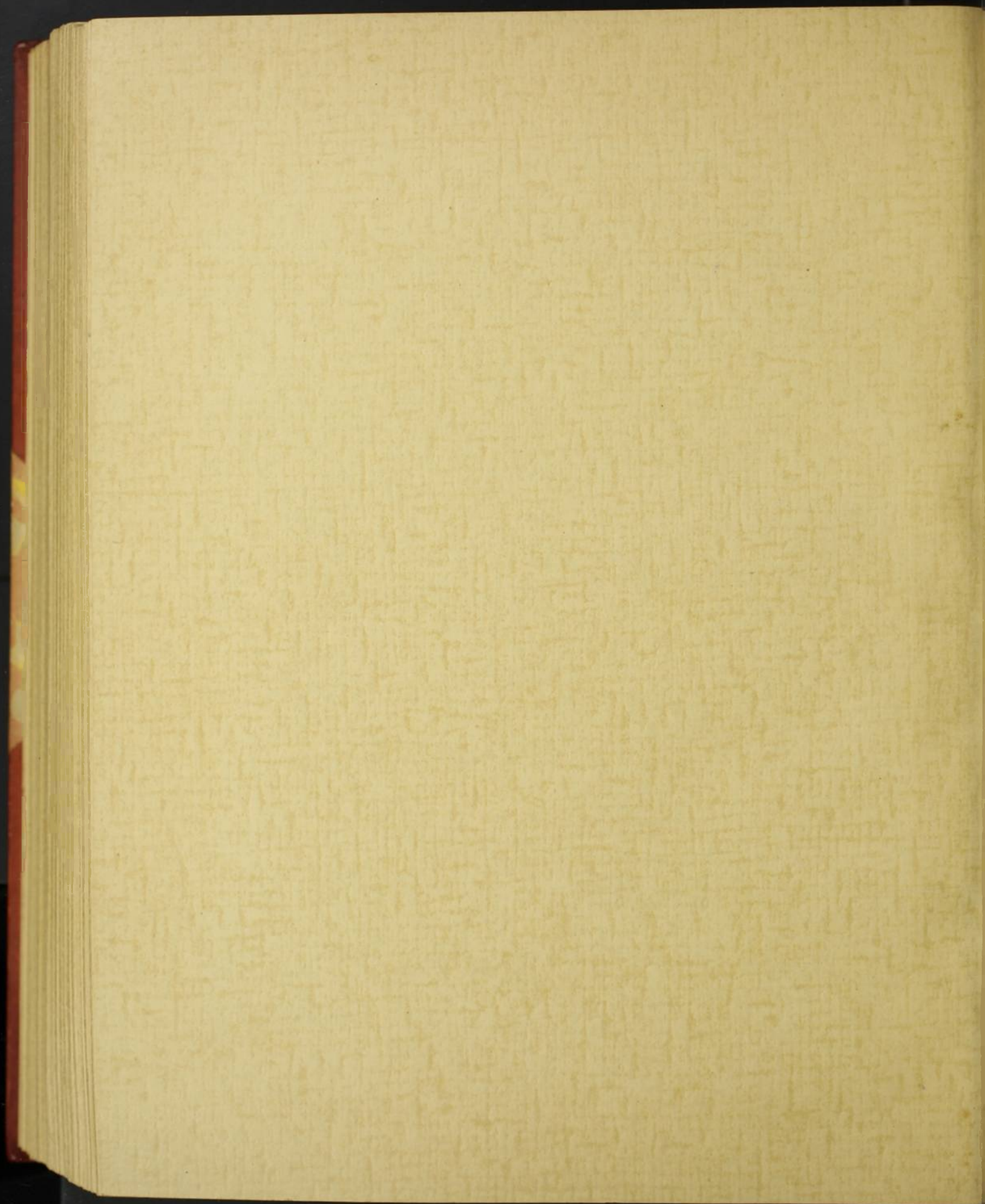




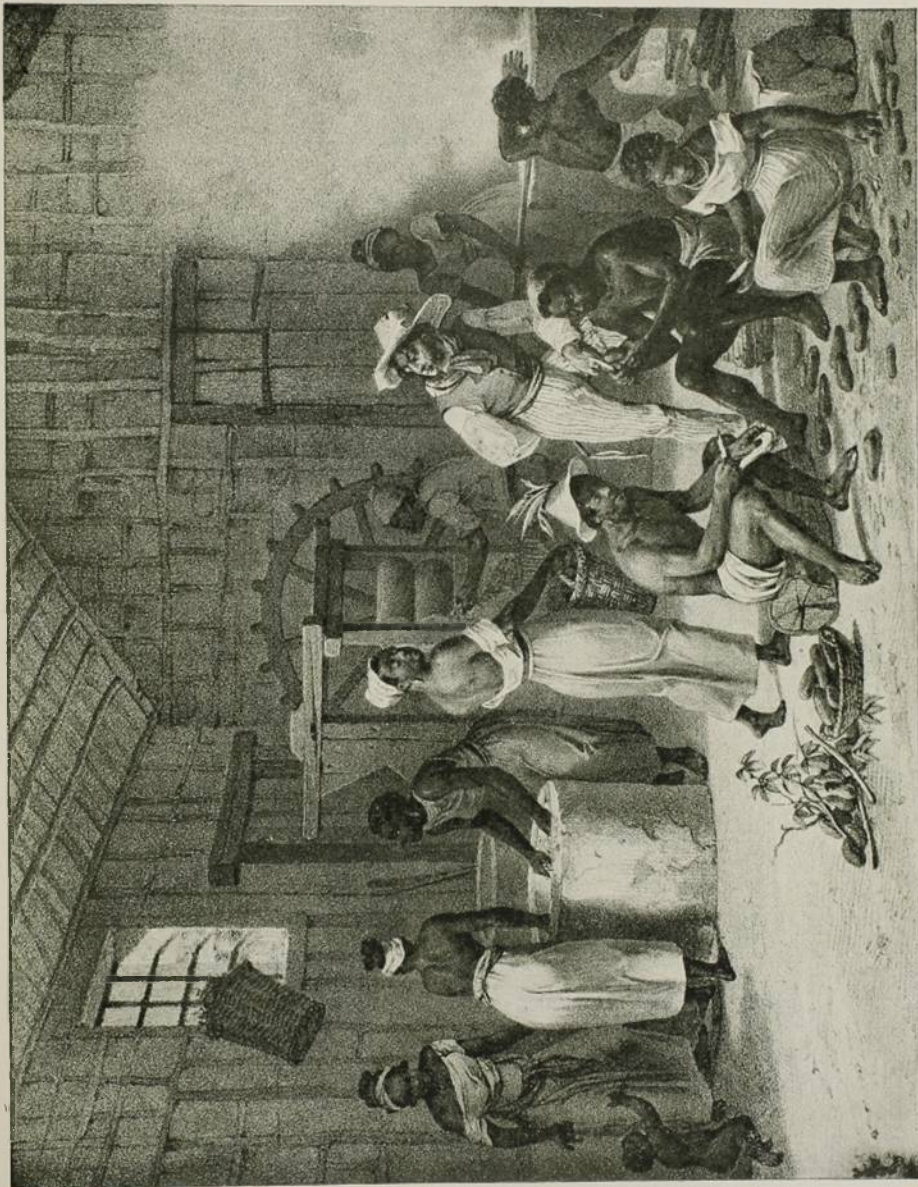


DERRUBADA



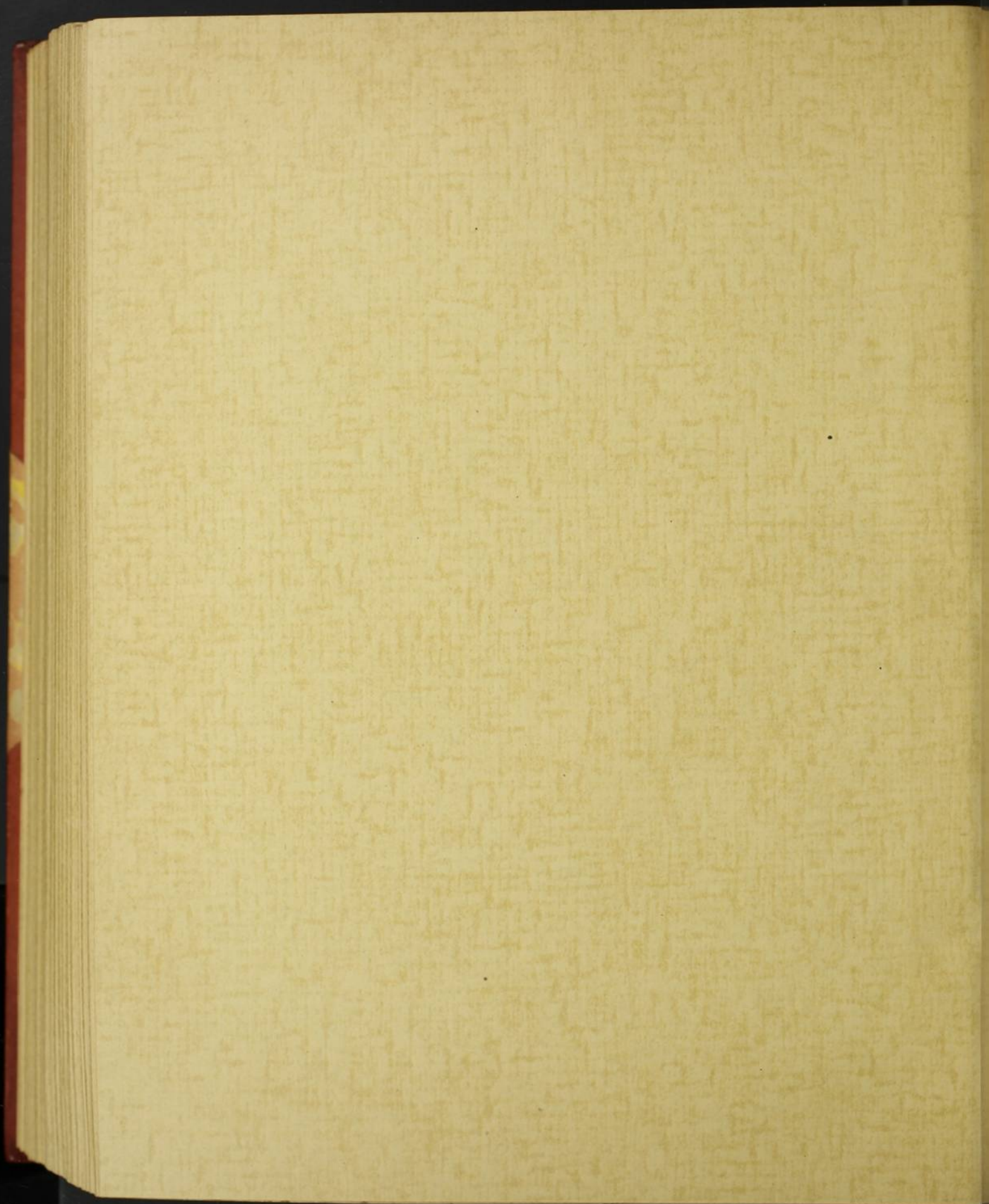




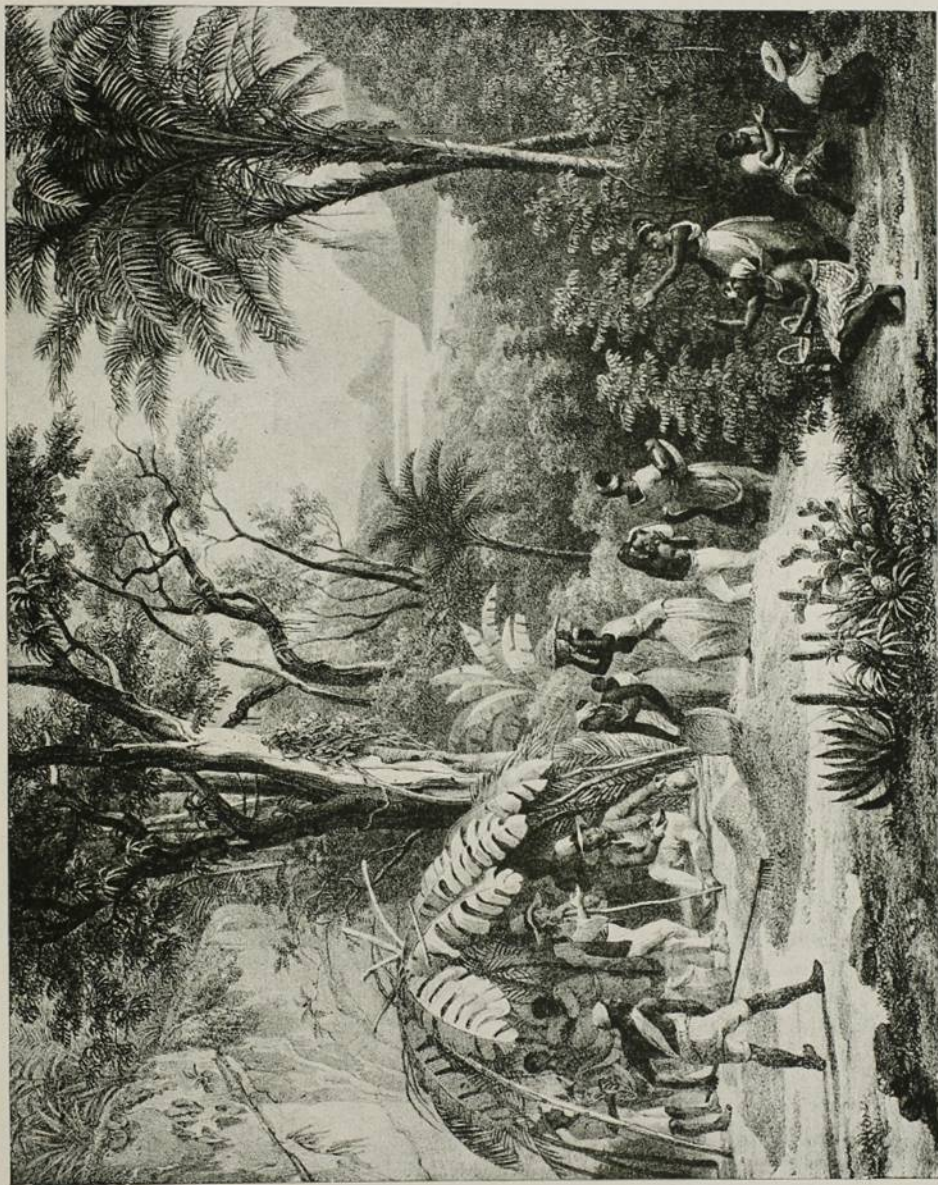


PREPARAÇÃO DA RAIZ DE MANDIÓCA



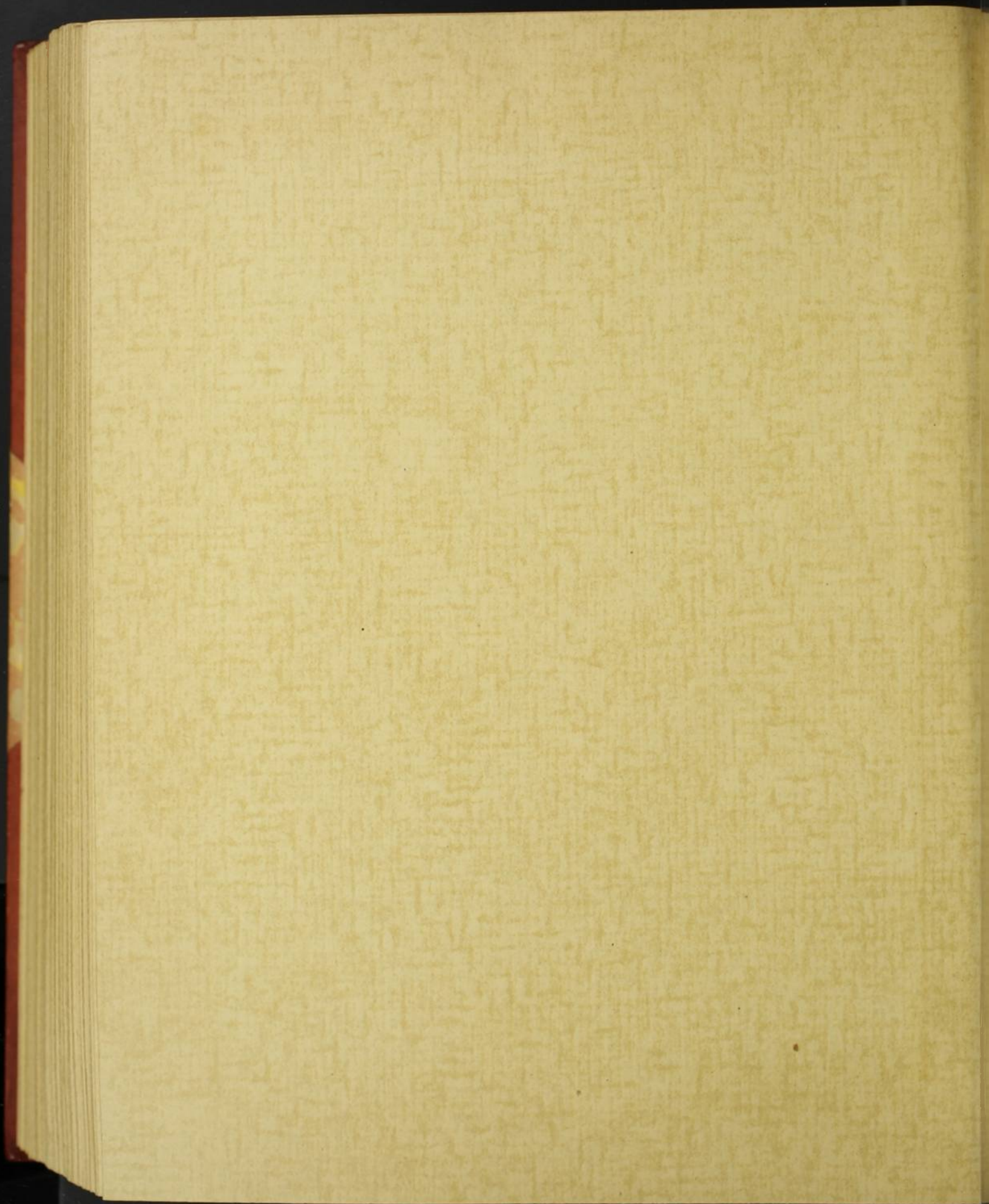




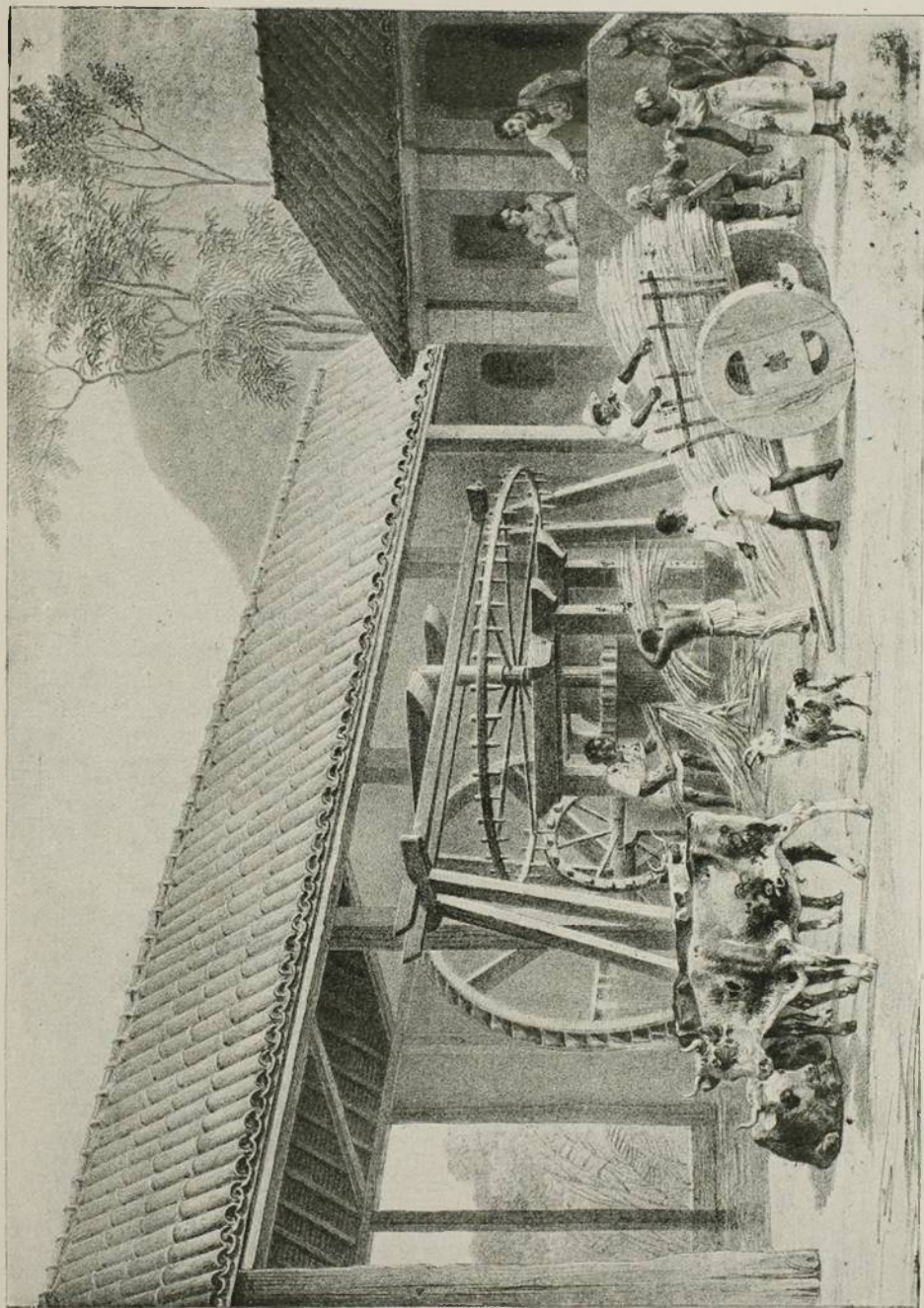


COLHEITA DE CAFÉ



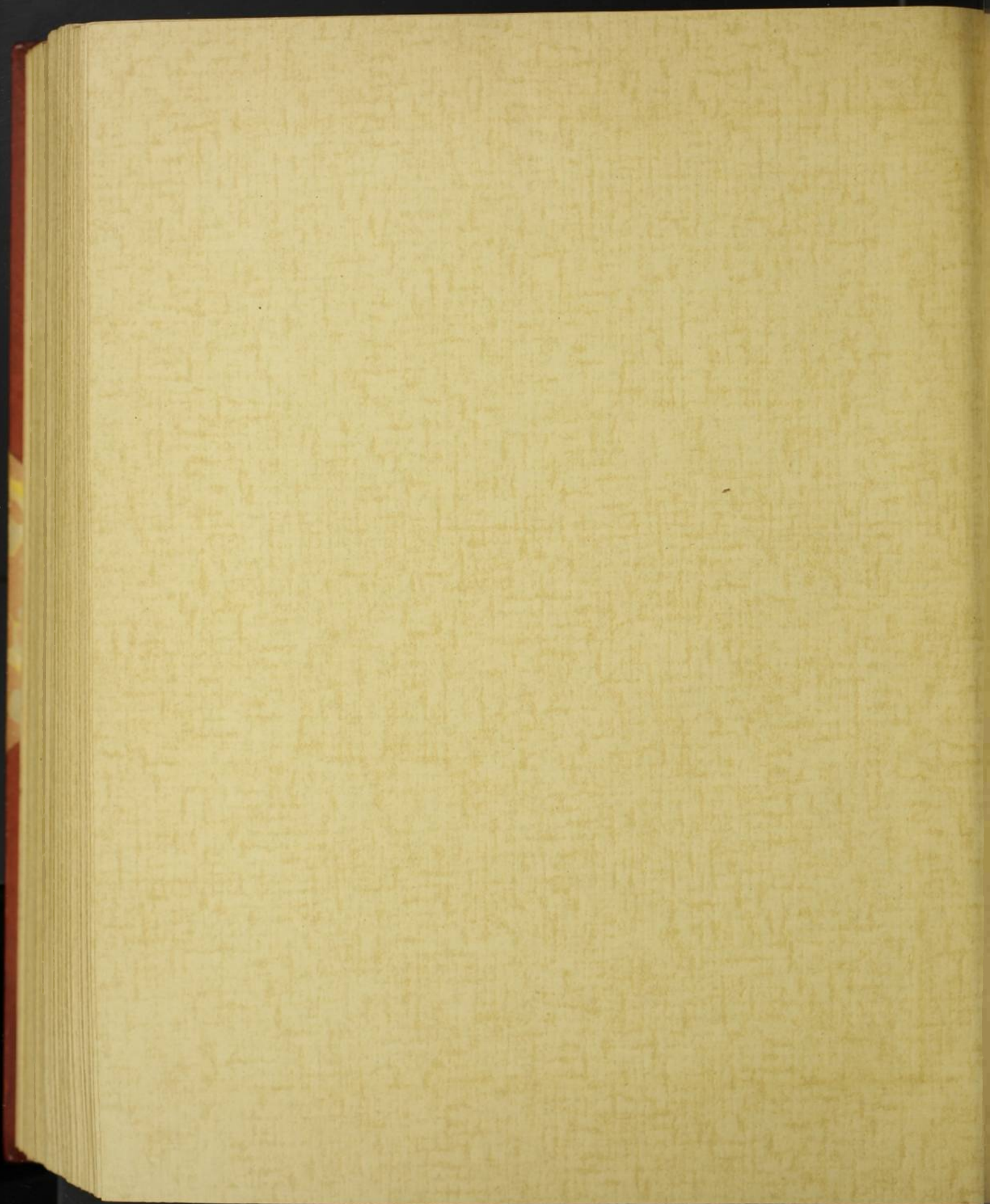




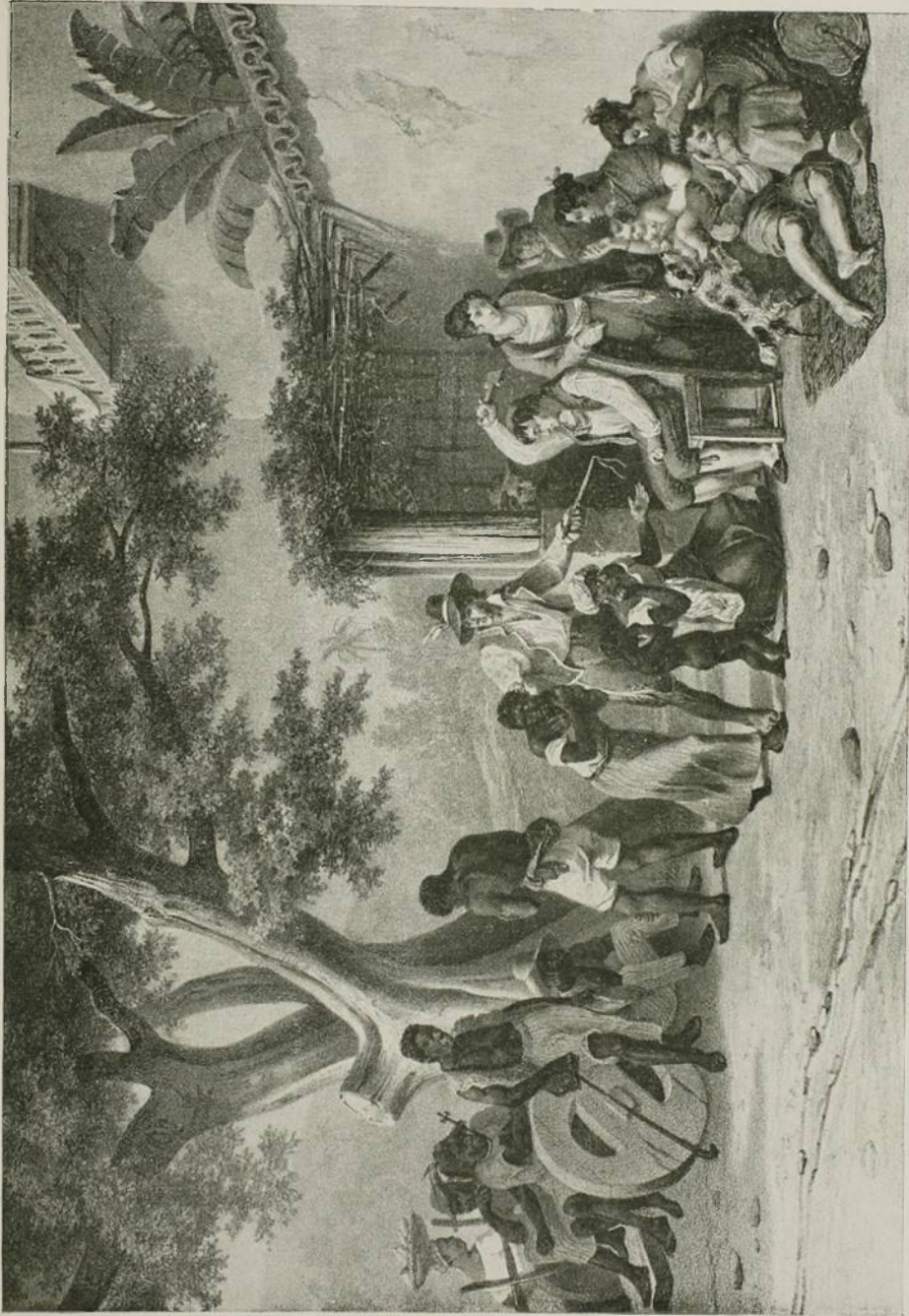


ENGENHO DE AÇÚCAR



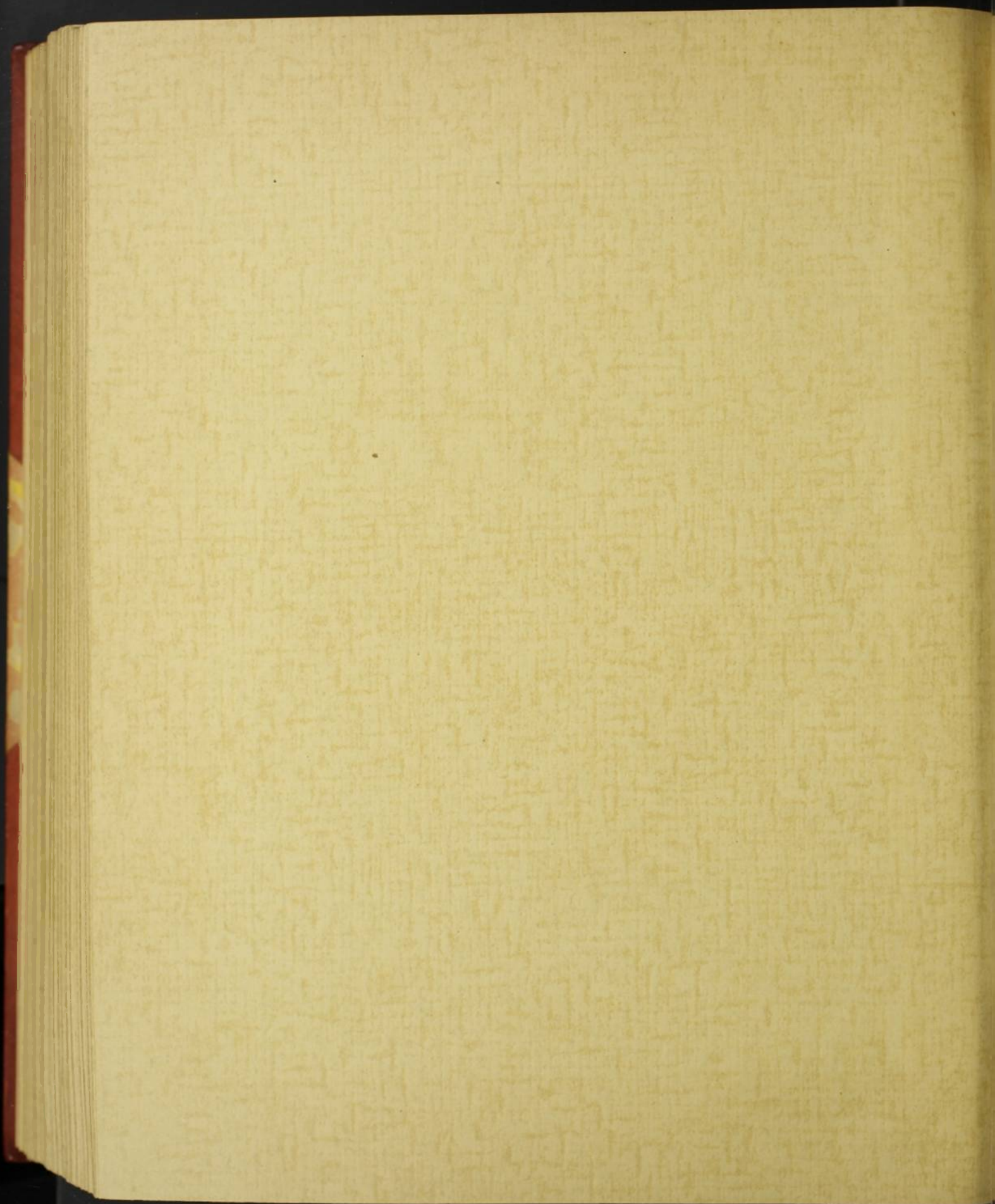




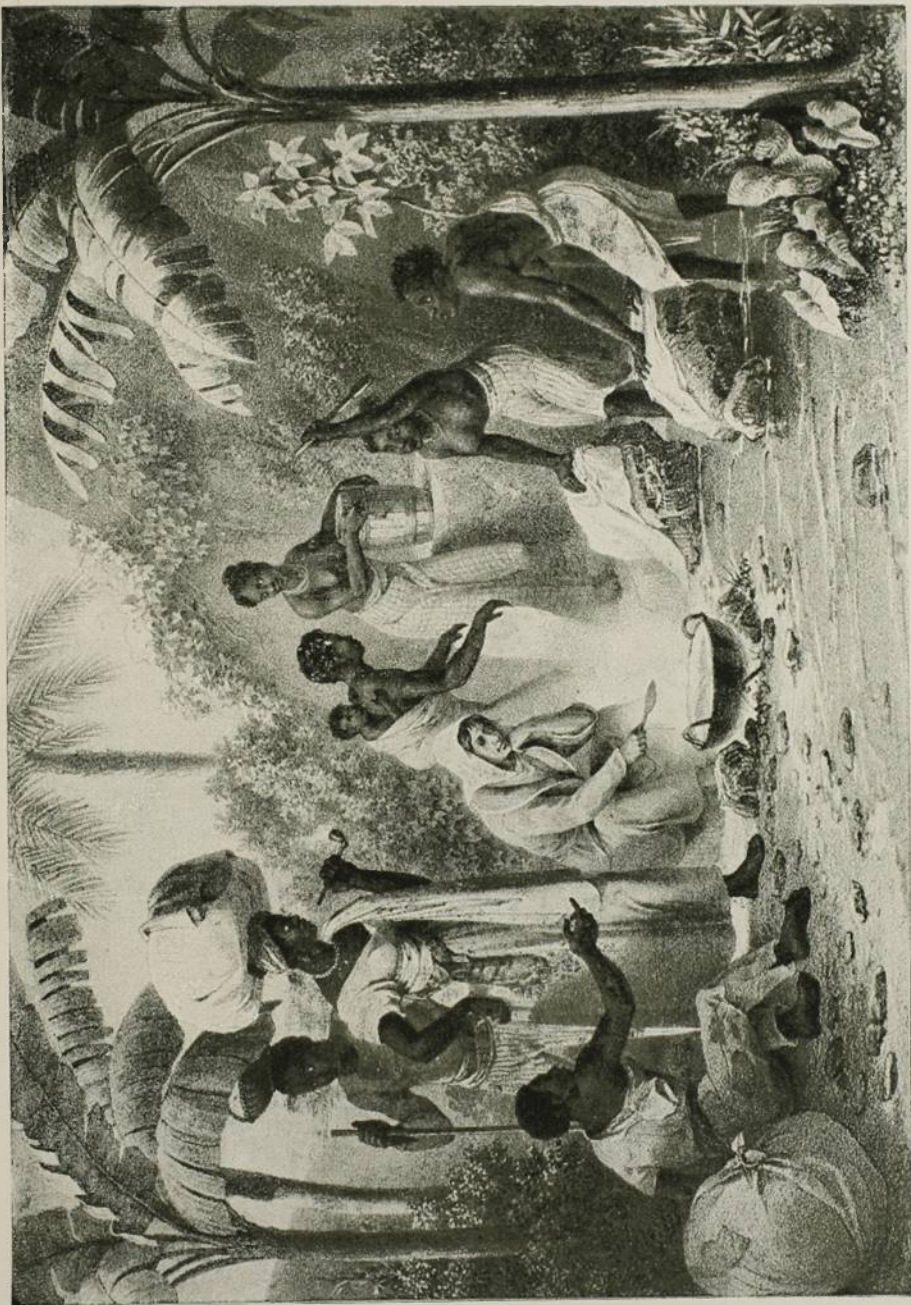


CASTIGOS DOMÉSTICOS



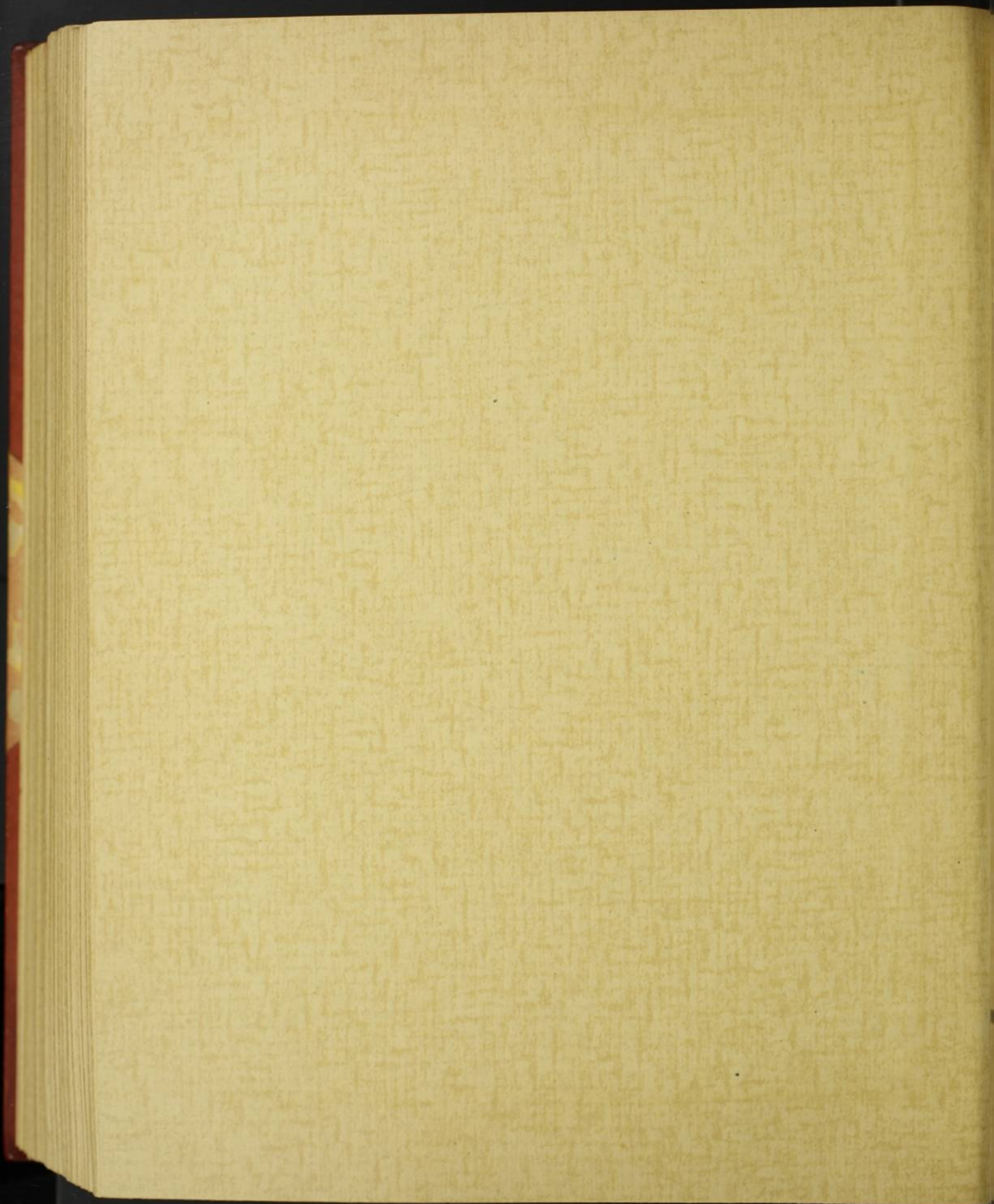




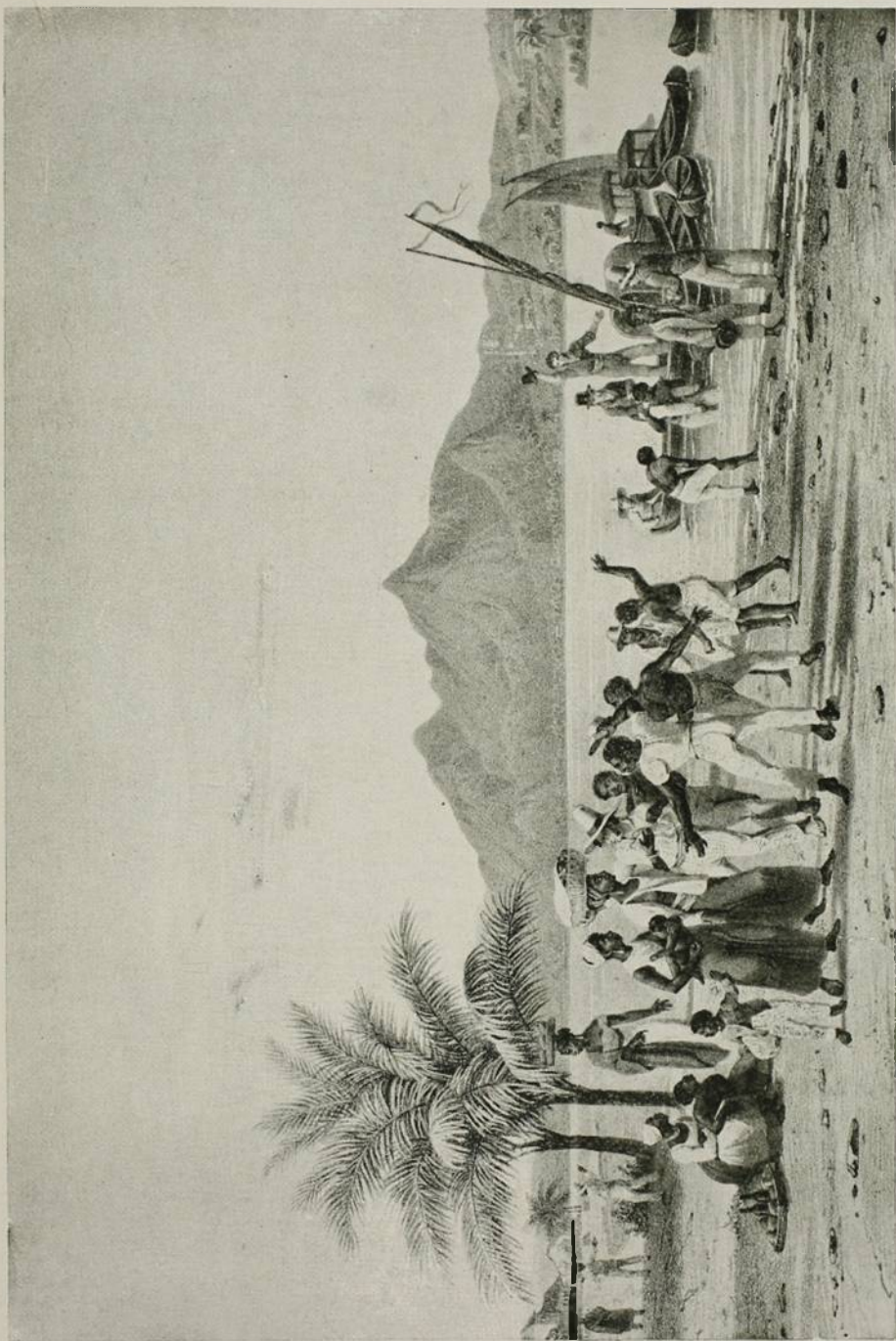


LAVADEIRAS NO RIO DE JANEIRO



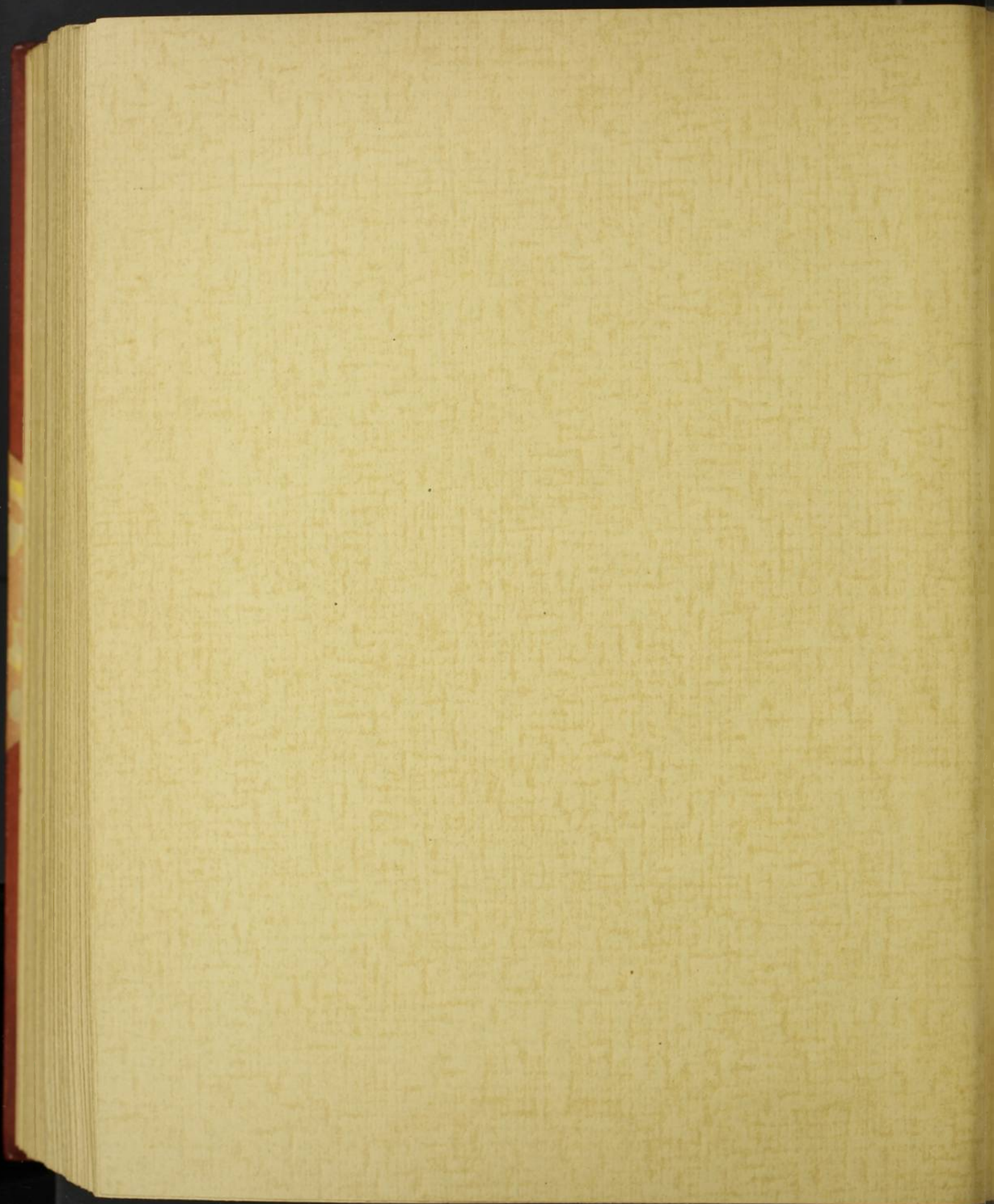




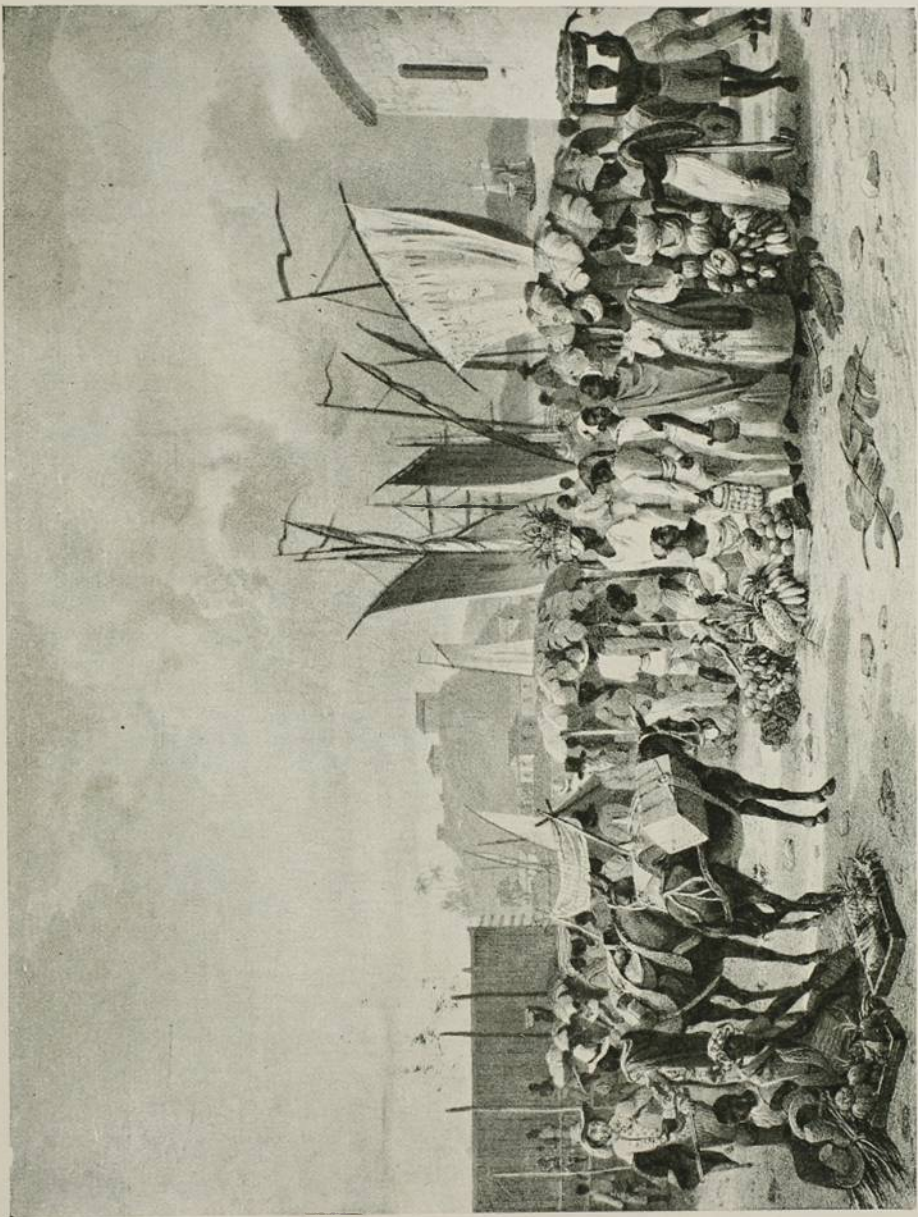


MARINHEIROS



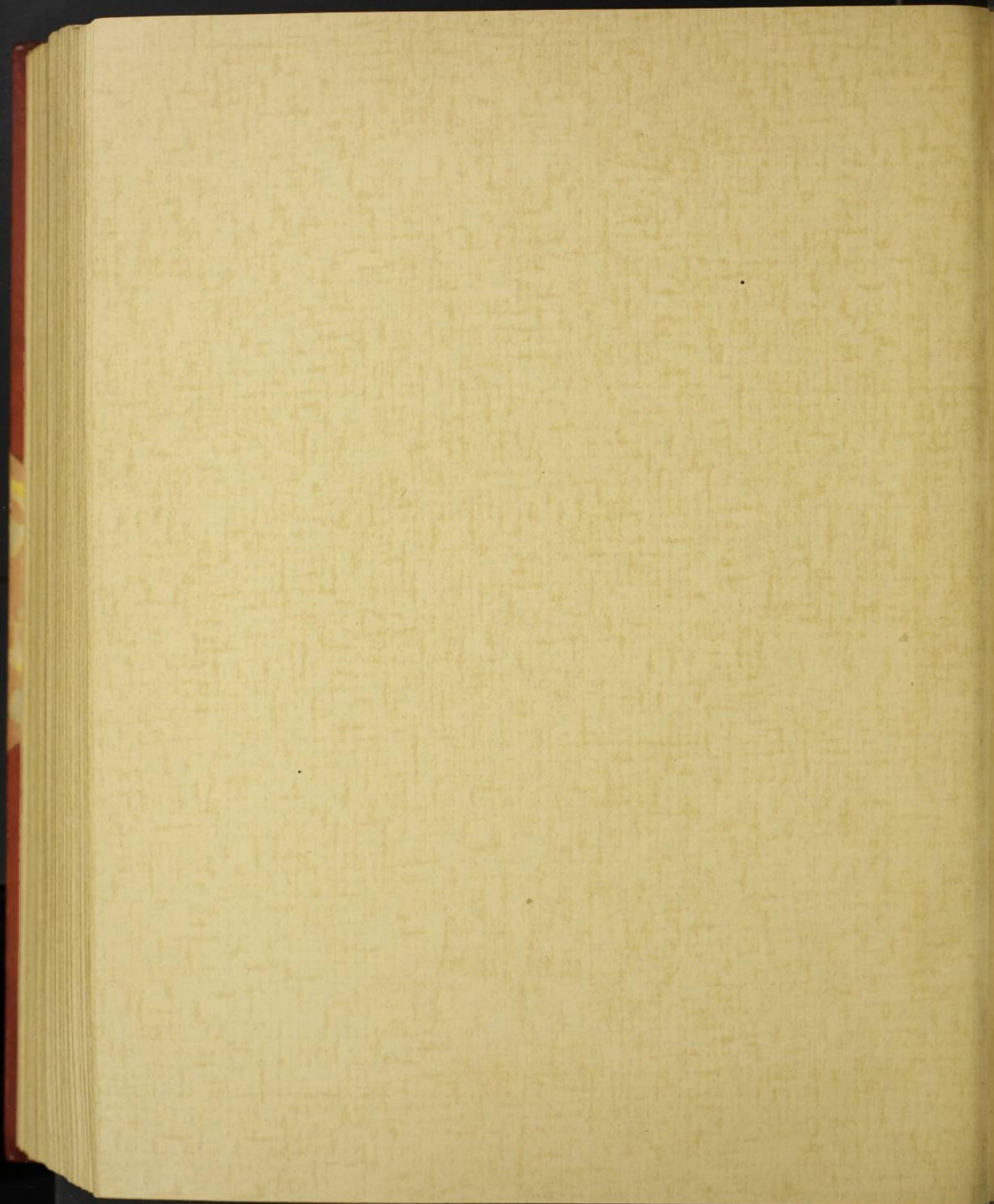




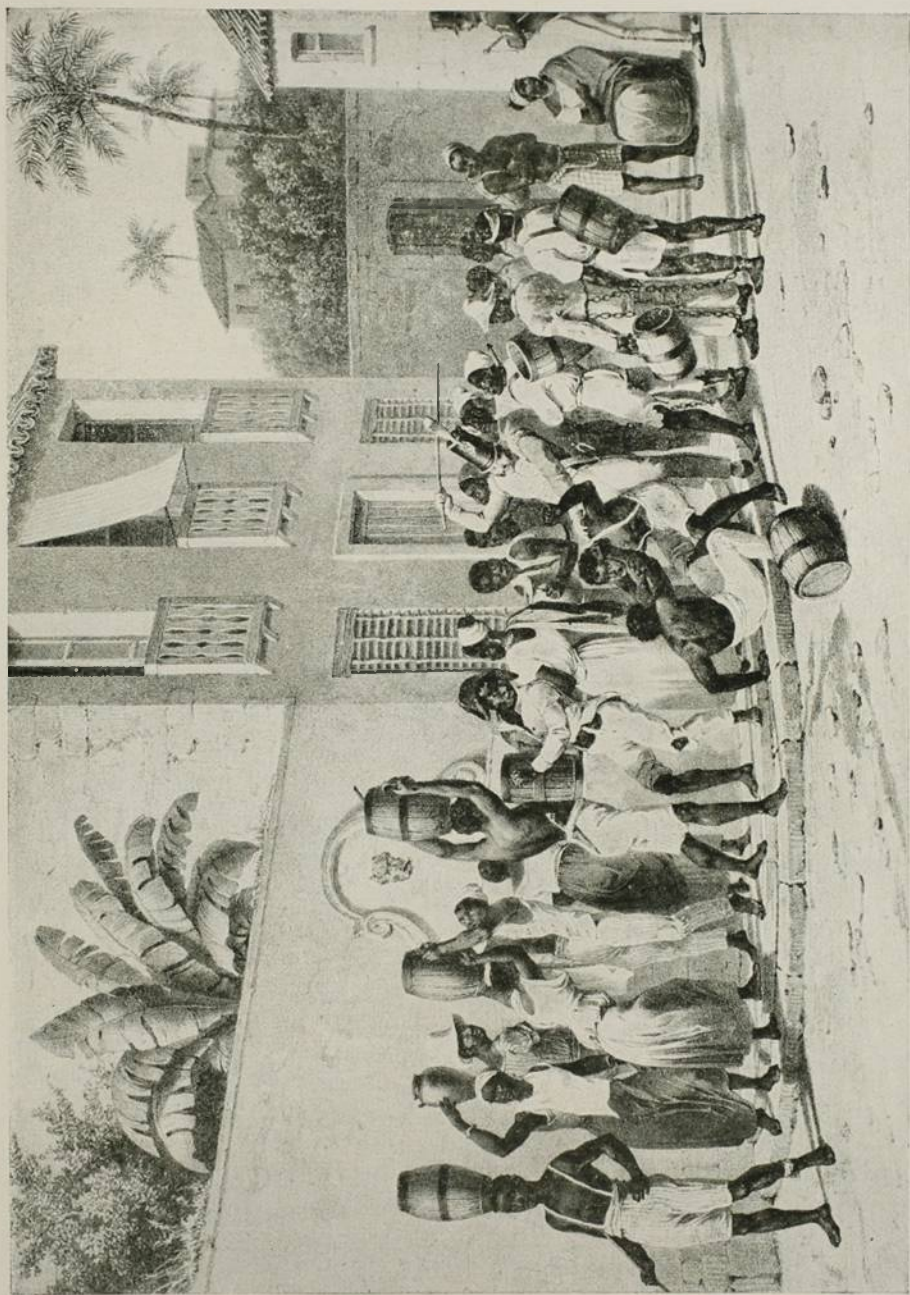


MERCADO NA BAIÁ DOS MINEIROS



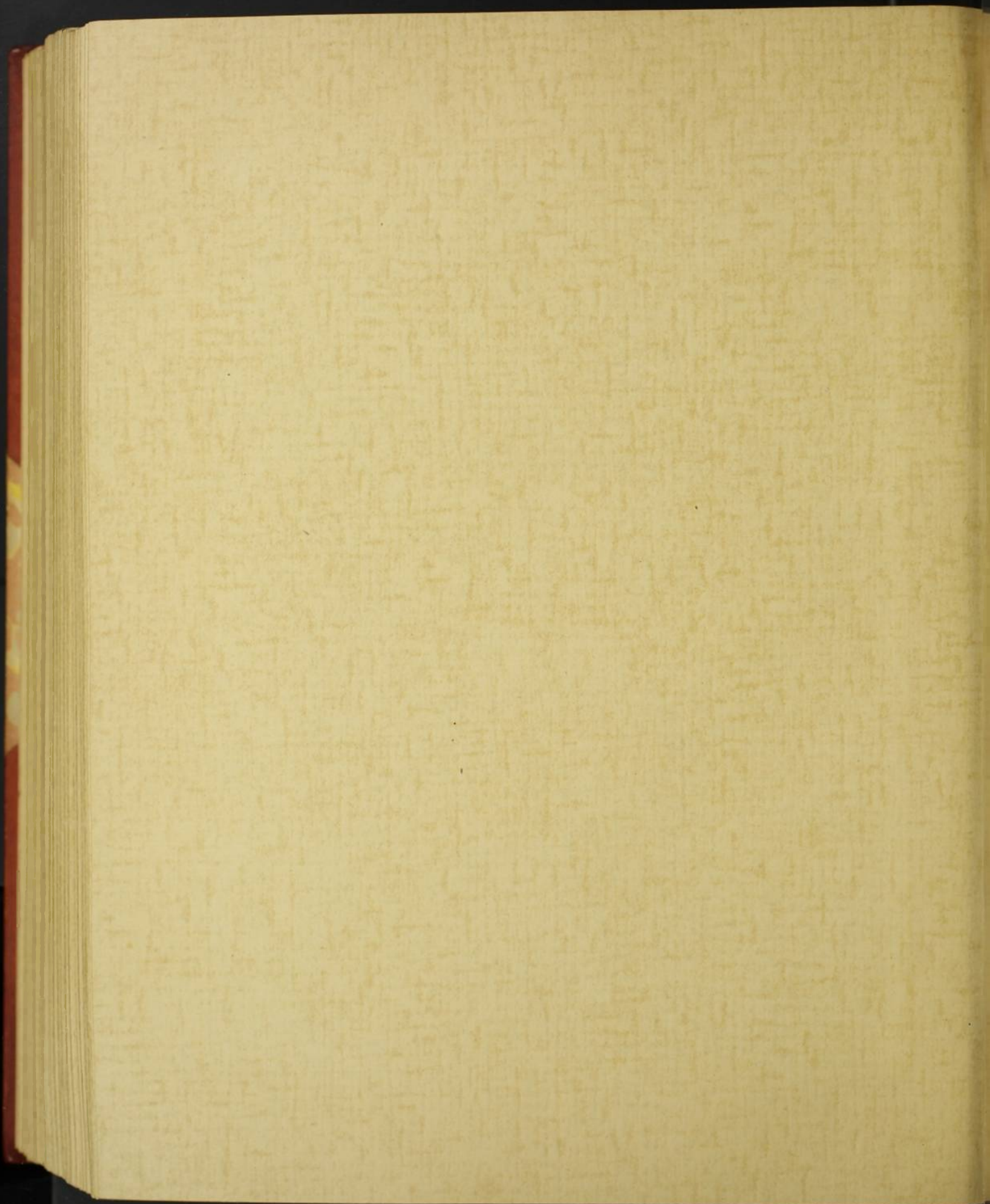






CARRGADORES DE AGUA.



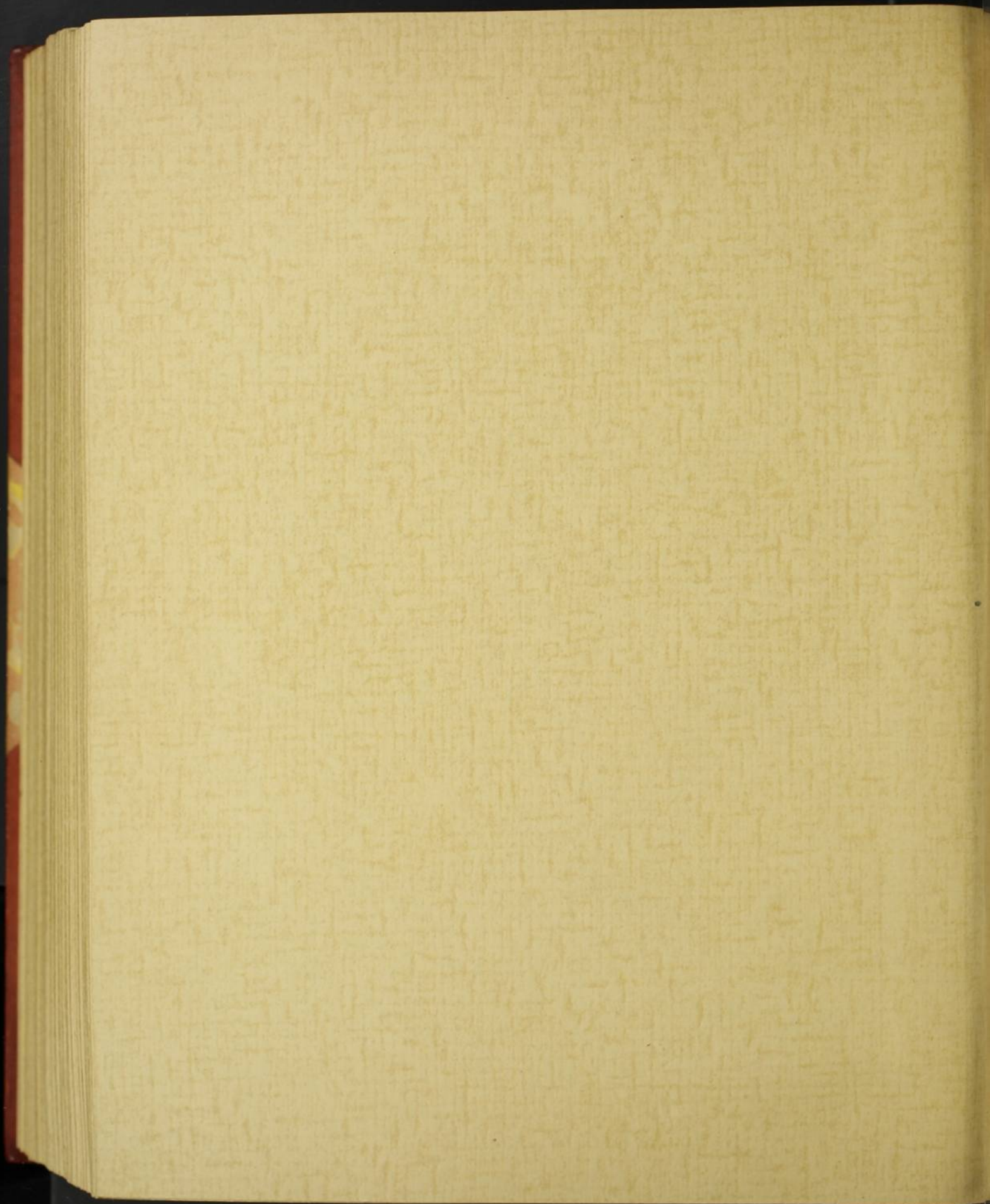




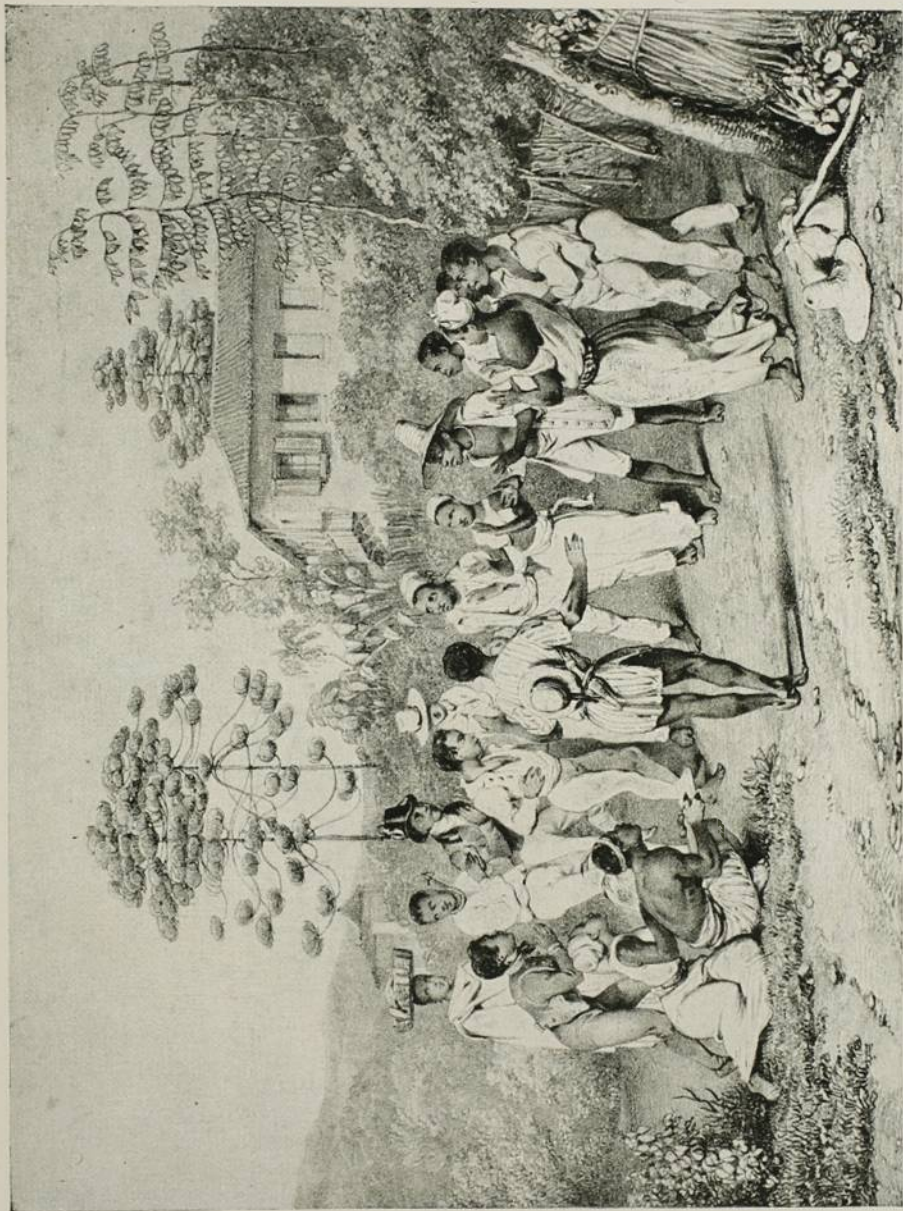


CASTIGO PUBLICO NA PRAÇA DE SANT'ANNA



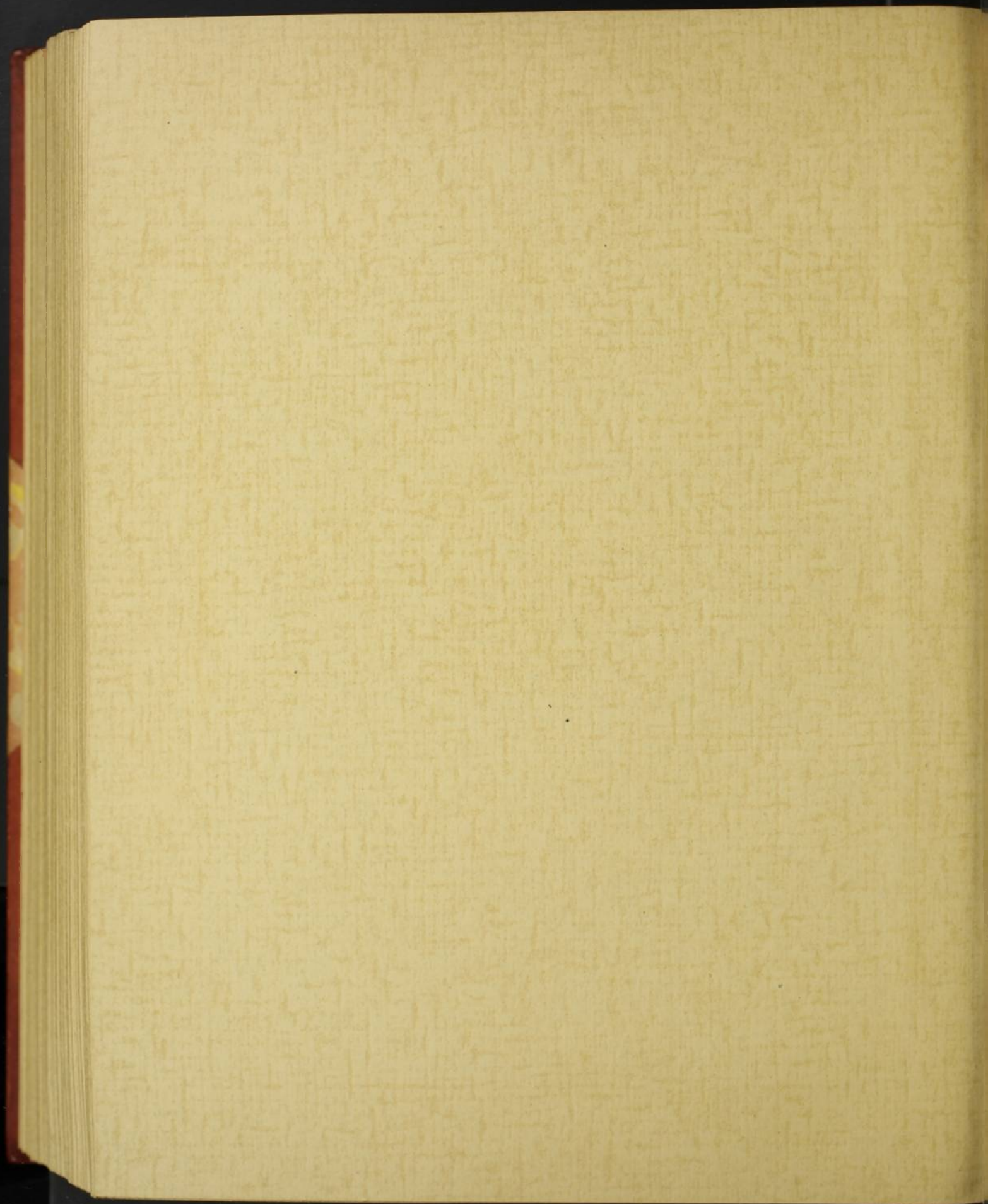




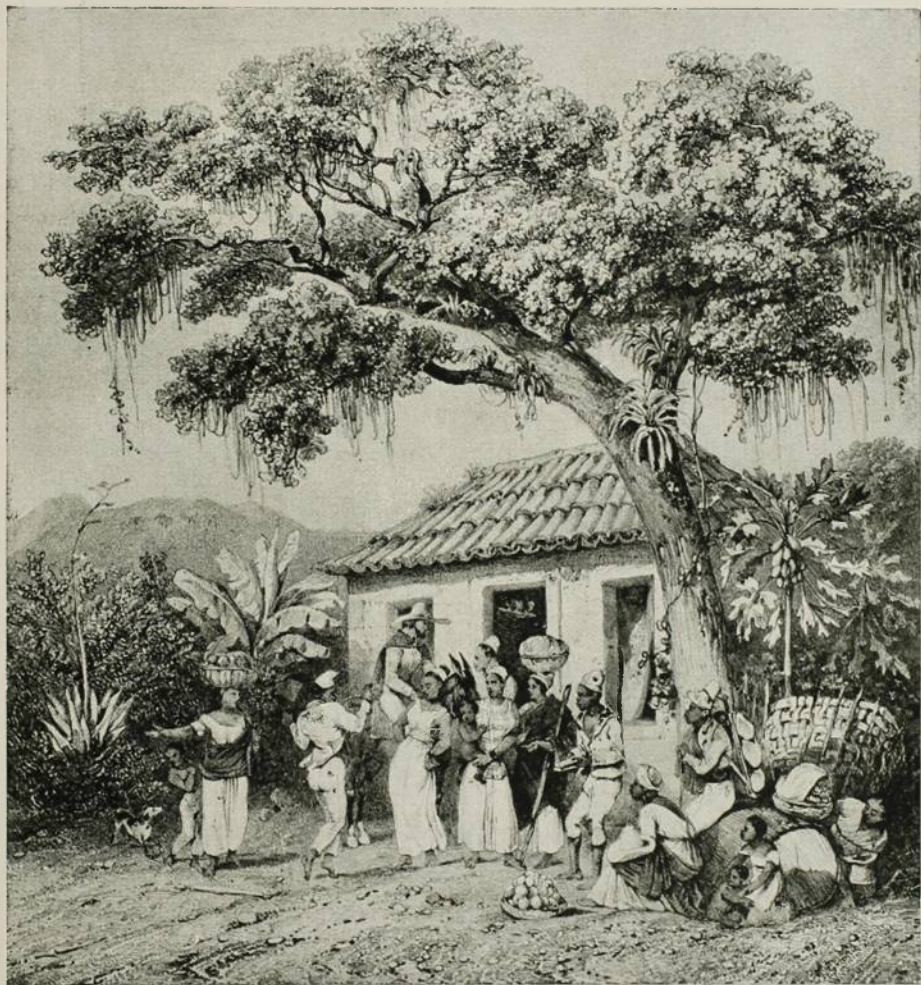


BATUQUE



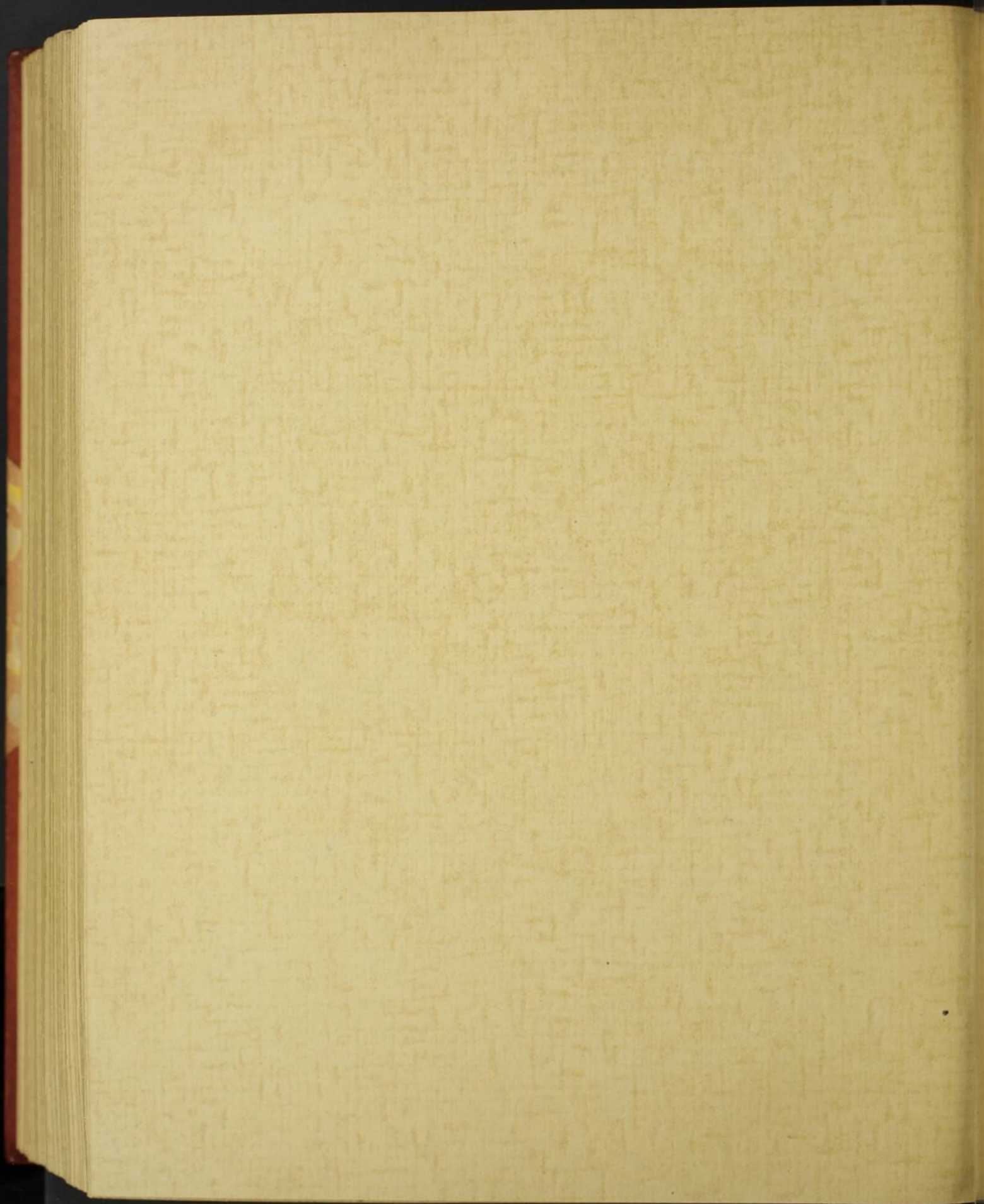




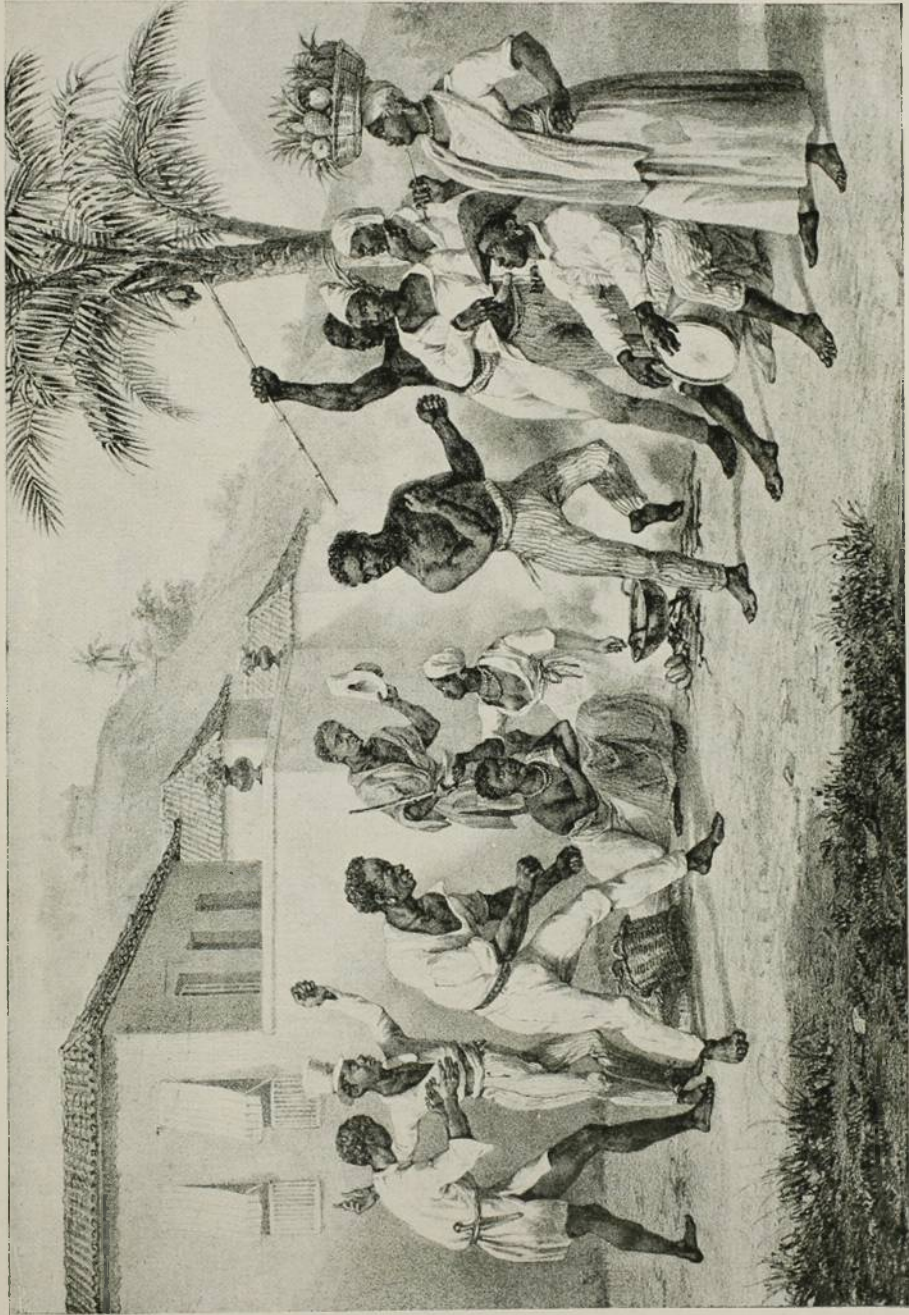


LUNDÚ



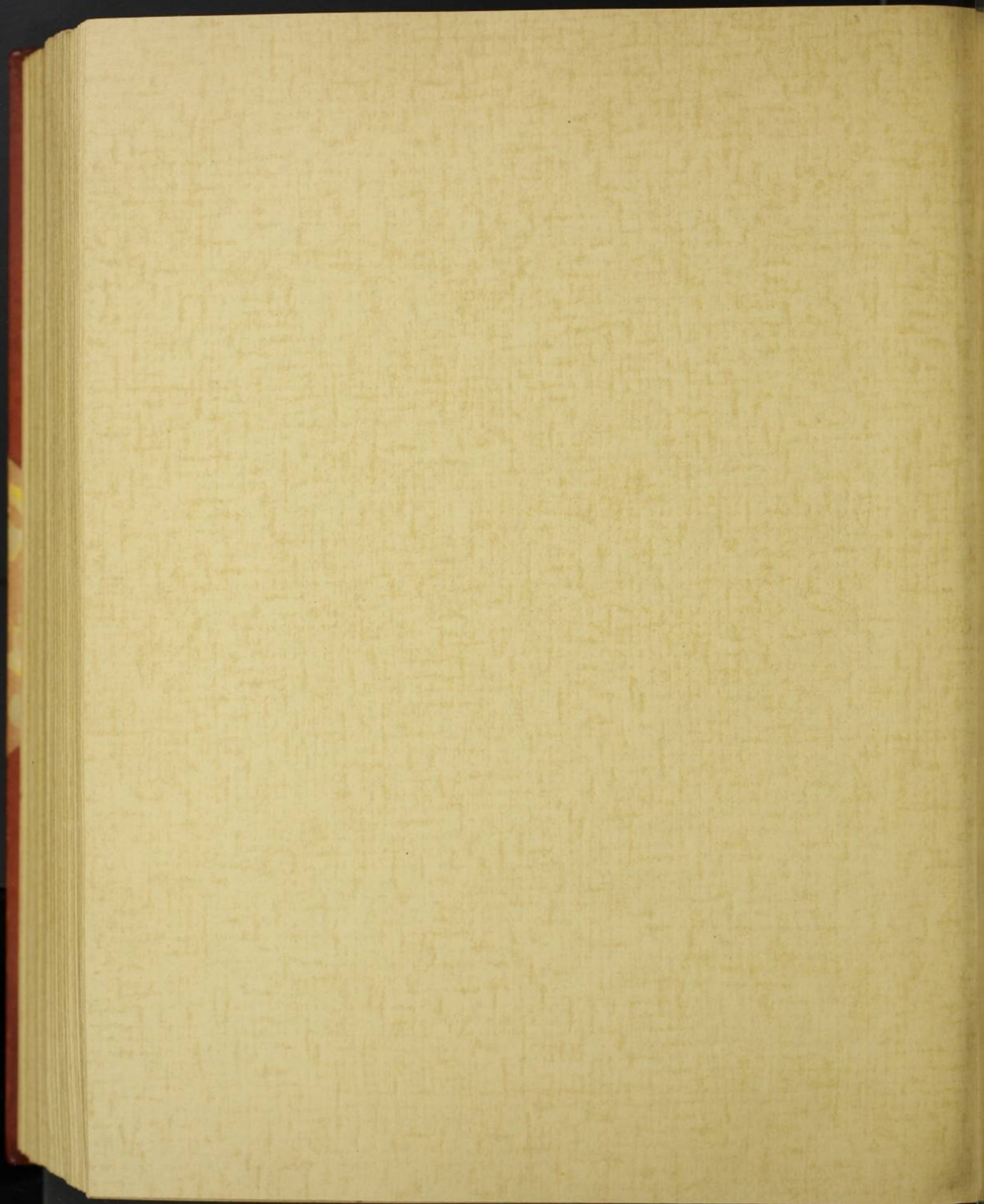




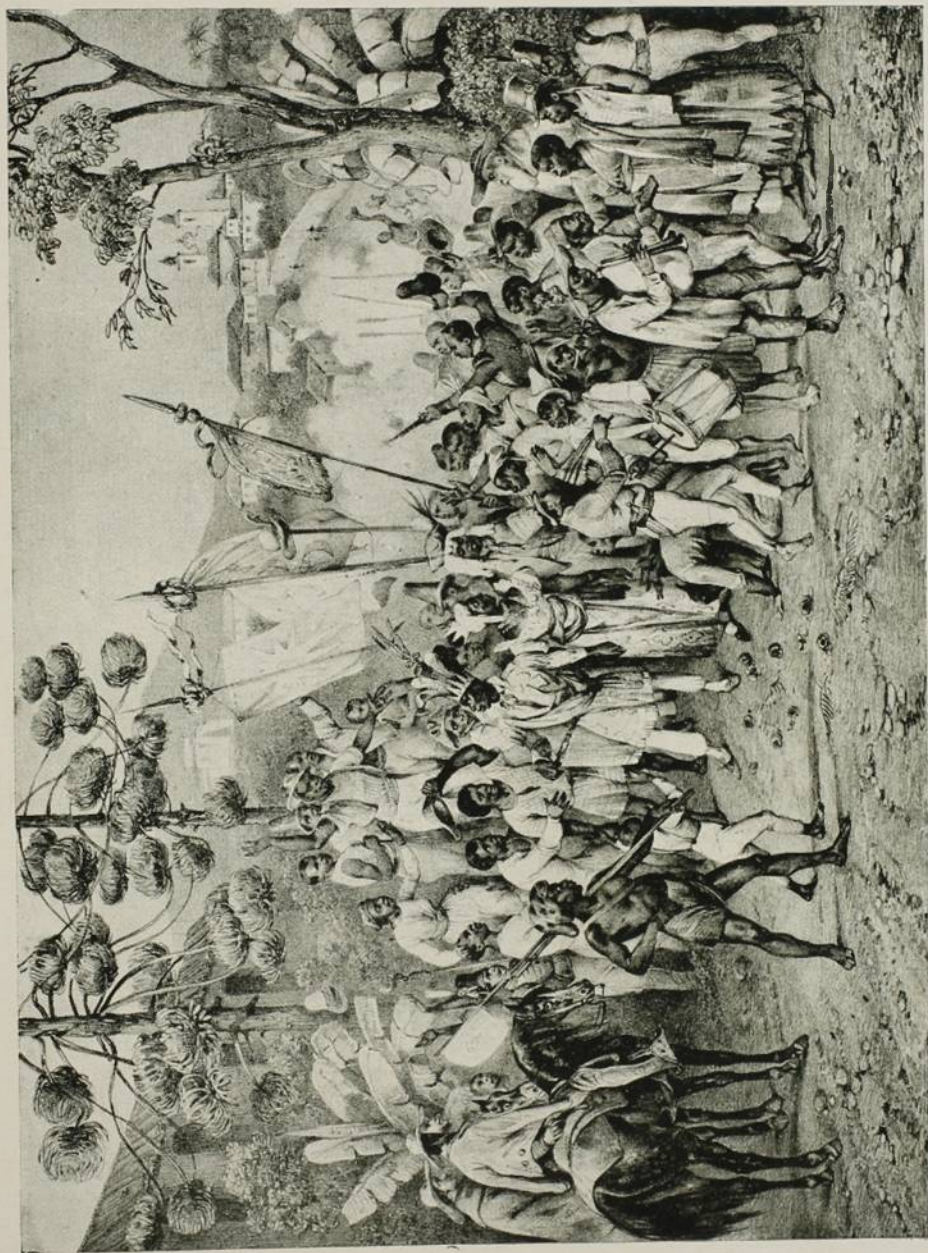


JOGO DA CAPOEIRA



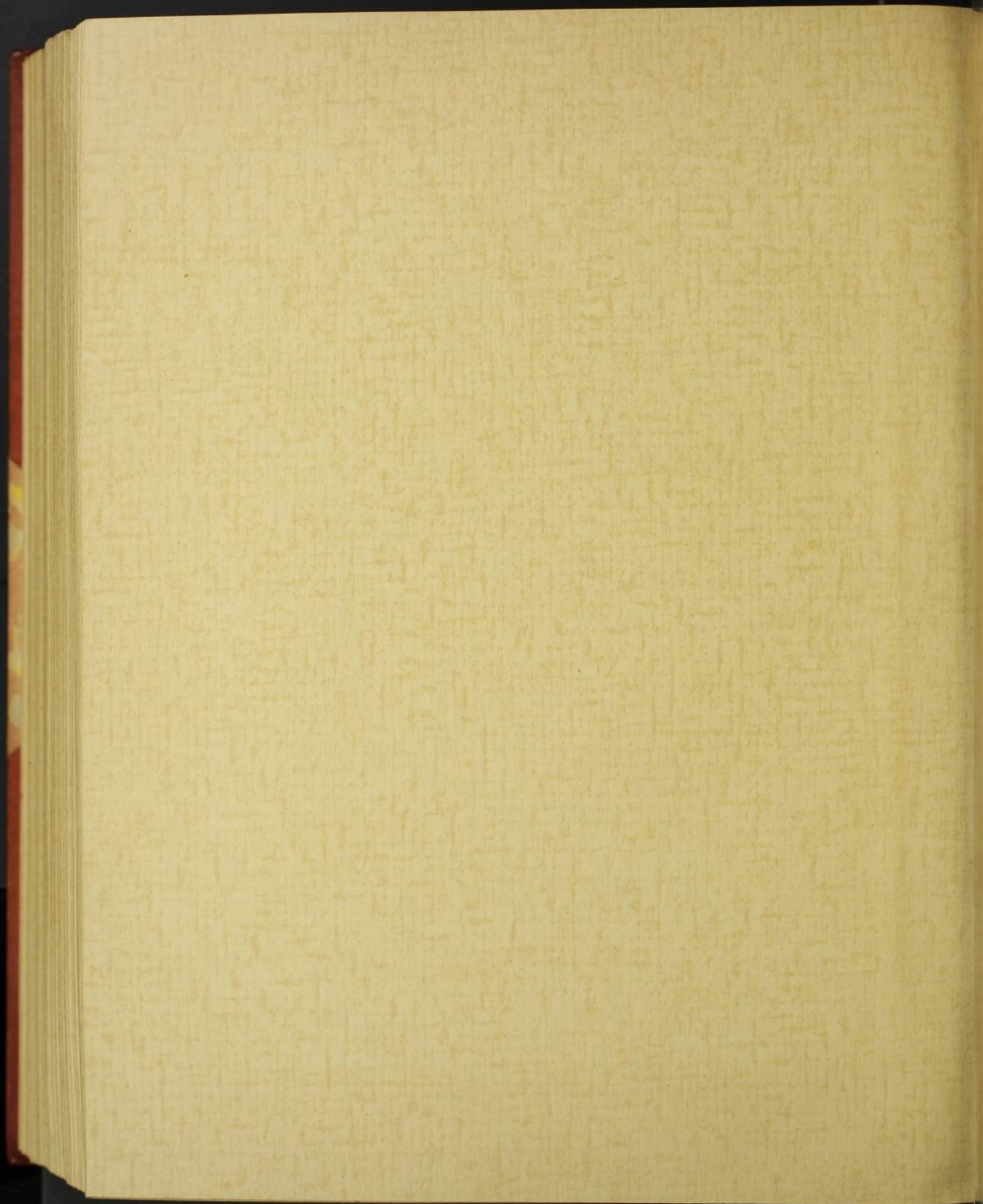




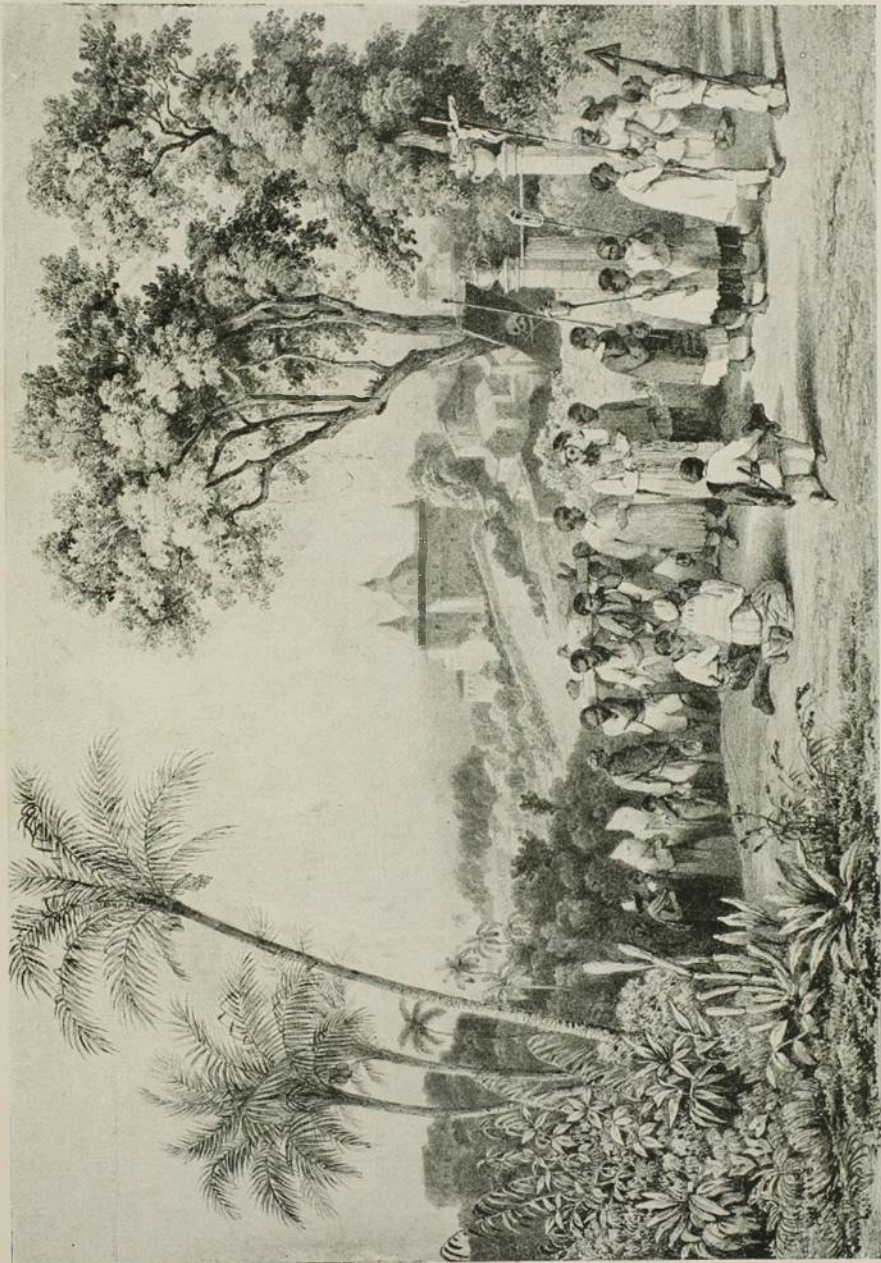


FESTA DE N. S. DO ROSÁRIO, PADROEIRA DOS NEGROS



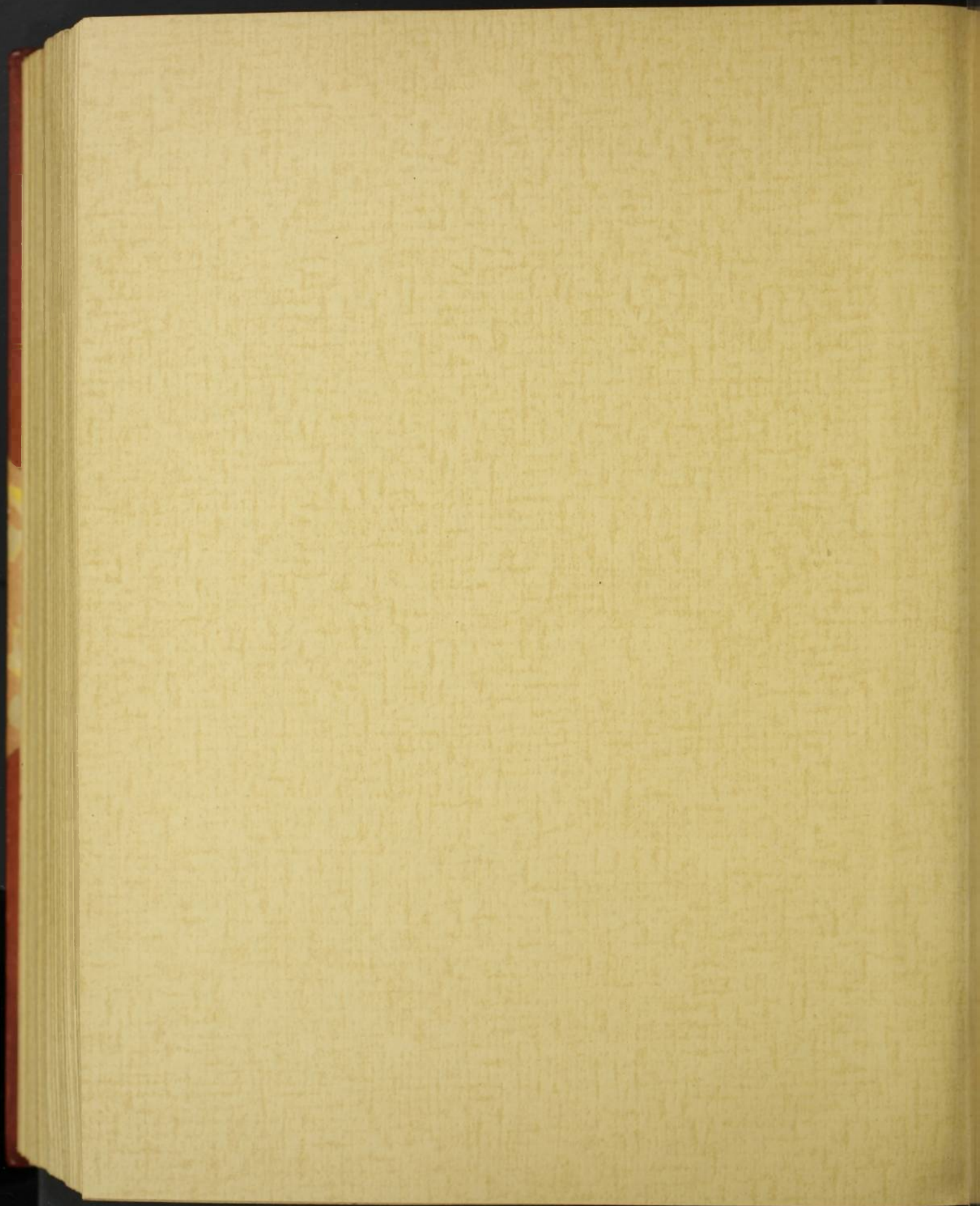






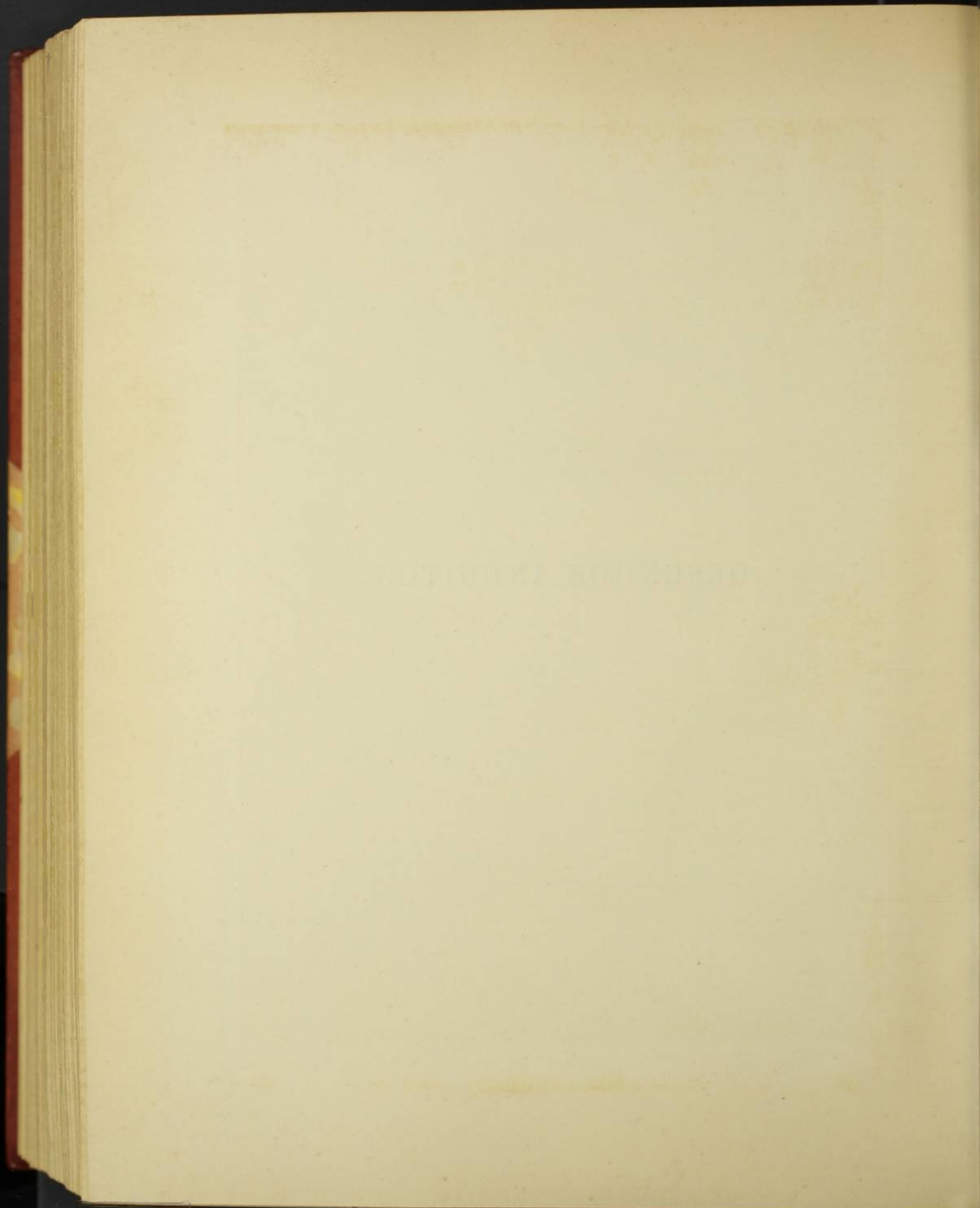
ENTERRO DE UM NEGRO



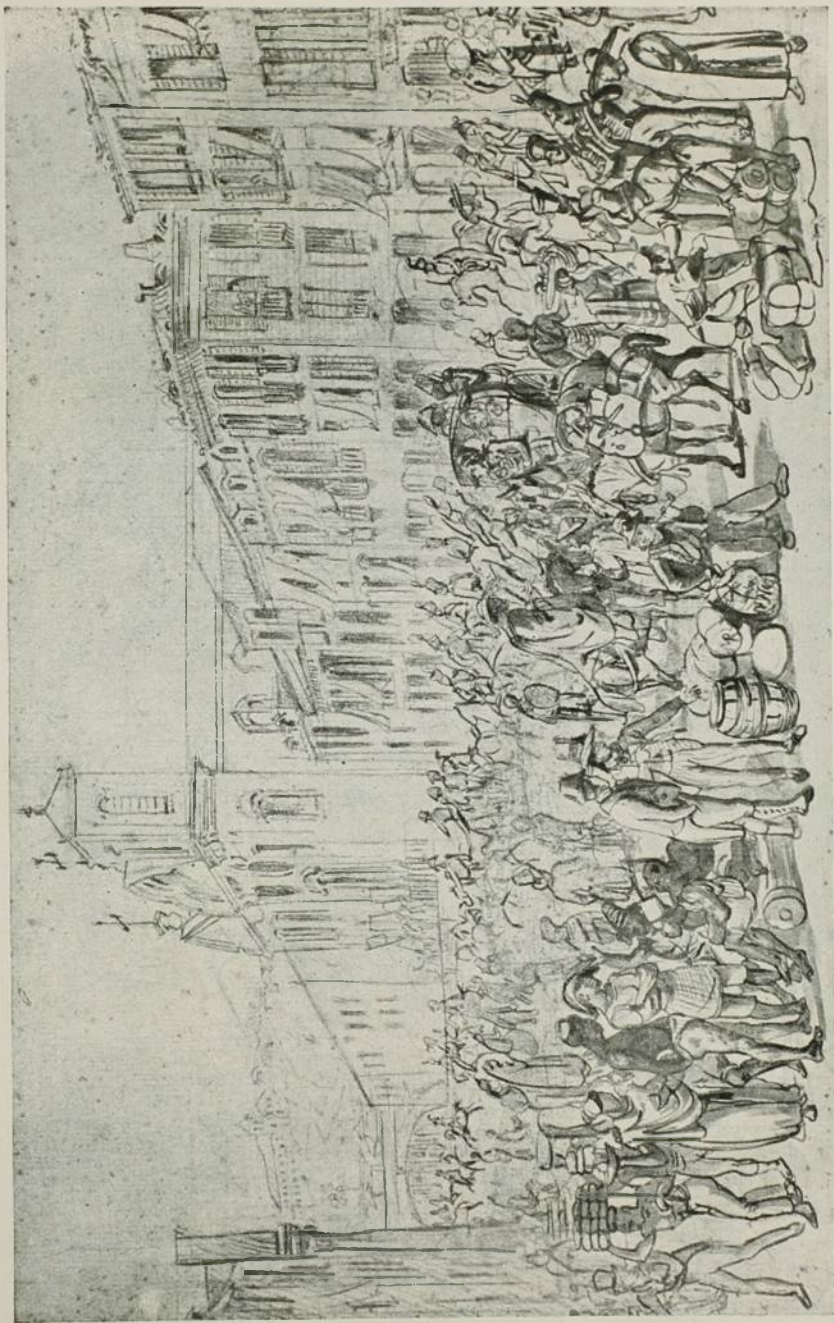




DESENHOS INÉDITOS

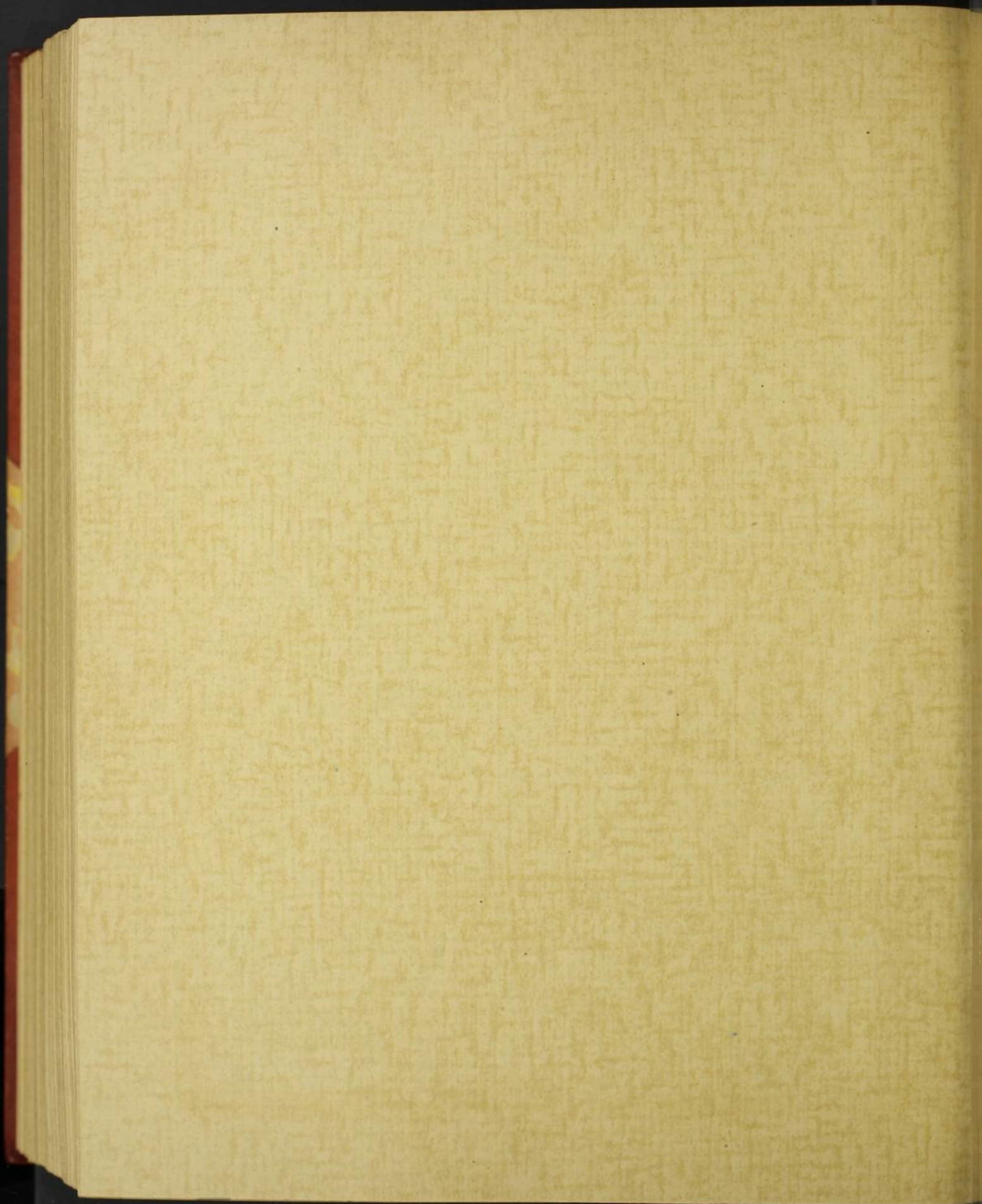






RUA DIREITA — RIO DE JANEIRO  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)

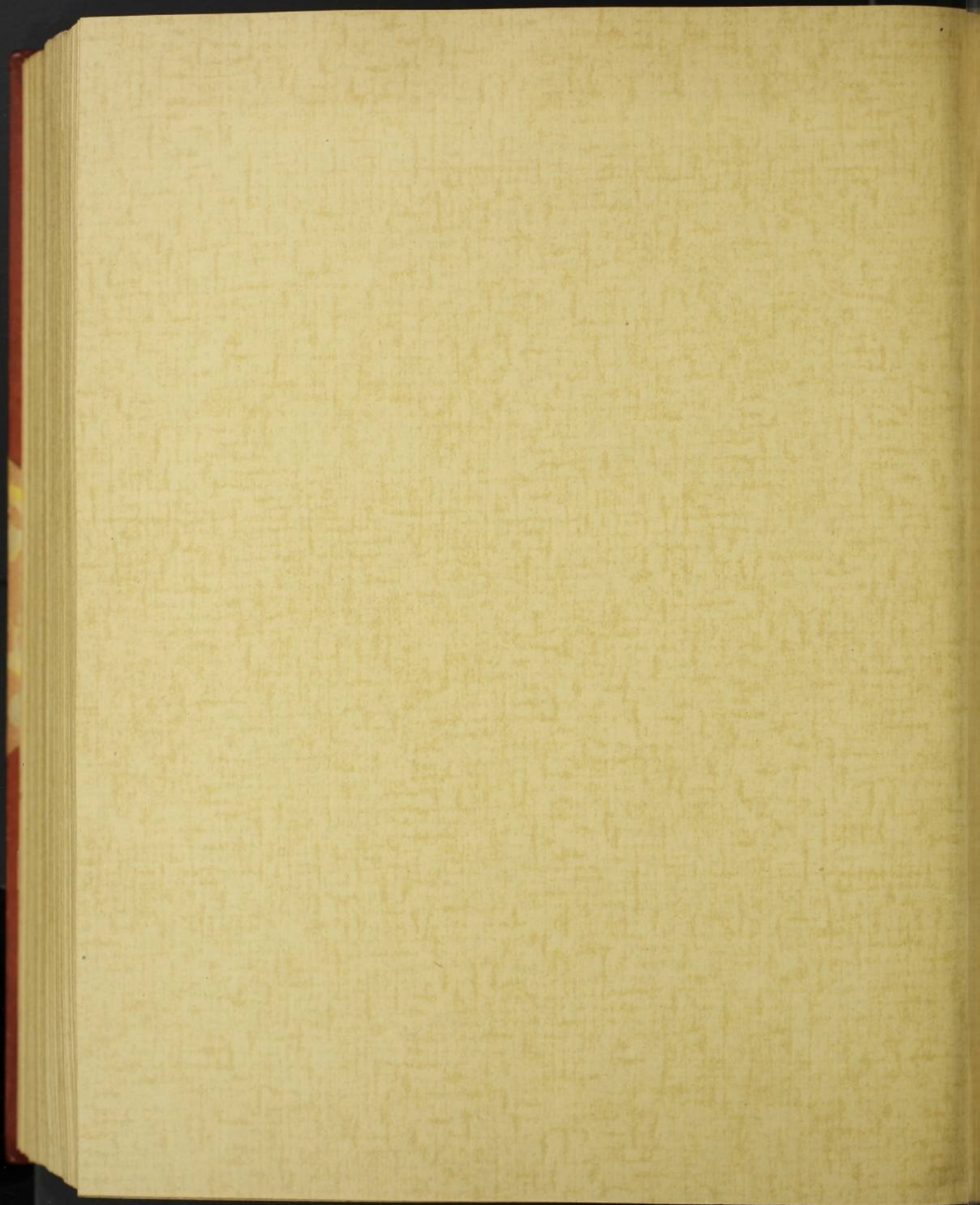








CAÇADOR  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)

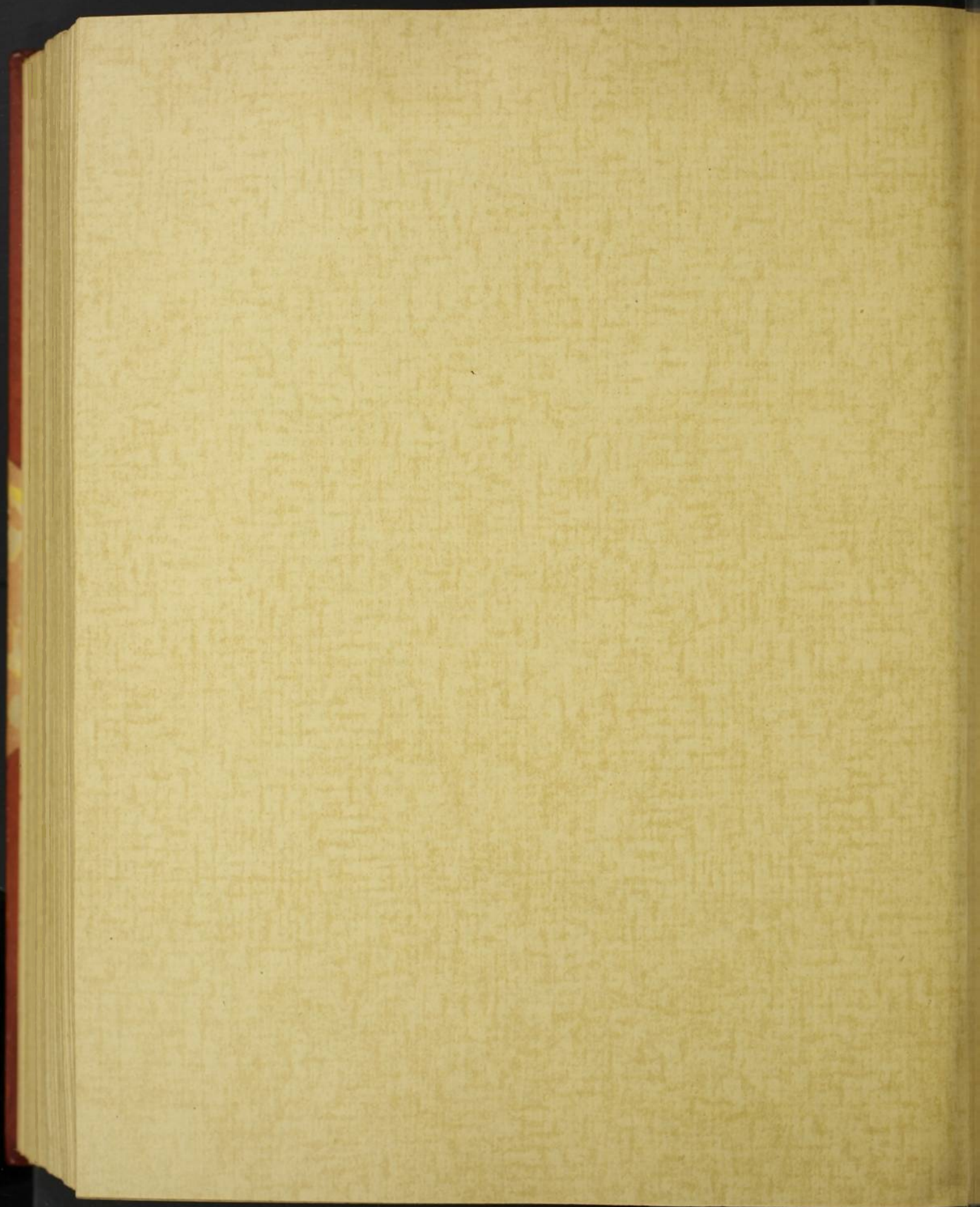




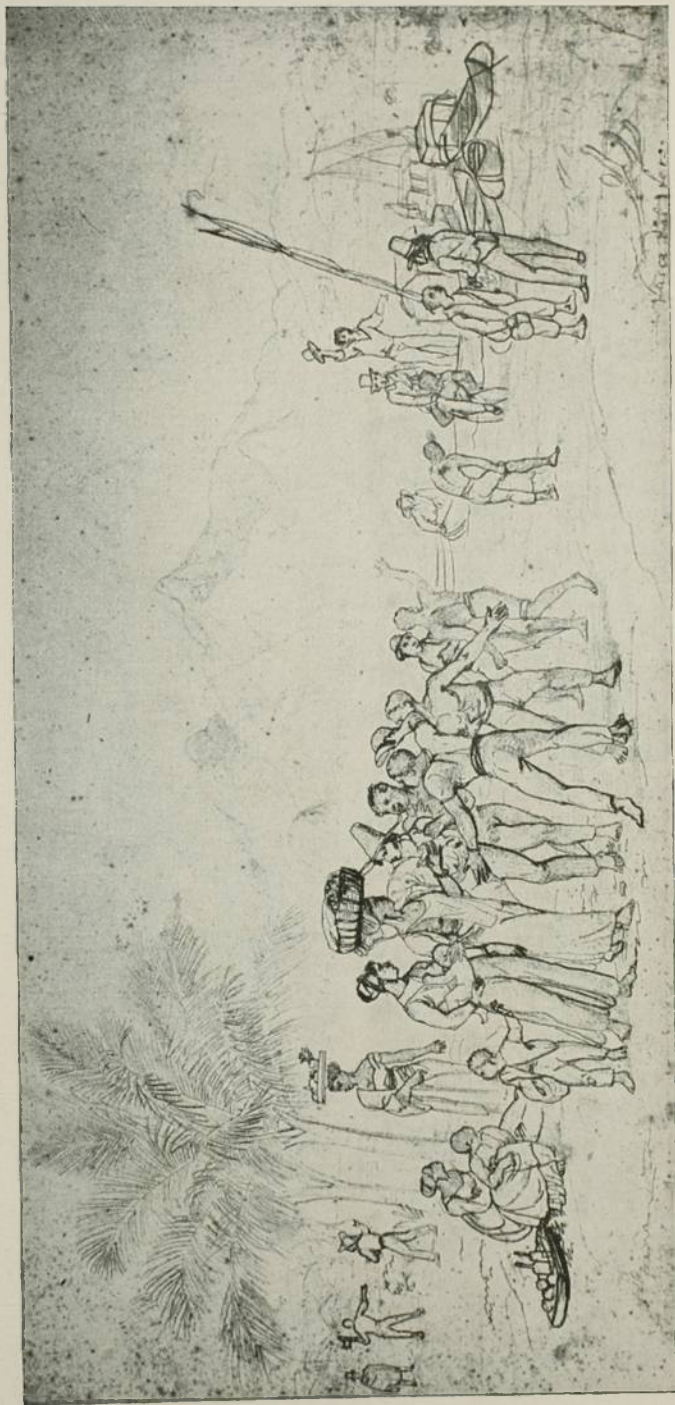


NEGRO  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)



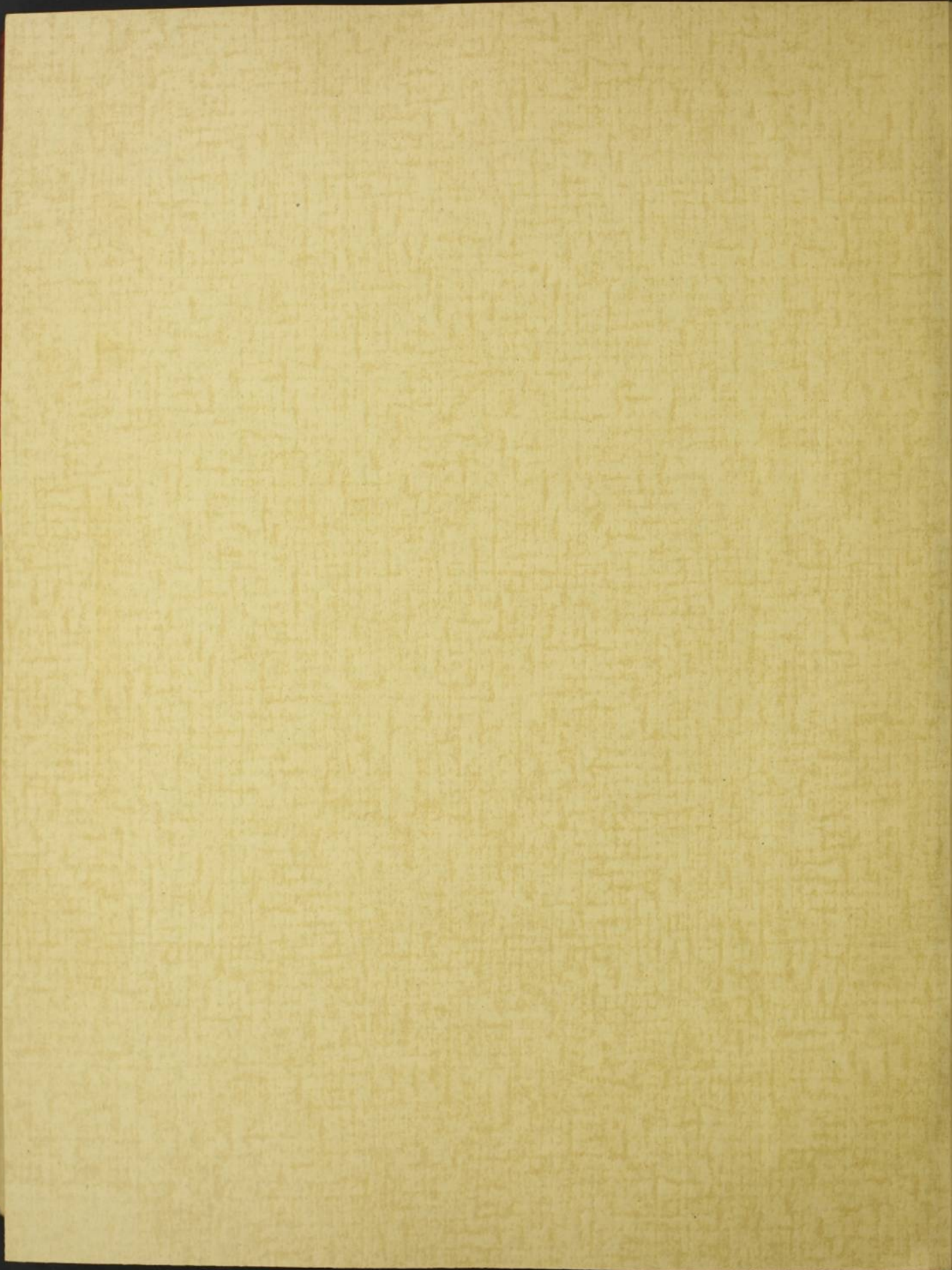




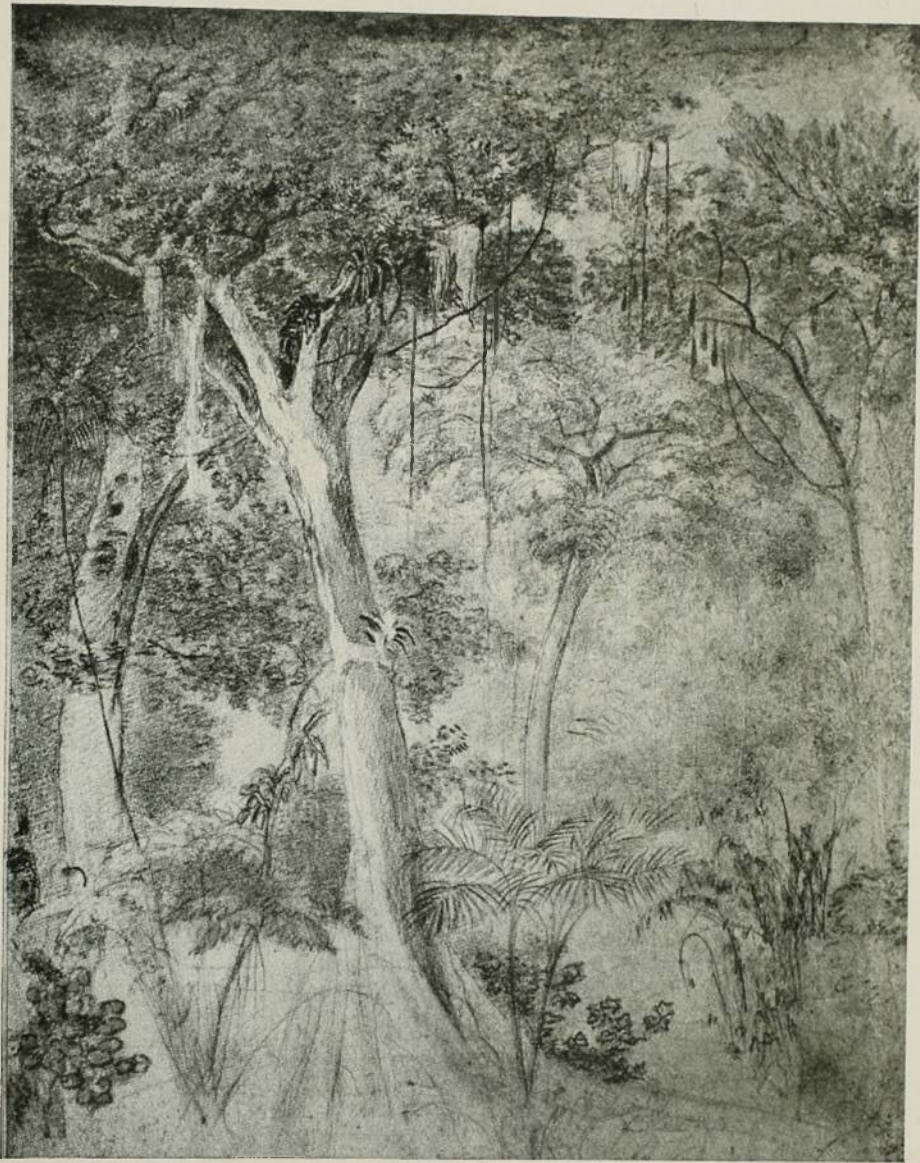


MARINHEIROS  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)



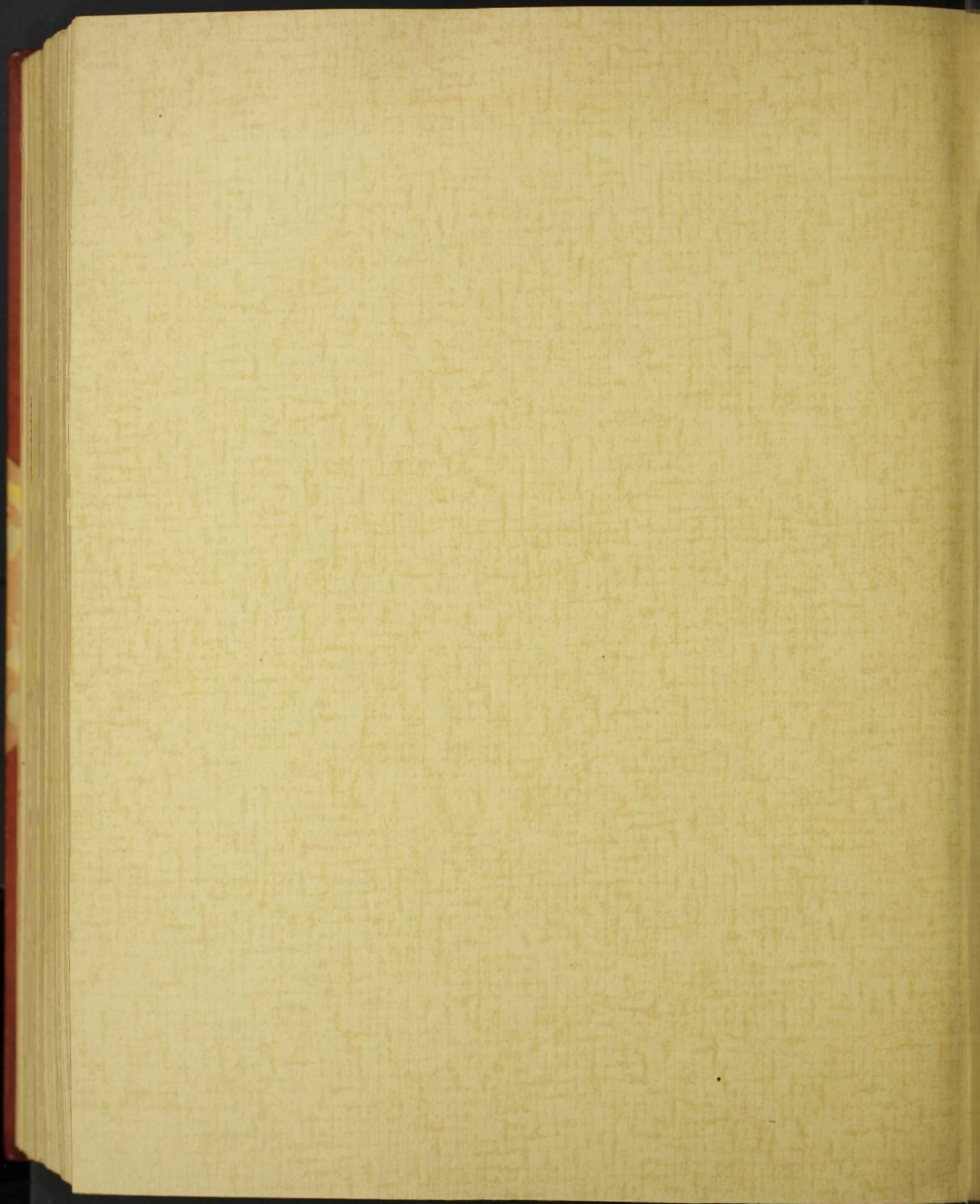




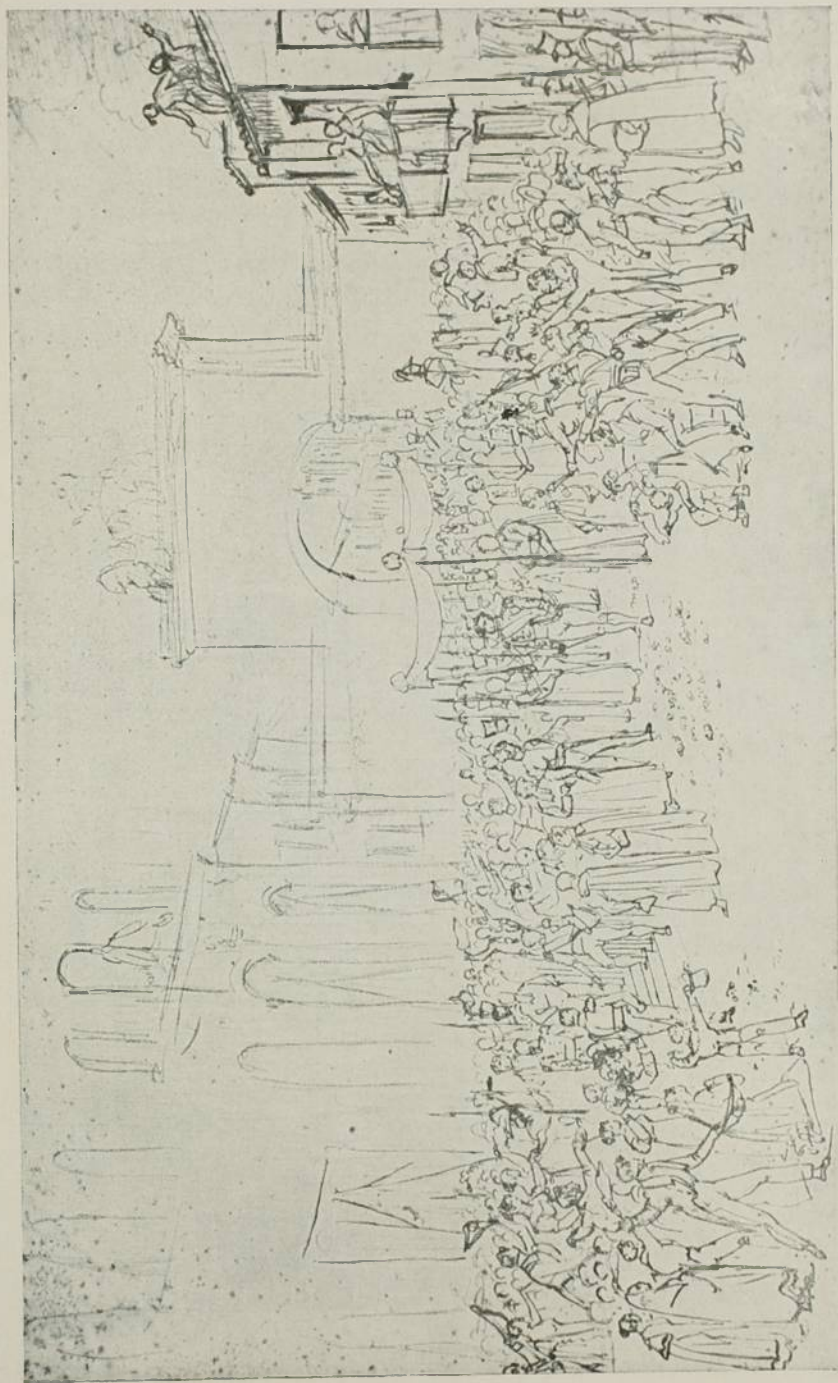


MATA VIRGEM  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)



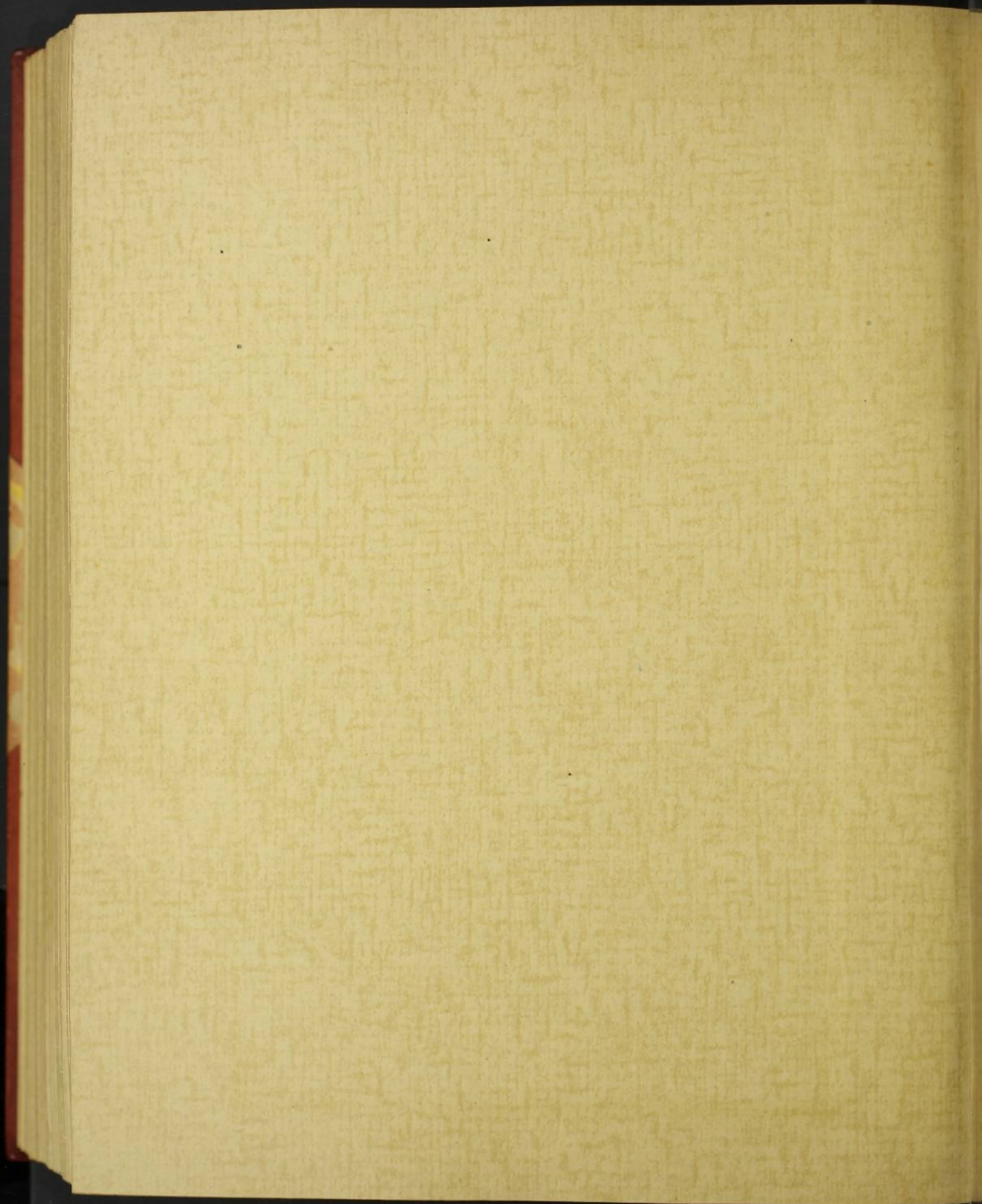




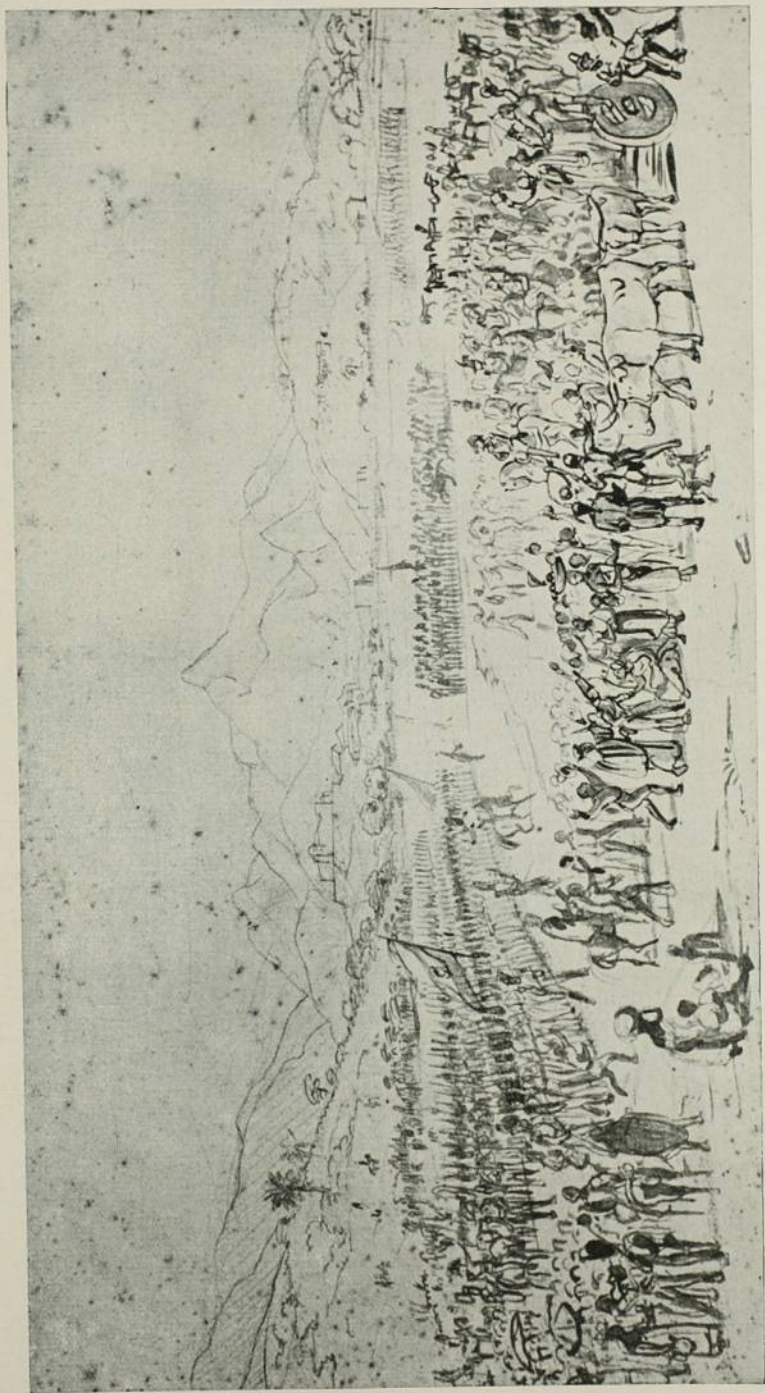


CORTEJO IMPERIAL  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)



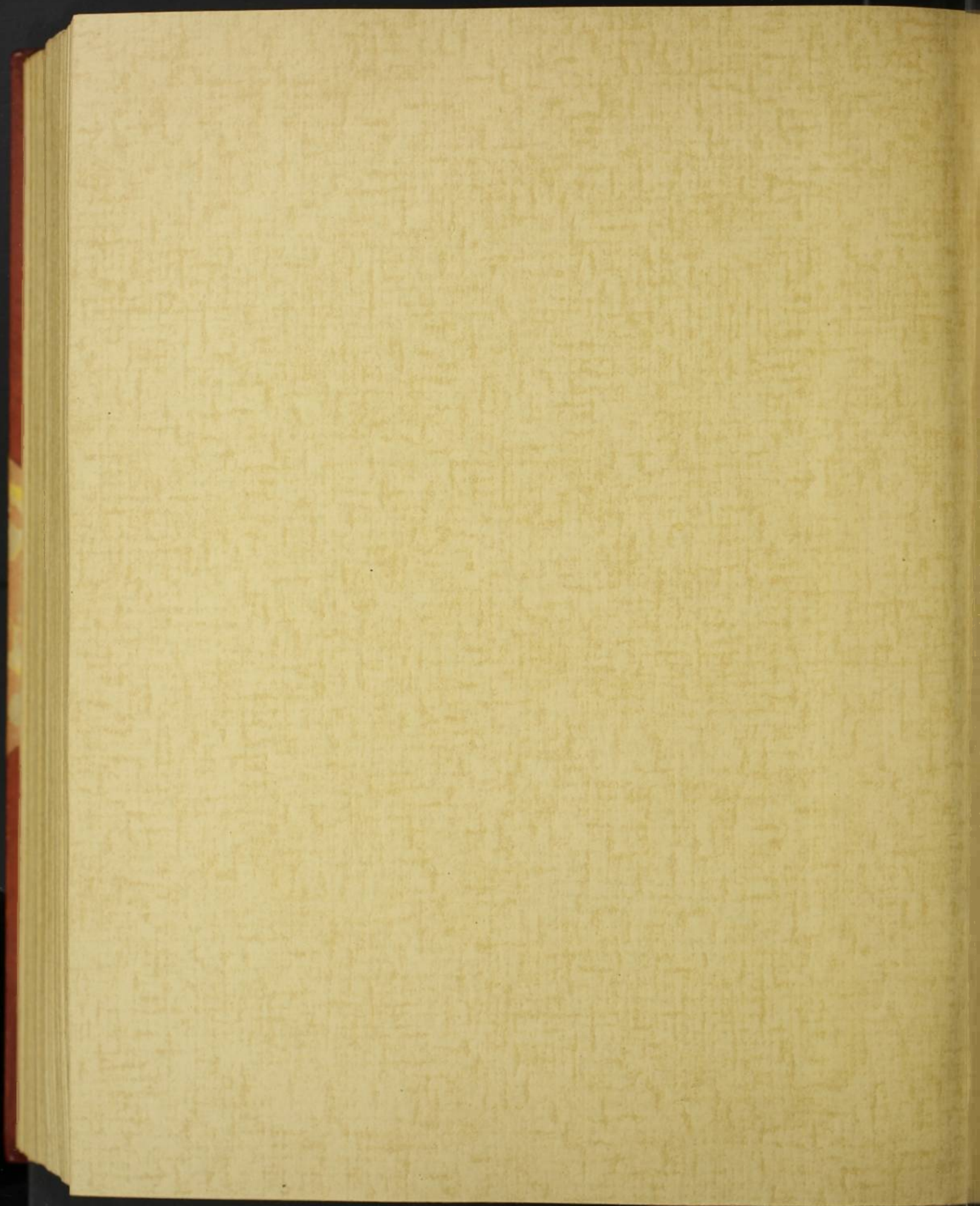






SÃO CRISTÓVÃO  
(Col. Biblioteca Municipal de São Paulo)

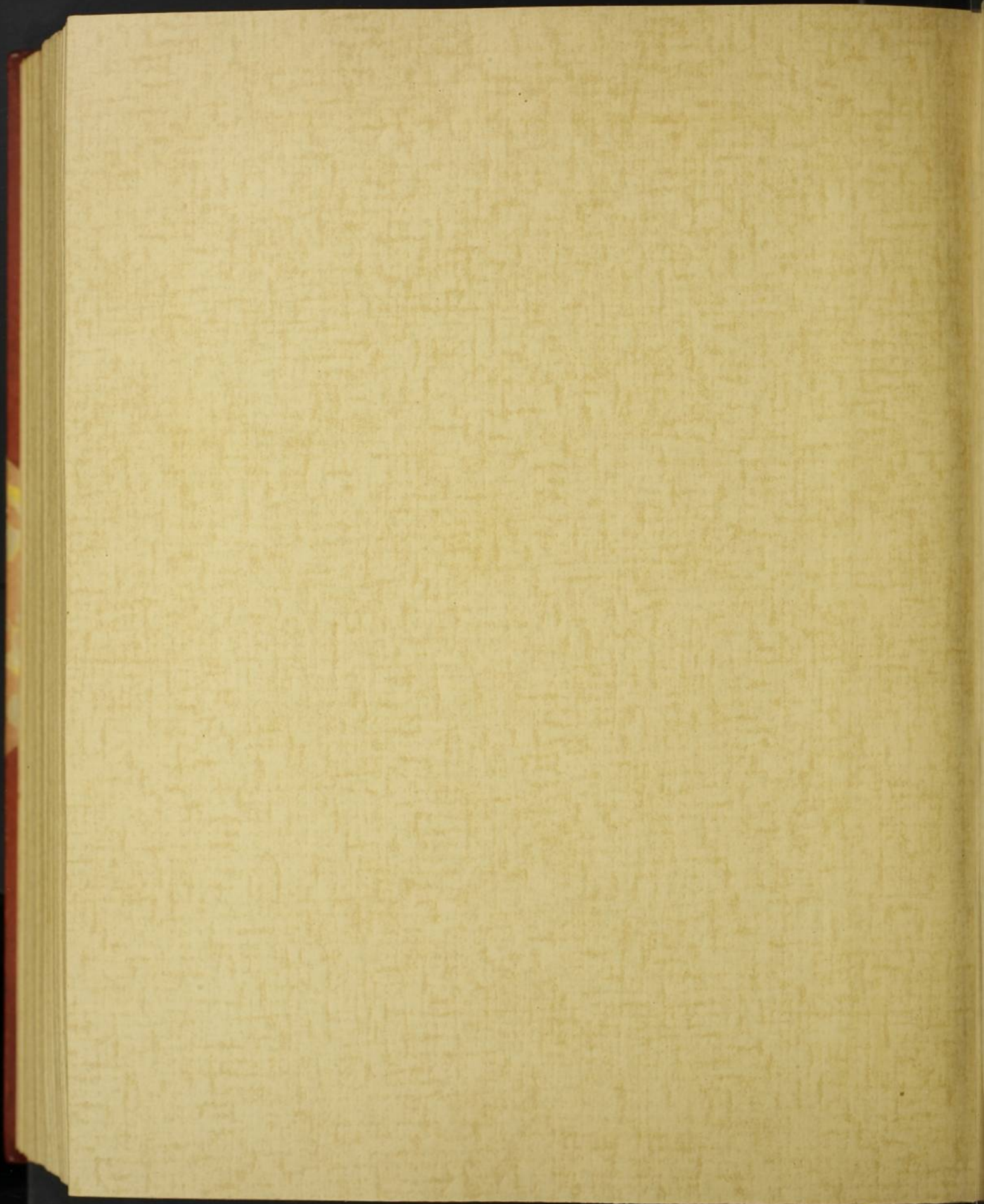








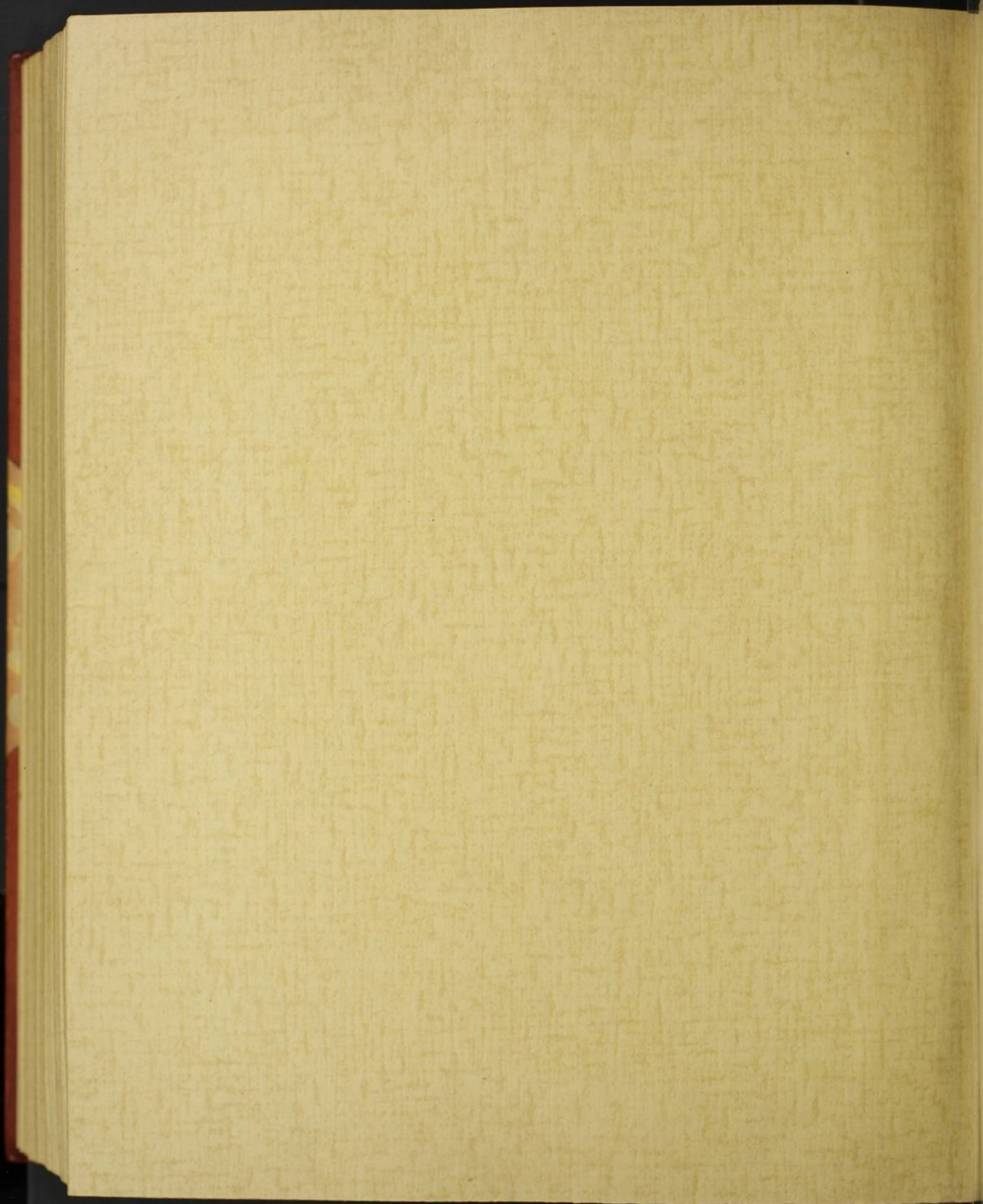
COATI  
(Col. J. F. Almeida Prado)







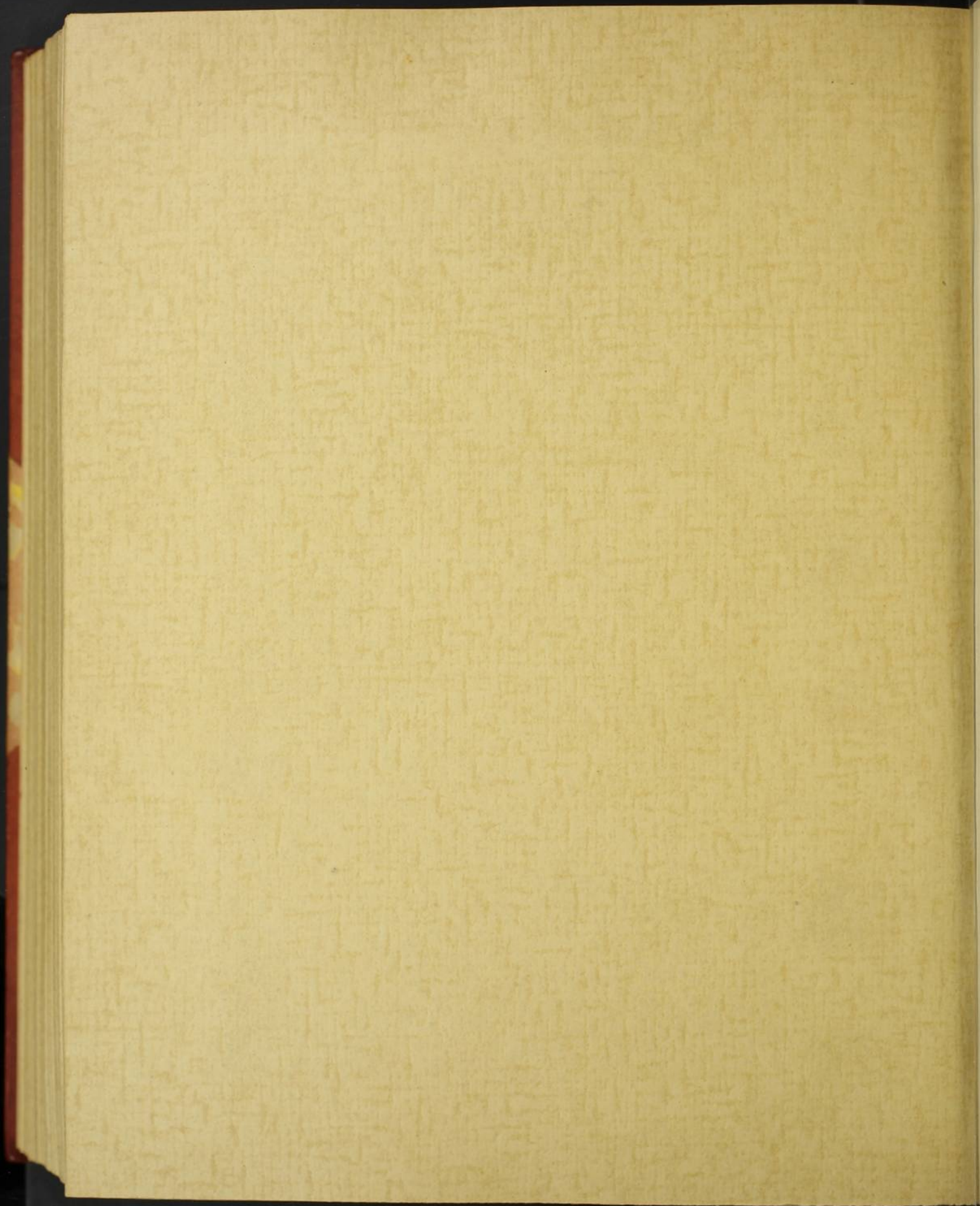
ONÇA PINTADA  
(Col. J. F. Almeida Prado)







GAMBÁ  
(Col. J. F. Almeida Prado)





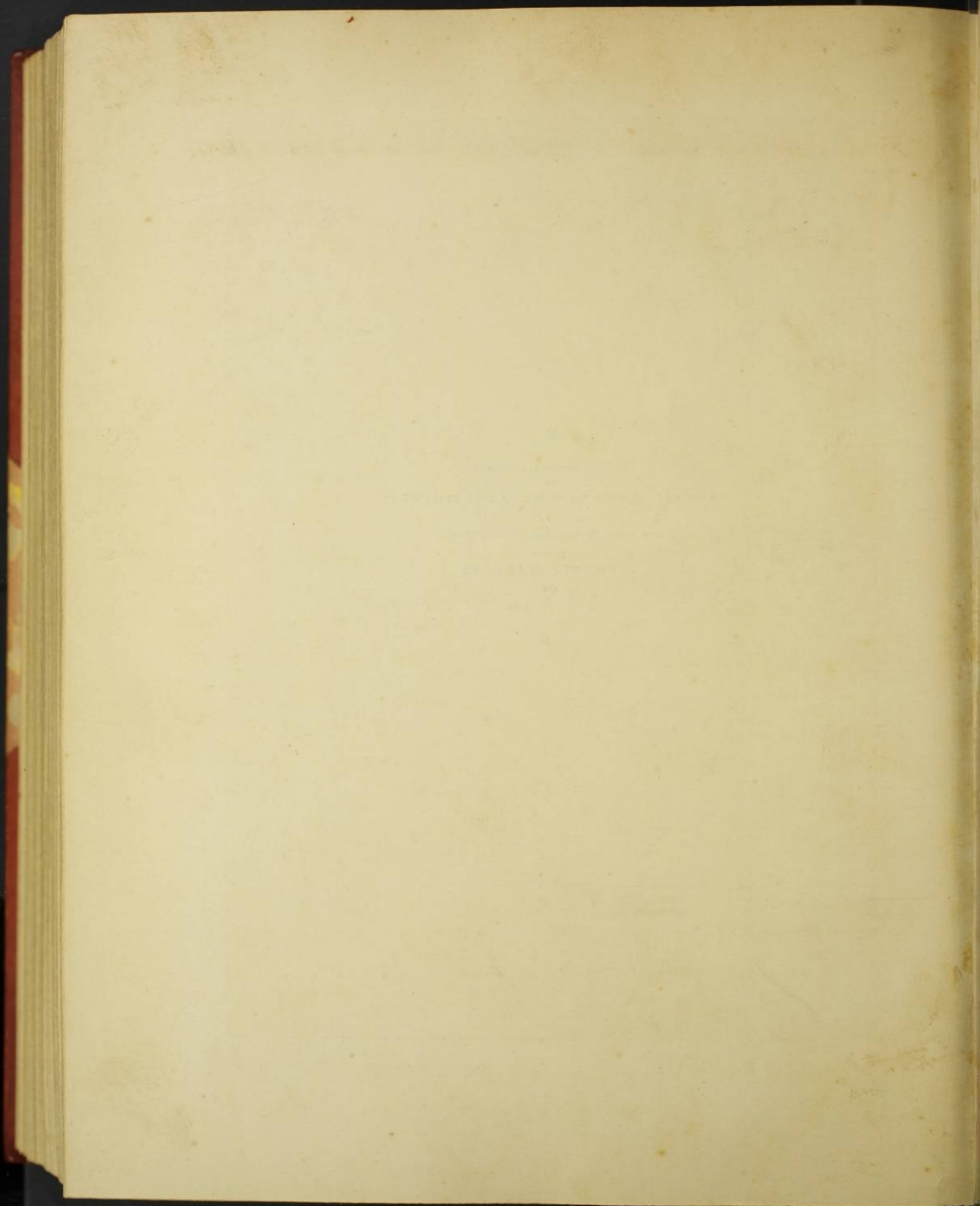
\*

Trabalho composto e impresso  
na  
*EMPRESA GRAFICA DA "REVISTA DOS TRIBUNAIS"*

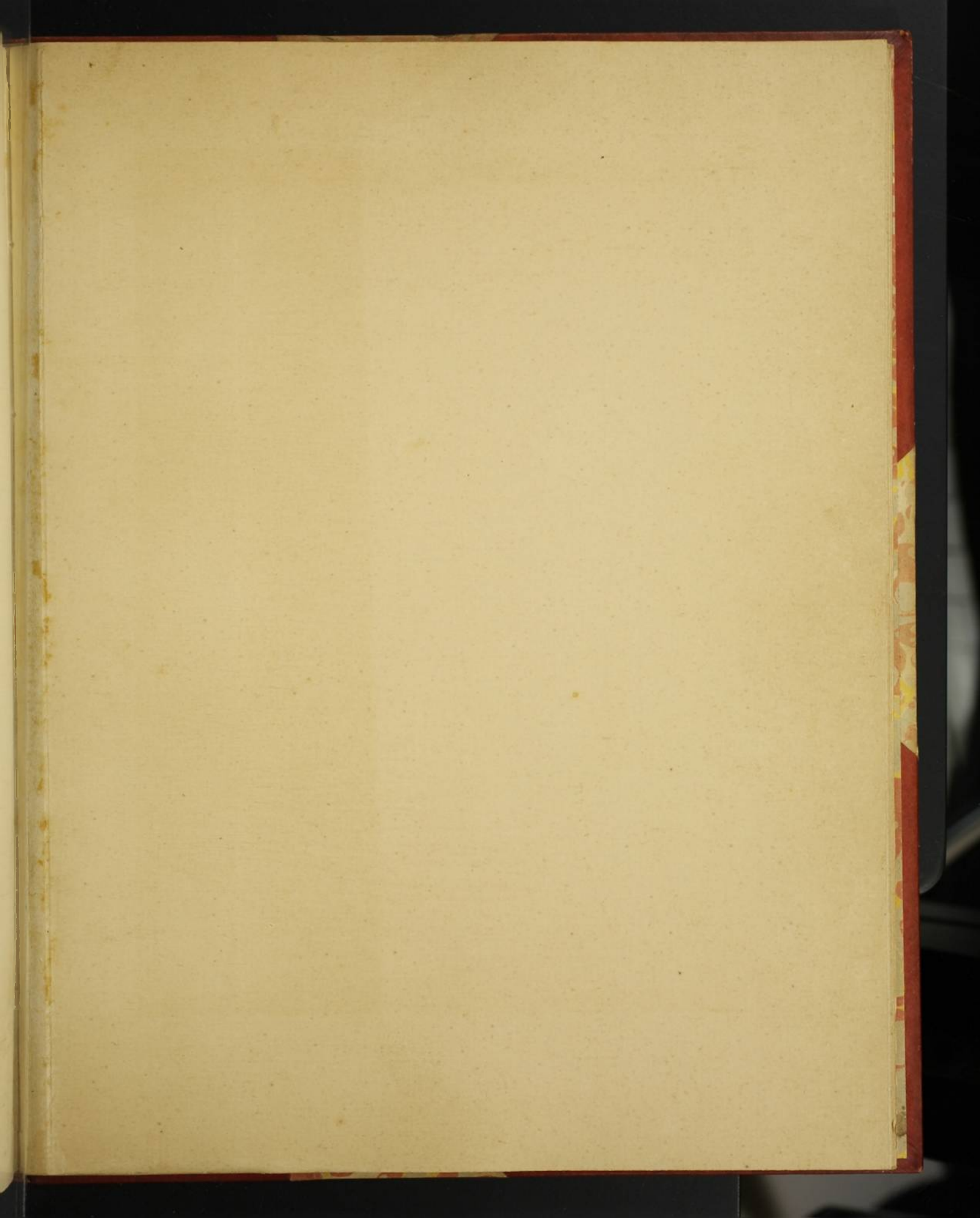
à  
rua Conde de Sarzedas, 38 — S. Paulo  
para a  
*LIVRARIA MARTINS*

em  
janeiro de 1940

\*









LIVRARIA  
MARTINS

COMPOSTO E IMPRESSO NA  
E. G. "REVISTA DOS TRIBUNAIS"  
SÃO PAULO



---

BIBLIOTECA  
HISTÓRICA  
BRASILEIRA

---

I

João Maurício  
Rugendas

Viagem  
Pitoresca  
através do  
Brasil

---

LIVRARIA  
MARTINS  
SÃO PAULO

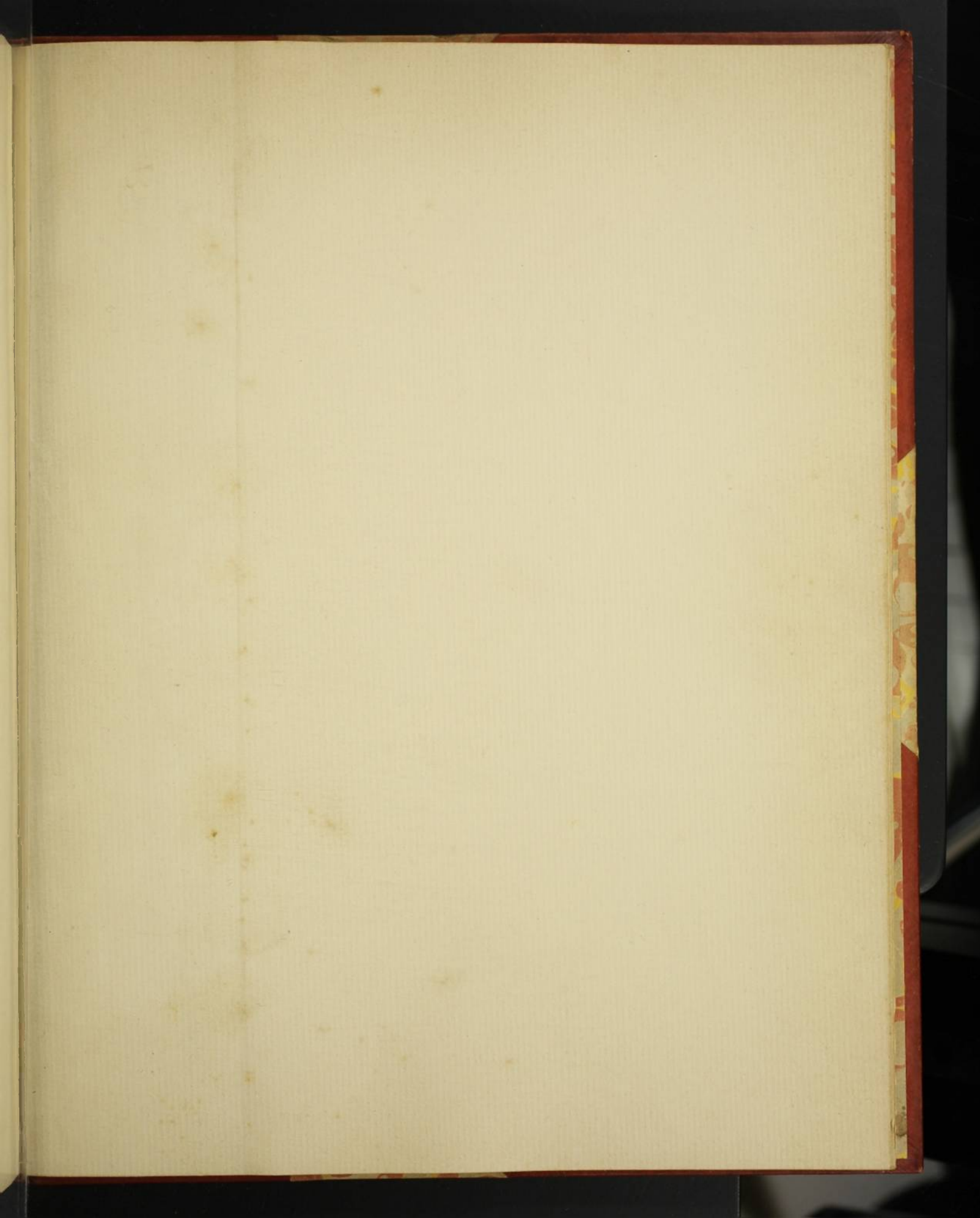
---

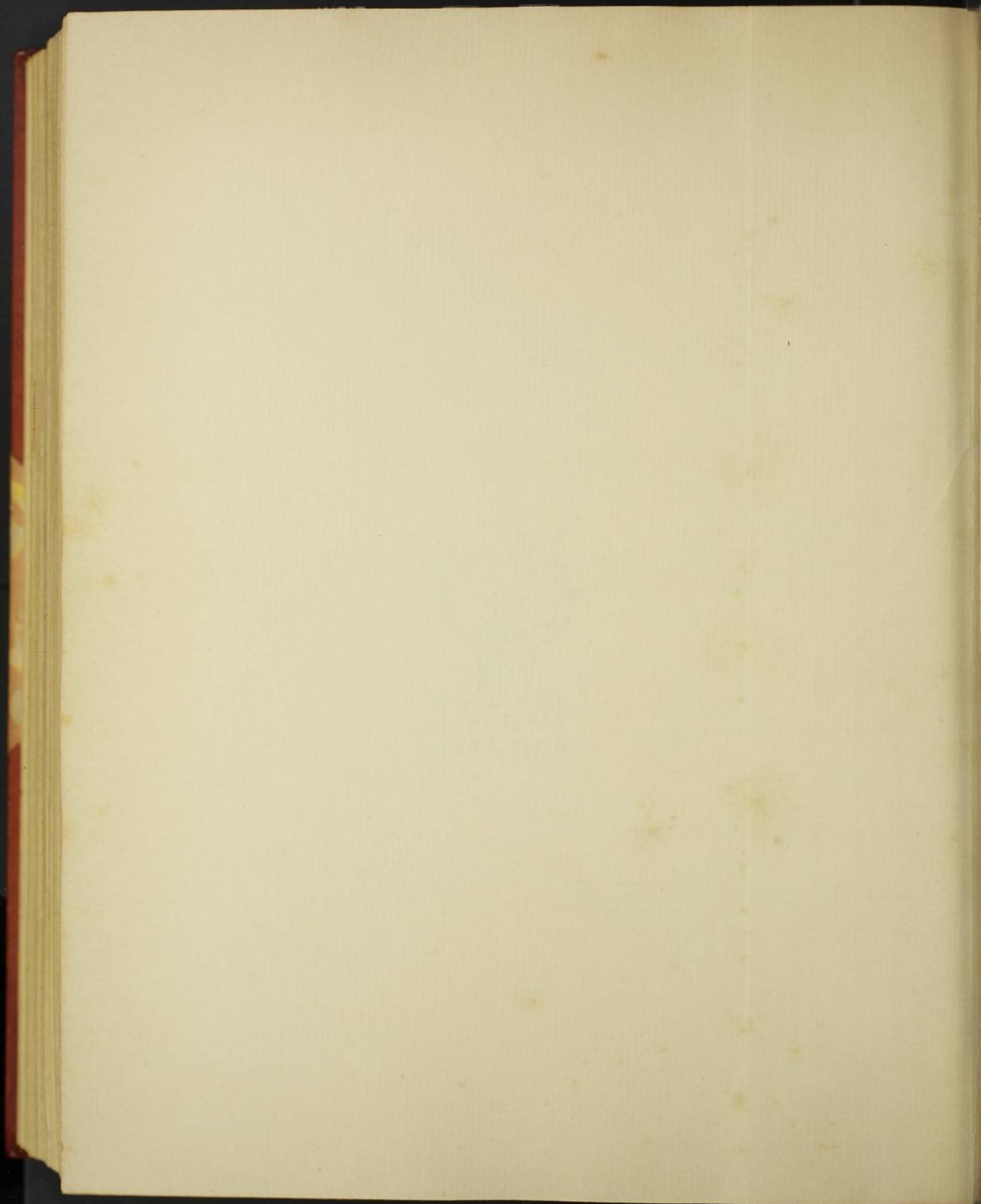


LIVRARIA  
MARTINS

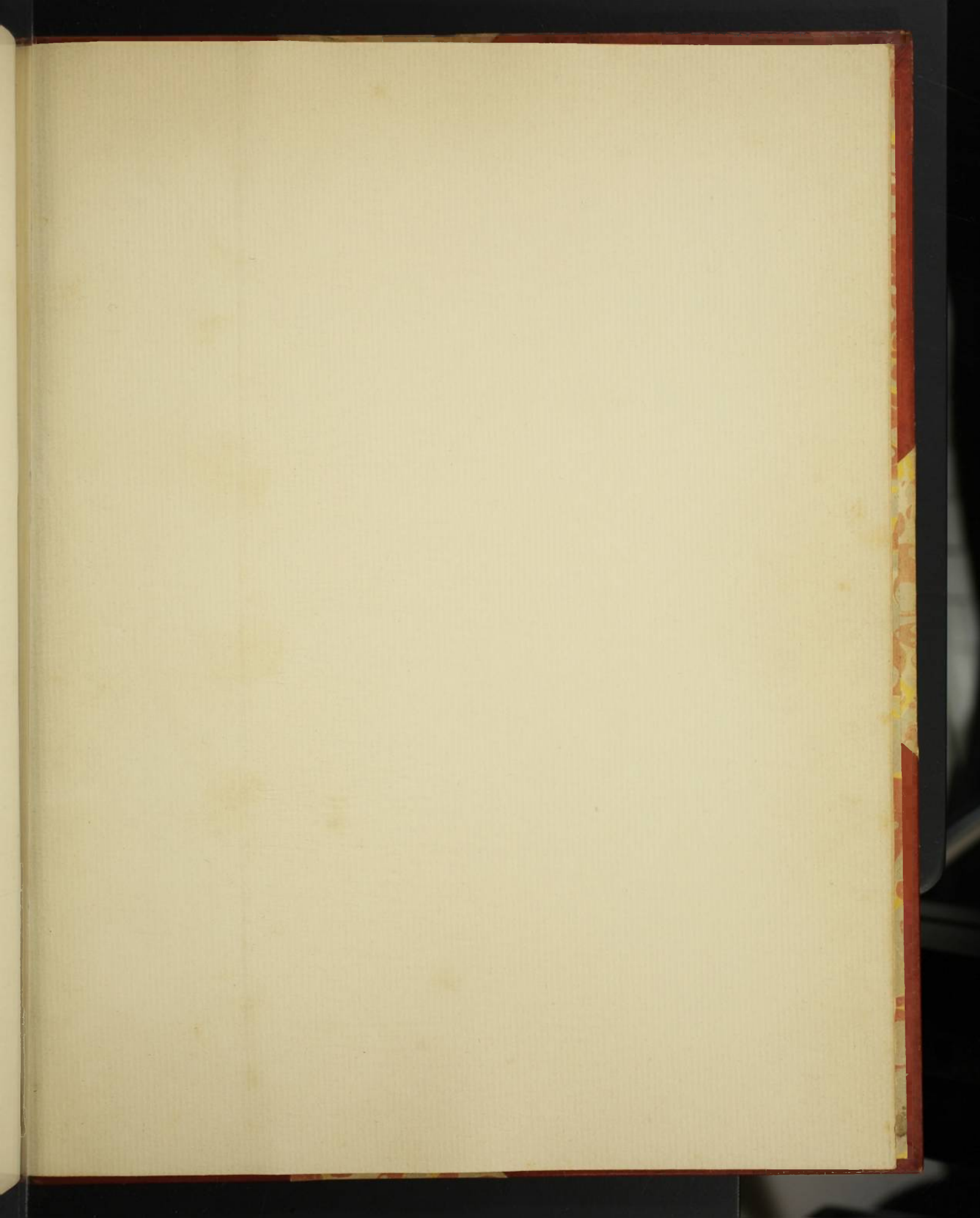
COMPOSTO E IMPRESSO NA  
E. C. "REVISTA DOS TRIBUNAIS"  
SÃO PAULO

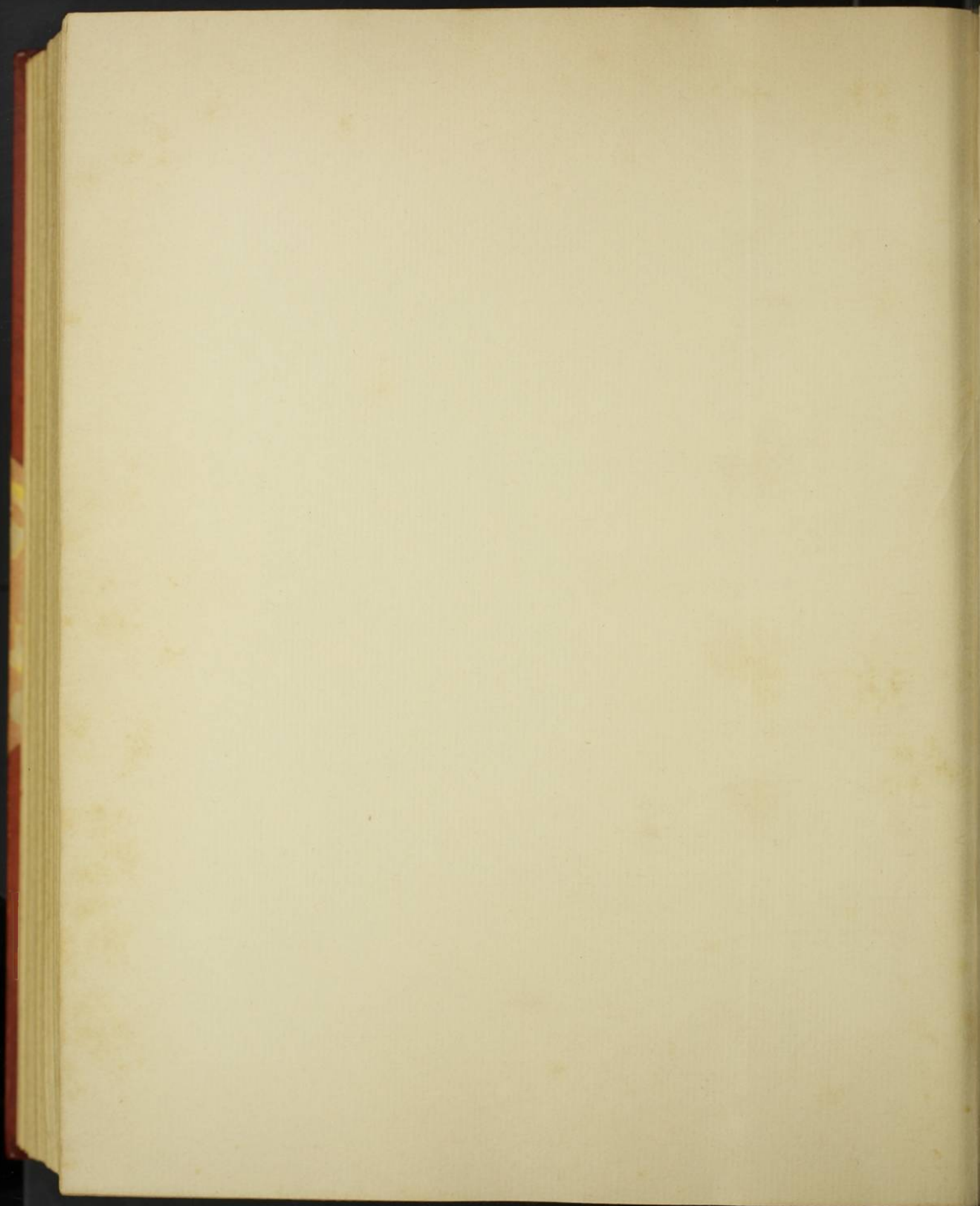




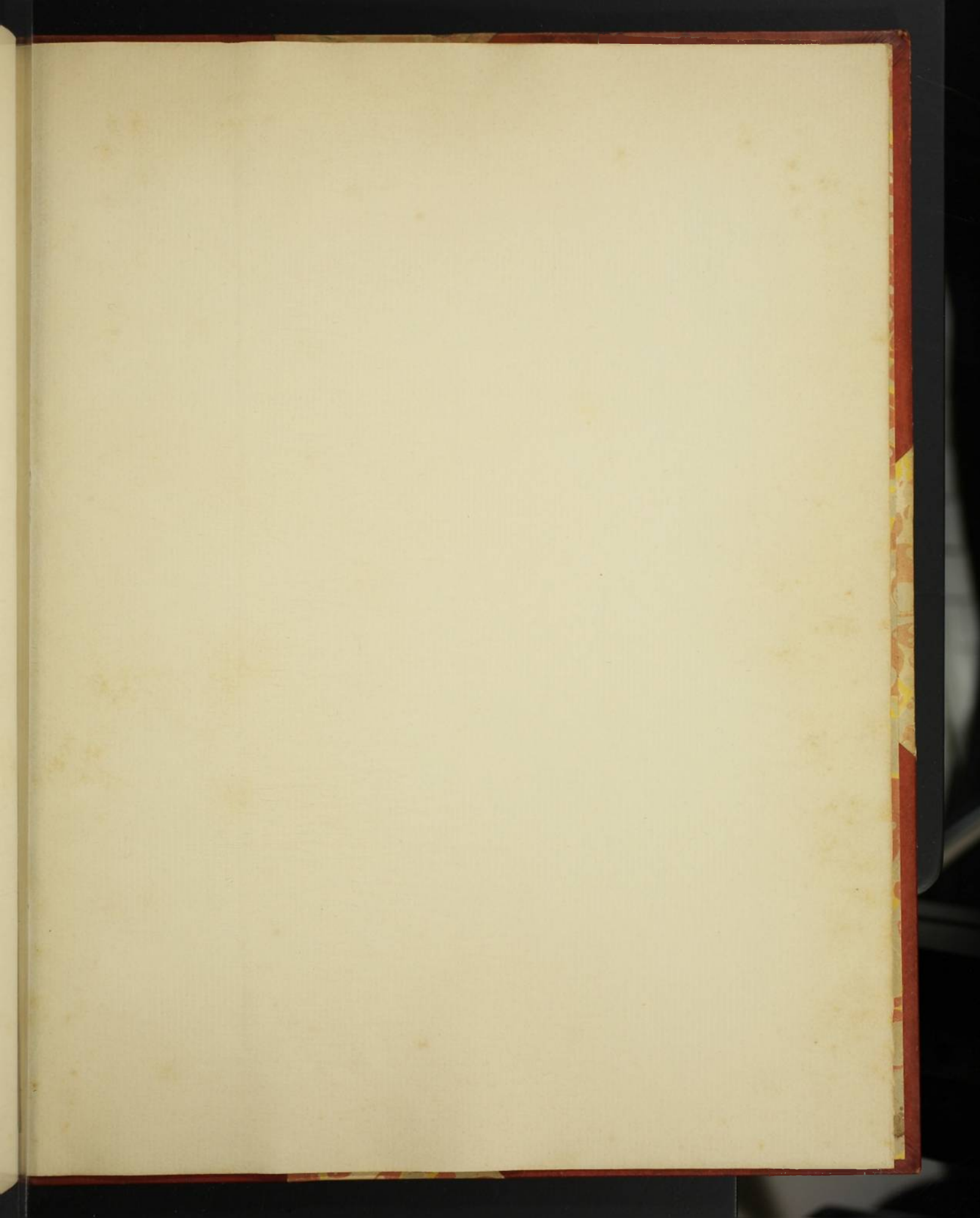












001783



